UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

RAFAEL DA SILVA COELHO

**A BAHIA EM SUAS NEGOCIAÇÕES COM A METRÓPOLE:
TRIBUTAÇÃO, DINHEIRO E AÇÚCAR NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XVII**

VERSÃO CORRIGIDA

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A BAHIA EM SUAS NEGOCIAÇÕES COM A METRÓPOLE:
TRIBUTAÇÃO, DINHEIRO E AÇÚCAR NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XVII

VERSÃO CORRIGIDA

Rafael da Silva Coelho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em Ciências

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C672b Coelho, Rafael da Silva Coelho
 A Bahia em suas negociações com a metrópole:
tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do
século XVII / Rafael da Silva Coelho Coelho ;
orientador Rodrigo Monteferrante Ricupero. - São
Paulo, 2019.
 317 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

 1. Período Colonial. 2. História do Brasil. 3.
Mercantilismo. I. Ricupero, Rodrigo Monteferrante,
orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE****Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Rafael da Silva Coelho

Data da defesa: 25/11/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Rodrigo Ricupero

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/01/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, Rodrigo Ricupero, pela confiança e por boas ideias. Devo a este professor a chance de ter construído uma trajetória na pós-graduação.

Agradeço à professora Vera Lúcia Amaral Ferlini pelo infalível apoio a mim disponibilizado. Não posso esquecer de sua liderança e engajamento na construção e defesa da Cátedra Jaime Cortesão, à qual me vinculei, há pouco mais de quinze anos, como monitor bolsista; para mim, é um dos espaços mais intelectualmente estimulantes da USP; na Cátedra, tenho participado de discussões acadêmicas valiosas, com colegas brilhantes, de simpósios, colóquios, congressos e outros eventos.

Além dos dois professores citados acima, participaram da banca de defesa a professora Avanete Pereira Sousa, a quem sou imensamente grato pelos elogios, e o professor Thiago Nascimento Krause, a quem agradeço, principalmente, pelas valiosas críticas e sugestões.

Sou muito grato aos participantes dos grupos de pesquisa “Antigo Sistema Colonial: estrutura e dinâmica” e “Economia política dos impérios ibéricos, séculos XV-XX”. Alguns não vejo há anos, com outros tenho convívio quase semanal, mas todos exerceram alguma influência construtiva em minha trajetória na pós-graduação.

Do primeiro, que foi obrigado pelo professor Ricupero a ler três de meus capítulos, elenco Idelma Novais (que leu boa parte deste texto e fez observações muito úteis durante a redação da tese), Valter Lenine, Thiago Dias, Ronaldo Capel, Mario Simões Jr., Oziane Mota (cara colega, moradora de Belém do Pará, que me deu o prazer de sua presença na cerimônia de defesa da tese), Flávia Calé, Ronaldo Vaz, Roger Dezuni, Paulo Muller, João Márcio de Sousa, Isabela Cafer. Destaco, especialmente, Gilberto dos Santos (bom amigo nestes últimos anos), Tatiane da Silva (que transcreveu generosamente muitos manuscritos para mim) e Dannylo de Azevedo, pois estes três participantes do grupo do Antigo Sistema fizeram muito boas observações sobre as partes que leram de minha tese.

Do segundo, Natalia Tamonne, Luís Otávio Tasso (pela ajuda com a ficha catalográfica desta tese), Marco Micheli (pelo *abstract*), Bruno Vilagra, Eduardo Ramos, André Paiva, Diego Cambraia, Felipe Melo, Gustavo Menino e Iara dos Santos. Agradeço, especialmente, a Pablo Oller Mont Serrath, amigo incentivador, parceiro de discussões desde 2002, presidente do GEPOM e revisor dos capítulos desta tese.

E como as reuniões destes grupos acontecem nas dependências da Cátedra Jaime Cortesão, também agradeço àqueles que mantêm o espaço funcionando: a secretária Patrícia Machado e os monitores Maria Beatriz Varella, Bruno Rodrigues, Mateus Gurgel, Leandro Garcia, Lilson Carvalho, Lorraine Gonçalves e Rafael Salmin.

Agradeço aos membros da banca de meu Exame de Qualificação: os professores Alexandre Saes e Maximiliano Mac Menz.

Agradeço também a Urano Andrade pela orientação nos arquivos da cidade do Salvador, e a Isadora Casal pela simpática acolhida em seu hostel enquanto estive na capital da Bahia. Agradeço também aos funcionários que me atenderam no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Arquivo Histórico Municipal de Salvador: Miguel Assunção, Elza de Jesus, Reinaldo dos Anjos, Jacione Santos; Lidemberg dos Santos e Manuel Filho.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo suporte emocional: Albertina, Julieta, Renato, Leonardo, Diarone e, como representante das dezenas de tias, tios, primos e primas, agradeço à tia Clarice (*in memoriam*), uma das pessoas mais doces que conheci. Sou muito grato também a uma família amiga e extraordinária: Ronaldo Fortes, Rosaura Naves e filhos. Aos meus afetos cruspianos: Alciana Paulino, Gilmar Patobrás, Gislene Appel, Henrique Romeu, Luís Kadowaki, Márcio Modelo, Marlon Pirchner, Rodrigo Knaben e Tiago Almeida. Aos amigos de sempre: Celso Rosa, Luciana Santoni, Vívian Gusmão e Antônio Oliveira. Ao Eric Miranda pela companhia no já saudoso bandeirão e nos intervalos durante as tardes de leitura na Biblioteca Florestan Fernandes.

Um agradecimento muito especial para ao craque Gustavo Vital e meu amigo para sempre Eduardo Figueira. E também à família deles, que me apoiaram enquanto foi possível: Anna Paula Figueira, Fabián Angeli e Maria Luiza Angeli.

Agradeço à turma da Copiadora Aquário: Ana Paula Venturi, Ivani de Lima, Ely de Lima e Sandro Venturi. E também às meninas do *trailer* do cachorro quente: Iraci Pereira, Bruna Irineu e Gisele Irineu, as pessoas mais simpáticas que se pode encontrar em toda a cidade universitária.

A Deus, à USP.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Resumo

Neste estudo, o tema da negociação é apresentado na perspectiva do sistema colonial do mercantilismo – o Antigo Sistema Colonial. Foram discutidos processos de negociação entre a Câmara municipal da cidade do Salvador, a mais importante praça comercial do Atlântico Sul na segunda metade do século XVII, e a coroa portuguesa, o centro de comando de uma metrópole que, mesmo passando por profundas dificuldades, mantinha um dos maiores impérios coloniais da Época Moderna. Três temas econômicos se destacam no estudo das cartas enviadas da colônia para a metrópole: o peso da tributação, o problema monetário e o declínio do negócio do açúcar. Esta correspondência apresentava, principalmente, as demandas dos senhores de engenho e o modo como esta elite assimilou as políticas mercantilistas metropolitanas. Privilegiou-se, portanto, o ponto de vista da colônia na negociação de suas reivindicações. Nos momentos de declínio do comércio de açúcar, quando os impostos pareciam mais pesados, as dívidas dos proprietários de engenho cresciam e a evasão monetária para a metrópole se mostrava mais crítica, as negociações ficavam mais tensas, justamente quando o fluxo de riqueza para a metrópole era menor. Ocorrida no final da década de 1680 e início da década seguinte, a crise da economia açucareira na Bahia permite um estudo das manifestações da elite colonial acerca de suas relações com a metrópole em um contexto especialmente complexo.

Palavras-chave: negociação, mercantilismo, câmara municipal, tributação, moeda, açúcar e exploração colonial.

Abstract

In this study, the subject of negotiation is presented from the perspective of the colonial system of mercantilism - the Old Colonial System. Negotiations were discussed between the Salvador Municipal Council, the most important commercial city in the South Atlantic in the second half of the 17th century, and the Portuguese crown, the command center of a metropolis that, despite its deep difficulties, maintained one of the largest colonial empires of the modern era. Three economic issues stand out during the study of letters sent from the colony to the metropolis: the weight of taxation, the monetary problem, and the decline of the sugar business. These letters mainly presented the demands of the planters and the way this elite assimilated the metropolitan mercantilist policies. Therefore, the colony's point of view was privileged in the negotiation of its claims. In times of declining sugar trade, when taxes seemed heavier, plantation owners' debts grew and money evasion for the metropolis became more critical, negotiations became more tense, just when the flow of wealth to the metropolis was smaller. The sugar economy crisis in Bahia, which took place in the late 1680s and early 1690s, allows a study of the manifestations of the colonial elite about their relations with the metropolis in a particularly complex context.

Keywords: negotiation, mercantilism, municipal council, taxation, money, sugar and colonial exploitation.

Sumário

Introdução	12
Fontes e recortes da pesquisa	14
Poder local e negociação	17
Demandas coloniais	20
Linguagem e mercantilismo	26
Capítulo 1 – Espaço colonial e mercantilismo	34
Fundamentos mercantis da colonização	34
Mercantilismo e sistema colonial	47
O mercantilismo como “linguagem econômica”	59
Colônia: espaço mercantilista	70
Capítulo 2 – Negociação e hipertrofia fiscal da Câmara	78
A questão da negociação	78
Negociação e colonização	90
Hipertrofia fiscal da Câmara do Salvador	102
Capítulo 3 – O peso da tributação	129
A imposição e o peso do Donativo	131
Enfraquecimento da jurisdição fiscal da Câmara	147
Intensificam-se as dificuldades	161

A tributação: entre o declínio e o endividamento	174
O Donativo do dote e paz na crise açucareira	189
A Câmara, o sustento da infantaria e o motim militar de 1688	199
 Capítulo 4 – O problema do dinheiro	 206
 O problema da moeda antes da crise açucareira	 262
A reforma monetária de 1688	224
O problema da moeda durante a crise açucareira	239
O mercantilismo na Bahia e a negociação pela provincial	246
 Capítulo 5 – O negócio do açúcar	 258
 Declínio do negócio	 262
O preço na Câmara	269
O preço na crise açucareira	279
A recuperação conjuntural	293
 Considerações Finais	 299
 Fontes e bibliografia	 301

Introdução

As câmaras, sem dúvida, eram uma plataforma para as elites coloniais alcançarem o centro metropolitano e encaminharem negociações sobre suas demandas. Contudo, no que toca à mais importante da cidade colonial portuguesa, os processos de negociação não se enquadram em uma noção de autonomia política, tal como reza o modelo das autoridades negociadas proposto por Jack Greene.¹

Havia um fundo econômico-mercantil nestas negociações. Eram os fundamentos materiais da condição social da açucarocracia, assentados numa estrutura produtiva escravista e dependente do mercado de exportação. As flutuações dos mercados europeus afetavam concretamente os senhores de engenho, cujo modo de vida estava diretamente relacionado aos preços que conseguiam pelas suas caixas de açúcar. Não se tratava de uma sociedade apoiada na economia de mercado, mas, para a Época Moderna, as áreas mais dinâmicas do espaço colonial estavam especialmente vulneráveis às oscilações mercantis transatlânticas. Portanto, as conjunturas do comércio colonial, com destaque para o negócio do açúcar, pautaram parte importante da comunicação entre a principal instância do poder local, a Câmara da cidade do Salvador, e a Coroa portuguesa.

Por meio da Câmara da cidade do Salvador, na segunda metade do século XVII, senhores de engenho e lavradores de cana tentavam aliviar o peso dos impostos, reivindicavam soluções para a escassez monetária na colônia, pediam soluções para as dificuldades com o negócio do açúcar. Em suma, negociavam, apresentando suas demandas por meio de cartas endereçadas à Coroa.

¹ Jack Greene. **Negotiated Authorities**. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville e Londres: University Press of Virginia, 1994. E Jack Greene. "Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience" In. Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820**. Nova York e Londres: Routledge, 2002.

O tema das negociações ganhou muito destaque desde o final do século XX.² Anthony J. R. Russel-Wood foi o primeiro, entre os mais renomados historiadores, a aplicar o modelo das autoridades negociadas à História do Brasil colonial. Segundo este autor, a investigação das relações centro-periferia na América portuguesa abriria “uma caixa de Pandora de tentações para os historiadores”. A partir do modelo das autoridades negociadas, propôs uma nova abordagem. Seguindo o modelo de Jack Greene, Russel-Wood entendeu que as negociações entre o fraco poder metropolitano e a fortalecida organização política dos colonos teriam estruturado as relações entre Brasil e Portugal e, portanto, as periferias, poderosas e autônomas, não seriam polos passivos frente ao domínio dos centros metropolitanos e sua política absolutista e mercantilista.³

Inegavelmente, as cartas enviadas da Câmara de Salvador aos reis de Portugal mostram processos de negociação. Entretanto, a metrópole não aparece enfraquecida na correspondência, nem os moradores da colônia como detentores de hegemonia política no espaço colonial, a impor seus interesses às autoridades metropolitanas. Ou seja, não é possível compreender os discursos produzidos pelos camaristas da Salvador colonial a partir do modelo de Greene. As negociações tinham muito mais a ver com o caráter mercantil da relação entre Brasil e Portugal do que com uma disputa de poder, *stricto sensu*, entre autoridades metropolitanas e moradores da colônia. Neste sentido é que lancei mão de um enquadramento teórico baseado na preeminência mercantil do processo de colonização, fundamentado principalmente no conceito de Antigo Sistema Colonial.⁴

Neste estudo, procuro apresentar e discutir alguns processos de negociação de caráter econômico e mercantil, os quais estão presentes na grande maioria das cartas da Câmara dirigidas à Coroa. Por meio da exploração de considerável documentação serial disponível para a segunda metade do século XVII, produzidas pela Câmara da cidade do Salvador, privilegiei o ponto de vista colonial das relações entre Portugal e Brasil, que oferece uma perspectiva bastante rica, pois a Câmara, sendo uma instituição

² Maria Fernanda Baptista Bicalho. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gôuvea (org.) **Culturas políticas**: ensaios de História cultural, história política e ensino de História. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 85-105.

³ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”. In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empires**: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820. Nova York e Londres: Routledge, 2002, p. 121.

⁴ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

metropolitana, também era fundamentalmente permeada por interesses enraizados no espaço colonial.⁵

A existência de uma elite residente (aspecto característico da colonização do Brasil⁶), predominante na Câmara municipal e vinculada à produção de gêneros de exportação, levava a longos processos de negociação, pois não era possível a Portugal extrair os benefícios de seus domínios coloniais sem o engajamento dos moradores ricos da colônia. Muitas vezes, as negociações ofereciam um necessário contraponto ao ajuste das políticas para a colônia elaboradas no reino. A dinâmica do poder local, portanto, era um fator a ser levado em conta pela Coroa, pois as demandas coloniais se apresentavam como fator importante aos processos de adaptação e ajuste⁷ da colonização mercantilista.

Nos processos de negociação, alguns discursos acerca de assuntos econômicos, elaborados no espaço colonial, mostraram certa influência do pensamento mercantilista, com destaque para os textos acerca dos problemas monetários. Isto posto, entendi que seu estudo carecia de uma discussão, por mínima que fosse, com base nas ideias do mercantilismo, que estavam a penetrar mais efetivamente em Portugal na segunda metade do século XVII.⁸ Sucintamente, este foi o projeto que guiou a pesquisa exposta nos capítulos desta tese.

Fontes e recortes da pesquisa

Este estudo discute os seguintes processos de negociação: (i) demandas dos camaristas da cidade do Salvador por alívio na tributação, problema relacionado à administração do sustento da infantaria e à cobrança do Donativo do dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda; (ii) demanda por maior irrigação monetária na colônia, cujos problemas aparecem, crescentemente, na documentação da segunda metade do século XVII; e (iii) os apelos ao rei por soluções para o declínio do negócio do açúcar, com destaque para a crise do final dos anos 1680.

Utilizei atas e cartas produzidas pelos oficiais da Câmara para apresentar os processos de negociação que empreendiam junto à Coroa na segunda metade do século

⁵ Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 19.

⁶ Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**. c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009, p. 163.

⁷ Pablo Oller Mont Serrath. **O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)**. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2013, pp. 173-179.

⁸ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco: 1668-1703**. Lisboa: Dom Quixote, 1986, pp. 182 e seguintes.

XVII. O principal conjunto documental utilizado nesta pesquisa é composto pelos volumes publicados pela Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador: as *Atas da Câmara* e as *Cartas do Senado*.⁹

Uma questão a ser considerada é a seleção de documentos feita para as publicações das atas, pois nem todos os registros de verificação foram escolhidos para compor os volumes. Antônio Loureiro de Souza, diretor do Arquivo Municipal da cidade do Salvador em 1950, na apresentação do volume 5 das *Atas*, explicou que as publicações não apresentariam “atas destituídas de qualquer assunto ou de assunto de insignificante importância”.¹⁰ Portanto, muitas atas foram excluídas e, certamente, documentos úteis a estudos muito em voga atualmente tenham sido preteridos. Contudo, ainda que os critérios de triagem de atas para transcrição e publicação pareçam um tanto questionáveis, o historiador que se dedica à investigação de questões relativas à fiscalidade, à defesa, à moeda e ao negócio do açúcar não deve enfrentar lacunas graves na documentação, pois as atas que tratam destes temas foram privilegiadas pela seleção dos editores. Problemas relacionados às ordens religiosas, abastecimento da cidade, instruções ao procurador da cidade em Lisboa e algumas querelas judiciais entre homens da governança e outros temas também foram considerados dignos de publicação. Em suma, as *Atas da Câmara* compõem uma série documental valiosa e bastante confiável para os estudos acerca dos assuntos econômicos mais salientes para a açucarocracia e para os homens da governança do Salvador.

Em relação às *Cartas do Senado*, há lacunas grandes para o período que esta pesquisa pretendeu abranger. A maior delas ocorre na década de 1660; não há registro algum entre fevereiro de 1661 e de abril de 1669. Lacunas como estas foram preenchidas com os manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados pelo Projeto Resgate. Como complemento, utilizei registros publicados nos Documentos Históricos e nos Anais da Biblioteca Nacional, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e outros que podem ser conferidos na parte *Bibliografia e fontes* deste estudo. Como os processos de negociação estudados são longos, atravessando décadas, os hiatos na documentação ficaram menos relevantes e entendi que não comprometeriam o resultado final da pesquisa.

⁹ Utilizei os volumes 4, 5, e 6 das **Atas da Câmara**, publicados entre 1949 e 1950 pela Prefeitura do Município do Salvador. Das **Cartas do Senado**, utilizei os volumes 1 a 5, também publicados pela Prefeitura do Município do Salvador, entre 1951 a 1962.

¹⁰ **Atas da Câmara**. Salvador: Prefeitura do Município do Salvador, volume 5, Prefeitura Municipal do Salvador, 1950, p. XI.

Algumas questões que ganharam grande relevo na História da Bahia e do Brasil, em determinados momentos do período estudado, foram infelizmente desconsideradas para não diluir a concentração no tema estudado. Por exemplo, as disputas políticas no período que antecedeu a chegada do governador-geral Roque da Costa Barreto, ou a polêmica taxa do correio, ou ainda os constantes problemas com o abastecimento de carne e a administração dos açougues da cidade. Estas questões, mesmo sendo de grande relevo, não subverteram a dinâmica do poder local em relação às suas principais demandas: o peso dos impostos, os problemas monetários e as conjunturas do negócio do açúcar tendiam a drenar as manifestações dos camaristas na direção da preservação material da açucarocracia e do Estado metropolitano, independentemente das contingências.

O recorte cronológico da pesquisa abrange uma conjuntura de dificuldades (1670-1690, com antecedentes nas décadas anteriores) e os primeiros anos da conjuntura de recuperação no negócio do açúcar (principalmente, a segunda metade da década de 1690). Manifestações acerca de problemas econômicos na Bahia, principalmente relacionados ao negócio do açúcar, podem ser encontradas desde a década de 1650, mas é no início dos anos 1670 que a conjuntura começa a ficar mais nítida. A partir de 1692 ou 1693, os preços do açúcar voltaram a subir e esta virada influenciou os processos de negociação estudados. A baliza final foi estabelecida nos primeiros anos do século XVIII, quando a demanda por braços para a mineração indica o início de novos tempos, os quais trouxeram complicações próprias do século XVIII aos senhores de engenho da Bahia.¹¹

O recorte espacial está circunscrito à cidade do Salvador, que era a sede do governo-geral, do Tribunal da Relação e a praça mercantil mais importante do Brasil e do Atlântico Sul na segunda metade do século XVII. A cidade era “entreposto comercial essencial à política mercantilista”, daí a importância das negociações empreendidas pela Câmara da cidade.¹² Era um espaço privilegiado na comunicação com Portugal e na recepção de pessoas instruídas que chegavam do reino. Salvador era um importante ponto de encontro entre mercadores, senhores de engenho, homens da governança local, autoridades metropolitanas e religiosos de formação mais avançada. Um espaço que propiciava a discussão dos problemas da capitania, do comércio colonial e do império português. Um centro produtor de discursos variados, incluindo aqueles que procuravam

¹¹ Vera Lucia Amaral Ferlini. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003, pp. 106-117.

¹² Avenaete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, p. 210.

compreender e explicar problemas relacionados às conjunturas mercantis que impactavam a vida colonial.

Poder local e negociação

Como exposto acima, as negociações estudadas foram empreendidas pela Câmara da cidade do Salvador, instituição chave do poder local, junto à Coroa. Portanto, cabe apresentar minimamente os limites e as competências do poder local. Tomei como referência para o assunto as considerações gerais apresentadas em *A Bahia no século XVIII*, de Avanete Pereira Sousa, cujo texto costura os problemas da governança da cidade do Salvador e os interesses da elite local à estrutura do Estado português e sua política mercantilista.

Em primeiro lugar, para a autora, as câmaras municipais na América portuguesa eram “expressão do poder monárquico e de sua política mercantilista colonizadora”.¹³

as instâncias municipais tornaram-se imprescindíveis ao aparelho de Estado absolutista, [...] por parte do Estado português, enraizar-se no extenso território colonial submetido ao seu jugo significava ter que se utilizar de instâncias intermediárias entre as práticas cotidianas, os súditos e os níveis mais elevados e centralizados da esfera estatal.¹⁴

O poder local na colônia contribuía para a expansão e a consolidação do Estado metropolitano na América. As câmaras municipais, fundamentalmente, cumpriam papel de instância mediadora, “exercendo a necessária articulação entre os interesses dos grupos sociais locais e aqueles oriundos do núcleo central da monarquia”, sem que tal função atenuasse seu “papel de suporte e instrumentalização das orientações e determinação do poder régio”.¹⁵ Portanto, o espaço dado às manifestações das elites locais e a influência destes grupos no controle do território não se contrapunham ao processo de centralização do Estado, pois a relativa autonomia das câmaras era necessária para “mediar relações contraditórias entre os diversos interesses em jogo”.¹⁶

¹³ *Ibidem*, p. 23. Num sentido equivalente, Edmundo Zenha. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Progresso, 1948, pp. 26 e 27.

¹⁴ *Ibidem*, p. 57.

¹⁵ *Ibidem*, p. 59.

¹⁶ *Ibidem*, p. 95. “Em síntese, podemos dizer que a estrutura do Estado absolutista deixava às elites locais a possibilidade de influenciar na gestão de seus territórios, do ponto de vista político, militar, econômico ou mesmo jurídico, mediante o domínio da instituição municipal”.

As divergências entre Câmara e Coroa não atingiam significativamente o “plano macroestrutural”. Nem questões mais relevantes de “natureza política”.¹⁷ Tanto a elite local, em especial a açucarocracia, quanto a Coroa ganhavam no mesmo negócio, nos mesmos tratos comerciais, e por isso os interesses em comum tendiam a pautar as negociações.

Os homens bons, protagonistas na esfera do poder local, tinham na Coroa um apoio para o seu modo de vida. Por outro lado, seu negócio rendia tributos que alimentavam o poder central. De modo geral, a defesa dos engenhos na Bahia do século XVII era uma causa compartilhada por juízes ordinários, vereadores, ministros da Fazenda Real, governadores-gerais, principais da corte e pela própria Coroa. O grupo dos homens bons, composto por senhores de engenho em grande medida, defendia a continuidade da produção e do comércio de açúcar, sem a qual o Estado perderia boa parte de suas receitas (dízimos na América e taxas alfandegárias na Europa, além de outros tributos).

O Estado, por sua vez, legislou para evitar a desmontagem dos engenhos. Desde as primeiras décadas do século XVII, proprietários contaram com medidas legais, emitidas do reino, determinando que execuções judiciais de dívidas ficassem restritas à produção de açúcar, preservando os equipamentos e a força de trabalho escrava da unidade produtiva.¹⁸ A desfabricação da agromanufatura do açúcar foi uma preocupação constante do governo metropolitano.¹⁹

Em nome do bem comum, a Câmara regulava as atividades econômicas relacionadas ao abastecimento e funcionamento da cidade da Bahia.²⁰ Porém, dependendo da conjuntura, os oficiais da Câmara da cidade do Salvador procuravam também interferir no grande negócio do açúcar. Por exemplo, em 1673, quando os camaristas definiram os preços do açúcar, após uma comissão de representantes de senhores de engenho e mercadores não chegar a um acordo sobre o valor da mercadoria.²¹ Outra iniciativa intervencionista pode ser observada na correspondência com a Coroa, nos papéis em que

¹⁷ *Ibidem*, p. 268.

¹⁸ Alvará para que não se façam penhoras nas fábricas dos engenhos de açúcar da Baía, mas somente nos rendimentos. Lisboa, 23 de dezembro de 1663. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa -1675-1683** e Suplemento à segunda série: 1641-1683, p. 267. Na segunda metade do século XVII, este tipo de ato legislativo se tornou mais frequente.

¹⁹ Wanderley Pinho. **História de um engenho do Recôncavo: Matoim-Caboto-Freguesia. 1552-1944**. 2ª ed. Cia. Editora Nacional, 1982, pp. 277, 278, 288 e 289.

²⁰ Avanete P. Sousa. **A Bahia no século XIII**, p. 201.

²¹ Termo que se fez do preço que há de ter o açúcar nesta praça este ano de 1673. Salvador, 14 de março de 1673. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 96.

os edis advogavam contra a acusação, difundida pelos mercadores, de que o açúcar na Bahia tinha preço excessivamente alto, sendo esta a causa do declínio do negócio.²²

“O poder da Câmara estava direcionado, essencialmente, para a disciplinarização da vida coletiva e, portanto, pública”.²³ O problema é que, no caso de Salvador, o bem público se assentava no espaço colonial e sua preservação envolvia, além de outros fatores, o grande comércio com a Europa. Daí que os camaristas se empenhassem em negociar com a Coroa questões que escapavam ao restrito âmbito da economia local. Tentando seguir antigas tradições das cidades medievais,²⁴ ao procurar limitar o comportamento do mercado em nome do bem comum, os camaristas coloniais subvertiam as mesmas tradições, pois se apresentavam como atores influentes de um negócio que envolvia lucros incompatíveis com a moral escolástica e que se estendia para muito além de seus termos.

Além da relação política com a açucarocracia, as tentativas da Câmara de interferir no comércio de açúcar estavam baseadas nas necessidades de arrecadação para atender a pesados compromissos fiscais. Na segunda metade do século XVII, a Câmara da Bahia passou a ser obrigada a administrar o sustento da infantaria e a enviar para a metrópole o Donativo do dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda – uma conta de mais de cem mil cruzados a ser paga anualmente.

A cidade contava com impostos indiretos, com destaque para o comércio de vinho, e, principalmente, com cobrança de tributação direta paga em gêneros, sobretudo, açúcar e tabaco. O açúcar do Donativo tinha preço mínimo fixado: 1\$200 réis por arroba, ainda que os senhores de engenho estivessem vendendo sua mercadoria por preço mais baixo aos mercadores da praça.²⁵ Portanto, era importante para os camaristas que os preços do açúcar não caíssem muito abaixo dos doze tostões. Caso contrário, a diferença do valor

²² Capítulos sobre as taxas. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 66. “Entenderam os homens de negócio dessa corte que a baixa do açúcar e pouca saca que experimentavam nasciam do excessivo preço que tinham neste Estado dos vícios com que ele se fabricava, sendo que de nenhuma destas coisas nasce a pouca saída que tem nesse reino”.

²³ Avanete P. Sousa. **A Bahia no século XVIII**, p. 266.

²⁴ R. H. Tawney. **A religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971, pp. 46 e 55. A atuação das Câmaras municipais contra atravessadores e manipulações de preço era, normalmente, marcada por valores da tradição escolástica: “Não há lugar na teoria medieval para a atividade econômica que não esteja relacionada com um fim moral”; “o mais adequado é que fossem fixados [os preços] por funcionários públicos, depois de investigarem os suprimentos disponíveis e formarem uma estimativa dos requisitos das diferentes classes”.

²⁵ Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 24 de abril de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 139.

nominal arrecadado e o valor real do que foi pago pelos contribuintes comprometeria as finanças do município, podendo prejudicar os compromissos fiscais da Câmara.

Naqueles tempos, a Câmara se encontrava pressionada por uma hipertrofia fiscal, a enfrentar as insatisfações dos moradores, por um lado, e as exigências das autoridades metropolitanas por outro. Os camaristas, então, empreenderam negociações²⁶ a fim de aliviar o peso da tributação, solicitando a diminuição da tropa e a flexibilização do Donativo; também defendiam o negócio do açúcar junto à Coroa, da qual esperavam proteção contra as pressões mercantis baixistas, pois boa parte da arrecadação dependia do valor da mercadoria dos engenhos.

Demandas coloniais

Para apoiar suas negociações com a Coroa, a Câmara contou com procuradores em Portugal. As cartas a estes procuradores mostram as demandas que em cada momento eram vistas como prioridade na Bahia. Não é objetivo desta pesquisa investigar especificamente a atuação de cada procurador, mas as mensagens e instruções enviadas a eles pelos camaristas da cidade do Salvador são valiosas para o estudo dos processos de negociação e da realidade colonial mais saliente aos homens da governança e à elite baiana. Neste sentido é que aproveitei os registros históricos que a Câmara deixou nas *Atas* e nas *Cartas* acerca desta figura: um representante avançado da Bahia na metrópole, instruído e orientado para melhor encaminhar as demandas coloniais.

José Moreira de Azevedo, que foi procurador da cidade do Salvador em Lisboa entre meados dos anos 1660 e início da década seguinte, recebeu uma *Instrução* dos oficiais da Câmara, um valioso documento acerca das negociações que os camaristas da capital colonial estavam empreendendo na corte. Este papel enumera as cinco principais demandas coloniais, chamadas de requerimentos, sobre as quais o procurador deveria concentrar seu esforço.²⁷

²⁶ Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1996, pp 500 e seguintes. Uma das passagens da conclusão da tese de Figueiredo é, particularmente, elucidativo para o problema da negociação: “Dificuldades materiais aliadas a noções de direito e valores próprios permitem que colonos não apenas protestem mas proponham incessantemente alternativas no campo financeiro e fiscal à metrópole; sobretudo no que toca à gestão de recursos obtidos pelos impostos”.

²⁷ Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 74-76.

O primeiro e principal “requerimento” diz respeito à jurisdição fiscal da Câmara. A tributação municipal foi extremamente ampliada nas décadas de 1650 e 1660. No final da guerra contra os neerlandeses, a Fazenda Real estava exaurida e sem meios políticos para extrair dos moradores um valor suficiente para sustentar o dispositivo militar sediado na cidade. Então, em 1652, foi transferida para a Câmara a responsabilidade direta de arrecadar e administrar os recursos que serviam para o dito sustento da infantaria, ampliando o valor controlado pelos camaristas em dezenas de milhares de cruzados por ano.²⁸

No início da década seguinte, em decorrência dos tratados de paz com a Inglaterra e com os Países Baixos, a Coroa resolveu colocar sobre as conquistas a maior parte do peso da indenização de guerra devida aos neerlandeses. Some-se a esta indenização uma boa contribuição para o dote de dona Catarina de Bragança, irmã de Afonso VI, cujo casamento com o rei inglês consolidava a aliança entre Portugal e Inglaterra, estratégica no contexto da guerra de Restauração contra a Espanha. Unidos em uma só tributação, a indenização e o dote foram denominados de Donativo do dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda.

A parte da Bahia no Donativo era de 1.280.000 cruzados, divididos, inicialmente, em 16 parcelas anuais de 80 mil. Rapidamente, a Coroa reconheceu a impossibilidade de tamanha ampliação tributária sobre a população da capitania, que já se contorcia bastante para pagar o sustento da infantaria. Aceitou, então, que o Donativo fosse pago em 30 parcelas anuais de 42 mil cruzados cada.²⁹ Com esta nova tributação, a Câmara passou a arrecadar anualmente um valor maior do que a Fazenda Real arrecadava com o contrato dos dízimos.

Alguns homens da governança, certamente, viam a jurisdição da Câmara sobre tanto dinheiro como uma oportunidade tentadora para desvios e favorecimentos. Mas, possivelmente, o principal objetivo do poder local em assumir tamanho peso fiscal era evitar que a Fazenda Real, a título de sustento da infantaria ou de Donativo do dote e paz,

²⁸ Carta para Sua Alteza sobre o sal ser uma das condições com que se aceitou por este Senado o sustento da infantaria desta praça. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 107-110.

²⁹ Conferir: Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**: o Donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a Paz de Holanda. (Portugal e Brasil c.1660-c.1725). Tese de doutorado. Niterói. UFF. 2014. Documentos camarários das duas últimas décadas do século apresentam a dívida dividida em 32 parcelas anuais de 40 mil cruzados cada.

cobrasse dos moradores mais do que o necessário, como parece ter ocorrido durante os anos mais duros da guerra contra a Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC).³⁰

Sempre desconfiados dos ministros da Fazenda Real, os oficiais da Câmara procuraram defender sua autonomia fiscal sobre suas receitas. Nas cartas ao reino, constantemente atacavam qualquer “intromissão” de outros organismos, alegando que sua autonomia era uma das condições assentadas nos acordos quando da transferência do pagamento da tropa e do aceite do Donativo.

Em meados dos anos 1660, entretanto, a autonomia fiscal do município foi prejudicada por uma superintendência imposta pela Coroa, com o objetivo de vigiar possíveis fraudes na arrecadação municipal. A superintendência foi entregue ao procurador da cidade que antecedeu a João Moreira de Azevedo, o doutor João de Góes de Araújo, que voltou de Portugal como desembargador do Tribunal da Relação, e com a incumbência de construir um estaleiro no Rio de Janeiro, além do poder de investigar e denunciar “descaminhos” na arrecadação do Donativo do dote e paz.³¹ José Moreira de Azevedo foi instruído a tentar tirar de João de Góes a tal superintendência – este episódio se confundiu com as disputas entre facções que dividiam a açúcarocracia baiana.

Numa conjuntura de dificuldades para o negócio do açúcar, que tendeu a piorar nas décadas seguintes, além da defesa da jurisdição fiscal da Câmara, caberia ao procurador da cidade da Bahia mostrar ao príncipe “as misérias do tempo e a impossibilidade dos moradores”. O intuito era evitar o aumento da carga fiscal e pressionar pela diminuição do efetivo militar na capitania, reduzindo o peso do seu sustento.

Pode-se inferir que a atuação do procurador da Bahia em Lisboa ajudou a liberar recursos do Donativo para despesas locais do Estado em alguns momentos. O próprio sustento da infantaria foi, frequentemente, coberto com recursos arrecadados a título de Donativo do dote e paz. Outras despesas contaram, de vez em quando, com os recursos do Donativo: conserto de navios da carreira da Índia, atendimento de saúde a marinheiros, obras do estaleiro da cidade, contribuição para o custeio de expedições punitivas contra

³⁰ Informação da Câmara desta cidade que se mandou ao procurador na cidade de Lisboa, o doutor Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 15 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 125-131.

³¹ Provisão régia encarregando o desembargador João de Góes de Araújo da superintendência da fábrica das fragatas e de devassar dos descaminhos da Fazenda Real. Lisboa, 13 de dezembro de 1666. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2164.

índios inimigos etc. Este tipo de expediente aliviava um pouco a pressão fiscal, servindo, ao mesmo tempo, o comércio colonial.³²

Outra demanda dizia respeito aos envios de carregamentos de sal português para a Bahia, que deveriam ser providenciados pelo procurador. A mercadoria era importada pela Câmara, que revendia aos moradores da capitania com ganho. Segundo a *Instrução* de José Moreira de Azevedo, todos os anos eram necessários mil moios³³ de sal (mais de 770 toneladas ao ano). Os ganhos deste negócio eram aplicados no sustento da infantaria.

Um cálculo simples pode oferecer a ideia do ganho que a Câmara teria se conseguisse distribuir anualmente todo aquele sal. Cada moio contém 60 alqueires, vendidos a 320 réis cada um. Se a Câmara pagasse por alqueire 200 réis, como aconteceu numa operação no ano de 1670,³⁴ pode-se considerar a estimativa de lucro em 120 réis por alqueire. Mil moios de sal dariam 60 mil alqueires; 60 mil alqueires produziriam um lucro de 7:200\$000 réis, ou 18 mil cruzados, um valor bastante significativo – mais de 40% do que os moradores deveriam pagar anualmente pelo Donativo do dote e paz. Daí a importância da dedicação do procurador da Bahia a este negócio.

A terceira demanda ou requerimento era por moeda. Há documentos que acusam uma relativa falta de moeda na primeira metade do século XVII, mas, após a Restauração, o meio circulante na colônia tendeu a perder volume de modo mais acentuado devido aos obstáculos no comércio com a praça de Buenos Aires.³⁵ Com o açúcar da Bahia perdendo valor no comércio colonial, menor era a retenção de dinheiro no Brasil. Se entravam menos patacas pelo Prata e saíam mais em direção ao reino, a conclusão é que havia menos dinheiro em circulação, situação acusada na *Instrução* e em muitos outros documentos produzidos na Bahia durante as últimas décadas do século XVII.

e juntamente remeter à vossa mercê quatro mil cruzados de moeda de cobre da qual quantia passará letras na forma que o doutor João de Góes de Araújo tinha contratado com dito Bento da Silva Bravo [...] É mui necessária moeda de prata que só corra neste Estado pelos grandes interesses que se seguem de haver

³² Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**: o Donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a Paz de Holanda. (Portugal e Brasil c.1660-c.1725). Tese de doutorado. Niterói. UFF. 2014, pp. 128, 131-133 e 138.

³³ Um moio equivale a 60 alqueires e a 828 litros. Luis Lisanti Filho. **Negócios coloniais**: (uma correspondência comercial do século XVIII). Volume 1. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, pp. LXXXVII.

³⁴ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara sobre o sal que compraram ao general da armada Antônio de Sousa Montenegro. Salvador, 06 de fevereiro de 1670. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 25 e 26.

³⁵ Alice P. Canabrava. **O comércio português no Rio da Prata** (1580-1640). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984, p. 181. E Pedro C. Lüders. **Portugal e o comércio do Rio da Prata** (1640-1680). Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2017, pp. 140-145.

moeda que não se possa levar para outra parte, e esta se pode fazer no reino em que Sua Majestade tire interesse que baste para o risco e não sendo assim, servido lhe será vossa mercê como melhor lhe parecer.³⁶

Neste trecho da *Instrução*, duas informações se destacam. Primeira: havia um negócio já encaminhado pelo qual foram encomendados quatro mil cruzados (1:600\$000 réis) em moedas de cobre a Bento da Silva Bravo. Moedas de cobre eram de baixo valor, menores que um vintém, cuja demanda indica necessidade de trocos no comércio urbano da Bahia, além de ser um dinheiro de tamanho apropriado para as pequenas esmolas.³⁷ Segunda informação: pediu-se ao rei moeda de prata, ligada às transações mercantis mais robustas, à agiotagem e à importação de fazendas europeias.

A moeda de prata a ser encomendada devia ter características especiais, isto é, o dinheiro não poderia correr em outras partes, mas somente no Brasil – um tipo de moeda denominada provincial, cuja retirada do espaço para o qual foi feita seria proibida. Conseguir a aprovação de uma moeda provincial para a colônia era uma negociação tão importante quando demorada. Esta demanda indica a relevância da evasão monetária para o reino e, conseqüentemente, o menor volume do meio circulante no espaço colonial. É um forte indício de potenciais dificuldades nas finanças dos senhores de engenho e até de uma maior tendência ao endividamento.

O quarto requerimento era um pedido para que o rei mandasse o governador-geral fazer guerra aos índios inimigos e aos quilombolas de Palmares. Desde o início da década de 1650, foram organizadas algumas expedições punitivas contra grupos indígenas que atacavam localidades portuguesas ao sul e a oeste da baía de Todos os Santos. Porém, as agressões dos autóctones americanos persistiram, intermitentes, até o início dos anos 1670, quando expedições paulistas devassaram os sertões do Aporá matando e aprisionando milhares de pessoas. Pode-se dizer que este requerimento teve a negociação mais curta e bem-sucedida, ao menos no que toca ao “gentio bárbaro”, pois José Moreira de Azevedo chegou em Lisboa no início do segundo semestre de 1667, e o príncipe dom Pedro assinou uma carta régia em fevereiro de 1668, na qual ordenava que se achasse

³⁶ Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. *Atas da Câmara*, volume 5, p. 75.

³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da Câmara da Capitania do Rio de Janeiro acerca de ser conveniente haver nela moeda de cobre de dez e cinco réis. Lisboa, 3 de outubro de 1679. IHGB. Fundo Conselho Ultramarino, volume 22, fls. 69 a 70.

solução para o problema.³⁸ Talvez não haja relação entre um acontecimento e outro, mas vale assinalar que a cronologia dos fatos sugere a hipótese.

Já sobre Palmares, a solução era mais complexa. O governo metropolitano conseguiu sufocar completamente um elemento tão subversivo à ordem escravista açucareira apenas na década de 1690, mais precisamente, em 20 de novembro de 1695, com a morte de Zumbi e seus últimos guerreiros.³⁹ No trecho abaixo, encontra-se uma das poucas vezes que, na documentação, a Câmara da Bahia aparece exercendo certa centralidade em relação a questões vinculadas a outra capitania.

a opressão que padecemos todos com o gentio de Angola que assiste nos Palmares e bem o da terra circunvizinho representa vossa mercê a Sua Majestade para que o governador lhe faça guerra assim pelo que convém a seu real serviço como pelas conveniências que se seguem a esta capitania de Pernambuco em se extinguirem estes inimigos.⁴⁰

No que toca aos índios inimigos dos portugueses, a solução definitiva que o rei esperava foi alcançada com expedições empreendidas em 1671, 72 e 73, num período de combates denominado por Pedro Puntoni de “a Guerra do Aporá”. Cabe destacar que estas expedições não ficaram baratas para os moradores do Recôncavo, pois custaram, no mínimo, 24:450\$000 réis, ou 61.125 cruzados. A Fazenda Real ficou exaurida e houve murmuração entre os moradores, que alegavam não ter condições de dar tanto dinheiro pois já tinham sido tributados para o sustento da infantaria.⁴¹

O quinto requerimento é sobre os engenhos, mas o texto não está claro: “sobre as fábricas dos engenhos convém muito que Sua Majestade nos faça mercê ampliar a provisão que sobre este particular nos fez conceder para que sem embargo da ordenação se dê complemento a ela”.⁴² Ainda que seja possível levantar várias hipóteses, o que merece um primeiro destaque é o interesse na preservação da produção açucareira.

A *Instrução* ainda previa a possibilidade de outros negócios, nos quais o provedor devia atuar para o “aumento deste povo, e a este respeito nos conformamos com tudo o que vossa mercê dispuser”. O procurador poderia, inclusive, pagar em segredo a pessoas

³⁸ Pedro Puntoni. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp e Fapesp, 2002, p. 107.

³⁹ Conferir o clássico de Décio Freitas. **Palmares**: a guerra dos escravos. 2ª edição, ampliada. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, pp. 149-179.

⁴⁰ Traslado da instrução ..., p. 75.

⁴¹ Pedro Puntoni. **A guerra dos bárbaros**, p. 112.

⁴² Traslado da instrução..., p. 75.

influentes por sua inclinação favorável às demandas coloniais. Se as reponsabilidades de José Moreira de Azevedo eram grandes, os poderes também tinham que o ser:

se para via de se conseguirem estas pretensões e as mais que vossa mercê representar à Sua Majestade em aumento e utilidade desta cidade é necessário dar algum donativo a ministro ou alguma pessoa que alcance o conseguirem-se, vossa mercê passará letra sobre este Senado [...] não será necessário mostrar vossa mercê clareza alguma desta despesa por serem estes negócios de tanto segredo que não é possível haver neles quitação da verdade de vossa mercê fiamos tudo.⁴³

Linguagem e mercantilismo

Logo que chegou em Lisboa, o procurador José Moreira de Azevedo iniciou conversações com pessoas de grande relevo político, chegando a ser recebido pelo terceiro conde de Castelo Melhor, valido do rei dom Afonso VI. Sobre seus primeiros passos na metrópole, escreveu uma carta aos camaristas da Bahia em 17 de setembro de 1667.⁴⁴ O documento aponta a necessidade de informes mais detalhados nas cartas remetidas da Bahia, pois havia no reino muito desconhecimento sobre os problemas mais recentes da colônia.

O governo português, consciente da distância e da demora nas comunicações, a princípio, reconhecia que estas defasagens deveriam ser consideradas, recomendando sempre suavidade aos homens do governo na colônia. Estas recomendações eram constantes e podem ser compreendidas como a aplicação do princípio de adaptabilidade, talvez, a característica mais marcante da administração imperial portuguesa. Esta defasagem de conhecimento ampliava as possibilidades de negociação entre a Câmara e a Coroa, nas quais um agente avançado, como o procurador da Bahia, poderia ser muito útil ao polo colonial. Neste sentido, sentenciou Laura de Melo e Sousa:

Em colônias, separadas dos centros decisórios do poder – as metrópoles – por meses de navegação marítima e habitadas por grandes contingentes de escravos, o mando estava fadado a ser contemporizador, pois caso vestisse apenas a máscara da dureza, o edifício todo se esboroava, a perda do controle levava à da própria colônia. Administração, portanto, só podia ser entendida à luz da política: separar uma da outra condenava o observador à apreensão mecânica e funcionalista do fenômeno, impondo a perda de seu sentido dialético.⁴⁵

⁴³ Traslado da instrução..., p. 76.

⁴⁴ Cópia da carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade escreveu”. Lisboa, 17 de setembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 332 e 333.

⁴⁵ Laura de Mello e Sousa. Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa no século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 31.

Segundo o que José Moreira de Azevedo apurou, as cartas que o Senado enviava ao rei “eram sucintas e que vossas mercês se não explicavam nelas com as circunstâncias necessárias”. As explicações apresentadas não eram adequadas aos requerimentos e, portanto, não conseguiam compensar significativamente a distância física e a defasagem temporal da comunicação entre metrópole e colônia. A confusão na comunicação gerou dúvidas acerca do Donativo do dote e paz, promovendo desconfianças e fortalecendo denúncias de desvios que chegavam da colônia.

O procurador tentou esclarecer ao conde de Castelo Melhor que o Senado estava cobrando o dinheiro para o sustento da infantaria junto com o Donativo, a fim de não aborrecer os contribuintes com muitas fintas em um mesmo ano. Ou seja, a Câmara cobrava no lançamento das fintas do Donativo, o necessário para o pagamento anual e mais um pouco, visando complementar o que faltasse para o pagamento dos soldados. O procedimento devia dar margem a certas manobras nas contas, pois não havia uma organização clara nos livros contábeis da tesouraria.

Com efeito, as cartas “sucintas” careciam de mais detalhamento e de explicações mais cuidadosas. O novo procurador escreveu um longo papel para o Conselho Ultramarino a fim de informar melhor os conselheiros sobre o que ocorria na Bahia.

em quatro folhas de papel relatei os serviços que esse Senado tinha feito à Sua Majestade, o zelo e desinteresse com que serviam os sujeitos que nele serviam, o cuidado e desvelo com que tratavam o governo, e o amor e lealdade com que todos os moradores se empregam em seu real serviço sem que os maiores apertos os obrigasse ao menor escrúpulo de infidelidade.⁴⁶

“Amor e lealdade”, ainda que em meio aos “maiores apertos”, nunca teriam faltado aos moradores da Bahia. Os sentimentos nobres em relação ao rei eram enfatizados pelas “misérias” da colônia. Na negociação, mais do que enunciar o amor dos vassalos, importava engrandecê-lo por meio de uma explicação mais detalhada das “misérias” dos moradores e dos apertos que passavam para honrar o pagamento de tributos – “a amplificação das dificuldades, como técnica de conseguir assentimento para decisões”.⁴⁷ O procurador argumentou como recomendava sua *Instrução*.

⁴⁶ Cópia da carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade escreveu”. Lisboa, 17 de setembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 333.

⁴⁷ João Adolfo Hansen. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 112.

A Câmara pagava a Feliciano Dourado, membro do Conselho Ultramarino, para facilitar os trâmites das demandas da Bahia. J. M. Azevedo explicou que a ele “faltavam as notícias para desfazer as dúvidas que cada instante se movem”. Porém, Dourado, “a chave do Conselho”, era uma peça importante nas negociações, sendo melhor informá-lo do que dispensá-lo. Aos camaristas, o procurador escreveu na carta citada acima: “espero que vossas mercês mandem efeitos para se não faltar com o seu [de Feliciano Dourado] ordenado, porque consiste nele grande parte do nosso vencimento pela inteligência que lhe sobra e falta nos mais ministros”.⁴⁸ Após atualizar os oficiais sobre vários negócios, o procurador alertou: “o que se não alcançar em um ano, muitas vezes, sucede conseguir-se no outro”. E que “os negócios da corte têm sua dilação, para se conseguirem há mister tempo e gênio, se bem eu entendo-me não dilatarei muito”.⁴⁹

No que diz respeito à demanda por moeda provincial, a “dilação” foi bastante ampla. Neste longo processo de negociação, a Coroa só atendeu à demanda colonial no final do século, quando os impactos da crise do negócio do açúcar, ocorrida no final da década de 1680 e início da seguinte, deterioraram muito a condição de parte da açucarocracia. No início de 1694, o rei dom Pedro II fundou a Casa da Moeda na Bahia, para produzir dinheiro provincial por tempo e em quantidade limitados.⁵⁰

Com o objetivo de conseguir sua moeda provincial, os homens de governança da Bahia acabaram por escrever algumas cartas menos sucintas e mais adaptadas aos discursos mercantilistas que corriam na corte. Um exemplo emblemático da penetração de ideias mercantilistas na colônia é uma carta que os oficiais escreveram ao rei, em meados de 1693, poucos meses antes de a Coroa determinar a abertura da Casa da Moeda provincial:⁵¹

é a moeda instrumento dos contratos, alma do negócio, o meio de se adquirirem as riquezas e conservarem os cabedais, mostra-se esta verdade, a experiência de todas as cidades do mundo que cresceram, ou diminuíram na opulência, não nos é necessário recorrer à memória, aos sucessos dos estranhos quando estão vendo os nossos olhos na Bahia: floresceu na riqueza, na abundância, no

⁴⁸ Cópia da carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade escreveu”. Lisboa, 17 de setembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 334 e 335.

⁴⁹ *Idem*, pp. 337-339.

⁵⁰ Conferir: Cleber Baptista Gonçalves. **Casa da Moeda do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989. Fernando C. G. C. Lima. “A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. Agosto de 2005. E Rafael da Silva Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2014.

⁵¹ Protesta da nobreza da cidade da Bahia ao Senado da Câmara, para a fazer presente a S. Majestade. Bahia, 28 de julho de 1693. **Cartas do Senado**, volume 4, pp. 3-10.

comércio enquanto teve dinheiro, e hoje que o não tem, está pobre, penuriosa e sem negócio”.⁵²

O texto mostra marcas mercantilistas. O dinheiro aparece como um elemento fundamental para o funcionamento do comércio e da produção, além de necessário ao Estado, pois sem ele não há contratos, isto é, não há quem arrende os impostos. Se houver dinheiro, a atividade econômica se anima; sem dinheiro, a Bahia fica “pobre, penuriosa e sem negócio”. Sem dinheiro, os senhores de engenho não podem abastecer suas fábricas com os insumos necessários. Naquela altura, a diminuição do meio circulante estaria causando queda na produção de açúcar, “e brevemente nem esse pouco poderão fazer”.⁵³

Daqui se segue que como vão faltando os frutos, vão faltando os pagamentos, não só dos engenhos e fazendas, senão de todo o gênero de contratos, porque todos dependem do açúcar; enfadam-se os credores, fervem as demandas, as trapças, as execuções, e brevemente este fantástico corpo composto de cabedais alheios se verá despido das aparências e reduzido a cinzas do que foi.⁵⁴

No trecho acima, além da necessidade urgente de dinheiro na Bahia, os oficiais apontam o alto nível de endividamento dos senhores de engenho, os quais não conseguiriam manter nem as aparências, se a situação continuasse da mesma forma. A nobreza colonial da Bahia estava reduzida a um “fantástico corpo composto de cabedais alheios”. Identificado com o açúcar, “finalmente perecerá o Brasil por todas estas consequências nascidas da falta de moeda”.⁵⁵

Parece-me, portanto, improdutivo abandonar o problema do mercantilismo. Principalmente, porque esta tese tem no conceito de Antigo Sistema Colonial um de seus alicerces. O autor de *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* também designou seu conceito como “sistema colonial do mercantilismo”, pois a formação do Brasil seria um resultado da “forma mercantilista de colonização”.⁵⁶

Fernando Novais apresentou o mercantilismo como a política econômica “que se desenvolvia e predominava na Europa entre os Descobrimentos e a Revolução Industrial”. As políticas mercantilistas serviriam para o fortalecimento do Estado absolutista e as colônias tinham um papel relevante neste processo.⁵⁷ Esta abordagem se aproxima

⁵² *Idem*, p. 5.

⁵³ *Idem*, pp. 5 e 6.

⁵⁴ *Idem*, p. 6.

⁵⁵ *Idem*, p. 6.

⁵⁶ Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, pp. 57 e 58.

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 60 e seguintes.

daquelas que relacionam o mercantilismo ao processo de fortalecimento dos Estados e ao desenvolvimento econômico da Europa, uma concepção, hoje clássica, cujas raízes se estendem ao final do século XIX.⁵⁸

O mercantilismo é um tema que vem sofrendo certo ostracismo nas pesquisas acerca do período colonial da História do Brasil. O desinteresse por ele não é recente. Tome-se como exemplo *Segredos Internos*, de Stuart Schwartz, um texto obrigatório para qualquer estudo sobre nossos tempos coloniais. No original, em língua inglesa, o nome *mercantilism* aparece uma única vez, mal contextualizado, para explicar uma situação na precoce década de 1530. O adjetivo *mercantilist* aparece três vezes: duas em uma discussão acerca do suposto caráter feudal da formação do Brasil, na qual o termo aparece de modo superficial; e outra, quando o autor relata a conjuntura recessiva da década de 1680 na Bahia, para designar formuladores de ideias econômicas em Portugal, mas sem aprofundamento significativo.⁵⁹ A onda revisionista das últimas décadas consolidou a tendência.

Felizmente, houve quem não se intimidasse. Para citar um texto cujo objeto é íntimo dos problemas que esta pesquisa discute, em *A Bahia no século XVIII*, Avanete Pereira Sousa relaciona, muitas vezes, a política metropolitana ao mercantilismo. Costurando as tensões e as convergências entre os poderes local e o central, na Salvador do setecentos, a historiadora escreveu: “as práticas econômicas coloniais, no período moderno, quando vigorou o sistema mercantilista, se processavam sob rigoroso controle metropolitano, que envolvia inúmeros mecanismos e institutos definidores dos sistemas de produção e de comercialização”.⁶⁰

⁵⁸ Conferir Lars Magnusson. **Mercantilism**, pp. 25-27 (período de predominância das opiniões de Smith sobre os textos mercantilistas) e pp. 28-31 (“The historical reaction”). Nas últimas décadas do novecentos, muitos estudiosos passaram a se opor à noção deixada por Adam Smith, e seus seguidores, acerca do pensamento econômico que predominou na Época Moderna. Para os economistas liberais do século XIX, as ideias mercantilistas eram incoerentes e pouco sólidas, apresentando falhas conceituais graves como a associação entre riqueza e dinheiro, e a defesa de um protecionismo fantasioso e infantil; as práticas, por sua vez, estavam necessariamente ligadas a interesses de grupos mercantis em detrimento do bem público. A escola do *laissez-faire*, enquanto não poupava munição contra o mercantilismo, acabou por formular e difundir o conceito. O movimento de reação começou na Inglaterra e na Alemanha, onde estudiosos passaram a defender os mercantilistas com base na racionalidade da balança comercial favorável, vista como necessária para o enriquecimento do país e fortalecimento do Estado. A partir deste movimento, o debate acerca da consistência do pensamento mercantilista ganhou força, alcançando até o século XXI.

⁵⁹ Stuart Schwartz. **Sugar plantations in the formation of Brazilian society**. Bahia, 1550-1835. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. *Mercantilism* na p. 16; *mercantilist* nas pp. 254, 257 e 195 (“Portuguese mercantilist thinkers”).

⁶⁰ Avanete P. Sousa. **A Bahia no século XVIII**, p. 203. Outras passagens em que aparecem referências ao mercantilismo podem ser conferidas nas páginas 111, 112, 210 e 269

Uma das pretensões desta pesquisa é relacionar as dificuldades econômicas da elite colonial e do Estado à elaboração de argumentos na correspondência da Câmara de Salvador endereçada à Coroa. A conjuntura recessiva na Bahia, principalmente no momento mais crítico, provocou certo ajuste no conteúdo de mensagens importantes enviadas a Portugal. Além de outros fatores, estes ajustes foram feitos sob influência de ideias mercantilistas, que, naquele momento, orientavam o governo metropolitano. Uma das minhas hipóteses é que tal sintonia de discurso permitiria melhor recepção das demandas coloniais na corte.

Consolidada a Restauração, Portugal viu-se mergulhado em uma situação econômica em deterioração. As decisões da Coroa durante esta conjuntura crítica (do final dos anos 1660 até o início dos anos 1690) foram orientadas por homens como dom Luís de Meneses, o terceiro conde da Ericeira, que concebia as atividades de governo relacionadas à economia segundo certos padrões do mercantilismo.⁶¹

Circulando em cartas e conversas entre Bahia e Portugal, os discursos mercantilistas acompanhavam as medidas de política econômica. E são estes textos que serão discutidos, em primeiro plano, no desenrolar dos capítulos deste estudo. Para tanto, foi necessário lançar mão da obra de Lars Magnusson, que propôs uma interpretação do mercantilismo enquanto linguagem econômica. Esta linguagem teria sido formada na Inglaterra, a partir da década de 1620, em meio a um intenso debate sobre a riqueza do país, a natureza do comércio, a importância da moeda e outros temas econômicos. Muitos autores acabaram por elaborar, no decorrer do século XVII, um repertório de expressões e um vocabulário. Este processo foi considerado por Magnusson como a formação de uma linguagem própria para as discussões do debate – nascia assim o mercantilismo.⁶²

A proposta me pareceu muito interessante, mas como excluir deste processo a contribuição de autores franceses do XVI, de Colbert ou dos arbitristas espanhóis? Então, ainda que não houvesse um debate tão independente e intenso fora da Inglaterra, o fato é que, na segunda metade do seiscentos, discursos racionalizados sobre assuntos econômicos circularam por toda a Europa ocidental. Neste sentido, aproveito parte da proposta de Magnusson, flexibilizando-a um pouco.

⁶¹ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco: 1668-1703**. Lisboa: Dom Quixote, 1986, pp. 182 e seguintes. Acerca da influência de Duarte Ribeiro de Macedo, no mesmo período, conferir: Virgínia Rau. “Política econômica e mercantilismo na correspondência de Duarte de Macedo (1668-1676)”. **Do tempo e da História**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1968, v. 2, pp. 42 e seguintes.

⁶² Lars Magnusson. **Mercantilism: the shaping of an economic language**. Londres e Nova York: Routledge, 1994, pp. 211 e 212.

Em termos de forma, tomo a ideia de mercantilismo como uma linguagem econômica em construção, cuja difusão atingiu Portugal. Como se pode ver na carta de 1693, enviada ao rei pelos oficiais da Bahia, este processo teve alguma influência na comunicação política entre Portugal e Brasil. Em termos de conteúdo, neste estudo, todo enunciado elaborado a partir da racionalização de fatores predominantemente econômicos e/ou político-econômicos, com certo viés sistematizante, propositivo e, normalmente, circunscrito ao alcance do Estado, será considerado um discurso mercantilista.

Paralelamente, apoio-me também na concepção clássica de mercantilismo:⁶³ as políticas de intervenção do Estado moderno em formação na esfera econômica, visando o aumento da produção, do comércio e da arrecadação. Em grande medida, estas políticas são a matéria-prima e o produto da linguagem econômica que nasceu na Europa da Época Moderna.

Os capítulos da tese

No primeiro capítulo, apresentei as principais referências historiográficas que me orientaram na abordagem geral do período colonial e da comunicação política entre a Bahia e a metrópole no século XVII. São os andaimes sobre os quais montei minhas reflexões e conduzi a discussão do tema das negociações. Ainda que muitas destas referências não apareçam no decorrer dos capítulos, creio que seu papel estruturante esteja bem explicitado nesta parte da tese.

O segundo capítulo está dividido em duas partes. Na primeira metade deste texto, desenvolvi uma discussão historiográfica acerca das negociações entre metrópole e colônia com ênfase no caso do Brasil. Partindo da proposta de Greene, procurei apresentar autores relevantes que passaram pelo tema em suas pesquisas sobre Brasil colonial. Na segunda metade do capítulo, iniciei a discussão acerca da hipertrofia fiscal da Câmara da cidade do Salvador e do longo processo de negociação relacionado ao sustento da infantaria e do imposto do dote da rainha e paz de Holanda.

⁶³ Eli Heckscher. **La época mercantilista**: historia de la organizacion y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. Para os necessários contrapontos a Heckscher, conferir Donald. C. Coleman (ed.). **Revisions in mercantilism**. Londres: Methuen, 1969. Para uma apresentação do mercantilismo como política econômica e discurso, com ênfase naquela, mas sem desprezar este, conferir Francisco José Calazans Falcon. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

No terceiro capítulo, o mais longo da tese, discuti o processo de negociação por alívio fiscal empreendido pelos camaristas da Bahia junto à Coroa. É uma continuação bastante estendida da segunda parte do capítulo 2. Começa no início da década de 1660, com o estabelecimento do Donativo do dote e paz, e vai até o final dos anos 1680, período mais crítico da crise açucareira.

O quarto capítulo é dedicado às negociações acerca dos problemas monetários. Segundo os documentos camarários, o declínio do meio circulante na Bahia, agravado após a Restauração, acabou por contribuir com a deterioração dos preços do açúcar e alavancou o endividamento da elite colonial. As demandas por moeda, necessária aos negócios e à própria arrecadação do Estado, foram impulsionadas pela crise açucareira da década de 1680, desembocando na questão da produção de moeda provincial no Brasil.

No quinto capítulo, apresentei as discussões acerca do negócio do açúcar. Selecionei alguns textos, produzidos na segunda metade do seiscentos, que mostram a consciência aguda dos moradores mais instruídos da colônia acerca da importância dos engenhos para o Brasil e para Portugal, base de sua argumentação nas negociações pela proteção da produção colonial de açúcar. Destaquei o tema do preço a fim de reforçar o caráter mercantil do papel da açucarocracia nas relações entre metrópole e colônia.

Capítulo 1 – Espaço colonial e mercantilismo

Fundamentos mercantis da colonização

Estudando a Europa pré-industrial, Fernand Braudel¹ acabou por construir uma plataforma de observação muito interessante para o estudo da História econômica. Ele elaborou três categorias relacionadas a níveis de atividade econômica diferentes. Resumidamente: a “vida material” (a grossa camada das atividades de subsistência), a “economia de mercado” (uma camada intermediária, que é o mundo das feiras, das lojas e da produção da maior parte das mercadorias) e o “capitalismo” (a fina e poderosa camada dos monopólios de fato e de direito, das manipulações de câmbio, dos grandes mercadores e prestamistas). Grosso modo, os dois últimos são níveis de circulação, estando a economia de mercado abaixo do capitalismo, diferenciando-se pelo volume de capital envolvido nas rotações, pela sofisticação dos negócios e pelas distâncias entre as diversificadas áreas produtivas e os mercados consumidores mais relevantes. A partir desta plataforma tripartite, o historiador francês escreveu os volumes de seu *Civilização material, economia e capitalismo*, com os quais procurou suprir as lacunas deixadas por simplificações que o incomodavam nas obras sobre a economia europeia entre os séculos XVI e XVIII.

Seria possível pensar o processo de colonização no Novo Mundo tomando como referência as categorias criadas por Braudel? Ainda que ele não tenha escrito texto algum que aponte, com clareza, na direção dos desdobramentos desenvolvidos adiante, entendi que o exercício de apresentar uma possível resposta à pergunta acima auxiliaria na

¹ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. séculos XV-XVIII. Volume 1. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 11 e seguintes. No início da década de 1950, Lucien Febvre entregou a Braudel o trabalho de escrever, para a coleção *Destins du monde*, um texto sobre a história econômica da Europa pré-industrial. Inicialmente, seria um balanço dos trabalhos mais destacados naquele campo da historiografia, porém, segundo Braudel, as análises simplificadoras de economistas e historiadores não contemplavam a devida complexidade econômica na qual estava envolvido o continente europeu antes do século XIX.

composição de um quadro geral dentro do qual se localizam os principais problemas que neste texto serão discutidos.

Especificamente, para o período colonial da História do Brasil, a clivagem conceitual entre o nível da economia de mercado e o capitalismo desafia o historiador com uma questão já de partida: as atividades econômicas de maior destaque na formação da América portuguesa estão mais relacionadas à economia de mercado ou ao capitalismo? Em primeiro lugar, sem desprezar os aspectos políticos e culturais envolvidos na expansão europeia da Época Moderna, não se pode negar que as rotações do capital mercantil no comércio transoceânico motivaram e sustentaram os empreendimentos expansionistas e de colonização. Em segundo lugar, sabe-se que, nos séculos XVI e XVII, os principais centros da colônia, em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro, foram construídos sobre a produção de gêneros coloniais de alto valor comercial, com destaque para o açúcar. Portanto, a estruturação das áreas coloniais mais dinâmicas, sobre as quais a Coroa jogava o peso do Estado, relacionou-se mais com o capitalismo, como Braudel o entendia.

O negócio do açúcar se inseria, fundamentalmente, no nível do capitalismo, isto é, o produto do trabalho de dezenas de milhares de pessoas escravizadas era colocado em circulação e transformado em lucro no nível mercantil mais avançado e sofisticado. As oscilações do negócio respondiam principalmente às conjunturas do grande comércio europeu. Por consequência, as negociações entre a elite açucareira e a Coroa portuguesa, em se tratando de temas de mercado caráter econômico, devem ser contextualizadas com base nos problemas do nível mais alto da circulação.

Para Fernand Braudel, o capitalismo nada tem a ver com um modo de produção,² portanto, não concorre com o modo de produção do capital conceituado por Karl Marx, a despeito de alguma possível confusão envolvendo o termo capitalismo. Segundo o historiador francês, o “capitalismo é, grosso modo (mas só grosso modo), a forma como se conduz, para fins usualmente pouco altruístas, esse jogo constante de inserção”.³ Em suma, o capitalismo é o nível de atividade mercantil em que há investimento de grande quantidade de capital com a finalidade de obtenção de lucro. Este nível de operação mercantil, então, seria o conjunto de atividades dos capitalistas, ou seja, o conjunto dos

² Apenas para esclarecer, o uso do termo capitalismo, tal como apresentado por Fernand Braudel, e sua aplicação à História do Brasil nada têm a ver com os debates desenvolvidos na historiografia sobre o caráter feudal ou burguês da formação colonial da sociedade brasileira.

³ Fernand Braudel. **Dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 33.

movimentos dos capitais com fim de alcançar valorização e lucro dos proprietários e controladores de capital. O “capitalismo, o primeiro capitalismo” também teria se constituído como “uma realidade da ordem política”, servindo à manutenção do Antigo Regime.⁴

A economia de mercado seria o conjunto de atividades que abrange as trocas cotidianas, as operações dos mascates e as feiras. O abastecimento das cidades ocorre no nível da “economia de mercado”. Neste nível, há certa concorrência entre os agentes mercantis, há demanda e difusão do uso da moeda e desenvolvimento de instrumentos mais avançados de crédito. Este nível de atividade foi a base e a condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo na Europa. “E foi, habitualmente, acima da economia de mercado propriamente dita que o capitalismo prosperou”.⁵ Ou seja, no fértil contexto político da Europa moderna, esta camada de atividade econômica possibilitou a concentração de riqueza por parte de alguns grupos mercantis que se tornaram muito poderosos, cujos ganhos passaram a ser obtidos em grandes operações, principalmente, em circuitos mercantis monopolizados e regulados pelos Estados. A “economia de mercado” sofreria o parasitismo do capitalismo. Esta relação parasitária⁶ apontaria as formas pelas quais os grupos monopolistas⁷ se formaram e se fortaleceram na Europa da Baixa Idade Média, sendo um dos fatores de relevo do crescimento do comércio e uma das mais destacadas especificidades da história global dos séculos XV ao XVIII.⁸

Uma referência inevitável e que agrega solidez à abordagem proposta é Karl Marx, para quem o “capital mercantil se subdivide em duas formas ou variedades, o capital comercial e o capital financeiro”, isto é, o comércio de mercadorias e o comércio

⁴ *Ibidem*, p. 43.

⁵ *Ibidem*, p. 26.

⁶ Em **Dinâmica do Capitalismo**, p. 47, Braudel apresenta este parasitismo sendo de uma “*burguesia*” contra a *classe privilegiada*. Mais abrangente, no volume 2 de **Civilização material, economia e capitalismo**, São Paulo: Martins Fontes, 2009, páginas 411 a 422, este processo ocorre em prejuízo da nobreza, dos comerciantes excluídos das esferas mais altas dos negócios e do poder (p. 418) e contra a massa camponesa (página 422). Este parasitismo, ou seja, as formas de atuação do capital mercantil sobre as diversas atividades produtivas situadas, normalmente, no nível da economia de mercado, em tempos pré-industriais, pode ser melhor compreendido a partir das seguintes proposições: o capital mercantil ganha força, pois não se submete à rotação de produção de um certo produto, mas joga com muitos produtos para se valorizar mais eficientemente. Deste modo, explora e estimula vários ramos de atividade produtiva de rotações relativamente lentas. Enquanto a metamorfose D-M ocorre aqui e ali, neste e naquele ramo de produção, lá e acolá, ao mesmo tempo, processa-se a metamorfose M-D' sobre outros ramos produtivos. K. Marx. **O capital: crítica da economia política**. Livro terceiro: o processo de produção global de produção capitalista. Volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 370.

⁷ Fernand Braudel. **Dinâmica do capitalismo**, pp. 37-42.

⁸ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989, pp. 60 e segs.

de dinheiro⁹. O capital mercantil é operado por um grupo de capitalistas que aplica capital financeiro no comércio com a finalidade de obter lucro. No processo de expansão do capital mercantil, a operação capitalista “adquire autonomia como função particular de um capital particular, tornando-se, em virtude da divisão do trabalho, função própria de determinada categoria de capitalistas, converte-se o capital-mercadoria em capital comercial”. Tecnicamente, a mobilização de mercadorias em grande escala, que permitiria a existência do capitalista, só era possível por este “ser possuidor de dinheiro”¹⁰. Com a ampliação do crédito e uso de mecanismos financeiros para acelerar ou adiantar a rotação do dinheiro, desenvolvia-se a forma monetária do capital mercantil, possibilitando aos mercadores operar mais capital comercial¹¹ e potencializar ainda mais os seus ganhos em novas rotações.

Isto posto, a despeito de os autores terem bases conceituais bastante diferentes, a partir daqui, neste estudo, o capital do capitalismo de Braudel passa a ser identificado como o capital mercantil da tradição marxista. Assim sendo, o termo “capitalismo”, quando aparecer no texto sem nenhuma nota explicativa, deve ser compreendido tendo como referência a noção braudeliana. O capitalismo, segundo a interpretação de Marx, sempre será acompanhado da expressão “modo de produção”.

Como já foi adiantado, abaixo do capitalismo e da economia de mercado, haveria um grosso extrato de atividade econômica denominado de vida material: imensa massa de esforços cotidianos promovidos pelas populações predominantemente rurais dedicadas à produção de subsistência. Neste nível, o contato com o comércio é mínimo, quase inexistente.¹²

Ao menos até o século XVIII, a vida material pautava a existência da esmagadora maioria da população mundial. A economia de mercado se desenvolveu em muitos pontos do globo, mas de modo restrito. Entretanto, o capitalismo, como Braudel o apresenta, foi uma especificidade europeia. As disputas entre os Estados europeus produziram um jogo de contrapesos políticos propício ao aparecimento de poderosos proprietários de capital,

⁹ K. Marx. **O capital: crítica da economia política**. Livro terceiro: o processo de produção global de produção capitalista. Volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 361.

¹⁰ *Ibidem*, p. 363. “Na qualidade de capitalista, o comerciante aparece no mercado antes de mais nada representando certa soma de dinheiro, a qual adianta como capitalista...” E p. 365: “O capital comercial em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico”.

¹¹ *Ibidem*, p. 373.

¹² Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Volume 1, p. 12. Considero o segundo parágrafo desta página o trecho em que o autor melhor resume a “vida material”.

organizados em grupos e redes monopolistas. Os Estados europeus, necessitando de financiamento para suas guerras ou companhias comerciais, recorriam aos capitalistas mercantis, que eram procurados como prestamistas, parceiros comerciais e grossos pagadores de impostos.¹³ Financiando o Estado, o capitalismo expandia sua própria atuação e seus meios de valorização, obtendo acesso privilegiado a estratégicos circuitos de comércio oligopolizados e regulados pela ação do Estado.¹⁴

Este processo se enquadra na explicação apresentada por Maurice Dobb, em seu livro *A evolução do capitalismo*. No capítulo III, “Os começos da Burguesia”, o autor ofereceu uma síntese da relação entre a expansão do comércio e a formação e ação dos monopólios¹⁵. No final dos tempos medievais e no início da Época Moderna, cada vez mais, o mundo das trocas na Europa recebia impulso orientador do grande comércio que se articulava em torno de determinados centros. O capitalismo foi a base da expansão do domínio político-econômico da Europa pelo globo. Por outro lado, a expansão dos negócios monopolistas, sempre em busca de lucros extraordinários, não poderia ter sido feita sem o apoio decisivo das monarquias europeias. Estado e capital mercantil interagiam e se retroalimentavam. O crescimento de cidades foi impulsionado, assim como foi ampliada a irrigação monetária da economia, a produção de manufaturados para os novos mercados ultramarinos tendia a avançar, consolidavam-se as condições para uma divisão social do trabalho mais profunda e o consequente incremento da produtividade, houve crescimento demográfico no século XVI pela melhoria do padrão de vida geral, e maior disponibilidade de matérias-primas, advindas das conquistas, para a produção na Europa.¹⁶

Maurice Dobb se apoiou em Adam Smith para arrolar os benefícios trazidos pela expansão do comércio.¹⁷ Sal e especiarias eram trazidas de terras distantes, promovendo a conservação de alimentos como carne, cujo consumo foi ampliado; a produção têxtil, em certas regiões, teria melhorado devido à qualidade de matérias-primas que passaram

¹³ *Idem*, **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Volume 3. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 42.

¹⁴ *Idem*. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Volume 2, p. 494. Francisco José Calazans Falcon. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 36.

¹⁵ Maurice Dobb. **A evolução do capitalismo**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp 61-88. Por outro lado, no capítulo V, “Acumulação de capital e mercantilismo”, o autor apresenta as empresas monopolistas como elemento limitado na constituição do modo de produção capitalista. Cf. pp. 140 e seguintes.

¹⁶ Fernand Braudel. **Dinâmica do capitalismo**, p. 31.

¹⁷ Adam Smith. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e causas. Volume 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 100. “A descoberta da América e da passagem pelo Cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos na história”.

a chegar mais frequentemente à Europa; abriram-se mais canais de escoamento para safras generosas, ao mesmo tempo que, nos períodos de escassez de alimentos, os comerciantes podiam distribuir melhor a produção e até abastecer as populações europeias com fornecimentos trazidos de fora do continente.¹⁸

As redes e associações de grandes mercadores se organizavam para obter e explorar vantagens políticas e dominar as relações de troca, impondo-se entre produtores e consumidores. A expansão comercial modificava a vida nas regiões europeias mais estratégicas para os negócios, sem deixar de atingir direta e indiretamente áreas cada vez mais amplas da Europa. Os desdobramentos mais significativos desta expansão não tiveram como grandes protagonistas os comerciantes de pequeno e médio calibres, aqueles da esfera da economia de mercado, que, no máximo, podiam se encaixar em funções assessorias e subordinadas nas grandes movimentações do capital mercantil.

Boa parte da atividade mercantil, principalmente nos circuitos de longa distância e no comércio exterior, “consistia na exploração de alguma vantagem política ou em pilhagem declarada”. Os grandes mercadores, assim que assumiam formas corporativas de organização, adquiriram “prontamente poderes de monopólio que protegiam suas fileiras da concorrência e serviam para transformar as relações de troca em sua própria vantagem, em seus negócios com produtor e consumidor”.¹⁹

Neste ponto, vale voltar a Braudel:

A vantagem da Europa tem também a ver, como já vimos, com estruturas sociais características que favoreceram uma acumulação capitalista mais ampla, mais segura quanto a seu futuro, mais frequentemente protegida pelo Estado do que em conflito com ele. Mas também é claro que, se essas superioridades, relativamente pequenas, não se tivessem traduzido em dominação, em todos os sentidos do termo, o avanço europeu não teria tido o mesmo brilho, nem a mesma rapidez, nem, sobretudo, as mesmas consequências.²⁰

Enquanto isso, do outro lado do oceano Atlântico, a formação do Brasil constituía-se como um importante “episódio” da expansão comercial ultramarina europeia. Caio Prado Júnior procurou enquadrar a colônia portuguesa neste processo histórico: “precisamos reconstruir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizaram a história dos países europeus a partir do séc. XV”. Tratava-se de entender e contextualizar

¹⁸ Maurice Dobb. **A evolução do capitalismo**, p. 64.

¹⁹ *Ibidem*, p. 65.

²⁰ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. volume 3. p. 358.

a formação colonial do Brasil, “um pequeno detalhe daquele quadro imenso”, num processo histórico que fundava “uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte”.²¹ Seguindo o mesmo sentido, Celso Furtado começou o capítulo um de seu *Formação econômica do Brasil* com o seguinte enunciado: “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”.²²

Estas terras não interessaram, de início, à Coroa portuguesa. Contudo, mesmo nas primeiras décadas do século XVI, estabeleceu-se a exploração monopolista do pau-brasil, cuja lucratividade atraiu o interesse de mercadores de vários países europeus, que passaram a representar uma ameaça aos domínios do império português na América. Portugal respondeu às ameaças estrangeiras desencadeando um processo de colonização, incentivando o investimento de recursos particulares na tarefa de povoar a faixa atlântica como medida de defesa.²³ Nesta empreitada, em meio às rivalidades com outras potências europeias e buscando consolidar seus domínios americanos, os portugueses transplantaram para a América a fabricação de açúcar, a apostar na inserção das conquistas americanas nos circuitos de valorização do grande capital mercantil. Como a atividade açucareira foi bem sucedida e decolou entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras do XVII, o Estado passou a implementar e incrementar o controle do comércio de gêneros produzidos na colônia – eis o exclusivo comercial metropolitano.²⁴ A Coroa pretendia reservar sua parte dos ganhos do negócio e garantir para grupos mercantis metropolitanos, base do sustento fiscal do Estado, o monopólio do tráfico do produto dos engenhos do Brasil.

Diferentemente das experiências com feitorias comerciais, com as quais portugueses operaram no Índico, na América portuguesa a situação era bastante singular. A administração, o negócio e a defesa deveriam ser reforçados, ou seja, era preciso ampliar as bases da presença e da atuação metropolitanas, “criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros

²¹ Caio Prado Jr. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, pp. 8 e 9.

²² Celso Furtado. **Formação econômica do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 13.

²³ Conferir Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁴ Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. pp. 72-92. Rodrigo Ricupero. “O tempo dourado do Brasil no final do século XVI”. In: A. Garrido, L. F. Costa, L. M. Duarte (orgs.) **Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães**: economia, instituições e império. Coimbra, 2012, pp. 345 e ss. E Rodrigo Ricupero. “O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. **Revista de História**. São Paulo, v.35, e100. Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 3, p. 370

que interessassem ao grande comércio europeu. A ideia de povoar surge daí, e só daí”.²⁵ No final do século XVI, a agricultura de exportação e o comércio de gente escravizada já estavam engrenados, animando a colonização nas capitanias mais prósperas.

Levando-se em conta categorias braudelianas, assumindo certa identidade dos domínios do grande capital mercantil com os domínios do dito capitalismo, seria possível enunciar que, desde o início de sua formação, o Brasil apresentava uma lógica mais capitalista/mercantil do que a economia de muitas regiões europeias. Enquanto parte significativa da Europa permanecia ainda fechada em sua vida material, quase sem contado com as malhas da economia de mercado, na América portuguesa, por meio do apoio estatal e do promissor comércio atlântico,²⁶ os engenhos se mantinham “próximos” dos centros europeus.²⁷ O desenvolvimento da colônia, necessário para explorá-la,²⁸ enfrentava limites bastante estreitos e a formação de uma economia de mercado²⁹ foi lenta e dependeu, de modo significativo, do bom funcionamento do setor exportador³⁰. A estreita economia de mercado, consequência indireta de um desenvolvimento voltado para fora, aqui, não foi a base que precedeu o capitalismo, como ocorreu na Europa, mas, ao contrário, surgiu como um setor secundário e acessório do funcionamento daquele nível superior.

O capitalismo e os Estados modernos ibéricos, em função da lógica do capital mercantil, conquistaram e colonizaram vastas partes do dito Novo Mundo, onde, desprovidas de economia de mercado para mediar os contatos³¹, sociedades americanas

²⁵ Caio Prado Jr. **Formação do Brasil contemporâneo**, pp. 12 e 13.

²⁶ Fernand Braudel. **Dinâmica do capitalismo**, pp. 13 e 14. “Desde sempre, todas as técnicas, todos os elementos da ciência, se permutam, viajam através do mundo, há uma difusão incessante. Mas o que se difunde mal são as associações, os agrupamentos de técnicas: o leme de cadaste, o casco construído em chapas parcialmente sobrepostas, mais a artilharia a bordo dos navios, mais a navegação de alto-mar – do mesmo modo o capitalismo, soma de artifícios, de hábitos, de performances. Foram a navegação de alto-mar e o capitalismo que criaram a supremacia da Europa, pelo simples fato de que não se difundiram por massas inteiras?”

²⁷ *Idem*. **Civilização Material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Volume 1, p. 408.

²⁸ Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 142.

²⁹ Fernand Braudel. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Volume 2. p. 239. “Nesse mundo à antiga, apenas o *senhor de engenho* está envolvido na economia de mercado: comprou os escravos, contraiu empréstimos para construir o engenho, vende a colheita e por vezes a colheita de pequenos engenhos que vivem à sua sombra. Mas está, por sua vez, sob a dependência dos mercadores, instalados na cidade baixa de São Salvador ou em Recife, perto da cidade senhorial de Olinda. Por meio deles, está ligado aos negociantes de Lisboa que adiantam os fundos e as mercadorias, tal como os negociantes de Bordeaux e de Nantes farão com os fazendeiros de São Domingos, da Martinica e de Guadalupe. É o comércio da Europa que controla a produção e a venda de além-mar”.

³⁰ José Jobson de A. Arruda. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). **História de Portugal**. 2ª ed. revista e ampliada. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2001, p. 248 e seguintes.

³¹ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 1, p. 403. Vitorino M. Godinho. **Os descobrimentos e a economia mundial**. volume 2. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 22.

pré-coloniais sofreram com saques, trabalho compulsório³² e genocídios.³³ Após uma primeira fase, apoiada na escravização indígena, a produção da riqueza na colônia se consolidou com base no comércio e no trabalho de africanos escravizados.

O que apareceu por último na Europa, o capitalismo, no Brasil foi o fundamento da colonização. Enquanto no Velho Mundo o capitalismo apoiava-se na economia de mercado, na América portuguesa, periferia e fronteira do grande comércio europeu, a economia de mercado, ao menos até o início do século XVIII, sofria com as limitações derivadas do peso da produção de gêneros para exportação.

Em se tratando de colônias, Braudel viu certo dinamismo capitalista somente nas treze colônias inglesas da América do Norte, no final do XVIII, às vésperas da independência, a qual não romperia a subordinação mercantil em relação a Londres. Antes disso, escreveu ele: “vejo apenas capitalismos pontuais, limitados a indivíduos e a capitais que são parte integrante do capitalismo europeu [...]. Mesmo no Brasil, [...] se reduz a algumas cidades, Recife, Bahia, Rio de Janeiro”. O capitalismo ocorreria entre os agentes mercantis mais robustos, conectados aos circuitos transoceânicos avançados – “é, quando muito, uma última fase mercantil”. As praças mais importantes no Brasil seriam apoios de circuitos mercantis controlados ou, no mínimo, dinamizados desde os centros metropolitanos: “encontramo-nos [...] no tecido das ligações da economia-mundo europeia, que é como uma rede lançada sobre a América inteira. Não no interior de capitalismos nacionais, mas no quadro de um sistema global, manobrado a partir do próprio coração da Europa”.³⁴ Infelizmente, o historiador francês não avançou muito mais, desprezando o contraste entre economia de mercado e capitalismo na América.

Fundamentalmente voltada para fora, a economia colonial, ainda na terceira década do século XVII, não apresentava um consistente comércio de abastecimento, fator que o bispo de Tucumán relacionou com o bem comum, isto é, a vida pública, ausente na América portuguesa. Em sua *História do Brasil*, frei Vicente do Salvador relatou uma situação vivida pelo dito bispo, em que se nota as limitações do comércio local. Classificado como emblemático por Fernando Novais:

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos, e um

“No imenso subcontinente brasileiro praticava-se tão só a dádiva recíproca, sem qualquer estimativa nem busca de equivalência de valores”.

³² Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**. pp. 207 e seguintes.

³³ Sobre o tema, veja-se o clássico de John Hemming. **Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2007. Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 3, pp. 363 e seguintes.

³⁴ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 3, pp. 394-397.

peixe, para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras muitas às casas particulares lhas mandavam. Então disse o bispo [de Tucumán, em passagem pelo Brasil]: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.³⁵

No Brasil, a expansão comercial determinou o estabelecimento de uma colonização preeminente de exploração, posto que o desenvolvimento da economia colonial foi impulsionado e estruturado pelos interesses e circuitos comerciais transoceânicos conectados à Europa,³⁶ para onde fluía a riqueza colonial, produzida, principalmente, com a moedura das vidas dos escravizados. A continuidade e a proteção da produção foram feitas, muitas vezes, por meio do empreendimento de guerras genocidas³⁷ contra populações indígenas dispostas a se defender do avanço territorial do Estado português.

As bases da colonização europeia respondiam fundamentalmente ao mercado atlântico. Paralela e subordinadamente aos impulsos mercantis, a presença de formas ideológicas do Antigo Regime (ideal senhorial, aspiração à nobilitação etc.), adaptadas aos trópicos, azeitavam as relações entre Brasil e Portugal e mobilizavam parte dos agentes diretos mais avançados em território americano.³⁸ Neste espetacular processo de expansão comercial, as conquistas necessariamente ocupavam a posição de periferia em relação aos centros metropolitanos³⁹, aonde aponta o “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior.⁴⁰

³⁵ *Apud* Fernando A. Novais, “Condições de privacidade na colônia”, In: Fernando Novais (coord.) e Laura de Mello e Souza (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 14. Neste texto, o autor mais de uma vez destaca a articulação entre os processos de formação das monarquias absolutistas e de expansão mercantil europeia, da qual se desdobra a colonização moderna. Por exemplo, p. 30.

³⁶ Fernando A. Novais. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In: Carlos G. Motta (org.). **Brasil em perspectiva**. 13ª ed. São Paulo: Difel, 1982, pp. 51 e seguintes. E Maurice Dobb. **A Evolução do capitalismo**, p. 145.

³⁷ Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**. Conferir o capítulo 7. Para período imediatamente posterior ao estudado por Ricupero, Pedro Puntoni. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, Edusp e Fapesp, 2002.

³⁸ “As colônias timbravam por revelar as entranhas da Europa”. Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 102.

³⁹ Fernand Braudel. **Dinâmica do capitalismo**, p. 60. “De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais. E o que é o centro senão a ponta dominante, a superestrutura capitalista do conjunto da construção? Como há reciprocidade das perspectivas, se o centro depende dos abastecimentos provenientes da periferia, esta depende, por sua vez, das necessidades do centro que lhe dita sua lei. No fim de contas, foi a Europa Ocidental quem transferiu e como que reinventou a escravatura à moda antiga no âmbito do Novo Mundo e, pelas exigências de sua economia, ‘induziu’ a segunda servidão na Europa do leste”.

⁴⁰ Caio Prado Jr. **A formação do Brasil contemporâneo**, pp. 7-21.

Fatores políticos e religiosos, envolvidos nos chamados descobrimentos dos séculos XV e XVI, não anulam a noção de que aquele processo foi, do ponto de vista dos europeus, o descobrimento de grandes quantidades de riqueza em várias regiões do globo, relativamente disponíveis para um potencial aproveitamento comercial. Pode-se afirmar que aquelas riquezas foram o combustível da expansão marítima e a condição da continuidade e do desenvolvimento das navegações, bem como das conquistas ultramarinas e da empresa colonizadora no Novo Mundo.

Alguns Estados europeus, em processo de centralização e de fortalecimento das monarquias, que desembocaram no absolutismo,⁴¹ apresentando condições geográficas, técnicas, políticas e financeiras suficientes, foram os grandes suportes da ampliação do raio de atuação dos agentes do capital mercantil europeu no mundo. Aliás, a sinergia dinâmica entre absolutismo e expansão do comércio, com todas as suas contradições, deram à Época Moderna certos contornos característicos de sua especificidade.⁴²

Portugal, apesar de muitas limitações materiais, foi o reino pioneiro na expansão e nas conquistas ultramarinas, colocando sob seu domínio vastas áreas do mundo, com as quais desenvolveu relações diversas. Desde as simples feitorias até a colônia, as conquistas portuguesas acabaram por se diferenciar a partir das possibilidades e necessidades do controle estatal e dos mecanismos de exploração econômica dependentes do potencial de valorização do capital mercantil.⁴³ Condições locais das áreas conquistadas, cujo aproveitamento, normalmente, era feito em função de seu potencial comercial, e as disputas com outras potências, fatores preminentemente

⁴¹ De modo geral, entendo absolutismo como o processo de centralização, cujas tendências foram destacadas por Perry Anderson nos dois primeiros capítulos de **Linhagens do Estado absolutista**. Porto: Afrontamento, 1984, pp. 13-64. Tenho algum desconforto com a cronologia deste autor, que propõe como marco inicial do regime absolutista espanhol o final do século XV, como se pode conferir na página 67 do livro acima citado. Agregue-se a crítica ao problema da articulação entre o absolutismo e a acumulação primitiva de capital, um tanto desprezada por Anderson – conferir em Vera Lucia Amaral Ferlini. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. Bauru: Edusc, 2003, pp. 56-61. Aliás, as premissas de minha pesquisa sobre o assunto estão alinhadas à abordagem apresentada por esta historiadora, que destacou o absolutismo como uma estrutura específica da Idade Moderna. Exemplo de uma perspectiva que valoriza a característica transitória das monarquias absolutistas, vinculadas ao quadro da crise do feudalismo, é Francisco José Calazans Falcon. **A época pombalina**. pp. 32-44. Na página 41: “A nossa tese é de que se trata de um Estado de transição”.

⁴² Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, pp. 36 e seguintes. Francisco José Calazans Falcon. **A época pombalina**, pp. 36 e 37. José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014, p. 358.

⁴³ Pablo O. Mont Serrath. **O império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)**. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2013, p. 150. Segundo este autor, a partir de 1640, a organização dos domínios portugueses pode ser conceituada como um “sistema mercantil imperial”, pelo qual o Estado obtinha ganhos fiscais na medida em que direcionava o fluxo de riqueza para a Metrópole e os comerciantes lucravam com o comércio regulado nas conquistas ultramarinas.

mercantis, também foram elementos formativos relevantes para a estruturação do império português.

Para defender o Brasil do assédio de outras potências, a Coroa concluiu que não havia alternativa mais eficiente do que a instalação de população portuguesa em segmentos estratégicos do litoral. A necessidade e os custos para defender um território muito maior do que o da metrópole, ainda que não se soubesse exatamente a extensão daquele gigantesco litoral, contrastavam com o baixo potencial comercial que a América portuguesa oferecia. Como os esforços do reino estavam concentrados no Índico e no Oriente, a Coroa apelou aos recursos privados por meio da distribuição das capitanias hereditárias a fim de concretizar a colonização.⁴⁴

Este primeiro movimento colonizador, mais deliberado, apresentou resultados apenas parcialmente satisfatórios, e a posse de partes portuguesas da América continuava em risco em meados do século XVI. No final de 1548, instituiu-se o governo-geral do Brasil, que deveria consolidar o domínio de Portugal sobre as conquistas americanas (episódio de uma “centralização natural, tanto mais bem aceita quanto era indispensável para a defesa das jovens colônias contra os ataques das outras potências europeias”⁴⁵). O regimento do primeiro governador-geral, Tomé de Souza,⁴⁶ mostra o que se pode considerar um projeto colonizador, que previa, além de um empreendimento militar e religioso, a produção agrícola mercantil.⁴⁷ Para que a colonização fosse economicamente sustentável, incluindo na conta as pretensões fiscais do Estado, era necessário produzir gêneros que pudessem ingressar nos mercados europeus a bons preços, tornando a colônia atraente a possíveis moradores e comerciantes. Daí o incentivo aos engenhos, já que o

⁴⁴ Conferir Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**.

⁴⁵ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 3, p. 370. Volume 3, p. 370. Não obstante o simplismo da tendência apontada por Braudel, o processo de centralização é marcado por adaptações, ajustes, recuos, avanços e negociações. Manifestações de resistência à autoridade do governador-geral e os limites que este enfrentava, por exemplo, em Pernambuco, mostram o sentido histórico do advento do governador-geral, conferir em Pedro Puntoni. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 62 e seguintes. Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761**. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1996, pp. 486 e 487. Para a segunda metade do século XVII, este último autor aponta um avanço da centralização a partir do governo do conde de Óbidos, na década de 1660.

⁴⁶ “Regimento que levou Tomé de Sousa, governador do Brasil” (1548). **Mare Liberum**, 17. Lisboa: CNCDP, 1999, pp. 13-26 (separata). Engenhos e produção de açúcar aparecem em vários itens do Regimento, pp. 16-19. Em sessões de orientação para esta tese, Rodrigo Ricupero informou que suas pesquisas sobre o século XVI apontaram uma relação entre as cartas de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, e o texto do Regimento de Tomé de Souza; este teria sido elaborado com base naquelas. O donatário teria contribuído para reforçar uma tendência açucareira, como elo entre o plano de colonização da Coroa e o movimento do grande capital mercantil europeu.

⁴⁷ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, pp. 64, 65 e 216.

açúcar, com produção bem-sucedida em certas partes do Brasil, apresentava-se como a mercadoria sobre a qual a colonização poderia ser edificada.

Ainda que limitado aos paradigmas de um mercantilismo embrionário, o *Regimento de Tomé de Souza* incluiu o que podemos caracterizar como posturas de política econômica, uma dimensão fundamental do projeto colonizador. O único tipo de unidade produtiva agrícola mencionado nos itens do *Regimento* é o engenho de açúcar, que também deveria ser um local para articulação dos esforços de defesa e núcleo de enraizamento populacional.⁴⁸ Assim, o plano de colonização apresentava, enquanto projeto de política econômica, uma disposição de vincular a presença portuguesa mais estruturada na América ao comércio europeu, por meio do negócio do açúcar.

Tendo em vista o crescimento da produção açucareira no Brasil,⁴⁹ pode-se afirmar que o projeto colonizador foi implementado com sucesso. Veja-se toda a legislação para proteger os senhores de engenho de execuções de dívidas que pudessem comprometer o funcionamento de suas “fábricas”,⁵⁰ dada a importância deste gênero colonial para o Estado português no século XVII. E, ainda, destaque-se a centralidade da figura do senhor de engenho na sociedade colonial que se formava.⁵¹ Cem anos depois do *Regimento de Tomé de Sousa*, em 1648, o doutor Fernandes Monteiro, procurador da Fazenda Real, manifestou-se contrário à proposta de entregar Pernambuco aos holandeses, pois, se assim ocorresse, o “comércio do reino se atenuará por lhe faltar o nervo, que são os açúcares”.⁵² Em 1662, avaliou-se positivamente a atuação decisiva do Estado português sobre a produção açucareira:

E ultimamente se deve de entender que os senhores reis de Portugal que tantas liberdades concederam aos donos de engenhos de açúcar e as seus lavradores (sem lhes serem pedidas) bem entenderam o que faziam, e o de que perenemente lhe estavam entrando navios por seus portos do Reino e ilhas carregados de açúcar e o que lhe estava manando em suas alfândegas de

⁴⁸ Sobre os engenhos nos primeiros anos da colonização como fortalezas, veja-se Eduardo D'Oliveira França. “Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia Colonial”. *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História “Colonização e Migração”*. São Paulo: FFCL-USP, 1969, p. 181–241.

⁴⁹ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, pp. 56-86.

⁵⁰ Stuart. Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 171.

⁵¹ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 79. O sempre citado período com o qual Antonil iniciou seu livro, na década de 1690, mostra tal centralidade: “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”.

⁵² *Apud*. Rodrigo Ricupero. “O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”, p. 12.

direitos reais, tudo de açúcares [...] E quem disse Brasil disse açúcar e mais açúcar.⁵³

A articulação entre o intenso movimento do capital mercantil e o Estado promoveu a formação da colônia, uma zona de intersecção de atividades avançadas destes dois elementos. Tal articulação se baseou em torno do negócio de gêneros coloniais estratégicos, entre os quais o açúcar foi o mais destacado. A formação da colônia e suas relações com a metrópole iam respondendo às determinações daquele capitalismo, pois disto dependiam os lucros dos comerciantes que atuavam no negócio açucareiro, boa parte dos ganhos fiscais do Estado português, e a posição social da elite colonial, sedenta por créditos que lhe pudessem financiar a externalidade (inserção e manutenção de sua posição no comércio colonial) da cara condição de “nobreza provincial” na colônia.⁵⁴

Segundo Braudel, “a América é o fazer da Europa, a obra através da qual ela revela melhor o seu ser. Mas uma obra de realização e de consumação tão lentas, que só adquire sentido quando vista em seu conjunto, na plenitude da sua duração”.⁵⁵

Mercantilismo e sistema colonial

Capital mercantil e Estado moderno são os principais elementos estruturais que atuaram sobre a conquista e a colonização da América portuguesa. Isto posto, neste ponto, é necessário voltar à Europa, para de lá trazer mais uma parte da moldura do quadro mais amplo em que o problema central deste estudo está circunscrito. Neste item, o objetivo é relacionar a colonização do Brasil e o mercantilismo na esfera da política econômica, e também no campo do pensamento acerca de assuntos ligados à economia.

⁵³ Treslado de um papel para se dar informação a Sua Majestade sobre ser conveniente que no Brasil se fabriquem e façam engenhos de novo e muito inconveniente proibir que se façam. Bahia, 20 de junho de 1662. Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção Yan de Almeida Prado, Cód. 15 (YAP-015). *Apud*. Pablo Oller Mont Serrath. **O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)**. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP, 2013, p. 170.

⁵⁴ Ligada àqueles cujas pesquisas se alinham ao conceito de Antigo Sistema Colonial do Mercantilismo, elaborado por Fernando Novais, Avante Pereira Sousa utilizou o termo nobreza para se referir à açucarocracia da Bahia sem deixar de ser coerente com o arcabouço conceitual por si adotado; por exemplo, na p. 183 do livro citado abaixo, ao tratar das festividades religiosas, eventos ostentatórios de *status* social por excelência. E isto não significa que a historiadora vê traços estruturais de horizontalidade política entre colônia e metrópole, tanto é que seu trabalho, **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012, é permeado pelo conceito de absolutismo, como se pode conferir nas páginas 114, 253 e 268. Sobre o tema, em outra linha historiográfica, não posso deixar de citar, como referência, a tese de Thiago N. Krause, **Formação de uma nobreza ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ. 2015.

⁵⁵ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 3, p. 359.

Nestas primeiras duas décadas do século XXI, não foram muitos os estudiosos do nosso período colonial que dedicaram atenção significativa ao mercantilismo, um tema que parece estar fora de moda, assim como a exploração colonial. A influência das novas abordagens, que abrem mão dos ditos padrões estatistas, transformou *absolutismo* e *mercantilismo* em verdadeiros palavrões. Mesmo os colegas cujas pesquisas estão alinhadas às obras de Caio Prado Júnior, Fernando Novais, J. Jobson de Arruda, Vera Ferlini e outros, e, portanto, mantém-se firmes no *front* dos estudos sobre a exploração colonial, parecem estar um pouco intimidados, pois, cada vez mais, tendem a designar a questão das monarquias absolutistas como “centralismo”, ou ainda optam pelo uso do ambíguo termo “império”.⁵⁶

Com a “queda” do termo absolutismo, foi com ele seu companheiro, o mercantilismo.⁵⁷ E as perspectivas para os próximos anos é de que esta tendência continue, uma vez que gente influente no meio acadêmico brasileiro passou a atenuar a importância da esfera econômica sobre o funcionamento de espaços formados a partir da expansão comercial da Época Moderna.⁵⁸

Em *A época pombalina*, Francisco Falcon apresentou uma síntese do mercantilismo, que é mostrado tanto como discurso quanto como política econômica. De modo geral, o mercantilismo seria um conjunto de ideias e de práticas econômicas. Contudo, o caráter econômico não se desprenderia do político. “Enquanto ideologia, finalmente, o discurso mercantilista é o próprio lugar da articulação entre o político e o econômico”, pois pressupõe a intervenção do Estado como necessária à justiça e ao bem comum. Longe de um divórcio completo de concepções medievais, “não elimina a coerção típica da produção feudal, fato esse que se traduz na inseparabilidade do político e do econômico, verdadeira essência do próprio mercantilismo enquanto ideologia”.⁵⁹ Por

⁵⁶ José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia**: teoria e prática, p. 384.

⁵⁷ O mercantilismo enquanto política econômica de formação do Estado moderno data do último quartel do século XIX, e foi proposto por estudiosos alemães, obtendo sólida e imediata difusão nos meios acadêmicos europeus. No século XX, quase todos os estudos sobre o conceito foram, ao menos em parte, desdobramentos daquela proposta. Conferir Donald. C. Coleman (ed.). **Revisions in mercantilism**. Londres: Methuen, 1969, pp. 94-96, F. Falcon. *A época pombalina*, p. 60, e Lars Magnusson. **The political economy of mercantilism**. Londres e Nova York: Routledge, 2015, pp. 19-48.

⁵⁸ Antônio Carlos Jucá de Sampaio. “Economia, moeda e comércio: uma análise preliminar do banco de dados”. In: João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.) **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 269. “A primeira e maior dificuldade com que nos deparamos ao estudar a economia numa sociedade historicamente anterior ao capitalismo é o fato de que ela simplesmente não existia. Ou, dizendo de outra forma, não havia então uma esfera econômica independente na sociedade. As relações ditas (por nós) econômicas não eram regidas por leis de mercado. Pelo contrário, nelas interferiam diversos outros aspectos da vida social”.

⁵⁹ F. Falcon. *A época pombalina*, p. 59.

outro lado, cabe ressaltar que, na virada dos tempos medievais para os modernos, os temas econômicos apresentavam um movimento recente de ruptura com os limites da moral religiosa, ao mesmo tempo em que migravam para a esfera política, num abrangente processo de transformação intelectual pelo qual passavam muitos dos meios sociais mais instruídos da Europa.⁶⁰ Portanto, nos séculos XVI e XVII, a relação dos discursos sobre temas econômicos com a esfera política, longe de ser uma característica arcaizante, marca uma etapa da evolução do pensamento ocidental.⁶¹

Em um contexto de possibilidades econômicas muito limitadas (baixo desenvolvimento das forças produtivas, escassez de capital e grande inelasticidade dos mercados), a intervenção do Estado passou a ser objeto de reflexão e a ela eram endereçadas propostas de controle e estímulo do comércio. Por sua vez, a fim de dar conta de suas crescentes despesas e compromissos sociais com a alta nobreza e com o clero, o Estado, quando estava sem alternativas fiscais sólidas no curto prazo, tendia a ceder aos projetos de maior alcance. Esta tensão teria bipartido o mercantilismo entre o fiscalismo e a política econômica.⁶²

É justamente no âmbito da esfera política do Estado moderno que o pensamento mercantilista pôde ultrapassar as fronteiras da Escolástica, tradicionalmente presa à política urbana, e mirar horizontes mais amplos. Os discursos sobre temas econômicos galgaram patamares mais altos a partir do século XVI, sofisticaram-se no XVII e nas primeiras décadas do XVIII, encontrando, por fim, as limitações que caracterizarão o esgotamento do pensamento mercantilista no decorrer do setecentos. Em termos de concepções gerais, sufocado pela forte inelasticidade dos mercados e precariedade da produção, não foi além do entendimento do comércio como um jogo de soma zero, que se desdobrava frequentemente na compreensão de que as trocas entre os países também eram uma forma de guerra; pouco penetrou nos “mecanismos automáticos” de

⁶⁰ Richard H. Tawney. **A religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971, pp. 25-28, além de outras passagens. Um trecho interessante e que mostra este processo está na página 26: “A essência é a secularização da filosofia social e econômica. A síntese se dissolve em seus elementos – política, comércio e exercícios espirituais; cada um assume uma vitalidade isolada e independente e obedece às suas próprias leis. As funções sociais amadurecidas dentro da Igreja, e longamente identificadas com ela, são transferidas ao Estado, que por sua vez é idolatrado como o provedor de prosperidade e o guardião da civilização. A teoria de uma hierarquia de valores, abrangendo todos os interesses e atividades humanas em um sistema cujo ápice é a religião, é substituída pela concepção de compartimentos separados e paralelos, entre os quais um equilíbrio adequado deve ser mantido, mas não possuem conexão vital uns com os outros”.

⁶¹ Uma contribuição interessante para o estudo deste processo é Michel Foucault. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. O mercantilismo recebe atenção especial do filósofo no capítulo 4, pp. 227-292.

⁶² F. Falcon. **A época pombalina**, pp. 65 e 87.

funcionamento da economia e restringiu-se ao universo da circulação. Inegável, porém, é o fato de que o mercantilismo agregou muito mais racionalidade ao tratamento dos assuntos econômicos, principalmente no que diz respeito à balança comercial, às finanças públicas, à política monetária e à demografia.⁶³

Em termos práticos, o mercantilismo é um elemento de unificação e centralização: a riqueza é meio para aumentar o poderio do Estado. Para tanto, buscava impulsionar as atividades econômicas, com ênfase no comércio internacional, a fim de obter vantagens ou atenuar defasagens em relação aos Estados rivais.⁶⁴

Segundo Eli Heckscher, o Estado foi, ao mesmo tempo, sujeito e objeto das políticas econômicas mercantilistas. Entre os séculos XVI e XVIII, a preocupação voltada para as finanças do Estado e a economia dos seus territórios foi o que conferiu certa unidade a uma série variada de discursos sobre temas econômicos produzidos na Europa. Em termos muito concisos, o mercantilismo teria sido uma fase na história da política econômica⁶⁵ – uma fase caracterizada pela centralização política e preeminência do capital mercantil no desenvolvimento econômico europeu.

O mercantilismo, portanto, formou-se no processo de centralização em meio ao qual os Estados europeus enfrentaram e superaram as instituições universalistas e particularistas. Em toda a primeira metade de sua obra clássica, Heckscher se dedicou a discutir o “mercantilismo como sistema unificador”, abordando questões como o caráter desagregador aduaneiro no final da Idade Média, o processo de “nacionalização” da economia das cidades e a organização do controle sobre o comércio exterior.⁶⁶

Este estudo toma Heckscher como uma das principais referências no que diz respeito ao tema do mercantilismo, contudo, cabe destacar que a obra recebeu várias críticas, a despeito do grande respeito pela erudição e qualidade do texto do autor. Uma das críticas mais interessantes, apresentada por Donald Coleman, acusou o viés liberal do autor, que não admitia que o pensamento mercantilista tivesse respaldo na realidade econômica; as ideias mercantilistas responderiam aos interesses políticos somente, e, a

⁶³ *Ibidem*, pp. 58, 69-72, 82 e 83-85. Sebastião José de Carvalho e Melo. **Escritos económicos de Londres (1741-1742)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, p. 36: “ao mesmo tempo que aumenta as riquezas e forças de um reino, diminui à mesma proporção os cabedais e o poder do outro com quem trafica”.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 86.

⁶⁵ Eli Heckscher. **La época mercantilista**: historia de la organizacion y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, pp. 3 a 8.

⁶⁶ Este processo unificador é a base da formação do absolutismo. Francisco José Calazans Falcon. **A época pombalina**, p. 33. Além de apontar o quadro geral da luta contra os particularismos e as forças universalistas, Falcon chama a atenção para uma segunda perspectiva do processo “representada pelas ações e pelos métodos implícitos nessa luta e destinados a promover, simultaneamente, a política de centralização do poder e a de concentração territorial”.

partir deles, teriam sido concebidas⁶⁷. Neste aspecto, este texto alinha-se aos críticos, pois as ideias mercantilistas são tomadas como manifestação do esforço dos autores em aproximar-se de respostas mais concretas; o discurso mercantilista era a forma mais elaborada e amadurecida de apreensão e explicação dos processos e mecanismos da economia no século XVII.

Pierre Vilar, na periodização que propôs para a história monetária, detectou o mercantilismo, pela primeira vez, no período que vai de 1500-1525 a 1598-1630. Em suma, o advento do mercantilismo ocorreu no século XVI, uma centúria marcada pela expansão europeia sobre outros continentes, pela Revolução dos Preços e, por outro lado, pelo aparecimento de economias nacionais em progresso.⁶⁸ Entre os processos históricos que marcaram este período, Falcon chamou a atenção para o fortalecimento das “monarquias nacionais” e a abertura de fronteiras mentais na cultura europeia.⁶⁹

Os abalos econômicos causados pela “enxurrada” de metal precioso na Europa, principalmente, pela entrada de prata extraída das minas da América espanhola, provocaram reflexões mais profundas sobre os problemas econômicos. O fracasso das restrições espanholas às saídas de metal precioso, o famoso metalismo (forma primitiva de mercantilismo), ainda muito enraizado na Idade Média, destacava-se como uma nova questão a ser respondida.⁷⁰ Neste contexto, o pensamento acerca de assuntos econômicos passou ser melhor elaborado, ganhando certa autonomia em relação à religião. Segundo Vilar, os conselheiros de Estado espanhóis, no final do século XVI, passaram a elaborar reflexões mais modernas, próprias de uma nova abordagem sobre os problemas econômicos, num processo de tomada de consciência mais concreta acerca das razões da evasão metálica. Temas como balança de comércio, dívidas, preços internos e externos foram discutidos como objeto de medidas políticas mais eficientes do que as simples e ineficazes proibições contra a saída de prata. Para Vilar, estavam nascendo aí as noções modernas das contas públicas, uma verdadeira herança moderna do mercantilismo.⁷¹

Antes das ideias mercantilistas chegarem às reflexões de ministros e conselheiros, já apareciam em textos de pensadores do século XVI. Franceses, como Jean Bodin, e espanhóis, como Tomás de Mercado e Martín Azpilcueta, tentaram interpretar o

⁶⁷ Donald C. Coleman. “Eli Heckscher and the idea of mercantilism”. In: Donald Coleman (ed.). **Revisions in mercantilism**, pp. 93-117.

⁶⁸ Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia** (1450-1920). Barcelona: Ariel, 1974, p. 50.

⁶⁹ Francisco Falcon. **A época pombalina**, pp. 64, 65 e 74-77.

⁷⁰ José Calvet Magalhães. **História do pensamento económico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo**. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas, 1967, p. 145.

⁷¹ Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia**, pp. 213-217.

fenômeno inflacionário desencadeado pela chegada de toneladas de metais preciosos americanos à Europa. Um ponto importante a ser destacado nos textos destes pensadores é a compreensão de que o valor dos metais, assim como o das mercadorias, tende a variar de acordo com a quantidade disponível em circulação. Como decorrência mais direta das novas reflexões, pode-se apontar as questões práticas acerca da atuação do Estado sobre a cunhagem de moedas, sobre os impostos, sobre inibição ou estímulo de importações e exportações. Estas reflexões lançaram os primórdios da teoria quantitativa da moeda, que se desenvolveria nos séculos seguintes, servindo como base para o pensamento mercantilista no XVII e estendendo sua influência até o século XX.⁷²

Como foi sentenciado por Heckscher, o mercantilismo é uma fase da história da política econômica. A princípio, uma definição aparentemente vaga, mas que é bastante precisa. O mercantilismo não é uma escola doutrinária, que foi superada pelos liberais clássicos, a despeito da tradição do pensamento econômico o apresentar assim. Os textos mercantilistas são dissertações sobre assuntos econômicos em diversas abordagens, portanto, não há uma coerência teórica ou uma linha lógica a reunir o pensamento de Bodin, Mercado, Mun, Macedo, Child, Uztáriz, Locke, Law, Cantilon, Hume etc. O que há de comum neles, desde os pioneiros até os mais tardios, é a preocupação acerca da ação e da participação do Estado nas atividades econômicas. Os mercantilistas se preocuparam com questões práticas, com medidas que tivessem consequências efetivas (ainda que os resultados pudessem ser percebidos somente a médio e longo prazos), as quais eram a matéria-prima de suas reflexões, e, para tanto, tiveram, por vezes, que teorizar a fim de compreender melhor o assunto sobre o qual estudavam e as medidas políticas que propunham.

Cabe ressaltar que a noção de Estado dos mercantilistas não visava a “felicidade geral da nação”, nem se baseava no amor dos vassalos pelo rei. É um Estado que buscava preservar e ampliar o seu poder, mas, sempre precário (não é o “Leviatã” que se desenvolveu nos últimos dois séculos), também sofreu com as contingências e se debateu na disputa entre as potências, procurando, ao menos, não perder suas conquistas, seus territórios. Endividado, buscava extrair mais impostos das atividades econômicas, percebendo a necessidade de incentivá-las, atraindo o capital mercantil, conectando-se a ele e, por vezes, sendo seu sócio.⁷³

⁷² *Ibidem*, pp. 225 a 229. Eli Heckscher. **La época mercantilista**, pp. 667-671.

⁷³ Francisco Falcon. **A época pombalina**. pp. 17 e outras. Destaque-se o seguinte trecho das páginas 37 e 38: “esse Estado estabeleceu conexões cada vez mais estreitas com alguns setores da burguesia; relações

Por meio da expansão comercial, a princípio, o mercantilismo atravessou o Atlântico como política econômica, a orientar a atuação colonizadora dos Estados europeus. A compreensão das ideias mercantilistas não pode abrir mão dos processos históricos dentro dos quais foram elaboradas.⁷⁴ Se se pode dizer que o conjunto dos problemas decorrentes das remessas de prata da América para a Europa foi um dos fatores que promoveram a formação do mercantilismo, também é possível entender os discursos mercantilistas, por mais diversos que fossem, como manifestações que podem contribuir para o entendimento da expansão comercial europeia e, conseqüentemente, da formação dos espaços coloniais.

Não por outro motivo, Fernando Novais procurou esclarecer alguns aspectos do mercantilismo antes de apresentar seu conceito de sistema colonial. Em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, o mercantilismo aparece como um conjunto de ideias econômicas próprias dos tempos do Antigo Regime. O pensamento econômico possível dos séculos XVI a XVIII coexistiu com a resistente sociedade estamental, com a expansão ultramarina e com a preeminência do capital mercantil – elementos que foram colocados em interação pelo longo processo histórico que ia desintegrando o feudalismo.⁷⁵

Erigia-se, então, o Estado absolutista, uma nova estrutura política, base da especificidade da Idade Moderna,⁷⁶ promotor dos processos de centralização política e administrativa. Foi fator de incentivo para o mercantilismo, cujas elaborações, explicações, propostas, alvitre eram tentativas de resposta às necessidades financeiras do Estado, que demandava soluções econômicas. Inclusive, no ultramar, onde, por vezes, a colonização auxiliava o movimento centralizador na metrópole.⁷⁷

Em um contexto europeu fortemente marcado por disputas entre Estados, das quais o comércio era uma dimensão essencial, os discursos mercantilistas miravam o desempenho da balança comercial. A balança era vista como um termômetro de força

financeiras promovidas pelos interesses e vantagens recíprocos que propiciam as transações tais como empréstimos, arrecadação de impostos, contratos diversos, etc.; relações econômicas ditadas pela necessidade de estabelecer medidas de política econômica e fiscal adequadas, tanto aos fins do Estado absolutista, quanto às perspectivas de lucro da burguesia mercantil e industrial, situando-se exatamente aí o lugar do mercantilismo”.

⁷⁴ Lars Magnusson. **Mercantilism: the shaping of an economic language**. Londres e Nova York: Routledge, 1994, p. 42.

⁷⁵ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 66.

⁷⁶ Vera Lucia Amaral Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, pp. 36-62.

⁷⁷ Perry Anderson. **Linhas do Estado absolutista**. p. 78. Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, pp. 15, 16, 55, 329 e 460.

econômica, ainda que não houvesse uma aferição precisa do comércio exterior dos países. A fim de propor regulações para a balança e para o equilíbrio de poder com os Estados rivais, os discursos mercantilistas (entendendo o mercantilismo como política e discurso sobre assuntos econômicos) previam estímulos estatais para o crescimento da produção e da circulação de riqueza dentro dos domínios do Estado, privilegiando a exportação com o objetivo de atrair moeda metálica estrangeira e, conseqüentemente, aumentar o volume da circulação interna.⁷⁸ Importava crescer e, com isto, ampliar a arrecadação. Desta maneira, cabe ressaltar o caráter predominantemente político daquelas ideias e discursos sobre assuntos econômicos.⁷⁹

O metalismo, flexibilizado com o passar das décadas,⁸⁰ a tributação e as tentativas de controle do comércio, sobretudo o externo, eram os eixos das decisões dos governos europeus sobre questões de caráter econômico, ou seja, eram os eixos das políticas mercantilistas. Contudo, para além da esfera da política estatal, sem deixar de se preocupar com ela, muitos textos foram escritos a partir de reflexões mais circunscritas às questões próprias do pensamento econômico, o qual começava a assentar as bases de sua futura autonomia.⁸¹

Um dos tópicos mais debatidos entre os pensadores do mercantilismo foi a identificação direta e automática entre a riqueza de um país e a quantidade de metal precioso circulando nos seus domínios.⁸² Portanto, a emergente necessidade de atrair e manter ouro e prata nos circuitos internos, sempre mirando a arrecadação como objetivo último, obrigou os governos a adotarem políticas econômicas chamadas de metalistas, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento do tema da balança comercial. Cabe aqui lembrar um enunciado de Fernando Novais: o mercantilismo “não parte de conceitos puros e de uma sistemática explicação da economia para deduzir normas de interação nesta realidade, senão que percorre quase o caminho inverso”⁸³.

⁷⁸ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 61. O próprio Colbert teria se expressado exatamente neste sentido. Conferir em Eli Heckscher. **La época mercantilista**, p. 736.

⁷⁹ Francisco Falcon. **A época pombalina**, p. 57. “Traduz-se isto de diversas maneiras, uma das quais é inegavelmente a relação dialética entre “poder” e “riqueza”, ambos ao mesmo tempo meio e fim dentro da mentalidade então dominante. O mercantilismo situa-se aí, exatamente como síntese dessas contradições: é ele o “sistema do comércio” ou o conjunto das “máximas” da economia política desse período”.

⁸⁰ Como se verá no trecho escrito por Thomas Mun, citado abaixo.

⁸¹ José Luís Cardoso. **Pensar a economia em Portugal**: digressões históricas. Lisboa: Difel, 1997, p. 56.

⁸² A ideia metalista de riqueza é uma permanência medieval. No mercantilismo, passou a ser sistematizada de modo mais consciente. Conferir Eli F. Heckscher. **La época mercantilista**, pp. 621-624.

⁸³ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 60.

A concepção metalista começou a ser superada nas primeiras décadas do século XVII,⁸⁴ quando os discursos e as políticas mercantilistas ganharam maior impulso. A elaboração de respostas aos problemas econômicos e financeiros variavam de acordo com as especificidades de cada Estado. Ainda assim, as preocupações com a balança comercial permaneceram como elemento central nos textos da maior parte dos pensadores do mercantilismo.⁸⁵

Thomas Mun talvez tenha sido o mais ilustre autor mercantilista da primeira metade do século XVII. Em texto publicado postumamente, *England's treasure by forraign trade*, ao defender as operações da Companhia das Índias Orientais inglesa, Mun apresentou o tipo de raciocínio que promoveu a superação das concepções metalistas mais rígidas e as consequentes proibições de exportação de metal precioso.⁸⁶ O capítulo IV do livro começa com um alerta:

Esta atitude é tão contrária à opinião comum que requereria muitos e poderosos argumentos para prová-la antes que possa ser aceita pela multidão que amargamente protesta quando vê qualquer quantidade de dinheiro transportada para fora do reino, afirmando por essa razão que temos perdido absolutamente essa quantidade de riqueza.⁸⁷

Em meio ao senso comum metalista, que pressupunha uma relação bastante direta entre dinheiro metálico circulante no território e riqueza de um país, Mun questionou as restrições contra a exportação de moeda e metal precioso. As proibições estavam baseadas no exemplo espanhol, ainda que a Espanha se encontrasse em decadência. Segundo o autor britânico, outros países teriam melhor exemplo de política monetária: “posso contestar que Veneza, Florença, Gênova, os Países Baixos e outros vários países o permitem [a exportação de metais preciosos e moedas] e seu povo aplaude, encontrando grande benefício nisso”.⁸⁸

⁸⁴ Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia**, pp. 258, 268 e 327. Eli Heckscher. **La epoca mercantilista**, p. 621.

⁸⁵ Maurice Dobb. **A evolução do capitalismo**, p. 144. “Parece claro que a preocupação central, que conferiu aos escritos econômicos do século XVII seu elemento de uniformidade, foi a criação de uma balança favorável de comércio”.

⁸⁶ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. Volume 3, p. 384. Em 1676, Carlos II, rei da Inglaterra, teria entendido a ineficácia das proibições espanholas, pois, apesar da rígida legislação, a moeda espanhola era vista por toda a Europa.

⁸⁷ Thomas Mun. **La riqueza de Inglaterra por el comercio exterior**. México: Fondo de Cultura Económica, 1954, p. 68. Este texto foi publicado pelo filho de Mun em 1664, mais de vinte anos após a morte do pai.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 68.

O argumento chave de Thomas Mun é que o saldo da balança de comércio poderia ser melhorado por meio da reexportação de mercadorias produzidas em países estrangeiros. As operações de reexportação implicariam em uma etapa de aquisição de tais produtos por meio da remessa de numerário metálico, o qual, entretanto, tenderia a retornar ampliado após a conclusão das operações mercantis: “devemos aumentar nosso comércio permitindo-nos trazer mais artigos estrangeiros, os quais sendo exportados novamente trarão, a seu tempo, um grande aumento de nossa riqueza”.⁸⁹ E completa: o “dito incremento de mercadorias importadas por meio do nosso dinheiro efetivo remetido ao exterior [...] afinal de contas, vem a ser uma exportação a nosso favor, de muito maior valor do que tinha nosso dinheiro”.⁹⁰

O comércio exterior, então, apresentava-se como uma prioridade para os governos, pois seria um dos principais fatores da arrecadação e da boa ou má irrigação monetária dos circuitos mercantis internos; além disso, era considerado como um campo análogo à guerra. Pela relevância e representatividade dos autores, tomo duas citações emprestadas de Braudel, que mostram este princípio do pensamento mercantilista: “a vantagem de um não pode deixar de ser o prejuízo de outro” e “é claro que um país não pode ganhar sem que outro perca”; Montaigne e Voltaire, respectivamente.⁹¹

As noções conceituais sobre o mercantilismo acima expostas, das quais Novais partiu para a elaboração de seu Antigo Sistema Colonial, resumidamente, definem-se como um referencial teórico para aplicação de políticas econômicas a serviço do poder do Estado,⁹² num processo em que a Coroa impulsionava o capital mercantil, fornecendo-lhe meios de valorização, e, ao mesmo tempo, procurava ampliar sua arrecadação fiscal e seu poder político.⁹³ Trata-se de uma concepção clássica de mercantilismo, que tem raízes no final do século XIX⁹⁴, as quais se desdobraram em várias vertentes, por exemplo a dos estudos acerca da colonização, ou seja, estudos sobre a atuação do polo metropolitano (promotor da expansão e centro de decisão mercantilista) sobre o polo subordinado colonial (objeto da expansão comercial e de políticas mercantilistas).

⁸⁹ *Ibidem*, p. 69.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 70.

⁹¹ F. Braudel. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Volume 2, p. 484.

⁹² Eli Heckscher. **La época mercantilista**, p. 463. “el mercantilismo como sistema de poder constituía, por tanto, ante todo, un sistema de aplicación de la política económica al servicio del poder como un fin en sí”. E. L. J. Coornaert. “European economic institutions and the New World; the chartered companies”. In: E. Rich & e C. H. Wilson. (dir.) **The Cambridge Economic History of Europe**. Volume IV. Cambridge, 1967, p. 239.

⁹³ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, pp. 65 e 66.

⁹⁴ Lars Magnusson. **Mercantilism: the shaping of an economic language**, pp. 25-27.

A despeito de citar outros autores para tratar diretamente do mercantilismo,⁹⁵ incluindo um elogio a “Lord Keynes”⁹⁶, Novais embasou algumas de suas reflexões em um texto de linhagem marxista, *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb, com o objetivo de aperfeiçoar a apresentação do quadro geral em que se deu o estabelecimento do sistema colonial. Este cenário é o da transição do feudalismo para o modo de produção do capital, um processo animado pelo capital mercantil e que foi a base de uma “consonância” entre centralização política, expansão comercial e mercantilismo. Sobre a relação entre sistema colonial e mercantilismo, Dobb afirmou:

O sucesso dessa política dependia principalmente de sua aplicação a um sistema de comércio colonial, no qual se podia usar a influência política para garantir ao país metropolitano certo elemento de monopólio. É essencialmente na aplicação à exploração de um sistema colonial dependente que as teorias comerciais mercantilistas adquirem sentido.⁹⁷

Como destacado mais acima, para Eli Heckscher, o fundo histórico do mercantilismo é o período da formação dos Estados modernos em meio à superação dos universalismos e particularismos herdados dos tempos medievais. Nos espaços coloniais, estes obstáculos eram inexistentes e o mercantilismo podia ser aplicado sem as dificuldades do terreno europeu. É possível afirmar que as políticas mercantilistas foram um dos fatores que direcionaram a empreitada colonizadora durante a Época Moderna. No caso do Brasil, é emblemático que a lucrativa produção de açúcar tenha sido a única atividade agrícola produtiva citada nos regimentos do primeiro governador-geral e do primeiro provedor-mor. Datados de meados do século XVI, estes regimentos manifestam o caráter centralizador da instituição do governo-geral,⁹⁸ com desdobramentos concretos na realidade colonial.⁹⁹

O capitalismo, aquele de Fernand Braudel, acabou por encontrar no Brasil uma base avançada, protegido pelo Estado português, num espaço novo com o qual se

⁹⁵ Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 60, citou J. W. Horrocks, P. Deyon, D. Coleman e E. Heckscher, Philip Buck, Schumpeter, além de outros autores.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 66.

⁹⁷ Maurice Dobb. **A evolução do capitalismo**, pp. 145 e 146.

⁹⁸ Conferir comentário de dom Fernando José de Portugal e Castro, vice-rei do Brasil no início do século XIX, acerca do 21º capítulo do “Regimento do Governo Geral do Estado do Brasil dado ao mestre de campo Roque da Costa Barreto”, Lisboa, 23 de janeiro de 1677. In: Marcos Carneiro de Mendonça. **Raízes da formação administrativa do Brasil**. Volume 2. Rio de Janeiro: IHGB e Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 776. Luiz Felipe de Alencastro. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000, p. 20. Para este autor, “O início do governo-geral (1549) dá lugar a um movimento de centralização”.

⁹⁹ R. Ricupero. **Formação da elite colonial**, pp. 110 e seguintes. E José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia: teoria e prática**, p. 382.

pretendida atender, além de outras demandas, as expectativas de valorização do capital mercantil. A base material da formação dos principais centros da grande colônia portuguesa estaria atrelada aos circuitos do negócio do açúcar, amparado pelas políticas mercantilistas emitidas da metrópole, e adaptadas à América pelo governo-geral e outras instâncias locais de poder.

Por sua vez, as disputas entre as potências europeias pelo comércio colonial são contempladas no nível mais abstrato das ideias mercantilistas, pois se inserem principalmente no grande tema da balança comercial, assim como no nível mais concreto, aquele dos negócios que têm nas praças coloniais da América suas articulações mais características. Particularmente, em relação ao negócio colonial do açúcar do Brasil no século XVII, destacam-se dois pontos: primeiro, a reexportação de açúcar, a partir do reino, é uma contribuição decisiva para as receitas do Estado e para a balança comercial de Portugal; e, em segundo lugar, a defesa calculada e raciocinada do exclusivo comercial metropolitano nos tratados diplomáticos com Inglaterra e Holanda.¹⁰⁰ O mercantilismo foi bastante influente em Portugal na segunda metade do seiscentos, sobretudo, nos tempos em que o terceiro conde da Ericeira foi figura poderosa em Lisboa. Entre o início da década de 1670 e o início da década de 1690, a relação entre discurso e prática governativa apresentou viés mercantilista bastante evidente.¹⁰¹

Se o mercantilismo atravessou o Atlântico na forma de política colonizadora, e isto pode ser notado desde o século XVI, teria se apresentado em Olinda ou na cidade do Salvador também na forma de ideias a ponto de promoverem certa produção colonial de discursos mercantilistas? Os moradores do Brasil, os mais instruídos, os homens da governança, governadores-gerais, desembargadores, jesuítas, em algum momento, teriam produzido textos acerca de assuntos econômicos, utilizando referências semânticas presentes em discursos mercantilistas difundidos na metrópole?¹⁰² A existência deste fenômeno deve ser verificada em situações que demandavam uma tentativa de intervenção dos moradores, em particular, nas conjunturas econômicas mais críticas para o negócio do açúcar. Tais tentativas de intervenção seriam empreendidas, necessariamente, em processos de negociação. Este é o problema que me propus a enfrentar neste estudo.

¹⁰⁰ Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, 2017.

¹⁰¹ Carl Hanson. *Economia e sociedade no Portugal barroco: 1668-1703*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

¹⁰² *Sobre a introdução das artes*, de Duarte Ribeiro de Macedo, escrito em 1675, foi o mais ilustre destes textos. Adiante será discutido.

O quadro geral é determinado pelo processo de centralização do Estado e pela preeminência do capital mercantil sobre a produção exportadora, elementos que estruturaram a colonização e, portanto, favoreciam a penetração de noções mercantilistas no Brasil. Porém, as ideias mercantilistas, ainda que se encontrassem em solo fértil, ainda necessitavam de um outro fator para florescerem na forma de discurso: uma linguagem econômica suficientemente capaz de expressar os problemas que aquelas pessoas enfrentavam, assim como as propostas de solução por elas elaboradas. Esta linguagem econômica foi formada no decorrer do século XVII, mais consistentemente na Inglaterra, e alcançou influência significativa em Portugal na segunda metade do seiscentos. Não há razões para acreditar que uma parte do arcabouço enunciativo do mercantilismo não tenha circulado nos meios mais instruídos do Brasil colonial e que não tivesse sido utilizada para entender e comunicar os problemas mais agudos da economia açucareira.

O mercantilismo como “linguagem econômica”

Lars Magnusson, em *Mercantilism: a shaping of an economic language*,¹⁰³ apresentou o mercantilismo como o processo de formação de uma linguagem, com um vocabulário desenvolvido na Inglaterra do século XVII, elaborado para compreender e discutir assuntos econômicos. É uma conceitualização cuja profundidade pretende apresentar um mercantilismo para além das propostas de políticas de Estado. O mercantilismo, sob essa abordagem, foi, necessariamente, uma construção coletiva, do contrário não seria uma linguagem, e, portanto, demandou o engajamento de um grupo de pessoas, aquelas que teriam contribuído para a elaboração dos discursos e compartilhado o esforço de aproximar sentidos semânticos de expressões e palavras utilizadas entre os participantes do debate.

Ainda que a definição de mercantilismo cunhada por Magnusson tenda a engessar o conceito por conceber seu desenvolvimento exclusivamente em território inglês, entendo que é possível utilizar alguns dos elementos por ele destacados no estudo dos discursos acerca de assuntos econômicos produzidos na Bahia colonial seiscentista.

¹⁰³ Como o conceito de mercantilismo do professor Lars Magnusson pode não ser muito familiar, apresentarei sucintamente as suas ideias nas páginas deste item. Os parágrafos que não apresentam nenhuma nota, normalmente, referem-se à citação anterior ou posterior. Em caso de passagens mais gerais e abrangentes, entenda-se que a referência é o livro como um todo. Obra mais recente, de 2015, em que Magnusson ratifica as principais ideias defendidas no livro publicado em 1994, é **The political economy of mercantilism**.

Porém, antes de apontar os indícios da presença da linguagem mercantilista no espaço colonial, vejamos as principais proposições desenvolvidas em *Mercantilism: a shaping of an economic language*.

Respondendo a uma crítica liberal antiga, datada do século XIX, mas ainda influente na tradicional História do pensamento econômico, o historiador sueco assume que, de fato, o suposto conjunto das ideias mercantilistas não poderia ser considerado uma doutrina econômica, pois não haveria unidade teórica entre os textos. Ao contrário, os pensadores do mercantilismo manifestariam, inclusive, opiniões contraditórias, pois havia divergências marcantes sobre temas que abrangem desde a suposta necessidade do dirigismo estatal até a importância de uma balança comercial favorável. Entretanto, o contraditório das opiniões não seria prejuízo algum para o conceito de Magnusson, pois é justamente o debate em torno de temas comuns que promoveria o desenvolvimento de uma linguagem econômica, isto é, do mercantilismo como ele o entende.

O vocabulário mercantilista, um conjunto de termos e designações elaborado desde o século XVI, teria passado por um intenso processo de desenvolvimento no século XVII, tornando-se a base do pensamento econômico do XVIII. O contrário do que pressupunham os seguidores do *laissez-faire* no século XIX, os quais, baseados nas críticas de Adam Smith contra o “sistema mercantil”, entendiam que as propostas elaboradas pelos mercantilistas, muitas delas de caráter pragmático e ligadas às necessidades do Estado absolutista, formariam uma doutrina econômica anterior ao liberalismo. Os discursos mercantilistas fundaram a linguagem econômica, aproveitada depois pelo liberalismo econômico – um elo da evidente continuidade entre mercantilismo e liberalismo.

As ideias mercantilistas não podem ser dissociadas da realidade concreta em que foram elaboradas. Ao lado das determinações mais concretas e salientes da vida econômica e política, Magnusson defende que os discursos acerca dos temas econômicos também foram definidos pelo próprio desenvolvimento do debate. Deste modo, na Inglaterra do século XVII, os discursos passaram a ser cada vez mais estimulados pelo próprio debate, diminuindo a influência política do Estado na elaboração de ideias. Já na primeira metade do seiscentos, é possível entender o mercantilismo mais como o desenvolvimento de um debate do que como manifestação racional e direta de eventos relacionados à política econômica.

Segundo Magnusson, no século XX, era usual desenhar uma clara linha de correspondência entre ideias econômicas e políticas econômicas.¹⁰⁴ Por exemplo, frequentemente, esta abordagem consideraria o mercantilismo como defesa ou justificativa para o protecionismo durante o Antigo Regime, o que seria uma simplificação exagerada. Para mostrar certa fragilidade desta abordagem, o autor chamou atenção para alguns autores ingleses que faziam considerações críticas em relação ao protecionismo, ainda que não sejam, de modo algum, defensores do livre comércio.¹⁰⁵ Na Inglaterra, durante o século XVII, havia defensores de medidas protecionistas e também aqueles que reivindicavam mais liberdade de comércio. Portanto, a relação direta e mecânica entre ideias e políticas econômicas seria demasiado simplista.

Um exemplo de abordagem insuficiente são os estudos que identificam o discurso mercantilista a uma ideologia do ambiente mercantil competitivo, que se delineava na Época Moderna. Outro são as pesquisas que relacionam a força dos interesses de grupos mercantis privilegiados ao sentido das ideias mercantilistas. Tais interpretações tenderiam a desprezar a relativa autonomia do processo de formação das ideias, dando ênfase demasiada aos “eventos reais”.¹⁰⁶

Acerca dos estudos marxistas, Magnusson apontou certo reducionismo e afrouxamento do conceito de mercantilismo. Estes estudos tratariam o pensamento mercantilista como uma “ilusão” ligada ao desenvolvimento dos processos de exploração e de alienação; ou, por outro lado, como uma racionalização necessária dos meios da acumulação primitiva.¹⁰⁷

Ora, o marxismo é a base teórica sobre a qual foi construído o conceito de sistema colonial do mercantilismo, uma das referências desta tese. Isto posto, cabe a seguinte pergunta: nossa abordagem toma o mercantilismo como uma ilusão ligada à exploração e à alienação? Em primeiro lugar, Fernando Novais apreende o mercantilismo atrelado à política econômica e circunscrito a seus resultados concretos:

tem o imediato objetivo de formular normas da política econômica, parte dessa problemática, e só para justificar o seu receituário é que se alça à formulação duma teoria explicativa da via econômica como tal. Não parte de conceitos

¹⁰⁴ Lars Magnusson. **Mercantilism**, p. 210.

¹⁰⁵ *Ibidem*, pp. 210 e 211. “their most significant feature was their attempt to locate the limits of dirigisme rather than to sing its universal praises”.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 210. “Such an interpretation tends to downplay the independent role of discourse and put too much emphasis on its function as a rational manifestation of real events”.

¹⁰⁷ *Ibidem*, pp. 51 e 52.

puros e de uma sistemática explicação da economia para deduzir normas de intervenção nesta realidade, senão que percorre quase o caminho inverso.¹⁰⁸

Marcando apenas as linhas mestras do mercantilismo, para situar nelas “o papel do colonialismo mercantilista”, Novais entendeu que as colônias constituíam “retaguarda econômica da metrópole”; as colônias contribuiriam para diminuir a dependência externa da metrópole, meta fundamental da política europeia da Época Moderna.¹⁰⁹ Em se tratando de colônias e discursos mercantilistas, temas como exploração e acumulação primitiva são inevitáveis, mas o trecho selecionado, transcrito acima, não aborda o mercantilismo como uma “ilusão”. A ênfase, ao contrário, é mostrar que “o projeto colonizador tinha, portanto, sólida urdidura com a mentalidade da época absolutista”.¹¹⁰ A despeito de Novais não ter considerado o problema do desenvolvimento autônomo dos discursos sobre economia, sua abordagem não exclui tal possibilidade.

A crítica de Magnusson não pode ser endereçada a textos marxistas mais consistentes. Entender o mercantilismo como uma ilusão automaticamente ligada aos mecanismos da acumulação primitiva e aos processos de exploração é, justamente, a negação da solidez da tradição marxista:

Não se passa, entretanto, da análise dos mecanismos estruturais à dos eventos – que é onde se acelera o tempo histórico – direta e imediatamente; isto importaria numa necessária deformação da realidade reconstruída. Torna-se imprescindível identificar e escalonar as múltiplas e variáveis mediações através das quais os movimentos de estrutura emergem na superfície dos acontecimentos. Esta é a tarefa do historiador, naquilo que ele tem de mais fascinante e difícil.¹¹¹

A autonomia do desenvolvimento do discurso, defendida pelo professor Magnusson, não quer dizer que a construção de conceitos e a significação de palavras poderiam ser feitos de modo independente da realidade. A ideia é dar ênfase ao processo da formação da linguagem econômica a partir de parâmetros linguísticos, e com as devidas mediações entre a prática concreta e a formulação desta experiência em forma de discurso. Como se verá adiante, o professor destaca que a contraposição dos discursos é determinante para sua formulação e reformulação, sem desprezar as contingências da

¹⁰⁸ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, p. 60.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 61.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 62.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 12.

realidade e as experiências concretas que alteraram os processos de significação das palavras no debate entre os formuladores de discursos.

Antes de passar aos necessários aprofundamentos acerca da ideia de mercantilismo como linguagem econômica, cabe apresentar o que, para o historiador sueco, o mercantilismo não era¹¹². Primeiramente, não era uma doutrina estruturada com certo número de bem assentados princípios pelos quais seria possível descrever o comportamento econômico e prescrever medidas políticas. Consequentemente, não era também uma doutrina organizada em torno de uma concepção falaciosa como o “medo de mercadorias”,¹¹³ ou com base em uma identidade equivocada como aquela entre dinheiro e riqueza, de que se acusa os mercantilistas desde Adam Smith. Por fim, não seria frutífero entender o mercantilismo como um fenômeno que foi transmitido de país a país sem alterações significativas, sendo mais apropriado localizar as variações de discurso segundo as diferentes “estruturas nacionais”. Um desafio interessante seria investigar como a exploração colonial interferiu na variedade lusitana do mercantilismo. Adiante, ainda que superficialmente, aponte algumas considerações acerca desta questão.

O mercantilismo teria sido uma linguagem que se desenvolveu, primeiramente, na Inglaterra, com a evolução do debate e dos discursos acerca de temas econômicos. Por exemplo, o benefício ou o malefício das companhias monopolistas para a balança comercial. Em *England's treasure by forraign trade*, Thomas Mun argumentou a favor da Companhia inglesa das Índias da qual era uma espécie de executivo, contribuindo para aperfeiçoar noções sobre balança de comércio. O debate sustentou a formação de um vocabulário para a definição e a consideração de fenômenos econômicos. Mesmo com opiniões diversas e contraditórias, os autores ingleses acabaram por discutir os mesmos assuntos, construindo um repertório vocabular relativamente comum. Formava-se, então, uma linguagem econômica.¹¹⁴ Normalmente, os discursos mercantilistas eram políticos, por vezes, panfletários, com pretensões de influenciar as decisões de Estado e pautados por questões econômicas do momento.

¹¹² Lars Magnusson. **Mercantilism**, p. 212.

¹¹³ Crítica a Eli Heckscher. **La epoca mercantilista**, por exemplo, nas páginas 624 e 625. As expressões “medo de mercadorias” “fome de dinheiro” aparecem em vários pontos da obra clássica e se referem a uma postura psicológica e pouco consciente que provocaria a relação automática e direta entre dinheiro e riqueza.

¹¹⁴ Lars Magnusson. **Mercantilism**, p. 211. “[...] this discourse provided a new framework for the definition and consideration of economic phenomena. It constituted a language which must be recognized separately from its manifest paroles. Thus to say that this language was a simple rationalization of some forms of economic state-making is utterly misleading”.

Destaque-se que Magnusson utilizou conceitos linguísticos para designar os discursos diversos, aos quais se referiu como “*parole*”, que é o dado particular e individual, enquanto o repertório vocabular para definição de fenômenos, mecanismos e eventos econômicos foi comparada à “*langue*”, que é um dado social, um ato coletivo.¹¹⁵

Magnusson propõe uma História do discurso econômico, um desafio aos historiadores dispostos a enfrentarem uma reconstrução da História do pensamento econômico menos anacrônica do que a tradicional História das Doutrinas Econômicas. Sem a necessária historicidade, os textos e as ideias mercantilistas continuariam a ser compreendidas apenas como a infância obscura de conceitos modernos das ciências econômicas, ou uma doutrina primitiva, inconsistente e superada pelo liberalismo do XVIII. Para tanto, o mercantilismo deveria ser estudado como uma série de falas ou discursos, num contexto em que questões, palavras, conceitos e estruturas interpretativas comuns são compartilhadas, formando uma linguagem específica.¹¹⁶

Para a reconstrução da História do pensamento econômico, não bastaria operar uma relação superficial entre o mercantilismo (ideias e discursos econômicos) e a etapa cronologicamente correspondente de consolidação da estrutura e da dinâmica do absolutismo. Na opinião de Magnusson, é necessário compreender a realidade vivida pelos autores e suas reflexões acumuladas e compartilhadas. A fala (*parole*), a práxis, o discurso, que, para alcançar os receptores pretendidos e, portanto, ser compartilhada, precisavam mobilizar os conceitos, as expressões e os termos do repertório comum. O processo é dinâmico e o repertório comum se desenvolve e evolui a partir das contraposições dos discursos diversos, que se confrontam, e das novas experiências dos autores que são compartilhadas tão logo sejam colocadas em forma de discurso (fala, práxis) e apresentadas no debate.

A experiência concreta dos autores e seus discursos, ou seja, a realidade e a prática, são articuladas com base nas categorias que a linguagem fornece. Esta linguagem não está relacionada à realidade automaticamente, não é determinada por ela de modo

¹¹⁵ Antonio Vicente Pietroforte. “Língua como objeto da Linguística”. In: José Luiz Fiorin (org.) **Introdução à Linguística I**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 81. Apoiando-se em Ferdinand Saussure. **Curso de Linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969, pp. 26-28, Pietroforte resume: “[...] na dicotomia *língua versus fala* há a definição do conceito de *língua*. Para Saussure, *língua* opõe-se a *fala*, porque a *língua* é coletiva e a *fala* é particular, portanto, a *língua* é um dado social e a *fala* é um dado individual. Além disso, a *língua* é sistemática e a *fala* é assistemática. Pessoas que falam a mesma *língua* conseguem comunicar-se porque apesar das diferentes *falas*, há o uso da mesma *língua*”.

¹¹⁶ Lars Magnusson. **Mercantilism**, p. 211. “I have in this context proposed a history of economic discourse rather than of economic doctrine”; “Within a such discursive context a common set of questions, words, concepts and interpretative frameworks emerge over time which constitute a specific language”.

direto e sem mediações complexas. A linguagem apreende a realidade por meio da práxis (dos discursos). Linguagem e práxis interagem por meio de autorreflexão, de modo que a linguagem é alterada por meio da comunicação, dos discursos que se contrapõem, o que contribui para o próprio desenvolvimento da linguagem. Esta é a explicação principal que Magnusson oferece para a evolução do mercantilismo no século XVII. Elementos desta linguagem teriam sido abandonados, agregados ou modificados de acordo com o embate das falas e os novos significados que os signos discursivos passavam a carregar, num longo processo de refinamento. Por exemplo, quando foi aperfeiçoada a noção de que o comércio internacional apresentava mecanismos de autoequilíbrio (um “dilema” mercantilista, segundo Heckscher¹¹⁷), o influxo de metais preciosos passou a ser visto como um elemento menos importante.¹¹⁸

Magnusson chegou a estas conclusões estudando os discursos ingleses do século XVII. Encontrou, como primeira característica geral daquelas falas, uma forte ênfase na discussão acerca dos meios para fazer crescer a riqueza e o poder do país. Para aqueles escritores mercantilistas, o fortalecimento do país pressupunha riqueza econômica. Portanto, seria equivocada a noção de que o mercantilismo, como um todo, considerasse uma enorme população pobre, por seu baixo custo enquanto força de trabalho, um fator de riqueza para o país.¹¹⁹

Eis outros destaques. A necessidade de manutenção da maior quantidade possível de ouro e prata no país foi um tema frequente nas discussões do século XVII, em toda a Europa ocidental. Do mesmo modo, aconteceu com a noções de que era necessário controlar o comércio exterior com o objetivo de maximizar as exportações de bens manufaturados, para atrair e reter mais dinheiro nos circuitos mercantis de um país. De olho no exemplo do desenvolvimento dos Países Baixos, os mercantilistas ingleses

¹¹⁷ Eli Heckscher. **La época mercantilista**, p. 626. Um grande “dilema”, então, apresentava-se: se por certo tempo a balança comercial fosse constantemente favorável e, portanto, houvesse uma significativa afluência de moedas de prata e de ouro de outros países, os resultados positivos da balança começariam a se inverter de modo espontâneo e todo o esforço do período de torná-la positiva se perderia, “en primer lugar, por la subida de los precios dentro del país y, en segundo lugar, por el superávit de importación de mercancías a que esto daría lugar”.

¹¹⁸ Lars Magnusson. **Mercantilism**, p. 212. “change in meaning and the final abandonment of concepts is, furthermore, a consequence of the refinement of language itself”; “Moreover, such a language is self-reflective, and it supplies the categories through which reality and praxis are articulated. Self-reflectiveness does not imply, however, that language is disclosed from an outer world of praxis. Instead the relation between language and praxis, langue and parole, is interactive. This means that language is changed through acts of communication. By using language in praxis it is gradually transformed. In our case this certainly means that when concepts such as the ‘favorable balance of trade’ was used in new situations its meanings slowly shifted”.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 213.

passaram a aceitar a ideia de que a riqueza econômica poderia somente ser alcançada por meio do aumento do comércio internacional, de uma grande população, de mais manufaturas e de um aumento na divisão do trabalho. Estes avanços, sobretudo a expansão do comércio e das manufaturas, dependeriam do apoio de leis rígidas e instituições sólidas, ou seja, do Estado.

Até a década de 1690, seria uma grande surpresa se algum texto dissertasse sobre o autoequilíbrio das forças de mercado, maior ainda seria o espanto se algum discurso mercantilista defendesse a ideia de que o dito autoequilíbrio, regido pelo jogo de oferta e demanda, por si só, promoveria o desenvolvimento e traria riqueza ao país. Entretanto, alguns já argumentavam contra a interferência estatal nas leis de oferta e demanda, pois a ação malfeita do Estado poderia causar caos econômico e ruína.¹²⁰

Na Inglaterra, algo como uma revolução mercantilista teria ocorrido na década de 1620. Este marco histórico é frequentemente associado ao famoso debate entre Thomas Mun, Edward Misselden e Gerrard Malynes, que marcou o pensamento econômico naquela década. Entre os avanços promovidos por este confronto de discursos, encontram-se o reconhecimento da importância do jogo entre oferta e demanda na formação dos preços; a flexibilização do metalismo, pois, em algumas situações, seria admissível a exportação de metal precioso; e o preço dos alimentos apareceu como o fator determinante mais significativo para o custo da força de trabalho.¹²¹

Outro elemento a ser destacado na “revolução mercantilista” é a noção de que a economia deve ser entendida como um sistema, tal como a natureza e suas forças em interação.¹²² A partir desta ideia, perseguiu-se o conhecimento dos princípios que regiam este sistema: salários, taxas de juros, volume de comércio, circulação monetária etc. Variáveis que poderiam ser consideradas individualmente, mas, também, deveriam ser compreendidas ligadas entre si por meio dos processos de mercado.

Se, até então, os conhecimentos mercantilistas eram *insights* apreendidos com o estudo das práticas mercantis, tendo o debate inglês da década de 1620 como ponto de partida, o desenvolvimento dos discursos não mais poderia ser explicado pela empiria exclusivamente. O embate fazia os argumentos evoluírem e ampliava o grau de abstração.

Houve uma crescente importância das considerações metodológicas, em consonância com o avanço intelectual do século XVII. A despeito das dificuldades,

¹²⁰ *Ibidem*, p. 213.

¹²¹ *Ibidem*, p. 214.

¹²² *Idem*, **The political economy of mercantilism**, p. 223. “the economy must be perceived as a system”.

segundo Magnusson, seria possível detectar certa influência de Francis Bacon em alguns dos mais importantes textos mercantilistas ingleses, pois, buscando uma maior coerência argumentativa, difundiram-se as metáforas embasadas no funcionamento fisiológico para explicar os eventos econômicos, – “sem dúvida, a utilização desta concepção estava conectada com uma nova visão mecânica do mundo e da sociedade”.¹²³ Teria, portanto, emergido na Inglaterra, na década de 20 do século XVII, a ideia de uma realidade econômica governada por leis que funcionavam em termos racionais, como um sistema.¹²⁴

A despeito das considerações generalizantes e de certa independência do pensamento econômico, o foco das discussões mercantilistas inglesas no século XVII permaneceu circunscrito à importância das manufaturas e do comércio, principalmente o externo, para o aumento da riqueza e do poder do país frente a seus rivais. O que mais mereceria destaque no desenvolvimento promovido por aqueles discursos seriam as inovações metodológicas e toda uma nova estrutura conceitual, além de um vocabulário, cada vez mais amplo e dinâmico, voltado para a compreensão de assuntos econômicos. Adam Smith e seus seguidores atacaram e ridicularizaram as limitações do mercantilismo, considerando-o uma doutrina tola e superficial, contudo, a linguagem daqueles pensadores alicerçou a fundação da ciência econômica moderna.¹²⁵

Lars Magnusson deixou seu mercantilismo bastante rígido: primeiro, por restringi-lo apenas ao campo dos discursos, isolando-o da política econômica; segundo, por prender seu desenvolvimento à Inglaterra do século XVII. Tópicos como balanço de comércio, importância da demografia, o papel da moeda, a comparação da economia com um sistema orgânico por meio de metáforas fisiológicas, monopólios comerciais e outros foram temas de discursos diversos em toda a Europa ocidental. Textos espanhóis, ingleses, italianos e franceses cruzavam fronteiras e influenciavam uns aos outros.

¹²³ *Ibidem*, p. 214 e 215. Faz todo sentido associar o processo de evolução intelectual vivido pelos mercantilistas, tal como o descreve Magnusson, a reflexões do filósofo Francis Bacon. “Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumularam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira Filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservando-o intacto na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto”. Francis Bacon. **Novum organum**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 76.

¹²⁴ Lars Magnusson. **Mercantilism**, p. 215. “Without doubt, the rise and spread of this vision of economic society must be connected with a new mechanistic view on man, nature and society which developed simultaneously”.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 216. “it was this revolution which laid the foundation of modern economics”.

O próprio historiador sueco reconhece que, tanto como hoje, as ideias viajam rapidamente. Cidades como Amsterdam, Paris, Londres, Antuérpia, quando havia paz, eram praças de intercâmbio de mercadorias, mas também de discursos. As potências estavam numa forte disputa por riquezas, frequentemente à custa das adversárias, e as informações atualizadas acerca de políticas mercantis e monetárias dos governos rivais eram valiosas e cuidadosamente examinadas.¹²⁶

Para usar um exemplo caro a esta tese, cito Duarte Ribeiro de Macedo, diplomata português na França, que, para escrever o seu *Discurso sobre a introdução das artes no reino* (1675), observou as políticas de Colbert e lançou mão das ideias de Sancho de Moncada (muitas vezes citado), além sofrer alguma influência de Thomas Mun, cuja obra *England's treasure by forraign trade* fora traduzida para o francês e publicada em Paris, em 1674, além de Gomes Solis, Severim de Faria, Josiah Child e Samuel Fortrey.¹²⁷

Mesmo admitindo que o debate econômico na Inglaterra estava bastante mais avançado do que em outros países europeus, parece ser um grande equívoco negar a franceses, espanhóis e portugueses, incluindo aí os moradores mais instruídos do Brasil, a capacidade de racionalizar, elaborar discursos e debater acerca de assuntos de natureza impactante na esfera da economia, em particular, os problemas mais salientes relacionados ao negócio açucareiro, às questões monetárias e ao impacto de impostos.

Neste estudo, serão levados em conta os discursos apresentados por meio de cartas dos oficiais da Câmara da cidade do Salvador¹²⁸ enviadas a Portugal, cujo conteúdo era, em boa medida, formulado a partir de experiências concretas dos senhores de engenho, estrato social de onde se originou a maioria dos vereadores e juizes ordinários no seiscentos. Por outro lado, na medida em que as ideias mercantilistas ganharam força em Lisboa, na época em que dom Luís de Meneses, o terceiro conde da Ericeira, foi vedor da Fazenda, a comunicação produzida da colônia para a metrópole deve ter sofrido algum impacto no que toca aos assuntos econômicos.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 174. “As today, ideas travelled fast. Towns like Amsterdam, Paris, London, Antwerp, Leghorn and Middleburgh – at least when peace reigned – served as exchange places for ideas as well as goods. [...] Governmental policies of other countries were eagerly studied and new concepts of how to make the nation more rich and populous were scrutinized”.

¹²⁷ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, p. 148.

¹²⁸ As obras clássicas sobre a cidade do Salvador, que abrangem o século XVII e serviram como uma das referências para este estudo, são os livros de Afonso Ruy. **História da Câmara Municipal da cidade do Salvador**. Salvador: Câmara Municipal do Salvador, 1953, e **História política e administrativa da cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

É justamente na abordagem dos discursos sobre preços, comércio do açúcar, impactos fiscais nos negócios e questões monetárias que a ideia de Magnusson sobre o mercantilismo foi útil a este estudo. *Pari passu* ao desenvolvimento da conjuntura recessiva, nas últimas décadas do século XVII, e à recuperação conjuntural do final do seiscentos e início do setecentos, algumas cartas da Câmara da cidade do Salvador ao rei passaram a mostrar uma elaboração mais detalhada de suas demandas. Como já foi destacado acima, este processo ocorreu num momento em que o governo português contava com figuras importantes cujo entendimento dos problemas fiscais, monetários e comerciais tendia a ser permeado por ideias mercantilistas. Daí que a comunicação da colônia para a metrópole estivesse inclinada a apresentar, no último quartel do XVII, um tratamento mais raciocinado dos seus problemas de natureza econômica, tomando como referência discursos e ideias de tipo mercantilista. Um dos pilares deste estudo é a hipótese de que, com o declínio e crise do negócio do açúcar, e consequente agravamento da situação da açucarocracia baiana, empreendeu-se um esforço para melhorar a comunicação por meio do ajuste na mensagem.

Não foi um debate, como ocorreu na Inglaterra, mas há uma tensão que emerge de situações muito concretas, levando os oficiais camarários a alinhar aspectos do conteúdo da mensagem. Um alinhamento do polo subordinado às ideias que corriam com prestígio no polo metropolitano. Este movimento tem relação com a formação e difusão do mercantilismo enquanto uma linguagem.

Como os temas de natureza político-econômicos não eram monopólio inglês, e a difusão de ideias mercantilistas atingiu boa parte da Europa ocidental, incluindo aí Portugal, é possível afirmar que alguns dos textos produzidos na Bahia daqueles tempos eram tributários, indiretamente, da linguagem econômica que circulava nos principais centros europeus. A comunicação da colônia, espaço cuja formação teve em seus fundamentos os impulsos do capital mercantil, mostra um amadurecimento, em termos mercantilistas, do entendimento que os principais da Bahia tinham de seus problemas; a conjuntura crítica e a preeminência de cabeças afeitas ao mercantilismo no centro do império estimulavam este movimento.

Algumas vezes, a influência do pensamento mercantilista se apresentou nos textos coloniais por meio de metáforas fisiológicas, comparando as necessidades monetárias do Estado à necessidade que o corpo humano tem de sangue. A influência mercantilista também pode ser verificada nas passagens em que aparece a relação entre preço e oferta

monetária, observações ligadas à teoria quantitativa da moeda, fundamento do mercantilismo.

Durante os anos de crise na Bahia, quando os preços do açúcar despencaram, no final da década de 1680 e início da década seguinte, apelava-se à regulação estatal do negócio, outro elemento típico do mercantilismo, pois ainda não se podia conceber totalmente o funcionamento do mundo do comércio, do dinheiro e da produção sem a proteção ou o controle do Estado. A noção de que a proteção do Estado era necessária se apoiava na ideia de que o vigor do comércio era uma das bases da força do império frente às potências rivais. Portanto, a competição com o açúcar das Antilhas não poderia deixar de aparecer como assunto importante nas cartas para a Coroa – dentro de parâmetros mercantilistas, o comércio era entendido como uma dimensão da guerra. A racionalização de assuntos econômicos por meios destes elementos indica que o pensamento econômico de vanguarda na Europa atingiu, mesmo com limitações, a principal das partes coloniais de Portugal no final do século XVII.

Colônia: espaço mercantilista

Com base no que foi exposto acima, o mercantilismo, no âmbito deste estudo, fica definido como todo pensamento um pouco mais racionalizado e minimamente autônomo sobre assuntos econômicos, apresentando pretensões de influenciar decisões de governo e de ser contemplado em formulações de política econômica; o pensamento mercantilista tinha como limite a atuação do Estado.

Procurei apontar o caráter mercantilista de reflexões e discursos que, direta ou indiretamente, abordarem temas como a balança de comércio, a importância da moeda, comparações entre o funcionamento da economia e certos sistemas fisiológicos ou orgânicos, jogo entre oferta e demanda e elementos econômicos na formação dos preços (por exemplo, a relação quantitativa entre preço e volume de moeda em circulação), dimensão comercial das disputas entre as potências, monopólio e tratos mercantis regulados e protecionismo.

Os discursos mais elaborados, produzidos no espaço colonial, só poderiam ter como referência falas e ideias correntes na metrópole e na Europa. Não se trata de uma versão colonial do mercantilismo. Mercantilismo é europeu, metropolitano e colonizador, isto é, seus limites e objetivos são aqueles em que Portugal opera. Por outro lado, estruturado pelo poder do Estado e pela energia do capital mercantil, entendo que, nas

conjunturas mais desafiadoras, o Brasil apresentou uma realidade muito propícia às reflexões econômicas de letrados, servidores do Estado, homens da governança, senhores de engenho e mercadores que viviam nos entornos das praças mercantis mais importantes. No mundo do sistema colonial do mercantilismo, a cidade da Bahia seria um território onde a penetração de ideias mercantilistas não deveria causar estranhamento algum. Afinal, algo que parecia tão nítido a Pombal no início da década de 1740, não poderia ser inconcebível cinquenta ou sessenta anos antes na Bahia: “sendo tão grandes os interesses do comércio com os estrangeiros, são ainda maiores os seus lucros quando ele se faz com as próprias colônias. Não só este comércio é o mais útil, mas também o menos arriscado”.¹²⁹

Em uma carta de 16 de dezembro de 1674, Duarte Ribeiro de Macedo sentenciou: “O certo é que se se cuidar no Brasil será Portugal o mais rico reino de Europa”.¹³⁰ Quatro meses e meio antes de terminar a redação de seu principal texto, instalado na França de Colbert, o diplomata português resumiu bem o lugar das conquistas no pensamento mercantilista – o fazer suas metrópoles ricas. Para um país ser rico, o estado de seu comércio deve ser rico, ou seja, deve apresentar uma balança de comércio favorável, exportando mais do que importa.¹³¹ Grosso modo, o comércio colonial deve proporcionar negócios que fortaleçam as exportações e atenuem as importações. Àquela altura, diagnosticava-se a necessidade de reverter o estado desfavorável da balança comercial para favorável, o que transformaria o comércio do reino de pobre em rico.¹³²

O mais destacado pensador mercantilista português do século XVII foi autor do *Discurso sobre a introdução das artes no Reino*, escrito em Paris, datado de abril de 1675. Macedo se inspirou na política manufatureira de Colbert, poderoso ministro de Luís XIV, e em textos mercantilistas que circulavam à época na capital francesa.¹³³ O ponto central da proposta do *Discurso* é o estímulo estatal à produção manufatureira, sobretudo a têxtil,

¹²⁹ Sebastião José de Carvalho e Melo. **Escritos económicos de Londres**, p. 42.

¹³⁰ Virgínia Rau. “Política económica e mercantilismo na correspondência de Duarte de Macedo (1668-1676)”. **Do tempo e da História**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1968, v. 2, p. 30.

¹³¹ António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924. Este livro contém três textos: *Diálogos do sítio de Lisboa*, de Luís Mendes de Vasconcelos e datado de 1608, *Dos remédios para a falta de gente*, de Manuel Severim de Faria, datado de 1655, e *Sobre a introdução das Artes*, de Duarte Ribeiro de Macedo. Todas as citações da **Antologia** se referem a passagens deste último texto.

¹³² Comércio rico tem o país que exporta mais que do importa; um país de comércio pobre é aquele que importa mais do que exporta. Tal classificação foi apresentada por Duarte Ribeiro de Macedo em António Sérgio, *Idem*, pp. 250 e seguintes.

¹³³ Lars Magnusson. **Mercantilism** : the shaping of an economic language, pp. 174, 177 e seguintes.

pois a indústria doméstica, além de ocupar a população e propiciar melhor aproveitamento do comércio com as conquistas, ampliaria a arrecadação e diminuiria a evasão monetária na medida em que os tecidos nacionais substituíssem os importados.¹³⁴

A importância do texto de Duarte Ribeiro de Macedo se deveu à sua penetração entre homens poderosos do governo português. Dom Luís de Meneses, o conde da Ericeira, foi influenciado por Macedo.¹³⁵ O dito conde foi nomeado vedor da Fazenda Real em 1675, e exerceu o cargo até o início da década de 1690. Nos anos 1670 e 1680, o governo português, do qual Ericeira era uma figura forte, procurou aplicar princípios mercantilistas à política econômica.¹³⁶

Segundo Virgínia Rau, as propostas de Macedo respondiam às necessidades de uma “época em que em Portugal os ministros e os conselheiros da Fazenda manifestavam vivo interesse e atividade em resolver nossos problemas do após-guerra de Restauração e atalhar a crise sócio-econômica nacional à luz das aplicações práticas do mercantilismo”. A penetração do discurso do diplomata na corte ocorreu neste contexto. O próprio regente dom Pedro trocou correspondência com Macedo acerca do envio de técnicos têxteis para as manufaturas do reino.¹³⁷

Os indivíduos mais poderosos do governo português estavam convencidos de que a independência restaurada de Portugal não estaria consolidada sem o fortalecimento econômico do reino. Esta emergência determinou as reflexões não só de Duarte de Macedo, mas também de António Vieira e de Severim de Faria, outros dois pensadores portugueses de destaque no século XVII.¹³⁸ Apesar das conjunturas de crise e estagnação que atingiram o continente europeu no seiscentos, este fortalecimento econômico deveria passar pela recuperação do comércio de longa distância, como defendia padre Vieira, e também pelo investimento em produção manufatureira sob o necessário dirigismo do Estado. A experiência como representante de Portugal em Paris, no final dos anos 1660 e na década de 1670, levou Macedo a compreender a urgência do

¹³⁴ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, pp. 133-148. Para uma lista dos principais pensadores mercantilistas portugueses dos séculos XVI e XVII e resumos de suas ideias: José Calvet Magalhães. **História do pensamento econômico em Portugal**.

¹³⁵ Carl Hanson. *Idem*, pp. 182 e seguintes.

¹³⁶ Jorge Borges de Macedo. “Mercantilismo” In: Joel Serrão (dir.) **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 4 vols, 1963-70. Volume III, p. 38. José Calvet Magalhães. **História do pensamento econômico em Portugal**, p. 166, defendeu que o *Discurso* de Duarte Ribeiro de Macedo foi o primeiro manifesto em defesa do mercantilismo industrial em Portugal.

¹³⁷ Virgínia Rau. “Política econômica e mercantilismo na correspondência de Duarte de Macedo (1668-1676)”, pp. 32 e 35-38. Além dos mestres em produção têxtil, tratou-se de mineiros e chapeleiros.

¹³⁸ José Luís Cardoso. **Pensar a economia em Portugal**, p. 62.

investimento em manufaturas para equilibrar a balança comercial do reino,¹³⁹ elemento que acreditava ser o melhor indicador da situação econômica de um país.

Nas décadas finais do século XVII, cópias manuscritas do *Discurso sobre a introdução das artes no reino* circularam em Lisboa.¹⁴⁰ O primeiro capítulo do *Discurso* tem como título “Da saca do dinheiro do reino”¹⁴¹ e logo no primeiro parágrafo o autor atacou o problema da evasão monetária, para o qual, em seguida, apresentou a solução. O texto teria sido destinado ao secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda e, em linhas gerais, defende o estímulo às manufaturas tendo como objetivo a diminuição das importações, processo que promoveria saldos positivos na balança comercial.¹⁴²

O desenvolvimento do comércio e o estancamento da evasão monetária seriam dois dos principais pilares para o conserto da balança comercial deficitária portuguesa. Neste ponto do *Discurso*, aparece uma imagem orgânica frequente nas reflexões mercantilistas. Vale lembrar que a comparação do funcionamento da economia com sistemas fisiológicos, segundo Magnusson, ocorre mais frequentemente desde a década de 1620, na Inglaterra. Este tipo de concepção teria inaugurado a abordagem da economia como um sistema. Segundo Macedo, “o dinheiro é o sangue das Repúblicas, e sucede no corpo político com a falta de dinheiro o mesmo que sucede no corpo físico com a falta de sangue”. O Estado morreria sem dinheiro assim como o corpo sem o movimento do sangue.¹⁴³ Outra comparação interessante se apoia na ideia de que a economia monetária distinguiria os grupos humanos civilizados dos selvagens, pois, sem dinheiro, não haveria “sociedade civil” e a vida se assemelharia à existência das feras, como a dos “índios do Brasil e negros da África”.¹⁴⁴

¹³⁹ Virgínia Rau. “Política económica e mercantilismo na correspondência de Duarte de Macedo (1668-1676)”, p. 7. Muito antes de escrever o *Discurso sobre a introdução das artes no reino*, Macedo, em sua correspondência, já expressava esta “preocupação dominante”; p. 10: “A prosperidade da França, e a política económica que lá era seguida, davam-lhe muito o que pensar, e, como é óbvio, preocupava-o em comparação a decadência do nosso comércio e a “saca” ou saída do dinheiro do reino”.

¹⁴⁰ José Luís Cardoso. **Pensar a economia em Portugal**, p. 75. “A sua influência política foi notória e o apoio doutrinal que prestou às medidas industrializantes levadas a cabo no último quartel de seiscentos viria a ser sistematicamente reconhecido como prova do seu empenho na restauração económica do reino”. O *Discurso* só foi editado pela primeira vez em 1813. Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, p. 146.

¹⁴¹ António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**, p. 243.

¹⁴² José Calvet Magalhães. **História do pensamento económico em Portugal**, pp. 259 e 260.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 121. A comparação entre movimentos e variáveis económicas com o funcionamento do corpo humano, segundo Lars Magnusson, é uma influência dos progressos filosóficos e metodológicos do século XVII, pois agregaria um carácter mais sistémico aos argumentos dos pensadores mercantilistas. Lars Magnusson. **Mercantilism**, pp. 214 e 215.

¹⁴⁴ António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**, p. 244.

Para a resolução da balança deficitária, que drenava do reino o dinheiro, tão necessário, apenas as leis suntuárias não seriam remédio suficiente. Passando ao problema dos impostos, relatou que diziam “os mercadores que procede o mal dos excessivos direitos que têm nossas alfândegas as drogas do Brasil, e ainda as do Reino”, de modo que, se lucrassem mais com a compra de produtos no território português (“não ganham nos gêneros que levam de Portugal”), as exportações cresceriam. Porém, para Macedo, não estaria aí “a raiz” do mal que achacaria o comércio exterior lusitano.¹⁴⁵ Simplesmente proibir a saída de ouro e de prata era claramente ineficaz, pois a “experiência” e a “razão” o estavam mostrando: “porque os mercadores estrangeiros hão de pagar-se, ou em fazendas ou em dinheiro, e se as fazendas não bastam (como provarei) hão de levar o dinheiro, apesar de todas as proibições, diligências e castigos”.¹⁴⁶

Apresentadas a situação e a ineficácia dos “remédios” aplicados até então, Macedo anunciou sua proposta: para reduzir a evasão monetária, isto é, o déficit do comércio português com o estrangeiro, o único meio seria “introduzir nele as artes; não há outra [razão] que possa produzir este efeito, nem mais seguro, nem mais infalível”.¹⁴⁷ No início do capítulo VI, cujo título é “Prova-se a infalibilidade deste remédio”, escreveu:

pela introdução das artes se evita a introdução das fazendas que os estrangeiros metem neste Reino; logo, não excederá o preço das fazendas que entram no Reino ao preço das que saem, e teremos com que pagar as fazendas e drogas que entrarem, sem que seja necessário pagá-las a dinheiro.¹⁴⁸

No final do capítulo I da primeira parte, considerou a participação das drogas do Brasil, particularmente, do açúcar na balança comercial do reino. Baixar os impostos sobre os gêneros coloniais só resolveria o problema se os estrangeiros levassem em açúcar o valor das fazendas que vendem em Portugal. Parece que já era bastante perceptível o impacto da concorrência antilhana nos preços do açúcar e na sua reexportação a partir dos principais portos do reino.

Não é contudo para ser desprezado este meio, por duas razões: primeira, porque, se os estrangeiros perdem mais em levar fazendas do que em levar dinheiro (como afirmam os homens de negócio), levarão menos em dinheiro

¹⁴⁵ *Ibidem*, pp. 245 e 246

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 247 e 249. O diagnóstico da inutilidade de proibir a exportação de moedas e metais preciosos lembra passagem de Mun discutida neste capítulo.

¹⁴⁷ Macedo conduz o texto na “melhor tradição mercantilista”, centrando-se na balança comercial e procurando demonstrar os meios mais eficazes para equilibrá-la. António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**, p. 270. José Luís Cardoso. **Pensar a economia em Portugal**, p. 73-77.

¹⁴⁸ António Sérgio. *Idem*, p. 271.

tudo o que levarem de mais em fazendas e drogas; a segunda razão é porque baixa e falta de saca dos nossos açúcares não procede só da carestia deles, mas das fábricas que os ingleses, holandeses e franceses têm nas ilhas da América.¹⁴⁹

Não obstante a situação difícil para o açúcar, destaque-se a visão nítida acerca do papel da colônia para a economia da metrópole: os mercadores estrangeiros “levarão menos em dinheiro tudo o que levarem em fazendas e drogas”. Os gêneros coloniais, as drogas do Brasil, atenuavam a saída de dinheiro de Portugal. Os estrangeiros “perdem” por levar drogas e deixar dinheiro, com o que Portugal ganha, pois sua balança comercial fica menos desequilibrada e o estado de seu comércio menos pobre. Aí está a clara noção de que uma colônia deve servir como retaguarda econômica para sua metrópole. Não é necessário esperar o século XVIII para ler no verbete “colônia”, da *Encyclopédie*, o que já se sabia, falava e operava no século XVII.¹⁵⁰

Com as dificuldades impostas pela produção estrangeira de açúcar, “pelo muito que fabricam nas suas colônias da América”,¹⁵¹ as atividades agrícolas no Brasil deveriam ser incrementadas. Em outro texto, Macedo defendeu que certas espécies vegetais, transplantadas da Ásia para a América, poderiam ser tão promissoras quanto foi o açúcar. Alegou que, cultivadas no solo do Brasil, a canela e outras plantas asiáticas teriam o potencial de dar a Portugal a riqueza que Espanha tirava de Potosí.¹⁵²

No capítulo VIII da segunda parte, a relação entre Portugal e Brasil é considerada a partir da questão das manufaturas. “A introdução das artes há de obrar que sejamos senhores úteis do Brasil; e a falta delas, que seja das nações de Europa o domínio útil daquele Estado”.¹⁵³ Se houvesse uma grande indústria, os mercadores portugueses poderiam vender os produtos manufaturados no reino aos moradores da colônia. O Estado e os homens de negócio portugueses significativamente ganhariam mais, pois, sendo estrangeira boa parte das fazendas levadas ao Brasil, o reino estava perdendo para estrangeiros dentro do seu próprio comércio. A parte portuguesa dos ganhos (lucros dos particulares e arrecadação fiscal do Estado) do comércio colonial com o Brasil é tomada como medida do senhorio que Portugal exercia sobre sua colônia.

¹⁴⁹ *Ibidem*, pp. 248 e 249.

¹⁵⁰ François Véron de Forbonnais. “Colonie”. In: Denis Diderot & Jean le Rond D’Alembert (eds.). **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc.** (1751-1772). University of Chicago: ARTFL Encyclopédie Project (Spring 2013 Edition), Robert Morrissey (ed), volume 3, p. 648-651. Acessível em <http://encyclopedia.uchicago.edu/>.

¹⁵¹ António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**, p. 252.

¹⁵² Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, pp. 146-149.

¹⁵³ António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**, p. 317.

Segundo Macedo, em Portugal, muitos eram da opinião de que a “introdução das artes” seria um obstáculo ao escoamento das mercadorias portuguesas, especialmente, das drogas coloniais. E esta era uma questão bastante sensível, pois a saída delas dependia do estrangeiro que ia ao reino vender suas fazendas. Eis um problema grave: a exportação do açúcar, do tabaco, do pau-brasil etc., e de produtos portugueses dependia dos navios estrangeiros. Não navegando suas mercadorias até as praças consumidoras, Portugal sofria com o que foi denominado de comércio passivo. As manufaturas diminuiriam as importações e, conseqüentemente, a chegada de navios estrangeiros, fazendo cair o volume das exportações. Se as artes fossem introduzidas, diziam alguns, “perderemos as conquistas, que só com a saca delas se conservam, e a Fazenda Real o direito das alfândegas”.¹⁵⁴

Eis o que, para Macedo, era um falso dilema: “continuarmos no estado presente, que nos esgota o reino de dinheiro e nos deixa as drogas; ou diminuir a saca das drogas pela introdução das artes, que é só o remédio que temos para impedir a saca do dinheiro e de ouro e prata do reino” Para ele, a saída do açúcar e do tabaco dependeriam mais da demanda estrangeira, pois não foi necessário importar mais para que as exportações destes crescessem quando os estrangeiros necessitavam delas – a concorrência antilhana seria o fator mais importante para a decadência do comércio dos gêneros do Brasil, e a “introdução das artes” não alteraria este quadro. A melhora da exportação de açúcar, por exemplo, dependeria mais da diminuição da produção, “pois há mais do que se pode gastar”, e da redução do preço da mercadoria. Caso faltassem navios estrangeiros para a exportação, como se o problema fosse de fácil resolução, o diplomata disparava: “nós as navegaremos aonde eles as navegam, porque enfim, nós lhes ensinamos a navegação e assim supriremos a falta de saca para as nossas drogas pelo excesso que levam na bondade às dos estrangeiros”.¹⁵⁵

Destaco, por fim, mais um trecho do texto mercantilista: com o efeito dos investimentos em manufaturas, bem protegidas pelo Estado, “Não se rirão de nós os estrangeiros, que comumente nos estimam por índios da Europa”¹⁵⁶. Esta imagem, a dos

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 278. Destaque-se que, segundo Duarte Ribeiro de Macedo, muitos compartilhavam uma nítida noção sobre o fato de a conservação do Brasil depender de seu comércio com Portugal.

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 279 a 281. A ideia de que a concorrência antilhana é o principal fator para o declínio nos preços e no comércio do açúcar do Brasil é acompanhada por Stuart Schwartz, **Segredos Internos**, p. 165. Por outro lado, em Vera Ferlini, **Terra, trabalho e poder**, pp. 106-112, aponta-se o modelo de *plantation* como causador da conjuntura recessiva do negócio do açúcar, na segunda metade do século XVII, pois tal modelo tenderia a produzir uma ampliação estrutural na oferta do produto dos engenhos.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 325.

índios da Europa, era um deboche. Portugal era comparado com um reino que entregava metais preciosos a troco de quinquilharias e bugigangas. Era uma imagem de decadência e de impotência comercial usada havia mais de um século para retratar, também, a situação de empobrecimento dos espanhóis, a despeito das riquezas que possuíam em suas conquistas.¹⁵⁷

Levantar algumas balizas, com base no pensamento mercantilista, oferece uma perspectiva bastante útil para a compreensão do quadro ideológico¹⁵⁸ em que se empreendia a comunicação entre colônia e metrópole, principalmente, no que toca aos aspectos e temas econômicos contemplados nas cartas emitidas da cidade do Salvador, cabeça do Estado do Brasil, para Lisboa. O texto de Duarte Ribeiro de Macedo é uma referência para a construção de uma perspectiva, minimamente sólida, do entendimento que os homens poderosos em Portugal tinham sobre o papel do Brasil no Império português das últimas décadas do XVII. E não há razão para imaginar que os moradores mais instruídos da colônia, os homens envolvidos na governança das maiores praças do Brasil e parte significativa dos senhores de engenho pensassem de modo muito diferente do da Corte.

O quadro geral ideológico do mercantilismo, aqui apresentado, alimentou a formulação de discursos sobre assuntos econômicos em Portugal na segunda metade do século XVII. Nas zonas coloniais do Brasil em que a força do Estado e do capital mercantil eram mais determinantes, com destaque para a Bahia, no que tange a questões de mercado caráter econômico, os processos de negociação com a metrópole tenderam a evoluir lançando mão de ideias do repertório mercantilista.

¹⁵⁷ Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia**, p. 220. Em meados do quinhentos, já se dizia que “*España son las Indias del extranjero*”, “*se nos trata como a índios*”, “*como si fuésemos índios*”.

¹⁵⁸ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, Capítulos quinto e sétimo, pp. 125-156 e 179-203.

Capítulo 2 – Negociação e hipertrofia fiscal da Câmara

A questão da negociação

O tema da negociação é um dos pontos de apoio da historiografia que nega ou desconsidera a importância da exploração colonial. O fato de instituições, grupos ou indivíduos se comunicarem com Lisboa e, portanto, apresentar demandas e estabelecer negociações sobre certos problemas diretamente com o centro é tomado como uma prova de que as relações entre colônias e metrópoles se davam em chaves muito diferentes daquelas baseadas no conceito de sistema colonial mercantilista.¹ Os historiadores, mais ou menos assim alinhados, tomam como referência Jack Greene para o tema da negociação.² Fazendo um balanço sucinto desta historiografia, Maria Fernanda Bicalho comentou os principais eixos de revisão: a oposição à ideia de “sentido da colonização”; “pacto e cultura política de Antigo Regime” e “autoridades negociadas”.³ Estes eixos se relacionam e vale a pena encadeá-los para tecer o modo como o tema da negociação foi inserido nos trabalhos revisionistas.

Ao questionar o sentido da colonização e o sistema colonial mercantilista, pesquisas produzidas desde a década de 1990 teriam conseguido impor um

¹ João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.) **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Conferir as apresentações dos três volumes de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.) **O Brasil Colonial**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

² Jack Greene. **Negotiated Authorities**. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville e Londres: University Press of Virginia, 1994. José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia**: teoria e prática. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 372 e seguintes.

³ Maria Fernanda Baptista Bicalho. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouveia (orgs.) **Culturas políticas**: ensaios de História cultural, história política e ensino de História. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 85-105. Este capítulo é um comentário de Bicalho acerca de um texto, escrito por Ângela Castro Gomes (“História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”), o qual faz uma exposição elogiosa à linha revisionista da historiografia sobre Brasil colonial que se tornou preeminente nas últimas décadas. Como Bicalho é uma das expoentes da linha revisionista, “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português” é um comentário acerca das linhas em que se enquadra a obra da própria comentadora.

“deslocamento teórico conceitual” na historiografia brasileira, que estava a se distanciar de uma abordagem de cunho marxista para a que “privilegia o imaginário e a negociação política [...] na construção das relações entre centro e periferia”. Nesta abordagem, o império português teria sido estruturado por um pacto político baseado na cultura de Antigo Regime – uma “nova perspectiva” (que, a esta altura, já não é mais tão nova) que reorientou conceitualmente os termos colônia e colonos pela rejeição da dualidade entre a metrópole, o centro de decisão, e a colônia, o polo subordinado.⁴ Ou seja, a regulação exercida pelo Estado português sobre o comércio colonial e as estruturas produtivas voltadas para a exportação, as quais sustentavam as frações mais destacadas da elite colonial, a açucarocracia em particular, são elementos menos significativos para entender a formação do Brasil do que certos padrões de cultura política, emulados da metrópole.

O pacto político que mantinha o Brasil unido a Portugal se baseava no reconhecimento do valor de seus vassalos ultramarinos por meio da concessão de honras, mercês, cargos e ofícios, acesso ao poder local e outros privilégios – uma aplicação do conceito de economia do dom de Marcel Mauss.⁵ Os autores desta linha procuraram “romper com uma abordagem que analisa o Brasil-colônia sob o prisma de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo”.⁶ Alguns desdobramentos conceituais, elaborados por autores de proa da linha revisionista, tenderam a rebaixar ainda mais o caráter mercantil da relação entre Portugal e Brasil na Época Moderna, apresentando a “obediência amorosa ao rei”⁷ como o elemento mais destacado da ligação entre o “reino e suas repúblicas no Atlântico”, onde a sociedade “era naturalmente organizada pela disciplina social católica, na qual os mortos dominam os vivos”.⁸

Mais do que a exploração colonial e escravista, mais do que os ganhos fiscais e mercantis, Maria Fernanda Bicalho defendeu que se privilegiem as “redes”, malhas de relações interpessoais de variada natureza que ligavam agentes comerciais, políticos, militares e outros num grande fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e hábitos cujas resultantes são “uma unificação ideológica” e a disseminação da cultura e das práticas

⁴ *Ibidem*, p. 89.

⁵ *Ibidem*, pp. 90-93.

⁶ *Ibidem*, p. 93.

⁷ João Fragoso e Thiago Krause. “Apresentação”. In: João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.) **O Brasil Colonial**, volume 2, pp. 15, 16 e outras.

⁸ *Ibidem*, p. 10.

políticas de Antigo Regime. Escreveu a autora: “São essas redes e relações, a meu ver que conferiram vida e dinâmica ao império português”.⁹

As redes são uma das bases sociais da vida humana. Toda atividade social se dá, pode-se dizer, em redes. Elas se associam às estruturas e, certamente, é natural admitir a importância de seu papel na formação histórica do Brasil. A noção de dinâmica tem a ver com as transformações, com as novas formações, com os conflitos, tensões, expansões, crises. As redes conflitavam entre si? Aliavam-se umas contra as outras? Que processos poderiam desarticular as redes? Quais movimentos produziam redes novas ou reconfiguravam as existentes? O desenvolvimento e a constituição do Estado português e a conquista de seu império mercantil provocaram a articulação de redes mercantis? E quando o império português no oriente declinou, as redes mercantis ligadas aos portugueses na Índia ficaram imunes à disputa entre as potências europeias pela exploração comercial daqueles domínios? O que estas perguntas pretendem apontar não é a falta de respostas, os especialistas as dão em suas discussões, mas direcionar a questão para as estruturas nas quais as redes se penduram e para outros sujeitos que também imprimem sua dinâmica à história.

A conquista e a colonização do Brasil promoveram a formação da elite colonial, que pode ser compreendida como articulações de algumas redes. Neste caso, o império e a relação colônia-metrópole também conferem vida e dinâmica às redes. As redes mercantis que dominavam o Recife no início do XVIII entraram em conflito com o grupo de proprietários escravistas, que também pode ser conceituado como uma rede. Estas tensões reuniram ingredientes como monopólio e exploração mercantil, assim como padrões culturais de Antigo Regime e, por fim, fechou-se com uma decisão imposta pelo rei, agindo com prerrogativas metropolitanas de caráter absolutista.

A dinâmica do sistema parece ter várias fontes de energia, entre as quais, obviamente, nenhuma poderá ser identificada como a única. Certamente, as redes conferiam dinâmica ao império, mas são dinamizadas, constituídas, frustradas, impactadas pelas conjunturas econômicas do grande movimento de expansão europeia da Época Moderna, em particular, pelas oscilações e contingências do mercado de produtos coloniais, por guerras e outras questões políticas europeias, pela maior ou menor abundância de metal precioso em circulação, pelas necessidades e projetos do Estado metropolitano etc.

⁹ Maria Fernanda Baptista Bicalho. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”, p. 94.

Privilegiar as redes e as negociações é uma empreitada necessária, assim como outros temas caros à historiografia simpática ou não às linhas do sentido da colonização. Mas estes temas, um pouco menos velhos que o conceito de sistema colonial do mercantilismo, são apenas algumas plataformas alternativas de observação à disposição dos pesquisadores. A realidade possivelmente esteja mais próxima de uma abordagem que procura aproveitar o que há de concreto nas várias de plataformas de observação que o historiador tem disponível atualmente.

Parece-me muito útil, por exemplo, um esforço na direção de entender o sistema colonial a partir das redes mercantis e estas, com suas dinâmicas internas, nas relações entre si, no decorrer das variações conjunturais, levando em conta o exclusivo comercial metropolitano. Outro exemplo, minimamente esboçado neste estudo, é o entendimento do encaixe da economia das mercês, típico expediente da política de Antigo Regime, no sistema de exploração colonial, onde ela realimentava a legitimidade do centro mesmo em períodos de crise, dissipando tensões em conjunturas econômicas turbulentas.

Ao invés de aderir ao pretenso protagonismo/estrelismo das redes¹⁰ e das autoridades negociadas, seguindo a ideia de que elas é que conferiam dinâmica e vida ao império, nesta pesquisa, optou-se por procurar uma abordagem mais pluralista. Reconhecemos a importância do tema das negociações, o qual foi tomado como o principal problema desta pesquisa. Porém, para a discussão sobre as negociações, tomamos como apoio os estudos clássicos de Caio Prado Júnior e Fernando Novais, por sua “importância fundamental”. E, como precaução contra interpretações eufemísticas do império português do Antigo Regime, mantivemos em mente a orientação de Diogo Ramada Curto:

será necessário trazer de volta, para o centro das nossas análises, o Estado colonial com todos os seus limites como agente da história. Pois só assim será possível ultrapassar uma visão eufemizada e excepcional do império português que, longe de se poder considerar propriamente um império, passou a ser visto quer como uma rede de comércio, quer como uma mera constelação de interesses extremamente fragmentada submetida a forças e relações locais. É, em parte, contra essa visão eufemizada – espécie de perspectiva

¹⁰ José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia: teoria e prática**. p. 384. “as redes mercantis ocuparam o lugar das relações estruturais, processo no qual as redes identificadas com os liames do império, suas conexões vitais, em substituição ao mundo do trabalho, das relações de produção, do substrato escravista da sociedade. De toda a evidência, as redes mercantis não podem constituir, elas mesmas, o núcleo duro do sistema econômico em sua totalidade, isto é, em sua mais plena historicidade. Ao aparecerem como essências do sistema expressam a autonomização das formas face aos referentes, exatamente como a rede de tráfico se sobrepôs à escravidão no cerne do sistema. É a apresentação subsumindo o representado. É, em suma, pôr o tráfico e os traficantes no lugar da produção da força de trabalho e das mercadorias, da produção e reprodução ampliada do sistema”.

neolusotropicalista [...] um ajuste às novas modas conceituais [...] só através de uma visão eufemizada do império português será possível continuar a festejá-lo, relegando para um canto as inúmeras formas de violência, exploração, intolerância e racismo que sempre o caracterizaram.¹¹

Maria F. Bicalho, por fim, passou brevemente pelas autoridades negociadas. Segundo ela, trata-se de uma “recusa teórica” que “diz respeito ao abandono de modelos que trabalham com a relação de dominação, no mundo econômico, político ou cultural, a partir da premissa de que o dominante é capaz de controlar e anular o dominado, tornando-o uma expressão e reflexo de si mesmo”. Parafraseando Ângela Castro Gomes, Bicalho sentenciou: “não há controles absolutos e coisificação de pessoas”.¹² Neste sentido, mencionando que estudos recentes sobre escravidão valorizam o escravizado como sujeito histórico, pela sua resistência à opressão da sociedade senhorial, propôs um paralelo: “se isso vale para os africanos e seus descendentes, livres ou escravos, o que dizer dos homens bons ou principais das terras, [...] todos portugueses, brancos, proprietários de terras e de escravos?” Ou seja, se os escravizados não sofreram um “controle absoluto”, muito menos teriam sofrido seus senhores, pois a relação entre colônia e metrópole envolvia negociações pelas quais a elite colonial tentava conduzir a política metropolitana segundo seus interesses. O poder não seria monopolizado pelos dominantes, a despeito da assimetria entre centro e periferia.

Neste ponto, então, a autora citou Jack Greene, historiador estadunidense, a grande referência para o tema das negociações entre metrópoles e colônias. Em *Negotiated Authorities. Essays in colonial political and constitutional History*, Greene teria defendido que o modelo de Estado centralizado seria “impróprio e a-histórico”; ao contrário, existiria um “modelo consensual”, baseado nas negociações e na autoridade dividida entre as elites locais e o poder central.¹³

Concluindo seu comentário, Bicalho afirmou que admitir o modelo revisionista de pacto colonial implica a reavaliação do “sentido da colonização”, pois a linha teórica inaugurada por Caio Prado Júnior e sistematizada por Fernando Novais seria calcada “numa lógica externa, no imperativo da exploração colonial, no duro e intransigente imperialismo europeu”, em suma, num “colonialismo absoluto, intransigente e

¹¹ Diogo Ramada Curto, **Cultura imperial e projetos coloniais** (séculos XV a XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 9.

¹² Maria Fernanda Baptista Bicalho. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”, p. 98.

¹³ *Ibidem*, p. 100.

centralizado do ponto de vista das elites coloniais”.¹⁴ Tal acusação de rigidez não condiz com a perspectiva teórica criticada, veja-se o seguinte trecho:

Não era possível explorar a colônia sem, de certo modo, desenvolvê-la; ainda que esse ‘desenvolvimento’ se fizesse nas linhas de uma economia dependente, não podia deixar de envolver um aumento necessário de população na colônia, e uma complexidade crescente da sociedade colonial – o que começava a abrir a possibilidade de a pouco e pouco se manifestar oposição de interesses entre colonos e metrópole. Neste sentido, o perigo secessionista é inerente ao processo de colonização, e com ele se defrontam todas as metrópoles. Mas, num segundo plano, e dadas as peculiaridades de relação colônia-metrópole, no caso Brasil-Portugal, o simples crescimento demográfico da colônia já se apresentava como algo ameaçador.¹⁵

Além deste, outros trechos do clássico de Novais, em que é perceptível o materialismo dialético do autor, poderiam ser citados. Não há a menor sombra de “colonialismo absoluto”. O conceito de sistema colonial do mercantilismo admite tensão, conflito, oposição entre metrópole e colônia e, também, um certo alinhamento de interesses entre governo metropolitano e elite colonial, afinal, entre os séculos XVI e XVIII, Portugal e Brasil foram fundamentalmente determinantes um para o outro: o primeiro porque, cada vez mais, tinha na sua colônia americana o lastro da condição de potência na Europa, e o último pelo próprio processo de sua formação, no qual o governo metropolitano foi protagonista.

Indo ao ponto, o sistema colonial mercantilista e o tema das negociações entre a Câmara da cidade da Bahia e a Coroa portuguesa não se excluem. Antes da segunda metade do século XVIII, isto é, antes do processo de crise do sistema, na medida em que se estruturavam os mecanismos da exploração colonial, e a presença Estado metropolitano era reforçada na América. Por sua vez, as elites coloniais, beneficiadas por aqueles mesmos mecanismos de exploração, tentavam operar, o melhor possível, sua relação com Portugal, negociando sua condição de agente avançado da Coroa no Brasil e não sua independência em relação ao reino.

Para apresentar o que entendo por negociação entre metrópole e colônia, devo fazer uma discussão mínima sobre o modelo de Jack Greene, principalmente, para definir seus problemas e, a partir deles, adaptar o tema das negociações à Bahia colonial. Para o dito autor, as metrópoles seriam incapazes de impor suas políticas fiscais e um controle

¹⁴ *Ibidem*, p. 101.

¹⁵ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 142.

mais estreito no espaço colonial devido à força dos colonos, que conseguiram se organizar para resistir e frustrar intentos de um, apenas pretenso, poder dominador. As metrópoles seriam “monarquias compósitas” (conceito que John Elliott cunhou para explicar, principalmente, a formação da Espanha),¹⁶ que enfrentavam disputas internas, apresentando-se como unidades políticas precárias e, portanto, incapazes de exercer um domínio eficaz e concreto sobre suas proclamadas colônias. Por outro lado, os colonos, que conquistaram as terras aos povos indígenas, teriam passado a defender suas liberdades e prerrogativas de conquistadores e proprietários, sobretudo, nos momentos em que o governo metropolitano tentava aumentar sua arrecadação e o controle territorial ultramarino. Tal fricção entre colonos organizados e governo metropolitano levava a negociações, sem as quais a metrópole não obteria avanço algum em suas políticas coloniais.¹⁷

A partir da história das colônias britânicas da América do Norte, Greene defendeu a existência de autonomia política nos espaços coloniais. A organização dos colonos se devia às estruturas de autoridade transplantadas da Europa, emuladas nos territórios americanos por eles conquistados. A distância da metrópole e sua fraqueza política complementam a argumentação. “O império britânico era, assim, um império negociado”. Isto posto, para a colonização inglesa norte-americana, o autor expandiu seu modelo interpretativo aos impérios espanhol, português, francês e holandês no Novo Mundo, afirmando que, como o britânico, a forma dos outros impérios europeus também foi determinada por negociações. Nestas, de um lado, posicionavam-se os centros e autoridades da metrópole e, de outro, os elementos dominantes locais e mais organizados que governavam, de fato, as populações das periferias coloniais. Em sua opinião, houve uso indiscriminado do modelo em que a metrópole exerce um poder exageradamente coercitivo sobre as colônias. Para Greene, os impérios eram monarquias compósitas, em que a lei era indireta, a soberania era fragmentada, o governo era consensual (a contragosto das metrópoles) e às periferias cabia uma considerável autoridade constituída por meio da negociação.¹⁸

¹⁶ Conferir na primeira parte de John Elliott. **España, Europa y el mundo de ultramar** (1500-1800). Madri: Sentillana Ediciones Generales, 2010.

¹⁷ Amy Turner Bushnell e Jack Greene. “Peripheries, centers, and the construction of early modern American empires” e Jack Greene. “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience” In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820**. Nova York e Londres: Routledge, 2002, pp. 1-14 e pp. 267-282.

¹⁸ A. T. Bushnell e J. Greene. “Peripheries, centers, and construction...” In: C. Daniels e M. Kennedy (eds.) **Negotiated empires**, pp. 5, 6, 20 e 21. “The British Empire was, thus, a negotiated empire”.

O modelo de metrópoles coercitivas e colônias desprovidas de qualquer força política seria inspirado nos impérios do final do século XIX e início do XX. Impérios da Época Moderna não seriam deste tipo, pois os Estados europeus eram unidades políticas recentes, fragilizadas pelo processo de enfrentamento contra forças particularistas e contra os universalismos do papado e do Sacro Império. Na Europa, os Estados não contavam com recursos fiscais e administrativos para alcançar a centralização, e, portanto, processos de negociação com os grupos dominantes locais eram empreendidos com o objetivo de integrar unidades políticas às monarquias compósitas. Se isto ocorria no Velho Mundo, mais fraco ainda seria o poder das monarquias europeias na América, concluiu Greene. A “natureza” enfraquecida daqueles Estados foi uma das principais variáveis que determinaram o caráter político das colônias.¹⁹

Especificamente, o caso da América inglesa do século XVIII mostraria que a condição colonial e a “natureza” do império eram compreendidas de maneiras diferentes pelos protagonistas do conflito. As populações coloniais, mais conscientes e organizadas, impunham dificuldades à expansão fiscal na América do Norte, produzindo um desconforto contínuo nas autoridades metropolitanas.²⁰ Entretanto, Greene reconhece que nem sempre este padrão se repetiria nas colônias não britânicas, por exemplo, na América espanhola, que rendia muitas riquezas, permitindo à metrópole impor mais a autoridade central. As colônias britânicas da América do Norte, por sua vez, não renderam para a Inglaterra o suficiente para ter de sofrer um domínio parecido.²¹

Greene se opôs à noção de metrópoles que dominam e controlam coercitivamente suas colônias, concebidas como entidades passivas e subordinadas. O autor não especifica obras acadêmicas contra as quais dirige suas críticas. Aparentemente, o problema identificado por ele afeta o trabalho de toda uma geração de historiadores. Se se levar em conta a ideia de “monarquia compósita”, conceito fundamental para sua abordagem da questão das negociações, e os trabalhos daqueles que o tomam como referência no Brasil,²² podemos inferir que a concepção das “autoridades negociadas” seria incompatível com o conceito de sistema colonial do mercantilismo, pois o “sentido da

¹⁹ J. Greene. “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience” In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empire**, pp. 267-270.

²⁰ *Ibidem*, pp. 273 e 274.

²¹ *Ibidem*, p. 272.

²² Conferir João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.) **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII, e João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.) **O Brasil Colonial**, 3 volumes.

colonização”, como Bicalho deixou subentendido, pressuporia uma configuração estrutural de metrópole e de colônia em que a primeira é dominadora e coercitiva e a segunda sofre, passiva, o controle da primeira. Para Greene, esta abordagem distorceria o processo pelo qual a autoridade foi criada nas colônias,²³ pois a negociação, as monarquias compósitas e a transplantação de padrões institucionais metropolitanos, que permitiram o autogoverno das colônias, são estruturantes e determinaram a constituição dos impérios europeus na América durante Época Moderna.²⁴

De fato, há incompatibilidade. Não pelo “colonialismo absoluto” (uma acusação superficial já que não leva em conta a lógica dialética do conceito de Antigo Sistema Colonial), mas porque Greene confere aos processos de negociação um peso estrutural na formação dos espaços coloniais, enquanto aqueles que se alinham ao “sentido da colonização” entendem que as colônias foram formadas em decorrência do movimento de expansão comercial, cujos protagonistas fundamentais foram os Estados europeus. Os espaços coloniais, ainda que com profundos arranjos e adaptações locais, formaram-se a partir das determinações e do poder dos centros metropolitanos e dos interesses do capital mercantil, cabendo às negociações, a meu ver, cumprir expediente nos importantes processos de adaptabilidade. No caso da América portuguesa, as adaptações da administração metropolitana às condições coloniais, negociadas em alguma medida, tendiam a ser assimiladas de modo ativo pelos agentes da Coroa e não à contragosto do centro, como pressupõe o modelo de Greene.

No campo das estruturas mais pertinentes ao processo de exploração colonial, destacam-se os movimentos da expansão mercantil, que animaram a acumulação primitiva no Velho mundo, no que toca ao seu canal colonial;²⁵ uma crescente centralização dos Estados europeus, processo denominado de absolutismo; e o exclusivo comercial metropolitano, sendo estabelecido sobre os espaços coloniais. Num processo dialético, as estruturas limitavam e determinavam os eventos e estes, por sua vez, podiam abalar as estruturas. As negociações residem, a princípio, no campo dos eventos e, como tal, podem aparecer como sintoma dos processos e movimentos que ocorrem nas

²³ J. Greene. “Transatlantic colonization...”, p. 269.

²⁴ A. Bushnell e J. Greene. “Peripheries, centers, and constructive...”, pp. 6 e 11. Outro ponto de vista sobre o autogoverno, aplicado às câmaras municipais no Brasil colonial, pode ser consultada em Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 268: “uma possível autonomia camarária não significaria, necessariamente, autogoverno [...] a Câmara de Salvador sempre se projetava, concorrentemente, para afirmar seu pleito de tornar-se, localmente, o símbolo da presença real”.

²⁵ Maurice Dobb. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp. 127-157.

estruturas, reforçando-as ou acelerando sua deterioração, como na crise do Antigo Sistema Colonial.²⁶

Voltando às proposições revisionistas, Jack Greene aponta que os enfrentamentos entre colonos e autoridades metropolitanas, durante o século XVIII, mostrariam o caráter das formações coloniais.²⁷ Na segunda metade daquele século, na América do Norte, as autoridades metropolitanas e os colonos organizados estavam em conflito contínuo: a Inglaterra pretendia impor maior controle sobre suas conquistas norte-americanas e os colonos desejavam um governo pautado pelo consenso e pela lei, reivindicando respeito à propriedade, direito à terra, julgamento por júri, *habeas corpus* e liberdade de comércio. O desenvolvimento econômico das colônias inglesas foi a base da força política dos colonos e, também, causa dos interesses da metrópole britânica em controlar e taxar seus domínios na América do Norte.²⁸

O capital mercantil, inegavelmente, foi fator determinante para aquele processo, que desembocaria na independência dos Estados Unidos. Parece-me uma verdadeira distorção negar o papel de primeira importância deste elemento. Por outro lado, o autor aponta um movimento de centralização bastante nítido desde o final do século XVII, identificando traços absolutistas nas pretensões da metrópole inglesa no que diz respeito às suas colônias. Greene cita um célebre pensador mercantilista do final do XVII e início do XVIII, Charles Davenant, para quem as colônias eram uma força para seu reino materno enquanto permanecessem sob disciplina, dependentes e submissas às leis do seu país original.²⁹

Reunidas, as treze colônias inglesas da América do Norte formariam um espaço colonial que se desenvolveu com relativa independência econômica, a partir do engajamento em atividades comerciais de peso, e sem envolvimento direto ou controle estreito da metrópole. Acabaram por amadurecer formas de organização coletiva que protagonizaram a ruptura entre a América inglesa e o império britânico.³⁰ Quando a metrópole tentou aprofundar seu controle, apareceu como um elemento formalmente

²⁶ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**.

²⁷ Jack Greene. “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience”, pp. 272-279.

²⁸ *Ibidem*, pp. 274 e seguintes.

²⁹ *Ibidem*, pp. 277 e 278. O trecho citado de C. Davenant: “a strength to their mother kingdom, while they are under good discipline, while they are strictly made to observe the fundamental laws of their original country, and while they are kept dependent on it”.

³⁰ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**, volume 3, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 371. As áreas pouco penetradas pelo capital mercantil e, portanto, menos interessantes para as metrópoles estariam quase forçadas a uma vida independente.

explorador, contra o qual os colonos proclamaram o direito de resistir. Este é um dado significativo que não permite a projeção do modelo de Greene para colônias que não têm formação histórica semelhante.³¹

Particularmente, o caso das áreas açucareiras do Brasil apresenta diferenças contundentes. Na primeira metade do século XVI, a metrópole se apoiou no investimento particular, apostando nas capitanias hereditárias – projeto que teve resultados pouco satisfatórios na grande maioria das capitanias. Contudo, em 1548, foi instituído o governo-geral, que tinha por missão apoiar o processo de colonização na América portuguesa, assumindo o controle de parte dele diretamente.

A Coroa portuguesa percebeu a necessidade de maior engajamento na colonização: a ocupação do litoral, vista como elemento que garantiria ao reino a posse do Brasil, deveria ser sustentada por ganhos econômicos que pagassem o investimento estatal e atraíssem particulares interessados. As capitanias mais prósperas, com atividade açucareira mais volumosa, desenvolveram relacionamento estreito com a metrópole desde o século XVI,³² e, por sua vez, o crescente fluxo mercantil e os ganhos fiscais ascendentes, advindos do negócio do açúcar e de outros gêneros, mantiveram a Coroa bastante atenta à sua parte da América. Em meados do século XVII, parte significativa das receitas da Coroa era já oriunda dos rendimentos do açúcar, majoritariamente arrecadados nas alfândegas de Portugal e nos contratos dos dízimos no Brasil.

Na segunda metade do século XVII, nas negociações empreendidas entre a principal Câmara municipal da colônia e o rei, a presença da metrópole não aparece como elemento externo na formação do Brasil. As câmaras eram instituições governativas com jurisdição local e que serviam como porta-vozes para as demandas da elite colonial, contudo, não deixavam de ser instituições metropolitanas, afinal as vilas eram fundadas para promover estabilidade política, econômica e institucional do ponto de vista da Coroa.³³

³¹ As relações entre metrópoles e colônias tendiam a variar de acordo com as características dos diversos espaços coloniais; mantém-se útil a categorização “colônia de povoamento” e “colônia de “exploração”, sempre matizadas e contempladas devidamente em suas nuances. Conferir em Fernando A. Novais. “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”. In: *Idem*, **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: CosacNaify, 2005, pp. 23-24 (texto original de 1967).

³² Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. volume 3, pp. 371 e 372. Braudel chamou estas áreas coloniais, cuja formação esteve mais ligada aos centros europeus, de sociedades e economias “obedientes”, “domesticadas” ou “dóceis”, onde os interesses dos moradores da América eram mais alinhados aos metropolitanos. Nestes espaços coloniais, até as ilicitudes, como o contrabando, teriam “lubrificado as engrenagens” mercantis que conectavam metrópoles e colônias.

³³ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”. In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-**

A autonomia detectada por Greene na América do Norte não ocorreu por aqui. Lá, o comércio foi a base de um desenvolvimento econômico no qual a metrópole aparecia como agente externo; no Brasil, ao contrário, o crescimento do negócio do açúcar contava com o interesse da Coroa, que o incentivava e acabou por impor sobre ele o exclusivo metropolitano. O crescimento econômico, por lá, alimentou a autonomia; por aqui, os ganhos com o negócio do açúcar alimentaram o envolvimento metropolitano. Lá, a metrópole era vista como um obstáculo aos ganhos comerciais, vulneráveis aos impostos exigidos por Londres; aqui, apelava-se ao rei para resolver os problemas do negócio e para proteger os engenhos, como se pode ler nas cartas da Câmara da cidade do Salvador enviadas ao rei nas últimas décadas do século XVII. A empresa colonizadora e os mecanismos da exploração colonial eram baseados em interesses convergentes do Estado português e dos senhores de engenho, como apontado acima, e, portanto, no que toca ao negócio do açúcar, não havia uma oposição fundamental entre o centro metropolitano e a elite colonial. Não caberia uma abordagem dicotômica das tensões entre metrópole e colônia na Bahia da segunda metade do século XVII, muito menos uma interpretação que partisse da ideia de uma metrópole impotente.

A regulação metropolitana, na maior parte das vezes, era bem-vinda, pois, de modo geral, defendia a continuidade da produção e a sobrevivência dos engenhos. E, frustrados os recursos mercantis de defesa dos seus ganhos frente aos credores, os senhores de engenho, por meio da Câmara municipal da cidade do Salvador, recorriam ao rei a fim de negociar uma solução para seus problemas econômicos. Na segunda metade do século XVII, este foi o trilha sobre o qual correram os processos de negociação entre a metrópole lusitana e a elite da parte mais importante da colônia. Portanto, o modelo de negociação proposto por Jack Greene não se encaixa ao recorte cronológico e geográfico deste estudo. No caso da América do Norte, a regulação colonial pretendida pela Inglaterra era vista pelas elites coloniais como um abuso e os colonos usavam sua organização política e seu poder econômico para frustrar o controle metropolitano.³⁴ Os colonos de lá e a elite açucareira daqui são grupos sociais com formações históricas diferentes, operando a condição colonial e se relacionando com suas metrópoles de modos

1820. p. 122. “The royal intent was to bring administrative, social, and economic stability”. Conferir também Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, pp. 56 e seguintes, Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**: a Bahia contra o Brasil holandês (1324-1654). São Paulo: Alameda, 2013, p. 400, Madalena Marques Dias. **A formação das elites numa vila colonial paulista**: Mogi das Cruzes (1608-1646). Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2001.

³⁴ Jack Greene. “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience”. pp. 272 e 273.

também diferentes. As negociações de lá e de cá, conseqüentemente, serão fundamentalmente diferentes.

Negociação e colonização

Quando Greene estendeu seu modelo para todos os impérios europeus na América, incluía, conseqüentemente, o Brasil entre as unidades políticas que se estruturaram no Novo Mundo segundo o modelo das autoridades negociações. No processo de formação das colônias, haveria uma primeira fase marcada pela iniciativa predominantemente privada, cujos protagonistas esperavam conseguir vantagens econômicas e sociais e, portanto, dispunham-se a correr os riscos e suportar as despesas da efetiva expansão europeia na América. Os governos metropolitanos teriam deixado aos agentes privados a tarefa e os custos de enfrentar as populações indígenas, fundar cidades, valorizar a terra, criar negócios e, portanto, os colonos teriam construído seu próprio capital e poder. Na maior parte do território americano oficialmente sob jurisdição europeia, as metrópoles não tinham controle efetivo e nem autoridade. Segundo Greene, o primeiro período da colonização na América poderia ser descrito como um amplo processo de auto empoderamento individual, em que os colonos tinham possibilidades concretas de obter terras e recursos, realizações que lhes seriam normalmente vetadas na Europa.³⁵

Com base em seus recursos materiais e organização, as empoderadas populações coloniais demandariam da metrópole direitos que assegurassem a propriedade privada e a participação política. Estas demandas seriam concebidas pelos colonos como uma continuidade de sua conexão com as metrópoles, das quais professavam ser agentes expansionistas na América. Em suas relações com as monarquias europeias, buscavam garantias de que não seriam governados sem consulta ou contra seus interesses. Por sua vez, distantes e sem recursos, as autoridades do Velho Mundo seriam obrigadas a tolerar as estruturas de poder locais, num arranjo político e institucional que significava certo reconhecimento da legitimidade e da autoridade dos agentes privados por sua contribuição para os custos da colonização.³⁶

³⁵ *Ibidem*, pp. 271.

³⁶ *Ibidem*, pp. 271 e 272. De modo geral, a presença metropolitana teria ficado circunscrita aos principais centros. A expansão e o poder local nas novas periferias estariam sob controle dos particulares. Acerca do caso da América espanhola, Greene alega que, devido aos metais preciosos, a metrópole conseguiu impor um controle menos precário.

A extensão deste modelo de colonização para o caso do Brasil é possível? O poder privado, organizado localmente por particulares, era, de fato, hegemônico ou mais efetivo do que o poder metropolitano? Existiria, como prevê o modelo das autoridades negociadas de Greene, uma dicotomia ou disputa concreta por poder entre os colonos, particularmente, os senhores de engenho, e a metrópole? Os portugueses e seus descendentes que receberam terras, guerrearam contra povos indígenas e fundaram engenhos se empoderaram a ponto de impedir a ação metropolitana sem sua consulta ou sem negociação?

Entre os historiadores mais renomados que se dedicaram aos estudos de nosso período colonial, Anthony John R. Russel-Wood, possivelmente, foi o primeiro a propor um enquadramento da História do Brasil no modelo proposto por Jack Greene.³⁷ Segundo aquele historiador, desde o século XVII, a metrópole reconhecia a importância do Brasil para sua manutenção econômica. Portugal tomava decisões sobre sua colônia sem consultar os colonos e constituiu no Brasil uma estrutura administrativa que não refletia as prioridades e os interesses coloniais, e estas decisões não eram resultado de interação com agentes representantes da Coroa na colônia, nem, muito menos, de uma consulta ampla entre os moradores da América portuguesa. A administração portuguesa se apresentava altamente centralizada e hegemônica: “a autoridade absoluta era centralizada na pessoa do rei”.³⁸

Segundo Russel-Wood, as políticas metropolitanas se baseavam na “inabalável crença” de que o sentido da existência do Brasil era servir economicamente à metrópole, e podem ser vistas como um manual de mercantilismo e bulionismo, além de exercer “imperialismo cultural” sobre os moradores da colônia. O autor se mostra até surpreso diante do fato de que navios de vários países acessassem irrestritamente os portos da América portuguesa até 1580.³⁹ Mais surpreendente ainda teria sido a falha dos reis portugueses em reconhecer, por meio da concessão de títulos de cavaleiro, a contribuição

³⁷ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”. In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820**. pp. 105-142. O livro nomeado acima é a publicação de conferências apresentadas na Universidade de Michigan em 1997. Jack P. Greene escreveu a introdução, em parceria com A. T. Bushnell, e o texto “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early Modern Era: the British-American experience”, ambos já citados neste estudo como referências para a discussão sobre o problema das negociações. O texto de Russel-Wood recebeu uma tradução de Maria de Fátima Gouvêa, publicada como “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. **Revista de Brasileira de História**, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998. Acessível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>.

³⁸ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”, pp. 106 e 107.

³⁹ *Ibidem*, pp. 107 e 108.

de pessoas nascidas ou residentes no Brasil na formação e na exploração da colônia, mesmo as açucarocracias baiana e pernambucana, que “identificavam-se a si mesmas como nobrezas”, teriam sido pouco recompensadas pela Coroa com mercês nobilitadoras.⁴⁰

Em linhas gerais, Russel-Wood sentenciou: “o centro dominava a periferia”, resumindo uma primeira visão das relações entre Portugal e Brasil. “Esta dominação incluía os setores financeiro e comercial, administração e as decisões políticas”, que resultava numa “supressão da voz colonial” e das aspirações dos moradores do Brasil. Uma última surpresa do autor com esta metrópole portuguesa, tão opressora, é que, a despeito do ressentimento da exploração metropolitana, os colonos mantinham o reino como modelo mental, moral e espiritual.⁴¹

Após montar esta metrópole opressora, forçando as tintas na composição da imagem de uma imagem rígida e a-histórica, o autor procede uma virada em sua exposição, passando aos procedimentos de demolição de um prédio que, em grande medida, ele mesmo construiu retoricamente. Então, declarou: “A noção de um governo metropolitano centralizado, de formulação de políticas impermeáveis à absorção colonial e implementadas ao pé da letra por agentes da Coroa, de uma Coroa insensível e de rígidas atitudes metropolitanas para com o Brasil demanda revisão”.⁴² Esta noção, passível de ser capturada pelo descuido de um primeiro olhar, é defendida por quais autores e em quais textos? Quem defenderia um colonialismo tão extremado e endurecido? Seria uma crítica aos estereótipos difundidos por livros didáticos? O revisionismo de Russel-Wood toma como alvo uma noção sem referência bibliográfica.

Como se estivesse descortinando a verdade, o autor apresentou as confusões na estrutura administrativa (uma crítica adiantada há muito tempo por Caio Prado Júnior). O conjunto de disfunções da presença metropolitana na América portuguesa “abria a porta para os colonos participarem do governo e contribuírem para a formulação ou implementação das políticas da Coroa”.⁴³ Esta zona de intersecção entre a fraqueza da metrópole e os interesses dos moradores da colônia teria promovido negociações entre os moradores do Brasil e a Coroa portuguesa. Após quase cinco páginas de exemplos concentrados no século XVIII,⁴⁴ o autor destacou que os oficiais régios (normalmente,

⁴⁰ *Ibidem*, p. 111.

⁴¹ *Ibidem*, p. 112.

⁴² *Ibidem*, p. 113.

⁴³ *Ibidem*, p. 114.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 112-117.

governadores) não só negociavam com os moradores da colônia, mas, por vezes, colocavam-se ao lado deles nos processos de negociação com a metrópole. Diante de um Portugal apresentado tão absolutamente colonialista, qualquer ajuste administrativo por parte dos agentes do governo metropolitano aparece como uma imposição do interesse colonial sobre os objetivos do centro europeu na América, ignorando totalmente as necessárias adaptações às quais a metrópole manteve-se constantemente atenta.⁴⁵

Parece-me que os agentes metropolitanos, principalmente os governadores-gerais, não deixavam de estar a serviço da Coroa quando se mostravam favoráveis ao atendimento de demandas das elites coloniais.⁴⁶ A complexidade de sua função tinha a ver com a manutenção das relações entre metrópole e colônia: em nenhum momento, o sistema colonial foi descaracterizado por decisões dos governadores-gerais, ainda que, no limite, sua atuação indicasse circunstâncias que exigiam certa acomodação dos interesses dos moradores do Brasil por parte da metrópole. Segundo Stuart Schwartz,

o Estado [...] mostrou-se disposto a conceder aos senhores de engenho uma relativa liberdade de controle sobre a colônia. Isso não foi feito porque o Estado era fraco. Muito pelo contrário, como na colônia o Estado absolutista era relativamente livre do entrave dos direitos feudais, dos organismos representativos ou de antigas liberdades costumeiras, podia exercer uma ‘autoridade exclusiva e única’, restrita apenas pela geografia e pelo mercado.⁴⁷

No final da década de 1680, a Bahia, entre outras capitanias, viveu o agravamento da escassez de dinheiro; justamente quando o governo português executou uma reforma monetária que aprofundaria o problema ainda mais. Câmara Coutinho, então governador de Pernambuco, onde fez fama de administrador rígido, foi nomeado governador-geral, assumindo o posto na cidade do Salvador em 1690, tendo como uma de suas tarefas aplicar, “com suavidade” (recomendação real), a reforma monetária no Brasil. Procurando aplicar as novas leis monetárias ao espaço colonial, acabou por tomar conhecimento dos problemas econômicos graves pelos quais passava o negócio do açúcar

⁴⁵ Pablo Oller Mont Serrath. **O império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)**. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2013, pp. 21, 23, 179 e 291. Longe de ser uma fraqueza metropolitana, a adaptabilidade é apresentada pelo autor como um dos mais importantes pilares da gestão ultramarina do império português após a Restauração.

⁴⁶ Thiago N. Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ. 2015, p. 301. “O governador-geral agia como informante do monarca, em grande parte respondendo às solicitações do centro político [...] o centro político recebia a maior parte das informações essenciais para a governança de seu império marítimo [...] o governador podia atuar como um intermediário fundamental, em razão de seu conhecimento local”.

⁴⁷ Stuart Schwartz. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 221 e 222.

na Bahia. Por fim, engajou-se ao lado da açucarocracia numa espécie de campanha reivindicatória pela instalação de uma casa da moeda na colônia. Câmara Coutinho mostrou uma versatilidade exemplar, necessária e esperada para o cargo. No final das contas, o governador procurou preservar a sustentação fiscal do Estado metropolitano no Brasil, pois, com a escassez de dinheiro, o valor dos contratos do dízimo e de outros impostos declinara, comprometendo a arrecadação da Fazenda Real e, conseqüentemente, o pagamento da folha dos servidores. E, com a instalação da Casa da Moeda Provincial, houve melhor irrigação monetária na praça da Bahia, favorecendo mercadores e senhores de engenho.⁴⁸ Evidentemente, trata-se muito mais de uma situação de adaptação política, ajuste de interesses e preservação da produção e da arrecadação coloniais do que da organização dos colonos a fim de resistir às insensíveis políticas metropolitanas, aproveitando as falhas da administração colonial portuguesa.

No texto de Russel-Wood, o Senado da câmara é a principal agência negociadora.⁴⁹ Os oficiais camarários eram eleitos entre os principais da terra e tinham a função de cuidar da república, isto é, do bem comum. A elite colonial teria se fortalecido desde o final do século XVII, reunindo poderes econômico e político suficientes para enfrentar e resistir às medidas metropolitanas que julgassem prejudiciais aos seus interesses.⁵⁰ A tentativa de tecer um desenrolar histórico para o Brasil semelhante ao das treze colônias britânicas da América do Norte é explícita.

Desenvolvendo esta questão a partir das ideias apresentadas por Russel-Wood, tomando a representatividade das câmaras municipais e o protagonismo econômico da elite colonial, o dito bem comum, na cidade da Bahia do final do XVII e no século XVIII, significaria não somente o sustento da tropa sediada na Bahia, a regulação de preços e fornecimentos de itens de abastecimento, a manutenção de logradouros públicos e a arrecadação de alguns impostos, mas também, e principalmente, a defesa dos interesses econômicos envolvidos no negócio do açúcar. Portanto, o bem comum se vinculava diretamente ao engenho e ao porto e, quando o negócio apresentava problemas mais graves, necessariamente, tornava-se pauta de apreciação de vereadores e juizes na câmara da cidade. Eis o sentido da política local na principal praça do Brasil, da mais proeminente “república” colonial do Antigo Regime português: era o próprio sentido da colonização,

⁴⁸ Rafael da Silva Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP. 2014, pp. 158-229.

⁴⁹ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”, p. 117.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 119, 120 e 137-139.

isto é, a direção do fluxo do negócio do açúcar. Fernando Novais auxilia na compreensão do complexo caráter da modernidade colonial:

O importante a fixar é que o colono era, ao mesmo tempo, as duas coisas, ou tinha as duas faces: senhor e empresário. [...] talvez não seja pequeno avanço insistir na articulação simultânea das duas faces: na própria aquisição das condições de estilo senhorial o colono já se defronta com o mercado; sendo o escravo uma mercadoria, a sua obtenção se dá na órbita da circulação. Assim, se a posse de escravos era critério de *status* e possibilidade de estilo senhorial de vida, a sua aquisição envolvia penetrar no mundo das relações mercantis: as duas faces são, pois, como o anverso e o reverso da mesma moeda, e esta nos parece uma peculiaridade da formação social da colônia.⁵¹

Primeiramente, Russel-Wood apresentou uma metrópole com projetos mercantilistas de um colonialismo rígido e absoluto, o que já é bastante discutível, principalmente a partir de pesquisas orientadas pelos eixos interpretativos do Antigo Regime nos Trópicos,⁵² que negam a existência da relação mercantilista metrópole-colônia entre Portugal e Brasil. Em seguida, passou a defender a impotência de Portugal em controlar sua colônia devido às disfunções administrativas metropolitanas ante a capacidade de organização dos moradores do Brasil. Portugal seria incapaz de impor políticas, centralmente mercantilistas, às suas conquistas. Discutindo a força dos colonos, o autor destacou as relações intercoloniais, que deprimiam a arrecadação fiscal da Coroa, enfraquecendo-a ainda mais, e o contrabando. Para Russel-Wood, o contrabando era quase um ato de desobediência civil e os resultados positivos destas práticas antimetropolitanas “reforçavam a moral dos colonos, criavam um senso de autossuficiência e controle, e aumentavam o acesso a capital, produtos, recursos humanos e os meios de afirmar esta independência de ação”.⁵³

Na conclusão do seu texto, Russel-Wood esclareceu: “o tema geral deste ensaio é a divergência entre o que tem sido visto na historiografia como hegemonia metropolitana

⁵¹ Fernando A. Novais. “A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formulação social no Brasil”. In: Fernando A. Novais. **Aproximações**, pp. 147 e 148.

⁵² João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.) **O Brasil Colonial**. 3 volumes.

⁵³ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”, pp. 119 e 120. “the success of such practices bolstered colonial morale, bred a sense of self-sufficiency and control, and increased access to capital, products, human resources, and the means to assert this independence of action”. Novais problematiza a prática do contrabando nos quadros do sistema colonial mercantilista e como um dos elementos de maior destaque no processo da crise do sistema na segunda metade do século XVIII, mas passa muito longe de fantasiar uma euforia colonial-contrabandista de resistência ao mercantilismo português. Conferir em Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. pp. 174-198. Conferir também José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia: teoria e prática**. p. 374.

e uma administração altamente centralizada e a realidade, que Jack P. Greene tem descrito como ‘autoridades negociadas’ e descentralização”. Resumidamente, a metrópole era dominadora, tentando aplicar à colônia políticas mercantilistas de centralização por meio das quais procurava enquadrar o Brasil como retaguarda econômica de Portugal, numa dependência política restrita. Mas, as disfunções da confusa estrutura administrativa, as políticas inconsistentes e inflexíveis e as falhas no reconhecimento das especificidades de suas conquistas americanas deterioraram a autoridade de Portugal sobre sua colônia.

Assim, Portugal, apoiado em ideias mercantilistas, era plenamente consciente de sua condição de metrópole e, portanto, de um autoproclamado controle que lhe cabia sobre o Brasil. Por outro lado, os colonos reconheceram rapidamente as vulnerabilidades metropolitanas e se aproveitaram delas, atuando, conscientemente, contra os interesses e as rígidas políticas de dominação e exploração da Coroa portuguesa. O crescente poder dos colonos, *pari passu* ao declínio e às limitações da autoridade metropolitana, teria permitido a senhores de terras e mercadores (o autor não considerou nenhuma tensão ou conflito entre estes setores) ampliar a acumulação de capital e diversificarem os negócios, a ponto de passarem a priorizar seus próprios interesses, subvertendo a condição de colônia mercantilista. Para Russel-Wood, a única diferença entre o império português e o britânico é que, na América do Norte, os colonos lutaram por direitos (liberdade, propriedade e representação política), enquanto os moradores do Brasil buscavam explorar as fissuras e fraquezas do sistema, sem confrontar ou desafiar diretamente a autoridade da metrópole.⁵⁴

A participação do Estado na conquista e na colonização e as formas de manifestação da crise do sistema colonial são bastante diferentes nas colônias britânicas da América do norte e na América portuguesa. Rodrigo Ricupero afirma que “No processo de colonização do Brasil, a Coroa se utilizou da iniciativa particular e nela se apoiou, buscando, porém, sempre seu controle”.⁵⁵ Os portugueses engajados na colonização buscavam recompensas da Coroa, as tão prestigiadas honras e mercês, apresentando por elas o elenco de seus esforços e despesas na defesa e no engrandecimento do trono português. Por seu lado, ao satisfazer com prêmios e esperanças de parte significativa de seus súditos, a Coroa se apresentava como patrocinadora e mantenedora da ação de seus agentes no ultramar americano. Por meio do reconhecimento real da ação dos agentes

⁵⁴ A. J. R. Russel-Wood. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”. Pp. 137 e 138.

⁵⁵ Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**. c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009, p. 13.

colonizadores diretos, principalmente após a distribuição das capitanias hereditárias e a instituição do governo-geral, a autoridade metropolitana consolidou-se como fonte oficial de regulação e reconhecimento de aquisição de patrimônio e exercício do poder político na colônia.⁵⁶ Desta forma, tomando-se a metrópole inglesa tal como Greene a apresenta, percebe-se que não há semelhança estreita entre Portugal e Inglaterra no que tange à relação com seus vassalos nos espaços coloniais, pois o Estado português mostrou interesse e contou com recursos materiais e simbólicos no processo de colonização do Brasil, o que não se encaixa no modelo das autoridades negociadas.⁵⁷

Portugal se estruturou como monarquia patrimonialista, cujos bens materiais e simbólicos mantinham clérigos, nobres e comerciantes orbitando em torno do trono e de seus representantes, à espera de recompensas e reconhecimento.⁵⁸ Esta característica foi reproduzida no espaço colonial. Eis a matéria-prima política e cultural que permitiu à Coroa portuguesa exercer protagonismo na expansão de suas conquistas na América. Isto é, o engajamento privado na formação colonial do Brasil, o item do processo de colonização que melhor se encaixa no modelo das autoridades negociadas, é exatamente aquele que o coloca em xeque, pois a autoridade metropolitana não se apresentava fraca ou ausente, mas, ao contrário, foi orientadora da atividade e do investimento dos particulares na colonização, ao menos, nas áreas mais valorizadas pela conexão com os fluxos transatlânticos do capital mercantil.

A lógica dos serviços e das recompensas entre os moradores da colônia e a autoridade metropolitana dava aos agentes engajados na colonização, desde o século XVI, um horizonte compartilhado de expectativas, a mobilizar os portugueses e seus descendentes na América. O “servir à Coroa era uma das mais importantes formas de ascensão social e econômica, porquanto, como já vimos, o cofre de mercês gerido pelo monarca era amplo e as mercês variadas, o que permitia agraciar os serviços realizados pelos grandes e humildes”.⁵⁹ A participação em operações militares e expedições de reconhecimento, a prospecção de metais preciosos, a ocupação de novas áreas e outros serviços, incluindo a construção de engenhos, eram recompensados com prêmios não necessariamente dispendiosos para a metrópole.⁶⁰ Parte da autoridade dos governadores-

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 42 e seguintes.

⁵⁷ Laura de Melo e Souza. **O sol e a sombra**, pp. 15 e 16.

⁵⁸ Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**, pp. 50-53 e 83. Apoiando-se em Florestan Fernandes.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 57.

⁶⁰ *Ibidem*, pp. 63, 64 e 122 e seguintes. E Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 329. “As mercês, portanto, eram moeda que compensava a ausência real e pagava os sofrimentos dos vassalos”.

gerais estava assentada em sua função centralizadora de representante do poder real, cabendo-lhes a distribuição de cargos, terras e outros prêmios, isto é, o monarca permitia a eles gerir parcialmente a “arca de mercês entre os moradores do Brasil”.⁶¹

Nas primeiras décadas da colonização, as negociações coloniais⁶² não foram empreendidas com base na fraqueza da metrópole no espaço ultramarino. Por exemplo, buscava-se a autoridade metropolitana para obter o reconhecimento da propriedade da terra, que fora antes arrancada aos índios pelos próprios solicitadores. Portugal, a um Atlântico de distância, exercia certo direcionamento sobre a atuação de seus agentes no Brasil, pois poder político local, ascensão social e riqueza material deveriam passar, ao menos para aqueles que pretendiam alcançar posições de prestígio, pelo reconhecimento do centro.

Comumente, as mercês previam o usufruto de terras, cargos e dinheiro no reino. Contudo, os moradores do Brasil, mais do que os moradores de outras conquistas portuguesas, receberam prêmios que favoreciam o enraizamento na colônia.⁶³ A postura consciente e deliberada da Coroa em evitar o absenteísmo no usufruto de prêmios alcançados no Brasil mostra a força da metrópole na América. A transferência da maior parte das despesas da colonização para os agentes particulares, em troca de bens simbólicos e reconhecimento oficial, indica que a estratégia colonizadora estava sendo bem-sucedida.⁶⁴ Esperava-se, ainda, que os ganhos lícitos e ilícitos advindos das mercês fossem reaplicados na própria colonização.⁶⁵

Portugal alargava seus domínios, defendia suas conquistas e estimulava os engenhos para ampliar seus ganhos fiscais. O Estado português estava atento às demandas dos moradores do Brasil e este fato não desmontava sua atuação enquanto metrópole, ao

⁶¹ Ricupero. **A formação da elite colonial**, pp. 69, 109, 110, 138 e 139.

⁶² *Ibidem*, p. 176.

⁶³ *Ibidem*, p. 173.

⁶⁴ Thiago N. Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**, pp. 164 e seguintes. O caso do Donativo do dote da rainha e paz de Holanda extrapola as despesas da colonização, mas se encaixa na ideia de troca de bens simbólicos por ganhos materiais: a Coroa passou a reconhecer, cada vez mais, na correspondência com a Câmara da cidade do Salvador, certa nobreza da açucarocracia baiana, em troca de um muito concreto fluxo de riqueza da elite local para os cofres de instituições da monarquia portuguesa.

⁶⁵ Ricupero. **A formação da elite colonial**, pp. 89, 117, 120, 174 e 205. Para um período posterior ao que Ricupero estudou, a mobilização de particulares em favor dos projetos da Coroa, nos espaços coloniais, por meio de mercês, permaneceu bastante vigoroso. João Fragoso. “Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamento sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa”. In: João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**. p. 78. Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1996, p. 501.

contrário, pois, por considerar os problemas da colonização, tendia a reforçar a autoridade metropolitana.⁶⁶

Investigando um período imediatamente posterior ao do estudo de Rodrigo Ricupero, em outra tese alinhada às pesquisas que tomam por referência o conceito de sistema colonial mercantilista, Pablo Oller Mont Serrath afirmou: “força, negociação e ajustes faziam parte das estratégias para aplicar e manter a dominação”.⁶⁷ A negociação seria um instrumento “fundamental” de ajuste do controle metropolitano sobre o espaço colonial e, portanto, diferentemente do modelo de Greene, no caso do Brasil, ela foi um elemento constitutivo do aprofundamento das relações entre metrópole e colônia e não a consequência da presença fraca de uma metrópole distante. “É incongruente pensar em *autoridades negociadas*” no sentido daquele modelo, pois, nos momentos em que a Coroa se propôs a negociar, sua autoridade não foi questionada ou diminuída. A negociação era um dos expedientes que a metrópole utilizava para governar suas conquistas, tendo em vista seus objetivos e os meios para alcançá-los. Mais interessante do que a característica de negociação, o império português foi um caso de adaptação – autoridades adaptadas talvez seja uma expressão mais adequada ao nosso caso. O “castigo e o prêmio” estavam sempre no horizonte das possibilidades, e a sombra da violência, própria dos Estados, cobria, por vezes, a relação entre o rei e seus vassallos nos espaços coloniais.

Segundo Mont Serrath, “dissimulação, prudência e silêncio, associados a pulso firme” regravam as posturas das autoridades metropolitanas em relação às conquistas portuguesas, deixando a ideia de negociação num plano muito distante daquele dos fatores estruturais, ainda que seja um elemento superestrutural fundamental para os ajustes da administração metropolitana.⁶⁸ Uma de suas referências intelectuais é o respeitadíssimo historiador português Joaquim Romero Magalhães, para quem o tal caráter negociado das relações entre centro e periferia não era convincente:

Em que podia consistir essa negociação? Ou em que situações poderia intervir? Só encontro negociação – ou cedência do centro de um modo a que podemos suspeitar negociado – quando a questão em pauta não tinha importância decisiva. Ou quando se queria evitar complicações avançando com pretensas negociações que verdadeiramente não o eram – a realza manipulava os súbditos não poucas vezes.⁶⁹

⁶⁶ Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, p. 95.

⁶⁷ Pablo Oller Mont Serrath. **O império português no Atlântico**. p. 163.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 173-179. Nesta última página, o autor citou o marquês de Angeja, vice-rei do Brasil entre 1714 e 1718: “Entendo que para a América, o melhor meio é misturar o agro com o doce”.

⁶⁹ Joaquim Romero Magalhães. **Provocações: por dever de ofício** (1987-2014). Coimbra: Palimage, 2017. p. 263.

J. Romero Magalhães utilizou um episódio ocorrido em Minas, na década de 1730, para discutir a questão. O governo português propôs o imposto da capitação. Uma assembleia de procuradores de várias vilas mineiras se reuniu para apreciar a questão e recusou a novidade fiscal em 1733. Porém, no ano seguinte, reuniu-se novamente uma assembleia de procuradores de vilas e a capitação foi aprovada. Daí o questionamento: “Negociação? Ou simplesmente habilidade táctica em arrancar a anuência? Conversação e acordo, como refere, porque é de considerar que negociação, no sentido de se aproximarem posições diferentes, não me parece de aceitar”.⁷⁰

O modelo de Greene depende do estado de fraqueza da metrópole no espaço colonial. Mas, ainda que, segundo este conceito, as metrópoles tendessem a ser fracas, é lógico que tanto quanto os Estados europeus eram diferentes, a força das potências sobre suas conquistas americanas variava. Uma variação que se dava também no tempo, de acordo com as diversas conjunturas. Para aplicar tal modelo ao caso do Brasil, é interessante saber o que o seu criador disse acerca da metrópole portuguesa: segundo Greene, os reis portugueses teriam apresentado “um grau de consolidação que, comparado a outros monarcas europeus, era espantoso”.⁷¹ Um exemplo de processo de negociação entre Coroa e elite colonial bastante instrutivo sobre o viés de adaptação/colaboração (e não enfrentamento, pressuposto do modelo de Greene) é aquele que emerge da legislação sobre a mão-de-obra indígena, emitida por uma metrópole atenta às demandas coloniais, mas que, ao mesmo tempo, não abria mão do sentido mercantil da colonização.⁷²

Segundo José Jobson de A. Arruda, as próprias reflexões de Greene sobre Portugal impossibilitariam atrelar a metrópole do Brasil às noções teóricas gerais sobre império que ganharam prestígio no final do século XX e início do XXI. Os ganhos do Estado com a expansão marítima explicariam a aceleração do processo de centralização da monarquia desde o século XVI. Contudo, Jobson Arruda explicou que o terreno europeu oferecia resistências de longa tradição contra o avanço da centralização no reino, cabendo aos

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ Jack P. Greene. **Negotiated authorities**: essay in colonial political and constitutional History. Charlottesville e Londres: University of Virginia, 1994, p. 4. O trecho traduzido, transcrito acima, foi extraído de José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia**: teoria e prática, p. 381.

⁷² Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**, pp. 207-242.

domínios ultramarinos ser a plataforma política, econômica e cultural para a alavancagem do poder monárquico português.⁷³

O império espanhol apresentaria semelhanças com o império português, não obstante as diferenças estruturais do território metropolitano entre a Espanha, fragmentada, e Portugal, precocemente unificado. Mesmo sendo um caso de monarquia compósita por excelência, tal configuração nos domínios europeus não se desdobraria automaticamente em fraqueza metropolitana no ultramar castelhano. O envolvimento nas mais pesadas guerras europeias e a manutenção do fluxo transatlântico de metal precioso oriundo das minas americanas, que provocaram prolongada inflação no continente europeu, mostrariam a capacidade de coerção fiscal da Espanha sobre suas colônias americanas.⁷⁴

Jack P. Greene tomou o conceito de monarquia compósita de John Elliott para, a partir dele, construir o argumento sobre a fraqueza das metrópoles nos espaços coloniais, pois, se não conseguiam ser centralizadas na Europa, muito menos o seriam na América. Porém, Elliott não deixou de reconhecer que Castela, reforçada pelo ingresso de recursos coloniais, parecia ameaçadora para as outras unidades políticas que compunham a monarquia espanhola, isto é, Castela irradiava uma força centrípeta alimentada pelo “tesouro americano”.⁷⁵ No caso espanhol, para o autor do conceito “monarquia compósita”, a extração de recursos na periferia sustentava certa força centralizadora no terreno europeu. Até mesmo Greene destacou a força da metrópole castelhana nas suas colônias, justamente pelos recursos extraídos delas, ao contrário da Inglaterra, que não conseguiu explorar suas colônias norte-americanas da mesma forma e apresentava-se enfraquecida enquanto metrópole frente à organização dos colonos.⁷⁶ Estas

⁷³ José J. A. Arruda. **Historiografia**: teoria e prática, pp. 381 e 383. E Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra**, p. 55. Na página 460, a autora escreveu: “continuo acreditando que as relações entre um e outro polo – a metrópole e a colônia, ou conquista – fecunda o centro – ou a metrópole, ou o reino – e o transforma, e a recíproca é verdadeira”. Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**, pp. 495 e 496: “A dependência do reino com o Ultramar constituiu traço do processo de fortalecimento e definição da figura do Estado em Portugal além de sua própria condição e existência”.

⁷⁴ José J. A. Arruda. *Idem*, pp. 358-372.

⁷⁵ John Elliott. “A Europe of composite monarchies”. **Past and present**, nº 137, nov. 1992. pp. 60-69. *Apud* José J. A. Arruda. **Historiografia**: teoria e prática, p. 358 Outras citações de Elliott, no mesmo sentido, estão apresentadas nas páginas 362 e 363.

⁷⁶ Jack Greene. “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience” In. Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) **Negotiated empires**: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820, p. 272.

inconsistências tendem a isolar o modelo de Greene das autoridades negociadas ao caso das colônias inglesas da América do Norte.⁷⁷

Este estudo tem como um de seus objetivos compreender os processos de negociação na perspectiva do sistema colonial do mercantilismo, que oferece um quadro conceitual sólido e pertinente para situar tais processos. As investigações miraram as negociações entre a nobreza colonial açucareira da Bahia e a Coroa portuguesa, elegendo como principal problema a atuação da Câmara da cidade do Salvador, instância de organização política da elite colonial.

Entre os temas que mais mobilizaram a comunicação entre Salvador e Lisboa, encontram-se aqueles ligados à fiscalidade. Em meados do século XVII, os problemas fiscais ganharam importância renovada. Primeiramente, pela obrigação de sustentar da infantaria, transferida da Fazenda Real para a Câmara da cidade do Salvador em 1652. Uma década de pois, foi imposto o Donativo do dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda, cuja arrecadação também foi entregue aos camaristas, hipertrofiando sua tesouraria e multiplicando os problemas fiscais que envolviam o poder local.

Hipertrofia fiscal da Câmara do Salvador

Até o final do século XVII, a imposição inflexível de políticas metropolitanas rígidas no espaço colonial da América portuguesa é uma exceção. A regra é a adaptação e a acomodação, variando de acordo com as conjunturas políticas e possibilidades mercantis – e isto não é indicador de fraqueza da autoridade da metrópole. Manter o domínio e a colonização de um vasto espaço na América era um empreendimento gigantesco para qualquer potência europeia, mais ainda para Portugal, uma metrópole que se encontrava fragilizada por fatores políticos e econômicos na combalida Europa da segunda metade do seiscentos.⁷⁸ As dificuldades e os escassos recursos, a princípio, são problemas que apoiariam a noção de uma metrópole enfraquecida no seu espaço colonial.

⁷⁷ José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia**: teoria e prática, p. 356. “Análises combinadas que acabaram por construir uma teoria da natureza dos impérios na época moderna de espectro generalizante, mas que se alicerçam empiricamente na experiência histórica singular da monarquia inglesa e de suas colônias americanas e caribenhas, portanto, uma experiência histórica unívoca elevada à condição de categoria explicativa com validade para realidades genéricas absolutamente diversas”.

⁷⁸ Conferir Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**. 1668-1703. Lisboa: Dom Quixote, 1986. Maria do Rosário Themudo Barata. “Portugal e a Europa na Época Moderna” In: José Tengarrinha (org.) **História de Portugal**. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, pp. 192-195.

Porém, o engajamento de Portugal na colonização do Brasil, ao menos nas áreas mais valorizadas pelo capital mercantil e nas zonas estratégicas de fronteira, foi constante desde o século XVI.⁷⁹ Ainda que a força metropolitana dependesse de recursos particulares dos moradores da colônia, ela não abria mão de certo protagonismo na expansão do espaço e da economia coloniais. Não obstante muitos recuos, esteve em seu horizonte aumentar o controle e, conseqüentemente, as possibilidades de arrecadação fiscal, sempre dependentes da penetração do capital mercantil. Os objetivos religiosos também dependiam, direta ou indiretamente, da arrecadação e das oportunidades de negócio no espaço colonial.

A sustentação econômico-financeira do Estado português na América e, em boa medida, também na Europa,⁸⁰ atrelava-se ao funcionamento do sistema colonial, sobretudo, do ramo marítimo mercantil que ligava as praças do Brasil às de Portugal, um canal cujo exclusivo metropolitano foi defendido firmemente por representantes de Portugal nos conflitos e tratados internacionais.⁸¹ O controle de quase tudo o mais tendia a ser mais flexível: comércio intercolonial, tráfico de pessoas escravizadas com praças africanas não portuguesas, certo grau de contrabando e outras ilicitudes. Entre avanços, recuos e ajustes, o poder metropolitano português, limitado em recursos de toda ordem, construiu um império grande e complexo, base da afirmação de Portugal entre as potências europeias. Laura de Mello e Souza apresentou a seguinte opinião acerca da plasticidade do poder naqueles tempos:

⁷⁹ Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra**, p. 149 “no Nordeste. Lá, desde 1549, Estado e sociedade andaram juntos, e juntos se sedimentaram e estruturaram”.

⁸⁰ Cópia do papel que o sr. dom João de Lancastre fez sobre a arrecadação dos quintos do ouro das minas que se descobriram neste Brasil, na era de 1701. Bahia, 15 de janeiro de 1702. Anexo documental. Apêndice documental de André João Antonil. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p. 398. “duas principais lavours do açúcar e tabaco que são pelo que entendo as duas como bases e colunas em que o reino de Vossa Majestade estriba as suas maiores dependências”. José Jobson de Andrade Arruda. **Historiografia: teoria e prática**, p. 380 “De fato, os portugueses viviam do transporte das produções realizadas em espaços de colonização, direta ou não, por eles controlados”. E Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra**, p. 329. “Está claro, pois, que a expansão ultramarina, a consolidação do império e o serviço burocrático no ultramar possibilitaram a promoção social e a viabilização econômica de boa parte da nobreza de Portugal”. Stuart Schwartz. “Prata, açúcar e escravos: e como o império restaurou Portugal”. **Tempo**, n.º. 24. Niterói, 2008, pp. 201-223.

⁸¹ Os recuos eram estratégicos; as janelas no exclusivo acabavam por serem muito estreitas por meio da burocracia ou por ressalvas nos tratados de comércio com outras potências europeias. Pablo O. Mont Serrath. **O Império Português no Atlântico**, pp. 86 e seguintes. E Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017. Marcos Carneiro de Mendonça. **Raízes da formação administrativa do Brasil**. 2 volumes. Rio de Janeiro: IHGB e Conselho Federal de Cultura, 1972, pp. 820-835. O Regimento de Roque da Costa Barreto dedica três capítulos ao exclusivo comercial metropolitano no ramo mercantil Portugal-Brasil.

Essa busca oscilante da justa medida foi constitutiva do processo de construção do poder nos Estados modernos por ser imprescindível à preservação e perpetuação do mando no mundo de então: no meu entender, os absolutismos procuraram seguir uma prática política pendular, evitando identificarem-se com um grupo social específico e combinando o rigor com certa dose de contemporização. As dimensões do império português, onde grandes distâncias separavam as diferentes conquistas e o centro decisório do sistema – Lisboa –, imprimiram uma complexidade notável ao poder exercido no seu âmbito.⁸²

A dinâmica do poder político na Bahia, assim como a pauta e o ritmo das negociações entre a Câmara e a Coroa eram influenciados pelas oscilações do mercado europeu de açúcar. Afinal, o modo de vida da mais exuberante fração da elite colonial, a açucarocracia, estava atrelado àquele negócio, da mesma maneira que, em grande medida, também dele se sustentava o Estado português. “Há de sentir o reino todo, pois é manifesto que seu principal alimento e poder é o Brasil”.⁸³ Portanto, para os senhores de engenho e para a metrópole, o comércio do açúcar aparecia como prioridade fundamental. Não obstante os interesses comuns na lavoura e na moeda, as flutuações de mercado faziam oscilar os lucros mercantis e ganhos fiscais, estressando tal sintonia, pois a tributação passaria a ser mais sentido nas bolsas dos proprietários da produção.⁸⁴ Uma conjuntura recessiva mais grave fazia o lucro declinar, afugentava mercadores e dinheiro, enfraquecia a arrecadação e, enfim, tendia a colocar em lados opostos a Coroa e o engenho, pois o ganho daquela ampliava ainda mais a deterioração das margens de lucro deste.

No início dos anos 1650, os preços do açúcar na Europa estavam em um bom nível e, conseqüentemente, as margens de lucro dos senhores de engenho e lavradores de cana eram bastante vantajosas.⁸⁵ Este momento favorável para o negócio do açúcar, possivelmente, tenha contribuído para a aceitação, sem uma resistência inicial mais firme, da instituição da Companhia Geral do Comércio por parte da elite da Bahia,⁸⁶ assim como uma elevação das responsabilidades de arrecadação e despesas fiscais sobre os ombros

⁸² Laura de Mello e Souza. **O sol e a sombra**, p. 15.

⁸³ Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas enviado ao senhor Marquês das Minas conselheiro de sua majestade então governador geral da cidade da Bahia. Bahia, 1687. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 20, p. 219.

⁸⁴ *Idem*, p. 216.

⁸⁵ Vitorino M. Godinho. “As frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770” In V. M. Godinho. **Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990. p. 483. Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 318.

⁸⁶ Termo de aceitação da Companhia e suas condições pelos moradores da cidade do Salvador. Bahia, 14 de agosto de 1649. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 28 e 29. Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, pp. 420 e seguintes.

da Câmara da cidade do Salvador.⁸⁷ A memória destes eventos, em 1688, era a seguinte: “na instituição da Companhia Geral, quando a guerra assim o pedia e o preço de 3\$000 a arroba e 3\$500 porquê se vendia tolerava a nova carga”.⁸⁸

A hipertrofia fiscal do município começou durante a guerra contra os neerlandeses, devido às muitas contribuições exigidas dos moradores do Recôncavo para o sustento do esforço militar.⁸⁹ Tendeu a amenizar após a guerra com a redução das despesas militares. Mas, o advento do Donativo do dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda levou a carga fiscal a um pico, principalmente, entre 1664 e 1666, quando Salvador e o Recôncavo sofreram a pressão de pagar os oitenta mil cruzados anuais que cabiam à Bahia e suas anexas, valor que, inicialmente, deveria ser pago todos os anos.

Segundo Wolfgang Lenk, em 1643, o Estado arrecadou na Bahia algo perto de 90 contos de réis, isto é, 225 mil cruzados, um resultado fiscal impressionante. Pressupondo que, até 1666, os recursos arrecadados para o Donativo do dote e paz não foram destinados, total ou parcialmente, ao sustento da infantaria, numa estimativa grosseira, pode-se considerar que os moradores da Bahia pagaram ao Estado algo entre 150 e 200 mil cruzados em 1665 (um pico de arrecadação comparável aos piores anos da guerra contra os neerlandeses): pouco mais de 80 mil cruzados em dízimos, pouco mais de 40 mil cruzados para o Donativo e, aproximadamente, 50 mil cruzados para o sustento da infantaria. A expansão fiscal ocorreu, mas foi necessário ampliar a jurisdição da Câmara da cidade do Salvador sobre a arrecadação, a título da tão famigerada “suavidade”, para aumentar os impostos sobre a colônia.⁹⁰

É inegável a ampliação da jurisdição do município nas décadas de 1650 e 1660 e, também, é notório o aumento de sua importância como instituição metropolitana na América, levantando recursos junto aos moradores do Brasil para transferi-los ao Estado.⁹¹ A Câmara, assim, beneficiava a Coroa com a manutenção de um efetivo militar

⁸⁷ Wolfgang Lenk. *Idem*, pp. 299-368.

⁸⁸ Carta do Senado a Sua Majestade sobre se consultar remédio para a boa saída dos frutos da terra pela baixa que tem dado. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 49 e 50.

⁸⁹ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 08 de maio de 1650. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 23-25. Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, pp. 300 e 323 e seguintes.

⁹⁰ Wolfgang Lenk, *Idem*, p. 407. Angelo Carrara, **Receitas e despesas**, p. 126 (sobre os dízimos). Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2228 (sobre os três primeiros anos de arrecadação do Donativo). Thiago Krause, **A formação de uma nobreza ultramarina**, p. 307 (apresenta um média da despesa anual com a infantaria na segunda metade do XVII).

⁹¹ Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, p. 268. “a Câmara de Salvador integrou-se organicamente e foi instituição estratégica para o processo de conquista e consolidação do poder metropolitano”.

permanente na América, braço armado dos governadores-gerais,⁹² assumindo, cada vez mais, o ônus político de fazer a Bahia pagar pelo seu próprio controle e defesa.⁹³ Num contexto internacional em que Portugal estava a ser pressionado para recuar em seu exclusivo metropolitano, as providências para contornar os tratados assinados com a Inglaterra e os Países Baixos mostram o esforço lusitano em manter as vantagens de tão valiosa colônia.

Na discussão apresentada a seguir, foram privilegiados os documentos produzidos pela oficiais da Câmara da cidade do Salvador. O objetivo é destacar, no período de escalada tributária, o entendimento que a elite da Bahia tinha do papel e da importância do Brasil, particularmente da Bahia, nas relações com Portugal, e das formas como a açucarocracia, por meio dos agentes do poder local, mobilizou sua condição nos processos de negociação.

Nos últimos anos da década de 1640 e nos primeiros da década seguinte, num momento em que a Companhia da Índias Ocidentais dos Países Baixos já se encontrava praticamente derrotada em Pernambuco, a Fazenda Real estava exaurida de recursos. Em maio de 1651, o governador-geral, conde de Castelo Melhor, escreveu aos camaristas da cidade do Salvador ordenando que, mais uma vez, levantassem recursos para cobrir despesas militares:

convém que sem perder instante se façam todas as prevenções necessárias a sua defesa e sendo a mais principal a de mantimentos se acha a Fazenda Real impossibilitada a comprá-los por ter todos os meses despesa de treze mil cruzados além das extraordinárias em tempo que lhe faltam todos os efeitos [...] ordeno aos mesmos oficiais da Câmara desta cidade que logo que receberem este descrito chamem o povo e com ele consultem e determinem o meio que lhe parecer mais suave e pronto para se comprarem os mantimentos e fazerem as mais prevenções.⁹⁴

Dias depois, o governador-geral pediu mil cabeças de gado para socorrer com mantimentos os combatentes em Pernambuco.⁹⁵ No início dos anos 1650, paralelamente

⁹² Pedro Cardim e Thiago Krause. “A comunicação entre a Câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII”, *In*: Evergton Sales Souza, Guida Marques e Hugo R. Silva (orgs.) **Salvador da Bahia**: retratos de uma cidade atlântica. Salvador, Lisboa: UFBA, CHAM, 2016, pp. 60 e 61. “A ‘governança’ da Bahia retrata a presença de tropas forasteiras como um sinal de que as autoridades régias não acreditavam na sua lealdade”. Outro trecho deste interessante raciocínio dos autores é “Quando protesta contra a presença da infantaria, a ‘governança’ da Bahia talvez estivesse a pensar que aquela força militar contradizia a autonomia camarária de Salvador”.

⁹³ Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 419.

⁹⁴ Registro de uma portaria do senhor conde de Castelo Melhor, governador deste Estado, sobre se acudir ao apresto necessário desta praça. Bahia, 24 de maio de 1651. **Atas da Câmara**, volume 3, p. 148.

⁹⁵ Registro de uma portaria só senhor conde de Castelo Melhor sobre as mil cabeças de gado que pede para Pernambuco. Bahia, 24 de maio de 1651. **Atas da Câmara**, volume 3, p. 149.

às pressões do governador-geral por novos recursos, os oficiais da Câmara mantinham um enfrentamento com a Companhia Geral de Comércio, a fim de manter uma cobrança relevante de impostos sobre o consumo de vinho. O próprio Castelo Melhor apoiou os oficiais na disputa com a empresa monopolista, sendo decisiva a sua posição a favor da municipalidade, que, no final das contas, conseguiu manter as imposições sobre a bebida importada.⁹⁶ Possivelmente, este seja o dispositivo relevante da administração ultramarina portuguesa: o apoio do governador-geral à demanda colonial em negociação, uma sinalização de que a metrópole deveria considerar o problema em um nível de importância mais elevado.

O vinho, entre outros, era um produto monopolizado pela Companhia de Comércio. Os administradores da empresa entendiam que os impostos determinados pela Câmara eram contrários aos seus direitos e prejudiciais aos seus lucros.⁹⁷ Não obstante o fortalecimento da posição da Câmara da Bahia, a Companhia mostrou sua força, e da metrópole vieram duas cartas régias que suspendiam as imposições municipais. A Câmara, sob forte pressão social, resolveu enviar um procurador a Lisboa para apresentar os argumentos e as demandas coloniais a favor de suas imposições sobre o comércio de vinho.⁹⁸

Por vezes, rateava-se uma certa quantia, uma coleta tributária a ser arrecadada, entre os moradores listados em um rol de contribuintes; estes rateios eram as fintas que se lançavam para cobrança de donativos e impostos. As fintas eram, normalmente, vistas como desiguais, isto é, pesavam mais sobre uns do que sobre outros, e ainda havia aqueles que usavam de artimanhas para não as pagar. Muitos registros camarários mostram a frequência, relativamente alta, com que se lançou finta entre os moradores do Recôncavo na última década da guerra. A insatisfação com esta modalidade de cobrança sugere que as imposições indiretas, isto é, tributação por meio do comércio, teriam melhor

⁹⁶ Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, pp. 423-430.

⁹⁷ Termo de resposta que se fez ao povo com duas cartas de Sua Majestade, Deus guarde, sobre a vintena e resposta que o povo deu. Bahia, 2 de junho de 1651. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 150-152. Este documento registra a forma com que os principais da Bahia receberam as cartas do rei que suspendiam as imposições municipais sobre o comércio de vinho importado pela Companhia Geral de Comércio. Dezenas de pessoas assinaram um documento em que se determinou informar ao rei a verdadeira situação da Bahia, pois, ao que parece, acreditavam que os representantes da Companhia argumentavam falsamente na corte. Sobre a vintena, termo que parece no título do documento, conferir Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, pp. 348-352.

⁹⁸ Registro das Cartas de Sua Majestade, Deus o guarde, e que foi servido escrever ao conde general sobre a vintena das quais nasceu a resposta do povo. Bahia, 14 de junho de 1651. E o Termo e assento que se fez com o licenciado Antônio Correa de Bulhões, procurador eleito por este povo, para haver de ir à cidade de Lisboa requerer os negócios desta Câmara e do bem comum deste povo. Bahia, 13 de junho de 1651. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 154-158.

aceitação.⁹⁹ Se o comércio do vinho não fosse tributado, o peso das fintas seria maior, intensificando a pressão social sobre os camaristas.

Cerca de um ano depois, em julho de 1652, foram registrados os documentos que transferiam da Fazenda Real para a Câmara o controle dos recursos relativos ao sustento da infantaria estacionada na cidade do Salvador.¹⁰⁰ Alegando dificuldade para obter recursos suficientes, o governador-geral, conde de Castelo Melhor, resolveu deixar sobre os ombros dos camaristas a administração da arrecadação destinada ao sustento dos soldados estacionados na cidade.¹⁰¹ A Fazenda Real manteve o compromisso de pagar a folha dos servidores civis e eclesiásticos, mais os gastos extraordinários, despesas que recaíam, principalmente, sobre rendimento dos dízimos.¹⁰² Portanto, a partir de 1652, a Câmara ganhou a pesada responsabilidade de arrecadar infalivelmente cerca de cinquenta mil cruzados anuais para o sustento da infantaria, com a dura tarefa de lançar fintas sobre os moradores da Bahia caso os impostos indiretos não cobrissem tal despesa.

Os contribuintes seriam os mesmos, mas a novidade é que se esperava menos clamores e, portanto, mais eficiência na cobrança dos recursos por serem os titulares do poder municipal, normalmente, membros da camada social que pagava o grosso da conta. Além das possibilidades de ganhos ilícitos na administração fiscal, aproveitados pelos clãs locais que disputariam e se revezariam nos cargos da Câmara, a alguns pode ter ocorrido a ideia de usar o poder local para diminuir ou extinguir a arrecadação por meio do lançamento de fintas. Senhores de engenho e lavradores ricos tendiam a pressionar pelo aumento da cobrança indireta de impostos por meio do comércio, repassando um pouco mais do ônus do sustento da infantaria para o setor mercantil.

A hipertrofia fiscal da municipalidade passou a oferecer mais oportunidades para fraudes bastante tentadoras, e acabou por apimentar conflitos políticos entre as facções

⁹⁹ Conferir **Atas da Câmara**, volume 3. Wolfgang Lenk. *Idem*, pp. 354, 422 e seguintes.

¹⁰⁰ Pedro Puntoni. **O Estado do Brasil**: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 153 e 154.

¹⁰¹ Informação da Câmara desta cidade que se mandou ao procurador na cidade de Lisboa, o doutor Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 15 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 125-131. No início deste documento, foi relatado que “logo no princípio do reinado do senhor rei dom João o quarto, que Deus tenha em Glória, mandou escrever o dito senhor a esta Câmara que os gastos da Guerra em defesa do reino não davam lugar a se poder assistir dele com sua Real Fazenda como dantes se fazia para o sustento da guerra e da infantaria desta praça e que assim deviam estes vassalos por lhe fazer serviço tomar sobre si esta satisfação”. Indício de que a transferência da administração do sustento da infantaria partiu da metrópole para a colônia. Na sequência do documento, relatam-se os acertos entre o governador-geral e o Senado da Câmara em 1652, e as desconfiças que tinham os moradores da Bahia de que os ministros da Fazenda Real pediam mais dinheiro do que necessitavam para o sustento da infantaria.

¹⁰² Carta para Sua Alteza sobre o sal ser uma das condições com que se aceitou por este Senado o sustento da infantaria desta praça. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 107-110. As fardas da tropa também cabiam à Fazenda Real, que, além dos dízimos, arrecadava o contrato das baleias.

que disputavam o poder local e desavenças entre o Senado da Câmara, ministros da Fazenda Real e alguns governadores-gerais.¹⁰³ A despeito dos descaminhos, o fato é que o Estado metropolitano na América aumentou impostos sobre a produção colonial, enquanto a Câmara aceitava uma responsabilidade fiscal que a perturbaria profundamente pelas décadas seguintes.¹⁰⁴ Os oficiais se consolaram com o argumento de “que, correndo pelo povo a despesa do que der, será molestado pelo mesmo povo”. A redução do efetivo militar, prometida pelo governador-geral, a princípio, não deve ter parecido um elemento compensatório significativo, mas sugeria um caminho para negociar alívios futuros.¹⁰⁵

O imposto foi relacionado à moléstia, mas, ao que parece, era melhor que fosse assim, isto é, que houvesse um valor certo a ser arrecadado e controlado pela Câmara, evitando as constantes solicitações de recursos por parte da Fazenda Real, que impunha arrecadações extraordinárias por meio das tão malditas fintas.¹⁰⁶ Para o governador, ter o povo molestando a si próprio para garantir a defesa da colônia não necessariamente era uma má ideia¹⁰⁷ se, de fato, a administração municipal conseguisse pagar a tropa.

No registro do voto da Câmara sobre o sustento da infantaria,¹⁰⁸ projetou-se, inicialmente, uma despesa mensal de pouco mais de três contos de réis, mais de 90 mil cruzados anuais, valor bem acima do que a Fazenda Real recebia dos contratadores do dízimo àquela altura.¹⁰⁹ Uma projeção bastante inflada, talvez, para ser usada como argumento a favor das imposições sobre o vinho importado, de cujo comércio pretendiam arrecadar o suficiente para cumprir a maior parte do compromisso com os soldados. Por outro lado, o documento acusa certa pressão para que a Companhia não faltasse com o

¹⁰³ P. Puntoni. **O Estado do Brasil**, pp. 223-230, 235-248 e 255-265.

¹⁰⁴ Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**, p. 353.

¹⁰⁵ Registro de uma carta do senhor conde de Castelo Melhor, governador e capitão geral, sobre reorganização dos terços e sustento da infantaria. Salvador, 1º de julho de 1652. Registro de uma portaria do senhor conde de Castelo Melhor pela qual manda recensear a conta do tesoureiro geral e a tomada aos desta Câmara. Salvador, 1º de julho de 1652. Registro da resposta do senhor conde de Castelo Melhor, governador deste Estado, e aceitação dos capítulos atrás. Salvador, 15 de julho de 1652. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 207-210 e 220-226.

¹⁰⁶ Carta escrita ao procurador na cidade de Lisboa Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 21 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 124 e 125. Os oficiais explicavam que, antes da Câmara assumir o sustento da infantaria, o Senado estava “sujeito a vontade do Governo e do Provedor para quanto dinheiro quizerem pedir, com pretexto de serviço de Sua Alteza que tantas injustiças cobra em toda parte”.

¹⁰⁷ Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 391.

¹⁰⁸ Registro do voto da Câmara com o qual concordou o povo sobre se aceitar o sustento da infantaria. Salvador, 14 de julho de 1652. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 212-216. Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 368.

¹⁰⁹ Angelo A. Carrara. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil**, século XVII. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 126.

abastecimento de vinho, pois era necessária a entrada anual de duas mil pipas¹¹⁰ da bebida na cidade para que a arrecadação fosse suficiente.¹¹¹

Durante a década de 1650 e um pouco antes, as negociações entre a Câmara da cidade do Salvador e a Coroa seguiram em dois eixos principais: a redução do efetivo militar na Bahia, visando a redução das contribuições para o sustento da infantaria; e a contraposição aos privilégios da Companhia Geral do Comércio. Em carta ao rei, datada de 4 de junho de 1650, os oficiais da Câmara reclamaram da quantidade de cargos militares superiores, que deveriam ser diminuídos, e solicitaram que os terços poderiam ser reduzidos a dois:

sentimos três terços que entre todos não tem dois mil e quinhentos homens e as razões são mais de quatro mil mas são porque há três sargentos-mores, três tenentes-generais e um da artilharia, quantidade de capitães que há capitães de trinta homens [...] assim Senhor que Vossa Majestade permita não haja mais que dois terços e que as Companhias sejam de oitenta e cem homens, e que a artilharia não tenha mais que um capitão que o guarnece, que com os abatimentos que pedimos ficamos mais aliviados.¹¹²

Ainda em 1650, em carta datada de 13 de agosto, os oficiais agradeceram a instituição da Companhia Geral do Comércio, pelo serviço de segurança que a empresa prestaria às navegações mercantis entre Brasil e Portugal. Porém, protestaram contra os preços dos quatro gêneros monopolizados pela Companhia (vinho, azeite, bacalhau e farinha de trigo): a pipa do vinho teria o preço aumentado de 35 para 40 mil réis; o barril de azeite subiu de 10 para 16 mil réis e a farinha de 1\$100 para 1\$600. Para concluir o papel, “pede a Vossa Majestade este povo seja serviço como rei e senhor mandar que haja alguma diminuição em preço tão excessivo para cobrar forças e servir a Vossa Majestade como tão leais Vassalos’.¹¹³

Em 1651, nas cartas mais curtas, os oficiais da Câmara renovaram os pedidos por redução do efetivo, atacaram o aumento das despesas militares por parte do governador-

¹¹⁰ Uma pipa equivale a 440,7 litros. Conferir em Luis Lisanti Filho. **Negócios coloniais**: (uma correspondência comercial do século XVIII). Volume 1. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, pp. LXXXVII.

¹¹¹ Em 1653, a Companhia falhou no abastecimento de vinho, levando o senado da Câmara a pedir vinte mil réis emprestados aos senhores de engenho e dez mil a lavradores de cana e moradores ricos; o problema se repetiu em 1654, reforçando a proposta de permitir e tributar o comércio de aguardente local. Junta que se fez para dar de comer à infantaria. Salvador, 17 de junho de 1653. Termo da resolução do povo em que determinaram se lançasse na cachaça e aguardente tributo para o sustento da infantaria. Salvador, 12 de novembro de 1654. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 266 e 267 e 275-278, respectivamente.

¹¹² Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade, Salvador, 04 de junho de 1650. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 25 e 26. Na mesma carta, pediu-se o fim da isenção dos cavaleiros.

¹¹³ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 13 de agosto de 1650. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 27 e 28.

geral, reclamaram dos religiosos que queriam se isentar de contribuir para as fintas, reivindicaram a restituição de uma das imposições sobre o vinho, denunciaram os preços altos da Companhia e criticaram o controle pela Fazenda Real dos donativos arrecadados pela Câmara. Solicitaram também a reativação do Tribunal da Relação, adiantando que a despesa com os desembargadores seria coberta pelos próprios custos dos trâmites judiciais, pagos pelas partes envolvidas nos processos.¹¹⁴

Em dois documentos mais longos, a argumentação está mais bem elaborada. Ambos os papéis denunciam os abusos da Companhia. Na carta de 31 de maio de 1651,¹¹⁵ os camaristas afirmaram que os mestres dos navios da empresa não permitiam que particulares, independentes dela, navegassem mercadorias para o Brasil, restringindo a oferta de produtos para aproveitar os consequentes preços elevados. Por outro lado, a restrição nos transportes pressionava os preços dos açúcares para baixo, prejudicando a elite colonial e levando o Brasil à ruína.

não consentem aos mestres que tragam fazendas de particulares se não dos mesmos interessados da Companhia que convém digo como vem destinados a uma e duas pessoas se ficam estravando da mesma sorte que os mantimentos e servem de tudo por preços tão rigorosos e levantados [...] este mesmo estanco se faz nas praças de caixas de açúcar tomando-as a Companhia não somente nos navios que vem por sua ordem senão nos outros mercantes que aqui carregam e ficam os mercadores e moradores sem terem algumas das coisas seus açúcares, antes obrigados a vende-los por preços muito inferiores que como não tem praças onde os carreguem nem mercadores mas que somente os da Companhia vem a vende-los pelo que lhes querem dar por eles, estancando-se também por este meio os efeitos desta Capitania que é tão grande dano contra o serviço de Vossa Majestade que se continuar esta indústria facilmente se seguirá a ruína de todo este Estado. [...] esperando deles que esta instituição da Companhia Geral seria de grande alívio e proveito a este Estado e não causa de sua ruína e total perdição como receamos.

No final da carta, estima-se em três mil pipas de vinho, descontadas as estragadas e as dos religiosos, a quantidade suficiente para que as imposições sobre a bebida cobrissem o sustento da infantaria. Segundo os camaristas, a Bahia conseguiria absorver tal fornecimento, pois 1.500 pipas teriam sido consumidas entre o final de 1650 e maio de 1651.

O segundo papel¹¹⁶ começa acusando a Companhia de falhar na obrigação de apresentar dezoito navios para comboiar a frota mercante, o que teria diminuído a

¹¹⁴ **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 30-35.

¹¹⁵ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 31 de maio de 1651. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 36-40

¹¹⁶ Procedimentos e excessos dos ministros da Companhia Geral. Salvador, 10 de junho de 1651. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 40-46.

capacidade de escoamento de açúcar. O gargalo na saída das mercadorias coloniais “vem a estancar não só os quatro, mas todos os gêneros com notável perda e escândalo dos vassalos de Vossa Majestade assistentes neste reino” – os feitores da Companhia teriam se tornado os “senhores desta praça”. Os oficiais da Câmara, detectando os efeitos do monopólio sofrido por senhores de engenho e lavradores, apontaram que a pouca oferta de transporte acabou dando à Companhia poder sobre os preços dos açúcares. Não havendo barcos disponíveis para o embarque de toda a produção, infere-se que os mais apertados tenderam a aceitar preços baixos para garantir o embarque de suas caixas de açúcar e rolos de tabaco.

Os administradores da Companhia ainda cometiam “violências”, segundo os camaristas, pois mandavam executar arbitrariamente seus devedores e não aceitavam negociar os preços dos quatro gêneros monopolizados pela empresa (vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau). No final do texto, os oficiais pediram ao rei que prestigiasse a jurisdição da Câmara, pois os feitores da Companhia não estavam pagando os impostos municipais, eximindo-se da “obediência e subordinação que devem a este tribunal quanto aos tributos, donativos, imposições”.

Em 1653, o rei mandou extinguir as imposições sobre o vinho e retomar a cobrança da vintena. Trata-se da vintena instituída no final da década de 1640 para fins de defesa, um imposto de 5% sobre a produção comercializada no porto e que tinha como objetivo chegar ao rendimento de 50 mil cruzados anuais, por quatro anos. Alegou-se, na carta régia, que o vinho renderia menos do que a vintena, comprometendo o sustento da infantaria, principalmente, por causa do alto preço que a bebida alcançou, diminuindo a demanda e, conseqüentemente, a arrecadação. Em carta ao rei, datada de 15 de fevereiro de 1654, os titulares do poder local se mostraram desconfiados das informações sobre as quais o rei baseava a ordem e apresentaram sua explicação: primeiramente, os fornecimentos de vinho da Companhia seriam insuficientes, pois, no último ano, apenas trezentas pipas puderam ser tributadas; em relação à vintena, denunciaram a desigualdade da cobrança, problema que era resolvido pelo imposto indireto sobre o comércio de vinho, além do mais, em caso de insuficiência destas imposições, os moradores se comprometiam a pagar por finta o que faltasse para o sustento da infantaria. Convictos de seus argumentos, os camaristas decidiram manter as imposições e esperar a confirmação real.¹¹⁷

¹¹⁷ Carta que os oficiais da Câmara mandaram a Sua Majestade. Salvador, 15 de fevereiro de 1654. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 47-49.

Além de responder às informações que teriam levado o rei a mandar repor a vintena, em outra carta enviada em 1654, os oficiais da municipalidade apresentaram soluções certas para o problema do sustento da infantaria: fizeram as contas do que seria necessário, naquele momento, para tal despesa: 2.500 pipas de vinho da Madeira (“de outros portos do reino não serve pela sua má qualidade”), pagando cada pipa 22\$400 réis de imposições (um peso fiscal de mais de 50% do valor final da mercadoria); a arrecadação chegaria a 140 mil cruzados. Em contrapartida, afirmaram os camaristas: “nos obrigamos a gastar e as que sobejarem lhas pagaremos, como seus comissários dessa praça [...] pois que do lucro do seu rendimento sustentamos a infantaria”.¹¹⁸

Em março de 1655, com as falhas da Companhia no abastecimento de vinho, como em anos anteriores, houve necessidade de recorrer às fintas.¹¹⁹ Para dificultar ainda mais a situação, no mesmo mês, registrou-se a presença de navios neerlandeses nas proximidades da cidade do Salvador, “impedindo a saída dos [navios] que se achavam neste porto e que com sua chegada havia parado a venda dos açúcares”. Os oficiais e principais cidadãos, unanimemente, resolveram armar uma esquadra defensiva e assumir metade do prejuízo caso alguns navios se perdessem no combate aos inimigos, ficando o custo do restante para a Fazenda Real. E “caso se tome alguma preza se venderão primeiro e que a metade de seu valor servirá para a satisfação dos [navios] que se perderem”.¹²⁰

Em meados de 1655, após as aflições com possíveis ataques aos navios mercantes que serviam o porto da cidade do Salvador, os titulares do governo municipal se viram “descorsuados” pela falta de pipas de vinho e barris de azeite a tributar. Previam apuros financeiros para as contas da Câmara, ou fortes clamores da população se tivessem de lançar nova finta, pois, meses antes, já tinham recolhido vinte mil cruzados por aquele meio tão desgastado.¹²¹ Então, entendendo que, na falta dos gêneros, a Companhia deveria pagar pelo sustento da infantaria, escreveram:

¹¹⁸ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 20 de junho de 1654. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 50 e 51.

¹¹⁹ Termo da junta que se fez para o sustento da infantaria. Salvador, 16 de março de 1655. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 286 e 287.

¹²⁰ Junta que se fez sobre sair armada fora. Salvador, 29 de março de 1655. No ano de 1655, determinou-se cobrar 80 réis sobre cada canada de azeite de peixe, combustível usado para iluminação artificial, com o objetivo de custear a construção de quartéis e alojamentos para as tropas que, em parte, ocupavam propriedades de moradores da cidade. Termo de resolução que se tomou sobre os quartéis e a forma com que se hão de fazer. Salvador, 17 de julho de 1655. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 288-290 e 293-295. O incremento das despesas pode ter relação com os preços relativamente altos que o açúcar alcançou em Lisboa na década de 1650.

¹²¹ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 20 de junho de 1655. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 51 e 52.

pedimos a Vossa Majestade seja servido mandar aos deputados da Companhia socorram esta praça na conformidade de seu assento nos gêneros de sua obrigação e nos dos vinhos com a condição que já por outras temos representado a Vossa Majestade que é obrigar a pôr nesta praça duas mil e quinhentas pipas atestadas que são as que nos obrigamos a gastar e que as que faltarem reciprocamente serão eles obrigados a pagar os direitos porque com isto será a praça socorrida os soldados pagos.¹²²

Foram enviadas algumas cartas ao rei em fevereiro de 1656. Pedia-se que a Coroa obrigasse os deputados da Companhia a abastecer a Bahia com 2.500 pipas de vinho anualmente. Solicitaram moeda com valor menor que a corrente no reino e que não pudesse ser usada fora da colônia (queriam uma moeda provincial). Pediram também a restituição dos mil réis por pipa de vinho, a menor das imposições e a que, de fato, estava extinta a instituição da Companhia.¹²³ E, por fim, reclamaram das isenções dos religiosos, que, não pagando dízimos, deveriam, ao menos, contribuir quando do lançamento de fintas; sugeriram que se proibisse os religiosos de adquirirem mais bens, pois o que tinham já seria suficiente para seu sustento, evitando aumentar os bens cuja tributação era difícil.¹²⁴

Em meados de 1656, o dinheiro arrecadado sobre o vinho, mais uma vez, não foi suficiente para o sustento da infantaria, nem havia mais pipas para tributar. Ao som da campa da Câmara municipal, os homens interessados se reuniram e a situação foi exposta aos presentes. Lembrou-se dos alambiques e do grande comércio de aguardente de cana que havia na Bahia, um negócio que, por estar proibido, não pagava impostos. Produtores e comerciantes da bebida lucravam “muito, fazendo-a, e vinham lograr todo o proveito da dita aguardente sem contribuírem com alguma coisa para a cidade e sustentação da dita infantaria”. Propôs-se, então, que cada alambique pagasse vinte mil réis, independentemente de quem fosse o proprietário. Seria necessária uma licença da Câmara para o funcionamento dos alambiques e os que não a tivessem, produzindo clandestinamente, seriam multados em trinta mil réis (se o proprietário “fosse peão”). Adiantando possível oposição da Companhia Geral de Comércio, cujos dirigentes viam na bebidas alcoólicas locais uma ameaça ao escoamento do vinho que vendiam no Brasil,

¹²² Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 25 de junho de 1655. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 52 e 53.

¹²³ Frédéric Mauro. **Portugal, o Brasil e o Atlântico** (1570-1670), volume 2, Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 91. Esta imposição já existia no início do século XVII. As imposições maiores, que elevaram a carga tributária por pipa para até mais de 20 mil réis, são da década de 1640.

¹²⁴ **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 52-55.

os oficiais obrigaram-se a comprar todo o vinho trazido pela empresa, a qual, por seguidos anos, não estava conseguindo atender a demanda da cidade da Bahia e seu Recôncavo. Compromisso um tanto temerário, mas não imaginavam que doutra forma conseguiriam fazer a tributação dos alambiques avançar e estimular a Companhia a trazer mais pipas de vinho.¹²⁵

Mais uma vez, em 1657, a arrecadação municipal indireta não foi suficiente para o sustento da infantaria. Registraram-se, resumidamente, as fontes de receita vinculadas à pesada despesa: “o sustento da infantaria desta praça para o que lhes largara a Fazenda Real os mantimentos do sal, e dos quatro vinténs que paga cada caixa de açúcar que se embarca para o reino [...], e os donativos que o povo pôs sobre os vinhos”. A Fazenda Real deixara para a Câmara os ganhos com o comércio do sal importado da metrópole e os quatro vinténs (80 réis) por cada caixa de açúcar exportada, ao que os oficiais acrescentaram a imposições sobre os vinhos trazidos pela Companhia. Após anos de fracasso, a arrecadação sobre o vinho era claramente insuficiente e pedia outra solução, pois “não havia nenhum [vinho] nesta praça, nem esperança de que a Companhia Geral os mande tão cedo”. O meio mais comum para completar os fundos necessários para o sustento da infantaria, como foi apontado acima, era a cobrança de quantia complementar por meio de finta, o que gerava muita reclamação. Então, nomeou-se uma comissão de seis pessoas para propor o “meio mais conveniente e suave” de resolver o problema da arrecadação deficitária – sem resultado.¹²⁶

As cartas de agosto de 1657 passam por temas frequentes na comunicação emitida da colônia para a metrópole.¹²⁷ Os oficiais soteropolitanos pediram novamente a restituição de uma imposição de mil réis sobre o vinho, alegando a necessidade de manutenção de logradouros públicos. Solicitaram à Coroa que enviasse a maior quantidade de sal possível, pois comércio de sal era uma das fontes de receita da Câmara e, na falta das pipas de vinho, apostava-se no rendimento do sal para o sustento da infantaria. Trataram da regularidade das frotas, do que dependia o funcionamento dos engenhos: “seguem grandes danos assim no valor como na bondade e falta de sua saída da qual depende os fornecimentos dos engenhos que só se têm na venda deles por serem

¹²⁵ Termo de vereação sobre o sustento da infantaria. Salvador, 14 de junho de 1656. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 325-327. Sobre a tributação da aguardente na primeira metade e meados do século XVII, conferir Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, pp. 350-354.

¹²⁶ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara sobre o sustento dos desta praça. Salvador, 22 de agosto de 1657. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 353-355.

¹²⁷ **Cartas do Senado**, volume 1, 58-61.

todos do dinheiro, e materiais que a mercância lhes vende [...] nos acuda com as ditas frotas em cada ano”.¹²⁸ Lamentaram também as falhas da Companhia em abastecer a colônia, que se desdobravam em problemas fiscais para o município:

dita armada chegou sem gênero algum de que resultou grande sentimento assim pela falta do sustento que é grande como porque foi necessário repartirem-se novos lançamentos que atualmente se estão cobrando e se continuarão até que Vossa Majestade se sirva ordenar aos deputados desse reino nos acudam com todos os gêneros do seu contrato principalmente o dos vinhos e azeites pois deles sai o sustento da infantaria desta praça.¹²⁹

No ano seguinte, em 1658, como no ano anterior, apostava-se no rendimento do sal para atenuar o peso do lançamento das fintas, pois, em uma carta escrita em fevereiro, os oficiais da Câmara solicitavam: “em todos os navios que saírem desse Porto, e do de Setúbal e Aveiro, se carregue quantia que nesta praça renda quinhentos e seiscentos alqueires [...] para que tenhamos rendimento e fartura”; e acrescentaram algumas linhas abaixo: “pode haver descaminho em seu rendimento por correr pelas mãos dos ministros de Vossa Majestade”.¹³⁰ Algumas semanas depois, em 8 de março, uma carta acusava os tesoureiros da farinha e do sal, servidores da Fazenda Real, de praticarem descaminhos e prejudicarem a arrecadação sob jurisdição da Câmara – “não reconhecem imediatamente este tribunal”. A solução era passar ao poder local a nomeação destes funcionários.¹³¹

Tentando aliviar os moradores do peso das fintas, os oficiais da Câmara consultaram a Companhia Geral do Comércio sobre a existência de vinho ainda por tributar, ou se ela poderia emprestar dinheiro para o sustento da infantaria. A empresa estava em dificuldades e não havia vinho ou dinheiro para a Câmara. Então, sem alternativas, mais uma vez, a solução foi fintar os moradores da Bahia.¹³² Nem tudo seria desalento naquele ano, em breve chegaria a notícia de que a Companhia havia perdido o

¹²⁸ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 04 de agosto de 1657. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 59.

¹²⁹ Registro de carta. Salvador, 02 de agosto de 1657. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 57.

¹³⁰ Carta que se escreveu a Sua Majestade. Salvador, 20 de fevereiro de 1658. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 71.

¹³¹ Carta que se mandou a Sua Majestade. Salvador, 8 de março de 1658. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 65 e 66.

¹³² Termo de lançamento de finta que se lançou aos moradores desta cidade e seu Recôncavo para o sustento da infantaria desta praça para os meses de maio e junho deste presente ano. Salvador, 22 de maio de 1658. Termo de lançamento de finta que se lançou aos moradores desta cidade e seu Recôncavo para os meses de novembro e dezembro deste presente ano. Salvador, 27 de novembro de 1658. **Atas da Câmara**, volume 3 pp. 373-377 e 388.

monopólio dos quatro gêneros, acendendo a esperança de abastecimento mais volumoso e regular de vinho e, consequentemente, maior arrecadação de suas imposições.¹³³

Em carta endereçada à Sua Majestade, datada de setembro de 1658, Francisco Barreto, após ter ordenado à Câmara que “desse conta dos efeitos”, estudou os dados e estimou um déficit anual perto de 850 cruzados, sem contar os custos com manutenção e construção de fontes, caminhos e calçadas. O governador-geral emitiu parecer favorável àquela solicitação dos camaristas pela qual pediam ao rei a restituição da imposição de mil réis por pipa de vinho.¹³⁴

Ao que parece, as fintas passaram a ser cobradas com mais frequência em 1658, possivelmente, devido ao fraco comércio com a Europa no ano anterior. Em 1659, a reação veio cedo. Numa reunião, cujo registro foi assinado por mais de sessenta pessoas, concluiu-se que o comércio de aguardente e cachaça locais estavam, de fato, impedindo o comércio de vinho e, consequentemente, sabotando a arrecadação fiscal para o sustento da infantaria.¹³⁵

os vinhos cujos donativos e subsídios eram os mais prontos efeitos e demais consideração que este povo tinha para poder acudir ao sustento da infantaria desta praça; [...] estarem os vinhos muito sobrecarregados e não prometerem interesses nem avanços não entrariam nela tantos quantos eram necessários para dos donativos e subsídios impostos se tirar o sustento da dita infantaria por cuja causa vieram menos navios a esta praça e em geral perda dos moradores [...] foi acordado uniformemente que para haverem de entrar muitos vinhos nesta praça e nela se poderem gastar se proibisse de novo as bebidas de aguardente e cachaça da terra como já estavam proibidos.¹³⁶

Num momento crônico para as contas da Câmara, a bebida alcoólica produzida localmente passou a ser, novamente, a vilã da arrecadação. O argumento de que a cachaça

¹³³ Charles Boxer. **O império marítimo português** (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 238. Com a perda do monopólio dos quatro gêneros, a Câmara não teve problemas em manter as imposições sobre o vinho, imposto destinado, principalmente, ao sustento da infantaria. Sobre a Companhia, conferir Gustavo de Freitas. **A Companhia Geral do Comércio do Brasil** (1649-1720): subsídios para a História Econômica de Portugal e do Brasil. Separata da Revista de História da USP. São Paulo, 1951, e Leonor Freire Costa. **O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil** (1580-1663). Volume 2º, Lisboa: CNCDP, 2002, pp. 571-599.

¹³⁴ Carta para Sua Majestade acerca da Câmara da cidade. Salvador, 25 de setembro de 1658. **Documentos Históricos**, volume 4, pp. 343-345. O documento esclarece que a Coroa abria mão da terça sobre as rendas da Câmara para ajudar no sustento da infantaria. Carta de Sua Majestade para se informar a Sua Majestade em segredo sobre os mil cruzados que a Câmara desta cidade pediu lhe concedesse para poder dispende. Lisboa, 21 de março de 1658. **Documentos Históricos**, volume 66, pp. 144-146.

¹³⁵ Um resumo sucinto do vai-e-vem das proibições e da tributação sobre a produção de bebida alcoólica no Brasil, durante das décadas de 1640, 50 e 60, pode ser conferido em F. Mauro. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**, pp. 93 e 94.

¹³⁶ Junta que se fez com o povo e pessoas da governança sobre o meio que se tomaria para o sustento da infantaria. 15 de fevereiro de 1659. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 398 e 399.

da Bahia diminuía a demanda por vinho importado ganhou adeptos em 1659. Talvez, os camaristas quisessem estimular comerciantes a trazerem vinho para a Bahia, mas, por outro lado, não é desprezível a hipótese de que os produtores de cachaça e aguardente de cana, entre os quais se encontravam pessoas poderosas, quisessem se livrar da tributação sobre seus alambiques.

Em meados de 1659, registrou-se, mais uma vez, a falta de recursos da Câmara para pagar a ração da tropa, além de cinco meses de atrasos no pagamento dos oficiais militares maiores. Foi necessário fazer empréstimo de dinheiro para pagar, ao menos, os soldados, deixando seus superiores sem os salários.¹³⁷ Como o dinheiro emprestado não era o bastante, recorreu-se às fintas para pagar os salários dos meses de maio e de junho de 1659. A despesa mensal com a tropa era a seguinte: 1:440\$000 réis em salários mais 480\$000 em ração, para 1.600 praças; 117\$020 para 22 capitães; 337\$200 para os oficiais maiores; 25\$900 para os capitães de fortes e 14\$300 réis para os oficiais do Morro de São Paulo. Para os dois meses citados, com alguns ajustes, eram necessários 4:820\$960 – quase cinco contos de réis, pouco mais de 12 mil cruzados, a serem recolhidos por meio da cobrança de fintas entre os moradores do Recôncavo.¹³⁸

Em junho de 1659, o governador-geral, Francisco Barreto, concedeu a extinção da aguardente e da cachaça. O governador-geral também pressionou os camaristas a arrendarem a particulares a cobrança dos direitos destinados ao sustento da infantaria, entre os quais destacavam-se as imposições sobre o vinho. Com os contratos, os rendimentos seriam mais certos e a despesa para controle de descaminhos aliviada.

Naquele momento, tanto a proibição da cachaça e da aguardente como o arrendamento dos donativos para o sustento da infantaria foram assuntos de duas cartas enviadas pelo governador-geral à Câmara. Na primeira, datada de 22 de junho de 1659, dois trechos se destacam. O primeiro:

repetidas vezes me tem representado a razão que os move a pedir-me o estanke das bebidas da cachaça e aguardente e posto se me ofereçam muitas com que justificadamente devia encontra-las, pois sendo vossas mercês os que impedem esta proibição veio ser os que hão de patrocinar as pessoas que incorrerem nela porque assim no la assegura a experiência com os exemplos passados [...] vossas mercês terão particular cuidado de examinar as pessoas que falem na observância dele e fazer mo presente para serem punidas.¹³⁹

¹³⁷ Resolução que se tomou sobre o sustento da infantaria desta praça. Salvador, 04 de junho de 1659. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 408 e 409.

¹³⁸ Sustento da infantaria. Salvador, 05 de junho de 1659. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 409-411.

¹³⁹ Registro de duas cartas do senhor Francisco Barreto sobre a extinção da aguardente e se porem os donativos em pregão. Salvador, 27 de julho de 1659. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 4-6.

O governador-geral desconfiava da disposição dos oficiais camarários em fazer cumprir a proibição dos alambiques e acusava os homens envolvidos na governança de serem os que patrocinavam o negócio. Seu propósito era a efetividade da proibição e, portanto, o possível maior consumo de vinho com os correspondentes efeitos na arrecadação.

O segundo ponto da primeira carta trata do arrendamento dos donativos:

me pareceu advertir a vossas mercês que por nenhum caso se abatam delas [imposições] nada porque se faz grande desserviço a Sua Majestade e se devem por na praça para se arrendar a importância deles, porque havendo quem os arrende ficará Sua Majestade bem servido, a infantaria melhor socorrida e vossas mercês logrando não só o descanso que se segue de suas consequências, se não a glória de conseguir o que Sua Majestade deseja e seus antecessores não puderam alcançar.

Francisco Barreto relacionou a resistência dos camaristas em arrendar impostos aos casos de abatimento fiscal a moradores bem relacionados, que ganhavam vistas grossas de seus amigos da Câmara. O governador apontou possíveis favorecimentos a contribuintes, que, por meio de fraudes, não pagavam ao fisco municipal tudo o que deviam. Com os arrendamentos, haveria menos trabalho para os camaristas assim como menos fraudes devido à pressão dos contratadores.

Na segunda carta, datada de 27 de junho, o governador aumentou ainda mais o tom, cobrando dos oficiais da Câmara que tomassem decisões sem se esconder por trás de reuniões numerosas e consultas coletivas.

quem, como vossas mercês, serve a Deus e a Sua Majestade com o zelo que eu conheço e é notório não necessita de clamar o povo e demitir de si a jurisdição que lhe toca para lhe dar a ele, pois a cobrança dos impostos pertence só a vossas mercês, como a elas concorrer com o necessário, como fazem os bons vassalos, para ajudar com suas fazendas seu príncipe natural quando se acha com sua fazenda atenuada.¹⁴⁰

Dadas as necessidades de defesa e os problemas de arrecadação dos últimos anos, o governador, conhecedor do passado recente daquela instituição municipal (“seus antecessores não puderam alcançar”, trecho da carta do dia 22), intimou os camaristas a assumirem suas responsabilidades diante do rei e agirem em benefício da Coroa, ainda

¹⁴⁰ *Idem*, pp. 4 e 5. A pressão do governador-geral para que os oficiais arrendassem receitas chega à beira do desrespeito ao ritual com que se procedia para tomada de posturas municipais. Avante Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, pp. 201 e 202.

que isto significasse prejuízo para a fazenda dos moradores de sua jurisdição. O governador se mostrou incomodado com as consultas, promovidas com maior frequência desde a Restauração. Estes eventos expunham o Senado a pressões potencialmente perigosas para os interesses das autoridades metropolitanas.¹⁴¹

A segunda carta dissimula os limites da suavidade tão recomendada aos governadores. Francisco Barreto respondia ao resultado de um ajuntamento ocorrido um dia antes. Os camaristas mandaram “chamar os homens nobres e da governança desta cidade ao som da campã tangida”, e os presentes resolveram vetar o arrendamento dos impostos municipais, fazendo o contrário do que mandara o governador. Os mais de trinta presentes confirmaram a proibição da aguardente e da cachaça, mas entenderam que era melhor adiar o arrendamento das imposições, esperando pelos possíveis efeitos positivos da extinção das bebidas locais na arrecadação sobre o comércio de vinho.¹⁴²

Eis a palavra final da autoridade metropolitana: “sem embargo do que alega o povo, mandem vossas mercês pôr na praça as imposições [...] dos lances se me dará parte para que, parecendo conveniente, se faça a arrematação a quem mais der por eles”. O governador esperava que os mercadores se animassem a dar lances no pregão do imposto e o “nosso intento”, então, fosse alcançado, isto é, projetava-se que o dinheiro dos contratos da arrecadação municipal custeasse o sustento da infantaria, para “descanso” dos oficiais da Câmara e tranquilidade do governo-geral.

Em 28 de junho de 1659, em resposta extremamente rápida, sem apelar a nenhum ajuntamento ou assembleia, “votaram e resolveram todos os ditos oficiais da Câmara [...] para o sustento da dita infantaria pelo que acordaram que se pusesse logo na praça para se arrendarem em ramos os donativos”.¹⁴³

No segundo semestre de 1659, nas comunicações com a metrópole, os camaristas miraram as questões fiscais em duas cartas, datadas do mês de setembro. Uma contra os privilegiados, que sempre pretendiam se isentar dos pagamentos dos impostos e, entre os quais se destacava o desembargador Cristóvão de Burgos, cujos sucessos incentivavam

¹⁴¹ Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 422. Foi justamente com uma grande “assembleia” que a vintena (imposto de 5% sobre o comércio dos gêneros coloniais) foi abolida e substituída por imposições sobre o comércio de vinho importado pela Companhia Geral de Comércio.

¹⁴² Junta que se fez sobre uma carta do senhor Francisco Barreto pela qual mandasse ponham em pregão os donativos que pagam os vinhos de mar e terra. Salvador, 26 de junho de 1659. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 412 e 413.

¹⁴³ Resolução e assento que se tomou sobre outra carta do governador sobre se arrematarem os ditos donativos. Salvador, 28 de junho de 1659. **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 413-416.

outros ao “mau exemplo”.¹⁴⁴ Na outra, após repassar a história recente dos tributos municipais, pediam à Coroa permissão para estabelecer e alterar impostos sobre a produção colonial: o “povo possa com esta Câmara eleger os meios que lhe parecer [...] possam eleger meios, muda-los, altera-los ou diminui-los, porque assim o darão contentes [...] Vossa Majestade seja servido mandar lhes conceder esta liberdade”.¹⁴⁵ Esta arrojada solicitação não foi atendida e, pelo que se lê nas *Cartas do Senado* e *Atas da Câmara*, não houve nova ocorrência de tamanho atrevimento.

Ainda em 1659, verificou-se a existência de problemas no escoamento do vinho dos armazéns para os pontos de venda do varejo. A frota chegara e era necessário arrecadar os direitos da Câmara. Para tanto, foi permitido que um número maior de tavernas funcionasse. Os taverneiros passaram a lucrar mil réis por pipa vendida, mais o casco – 200 réis a mais do que pagava a Companhia na época em que a empresa detinha o monopólio do vinho na cidade. Uma margem de lucro bem pequena, haja vista que o valor final da pipa chegava a 35 mil réis ou mais.¹⁴⁶ Antes do final do ano, ainda sem o dinheiro do contrato¹⁴⁷ e com os cofres limpos, os oficiais resolveram cobrar dos donos de currais 1:568\$400 réis para o sustento da infantaria, pois “não acudiam com coisa alguma dos ditos gados” e não haviam sido fintados desde 1656.¹⁴⁸

Demorou anos, mas os oficiais da Câmara tiveram de reconhecer que suas projeções iniciais de arrecadação sobre o comércio do vinho eram bastante otimistas, pois, ao final de 1659, as imposições tinham rendido apenas doze mil cruzados.¹⁴⁹ O gado dera quatro mil de rendimento. Os impostos sobre o vinho e a carne totalizavam 16 mil cruzados, valor muito abaixo do custo da infantaria, cujo sustento ultrapassava cinquenta mil cruzados anuais. Sem outro meio, decidiu-se, mais uma vez, pela finta, a fim de

¹⁴⁴ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade, sobre a carta e provisão passada para que não haja privilegiados que se isentem da contribuição. Salvador, 19 de setembro de 1659. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 15, doc. 1745.

¹⁴⁵ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade pedindo se lhes conceda a liberdade de mudar ou impor tributo do vinho em qualquer outro gênero ou droga. Salvador, 22 de setembro de 1659. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Avulsos, cx. 15, doc. 1750.

¹⁴⁶ Termo de resolução que se tomou sobre o estanco do vinho e a forma que nele se há de guardar. Salvador, 29 de novembro de 1659. *Atas da Câmara*, volume 4, pp. 19-21.

¹⁴⁷ Gustavo de Freitas. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, p. 46. Ser contratador de produtos fornecidos pela Companhia era muito arriscado devido a possíveis falhas no abastecimento.

¹⁴⁸ Assento que se fez sobre se lançar aos moradores que tem gado no distrito da Bahia e de Sergipe del Rei. Salvador, 24 de novembro de 1659. *Atas da Câmara*, volume 4, pp. 18 e 19.

¹⁴⁹ Carta que os oficiais da Câmara escreveram à Sua Majestade. Salvador, 31 de maio de 1651. *Cartas do Senado*, volume 1, pp. 39 e 40. Neste documento, foi apresentada a estimativa de consumo de vinho na Bahia: três mil pipas, o que renderia uma arrecadação de mais de cem mil cruzados com as imposições. Nos anos seguintes, as falhas no abastecimento e mesmo o consumo da bebida, muita abaixo do esperado, frustrariam as expectativas.

garantir o pagamento dos soldados nos últimos dois meses do ano. Para os anos seguintes, a ideia dos camaristas era manter os preços da época do monopólio da Companhia, e drenar para o sustento da infantaria todo o ganho monopolista do comércio do vinho. Havia esperança de que esta manobra rendesse o suficiente para cobrir boa parte da despesa militar, a depender do abastecimento e do bom escoamento da mercadoria.¹⁵⁰

Em 1660, já em fevereiro, tratou-se dos descaminhos no comércio de vinho, que desfalcavam a arrecadação municipal. Discutiu-se a falta de clareza nos registros “por correr por mãos de particulares” e acordos entre mercadores e taverneiros para burlar o imposto. Os oficiais tinham dados do ano de 1654, registrados pela Companhia Geral de Comércio: chegaram na cidade 1.336 pipas de vinho, mas apenas 983 foram vendidas; a diferença de 353 pipas, por mais que algumas contivessem vinho estragado, era indício de um descaminho de mais de 20%. Procurando promover a cooperação entre os mercadores e a autoridade local, por sugestão de uma comissão de homens de negócio, determinou-se uma diminuição de 25% no preço do vinho. As decisões foram comunicadas em carta ao governador-geral, a quem foi pedido aval. Francisco Barreto aprovou e elogiou a diminuição dos preços do vinho: “o grande serviço que fazem a Sua Majestade na execução de seu intento pelos grandes descaminhos que [...] se evitam nos direitos dos vinhos, digo que me conformo com o parecer”.¹⁵¹

A diminuição de preços é uma medida emblemática para o contrabando em tempos de sistema colonial mercantilista. Formalmente, preços de monopólio promoviam o descaminho por serem relativamente altos. Daí que um abatimento tornasse o risco da contravenção menos lucrativo, diminuindo a sonegação. Projetava-se, portanto, maior volume de negócios em circuitos fiscalizados, ainda que a arrecadação não aumentasse na mesma proporção.

No primeiro semestre de 1660, mais uma vez, recorreu-se à cobrança de fintas. A frota não veio e, portanto, não havia vinhos para pagar as imposições.¹⁵² Entre as insatisfações e murmurações, provocadas pela cobrança desigual das fintas, e o compromisso com a Coroa, a Câmara não tinha escapatória: a cobrança de 4:799\$000

¹⁵⁰ Registro da carta que os oficiais da Câmara mandaram ao senhor governador Francisco Barreto. Salvador, 20 de novembro de 1659. Termo de como se determinou lançar-se finta para o sustento da infantaria. Salvador, 17 de dezembro de 1659. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 21-23.

¹⁵¹ Termo de resolução e assento e conchavo que se fez com a mercancia. Salvador, 12 de fevereiro de 1660. Carta da Câmara ao governador. Salvador, fevereiro de 1660. Carta e resposta do governador e capitão geral, senhor Francisco Barreto. Salvador, 16 de fevereiro de 1660. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 31-34 e 35-36 e 37-38, respectivamente.

¹⁵² Gustavo de Freitas. **A Companhia Geral do Comércio do Brasil**, p. 41. Para uma discussão preliminar sobre os problemas da Companhia, de sua fundação até 1662, conferir as páginas 42-50.

réis, quase doze mil cruzados, foi distribuída entre os principais ramos fiscais da Bahia.¹⁵³ Porém, não sem reclamar: duas cartas foram envidas a Lisboa no mês de março. Uma explicava, novamente, a situação em que se encontravam os moradores da Bahia, que dependiam da frota para negociar, e a consequência da falta de negócio para a Câmara, que ficava sem dinheiro para pagar a infantaria.

seus vassalos estavam atenuados de efeitos com que sustentar a infantaria de Vossa Majestade que assiste de guarnição nesta praça, assim porque os ditos efeitos os não há em razão de não virem vinhos, único remédio de seu sustento [...] com a falta de efeitos [...] se sobrecarregam os vassalos de Vossa Majestade com número grande de fintas que não podem em razão de seus cabedais estarem exaustos porque suas drogas não têm saída, nem valor; e as que são necessárias para seus fornecimentos são tão subidas que tem acrescido a mais de duzentos por cento.¹⁵⁴

O documento acima resume bem os problemas causados pela falta de negócios ou sua diminuição, uma situação recorrente durante a década de 1650. A Câmara responsabilizava a Companhia Geral de Comércio por tais problemas, pois a empresa, constantemente, não cumpria as condições de sua instituição. Na segunda carta, mais curta, os camaristas declararam que a frota “tem faltado [...] com que passa este povo grandes moléstias” e pediram que o rei resolvesse a falta de regularidade nos transportes entre Portugal e Brasil.¹⁵⁵

Ainda em 1660, mais duas cartas diretamente relacionadas ao sustento da infantaria foram remetidas à metrópole. Uma, dando conta ao rei das dívidas deixadas pelos oficiais que serviram no ano anterior, por conta da falta de recursos para pagar os soldados,¹⁵⁶ e, outra, pedindo ao rei a redução do efetivo militar.¹⁵⁷ A repetição dos temas

¹⁵³ Termo sobre se lançar a esta cidade e Recôncavo e sertão para o socorro dos meses de junho e julho deste ano para socorro da infantaria. Salvador, 5 de junho de 1660. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 41-43.

¹⁵⁴ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade sobre os poucos efeitos que têm para sustento da infantaria. Salvador, 18 de março de 1660. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx 15, doc. 1767.

¹⁵⁵ Carta dos oficiais da Câmara para Sua Majestade avisando de que os deputados da Companhia Geral do Comércio sendo obrigados a mandar àquele Estado uma frota cada ano, faltam muitas vezes a esta obrigação. Salvador, 20 de março de 1660. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 15, doc. 1768.

¹⁵⁶ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade, dando conta de como os seus antecessores saíram devendo à infantaria o mês de dezembro, por falta de cabedal, e do que tem feito para o suprir. Salvador, 14 de setembro de 1660. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 15, doc. 1779.

¹⁵⁷ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia, para Sua Majestade, pedindo se ordene ao governador que reduza as companhias que atualmente há, ao número de cem infantas, e se escusarem alguns oficiais supérfluos e reformados. Salvador, 14 de setembro de 1660. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 15, doc. 1780. No ano seguinte, outra carta no mesmo sentido: Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade sobre o número da infantaria daquela praça ser maior que o dos oficiais de

fiscais nas cartas, ano após ano, mostra a pouca força que as demandas coloniais tinham junto à Coroa. O efetivo foi reduzido de cerca de 2.300, em 1652, para cerca de 1600, em 1660,¹⁵⁸ mas o número de soldados a sustentar continuava a incomodar bastante as finanças da Câmara da cidade do Salvador e, pela frequência das fintas, também onerava significativamente as bolsas dos senhores de engenho.

No início de 1661, os novos oficiais procuraram evitar o lançamento de fintas, tentando, mais uma vez, um empréstimo com os administradores da Companhia Geral de Comércio. A empresa ofereceu cem barris de farinha do reino para a Câmara. A farinha foi aceita e distribuída a três padeiros. O pagamento do empréstimo seria feito com recursos das imposições sobre os vinhos dos próximos carregamentos que chegassem à Bahia.¹⁵⁹

A dívida da Câmara com as companhias militares do Morro de São Paulo, Itaparica, Maragogipe e Sergipe del Rei, e com os oficiais maiores estava entre seis mil e sete mil cruzados, resultado de quatro meses de atraso nos soldos. As imposições sobre o novo carregamento de vinho, pouco menos de 120 pipas recém-chegadas, serviriam para honrar a dita dívida. Contudo, ainda faltavam recursos para o pagamento dos soldados, um custo de quase doze mil cruzados, cuja arrecadação seria feita por meio das fintas.¹⁶⁰ Aparentemente, apenas parte das dívidas foi paga e o restante rolado para frente.

Um ano depois, em 1662, os salários atrasados da infantaria e dos oficiais maiores totalizavam quase vinte mil cruzados. Havia 300 pipas ainda a tributar, mas as imposições, assim como em 1661, seriam utilizadas para o pagamento das companhias. Sem outro meio para arrecadar o necessário, os oficiais decidiram, como sempre, lançar fintas.¹⁶¹ Entretanto, houve clamores a ponto de incomodar o governador-geral, que enviou carta à Câmara para reconsiderar. Francisco Barreto alegou que se esperavam navios carregados de vinho para a frota daquele ano. Então, em 17 de março, os camaristas convocaram o “povo e os homens dele ao som do sino” e leram a carta do governador para os presentes. Ali, nomearam uma comissão para propor soluções para o

capitães para cima. Salvador, 3 de junho de 1661. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 16, doc. 1800.

¹⁵⁸ W. Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 149.

¹⁵⁹ Termo sobre emprestarem os administradores da Companhia Geral cem barris de farinha que se hão de repartir para ficar a Câmara com o dinheiro de empréstimo. Salvador, 16 de fevereiro de 1661. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 66 e 67.

¹⁶⁰ Termo sobre o lançarem dois meses para o sustento da infantaria. Salvador, 11 de março de 1661. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 71 e 72.

¹⁶¹ Termo que se fez sobre o lançamento de três meses para o sustento da infantaria. Salvador, 11 de março de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 105-108.

problema fiscal. No dia seguinte, os louvados da comissão entregaram seu parecer sobre possíveis soluções para o sustento da infantaria: propuseram cobrar em sal o que o contratador daquela mercadoria devia à municipalidade, e obrigar os moradores das freguesias do Rio Vermelho, Itapuã e Santo Amaro a comprá-lo; ponderaram também sobre uma venda forçada do vinho aos moradores da cidade, mas concluíram que seria prudente obrigar apenas aos senhores de engenho e aos lavradores ricos, a fim de manter alguma demanda nas tavernas e, conseqüentemente, não esgotar as possibilidades de arrecadação.¹⁶² Paliativos de curto prazo.

Entre março e maio de 1662, a Câmara passou a adquirir pipas de vinho com o objetivo de empurrá-las para senhores de engenho e lavradores mais apatacados, os quais pagariam em açúcares. As caixas de açúcar recebidas em troca de vinho seriam vendidas a certos mercadores, “compradores infalíveis” segundo relatou um vereador a Francisco Barreto. O governador, um pouco aliviado com as providências da Câmara, não deixou de mostrar algum temor em relação ao sucesso da operação, apontando possíveis problemas: primeiramente, os açúcares pagos pela venda forçada de vinho seriam os de pior qualidade, como era costume, dificultando muito sua liquidação no mercado a bom preço; e, “sendo tão pouca a moeda que há na praça”, seria possível um empréstimo de, no máximo, 600 mil réis junto aos comerciantes, a ser pago com açúcar arrecadado na venda forçada do vinho, valor que não cobriria nem 10% da dívida com os militares; por fim, o governador relatou sua preocupação com o “perigo de haver quebra dos taverneiros, por estarem bastantemente sobrecarregados”. Sem depender da Companhia, o abastecimento de vinho deixou de ser um problema. Naquele momento, a falta de moeda na praça e o preço do açúcar, “tão mal reputado”, apareciam como as principais dificuldades para a arrecadação municipal.¹⁶³ A manutenção de um exército permanente na colônia esbarrava nos primeiros sinais de uma conjuntura de declínio para o negócio do açúcar.

¹⁶² Termo que se fez sobre se haver de comutar a finta que estava lançada. Salvador, 17 de março de 1662. Registro do parecer e resolução que deram os três eleitos para se socorrer a infantaria. Salvador, 18 de março de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 108-109 e 110-112, respectivamente.

¹⁶³ Registro da carta que o senhor governador e capitão geral deste Estado, Francisco Barreto, escreveu sobre se lançarem vinhos pelos moradores da cidade e seu recôncavo. Salvador, 21 de março de 1662. Termo de compra de cinquenta pipas de vinho ao capitão Manoel de Lima Ribeiro para o lançamento que se fez. Salvador, 27 de março de 1662. Termo de compra de vinte e duas pipas de vinho que se compraram a Domingos Martins Pereira. Salvador, 31 de março de 1662. Termo de conserto que se fez com os administradores da Companhia Geral sobre os vinhos que iam para o Rio de Janeiro. Salvador, 25 de maio de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 112-118 e 126-127.

Passaram-se dez anos, desde o acordo de 1652, com os cofres municipais constantemente esvaziados devido ao de sustento a infantaria. Foram tempos em que os juízes ordinários e os vereadores procuraram arrecadar, com muitos acidentes, o necessário para quitar salários frequentemente atrasados de soldados e oficiais, evitando, sem sucesso, causar insatisfações na açúcarocracia.

Naquele mesmo ano de 1662, em meio às dificuldades fiscais para o sustento da infantaria, chegou a notícia de que parte significativa da conta de importantes tratados internacionais, recentemente assinados por Portugal, deveria ser paga pelo Brasil.¹⁶⁴ A paz com os Países Baixos traria certo alívio, com a esperança da extinção dos assaltos neerlandeses aos navios que frequentavam a cidade do Salvador. O casamento de dona Catarina de Bragança, irmã do rei dom Afonso VI, com o rei inglês não deixou de ser comemorado, ainda que a alegria dos vassalos coloniais tenha sido efêmera, pois não demoraria muito para redobram suas murmurações. A parte da Bahia no dote de Catarina de Bragança e na indenização de paz da Holanda chegava a 1.280.000 cruzados, que seriam, inicialmente, pagos em dezesseis parcelas anuais de 80 mil cruzados. Não é de duvidar que os homens da governança já lamentassem as pesadas fintas e os inevitáveis clamores, ainda mais ruidosos, dos anos vindouros.

Esta hipertrofia fiscal da Câmara não apresenta relação alguma com a ideia de fraqueza do Estado português no espaço colonial frente à organização política dos moradores da Bahia. A metrópole impôs à colônia a manutenção do custeio da defesa da capitania após a expulsão dos neerlandeses, uma despesa pesada, ainda que tenha declinado nas duas décadas seguintes. No início dos anos 1660, a cidade da Bahia, que ultrapassou os 20 mil habitantes apenas no final do século XVII, ostentava um efetivo militar de mais de 1.500 soldados à disposição do governador-geral.

Quando a Câmara assumiu o sustento da infantaria, em 1652, os oficiais se comprometeram a arrecadar sempre o suficiente para cobrir a pesada despesa militar. Receberam a conta a pagar e algumas fontes de receita da Fazenda Real, mas o que mais importa é que o Senado “aceitou” pagar a tropa, quer suas fontes de receita ordinárias correspondessem à despesa ou não. A transferência da obrigação do sustento da infantaria da Fazenda Real para a Câmara da cidade foi, mais do que uma despesa, a transferência

¹⁶⁴ Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e da paz de Holanda. Salvador, 24 de abril de 1662. **Atas da Câmara**. volume 4, pp. 136-140.

de “ônus político”,¹⁶⁵ pois, enquanto o governo metropolitano contava com um considerável efetivo militar no espaço colonial, o poder local enfrentava constante desgaste em custear a tropa, despesa que normalmente ultrapassava a arrecadação das imposições sobre o vinho, principal fonte de receita para o sustento da infantaria.

A arrecadação suplementar para o pagamento dos soldados era feita por meio das desagradáveis fintas. Num período em que os moradores da Bahia estavam exaustos pelos esforços e prejuízos dos tempos de guerra, caberia aos homens da governança, oriundos da própria elite colonial, “molestar” os moradores da Bahia, enquanto o governo-geral arbitrava a situação e a metrópole ganhava tempo para desmobilizar a tropa com mais vagar. Portanto, a transferência do sustento da infantaria garantiria a manutenção do exército do governador-geral, configurando-se como um expediente de “suavidade”, ou seja, de adaptabilidade administrativa necessária à sustentação da autoridade metropolitana no espaço colonial.

Colocar o sustento da infantaria sobre os ombros da Câmara foi uma manobra bastante proveitosa do ponto de vista da metrópole, pois seria bastante complicado para o governo-geral ter de enfrentar uma possível mobilização da elite colonial contra o custeio da tropa no pós-guerra. Restava aos oficiais da Câmara acomodar as imposições metropolitanas junto aos moradores e insistir com os pedidos por redução do efetivo, uma negociação que esteve longe de ser malsucedida nas décadas de 1650 e 1660.

Os camaristas solicitavam à Coroa a diminuição da tropa e alívio nos pagamentos do Donativo do dote e paz. Nos vinte anos após a guerra, o efetivo foi diminuído em cerca de 50%,¹⁶⁶ mas não o bastante para evitar o frequente aborrecimento dos moradores com as fintas. A parcela anual do Donativo do dote e paz foi abatida quase pela metade e o prazo de pagamento praticamente duplicado já nos primeiros anos de sua cobrança. Necessários movimentos metropolitanos de adaptação às condições da colônia.

O pagamento das parcelas anuais do Donativo não é, *stricto sensu*, exploração colonial, ainda que dependa fundamentalmente dela. A exploração colonial é operada nos tratos mercantis atingidos pelo exclusivo metropolitano. Trata-se aqui do fluído fiscal, que, por meio da tributação, drena parte da riqueza da elite colonial, extraída

¹⁶⁵ Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 419.

¹⁶⁶ Carta escrita ao procurador deste Senado Gregório de Matos Guerra. Salvador, 09 de março de 1673. **Cartas do Senado**. Volume 1, pp. 119-123. Neste documento, relatou-se a existência de um efetivo de cerca de mil praças na Bahia.

principalmente do trabalho da gente escravizada, para os cofres do Estado metropolitano na América e na Europa.

O Donativo do dote e paz e o problema do sustento da infantaria, elementos que hipertrofiaram a jurisdição fiscal do município, lançam luz sobre a importância da elite residente no espaço colonial, fator que imprimiu “feições próprias”¹⁶⁷ às relações entre Portugal e Brasil na Época Moderna. Havia convergência de interesses entre o Estado metropolitano e a açucarocracia: aquele a proteger e a assegurar o quanto podia a existência desta, e esta, direta ou indiretamente, a contribuir para o sustento e fortalecimento daquele. Neste jogo, pela própria existência da elite residente, entram os processos de negociação que oscilavam seguindo os movimentos do negócio do açúcar, as contingências políticas, as conjunturas econômicas e outros fatores.

O sustento da infantaria, a paz com os Países Baixos e a aliança com a Inglaterra, necessárias para a consolidação da Restauração, custaram aos moradores da Bahia um aumento de impostos correspondente ao pagamento de, no mínimo, um segundo dízimo. Ajustes e acomodações, avanços e recuos, negociações – estes processos de adaptação não mostram uma metrópole enfraquecida e distante, muito pelo contrário.

¹⁶⁷ Rodrigo Ricupero. **A formação da elite colonial**. p. 322.

Capítulo 3 – O peso da tributação

Durante o século XVII, o principal assunto da comunicação política entre a Câmara da cidade da Bahia e a Coroa foi a fiscalidade municipal, seguida de perto pelos assuntos econômicos.¹ No que toca às questões fiscais, o Donativo do dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda é um problema privilegiado para a discussão do tema da negociação. Apesar de muitas mediações, avanços e recuos, o resultado é que a pressão fiscal metropolitana sobre o espaço colonial promoveu uma transferência adicional de riqueza do setor açucareiro para o Estado, utilizada para auxiliar na manutenção da estrutura político-administrativa, militar e religiosa na América, e para compor pagamentos de despesas na Europa. Como bem representou Angelo Carrara, “num belo dia, os habitantes do Brasil acordaram devendo duas vezes o total de impostos que até então estavam acostumados a pagar!”.² A história do Donativo ilustra, de modo muito concreto, aspectos da relação entre a metrópole portuguesa, o centro decisório, e o Brasil colonial, como periferia subordinada,³ com destaque para sua principal capitania no século XVII, a Bahia.

A discussão sobre o Donativo do dote da rainha e paz de Holanda está ligada aos problemas do sustento da infantaria. Estes dois elementos foram atribuições

¹ Thiago Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ. 2015, pp. 303 e seguintes. O autor apresentou uma tabela na qual se lê: Donativos (tributos administrados pela Câmara) 31%; Administração 23%; Comércio atlântico (crédito, moeda e frotas) 16%; Funcionários bens e obras 12%; Religião 11%; Exportação (Preço e regulação da produção de açúcar e tabaco) 10%; etc. Aproveitei os dados levantados pelo autor, denominando de fiscalidade municipal a categoria Donativos; e designei como assuntos econômicos a soma das categorias Comércio atlântico e Exportação.

² Angelo A. Carrara. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil**, século XVII. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 51. T. Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**, p. 312: “O pagamento dos ‘donativos’ não era algo que estivesse em negociação, apenas o montante e a forma – inclusive em razão de sua essencialidade para a própria sobrevivência da dinastia de Bragança e manutenção de seu império, através do estabelecimento e manutenção de relações cordiais com as duas principais potências marítimas do Velho Mundo, Inglaterra e as Províncias Unidas dos Países Baixos”.

³ Fernando A. Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 62.

extraordinárias que começaram a incidir sobre a fiscalidade municipal na segunda metade do século XVII e passaram para o século XVIII. Em todo este tempo, os oficiais da Câmara buscaram negociar com a metrópole alívios fiscais.

A carga tributária que pesava sobre a Bahia, particularmente, sobre Salvador e seu Recôncavo, indica a importância que esta parte do Brasil tinha para a metrópole. Mesmo que as murmurações acerca da incapacidade dos moradores de pagar os tributos pareçam muito estridentes em certos momentos, o fato é que o potencial arrecadatório da Câmara era considerável, pois governava uma área mercantil rica, agroexportadora, compradora de grande cópia de gente escravizada, uma praça onde ainda havia muito dinheiro circulante nas décadas de 1660 e 1670.

As possibilidades de arrecadação na Bahia atraíam os olhos tributários do reino. Esse potencial fiscal parece ser o principal fator explicativo para as constantes “intromissões” de autoridades metropolitanas nas contas municipais da cidade do Salvador. O interesse dos ministros da Fazenda Real era sustentar a expansão do Estado na América e, para tanto, acionavam o poder local, como instância intermediária, a fim de ampliar os ganhos fiscais sobre os moradores da colônia. Inclusive, é justamente o fato de ter sido uma valiosa fonte de receitas para a Fazenda Real que deu à cidade do Salvador, representada por sua Câmara Municipal, respeitável poder de negociação frente à metrópole. Avanete Sousa, estudando a Bahia no século XVIII, elaborou considerações que podem ser muito bem estendidas para a segunda metade do XVII.

o exame do conjunto das receitas da Câmara de Salvador sinaliza para uma relativa capacidade de organização orçamentária e financeira do município, o que talvez possa ser tomado como fator da maior autonomia da Câmara, face ao poder central. Dessa forma, a municipalidade não apenas estava em condições de fazer frente às suas próprias demandas como, ainda, atender aos compromissos externos, a exemplo da satisfação da terça régia. Numa outra direção, a importância econômico-financeira da Câmara pode, por um lado, ter se configurado em elemento potencializador da sua função de instância intermediária, e, por outro lado, ter ampliado sua capacidade de negociação com os órgãos centrais.⁴

Os casos de “ingerência de organismos periféricos do poder central na vida local”, ainda que enfrentassem resistências por parte das elites locais, são capítulos do “processo de consolidação do Estado moderno”.⁵ As manifestações de resistência eram muito mais

⁴ Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 187.

⁵ *Ibidem*, p. 91.

um indício do movimento de centralização política do que de divergência de interesses entre metrópole e colônia. Avançando pelo século XVIII, entretanto, a crescente sobrecarga fiscal, intensificada desde meados do XVII, produziria manifestações de insatisfação nada discretas de segmentos da população da Bahia colonial.⁶

A imposição e o peso do Donativo

No início da década de 1660, Portugal assinou tratados diplomáticos com a Inglaterra e a Holanda. Esses tratados tiveram forte impacto fiscal sobre o Brasil, cabendo-lhe contribuir para o dote da infanta dona Catarina de Bragança, cujo casamento foi acertado com o rei da Inglaterra, e para o pagamento de uma indenização de guerra aos Países Baixos.⁷ Em 1662, por meio de cartas régias, foi comunicado aos principais da colônia a necessidade de levantarem um donativo geral de 2,24 milhões de cruzados, ou 896 contos de réis, valor que correspondia ao custo da Câmara com o sustento da infantaria por um período de cerca de 35 anos, numa estimativa conservadora.⁸

O valor do Donativo foi parcelado em várias prestações anuais e dividido entre as capitanias da América portuguesa. Por trás da denominação “donativo”, a Coroa tentava camuflar uma imposição bastante pesada, mas a percepção de certa suavidade, ao que parece, logo se dissipou. Na segunda metade do século XVII, o Donativo do dote e paz seria o segundo mais pesado tributo pago pelos moradores da Bahia, ficando atrás apenas do dízimo.⁹ No decorrer das décadas em que o Donativo foi cobrado, para evitar novos aumentos na carga tributária, uma das estratégias dos oficiais da Câmara era lembrar constantemente às autoridades metropolitanas de que contribuíam voluntariamente, como um serviço à Coroa, da qual se esperava recompensas e não novas obrigações. Segundo Letícia Ferreira, tais discursos sinalizam que os moradores da Bahia operavam

⁶ Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761.** Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1996, p. 358. “As vexações e opressões perpetradas contra os contribuintes promoveram um efetivo desgaste na fiscalidade colonial. Esse custo social atravessou os séculos, tendo sido sentido por colonos da Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Minas Gerais...”.

⁷ Evaldo Cabral de Mello. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669).** 2ª ed. 1998, pp. 238 e seguintes.

⁸ T. Krause aponta um custo médio anual, na segunda metade do século XVII, com o sustento da infantaria da ordem de 50 mil cruzados. **Formação de uma nobreza ultramarina**, p. 307. Sobre o valor que a Bahia foi obrigada a pagar a título do Donativo: Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e da paz de Holanda. Salvador, 24/04/1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 136-140.

⁹ Angelo Carrara. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil**, século XVII, p. 50.

politicamente para que o Donativo e outras receitas temporárias não se tornassem tributos regulares.¹⁰

O novo imposto acabou servindo como apoio para a elite da Bahia consolidar sua maior importância entre as conquistas de Portugal Restaurado. Segundo Thiago Krause, o advento do elevado Donativo fez com que as autoridades metropolitanas passassem a tratar o conjunto dos homens ricos e poderosos da Bahia pelo termo “nobreza”: “a partir de 1663 (e a coincidência de datas não deve ser fortuita), a ‘nobreza e povo’ passaram mesmo a ter sua presença registrada nas cerimônias de pleito e homenagem prestadas aos governadores que tomavam posse”.¹¹

A despeito da dita utilidade do Donativo do dote e paz e do esforço de atrelar seu pagamento ao afeto pelo rei, muitos documentos acusam o peso fiscal do Estado como “causa primeira dos problemas que os vassallos enfrentavam em finais do século XVII”.¹² Os discursos coloniais, durante a segunda metade do seiscentos, atrelam os problemas financeiros dos senhores de engenho e do negócio do açúcar na capitania à carga fiscal que pesava sobre os moradores do Bahia.¹³ Nas cartas que o Senado da Câmara enviou ao rei, os problemas mercantis e financeiros ganham um caráter cada vez mais duro, fazendo submergir o aspecto afetivo com que se pretendeu impregnar o Donativo, quando de sua criação.¹⁴

Em abril de 1662, reuniram-se com o governador-geral, Francisco Barreto, “o Senado da Câmara e nobreza e povo” a fim de que todos tomassem conhecimento das duas cartas régias acerca da participação do Brasil no dote de Catarina de Bragança e na indenização devida aos neerlandeses. O rei pedia para os moradores da colônia “se esforçarem a concorrer a este serviço com a maior soma que fosse possível”. A Coroa demandava 600 mil cruzados, ou 240 contos de réis para o dote. Sobre a indenização

¹⁰ Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**: o Donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a Paz de Holanda. (Portugal e Brasil c.1660-c.1725). Tese de doutorado. Niterói. UFF. 2014, pp. 45-47.

¹¹ Thiago Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**, pp. 164 e 216. Além do Donativo do dote e paz, segundo o autor, o sustento da infantaria também contribuiu para o alcance de maior consideração da Coroa pela elite colonial.

¹² Letícia Ferreira. **É pedido, não tributo**, p. 24.

¹³ Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas enviado ao senhor Marquês das Minas conselheiro de sua majestade então governador geral da cidade da Bahia. Bahia, 1687. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 20, p. 216.

¹⁴ Carta do Senado a Sua Majestade sobre a reformação de um terço e se não paguem casas para os praças maiores. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 57. “sentindo de tantas contribuições, e mais neste tempo em que seus frutos não têm estimação, e lhe faz maior o sentimento ter se acabado a guerra e comprada a paz à custa deste Estado e cidade”. Neste volume das **Cartas**, há documentos que registram profundo desencantamento devido à crise do negócio do açúcar que afetou a Bahia nos últimos anos da década de 1680.

relativa à paz com a Holanda, o total da dívida de guerra chegava a cinco milhões de cruzados, cabendo à colônia contribuir com 1,92 milhão, ou seja, 38,4% do total; a explicação para uma contribuição tão significativa sobre a colônia era o fato de o Brasil ser uma das “conquistas mais interessadas na paz”.¹⁵ Se tomarmos o preço médio de 50 mil réis como valor de um trabalhador escravizado naquela época,¹⁶ o Donativo representaria um fluxo de riqueza correspondente ao valor de mais de vinte mil pessoas, mais do que toda a população da cidade àquela altura, ou, como já foi destacado, algo como 35 a 40 anos de sustento da infantaria na Bahia.

O argumento da paz, a qual seria garantida pelo pagamento do Donativo, deve ter feito algum sentido naquele momento, pois, no início de 1662, procurava-se organizar uma armada para rechaçar inimigos neerlandeses que rondavam perigosamente as águas próximas à cidade do Salvador. Esse tipo de ameaça e providência se tornara comum nos últimos anos e afetava os vários setores envolvidos no comércio colonial.¹⁷ Para os camaristas, a ameaça era particularmente sensível, pois navios carregados de vinho eram esperados no porto e, caso caíssem nas mãos do inimigo ou fossem afundados, estaria perdida a principal fonte de receita da Câmara para sustento da infantaria, que era o imposto sobre o comércio daquela bebida.¹⁸

O pesado incremento da carga fiscal sobre os moradores da colônia demandou, por parte da metrópole, certa flexibilidade no processo de implementação do tributo. Foi concedido poder decisório aos oficiais camarários da cidade do Salvador sobre a forma e a distribuição da cobrança do imposto em todo o Brasil. Certamente, acreditava-se que, desta forma, revestir-se-ia com um verniz de suavidade consultiva a imposição do novo tributo. Além disso, talvez pensassem os homens de governo no reino que o afago político aos oficiais da cidade da Bahia levasse a um mais rápido aceite da principal praça do

¹⁵ Provisão que se enviou às capitanias para se tirar nelas o dote da senhora infanta, e o que faltar para o ajustamento da paz. Salvador, 28 de abril de 1662. **Documentos Históricos**, volume 4, pp. 97-100.

¹⁶ Mircea Buescu. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 73.

¹⁷ Termo do assento que se tomou na junta que se fez nesta Câmara sobre a resolução de saírem navios a socorrer os que vierem mar em fora. Salvador, 18 de maio de 1656. Termo da junta que se fez nesta Câmara para haver de saírem navios e fazerem oposição ao inimigo que anda nesta barra. Salvador, 15 de julho de 1658. Termo de resolução sobre haverem de sair navios ao mar a impedir os danos que o inimigo holandês faz nesta barra. Salvador, 27 de março de 1659. Termo de resolução que se tomou o regulamento do procurador do conselho, juiz do povo e misteres sobre sair a armada. Salvador, 6 de setembro de 1659. Termo sobre sair armada fora a fazer oposição a uma fragata do inimigo que infesta esta costa. Salvador, 10 de fevereiro de 1661. Respectivamente em **Atas da Câmara**, volume 3, pp. 320-322, 378-381, 403-406; volume 4, pp. 10-11 e 63-65.

¹⁸ Termo que se fez sobre sair armada a fazer oposição a duas fragatas do inimigo que anda nesta costa. Salvador, 25/02/1662. Termo de juramento que se deu aos louvados e avaliação que se fez dos navios que vão de armada de que é cabo o capitão Luiz de Melo Pinto. Salvador, 27/02/1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 101-105.

Brasil, pressionando as demais partes da colônia a fazer o mesmo. Os principais da Bahia, por sua vez, poderiam melhor adequar o pagamento do Donativo a suas condições.

Uma comissão formada entre os homens da governança propôs o seguinte: o pagamento seria feito em 16 anos, com parcelas anuais de 140 mil cruzados (20 mil para o dote e 120 mil para a indenização de paz), distribuídos entre a Bahia, capitania à qual caberia pagar 55 mil, Pernambuco com 47 mil, Rio de Janeiro com 36 mil, sobrando 2 mil cruzados para as outras capitanias. O governador-geral se opôs a esta proposta e determinou que a distribuição fosse feita com base nos rendimentos dos dízimos, deixando a impressão de que a comissão baiana foi oportunista. Submetendo-se ao governador-geral, “aceitou a Câmara e os mais eleitos a distribuição e por este modo ficou assentada”: a Bahia pagaria 80 mil cruzados; Pernambuco, 25 mil; Rio de Janeiro, 26; Itamaracá, 2; Paraíba 3; São Paulo, 4 mil cruzados; ficando Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus e Rio Grande “para suplemento das faltas que podiam haver”.¹⁹

Francisco Barreto acenou com alguma “suavidade” às autoridades locais da Bahia, estabelecendo que a contribuição de Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo e Sergipe seria abatida dos 80 mil cruzados devidos anualmente pela capitania. Contudo, por fim, não perdeu a oportunidade de chamar a atenção dos baianos, que agiram como “partes interessadas do alívio ou gravame do que lançassem e era justo evitar o inconveniente de dar causa justificada aos moradores das outras capitanias para replicarem ao que lhes fosse lançado em excesso”.²⁰

Foi também assentado que o pagamento do Donativo seria feito em frutos da terra, isto é, a Câmara aceitaria açúcar, tabaco e outros gêneros coloniais como contribuição. Fixou-se o preço mínimo para o açúcar para o Donativo: 1\$200 réis (doze tostões) por arroba do branco; a arroba do mascavado seria recolhida ao preço de 600 réis (seis tostões), e os panelas a 300 réis (três tostões). Caso o açúcar se valorizasse, os contribuintes seriam beneficiados, podendo entregar menor quantidade de mercadoria para o Donativo; porém, em caso de desvalorização, estariam seguros com um preço mínimo. O valor do tabaco do Donativo teria a estimação da praça.

¹⁹ Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e da paz de Holanda. Salvador, 24 de abril de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 136-140. Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, pp. 88 e 89.

²⁰ Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e da paz de Holanda. Salvador, 24 de abril de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 138.

Em termo registrado no dia 07 de agosto de 1662, ficou claro que a redistribuição partiu do governador-geral, que, buscando manter a ordem metropolitana na colônia, discordou da proposta dos representantes locais, fazendo valer sua autoridade sobre os interesses dos moradores da Bahia.

na quantia dos ditos 80 mil cruzados vai muito agravada e as outras aliviadas e o senhor governador não admitir às razões que a Câmara e adjuntos lhe deram declaração eles oficiais da Câmara por este termo que protestam sobre a desigualdade da dita repartição recorrer à Sua Majestade para que informando do que realmente cada uma das ditas capitanias deve contribuir assim se excede de que mandaram fazer este termo para constar que debaixo do dito protesto de requerer a Sua Majestade aceitavam a dita repartição.²¹

Com a ideia de recorrer à Coroa para corrigir o que consideravam uma distorção injusta, os oficiais da Câmara do Salvador se mostraram cada vez mais empenhados em demandar abatimentos na carga fiscal, principalmente, a partir da década de 1660. Com a cobrança do Donativo, intensificou-se um processo de negociação entre a Câmara, principal porta-voz da açucarocracia, e a Coroa. Independentemente das facções que dominavam o poder local e de suas escaramuças, as tentativas de negociação da carga fiscal foram mantidas durante toda a segunda metade do XVII.

Uma resolução do governador-geral determinou que cada capitania decidisse e executasse o modo mais adequado de arrecadação do Donativo. No final de 1663, foi assentada a forma de cobrança do Donativo na Bahia: elaborou-se uma espécie de capitação, pela qual os bens, os negócios e as rendas dos moradores seriam inventariados e estimados pela quantidade de gente cativa que valessem. Por cada “peça” estimada, o morador pagaria 10 mil réis anuais – um valor bastante pesado tendo em vista que o preço do escravizado oscilava em torno de cinquenta mil réis. Por exemplo, uma roça de cana de cinquenta tarefas, trabalhada por 40 cativos, contribuiria com 400 mil réis anuais para o Donativo. A estimativa foi um reflexo evidente de uma sociedade escravista.²² Para complementar a arrecadação, sobre cada escravizado que chegasse de Angola seria cobrado um cruzado, e as mercadorias que passassem pela alfândega da cidade do

²¹ Termo que os oficiais da Câmara mandaram fazer sobre a resolução do senhor governador e o assento atrás lançado da contribuição do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 07 de agosto de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 140 e 141.

²² Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, pp. 93.

Salvador pagariam 2% sobre seu valor, com exceção dos vinhos e dos azeites por estarem isentos deste tributo.²³

Ainda em 1663, o recém empossado vice-rei, conde Óbidos, pressionou o Senado da Câmara a acelerar os trabalhos de arrecadação: “o tempo que até agora foi para se haver feito a primeira cobrança, hoje é quase estreito para se dar conta ao rei, meu Senhor [...] sem se perder instante a resolução mais conforme ao serviço real e suavidade desta execução”.²⁴ A pressão da autoridade metropolitana e os esforços nos trabalhos de arrecadação promoveram uma arrecadação razoável nos anos de 1664, 1665 e 1666. Parte do Donativo do dote e paz foi enviado ao reino por meio de letras, enquanto outra parte parece ter sido utilizada para complementar o sustento da infantaria.²⁵

Paralelamente às pressões para pagamento do Donativo, os oficiais tiveram que encarar problemas com o sustento da infantaria logo no início de 1663. A infantaria estava há nove meses sem receber e a dívida acumulada era de 24 mil cruzados. Decidiu-se pelo lançamento de fintas.²⁶ Os esperados clamores não demoraram a ser ouvidos: o juiz do povo requereu aos oficiais da Câmara, em nome do povo, que “não lancem finta alguma ao dito povo [...] sem que primeiro se esgotem os restos das que lhe a presente se tem lançado porquanto não é razão que paguem os pobres e não façam os poderosos nem se amontoem os débitos tantos em dano do mesmo povo e da infantaria”. Segundo o juiz do

²³ *Ibidem*, pp. 91-99. Nestas páginas, a historiadora apresentou mais detalhadamente as minúcias da cobrança do Donativo e de seu controle, as quais também podem ser consultadas diretamente em: Termo sobre a resolução que se tomou da forma com que se há de cobrar o dinheiro do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 19 de novembro de 1663. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 173-176. O regimento da cobrança do donativo foi registrado na Câmara em 7 de maio de 1664. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 190-202.

²⁴ Registro de uma carta do senhor conde vice-rei de que o termo atrás faz menção. Salvador, 27 de julho de 1663 (registro no livro de atas é de 20 de novembro de 1663). **Atas da Câmara**, pp. 176 e 177.

²⁵ Carta do desembargador João de Góes de Araújo para Sua Majestade sobre a contribuição do dote da rainha de Inglaterra e paz da Holanda, e procedimento dos oficiais da Câmara. Bahia, 24 de dezembro de 1667. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2228. O documento indica o recolhimento de 50:702\$380 réis, cerca de 126.756 cruzados para o primeiro triênio do Donativo, pouco mais que a metade dos 240 mil cruzados devidos, uma boa quantia se se confiar nas dificuldades de arrecadação relatadas nos registros camarários. Sobre a forma de envio do dinheiro, conferir: Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, pp. 120 e 181. Sobre parte da arrecadação do Donativo ter servido para o sustento da infantaria, conferir em Assento que se tomou pelos oficiais da Câmara, sendo convocado o povo e nobreza. Salvador, 29 de setembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 314-316.

²⁶ Termo de como se lançaram no povo vinte e quatro mil cruzados de finta para se pagar o que se deve à infantaria. Salvador, 31 de janeiro de 1663. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 153-155. O lançamento de fintas era uma forma de arrecadação fiscal. Resumidamente, consistia na elaboração de róis de nomes de pessoas ou de freguesias e as quantias que deles deviam ser arrecadadas. Durante o período estudado, encontrei nas **Atas da Câmara** listas de freguesias com valores a cobrar e os respectivos fintadores.

povo, havia gente acumulando dívidas enquanto os oficiais lançavam finta após finta, das quais não conseguiam se esquivar os menos apatacados.²⁷

Em meados de 1663, registraram-se novidades não muito boas para o poder local. Em 13 de agosto, reuniram-se o vice-rei, o provedor-mor, os oficiais da Câmara e alguns dos mais importantes “cidadãos” de Salvador para a leitura de uma carta enviada de Lisboa, datada de agosto do ano anterior. A mensagem da Coroa pressionava por uma redução dos impostos municipais sobre os vinhos, “por estarem sobrecarregados”. Sob o comando do vice-rei, os presentes votaram pela proibição da produção e do comércio de aguardente e vinho de mel e pela redução das imposições: os direitos municipais sobre o vinho da Madeira caíram de 22\$900 para 16 mil réis, os direitos dos vinhos das demais partes caíram de 18\$400 para 14 mil réis. Com certo incentivo da Coroa, os presentes aderiram à noção de que “a diminuição dos ditos donativos apeterceria o fazerem-se grandes carregações”. Por fim, houve acordo em cobrar multas mais pesadas contra os descaminhos.²⁸ Desfalcava-se, assim, a principal fonte de receita fiscal indireta para o sustento da infantaria.

Um mês depois, verificou-se que o sustento da infantaria estava novamente atrasado. Após o lançamento de finta de 24 mil cruzados no início do ano, outro meio deveria ser utilizado para atender aos compromissos com os soldados. Decidiu-se pela compra de pipas de vinho junto à Companhia Geral de Comércio, a fim de vendê-las a treze tavernas, nomeadas no documento. Outras tavernas foram proibidas de vender vinho a partir de primeiro de outubro. A intervenção da Câmara seria temporária, “por quanto este negócio não é mais que durante a necessidade presente”.²⁹

No início de 1664, mais uma novidade ruim para a arrecadação municipal. Desta vez, o problema era com a arrecadação para o Donativo do dote e paz. Em 28 de janeiro, os camaristas discutiram uma petição dos homens de negócio, que agiam como procuradores de poderosos mercadores de Lisboa, requerendo o fim da cobrança do cruzado por escravizado e dos 2% sobre as mercadorias enviadas ao Brasil.³⁰ Muitos interessados se reuniram no prédio da Câmara ao som da “campa tangida”, entre os quais,

²⁷ Requerimento que faz o juiz do povo Santos Coelho. Salvador, 9 de junho de 1663. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 161.

²⁸ Termo sobre a nova forma com que se hão de cobrar os donativos que pagam os vinhos que a esta cidade vêm. Salvador, 13 de agosto de 1663. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 163-166.

²⁹ Termo sobre a forma que há de haver na venda dos vinhos comprados aos administradores da Companhia Geral. Salvador, 13 de setembro de 1663. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 167-170.

³⁰ Treslado da petição dos homens de negócio de Lisboa. Salvador, registrado no livro de atas em 29 de janeiro de 1664. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 185-188.

houve quem defendesse a premissa de que a “conservação da praça consistia em ter o negócio livre” e alegou-se que a carga fiscal, se mantida, seria embutida no preço das mercadorias e dos trabalhadores cativos, penalizando mais a produção do que o comércio. Por fim, “todos uniformemente foram de voto que se tirasse os ditos dois por cento e cruzado dos escravos”. Um pedido de confirmação das decisões foi enviado ao vice-rei, a fim de que ele deferisse a extinção daqueles tributos.³¹

Os homens de negócio de Lisboa, “carregadores que são de todo negócio que a esta cidade vem”, acusavam uma bitributação, pois já contribuía para o dote da rainha no reino, e não seria justo serem penalizados novamente na colônia. Ainda que, em 1664, os comerciantes continuassem pagando o dobro da sisa no reino, forma pela qual participaram do dote, este imposto já não era recolhido para o dote, o que desmontava o argumento da bitributação.³²

Em maio de 1664, o vereador João Peixoto Viegas, que andara pelo Recôncavo a inventariar bens dos moradores para a cobrança do imposto do dote e paz, relatou que as roças de cana de cinquenta tarefas eram trabalhadas por cerca de vinte escravos e não por quarenta, como se havia estimado anteriormente. Assim, a arrecadação por cada roça de cinquenta tarefas cairia de 400 mil réis para 200 mil réis, seguindo a mesma proporção as roças menores e maiores.

E se consideraria que as fazendas de cinquenta tarefas rendiam uns anos por outros pouco mais ou menos seiscentos mil réis e as mais a este respeito, e os engenhos rendiam também, os reais, uns anos por outros dois mil cruzados para cima e para baixo a respeito e as peças eram muito menos do que se considerou com que ficavam as mais lavouras e povo sobrecarregados e as ditas fazendas e engenhos aliviados.³³

A solução foi acrescentar “peças supostas” a fim de que o proprietário de uma roça de 50 tarefas tivesse de contribuir com uma quantia mais próxima dos 400 mil réis, inicialmente estimados para o Donativo. Da mesma forma, os engenhos deveriam ter sua participação aumentada, pois o cálculo do número de trabalhadores nas fábricas também fora equivocado. Contudo, esta solução não resolveu o problema, pois seria impossível

³¹ Junta que se fez sobre se levantarem os dois por cento que se tiram na Alfândega das fazendas que a ela vêm e o cruzado dos escravos do Reino de Angola. Salvador. 28 de janeiro de 1664. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 183-185.

³² Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, pp. 99 e 100. Trespido da petição dos homens de negócio de Lisboa. Salvador, registrado no livro de atas em 29 de janeiro de 1664. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 185-188.

³³ Termo de resolução que se tomou sobre algumas dúvidas que trouxe do Recôncavo os inventariantes. Salvador. 09 de maio de 1664. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 203.

tirar 400 mil réis, só para o imposto do dote e paz, de uma fazenda de cana que rendia 600 mil por ano.

Segundo as estimativas de Vera Ferlini,³⁴ o ganho de uma fazenda de 40 tarefas de cana daria pouco mais de 511 mil réis líquidos ao ano, portanto, uma roça de 50 tarefas, proporcionalmente, renderia quase 640 mil réis. Em linha com os 600 mil réis estimados pelo inventariante da Câmara. Em meados da década de 1660, os preços do açúcar estavam mais baixos do que no final da década de 1630,³⁵ dado que explicaria uma projeção de ganho 6,25% menor.

Por outro lado, a captação de 10 mil réis por escravizado sobre uma fazenda de 50 tarefas, trabalhada por 20 cativos e que rendia 600 mil réis por ano, representava 33,3% (200 mil réis) de imposto sobre o lucro estimado médio, só para o Donativo – dizer que este tributo era pesado é quase eufemismo. Contudo, o imposto poderia ser ainda mais pesado. Bom representante da açucarocracia, genro de senhor de engenho e vereador naquele ano de 1664, João Peixoto Viegas³⁶, aparentemente, apresentou um número menor de escravos para roças de 50 tarefas. Isto, se o relatório de Adriaen van der Dussen estiver correto.

Diferentemente do então vereador, o secretário da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) não tinha interesse em aumentar ou diminuir o número de trabalhadores escravizados nas roças de cana. Em seu relatório, produzido em 1639, uma roça de 40 tarefas de cana demandava 20 trabalhadores.³⁷ Proporcionalmente, uma roça de cana de 50 tarefas demandaria 25 escravos, e não 20 como informou Viegas – os dados recolhidos podem ter subestimado em 20% a quantidade de gente escravizada nas propriedades do Recôncavo, a fim de sustentar a defesa da produção açucareira contra o avanço da tributação. Mesmo no caso de um inventário forçosamente benevolente aos proprietários, estimar que a arrecadação do Donativo fosse comparável à do dízimo, ou ligeiramente superior, não me parece equivocado.

³⁴ Vera Lucia Amaral Ferlini. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003, p. 273.

³⁵ Stuart Schwartz. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 401 (o preço da arroba do açúcar branco era 1\$200 réis em meados da década de 1660). Vera Lucia Amaral Ferlini. *Idem*, pp. 89 (preço da arroba de açúcar branco no final dos anos 1630 era 1\$470 réis) e 273 (utilizou o valor de 1\$400 réis como preço médio para os cálculos).

³⁶ David Grant Smith. **The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century**: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690. Tese de doutorado. Austin. University of Texas. 1975, pp. 297-314.

³⁷ Vera Lucia Amaral Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 270. Adriaen van der Dussen. **Relatório sobre as capitanias conquistadas** (1639): suas condições econômicas e sociais. Rio de Janeiro: IAA, 1947.

A açucarocracia se via sem escapatória. Para piorar a situação, grupos e indivíduos poderosos logo começariam a exigir privilégios e tentariam escapar ao imposto, uma querela que também era tema frequente nas cartas do Senado para Lisboa. Para o cumprimento de seus compromissos, a Câmara contou com um empréstimo de mais de 26 mil cruzados, viabilizado pelo vice-rei, conde de Óbidos, junto à Fazenda Real.³⁸

Com o Estado pesando cada vez mais, era urgente investir na negociação pelo alívio do Donativo.³⁹ Infelizmente, para a açucarocracia baiana não era possível passar parte relevante do peso fiscal imposto pela metrópole ao setor mercantil. As estruturas em que se formou o Brasil, no estágio de desenvolvimento em que se encontravam na segunda metade do século XVII, ainda limitavam muito o crescimento do mercado interno. Diferentemente da metrópole, onde a cobrança foi indireta e ocorreu de forma difusa por meio do comércio, na colônia, a açucarocracia foi o grande alvo da fiscalidade metropolitana.⁴⁰ Segundo Letícia Ferreira, “o donativo representou um esforço significativo da coroa em tributar a elite” dos engenhos.⁴¹

Nomeado pela Câmara para ir a Lisboa, em 1662, como procurador da cidade, João de Góes de Araújo iniciou seu mandado em fevereiro de 1663 com duas tarefas principais: “tratar das melhoras deste povo sendo o principal intento o pedir a Sua Majestade, Deus guarde, seja servido conceder-nos licença para que nesta cidade se possa fundar um mosteiro de religiosas professas, e que haja moeda [...] de qualidade que não possa sair desta capitania”. Em março de 1665, com pouco mais de dois anos de serviços na metrópole, a principal missão do doutor Góes de Araújo passou a ser a diminuição do Donativo do dote e paz, classificado como “o requerimento mais importante”.⁴²

O ano de 1665 terminou com muitos moradores da Bahia a dever impostos. Havia negligência na fiscalidade (certamente, para privilegiar alguns ricos, como denunciou o juiz do povo em 1663), mas também sobrecarga de trabalho e desorganização na Câmara.

³⁸ Thiago Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**, p. 237.

³⁹ Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**. Há exemplos de problemas em relação a privilegiados que resistiam a contribuir para o Donativo nas pp. 159 e 191. Na página 90, a autora afirmou que “Os pedidos para alívio e prorrogação da contribuição foram recorrentes, provocando muitas vezes alterações significativas nas formas de arrecadação. [...] assentada a resolução no tocante à *doação* pelos vassalos do além-mar, seguiram-se vários regimentos para melhor ajustar a forma da arrecadação”.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 115. “No Reino, a cobrança foi indireta dobrando-se o cabeção das sisas. No caso das cidades do Estado do Brasil, chama a atenção a cobrança direta e o pagamento através das caixas de açúcar e rolos de tabaco, principalmente, em capitanias como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, revelando assim o peso desse produto na economia”.

⁴¹ *Ibidem*, p. 169.

⁴² Termo de resolução que se tomou para haver de continuar o doutor João de Góes de Araújo por procurador da cidade. Salvador, 23 de março de 1665. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 208 e 209.

Segundo muitos termos de vereação, os registros da arrecadação apresentavam muitas falhas, propositais ou não, impossibilitando um diagnóstico mais preciso da situação das contas do município por parte das autoridades que quisessem fiscalizá-las. Contudo, um dado se destaca: nos últimos dois anos, 1664 e 1665, as imposições cobradas sobre o vinho deram pouco mais de 24.885 cruzados, quase dez contos de réis, muito aquém do custo do sustento da infantaria, o que explica a trágica perenidade das fintas. Por fim, concluiu-se “que houve grande lesão contra este Senado [...] e no ajustamento consideram deverem as partes grande cópia de dinheiro pelo descuido que houve”.⁴³

As perspectivas para o ano de 1666 continuavam ruins. A dívida com a infantaria chegava a seis meses de pagamentos atrasados. As imposições sobre o vinho não cobririam a despesa, mesmo havendo algumas centenas de pipas por tributar. Um pouco de alívio seria conseguido com a venda forçada de sal: havia oito mil alqueires do produto armazenado em Salvador, que fora importado por meio de um contrato aprovado pela Coroa e negociado pelo procurador da cidade na metrópole. Entretanto, a produção de açúcar não andava bem, impossibilitando o lançamento de fintas e aumentando o desalento frente aos compromissos fiscais mais pesados da Câmara: o sustento da infantaria e o Donativo do dote e paz.

a grandíssima carga de satisfação dos oitenta mil cruzados do dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda, a geral perda que houve em todos com o castigo que Deus foi servido dar com que se impossibilitou a lavra do açúcar, tabacos e mais drogas de que se conserva esta praça o que visto e não ser conveniente pedir se nada aos moradores.⁴⁴

No final de 1666, o sustento da infantaria acumulava nove meses de atraso. As vendas do sal recebido do reino e do tabaco de Sergipe não foram suficientes para colocar as contas municipais no azul. O déficit fiscal permaneceu. A causa fundamental era a fraqueza das “lavouras e o pouco rendimento delas como pela falta dos escravos que se sepultaram com o contágio das bexigas”.⁴⁵ O ano se encerrava sem que as dívidas de

⁴³ Termo que os oficiais da Câmara de 665 mandaram fazer sobre o protesto que lhe deixaram seus antecessores e requerimento que fez Rui de Carvalho Pinheiro sobre as contas pertencentes a este Senado. Salvador, 29 de dezembro de 1665. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 224-231.

⁴⁴ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara por onde resolveram se lançasse oito mil alqueires de sal a este povo. Salvador, 27 de janeiro de 1666. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 234-237.

⁴⁵ Termo de resolução que os oficiais da Câmara tomaram sobre a repartição do sal que mandaram distribuir por esta cidade e seu Recôncavo para se acudir ao sustento da infantaria. Salvador, 24 de novembro de 1666. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 271-275.

moradores com a Câmara, acumuladas nos anos anteriores, fossem cobradas e recebidas; os oficiais alegaram sobrecarga de trabalho.⁴⁶

Sob pressão das responsabilidades fiscais, o ano de 1667 começou com o Senado da Câmara tomando providências para o pagamento do Donativo. Então, como era comum em questões muito importantes, elegeu-se uma comissão de entendidos para encontrar o meio mais apropriado para a cobrança do imposto. Que houvesse “suavidade” em “se cobrar a dita contribuição ficando a nobreza e povo sem ocasião de queixas com a igualdade de todos pagando cada um o que lhe tocar conforme seus cabedais e rendimento”. Findos os três primeiros anos do Donativo, era necessário refazer o inventário dos bens dos contribuintes para cobrá-los com precisão mais justa e proporcionada, o que chamavam de igualdade, por quanto “poderia ocasionar o tempo diminuição ou acrescentamento de bens pelo qual respeito não parecia justo que contribuísse menos do que deviam ser lançados uns e outros mais do que podiam pagar”.⁴⁷

As propostas da comissão de louvados deveriam procurar o máximo de aceitação com o mínimo dos protestos – eis o significado sucinto da palavra “suavidade”. Tão recomendada pela Coroa a seus governadores no Brasil, a “suavidade” era um princípio de administração política baseado na adaptabilidade, visando alcançar o maior ganho com o menor desgaste político possível. Em se tratando de Donativo do dote e paz e de sustento da infantaria, o Senado da Câmara devia, sabiamente, lidar com moradores da colônia como instituição metropolitana, isto é, representando os interesses da Coroa e do Estado metropolitano no espaço colonial.

O critério para a arrecadação do Donativo passou a ser, pura e simplesmente, os rendimentos dos moradores, abandonando as estimativas com base na capitação escravista, que tendia a pesar muito mais sobre o setor açucareiro. Seriam feitas entrevistas com pessoas consideradas “fidedignas”, cujas informações serviriam para estabelecer os róis da cobrança, os quais seriam renovados anualmente.

nesta cidade se fará lista todos os anos depois da partida da frota em razão dos homens de negócio que ficam de assento de um ano a outro, para que contribuam conforme o rendimento de seus negócios, porque sucede muitas vezes ficarem alguns de quem se não tem notícia e juntamente para os que

⁴⁶ Termo que os oficiais da Câmara que este presente ano servem mandaram fazer para noticiarem do que nele se contém aos senhores oficiais da Câmara que hão de servir o ano que vem de 1667. Salvador, 29 de dezembro de 1666. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 275-277.

⁴⁷ Termo de resolução que se tomou sobre a forma em que se há de fazer o lançamento da contribuição do dote da senhora rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda para os três anos seguintes. Salvador, 10 de março de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 291-293.

diminuem de cabedal, no decurso do ano e de como assim se assentou mandaram os ditos oficiais fazer este termo.

Na sessão da Câmara de 10 de março de 1667, assentou-se que a lista dos contribuintes e de seus rendimentos seria feita logo após a partida a frota, num momento em que os inventários detectariam os maiores ganhos dos mercadores estabelecidos na colônia, em particular, daqueles que mais lucravam com o açúcar, os quais seriam atingidos em cheio pela nova forma de cobrança do Donativo. Está explícita a intenção de colocar a mira do canhão fiscal da Câmara também sobre os homens de negócio e mercadores.

A pressão fiscal sobre a Câmara era crescente. Enquanto isso, em Lisboa, João de Góes de Araújo, procurador da cidade da Bahia na metrópole, esforçava-se na negociação com a Coroa por alívio nos impostos. Um argumento bastante forte utilizado pelo procurador, a favor das demandas coloniais, era estabelecer uma relação entre os ganhos dos senhores de engenho e lavradores de cana e as rendas da Coroa por meio das alfândegas do reino.

Em uma de suas cartas ao rei, ele apresentou as contribuições e donativos, que vinham do tempo da “dilatada” guerra contra os neerlandeses, como uma das causas do estado “miserável” que se encontrava o Brasil. Também denunciou outro problema que impedia a prosperidade da produção colonial: as licenças que alguns navegadores estrangeiros, seguidos por portugueses, conseguiam para navegar ao Brasil fora da frota, visando pagar preços mais baixos no açúcar. No mesmo documento, Góes de Araújo relacionou controle metropolitano do comércio colonial, fiscalidade, produção açucareira e rendimentos alfandegários da Coroa, sendo que o mau controle da navegação para o Brasil e o peso excessivo dos impostos sobre a colônia poderiam prejudicar o crescimento dos engenhos e, conseqüentemente, comprometer os ganhos alfandegários em Portugal.⁴⁸ Um típico raciocínio mercantilista.

Em 1666, o procurador da cidade em Lisboa foi substituído. Góes de Araújo encerrava seu mandado com os seguintes serviços prestados: encaminhou o pedido de diminuição do Donativo do dote e paz;⁴⁹ fechou o acordo sobre envio de sal para Salvador,

⁴⁸ Carta do procurador da cidade da Bahia, licenciado João de Góes de Araújo, para Sua Majestade, sobre se guardar a provisão que se passou para não virem navios ao Brasil fora da frota da Companhia Geral do Comércio. Lisboa, 12 de agosto de 1665. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 18, doc. 2103. Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1324-1654)**. São Paulo: Alameda, 2013, p. 320.

⁴⁹ Anos depois, João de Góes era visto como o principal ou responsável para negociação bem-sucedida acerca do abatimento do pagamento anual e da prorrogação do prazo do Donativo, o que se pode conferir

negócio cujo objetivo era incrementar a arrecadação municipal;⁵⁰ e apresentou solicitação de um convento de religiosas para a cidade.⁵¹ Em meados de 1666, assumiram como procuradores da cidade do Salvador Feliciano Dourado e seu sogro, Cristóvão Borges.

A contratação de Feliciano Dourado, que era membro do Conselho Ultramarino, parecia um investimento promissor para os oficiais da Câmara soteropolitana, pois, com ele, os oficiais da Câmara avaliavam que as chances de abatimento dos 80 mil cruzados anuais, referentes ao Donativo do dote e paz, eram melhores.

por ser este o sujeito que convinha se conseguirem as pretensões desta Câmara, tanto por assistir no Conselho donde todas são dependentes como por ser o ministro que naquele tribunal tem a maior inteligência e de quem se fiam todas as consultas conforme o aviso que tenham do dito João de Góes de Araújo [...] muito que convinha ao bem comum de todos os moradores desta capitania por estarem na sua mão as consultas da diminuição da contribuição dos oitenta mil cruzados e outros que em benefício desta cidade se lhe entregaram.⁵²

A aposta da Câmara deu certo. Com apoio decisivo de Feliciano Dourado, foi publicado, em 12 de julho de 1666, um alvará que ampliava o prazo da cobrança do Donativo do dote e paz, com abatimento significativo da parcela anual. O Estado do Brasil como um todo foi beneficiado. O prazo de pagamento da dívida da Bahia foi prorrogado de 16 para 30 anos e a parcela anual cairia de 80 mil para 42.666 cruzados.⁵³ Com o decorrer dos anos, este valor foi muitas vezes arredondado para 42 mil⁵⁴ ou para 40 mil

em: Carta do governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, para Sua Majestade sobre o dote da rainha de Inglaterra e paz de Holanda, forma como se paga donativo nas várias capitanias. Salvador, 20 de maio de 1670. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2358.

⁵⁰ Carta que escreveu este Senado a Sua Alteza sobre o contrato do sal. Salvador, 8 de julho de 1672. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 111 e 112.

⁵¹ Termo de resolução que os oficiais da Câmara tomaram sobre pagamento das despesas que por conta deste Senado tem feito na cidade de Lisboa o doutor João de Góes de Araújo e juntamente as que de novo se ordenaram aos procuradores desta Câmara. Salvador, 02 de agosto de 1666. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 261-263.

⁵² Termo de resolução que se tomou da eleição de procurador geral desta cidade na pessoa do doutor Feliciano Dourado. Salvador, 15 de maio de 1666. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 252 e 253.

⁵³ Alvará sobre a contribuição no Brasil para o dote da infanta. Lisboa, 12 de junho de 1666. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1657-1674**. Lisboa: Impr. F. X. de Souza, 1856, p. 120. Acessível em <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt>. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 224. Não obstante, é preciso reconhecer que a prorrogação do prazo de pagamento e o abatimento na parcela anual do Donativo foram frutos de uma negociação iniciada por João de Góes de Araújo.

⁵⁴ Carta de João Lopes Serra, para Sua Majestade, sobre se reduzirem a 42.000 cruzados os 80.000 que se pagam na Bahia, para o dote da rainha de Inglaterra e paz da Holanda, e forma em que se deve cobrar. Salvador, 12 de abril de 1667. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2193.

cruzados. Segundo uma carta de meados da década de 1680, o pagamento do Donativo estaria dividido em 32 dois anos, em parcelas anuais de 40 mil cruzados.⁵⁵

Naquele mesmo tempo, os oficiais da Câmara enviaram carta ao rei relatando sérios problemas na produção de açúcar. O abatimento da parcela anual e a prorrogação do prazo de pagamento do Donativo veio na hora certa e se mostrou uma medida muito correta: “em razão de não ser possível, sem que pereçamos de todo, contribuirmos com mais de 40 mil cruzados em cada um ano; e com ser a metade menos do que violentamente se nos distribuiu nos parece impossível pela experiência”. A explicação de tanta impossibilidade e, portanto, da grande violência em se cobrar os 80 mil cruzados, era a seguinte:

Um mal contagioso que sendo de bexigas o experimentamos por peste, pereceu a maior parte [dos escravos], e por esta pararam os engenhos, impossibilitando-se as lavouras, e se diminuíram os cabedais, de qualidade que não é possível, sem decurso de largo tempo, tornarem ao seu primeiro estado.⁵⁶

Em setembro de 1667, a situação financeira da Câmara se encontrava menos apertada, pois a Coroa liberara, segundo o registro camarário, a utilização de parte dos recursos do Donativo para o sustento da infantaria. A cobrança do Donativo e o lançamento de fintas para o pagamento dos soldados também passariam a ser feitos em conjunto, facilitando o trabalho dos camaristas e diminuindo clamores contra o fisco municipal. Nem tudo que se arrecadara a título do dote e paz fora enviado para a metrópole e, portanto, havia “sobras”, que, em parte, foram utilizadas para o pagamento dos soldados: “em os anos sessenta e quatro, sessenta e cinco e sessenta e seis, dos quais se tirara muitos mil cruzados que se despenderam com a infantaria a título de empréstimo”.⁵⁷ A situação econômica da colônia foi, certamente, um fator para este bem-vindo ajuste nas finanças municipais.

⁵⁵ Carta escrita a Sua Majestade sobre a cobrança do Donativo do dote da sereníssima rainha e paz. Salvador, 15 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 18.

⁵⁶ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade sobre a quantidade de açúcar e pau-brasil que, na frota, remetem por conta do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda e queixando-se de que, pela miséria em que aquele povo se acha, não poderá contribuir, cada ano, com mais de 40 mil cruzados. Salvador, 12 de agosto de 1666. Arquivo do Conselho Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2146.

⁵⁷ Assento que se tomou pelos oficiais da Câmara, sendo convocado o povo e nobreza. Salvador, 29 de setembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 314-316.

Em carta de 1678, explica-se como, a partir de meados da década de 1660, a arrecadação do Donativo passou a ser feita. Cobrava-se para o Donativo mais do que o necessário, produzindo sobras propositais para completar a despesa militar:

em presença do conde de Óbidos se impôs fazendo-se indistintamente o lançamento maior que é a importância do Donativo quanto bastasse foi em ordem ao sustento da infantaria desta praça para que das sobras se provesse e suprisse como com efeito mais prontos a falta das consignações do sustento dos soldados.⁵⁸

No final de 1667, João de Góes de Araújo, o ex-procurador, enviou carta a Lisboa relatando o resultado do Donativo. Foram recolhidos 50:702\$380 réis, quase 126.756 cruzados no primeiro triênio do Donativo, pouco mais que a metade dos 240 mil cruzados inicialmente projetados. Uma boa quantia, dadas as dificuldades de arrecadação e os problemas com a produção de açúcar.⁵⁹ A Coroa percebeu os limites da arrecadação e recuou, adaptando-se às condições de pagamento da colônia.

A rapidez do processo se deveu à atuação dos procuradores da cidade em Lisboa e à certa sensibilidade da situação na colônia por parte das autoridades metropolitanas. Certamente, não é um caso de fraqueza da metrópole no espaço colonial. A partir da prorrogação do pagamento do Donativo, a metrópole passou, aos poucos, a se “intrrometer” mais nas finanças municipais.

Em nome da Coroa, os ministros da Fazenda Real se tornaram observadores salientes da arrecadação do imposto do dote e paz. Os governadores, cada vez mais, acompanhavam de perto da administração do sustento da infantaria. Instituiu-se uma superintendência dos donativos reais para fiscalizar a tributação na colônia, particularmente, na Bahia. Este movimento centralizador incomodou os oficiais camarários mais ciosos da autonomia fiscal da Câmara em relação à Fazenda Real. Por outro lado, convém observar que não interessava à Coroa um estrangulamento da produção açucareira por conta dos impostos, o que destruiria seus ganhos alfandegários

⁵⁸ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança do Donativo. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 47.

⁵⁹ Carta do desembargador João de Góes de Araújo para Sua Majestade sobre a contribuição do dote da rainha de Inglaterra e paz da Holanda, e procedimento dos oficiais da Câmara. Bahia, 24 de dezembro de 1667. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2228. Outro documento que arredonda para 42 mil cruzados é a Carta do governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, para Sua Majestade, sobre a forma em que se deve cobrar o donativo do dote da rainha de Inglaterra e paz de Holanda. Salvador, 7 de setembro de 1668. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2276.

– uma relação mercantilista entre fiscalidade e dinamismo econômico que se tornou frequentemente lembrada nos discursos produzidos em prol das demandas coloniais.

Enfraquecimento da jurisdição fiscal da Câmara

Ainda em março de 1667, José Moreira de Azevedo foi nomeado procurador da cidade a ser enviado a Lisboa para incrementar, com Feliciano Dourado, os esforços por alívio fiscal. Aprovou-se um pagamento de setecentos mil réis por ano ao novo procurador, uma quantia bastante elevada se comparada aos 300 mil pagos a Feliciano Dourado e seu sogro. Quase um mês depois, os camaristas liberaram dois mil cruzados para o novo procurador gastar na metrópole, a fim de facilitar e abreviar trâmites necessários, públicos ou secretos, ao cumprimento de sua missão.⁶⁰

O ex-procurador da cidade do Salvador na metrópole, João de Góes de Araújo, voltou à Bahia e se aproximou do novo governador-geral, Alexandre de Sousa Freire. Góes de Araújo se tornou desembargador da Relação e superintendente do Donativo, com a missão de investigar os desvios da arrecadação de impostos na colônia, inclusive os municipais,⁶¹ gerando incômodo entre os oficiais da Câmara de 1667. A superintendência sobre a arrecadação do Donativo foi entendida como um ataque à jurisdição fiscal camarária, levando os camaristas a deixarem a seguinte recomendação para seus sucessores, que serviriam em 1668: “pela honra, pelo crédito e pela utilidade desta república não consintam que o doutor João de Góes execute alguma ordem das que tem em prejuízo deste Senado”.⁶²

Os movimentos de João de Góes de Araújo acirraram as rivalidades locais: o ex-procurador foi para Lisboa a fim de negociar alívio no Donativo, e advogar por outras demandas da colônia, contudo, voltou de lá com poderes para devassar as contas

⁶⁰ Assento que se tomou em Câmara sobre a pessoa que elegem par ir ao reino tratar do que convém ao bem desta república. Salvador, 12 de março de 1667. Termo do assento que fizeram os oficiais da Câmara sobre a faculdade que concederam ao procurador geral dela, o capitão José Moreira de Azevedo, para o efeito que nele declara. Salvador, 08 de abril de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 293-295 e 300-301, respectivamente.

⁶¹ Provisão régia encarregando o desembargador João de Góes de Araújo da superintendência da fábrica das fragatas e de devassar dos descaminhos da Fazenda Real. Lisboa, 13 de dezembro de 1666. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2164. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a provisão e ordens com que há de passar ao Brasil o licenciado João de Góes de Araújo. Lisboa, 29 de março de 1667. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2186.

⁶² Termo de protesto que mandaram fazer os oficiais da Câmara que este presente ano servem para oficiais que entrarem a servir no ano de 668. Salvador, 29 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 324-329.

municipais, como foi destacado acima. No termo de protesto de 29 de dezembro de 1667, foi reforçado ainda “que não se consintam que o doutor João de Góes entenda com eles por serem prejuízo da jurisdição que tem este Senado, de que tem feito aviso a Sua Majestade e das coisas que há para não exercer os poderes que trouxe, e serem conservados os ditos oficiais”.

Havia tempos João de Góes de Araújo se dedicava à questão dos descaminhos. Em 1661, denunciou os ministros da Fazenda Real e os governadores-gerais por fraudes nos contratos. Certamente que o “bem comum” da Bahia açucareira não era o único motivo de sua atuação política, o que não esvazia o fato de seu ataque aos ministros da Fazenda Real beneficiar a Câmara, pois dava força a esta em seu intento de manter distantes de sua contabilidade os olhos daquelas autoridades metropolitanas.

todos estes descaminhos procedem dos ministros da Fazenda Real fazerem suas negociações com os contratadores: logo a princípio pelas grandes propinas que deles recebem, depois por outras negociações que se vão continuando [...] e haver muitos anos que Sua Majestade não mandou devassar seus procedimentos [...] os contratadores por terem os governadores e ministros propícios as davam sempre, e querem dar, e os que mais favores esperam, são os que mais avantajam nela.⁶³

Em meados da década de 1660, porém, os camaristas lastimavam o que entendiam como uma virada de casaca do doutor Góes de Araújo, pois a superintendência para investigar descaminhos tributários na colônia, entregue a ele, enfraquecia sua jurisdição fiscal da Câmara. Juizes ordinários e vereadores, então, tentaram se precaver de possíveis avanços dos ministros da Fazenda Real (tão afeitos a conchavos com contratadores, segundo o mesmo Góes de Araújo) sobre o controle da contabilidade municipal.

De Lisboa, o novo procurador da Bahia, José Moreira de Azevedo, remeteu uma carta à Câmara, datada de 17 de setembro de 1667, relatando conversações que teve com o terceiro conde de Castelo Melhor, valido do rei e filho do ex-governador do Brasil.⁶⁴ Cabe ressaltar que a carta foi registrada na Câmara em 29 de dezembro, quando o influente conde já havia caído e dom Afonso VI afastado do poder.⁶⁵ Portanto, os avanços do procurador na corte estavam suspensos, ao menos temporariamente, enquanto o novo

⁶³ Documento anotado como BNL-RES. Mss. cx 208, doc 16. *Apud* Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**, p. 356.

⁶⁴ Cópia de carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade escreveu a este Senado de que o termo de protesto atrás faz menção. Salvador, 29 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 329-339.

⁶⁵ Charles Boxer. **Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1973, pp. 377 e 378.

governo não estivesse minimamente organizado para contemplar as demandas coloniais.⁶⁶ Vangloriou-se Moreira de Azevedo por uma audiência que teve com o valido de Afonso VI já na segunda semana de sua estadia na metrópole, mesmo tendo sido acusado de desvio de 300 mil réis por uma denúncia de Rui de Carvalho Pinheiro, devedor da Fazenda Real⁶⁷ e parente de João de Góes (o ex-procurador era desafeto dos oficiais da Câmara que serviam em 1667). As tensões da açucarocracia baiana⁶⁸ chegavam na corte, que, por sua vez, estava mergulhada na mais intensa turbulência palaciana do Portugal seiscentista.⁶⁹

Com o conde, o procurador esclareceu possível confusão acerca dos preços dos açúcares arrecadados na cobrança do Donativo. José Moreira de Azevedo informou a Castelo Melhor que o açúcar branco, mesmo se valesse menos na praça, era recolhido pela Câmara por 1\$200 réis a arroba, “por ser uma das condições com que se havia aceitado a contribuição como se verificava pelo assento que fez com o governador Francisco Barreto”; o estabelecimento de um preço mínimo “animou o povo a aceitar a contribuição seguindo-se dele grandes conveniências à fazenda de Sua Majestade”. Contudo, não tocou nos indícios mais fortes sobre desvios na arrecadação do Donativo: vários termos camarários versam sobre falhas e problemas nos livros de registro do imposto em meados dos anos 1660.

Ficou o conde tão satisfeito das minhas razões que me respondeu que não podia este Senado dispor com mais acerto, digo, com melhor acerto [...] a tudo me deferiu com muito boas esperanças, concluindo que ele estava ali com muito boa vontade para tudo o que fosse serviço de Sua Majestade e utilidade dos moradores dessa cidade, e que toda hora lhe podia ir falar nestes particulares.

⁶⁶ No final de 1669, com o novo governo já estabelecido, os oficiais enviaram uma carta um tanto dramática ao príncipe: “até agora cuidamos que o não se deferir era nossa desgraça [...] agora que Vossa Alteza tem sobre seus ombros o governo desse reino e com tanta atenção se mostra igualmente pai e senhor de seus vassallos com muita razão esperamos vencer aquela desgraça e de sua grandeza que nos mande deferir a todos os requerimentos propostos e que de novo propuser nosso procurador”. Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Alteza para seja servido deferir a todos os requerimentos desta cidade. Salvador, 16 de novembro de 1669. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 82.

⁶⁷ Consulta do Conselho Ultramarino sobre Rui de Carvalho Pinheiro, escrivão da Câmara da Bahia, que foi devassado e preso por ordem do desembargador Luís Salema de Carvalho, e pede ministro que o defenda. Salvador, 2 de setembro de 1660. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 15, doc. 1775.

⁶⁸ O conturbado governo do conde de Óbidos chegava a seu fim em 1667, mas a capital do Brasil colonial passaria a ser palco do aprofundamento de disputas entre clãs da açucarocracia baiana. José de Moreira de Azevedo seria um dos protagonistas de um período de pesadas tensões. Conferir em Thiago Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**. pp. 245 e seguintes.

⁶⁹ Joaquim Veríssimo Serrão. **História de Portugal**. A Restauração e a monarquia absolutista (1640-1750). Volume 5, 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1996, pp. 193 e seguintes. Charles Boxer. **Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola**, pp. 365-379.

Logo fez baixa das cartas que trouxe para o Conselho de Estado ao do Ultramarino, para que se consultem com toda a brevidade.⁷⁰

A chegada de José Moreira de Azevedo não descredenciou Feliciano Dourado como procurador da cidade do Salvador. O conselheiro ultramarino, chamado de “a chave do Conselho”, era considerado pelo novo procurador como fundamental para as demandas da Bahia “pela inteligência que lhe sobra e falta nos mais ministros”. Informado de “notícias para desfazer as dúvidas que cada instante se movem”, seus serviços seriam de muito proveito para a capital colonial.⁷¹

As acusações de desvio nos recursos do Donativo contra Moreira de Azevedo, apresentadas por Rui de Carvalho Pinheiro, escrivão suspenso da Câmara e processado por uma dívida de oito mil cruzados com o município,⁷² talvez tenham sido confirmadas pelo seu parente, João de Góes de Araújo, o ex-procurador da cidade, enquanto ainda andava pela corte. O estrago não era irrelevante. Enquanto, na Bahia, os homens da governança se mostravam ciosos contra os ataques à autonomia que conquistaram na arrecadação do Donativo, em Lisboa, José Moreira de Azevedo tentou um recuo tático,⁷³ procurando bloquear os ganhos políticos de Góes de Araújo e se defender das acusações de Rui de Carvalho Pinheiro. Uma superintendência para acompanhar os registros do Donativo poderia ser aceita, mas não na pessoa do ex-procurador, que, possivelmente, tentaria beneficiar devedores de seu clã.⁷⁴ A disputa entre facções coloniais acabava por levar as autoridades metropolitanas a restringir a jurisdição fiscal da Câmara do Salvador.

⁷⁰ Cópia de carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade escreveu a este Senado de que o termo de protesto atrás faz menção. Salvador, 29 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 329-339.

⁷¹ Licença para a fundação de um mosteiro de religiosas na Bahia. Lisboa, 7 de fevereiro de 1665. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa**: 1657-1674, p. 273.

⁷² Termo de protesto que mandaram fazer os oficiais da Câmara que este presente ano servem para oficiais que entrarem a servir no ano de 668. Salvador, 29 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 326.

⁷³ Pedro Cardim e Thiago Krause. “A comunicação entre a Câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII” *In*: Evergton Sales Souza, Guida Marques e Hugo R. Silva (orgs.) **Salvador da Bahia**: retratos de uma cidade atlântica. Salvador, Lisboa: UFBA, CHAM, 2016, pp. 61 e 69. Na página 61, os autores afirmaram que “qualquer tipo de inspeção das suas contas levado a cabo a partir do exterior [...] esse controle externo era frequentemente apresentado como uma falta de respeito, como um atentado à reputação da Bahia, como uma interferência inaceitável e, uma vez mais, como uma demonstração de que a Coroa não confiava na câmara de Salvador”. Na página 69: “O Senado queria que se fizesse escutar, em Lisboa, a sua indignação por a Coroa ter decidido enviar oficiais inspecionar a situação financeira da câmara, dando a entender que parecia que as autoridades consideram que os da Bahia eram desonestos ou pouco dignos de confiança no que à gestão do imposto dizia respeito”. Conferir também páginas 81 e 82.

⁷⁴ Este recuo tático estava previsto na *Instrução* que recebeu da Câmara para sua atuação em Portugal: Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 76. Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, pp. 393 e seguintes.

os descaminhos da fazenda do povo, donde procediam e a causa porque essa cidade estava em miserável estado; e que para justificação do procedimento desse Senado, devia Sua Majestade mandar devassar dele por ministro desinteressado, porquanto João de Góes o não podia ser por seu cunhado Rui de Carvalho Pinheiro haver intentado de suspeitas a todas as pessoas que haviam servido nesse Senado, por lhe pedirem quantidade de dinheiro de faltas e erros que se acharam nas suas contas.⁷⁵

Há documentos indicando atividade investigativa sobre as contas da Fazenda Real e arrecadação municipal no ano de 1667,⁷⁶ enquanto corria a disputa entre José Moreira de Azevedo e os oficiais da Câmara, de um lado, e, de outro, José Góes de Araújo e Rui de Carvalho Pinheiro.⁷⁷ Entre estes documentos, vale destacar uma carta por meio da qual os membros do Senado expressam grande insatisfação com os poderes concedidos a desembargador superintendente, considerados um desrespeito à jurisdição fiscal da Câmara.

neste mesmo tempo recebemos carta de João de Góes de Araújo na qual nos dá conta das mercês que Vossa Majestade foi servido fazer-lhe com a superintendência dos donativos desta Câmara. Com esta nova se desanimaram todos [...] porque havendo aceitado este povo as contribuições com a condição de serem por nós administrados, não parece justo nem conveniente ao serviço de Vossa Majestade que nelas haja de ter jurisdição ministro algum particular, assim no que se distribui para o sustento da infantaria, como no dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda [...] não só esperamos o cumprimento delas [as condições dos donativos], mas muitas melhoras, pela singularidade com que nesta América se emprega o nosso zelo, e nosso amor no serviço de Vossa Majestade.⁷⁸

⁷⁵ Cópia de carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade escreveu a este Senado de que o termo de protesto atrás faz menção. Salvador, 29 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 333.

⁷⁶ Conferir em Luiza da Fonseca. “Índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa”. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Volume II, Tipografia Beneditina, 1950, pp. 179-184.

⁷⁷ Termo de assento que se tomou em Câmara para se não pagar o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 05 de maio de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 64-66. Em fevereiro de 1672, os juízes ordinários declinaram do cargo e o desembargador João de Góes de Araújo assumiu a função. Naquele tempo, José Moreira de Azevedo solicitava o pagamento de ordenados atrasados por sua atuação em Lisboa como procurador. João de Góes de Araújo, por sua vez, conseguiu que o Senado cortasse qualquer pagamento ao ex-procurador e registrou-se que não havia prestado contas do que obrara em Lisboa em benefício dos moradores da Bahia, “de sorte que toda a dilação que teve na corte por si a fim de despachar-se com o dinheiro que este povo [...] lhe mandara de salário. [...] protestam que por nenhum caso nem em tempo algum se lhe pague o que pretende dever-se lhe de resto de seus salários”. Foi desencadeado um processo judicial e, em 1674, José Moreira de Azevedo obteve uma sentença a seu favor, como se pode verificar em anotação na margem de um termo datado de 14 de junho de 1673. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 103-106.

⁷⁸ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia, para Sua Majestade, sobre os inconvenientes que resultarão de João de Góes de Araújo continuar com a superintendência dos negócios que levou a seu cargo. Salvador, 4 de abril de 1667. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 19, doc. 2196.

Em seguida, os oficiais declararam que o envio de José Moreira de Azevedo, procurador muito elogiado no texto por seu desinteresse, tinha o objetivo de explicar os problemas e danos causados pelo grupo de Góes de Araújo e Carvalho Pinheiro, que deviam muito à Fazenda Real, enquanto os camaristas daquele ano pediam à Coroa “o crédito que merecem nossas ações”. A superintendência de Góes de Araújo resultaria em “infalíveis danos” contra as finanças da Coroa na América.

No início de 1668, assumiram o poder local vereadores e juizes ordinários dispostos a relatar descaminhos na arrecadação do Donativo, incluindo os malfeitos dos oficiais do ano anterior e do próprio procurador José Moreira de Azevedo, quando este fora tesoureiro daquele imposto. A metrópole mantinha os olhos abertos sobre as contas na colônia, mesmo que não pudesse evitar as fraudes. Os argumentos em favor da autonomia fiscal da Câmara estavam enfraquecendo.⁷⁹ As disputas entre as facções dos homens poderosos da Bahia seiscentista abriam a guarda do poder local para autoridades metropolitanas restringirem sua jurisdição fiscal. À Câmara restava o ônus político de boa parte do desgaste com as cobranças de impostos sobre os moradores, incluindo aí muitos lançamentos de fintas. Alguns poucos, aproveitavam os ganhos derivados dos calotes, dos desvios e dos descaminhos.

Em carta a seu procurador em Lisboa, em meados de 1669, os oficiais relatavam forte intromissão nos negócios da Câmara. Havia um processo contra “o alcaide Francisco Teles de Meneses sobre querer presidir na Câmara em os atos públicos tomando ele por fundamento o direito que a ordenação lhe dá”. Citavam também uma portaria, enviada pelo provedor-mor Lourenço de Brito de Figueiredo, por requerimento do doutor João de Góes de Araújo, pela qual

nos fazia a saber que Sua Majestade tinha ordenado que os direitos dos vinhos se contratassem com assistência dele dito provedor e procurador da casa e também o contrato dos açúcares, cachaças e aguardente e contas que se tomaram e vão tomando querendo estes ministros intrometer-se em todas as coisas da Câmara.⁸⁰

Ainda em 1668, o governador-geral, Alexandre de Sousa Freire, com o objetivo de enviar dinheiro para o reino, atropelou as prerrogativas da Câmara e, ao que parece,

⁷⁹ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade, sobre o tesoureiro José Moreira de Azevedo e o estado das contas do dote da rainha e paz da Holanda, do açúcar, do tabaco, e de outros assuntos da administração. Salvador, 28 de janeiro de 1668. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2238.

⁸⁰ Carta que este Senado escreveu ao procurador José Moreira de Azevedo. Salvador, 15 de julho de 1669. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 80 e 81.

ameaçou os oficiais de execução no que faltasse dos 42 mil cruzados do tributo do dote e paz. E propôs ao rei que, no futuro, se os oficiais não procedessem a contento do governo metropolitano, não entregando o resultado da arrecadação do Donativo a tempo de embarcar, os próximos govenadores deveriam proceder da mesma forma que ele.

mudaram os oficiais que entraram a servir a forma da cobrança, mas por mais repetidas que foram as ordens e cartas com que os ajudei, se descuidaram de que maneira que para haver de se embarcar o que nesta frota vai por conta do Donativo, foi necessário que eu o fizesse cobrar executivamente pelos oficiais de guerra. [...] Por ser isto assim, me pareceu representar a Vossa Majestade que para se evitarem estes inconvenientes tão prejudiciais a seu real serviço deve Vossa Majestade mandar por ordem expressa sua que os oficiais que entrarem sucessivamente a servir na Câmara sejam obrigados a cobrar e remeter os quarenta e dois mil cruzados do ano que lhes tocar [...] não os entregando eles, mande o governador-geral cobrar executivamente de suas fazendas tudo o que faltar para completamente estarem satisfeitos os quarenta e dois mil cruzados, e se remeterem na frota de seu ano [...] entreguem com efeito de baixo da mesma pena tudo que deixarem de cobrar ou cobrando constar que o não remetem. Porque vendo sobre si este encargo se anteciparão a livrar-se dele e não sucederá semelhante omissão⁸¹

Em junho de 1669, o Conselho Ultramarino emitiu consulta acerca da carta do governador.⁸² O conselheiro João Falcão apresentou opinião mais dura, parecida com a de Alexandre de Sousa Freire, enquanto Feliciano Dourado tentou defender a jurisdição fiscal da Câmara. A ideia proposta por Alexandre Freire, com mais detalhe, era a seguinte:

que a Câmara da Bahia, no seu ano, tenha o cuidado de cobrar com efeito os quarenta e dois mil cruzados do dito donativo, até os primeiros seis meses depois de os oficiais dela acabarem o seu ano, e não dando conta no dito tempo, sejam executados por suas fazendas para que o façam e se não experimentem os embaraços que o governador declara.

O conselheiro João Falcão de Souza desconfiava de que os oficiais da Câmara, normalmente, fraudavam os impostos, pois retinham o dinheiro para usar dele. Pareceu-lhe boa a ideia esperar até seis meses, após o fim do mandato dos oficiais, para que estes entreguem o dinheiro do Donativo, justamente no momento em que a frota costumava estar na Bahia e era possível embarcar o imposto arrecadado no ano anterior. Eis o voto do conselheiro nas suas próprias palavras:

⁸¹ Carta do governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, para Sua Majestade, sobre a forma em que se deve cobrar o donativo do dote da rainha de Inglaterra e paz de Holanda. Salvador, 7 de setembro de 1668. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2276.

⁸² Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escreve o governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, acerca da forma em que se deve cobrar o Donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz da Holanda. Lisboa, 4 de junho de 1669. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2308.

parece que o dito governador execute o que aponta na sua carta, porque se tem visto neste Conselho e se verifica que os oficiais da Câmara têm em si os donativos, que contribuem aqueles povos [...] não remetendo a este reino [...] e os tesoureiros têm em seu poder oitenta e cem mil cruzados, e por mais ordens que se enviam deste Conselho, e diligências que se fazem não é possível cobrá-los deles pondo sempre dúvidas a quem os vai cobrar por ordem de Vossa Alteza, e convém muito ao serviço de Vossa Alteza mandar ordenar ao dito governador execute aos oficiais da Câmara e tesoureiro depois dos seis meses acabados

Feliciano Dourado, talvez, sem saber ainda que fora demitido do cargo de procurador da cidade da Bahia,⁸³ fez questão de lembrar as condições pelas quais a Câmara aceitou o peso do imposto, ressaltando que elas deviam permanecer respeitadas, e que o pagamento do Donativo e envio dele ao reino, de modo geral, corriam sem percalços. Eis seu parecer:

Se não deve alterar aos oficiais da Câmara da Bahia a forma e ordens com que cobram este donativo, por lhes ser concedido por Vossa Alteza o privilégio de buscarem o meio mais conveniente para o lançar, e cobrar, para o pagamento da paz de Holanda e dote [...] porquanto não consta que até agora deixassem de mandar em cada frota cobrança do donativo; e somente diz o governador Alexandre de Sousa Freire na carta inclusa, que por mudarem os novos oficiais da Câmara, que entraram a servir, a forma da cobrança, se descuidaram de maneira que para se haver de embarcar o que veio nesta frota foi necessário que ele o fizesse cobrar executivamente pelos oficiais de guerra

Na opinião deste conselheiro, o governador não deveria se intrometer na jurisdição fiscal da Câmara. Complementou seu voto propondo um procedimento mais respeitoso para com o poder local: em caso de falha na cobrança e na remessa do dinheiro do imposto, “mandará então Vossa Alteza ordenar o que parecer mais ajustado a seu real serviço, e bem comum daqueles moradores, [...] porque de outra maneira seria quebrar-lhe não só o privilégio, com lhe alterar as ordens, mas fazer-lhes uma grande vexação”. Muito inteligente em sua argumentação, percebeu que executar os oficiais da Câmara poderia causar tumultos e dificuldades para a autoridade metropolitana na colônia, eventos que não ocorrem em “um Estado bem governado”.

Como relatou Alexandre de Sousa Freire, em 1668, o Donativo foi cobrado “executivamente” com o uso da guarnição de guerra, isto é, a infantaria cujo sustento estava sob responsabilidade dos próprios oficiais da Câmara, aqueles que foram cobrados e intimidados pelo poder militar do governador-geral. Em 1669, o príncipe demonstrou

⁸³ Carta que se escreveu ao procurador José Moreira de Azevedo. Salvador, 14 de abril de 1669. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 73-78.

certa animação com a eficiência do governador e ordenou que se remetessem ao reino quarenta mil cruzados da Bahia, anual e infalivelmente.⁸⁴

Neste momento de enfraquecimento do poder local frente ao metropolitano, cabe a discussão de alguns dados acerca da infantaria na Bahia. As negociações para diminuir o efetivo militar foram relativamente bem-sucedidas, porém limitadas. Quando a Câmara assumiu a responsabilidade direta pela administração do sustento da infantaria, em 1652, havia entre 2.300 e 2.400 soldados na cidade, divididos em dois terços; em 1660, os ditos dois terços organizavam uma tropa de 1.615 soldados.⁸⁵ Uma redução de aproximadamente 30%, decorrência direta do fim da guerra contra os neerlandeses da WIC e, também, de solicitações dos camaristas do Salvador. Porém, nas últimas quatro décadas do século XVII, a despesa militar continuou a ser um peso significativo para a Câmara.

O fato é que o efetivo na cidade do Salvador era grande. Mesmo se a tropa profissional voltasse ao contingente aproximado de mil soldados, um pouco maior do que o anterior à invasão holandesa, pelo menos um em cada vinte moradores da cidade seria um soldado sob o comando do governador-geral – uma força militar formidável.⁸⁶ Uma amostra do poder metropolitano na Bahia foi dada pelo vice-rei, o conde de Óbidos, que desafiou e prendeu alguns dos membros mais poderosos da elite colonial, entre os quais se incluía Bernardo Vieira Ravasco – eloquentes demonstrações de força e de mau governo.⁸⁷ Outra foi o uso da força para intimidar oficiais da Câmara a entregar o dinheiro do Donativo, como relata o governador Alexandre de Sousa Freire. Ainda que a infantaria não conseguisse bloquear um ataque estrangeiro mais incisivo,⁸⁸ era suficiente para

⁸⁴ Carta régia sobre o envio de quarenta mil cruzados do Donativo. Lisboa, 6 de junho de 1669. Anexa à Carta do governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, para Sua Majestade sobre o dote da rainha de Inglaterra e paz de Holanda, forma como se paga donativo nas várias capitanias. Salvador, 20 de maio de 1670. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2358.

⁸⁵ Wolfgang Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 149. Informação da Câmara desta cidade que se mandou ao procurador na cidade de Lisboa, o doutor Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 15 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 125-131. Este documento aponta que havia 2.134 praças e tantos oficiais em 1652.

⁸⁶ Thales de Azevedo. **Povoamento da cidade do Salvador**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 189. A cidade teria chegado a vinte mil habitantes na última década do século XVII.

⁸⁷ *Ibidem*, pp. 238-250.

⁸⁸ Carta do governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, para Sua Majestade, sobre as faltas que tem a praça da Bahia, no caso de assalto de holandeses. Salvador, 23 de janeiro de 1668. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2251. Há várias outras cartas enviadas pelo governador-geral ao rei, datadas de 1668, sobre os problemas de defesa da capitania frente a um possível ataque holandês.

garantir ao governo-geral o controle sobre a população da capital da colônia e seu Recôncavo.⁸⁹

Reclamações sobre a intromissão na jurisdição fiscal da Câmara eram comuns. Anos mais, anos menos, as cartas do Senado à metrópole acusavam o desrespeito àquilo que os oficiais entendiam como prerrogativas do poder local. O fato é que o centro desconfiava da retidão dos vassalos de sua periferia americana. Porém, no início da década de 1670 juizes ordinários e vereadores da cidade do Salvador tentaram se defender mais incisivamente. A defesa contra a intromissão de ministros da Fazenda Real na jurisdição fiscal da Câmara era sentida, sobretudo, em questões que envolviam as receitas do município.

Em 1671, os camaristas relataram ao rei que haviam conseguido um contrato de três anos que renderia à Câmara 63 mil cruzados pelas imposições dos vinhos.⁹⁰ Este valor parecia muito bom “porque ainda que nos desse menos é muito conveniente para o sustento da infantaria”.⁹¹ Na mesma carta em que comemoram a arrematação de um bom contrato, os camaristas se mostram bastante sensíveis quanto à vigilância da Fazenda Real, que suspeitava de descaminhos no âmbito da Câmara:

na criação dos mesmos donativos diz o povo que de nenhuma maneira passarão nem se admitirão ministros de Vossa Alteza como das cópias que remetemos consta, e parece senhor razão que se não fie deste Senado e dos que vimos a servir a Vossa Alteza nele com tanto dispêndio de nossas fazendas que serão necessários olheiros sendo ministros.

Dois dias depois, em 18 de agosto, outra carta foi escrita ao príncipe, reafirmando as prerrogativas do poder local sobre a arrecadação dos vinhos, as quais se fundavam no acordo pelo qual o sustento da infantaria foi transferido para a Câmara.

Estes senhor [os vinhos] se contratarão sempre sem assistência do provedor da Fazenda de Vossa Alteza nem de seu procurador [...] sua criação foi condicional porque o povo os deu a Sua Alteza e pôs sobre seus poucos cabedais o imposto de todos os vinhos declarando que de nenhuma maneira

⁸⁹ Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, pp. 128 e 129.

⁹⁰ Uma pipa equivale a 440,7 litros. Portanto, nos primeiros anos da década de 1670, cada litro de vinho valia, no atacado, quase 91 réis. O valor de cada pipa no atacado era 40 mil réis: Carta para Sua Alteza sobre mandar carregar vinhos por sua conta a quarenta mil réis pipa. Salvador, 12 de junho de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 89 e 90. E a arrecadação municipal por pipa era de 16 mil réis, se o vinho fosse da Ilha da Madeira, e 14 mil réis por cada pipa de vinho importada do reino: Carta para Sua Alteza sobre nunca assistirem o provedor-mor nem o procurador da Fazenda nas arrematações dos contratos desta Câmara. Salvador, 18 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 101 e 102.

⁹¹ Carta para sua Alteza sobre se déramos consentimento arrematação que fez dos direitos dos vinhos que se fez a Sebastião Duarte. Salvador, 16 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 92-94.

entraria ministro algum da Fazenda de Vossa Alteza porque no caso que assim sucedesse os haviam por levantados.⁹²

Naquele momento, os oficiais passaram a aceitar que um ministro da Relação fiscalizasse as contas, contanto que a Fazenda Real permanecesse distante de suas receitas: “Vossa Alteza servido pode mandar rever nossas contas por um dos ministros desta Relação ou o que Vossa Alteza for servido mandar”. Mas, mostravam-se desrespeitados em sua “limpeza” enquanto súditos: “servimos a Vossa Alteza neste Senado nos prezamos de tão limpos e verdadeiros como leais vassalos [...] voluntariamente temos sacrificado em seu real serviço as vidas, pessoas e fazendas como leais vassalos”.⁹³

A intromissão no negócio do sal foi além da intenção de vigilância, pois, ao que parece, entre 1671 e 1672, os ministros da Fazenda Real, alegando necessidade de controlar descaminhos, sequestraram para si a renda do contrato. Os camaristas se deram ao trabalho de explicar que, se havia descaminhos, a própria Câmara sofreria as consequências,⁹⁴ pois cabia a ela suprir o que faltasse do sal com outros meios para sustentar a infantaria

o que se contrata fica sendo próprio, e o senhorio não tem mais domínio na coisa arrendada mas que na cobrança do valor dela; segundo porque são distintos os tribunais e não é razão que o nosso procurador vá ser sujeito ao provedor-mor de que somos independentes; terceira que o valor deste rendimento está aplicado à infantaria da praça que está a nosso cargo e não a do provedor [...] seja Vossa Alteza servido ordenar se não entenda conosco nesta soma e também demandar um ministro dos da Relação deste Estado as venha rever assim esta como as mais para que se saiba nosso procedimento e fiquem desenganados da pureza com que neste Senado de Vossa Alteza o servimos.⁹⁵

Os camaristas reclamavam ao príncipe que, com a intromissão, a Fazenda Real estava retardando o pagamento dos soldados. Os ministros da Fazenda Real foram acusados de não respeitar as condições estabelecidas em 1652, quando da transferência

⁹² Carta para Sua Alteza sobre nunca assistirem o provedor-mor nem o procurador da Fazenda nas arrematações dos contratos desta Câmara. Salvador, 18 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 101 e 102.

⁹³ *Idem*, pp. 101 e 102.

⁹⁴ Ao que parece, descaminhos eram comuns e, possivelmente, inevitáveis. Portanto, bastava alegar tais ilicitudes para desencadear uma “intromissão” nas contas da Câmara. Avanete P. Sousa. **A Bahia no século XVIII**, pp. 145 e 146.

⁹⁵ Carta que se escreveu a Sua Alteza sobre o provedor-mor querer obrigar os almoxarifes do sal desta Câmara deem conta. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 96 e 97.

para a Câmara da obrigação do sustento da infantaria: “parece que se não deve alterar esta condição que deu princípio e obrigação de sustentarmos a infantaria”.⁹⁶

Em 1672, outra carta acerca do contrato do sal foi endereçada ao príncipe nos mesmos termos das cartas de 1671. Solicitaram a renda do contrato e o restabelecimento de envios de sal por conta da Câmara, como fora feito até 1670 por meio dos procuradores no reino: “seja Vossa Alteza servido se contrate por nosso procurador na forma que o fez o doutor João de Góes de Araújo porque de outra maneira não fica recíproca a aceitação que fizemos da infantaria e deve se dar cumprimento a ela pois nós a demos a sua despesa”.⁹⁷

Sob dom Pedro, o Conselho Ultramarino passou a aumentar seu controle sobre certas receitas da Fazenda Real. Este é o contexto no qual a Câmara da cidade do Salvador perdeu as rendas com o negócio do sal. As manifestações dos camaristas soteropolitanos acerca deste problema indicaria uma passagem do processo de centralização do Estado português, que apresentava raízes já robustas no século XVII.⁹⁸ O controle sobre o abastecimento de sal das principais praças do Brasil é um exemplo bastante claro dos mecanismos de exploração fiscal da colônia a serviço da centralização metropolitana:

diferentemente do estanco sobre o azeite, farinha ou vinho, o controle monopolístico sobre o sal revelava em todo seu vigor o sentido da colônia. Isto porque, ao contrário desses outros produtos, as condições geográficas do Brasil eram propícias à produção do sal. A metrópole, no entanto, no intuito de proteger os produtores do reino (Setúbal, Alverca e Figueira da Foz e outras regiões tradicionais de salinas) proíbe que o sal fosse extraído das costas tropicais atlânticas. As proibições no sentido de limitar a produção salineira do Brasil se sucedem desde 1665 [...] Entre o salgado e o doce, o apetite fiscal da metrópole optava por ambos.⁹⁹

Em 1676, os camaristas reclamaram pesadamente da intromissão de ministros da Fazenda Real nas finanças municipais. Ministros estavam tentando exigir o pagamento do Donativo do dote e paz em dinheiro, mesmo sabendo que a Câmara aceitava o açúcar tributado por maior valor do que o negociado na praça; além de mandar cobrar os moradores que estavam com pagamento atrasado.¹⁰⁰ No mesmo ano, orientaram o

⁹⁶ Carta para Sua Alteza sobre o sal ser uma das condições com que se aceitou por este Senado o sustento da infantaria desta praça. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 107-110.

⁹⁷ Carta que escreveu este Senado a Sua Alteza sobre o contrato do sal. Salvador, 8 de julho de 1672. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 111 e 112.

⁹⁸ Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**, pp. 357 e seguintes, 367, 368 e 494-496.

⁹⁹ *Ibidem*, pp. 367 e 368.

¹⁰⁰ Carta escrita a Sua Alteza sobre os ministros que se intrometiam na cobrança do Donativo do dote e paz. Salvador, 2 de dezembro de 1676. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 27.

procurador Sebastião de Brito de Castro a tentar conseguir 5 mil cruzados pelas rendas do sal, que serviam para o sustento da infantaria e foram tiradas da Câmara.¹⁰¹

No final de 1677, foi elaborado na metrópole um regimento para cobrança do Donativo e, em 28 de março de 1678, ele já estava registrado no cartório da Câmara.¹⁰² O documento apresenta um breve histórico da arrecadação do Donativo: destaca que, até 1671, Angola e as capitanias do Brasil ficaram devendo o envio de 195.620 cruzados, considerados o abatimento da parcela anual e a prorrogação do prazo. Ou seja, nos oito primeiros anos da cobrança do imposto, quase 9% deixou de ser arrecadado.¹⁰³

Segundo o documento, entre 1671 e 1677, a situação não melhorou, pois houve “descuido” na arrecadação, “omissão e falta na remessa dos efeitos”. Foi concedido um ano a Roque da Costa Barreto, governador-geral, para prestação de contas do Donativo e das consequentes execuções dos endividados. Alegando que, no passado, foram feitos acordos e ajustes que possibilitaram aos moradores o pagamento do imposto e às câmaras do Brasil os devidos trabalhos de arrecadação, o príncipe cobrou rigidez no envio à metrópole dos resultados fiscais: “a façam assim executar inviolavelmente”.

se execute sem que se altere nesta parte as disposições e ordens dadas pelas câmaras até o presente para o lançamento e arrecadação destes donativos de maneira que esteja cobrado o cômputo daquele ano até o tempo da partida das frotas. E o meu mestre de campo general e governador do Brasil e suas capitanias encomendo muito a façam assim executar inviolavelmente.¹⁰⁴

Os tesoureiros municipais deveriam remeter ao reino tudo o que lançaram em seus livros de registro, devendo ser executados se assim não o fizessem. Recomendava-se uma postura parecida com o procedimento mais duro usado pelo governador-geral Alexandre de Sousa Freire em 1667.

Faltando o tesoureiro da câmara com a entrega de toda a quantia que lhe toca pagar naquele ano o provedor-mor de minha Fazenda o fará presente ao meu mestre de campo general o governador do Estado do Brasil e nas mais

¹⁰¹ Carta escrita ao procurador Sebastião de Brito de Castro. Salvador, 1º de setembro de 1676. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 32. Deixou-se para a Câmara 1:300\$ réis como compensação, o que entendo ser um resultado parcial, mas positivo, do processo de negociação. Registro do ajuste do sal que se fez em casa dos contos desta cidade em virtude de uma portaria do provedor-mor Francisco Lamberto. Salvador, registrado em 21 de setembro de 1684. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 380-384.

¹⁰² Registro do Regimento da cobrança do Donativo do dote e paz. Lisboa, 20 de dezembro de 1677. **Documentos Históricos**, volume 79, pp. 233-244. Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, p. 102.

¹⁰³ *Idem*, p. 235.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 237.

capitanias aos governadores delas para o fazer executar em seus bens e de seus fiadores.¹⁰⁵

Detalhou-se no regimento a prestação de contas, registro das cobranças e pagamentos, e o cuidado no envio dos efeitos da arrecadação por meio de letras. Sobre a parte dos recursos arrecadados que era utilizada para a manutenção de navios da carreira da Índia – “grossas adições” foi a expressão com a qual se denominou e qualificou esta despesa, denotando possíveis gastos excessivos –, ressaltou-se que “não havendo chegado nau da Índia até a partida da frota daquele ano se não separa coisa alguma para as ditas naus posto que se entenda que poderá vir nele porque do rendimento que for caindo se poderá suprir esta despesa”.¹⁰⁶

Após os primeiros ajustes no valor e no prazo do Donativo do dote e paz, em meados dos anos 1660, a capacidade do Senado da Câmara em defender sua jurisdição ou de negociá-la declinou. A diminuição do efetivo militar na cidade implementada nas décadas de 1650 e 1660 serviu para retirar da Câmara o contrato do sal, como se viu acima, e, não obstante a demanda colonial permanecer na mesa de negociação, na década de 1670,¹⁰⁷ o número de soldados acabou por se estabilizar em mil praças, divididos em dois terços.¹⁰⁸

À medida em que os indícios de desvios apareciam,¹⁰⁹ em boa parte por conta das disputas internas da elite colonial, a metrópole aumentava a pressão sobre a cobrança do Donativo.¹¹⁰ Segundo cartas da Câmara, que serão apresentadas à frente, as intromissões

¹⁰⁵ *Idem*, p. 238.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 240. O príncipe mandou que os consertos das naus da Índia fossem pagos com os recursos do Donativo. Carta de Sua Alteza escrita ao governador e capitão general deste Estado, Afonso Furtado de Mendonça, em que se consignou o dote de Inglaterra e paz de Holanda à despesa que se fizer com as naus da Índia que arribarem a este porto. Lisboa, 4 de março de 1671. **Documentos Históricos**, volume 26, pp. 233 e 234. José Roberto do Amaral Lapa. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 2000, p. 75.

¹⁰⁷ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Alteza pedindo que se reduzam os dois terços da guarnição daquela praça a um só. Salvador, 1º de setembro de 1676. AHU. BA. Série Luiza da Fonseca, cx. 23, doc. 2733. Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escreveram os oficiais da Câmara da Bahia acerca de se reduzirem os dois terços de infantaria daquela praça a um só. Lisboa, 24 de maio de 1677. AHU. BA. Série Luiza da Fonseca, cx. 23, doc. 2768.

¹⁰⁸ Termo de conchavo com a Câmara da vila de Cairu em que se obriga a dar 1.700 sírios de farinha de guerra por preço de 320 réis e frete o qual conchavo durará até nova resolução do senhor governador Roque da Costa Barreto e da dita quantia de 1.700 sírios de farinha de cada um ano. Salvador, 07 de setembro de 1679. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 264-267.

¹⁰⁹ Um exemplo claro de problema na administração do Donativo apareceu em 1684: o tesoureiro Manoel Garcês estava devendo quase sete contos de réis à Câmara, ou seja, mais de um terço da parcela anual do tributo do dote e paz. Requerimento que fez o doutor Manoel Botelho de Oliveira como contador sobre o que deixa o tesoureiro Manoel Garcês da Silva. Salvador, 27 de maio de 1684. **Atas da Câmaras**, volume 6, p. 378.

¹¹⁰ Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, p. 102. “A interferência régia no fisco sugere algumas alterações nas relações de poder entre os súditos e a Coroa.”

de ministros da Fazenda Real nas finanças municipais se tornaram mais frequentes na regência de dom Pedro,¹¹¹ desrespeitando as prerrogativas de autonomia fiscal dos camaristas no que tocava à arrecadação para o Donativo e à administração de receitas para o sustento da infantaria.¹¹² O processo de centralização dependia do avanço no controle da complexa arrecadação na periferia. A viabilização de ganhos fiscais do Estado metropolitano “impunha o incremento de práticas econômicas que correspondessem a estas aspirações e se compatibilizassem com o potencial das áreas conquistadas e com as teorias mercantilistas então dominantes”.¹¹³

Intensificam-se as dificuldades

Em meados de 1668, os oficiais da Câmara sofreram pressão dos comerciantes para reduzir a taxa cobrada por caixa de açúcar e rolo de tabaco. O argumento da reivindicação foi o abatimento na parcela anual do Donativo e a prorrogação do seu prazo de pagamento. Os oficiais cederam e a taxa por caixa de açúcar exportada passou de 500 para 300, enquanto o rolo de tabaco, que pagava um tostão, passou a ter uma taxa de 70 réis. Esta questão se tornara um problema judicial, e a Câmara alegava, no Tribunal da Relação, que as caixas foram aumentadas de vinte e poucas arrobas para mais trinta e até quarenta arrobas com o intuito de pagar menos imposto; os rolos de tabaco também ficaram maiores. A decisão foi favorável aos mercadores. Ao invés de seguir com o processo na metrópole, os oficiais cederam, mas determinaram que o pagamento das taxas reduzidas seria feito em dinheiro de contado e que os registros passariam a ser minuciosos, com pena de expulsão da praça para os sonegadores descobertos.¹¹⁴

¹¹¹ A despeito de todos os protestos contra o desrespeito às condições de autonomia fiscal que permitiram os acordos relativos ao sustento da infantaria e ao Donativo do dote e paz, o fato é que a metrópole procurou sistematicamente aumentar seu controle sobre as receitas municipais. Carta do provedor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhoa, para Sua Alteza, sobre as contas que se lhe ordenou tomasse aos tesoureiros e almoxarifes da Bahia e de Itamaracá; pede se remetam conhecimentos em forma do que tem enviado por conta do dote da rainha de Inglaterra e paz de Holanda. Salvador, 17 de abril de 1674. AHU. BA. Série Luiza da Fonseca, cx. 22, doc. 2585. Carta do desembargador sindicante, Sebastião Cardoso de Sampaio para Sua Alteza, sobre as contas que reviu dos donativos e imposto que a Câmara da Bahia aplicou ao sustento da infantaria, e dúvidas que pôs a esta despesa daquela Câmara e outras despesas de obras e propinas nas ocasiões das festas. AHU. BA. Série Luiza da Fonseca, cx. 22, doc. 2642.

¹¹² Carta escrita a Sua Alteza sobre os ministros que se intrometiam na cobrança do Donativo do dote e paz. Salvador, 2 de dezembro de 1676. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 27.

¹¹³ Avanete Pereira Sousa. **A Bahia no século XVIII**, p. 111. Para uma breve discussão sobre os significados e o impacto da crescente complexidade fiscal do Estado na Época Moderna, consultar as pp. 107 e seguintes.

¹¹⁴ Termo de assento que fizeram os oficiais da Câmara sobre o requerimento feito pelos homens de negócio desta praça. Salvador, 23 de junho de 1668. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 362-365.

A fim de compensar a perda na arrecadação sobre as caixas de açúcar e rolos de tabaco, os oficiais propuseram, em meados de 1668, um imposto de 25 mil réis por alambique, a ser aprovado pelo governador.¹¹⁵ Em 1664, o rei isentou os senhores de engenho da proibição de produzir cachaça e aguardente para consumo de seus escravos, e este ato alicerçou a interpretação de que a legislação contra a cachaça e a aguardente coloniais estava superada.¹¹⁶ A proibição fora questionada por João de Góes de Araújo, quando era procurador da cidade em Lisboa, mas uma decisão final sobre o problema ainda não chegara à Bahia. Convinha, portanto, cobrar impostos sobre a bebida “para ajuda do sustento da infantaria”.¹¹⁷

O governador concordou. Um contrato de três anos sobre os alambiques deveria logo ser arrematado. Logo em seguida, a metrópole seria comunicada. Não obstante a esperada resistência dos comerciantes de vinho do comércio colonial, para quem a bebida local prejudicava seu negócio, esperava-se que o argumento da necessidade desta cobrança fosse suficiente, afinal, a Bahia estava sobrecarregada pelo sustento da infantaria e pelo Donativo do dote e paz e era necessário levantar novas fontes de receita.¹¹⁸

Em abril de 1669, os oficiais remeteram carta ao procurador em Lisboa, José Moreira de Azevedo, informando sobre o andamento de vários negócios. Neste documento, o procurador foi instruído a conseguir uma provisão do príncipe que garantisse a autonomia da Câmara, contra a intromissão de ministros da Fazenda Real, na tributação dos 300 réis sobre as caixas de açúcar e 70 nos rolos de tabaco e, o mais importante, que esta tributação voltasse a ser de 500 réis por caixa e 100 por rolo. O procurador foi informado que o imposto das caixas e rolos deu 11.600 cruzados e que se “transferiu em sustento dos soldados a importância do direito dos açúcares e tabacos que assim se escusavam mais fintas”.¹¹⁹ A disputa com os mercadores por um imposto

¹¹⁵ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara sobre o que resultou da carta que escreveram ao senhor Alexandre de Sousa Freire, governador-geral, e resposta que o dito senhor mandou em a qual se concluiu se arredarem por contrato as bebidas de aguardente e vinho de mel. Salvador, 21 de agosto de 1668. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 367-368.

¹¹⁶ Frédéric Mauro. **Portugal, o Brasil e o Atlântico** (1570-1670), volume 2, Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 93. O autor aponta legislação de 1649 que permitia a produção de aguardente para consumo interno dos engenhos, sendo sua comercialização proibida.

¹¹⁷ Registro do traslado da carta que este Senado escreveu ao governador Alexandre de Sousa Freire. Salvador, 24 de julho de 1668. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 369-371.

¹¹⁸ Cópia da carta que mandou o senhor Alexandre de Sousa Freire a este Senado. Salvador, 20 de agosto de 1668. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 371 e 372.

¹¹⁹ Carta que se escreveu ao procurador José Moreira de Azevedo. Salvador, 14 de abril de 1669. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 73-78. Neste documento, os oficiais informaram dispensa dos serviços do conselheiro Feliciano Dourado.

municipal mais alto sobre as caixas e rolos não estava terminada, a despeito do recuo dos camaristas que serviram em 1668.

No final de 1669, a Câmara atacou o privilégio reivindicado pelas “religiões” de não pagar impostos. A querela sobre os setores e os indivíduos isentos é longa e não chegou a solução alguma durante todo o período que este estudo abrange, pois as reclamações dos oficiais acerca destes privilégios foram constantes e não encontrei registro de que ordens emitidas da metrópole, ou arranjos na própria colônia, tenha alcançado resultado significativo. Numa carta ao príncipe, alegavam os oficiais que, em Angola, “mandou Vossa Alteza que pagassem todos os direitos impostos os religiosos da Companhia, livrando-lhes somente o direito de 26 escravos para seu uso”. Com base neste argumento, encadearam a solicitação abaixo:

rogamos a Vossa Alteza que ordene que nenhuma pessoa se possa isentar das imposições que temos lançado ao povo para sustento da infantaria por quanto os religiosos não querem contribuir com o que lhe tocam sendo que nestas partes negociam e lucram com vantagem dos mais moradores resultando desta isenção grande diminuição da Fazenda Real a prejuízo dos pobres.¹²⁰

Em 1672, o príncipe ainda não havia emitido nenhuma ordem definitiva sobre a proibição da cachaça e da aguardente locais e, conseqüentemente, a cobrança de impostos não estava inibida e poderia ser reforçada. Em fevereiro, dezenas de interessados se reuniram aos oficiais da Câmara para deliberar acerca do assunto. As necessidades fiscais da Câmara, com destaque para o sustento da infantaria e o Donativo do dote e paz, motivaram a discussão, que se baseava numa constatação bastante honesta acerca da proibição da cachaça: “nunca fora possível extingui-la, porque haviam ocasionado fazerem-na os ricos”. Diante dessa realidade, cabia cobrar impostos mais substanciais do que os 25 mil réis por alambique propostos em 1668: os alambiques de dois canos passariam a pagar 80 mil réis; os de um cano, 50 mil; com obrigação de tirar uma licença municipal, havendo multa para os que destilassem sem a permissão; os senhores de engenho passariam a pagar 60 mil réis pelos alambiques de dois canos e 40 mil sobre os mais simples e, se vendessem a bebida, seriam tributados em 10 mil réis por pipa. Os varejistas deveriam conseguir uma permissão e registrar suas compras junto ao

¹²⁰ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Alteza para que se servisse pagar-nos também os donativos as religiões. Salvador, 16 de novembro de 1669. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 86.

contratador, para não incorrer em penas. Com estas condições, os oficiais da Câmara pretendiam conseguir um bom pagamento pelo contrato.¹²¹

Voltando a 1668, os camaristas procuraram reforçar o caixa da Câmara por meio de uma distribuição de oito mil alqueires de sal na cidade do Salvador e Recôncavo, uma espécie de venda forçada aos moradores.¹²² Em 1669, após pressão do governador-geral,¹²³ o mesmo expediente foi utilizado para auxiliar no sustento da infantaria.¹²⁴ Esta forma de arrecadação era uma entre as mais suaves, pois o produto tinha boa saída e era utilíssimo para todos. Em fevereiro de 1670, os oficiais ponderaram sobre a compra de um carregamento de seis mil alqueires de sal, a 200 réis cada (rendendo um lucro de 120 réis por alqueire, já que cada alqueire era vendido aos moradores por 320). A despeito do lucro certo, àquela altura havia muito sal na cidade, e houve certa vacilação dos vereadores e juízes em fechar o negócio.¹²⁵

Ainda em 1668, o governador pressionou a Câmara para organizar e iniciar os trabalhos de arrecadação dos 42.500 cruzados, parcela do Donativo a ser remetida ao reino em 1669.¹²⁶ Com a autoridade metropolitana acompanhando de perto, a arrecadação tendia a ser mais zelosa, mesmo que este cuidado se voltasse contra uma decisão do próprio governador. Em outubro de 1670, os oficiais da Câmara, juiz do povo e mestres protestaram contra o pagamento de um soldo, considerado elevado, para o coronel Acenso da Silva. A ordem de pagamento vinha do governador-geral, que se baseava em ordenado

¹²¹ Termo da junta que se fez sobre as condições com que se há de arrematar aguardente e cachaça na forma das que se leram ao povo que vão lançadas adiante. Salvador, 17 de fevereiro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 60-63.

¹²² Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara por onde resolveram se lançasse oito mil alqueires de sal a este povo para acudir o sustento da infantaria. Salvador, 26 de setembro de 1668. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 376-379.

¹²³ Carta que se escreveu aos oficiais da Câmara desta cidade. Salvador, 9 de agosto de 1669. **Documentos Históricos**, volume 86, pp. 169 e 170. Tornaram-se comuns os atrasos dos soldos e a fiscalização do governador-geral sobre os trabalhos fiscais da Câmara acerca do sustento da infantaria: “será razão que vossas mercês deem agora na necessidade presente o remédio que lhes parecer buscar para que a infantaria seja paga, pois não pode mais esperar”. Muitas cartas do governador Alexandre de Sousa Freire aos oficiais da Câmara da cidade do Salvador deixam a impressão de que a instituição municipal só cumpria suas obrigações fiscais devido às pressões da autoridade metropolitana. **Documentos Históricos**, volume 86, pp. 163-187.

¹²⁴ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara para haver de se repartir três mil alqueires de sal pelas companhias desta cidade. Salvador, 10 de setembro de 1669. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 10 e 11.

¹²⁵ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara sobre o sal que compraram ao general da armada Antônio de Sousa Montenegro. Salvador, 06 de fevereiro de 1670. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 25 e 26.

¹²⁶ Termo e assento que mandaram fazer os oficiais da Câmara sobre a resolução que o senhor Alexandre de Sousa Freire tomou na carta que escreveu a este Senado para efeito de se tomar resolução e assento sobre a contribuição que se a de pagar para o dote e paz de Holanda. Salvador, 25 de outubro de 1668. Termo de assento que se tomou perante os oficiais da Câmara pelos coronéis dos partidos desta cidade e seu Recôncavo com as pessoas mais de cada um dos partidos. Salvador, 26 de outubro de 1668. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 387-392.

semelhante praticado no passado. Temiam os camaristas que soldos elevados poderiam motivar que outros oficiais “façam a isso réplica”, o que não era conveniente pois o povo estava “sobrecarregado [...] com a despesa da infantaria como a que se fez com o dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda quando se acham tão exaustos de cabedais”.¹²⁷

Em 1670, o peso da carga fiscal sobre os moradores da Bahia atingiu o procurador da cidade em Lisboa. José Moreira de Azevedo estava recebendo anualmente 500 mil réis, um ordenado que os oficiais camarários daquele ano julgaram demasiado alto.¹²⁸ Uma resolução de maio apresenta indício de que um acordo estava em andamento com o substituto de Azevedo, Manoel Barreto de Sampaio, secretário do Conselho Ultramarino, que embolsaria apenas cem mil réis anuais. Assim, os oficiais estariam “restituindo aos soldados” a diferença entre os ordenados – no termo, apontou-se um atraso de sete meses no sustento da infantaria. A mudança de procurador seria

conveniente ao serviço de Sua Alteza e desta Câmara, sustento da infantaria desta praça e melhoras do povo a que atendem pois quando faltam os efeitos dos vinhos suprem com suas fazendas e cabedais que hoje tem atenuados com as muitas perdas e dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda que cada ano pagam.¹²⁹

Independentemente dos fatores políticos que levaram ao fim do mandato do procurador, vale lembrar que sua atuação produziu efeitos no final de 1669. Provocado justamente pela atuação de Azevedo, o Conselho Ultramarino discutiu em novembro daquele ano possível reformação dos terços da Bahia e de Pernambuco. Acerca da demanda dos moradores da Bahia, o texto da consulta relata que “pedem a Vossa Alteza [...] mandar reduzir os dois terços [...] a um somente”.¹³⁰ Por outro lado, problemas com o contrato do sal, acusados em 1671 e injustamente atribuídos ao procurador, mancharam sua atuação: por “pouca vigilância do procurador José Moreira de Azevedo, o qual

¹²⁷ Termo sobre o soldo do coronel Acenso da Silva. Salvador, 22 de outubro de 1670. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 42-44.

¹²⁸ Carta que os oficiais da Câmara escreveram ao procurador o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 08 de junho de 1670. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 90. “na frota, mandamos nova procuração a quem nos sirva, e leve menos salário”.

¹²⁹ Termo de resolução que se tomou a requerimento do procurador do Conselho Manoel Borges Marim e dos mestres sobre eleger novo procurador em lugar do capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 31 de maio de 1670. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 34 e 36.

¹³⁰ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a reformação dos terços da Bahia e Pernambuco. Lisboa, 06 de novembro de 1669. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 20, doc. 2335. Neste documento José Moreira de Azevedo apareceu como “procurador geral do Estado do Brasil”.

segurando-nos que na frota vinha o novo arrendamento nos achamos sem ele e sem efeitos para o sustento da infantaria”.¹³¹

Em 1672, um novo procurador da cidade foi nomeado para atuar em Lisboa: Gregório de Matos e Guerra,¹³² com salário de cem mil réis por ano.¹³³ Em novembro, foi registrado na Câmara o traslado da *Instrução* que guiara a atuação de José Moreira de Azevedo como procurador da cidade em Lisboa. Em tempos de transição de procurador da cidade em Lisboa, possivelmente, os camaristas avaliaram as negociações que deviam continuar recebendo atenção em Lisboa.

A instrução apontava as cinco demandas ou requerimentos mais importantes da elite colonial da Bahia em meados dos anos 1660. Primeiro: era necessário apresentar à Coroa as dificuldades econômicas da açucarocracia e, de modo geral, da capitania, com vistas à concessão de possíveis alívios fiscais. Segundo: o procurador devia manter o contrato de envio de sal para a Bahia a fim de ampliar a arrecadação da Câmara. Terceiro: solicitação de moeda de cobre e moeda provincial¹³⁴ de prata. Quarto: pedir ao rei que mande o governador fazer guerra contra os índios inimigos que atacavam o Recôncavo e contra o Quilombo dos Palmares. Quinto: solicitação para ampliar medidas que favoreçam os engenhos.¹³⁵

Gregório de Matos recebeu, no início de 1673, uma carta com instruções específicas, com o que se pode atualizar o estágio das demandas coloniais. Como era de se esperar, a principal frente de negociação continuava a ser fiscal. A prioridade era evitar mais um imposto, o do correio, que teria levado o povo a quase se amotinar, pois “este ofício é tributar os povos e molestá-los nesse Estado”. Contra os males da cobrança do

¹³¹ Carta para Sua Alteza sobre o sal per uma das condições com que se aceitou por este Senado o sustento da infantaria desta praça. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 107-110.

¹³² Na História da Bahia, Gregório de Matos e Guerra mereceu mais destaque como procurador do que como procurador da Câmara. Devido a seus versos satíricos, foi apelidado de Boca do Inferno. Uma biografia respeitada sobre o ex-procurador da Bahia é Fernando da Rocha Peres. **Gregório de Mattos Guerra: uma re-visão biográfica**. Salvador: Macunáima, 1983.

¹³³ Termo de eleição que fizeram os oficiais da Câmara na pessoa do doutor Gregório de Matos e Guerra para procurador desta cidade na corte de Lisboa. Salvador, 17 de agosto de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 70 e 71. O poeta durou pouco no cargo: Termo do ordenado que os oficiais da Câmara resolveram se desse ao capitão Sebastião de Brito de Castro pelo cargo de procurador desta Câmara na corte de Lisboa. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 143-145.

¹³⁴ Este tipo de moeda era cunhado para circular em um determinado espaço e, normalmente, com valor especial. Fora dali, ou não podia servir como meio de pagamento ou não teria o mesmo valor. A moeda provincial oferecia a vantagem de preservar uma parte significativa do meio circulante da evasão monetária, estabelecendo uma quantidade mínima de dinheiro para o atendimento das necessidades comerciais e administrativas locais ou regionais.

¹³⁵ Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 74-76.

correio sobre a população, alegavam que “não costuma Sua Alteza impor tributos sem justificado fundamento”.¹³⁶

Na sequência do documento, aparecem os seguintes assuntos: a condução das freiras fundadoras do convento em Salvador; remessa de moeda miúda de prata para a Bahia; solicitação para impedir que os religiosos aumentem ainda mais suas propriedades, pois resistiam ao pagamento de impostos, o que, com o aumento de seu patrimônio, sobrecarregava os outros moradores; pedido por almotacéis da limpeza para a cidade; o problema com o negócio do sal; e passagem do lugar da cidade da Bahia do segundo para o primeiro banco nas cortes.

O procurador teria escrito à Câmara em 15 de dezembro de 1672 para informar o que lhe explicaram em Lisboa sobre o problema do contrato do sal. A intromissão da Fazenda Real no negócio se fundava na diminuição da infantaria, que caíra de dois mil praças para cerca de mil nos últimos vinte anos – como se, pela diminuição desta despesa militar, a Câmara estivesse arrecadando mais do que o necessário para o pagamento dos soldados, não sendo descabido levar menos pelo sal. Os camaristas, por sua vez, firmaram pé nas condições assentadas em 1652, pelas quais a renda do sal passara à Câmara.

Em meados da década de 1660, o consumo anual de sal na Bahia seria de 60 mil alqueires,¹³⁷ o que renderia, no mínimo, sete mil contos de réis para o fisco municipal (ganho aproximado de 120 réis por alqueire). Pode-se projetar um consumo de sal de 30 mil alqueires, para eliminar possível otimismo na estimativa de consumo, o que renderia 9 mil cruzados à Câmara. Destes 9 mil cruzados, passaram a entrar nas contas da Câmara apenas uma compensação de 1:300\$000 réis (3.250 cruzados), dada pela perda do contrato do sal.¹³⁸ Um desfalque de significativos 5.750 cruzados – cerca de 10% da despesa militar anual com o sustento da infantaria. Em anos de consumo mais forte, quando a demanda poderia chegar aos 60 mil alqueires, como se projetara anos antes, os ganhos com o negócio do sal, então retirados da Câmara, chegariam a representar algo entre 20 a 30% da despesa militar da cidade.

As tensões relacionadas ao negócio do sal aumentaram em 1673. Gregório de Matos informara que, na corte, já se conversava sobre a devolução do sustento da

¹³⁶ Carta escrita ao procurador deste Senado Gregório de Matos Guerra. Salvador, 09 de março de 1673. **Cartas do Senado**. Volume 1, pp. 119-123.

¹³⁷ Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 74-76.

¹³⁸ Carta escrita ao procurador Sebastião de Brito de Castro. Salvador, 1º de setembro de 1676. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 32. Por vezes, algum sal era consignado à Câmara para reforçar o caixa, com se viu em meados da década de 1690. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 279-281.

infantaria para a Fazenda Real. Respondendo ao procurador, os oficiais da Câmara resolveram subir o tom, mandando seu procurador “fazer presente aos senhores ministros em particular e no Conselho o necessário, e verão a pouca justiça com que fazem tanto caso da obrigação da Câmara sustentar os soldados, que na verdade é coisa escandalosa quererem que seja obrigação o que é serviço”. Parecia que os homens do governo metropolitano entendiam o sustento da infantaria simplesmente como imposto, desconsiderando o caráter de serviço voluntário ao rei sobre o qual os camaristas da Bahia apoiavam seus argumentos. Os oficiais não pretendiam abrir mão do sustento da infantaria: “não convirá a este povo, pois é tornar a ficar sujeito à vontade do governo e do provedor para quanto dinheiro quiserem pedir, com pretexto de serviço de Sua Alteza que tantas injustiças cobra em toda a parte”. Não satisfeitos, dispararam também contra o Donativo do dote e paz, alegando que no “reino houve décimas para guerra, acabou-se esta e gozam os povos da paz sem as pagar nem lhe impor coisa alguma para a paz de Holanda”.¹³⁹

A conjuntura recessiva para a produção e o negócio do açúcar, mais uma vez, foi apontada, realçando o valor dos vassalos, que se endividavam em meio ao aumento das dificuldades. Por sempre estarem dispostos a obedecer ao príncipe, muitos tinham “empenhada a fazenda em que vivem e em que laboram toda a vida sem descanso em benefício e utilidade deste reino, e nenhuma sua como se prova nos notórios empenhos em que estão todos pela pouca estimação de seus frutos”. Os açúcares e outros gêneros coloniais, por sua vez, estavam “tão inúteis ao negócio e comércio por carregados de tão excessivos direitos como se lhe impuseram”.¹⁴⁰ Na segunda metade da década de 1670, o endividamento passou a ser um tema frequente na correspondência com a metrópole.¹⁴¹

¹³⁹ Carta escrita ao procurador na cidade de Lisboa Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 21 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 124 e 125. A ação fiscalizadora do provedor sobre as contas municipais visava garantir as rendas da Fazenda Real (as terças, normalmente) e os interesses da Coroa; nesse sentido, a atuação do provedor se relaciona ao processo de centralização do Estado moderno. Conferir em Avanete P. Sousa. **A Bahia no século XVIII**, pp. 85, 87 e 89; sobre as terças, pp. 169 e seguintes.

¹⁴⁰ Junto com a carta de 21 de novembro de 1673, os oficiais da Câmara enviaram outro papel para o procurador Gregório de Matos, explicando com mais detalhe o processo de transferência do sustento da infantaria da Fazenda Real para a Câmara, e o problema com o contrato do sal: Informação da Câmara desta cidade que se mandou ao procurador na cidade de Lisboa, o doutor Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 15 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 130.

¹⁴¹ Carta escrita para Sebastião de Brito de Castro, procurador desta cidade. Salvador, 28 de junho de 1677. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 22 e 23. “Vossa mercê ponha todo o cuidado em que se consigam esses peditórios com brevidade como também de que venha nova ordem para que as fábricas dos engenhos e fazendas não sejam penhoradas na forma em que Sua Alteza nos fez mercê passar”. Esta carta mostra as razões para a maior frequência do tema do endividamento na correspondência da Câmara com a Coroa: tratava-se de impedir que senhores endividados fossem executados nos equipamentos e nos escravizados de seus engenhos; as execuções poderiam ser feitas apenas na produção. Esta legislação tinha o objetivo de

Ao mesmo tempo em que se instruía o procurador da cidade em Lisboa, do outro lado do Atlântico, os oficiais da Câmara enfrentavam mais dificuldades. Ainda em 1673, a Câmara tomou um empréstimo em pipas de vinho, no valor de oito mil cruzados. Os mercadores da bebida entenderam que a operação da Câmara lhes prejudicaria e acionaram o Tribunal da Relação, onde os camaristas já enfrentavam processos impetrados por conta de supostos problemas na cobrança do Donativo do dote e paz. Cartas enviadas ao príncipe e ao procurador Gregório de Matos tentavam conseguir a aprovação metropolitana para o negócio do vinho e uma medida do príncipe que prevenisse contra os embaraços na arrecadação do Donativo causados pelos ditos processos. O principal argumento da demanda era a necessidade de dinheiro para pagar os soldados, pois ficavam “inquietos por mal pagos” e causavam muitos danos.¹⁴²

Em 1674, os camaristas assinaram com o governo da vila de Camamu mais um contrato de fornecimento de farinha de mandioca. Estes contratos eram conhecidos como o “conchavo da farinha” e a Câmara do Salvador conseguia um bom ganho com esta operação (em 1678, os camaristas ganharam dos soldados 100% sobre o preço que pagaram pela farinha aos fornecedores das vilas de Cairu, Camamu e Boipeba¹⁴³). O conchavo já era uma fonte de receita da Fazenda Real na primeira metade do século XVII, e, deste modo, fora dado ao governo da cidade quando da transferência do sustento da infantaria.¹⁴⁴ No início da década de 1660, as vilas de baixo, como eram conhecidas Camamu, Cairu e Boipeba, passaram a entregar parte de seus fornecimentos de farinha a Salvador como contribuição para o imposto do dote e paz, reforçando a continuidade do desses contratos.¹⁴⁵

evitar a “desfabricação” das unidades produtivas, preservando a produção e o comércio coloniais, a base material da convergência entre açucarocracia, poder local e Coroa.

¹⁴² Carta escrita a Sua Alteza sobre o lançamento de pipas de vinho por este Senado. Salvador, 24 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 3 e 4. Carta para o doutor Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 25 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 5.

¹⁴³ Pedro Puntoni. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 158 e seguintes.

¹⁴⁴ Termo sobre se não dar nada ao almoxarife das descargas. Salvador, 12 de maio de 1660. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 40 e 41.

¹⁴⁵ Termo de conchavo com a Câmara da vila do Cairu em que se obriga a dar 1.700 sírios de farinha por preço de 320 réis de principal e frete por tempo de três anos, a dita quantia cada ano. Salvador, 18 de julho de 1674. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 130-133. Um trecho do termo de conchavo feito com a vila do Camamu, registrado um mês depois, apresenta um trecho pelo qual podemos inferir que o fornecimento obrigatório de farinha a Salvador não era algo confortável para as vilas de baixo: “era obrigada por serviço de Sua Alteza visto não ter novidade nem violência que se lhe fizesse, senão continuação do governo e estilo antiquíssimo” – ao declarar que não havia violência no conchavo, o documento revela que o entendimento inverso era plausível. Conferir em Termo de conchavo que fez esta Câmara da Bahia com a da vila do Camamu para haver de dar quatro mil sírios de farinha para sustento da infantaria. Salvador, 17 de agosto de 1674. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 139. No texto “O conchavo da farinha: espacialização

Segundo o *Termo de conchavo com a vila de Camamu*, de 1674, a infantaria era composta por cerca de mil soldados: “eram necessários seis mil sírios¹⁴⁶ de farinha cada ano para a ração de mil praças que atualmente se socorrem”. O mesmo efetivo foi relatado em uma carta de 1669, pela qual os oficiais da Câmara pediram a redução da tropa de dois para apenas um terço, demanda que permaneceria sem atenção por parte da metrópole.¹⁴⁷ Durante a década de 1660, segundo a documentação camarária, o efetivo foi reduzido em 33%: no final da década de 1650, os dois terços da cidade eram compostos por cerca de 1.500 soldados,¹⁴⁸ e, em 1669, os dois terços reuniam cerca de mil praças. Isto indica que os apelos pela diminuição do efetivo tinham sido, ao menos em parte, bem-sucedidos. Os tratados diplomáticos da década de 1660, principalmente aquele feito com os Países Baixos, e o fim da guerra com a Espanha contribuíram para o avanço da negociação pelo alívio no sustento da infantaria.

Outra informação relevante é a descrição das hostilidades dos soldados quando ficavam sem os soldos e rações, algo incomum nos registros camarários até então: o conchavo da farinha evitaria “insultos e clamores que fazem os soldados pelos caminhos quando lhes falta e retarda a dita ração”. Em seguida, o “conchavo” com a vila do Camamu foi assinado e, mais uma vez, apareceu uma descrição das hostilidades dos soldados: “inquietações, violências, brigas dos soldados com o povo; e tudo se devia atalhar tendo esta Câmara farinha para a ração”.¹⁴⁹ Em 1688, as tensões desencadeadas

do sistema econômico e o governo geral na Bahia do século XVII” In: **O Estado do Brasil**, p. 165, Pedro Puntoni aponta o sentido opressivo dos conchavos para as vilas de baixo.

¹⁴⁶ Um sírio equivalia 24 litros aproximadamente. O sírio equivalia nas vilas de baixo a dois alqueires, que seriam 8 quartas. Contudo, o conchavo previa que o sírio deveria conter 7 quartas, no mínimo, ao chegar em Salvador. Se um alqueire corresponde a 13,8 litros e oito quartas, o sírio em Salvador (7 quartas) deveria conter 24,15 litros. Conferir em **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 224 e 225; Luis Lisanti Filho. **Negócios coloniais**: (uma correspondência comercial do século XVIII). Volume 1. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, pp. LXXXVIII.

¹⁴⁷ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Alteza para que se servisse de extinguir um regimento de infantaria. Salvador, 16 de novembro de 1669. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 84. Segundo este documento, o sustento da infantaria, incluindo a despesa com as fortalezas, passava de 60 mil cruzados por ano.

¹⁴⁸ W. Lenk. **Guerra e pacto colonial**, p. 149. Entre 1652 e 1657, segundo o governador-geral Francisco Barreto, a quantidade de rações pagas pela cidade aos militares caíra de 2.134 para 1.800. Carta para os oficiais da Câmara desta cidade acerca de se acrescentar a ração dos ajudante supramentários. Salvador, 15 de setembro de 1657. **Documentos Históricos**, volume 86, p. 142.

¹⁴⁹ Termo de conchavo que fez esta Câmara da Bahia com a da vila do Camamu para haver de dar quatro mil sírios de farinha para sustento da infantaria. Salvador, 17 de agosto de 1674. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 138-142. Segundo este documento, a parte do Camamu no Donativo do dote e paz era de apenas 200 mil réis, pouco mais de 15% dos 1:280\$000 réis que a vila receberia pelos quatro mil sírios contratados com Salvador; neste caso, a autoridade metropolitana do governador-geral era o fator que obrigava os produtores da vila a entregar por 320 réis cada sírio de farinha (possivelmente, metade do valor que os soldados pagavam pela mercadoria).

pela falta de ração e soldos chegaram a provocar um motim de parte da infantaria, a dita Revolta do Terço Velho, que será apresentada à frente.

Estas descrições, ainda que sucintas, indicam a possibilidade de que tais eventos tenham ocorrido em 1674. A despeito da bem-vinda redução do efetivo, as dificuldades dos moradores com o sustento da infantaria persistiam nos primeiros anos da década de 1670. As despesas com as expedições na guerra contra os índios hostis nos arredores do Recôncavo ampliaram as dificuldades fiscais. Do final da década de 1660 até 1673, os custos desta guerra para Fazenda Real e moradores da Bahia passavam de 61 mil cruzados.¹⁵⁰

Em 1671, a despesa com as expedições chegou a mais de 17.300 cruzados devido ao custeio do embarque e sustento dos paulistas que enfrentariam os índios.¹⁵¹ Esta despesa tem relação com a remessa deficitária do Donativo do dote e paz para o reino naquele ano, quando foi enviado, por conta deste tributo, um carregamento de açúcar e tabaco no valor de apenas 9:970\$905 réis, “que foi o mais que pudemos alcançar para o ano”. O valor do carregamento equivale a 24.927,26 cruzados, quase 20 mil cruzados a menos do que o estabelecido como parcela anual para o imposto do dote e paz.¹⁵² Os oficiais se comprometeram a compensar nos anos vindouros a falha com o Donativo.

A carga tributária agravava a situação da elite açucareira. Em 1672, os senhores de engenho provocaram a Câmara a fazer a seguinte solicitação ao príncipe dom Pedro: “pedimos a Vossa Alteza seja servido aliviar os direitos para que tenha conta a mercancia único nervo desta cidade” pois “pelas muitas despesas que faz e encargos que tem viera a secar o comércio”.¹⁵³ Uma carta de 1671 acusa problemas na produção:

entramos a servir neste Senado em primeiro de janeiro deste presente ano em que devíamos fazer o lançamento para o dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda a que faltamos pela grande impossibilidade e falta que havia de canas e de seu rendimento e considerando nós o estado da terra, e poucos cabedais dos moradores dela.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Pedro Puntoni. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, Edusp e Fapesp, 2002, p. 112. Dentro da Guerra dos Bárbaros, o conjunto das operações em defesa da colonização do Recôncavo foi denominada por Puntoni como Guerra do Aporá.

¹⁵¹ Carta para Sua Alteza sobre o gasto que se fez com a gente que veio de São Paulo. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 97-99.

¹⁵² Carta para Sua Alteza sobre o que se lhe carregou nesta Frota que é general Victório Zagallo Preto, por conta do Donativo do dote e paz de Holanda. Salvador, 18 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 103.

¹⁵³ Carta para Sua Alteza. Salvador, 23 de agosto de 1672. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 114 e 115.

¹⁵⁴ Carta para Sua Alteza sobre a desculpa de se não botar este ano de seiscentos e setenta e um finta do dote e paz de Holanda. Salvador, 14 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 104 e 105. Seguindo seu antecessor, Antônio Furtado do Rio de Mendonça manteve a pressão sobre a Câmara da cidade do Salvador com o objetivo de obrigar os camaristas a cumprir com suas obrigações fiscais,

No mesmo documento, após a consideração citada acima, constrangidos pelo governador-geral Afonso de Furtado, que lhes cobrava o correto pagamento do Donativo, os oficiais emendaram e seguinte “desculpa”, esperando que o príncipe compreendesse a situação de guerra que a colônia passava e os aliviasse do cumprimento completo de seu compromisso:

procuramos saber o que se devia ao dito lançamento e achamos quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e seis cruzados, e nos foi presente se havia mandado vir da vila de São Paulo conquistadores para fazerem oposição ao tapuia bárbaro [...] e que vinham à custa do povo pareceu-nos não ser razão fazer novo lançamento assim pela impossibilidade dos vassalos de Vossa Alteza como pelo gasto que os esperava e a dívida que se devia causa por onde não fizemos o dito lançamento.

Os frequentes lançamentos de finta perturbaram os moradores desde os tempos da guerra contra os holandeses até o final da década de 1660. Após a imposição do Donativo, pressionados pelo clamor dos moradores, os camaristas resolveram se esforçar para lançar apenas uma finta por ano.¹⁵⁵ Este grande lançamento era imposto aos moradores como contribuição para o Donativo do dote e paz, mas nela eram penduradas outras despesas, por exemplo, um valor que servia para complementar o sustento da infantaria. Como já havia sido lançada a finta para as expedições, não foi lançada outra. Entre o rei, o governador-geral, as contingências que atingiam as contas municipais e os clamores da população contribuinte, o Senado da Câmara sofria com o desgaste político.

Na Câmara, considerava-se, em primeiro plano, a situação dos moradores, em particular, a da açucarocracia. O Senado era porta-voz da elite colonial e desta era oriunda a maior parte dos juizes ordinários e vereadores. Porém, o sentido de sua atuação fiscal estava fortemente vinculado aos interesses e necessidades do Estado metropolitano, ao qual se devia, além de papel de destaque na conservação da colônia, leais satisfações e pesados impostos, mesmo que revestidos com o verniz de serviço voluntário ao príncipe.

Em 1673, os oficiais da Câmara reivindicavam que o assento da cidade nas cortes passasse do segundo para o primeiro banco, alegando a seu favor o fato de os moradores

principalmente, o pagamento do Donativo do dote e paz e o sustento da infantaria. O governador-geral escreveu à Câmara várias cartas neste sentido. Conferir em **Documentos Históricos**, volume 86, pp. 195 e seguintes.

¹⁵⁵ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos Donativos. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 45-48. Carta escrita a Sua Majestade sobre a cobrança do Donativo do dote da sereníssima rainha e paz. Salvador, 15 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 18.

terem servido nas guerras contra os holandeses e contra os índios, e se sacrificado no pagamento de muitas despesas e tributos. O conflito contra o “gentio bárbaro” havia consumido

mais de sessenta mil cruzados logo mais o sustento da infantaria na maior parte que sendo hoje menos que nunca os números das praças [...] se consome na razão ordinária de dinheiro e farinha porque menos de sessenta mil cruzados a cada ano, e sobretudo esta despesa contribui com um milhão e duzentos e oitenta mil cruzados a quarenta por ano para a paz de Holanda e dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha.¹⁵⁶

Em abril de 1674, o governador-geral, Afonso de Furtado, ordenou à Câmara que reembolsasse toda a despesa que a Fazenda Real teve na guerra contra o “gentio bárbaro”: mais de 35.620 cruzados, o que elevaria a conta da Câmara com esta guerra para cerca de 100 mil cruzados. Respondeu-se ao governador o seguinte: “Sua Alteza mandou fazer guerra por conta de sua Real Fazenda como o direito e a justiça pede, e obriga os reis e príncipes em defesa de seus vassallos”, sendo já bastante o que os moradores da Bahia tinham despendido com as entradas punitivas nas últimas décadas, além do sustento da infantaria. Reforçam o argumento em passagem posterior da mesma carta:

por sua Alteza deve de direito e justiça por sua Fazenda Real defender seus vassallos e principalmente a impossibilidade com que estão estes moradores por tão continuados donativos e serviços, que têm feito e estão fazendo sustentando a infantaria e presídio dessa cidade e contribuindo juntamente para os quarenta e dois mil cruzados por ano para a paz de Holanda e do dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha.¹⁵⁷

Os esforços dos moradores em cumprir os compromissos tributários foram realçados pela murmuração acerca da situação da produção colonial: “sempre minguados em seus frutos pela esterilidade e desestimação em que está o açúcar que ninguém compra nem do reino se quer antes todo o negócio dele se danou”. Foi acrescentada uma informação que ainda não havia aparecido com tanta ênfase: “nenhum há dos que o lavram que não esteja empenhado e arrastado todos de execuções da justiça”. O endividamento dos senhores de engenho, segundo o documento, já estava afetando a muitos, talvez a maioria dos proprietários. Este processo de endividamento foi relacionado à tributação, pois “se lhes lançou estes anos para o Donativo da paz e dote e

¹⁵⁶ Carta para Sua Alteza sobre o lugar no banco das cortes. Salvador, 09 de março de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 118 e 119.

¹⁵⁷ Carta escrita ao senhor governador Afonso Furtado sobre satisfazer este Senado o que se dispendeu com a entrada do gentio. Salvador, abril de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 6-9.

o que deve destas atrasados se está atualmente executando pelo desembargador sindicante com grande rigor e ao mesmo tempo por esta Câmara os quarenta e dois mil cruzados da mesma paz desse ano”. Para completar, a situação era agravada pela falta de dinheiro: “não há nesta praça dinheiro e quase se faz todo o negócio por encontros”.

É necessário descontar os possíveis exageros, pois os oficiais estavam procurando escapar à pesada conta de mais de 35 mil cruzados que o governador-geral cobrava da Câmara. Era conveniente forçar as tintas nos argumentos. Contudo, merece crédito a informação de que o desembargador sindicante estava a executar os endividados do Donativo, por ser endereçada ao governador-geral, que não teria dificuldade alguma em conferir a veracidade do problema. Certamente, era um indício de que o negócio do açúcar estava em declínio e os senhores de engenho mais apertados do que em anos anteriores, situação para a qual contribuía muito o fator tributário.

Apresentou-se uma última cartada: “não era necessário arruinar estes povos com a execução deste pagamento pois de sua conservação depende tanto o reino e o mesmo serviço real”.¹⁵⁸ Manifestação clara de consciência acerca da importância da produção colonial e do negócio do açúcar para a manutenção do reino. E não há sinal algum de contrariedade acerca do Brasil servir como retaguarda econômica de Portugal – os representantes da açucarocracia entendiam bem o jogo mercantil que sustentava o Estado, promovia os lucros dos mercadores e remunerava os senhores de engenho e lavradores de cana. A questão não é a subordinação, mas a ruína da produção colonial, que levaria, em última instância, ao enfraquecimento da Coroa.

Por fim, os oficiais pedem ao governador-geral que reforce a causa dos moradores junto ao príncipe e não insista em cobrá-los. Um parecer do governador daria “maior crédito ao que já representamos a Sua Alteza”. Este apelo encerra a carta, procurando acionar o mecanismo de negociação mais convincente que os moradores da colônia tinham, o apoio do governador-geral, que, normalmente, era entendido como um sinal para a metrópole recuar.

A tributação: entre o declínio e o endividamento

O ano de 1674 não foi contado entre os mais tranquilos para os oficiais da Câmara da cidade do Salvador. Alguns deles foram presos e multados por não prestarem a

¹⁵⁸ *Idem*, p. 9.

homenagem que os ministros do Tribunal da Relação esperavam no dia da festa da justiça. Para piorar, chegou à Bahia a notícia de que a próxima frota invernaria, isto é, passaria de um ano para o outro no porto colonial, prejudicando o escoamento da produção. Outra novidade ruim que chegara da metrópole, considerada um “escândalo”, era o aumento da tributação sobre o tabaco. Na Bahia, entendeu-se que houve falha do procurador: “e não nos diz vossa mercê que sobre pontos de tanta importância fizesse alguma diligência de requerimento a Sua Alteza o que mais convinha a seu serviço mandando o contrário e nenhuma só palavra nos diz vossa mercê nestas matérias”. Acatando a um requerimento do juiz do povo, os camaristas resolveram “aliviar a vossa mercê da nossa que na verdade é grande e pede sujeito mais desocupado pelo que resolvemos que suceda a vossa mercê o capitão Sebastião de Brito de Castro”. A decepção com o procurador poeta já vinha de algum tempo, e assim foi a demissão do Boca do Inferno.¹⁵⁹

As instruções ao novo procurador da Câmara na metrópole eram simples. Prioritariamente, devia tentar conter a nova tributação sobre o tabaco¹⁶⁰ e impedir a invernada da frota, que prejudicaria os produtores de açúcar. Recebeu também ordem para pegar os papéis da cidade que estavam com Gregório de Matos e dar seguimento às duas negociações sobre as quais o ex-procurador trabalhava: uma era a querela da Câmara com o Tribunal da Relação; outra, o problema monetário, que estava emperrado.¹⁶¹

Como consequência do aperto financeiro,¹⁶² os juízes ordinários e vereadores resolveram cobrar o Donativo dos donos de currais do sertão, os quais não contribuía havia muitos anos por “omissão das Câmaras passadas”. Pretendiam arrecadar 12 mil cruzados, com os quais os plantadores de tabaco também contribuiriam. Aos oficiais dos anos seguintes, foi avisado para não mais se omitirem de cobrar o Donativo desses setores.

é razão e justiça que todas as fazendas concorram nesta obrigação do Donativo com que se serve a Sua Alteza e por se não haver feito nestes anos, carregaram

¹⁵⁹ Carta escrita ao doutor Gregório de Matos, procurador desta Câmara. 26 de julho de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 17 e 18.

¹⁶⁰ O controle estatal sobre o negócio do tabaco avançou em 1674. S. Schwartz. **Segredos Internos**, p. 164.

¹⁶¹ Carta que se escreveu ao capitão Sebastião de Brito de Castro, eleito procurador desta Câmara. Salvador, 27 de julho de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 18-20.

¹⁶² Carta que se escreveu a Sua Alteza sobre se não poderem dar dois mil cruzados que pedia para missionários das conquistas. Salvador, 16 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 94. Em nome dos moradores, os oficiais da Câmara não aceitaram contribuir com dois mil cruzados para missões de evangelização, pois “este povo” estava “sobrecarregado com o sustento da infantaria, dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda, despesa da jornada que ora se vai fazer ao gentio que tem destruído este Recôncavo, esmolos dos religiosos franciscos e dos de Santa Tereza, a fundação para as religiosas que Vossa Alteza nos concedeu e ainda para os desse reino tudo despesa, grande miséria destes”.

mais nos outros moradores, resolveram que logo se mandasse repartir pelas ditas fazendas de gado do sertão desta capitania da Bahia e de Sergipe [...] requeriam aos senhores oficiais deste povo, seus sucessores, que se continuasse neste lançamento quanto ao cumprimento dele se deve.¹⁶³

Em meados de 1676, a cobrança do Donativo do dote e paz sobre os proprietários de currais ainda não havia sido regulamentada. A ideia inicial era cobrá-los retroativamente, pelos anos passados nos quais não haviam contribuído, mas os articulados pecuaristas alegaram que este tipo de cobrança seria injusto, pois uma parte deles havia comprado as propriedades recentemente, não podendo sofrer tributação no lugar dos antigos proprietários. Entre os representantes dos donos de currais, que se reuniram com os oficiais da Câmara, estava João de Matos de Aguiar, poderoso e influente prestamista daquele tempo, fato que, possivelmente, tem relação com o acerto que se fez, muito favorável aos pecuaristas.¹⁶⁴

Resolveram que a cobrança se faria somente dali em diante e sobre os animais comercializados (“cabeças que tiravam em cada um ano dos ditos currais”). Na prática, acabaria sendo uma taxa sobre o gado abatido nos açougues do Salvador e não sobre o gado acumulado. Os currais mais próximos do Recôncavo, localizados até o rio Massacará, que dividia mais ou menos ao meio toda a área que vai de Salvador ao rio São Francisco, pagariam 100 réis por cabeça; do Massacará até o São Francisco, cada cabeça pagaria 200 réis; e 240 réis por cabeça de gado que, por ventura, viesse de Pernambuco. Deste modo, os camaristas estimaram que os 12 mil cruzados seriam arrecadados em três anos. Os pecuaristas conseguiram impedir a cobrança imediata do Donativo sobre seu gado, como, aparentemente, era a intenção em 1674.¹⁶⁵ Em 1679, os criadores de gado continuavam arredios a colaborar com o pagamento do Donativo.¹⁶⁶

Dentro da clara situação de aperto para as finanças do município, o ano de 1675 começou com um requerimento que mirava os endividados com o fisco municipal: “se tomem todas as contas das pessoas que devem a este Senado, assim contratadores, como

¹⁶³ Termo de resolução que tomaram os oficiais da Câmara sobre se fazer lançamento nas fazendas de gado do sertão que há muitos anos se não fez para o Donativo da paz de Holanda e dote da rainha da Grã-Bretanha. Salvador, 10 de novembro de 1674. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 150 e 151.

¹⁶⁴ “O gigante financeiro da Bahia colonial”. A. J. R. Russel-Wood. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 p. 127.

¹⁶⁵ Resolução que se tomou sobre assento do gado para o dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 30 de maio de 1676. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 185-187.

¹⁶⁶ Termo que se tomou sobre a finta do gado para a finta do dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 6 de março de 1679. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 251-253.

procuradores e tesoureiros, que se manda por dar e ajustar suas contas”.¹⁶⁷ Em setembro, os oficiais resolveram fazer uma venda forçada de sal entre os moradores a fim de arrecadar dinheiro para o sustento da infantaria – meio de arrecadação que não se usava já havia algum tempo. A cobrança e execução dos endividados não deve ter alcançado resultado muito efetivo. Para complicar ainda mais o caixa da Câmara, o contratador dos 300 réis por caixa de açúcar e 70 por rolo de tabaco quebrou e não pôde pagar à Câmara o dinheiro do contrato, “com que se fazia mais irremediável o socorro da infantaria”. Quase trinta pessoas aprovaram a venda forçada de sal – havia três anos que tanta gente não assinava um registro da Câmara da cidade.¹⁶⁸

No final de 1675, já no tempo do governo da junta,¹⁶⁹ após a morte do governador-geral Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, novamente os soldos estavam atrasados. Em dezembro, foi registrado um requerimento do juiz do povo e mestres aos camaristas para que providenciassem o pagamento da infantaria. A tensão na cidade tendeu a subir, levando Antônio Guedes de Brito, importante homem da governança e membro da junta de governo, a oferecer dinheiro seu para pagamento da tropa: “seis mil cruzados de sua fazenda assim por fazer o serviço ao príncipe nosso senhor”.¹⁷⁰

Um ano depois, em 2 dezembro de 1676, uma carta da Câmara,¹⁷¹ endereçada ao príncipe regente, relata o desrespeito de ministros da Fazenda Real à jurisdição fiscal da Câmara. Mais um caso de intromissão. Os camaristas informam que anualmente “se tem remetido” o tributo, mas “que ministros se intrometem nele”, desta vez, querendo “cobrar este Donativo em dinheiro contra o assentado”. Cobrar o Donativo em dinheiro colocaria

¹⁶⁷ Registro de um requerimento que fez o procurador do concelho João da Costa Peixoto e o juiz do povo e mestres aos oficiais da Câmara em mesa de vereação. Salvador, 27 de março de 1675. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 161-163.

¹⁶⁸ Termo de assento que se fez com o povo sobre se lhe lançarem sal por finta para socorro à infantaria. Salvador 10 de setembro de 1675. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 167-168. Esta operação não indica devolução do contrato para o poder local, pois não há registros desta devolução nem novas vendas de sal para incremento da arrecadação como era comum no tempo em que a renda do contratado pertenceu à Câmara. Na década de 1690, o rei escreve ao governador para tratar do sal e não há menção alguma ao Senado baiano. Carta do rei ao governador Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho sobre o estanco do sal. Lisboa, 4 de dezembro de 1691. Carta do rei ao governador Antônio Luiz da Câmara Coutinho sobre o estanco do sal. Lisboa, 10 de dezembro de 1691. Ignácio Accioli e Braz Amaral. **Memórias históricas e políticas da Bahia**, Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1925, volume 2, p. 253.

¹⁶⁹ Afonso Ruy. **História política e administrativa da cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949, pp. 220-222. Pedro Calmon. **História do Brasil**, volume 3, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, pp. 798 e 799. T. Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**, pp. 255-264.

¹⁷⁰ Requerimento do juiz do povo e mestres. Salvador, 4 de dezembro de 1675. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 174-175.

¹⁷¹ Carta escrita a Sua Alteza sobre os ministros que se intrometiam na cobrança do Donativo do dote e paz. Salvador, 2 de dezembro de 1676. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 27.

a Câmara em apuros, pois havia uma pressão baixista na década de 1670, quando a arroba do açúcar branco, frequentemente, foi negociada abaixo de 1\$200 réis.¹⁷²

Se fossem vender o açúcar para pagar o tributo em dinheiro, estariam abrindo mão, no mínimo, de 3,33% do valor arrecadado, pois o preço fixado para a arroba do branco, em 1677, foi de 1\$160 réis – os 40 réis a menos por arroba resultariam em quase 1.400 cruzados a menos nas receitas municipais, se toda a arrecadação dos 42 mil cruzados do Donativo fosse paga em açúcar. Como o açúcar entregue em pagamento de tributos era normalmente de qualidade inferior, o dano nas contas municipais tendia a ser bem maior.¹⁷³

Na sequência da carta de 2 de dezembro, explicou-se que, devido às dificuldades econômicas de muitos moradores, “é necessário dissimular”. O declínio dos preços não permitiria cobrar o Donativo em dinheiro. A Câmara dissimulava, aceitando as arrobas de açúcar por mais do que valiam, “salvo em algum ano que tivera maior valor” conforme o acordo de 1662. Após as explicações, os camaristas acusaram os “intrometidos” oficiais da Fazenda Real de desvio de recursos do Donativo: “pelo clamor deste povo em seu prejuízo e menos utilidade a Vossa Alteza como nos açúcares que vendem e se valem do dinheiro que gasta o provedor-mor e não mandam a Vossa Alteza tantos açúcares quantos lhe entrega o nosso tesoureiro”. Por fim, relataram que certo “ministro cobrou os atrasados com geral queixa dos moradores e assim e não há quem lho impeça porque diz é ordem de Vossa Alteza”.

Em 1678, chegou o novo governador-geral, Roque da Costa Barreto, que trouxe consigo o novo regimento de cobrança do Donativo do dote e paz, mais rígido e menos flexível às condições coloniais. A aproximação da autoridade metropolitana atenuou as tensões políticas entre facções da elite baiana, cujos conflitos se haviam adensado nos últimos tempos.¹⁷⁴ No mesmo ano, o procurador da cidade em Lisboa foi substituído:

¹⁷² A Câmara contabilizava as arrobas de açúcar branco recolhidas para o Donativo a 1\$200, que acabou se tornando um valor de referência para o produto. Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 24 de abril de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 139. Poucos meses depois, no primeiro semestre de 1677, houve uma forte disputa pelo preço do açúcar entre representantes dos senhores de engenho e representantes dos mercadores. Naquele ano, o desembargador Manuel da Costa Palma arbitrou a disputa e decidiu a favor dos senhores de engenho, que propuseram o preço de 1\$160 para a arroba do branco. Termo do preço do açúcar que saiu este ano de 1677 de que foi louvado o desembargador Manoel da Costa Palma. Salvador, 28 de maio de 1677. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 209.

¹⁷³ Carta do marquês de Fronteira, vedor da Fazenda, sobre os açúcares pertencentes à contribuição do dito dote de Inglaterra e paz de Holanda. Lisboa, 16 de março de 1671. **Documentos Históricos**, volume 24, pp. 196-199.

¹⁷⁴ T. Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**. pp. 255 e seguintes.

Sebastião de Brito de Castro, sucessor de Gregório de Matos e Guerra, deixou o cargo para Francisco da Costa Pinto;¹⁷⁵ em 1680, Costa Pinto foi substituído por Manuel de Carvalho.¹⁷⁶ Naqueles anos, a elite colonial na Bahia pôde comemorar a fundação do convento de religiosas, encerrando uma arrastada negociação que chegou a bom termo com o atendimento da demanda colonial.¹⁷⁷

As finanças da cidade, por sua vez, tendiam a se complicar ainda mais. As religiosas do convento, que chegaram em 1677, tinham de ser sustentadas inicialmente pela Câmara, uma despesa que poderia chegar a 8 mil cruzados.¹⁷⁸ Outra conta nova, que também pesaria sobre o Senado, era a construção dos prédios do convento. Para viabilizar a construção, propôs-se a retomada da cobrança dos 80 réis por canada de azeite de peixe, imposto extinto havia pouco tempo e que fora utilizado para construção de quartéis.¹⁷⁹ Contudo, esta tributação foi impedida pelo governador.¹⁸⁰ Em meio às dificuldades financeiras, os camaristas chegaram a pedir ao rei dinheiro para fazer pontes, construções tão necessárias para manter as linhas de abastecimento da cidade em tempos de chuvas.¹⁸¹ Possivelmente, pretendiam tentar manter na Bahia parte do Donativo em proveito do governo local.

¹⁷⁵ Termo de ordenado que os oficiais desta Câmara resolveram se desse ao alfares Francisco da Costa Pinto do cargo de procurador desta Câmara na corte de Lisboa 200 mil cruzados por ano. Salvador, 22 de junho de 1678. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 233-235.

¹⁷⁶ Carta escrita a Francisco da Costa, procurador da Câmara desta cidade na corte de Lisboa. Salvador, 24 de julho de 1680. Carta escrita a Manoel Carvalho Procurador deste Senado da Câmara na corte de Lisboa. Salvador, 24 de julho de 1680. Carta escrita ao secretário André Lopes da Lavra que o é do Conselho Ultramarino. Salvador, 25 de julho de 1680. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 90-92. Na última das três cartas, os camaristas agradecem ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lavra, pelo “favor e vontade com que vossa mercê se mostra zeloso de nossos particulares”, e se referiram a Manoel Carvalho nos seguintes termos: “prometemos melhorar de procurador visto dizermos vossa mercê a necessidade que tínhamos de quem com melhor cuidado e mais aplicação do que presente assistisse a nossos negócios”.

¹⁷⁷ Ignácio Accioli e Brás do Amaral. **Memórias históricas e políticas da Bahia**, volume 5. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937, pp. 216-223.

¹⁷⁸ Assento que se tomou entre os oficiais da Câmara e o reverendo padre frei Antônio da Penha de França, religioso dos agostinhos descalços. Salvador, 21 de agosto de 1676. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 192.

¹⁷⁹ Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**, pp. 74 e 75.

¹⁸⁰ Termo de resolução que se tomou sobre o sustento das religiosas. Salvador, 11 de junho de 1678. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 230-232. Carta escrita a Sua Alteza sobre o desembargador José Freitas Serrão vir com o impedimento ao imposto dos oitenta réis por canada de azeite para o convento das freiras. Salvador, 11 de julho de 1679. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 58-61. A Câmara determinou a imposição do imposto visando as obras do convento. A canada de azeite de peixe custava 320 réis e, com o tributo, passou a 400. Porém, o governador-geral, por “repetida insistência do provedor-mor”, ordenou que o preço da canada do azeite de peixe permanecesse 320 réis, anulando o imposto. O ato do governador foi denunciado ao príncipe nos seguintes termos: “usurpar a regalia de Vossa Alteza” e “escândalo a estes moradores por se lhe restringir a liberdade com que tomavam sobre si um imposto tão importante”. Um ano depois, os camaristas persistiam na reivindicação do imposto: Carta escrita a Sua Alteza sobre as freiras. Salvador, 24 de julho de 1680. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 87. Nos anos seguintes, os oficiais da Câmara continuaram a negociar pelo imposto sobre canada de azeite.

¹⁸¹ Carta escrita a Sua Alteza sobre as pontes. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 51.

No final da década de 1670, além dos problemas relacionados à manutenção das freiras e à construção do convento, os oficiais tentavam escapar da contribuição para as obras do cais de Viana, no reino,¹⁸² e foram obrigados a pagar dois meses adiantados às quatro companhias da infantaria alistadas para socorrer a Colônia do Sacramento.¹⁸³ Na metrópole, parece que não se dava muito crédito aos relatos dos moradores da colônia sobre os problemas econômicos da Bahia. Mas, era necessário continuar fazendo “manifesto a Vossa Alteza do miserável estado deste povo pelas muitas cargas e opressões que em tempo tão cansado carregam sobre a fraqueza de seus tenuíssimos cabedais que só Deus sustenta para poder com tantos tributos”. Em 1678, registrou-se em requerimento do povo e dos homens de negócio segundo o qual “pelas execuções que se fazem sobre as dívidas atrasadas de donativos e dízimos e outros muitos tributos e os fretes estarem diminuídos de que depende todo o seu negócio”.¹⁸⁴

Uma das cartas escritas naqueles anos pretendia esclarecer ao rei sobre informações falsas acerca da situação da Bahia.¹⁸⁵ Tais informações, normalmente, serviam de argumento para os ministros da Fazenda Real desrespeitarem a jurisdição fiscal da Câmara. O primeiro esclarecimento era acerca do dinheiro entregue aos tesoureiros, sob o poder dos quais ficariam “grossas adições”, enquanto, muitas vezes, a remessa para a metrópole era menor do que os 42 mil cruzados anuais do Donativo. A segunda confusão era sobre a renda dos 300 réis por caixa de açúcar e 70 por rolo de tabaco, que não estaria sendo administrada como deveria.¹⁸⁶

O documento traz uma valiosa explicação do sistema de arrecadação e despesa vinculado ao compromisso com o Donativo do dote e paz e à obrigação do sustento da infantaria. Além disso, contém uma apreciação da conjuntura recessiva que atingia a produção e o negócio do açúcar na Bahia, maior motivo das remessas deficitárias.

¹⁸² Carta escrita a Sua Alteza sobre a quantia que se mandava botar nesta cidade para o cais de Viana”. Salvador, 24 de julho de 1680. **Cartas do Senado**, volume 2 p. 86. Este é um dos vários registros sobre esta negociação.

¹⁸³ Portaria para os oficiais da Câmara mandarem pagar as quatro companhias que vão de socorro à fortaleza do Sacramento no Rio da Prata. Salvador 10 de outubro de 1680. **Documentos Históricos**, volume 86, p. 229.

¹⁸⁴ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança das redizimas. Salvador, 22 de junho de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 39-41. E o Requerimento que o povo e os homens de negócio fizeram voluntariamente unido a esta casa da Câmara contra a sentença que alcançou o capitão Bartolomeu Frago do Cabral sobre a concessão do correio deste Estado. Salvador, 31 de outubro de 1678. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 238.

¹⁸⁵ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos Donativos. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 44-48.

¹⁸⁶ Parece que originalmente tal tributação serviria para o pagamento do Donativo. A este questionamento, os camaristas responderam que “com o governador Alexandre de Sousa Freire se determinou que os 300 réis por caixa e 70 por rolo de tabaco se passasse à infantaria”. *Idem*, p. 47.

declaramos a causa de se remeter a esse reino inferiores quantias não se o retardar-se nas mãos dos tesoureiros e menos das pessoas a cujo cargo está a cobrança senão a diminuição de cabedais com este miserável povo se acha pelo pouco rendimento que anos a esta parte tem de suas lavouras as quais estão lançadas e faltas de fabricas constará isto pelas entradas das alfândegas de Vossa Alteza pois a cinco anos não vão mais que dez mil caixas e menos quando nos anos passados lavrava esta Bahia dezessete e dezoito mil caixas e sobre esta diminuição tão conhecida não tem saída nesse reino nem gasto por causa principalmente dos excessivos direitos que cresceram em cada arroba de açúcar cujo dano responde a diminuição que aqui sentem os lavradores em seus preços de que resulta ao negócio vendermos os fornecimentos para as lavouras com avanço de cinquenta por cento para assim ganharem e pagarem os muitos tributos que se tem posto sobre nossas drogas o tudo redundando em prejuízo deste Estado e de todo o arruinam as execuções presentes, assim as particulares como as da Fazenda de Vossa Alteza.¹⁸⁷

Segundo os camaristas, a produção e o rendimento dos senhores de engenho estavam em declínio. Tal situação se arrastava havia cerca de cinco anos, período em que a exportação de açúcar não passava de dez mil caixas por ano, algo entre 55 e 60% do que se costumava navegar em anos anteriores. Dado que poderia ser checado pelas autoridades metropolitanas nos registros das alfândegas do reino, demonstrando que não temiam ser confrontados com uma investigação mais cuidadosa. Esta estimativa de queda, por mais imprecisa que fosse, acusa a tendência.

A miséria e as dificuldades pelas quais passava a Bahia apareciam em cartas remetidas a Portugal como um bom argumento para mostrar lealdade ao rei. Outro objetivo, talvez o principal, era evitar elevação de carga fiscal. Desta vez, porém, elementos significativos foram agregados ao discurso. Uma perspectiva temporal: relatou-se que havia cinco anos a queda de volume dos negócios estava se aprofundando, impedindo a remessa completa do Donativo pela redução da capacidade de tributação da Câmara. Quantidade aproximada da queda do volume de exportação de açúcar para o reino: de 17 ou 18 mil caixas por ano para apenas 10 mil. E a possibilidade de verificação desta informação nos livros das alfândegas do reino.

Os camaristas elogiaram os governadores-gerais que souberam usar de “dissimulação”, por meio da qual as autoridades metropolitanas operavam ajustes e adaptações necessárias à administração da colônia. Mais ou menos em um dos sentidos que Raphael Bluteau dicionarizou: a dissimulação também poderia ser considerada um

¹⁸⁷ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos Donativos. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 45.

“tipo de prudência”, porém “indigna da Majestade”.¹⁸⁸ Na realidade colonial, entretanto, é justamente a capacidade de dissimular que se esperava da Coroa e de seus governadores. Tentavam mostrar que o que “Vossa Alteza chama de omissão” (neste caso, vista grossa para os atrasos nos impostos) como uma atitude de “inteligência e zelo” dos bons governadores. Em suma, nos momentos de dificuldades, seria justo conceder certa margem de manobra na tributação, oferecendo à açucarocracia e outros setores da elite colonial a possibilidade de pagar menos impostos ao Estado. “Só assim senhor é que pode haver melhoramento”.¹⁸⁹

A carta apresenta o Donativo como voluntário, mas o peso fiscal estava “vexando” e “atropelando” os miseráveis moradores da Bahia. Não obstante a proclamada disposição dos moradores em servir ao rei, “só tiveram lugar outros ministros para rever contas” (no sentido de vigiar e desconfiar dos leais vassalos), enquanto os salários destes ministros “é evidente há de faltar na quantia da remessa”. Mesmo desrespeitados, os oficiais fizeram questão de lembrar que a intromissão em sua jurisdição fiscal poderia fazê-los acionar a cláusula pela qual a cobrança do Donativo seria extinta.

uma das condições com que este povo aceitou sobre si este Donativo com tão boa vontade, foi que sendo caso que por algum acidente se intromettessem ministros de justiça nesta repartição e cobrança desde logo haviam por levantado dito donativo e nesta forma pareceu aceitava Vossa Alteza na assistência dos governadores conde de Óbidos e Francisco Barreto.¹⁹⁰

Coube à Câmara “buscar o meio mais suave de lançar e cobrar”. Caberia ao príncipe, como uma figura entre as “reais majestades, assim por razões legais como políticas, [...] melhor que outros observar o que tratam e acordam com seus vassalos”. Depois deste duro enunciado, os camaristas passaram a explicar a forma com que cobravam o Donativo do dote e paz:

¹⁸⁸ Raphael Bluteau. **Vocabulário portuguez e latino**. [Lisboa, 1712]. Hildesheim, Zurique e Nova York: Gerog Olms Verlag, 2002, volume 3, p. 251. Sobre a noção de dissimulação nos processos das revoltas antifiscalistas, vale conferir Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**, pp. 229 e 498: “O apetite de conquista de nações estrangeiras e a desconfiança da fidelidade desses súditos distantes justificavam o emprego desse traço da política barroca, muito comum no século XVII, que pregava a ‘teoria da legitimidade da dissimulação’”; “a expressão política da centralização que se verifica nas relações colônia metrópole foi necessariamente a adoção da dissimulação como forma pragmática de se lidar com motins e revoltas coloniais. Trata-se precisamente da resposta política diante da combinação entre política centralizadora e a extrema dependência da metrópole para com as receitas coloniais”. Para dissimulação no desfecho das revoltas da Bahia de 1711, pp. 122-125.

¹⁸⁹ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos Donativos. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 45 e 46.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 46.

lançamento maior que é a importância do donativo quanto bastasse foi em ordem ao sustento da infantaria desta praça para que das sobras se provesse e suprisse como com efeitos mais prontos a falta das consignações do sustento dos soldados e assim o aceitou este povo em presença do conde de Óbidos.¹⁹¹

Quando esta forma de cobrança foi questionada, pela confusão que podia causar, os moradores decidiram manter o estilo da cobrança, “para assim se evitar a confusão de duas cobranças e que o mais líquido fosse separado para a infantaria”. Resumindo, para os moradores não terem de pagar mais de uma finta por ano, “se assentou que as sobras deste lançamento fiquem para o sustento da infantaria”.¹⁹² Não era a primeira vez que a cobrança conjugada para o Donativo e para o sustento da infantaria causava problemas e levava a desconfiar de descaminho (possivelmente, facilitava fraudes, as quais ocorreram concretamente), mas a prioridade era manter os compromissos fiscais na medida do possível e não aumentar as tensões sociais decorrentes do lançamento de finta.

A década de 1680 começou com uma epidemia de varíola. Pelo teor de duas cartas escritas em 1681, a doença causou desfalque significativo na força de trabalho, causando “diminuição das fábricas e pouco lucro dos frutos”. O endividamento é o assunto da primeira, que pede ao príncipe a “faculdade de não serem constrangidos os que deverem de cinquenta mil réis para cima com o aperto da justiça por tempo de três anos”. Na segunda, pleiteou-se para os estudantes de filosofia e teologia, que se formavam no Colégio dos Jesuítas, titulações equivalentes às da Universidade de Évora.¹⁹³

Em 1682, houve pouco açúcar “pela inclemência dos tempos”. Em 1683, a safra não seria melhor e ainda haveria fome. O primeiro governador-geral a tomar posse do cargo na nova década, exatamente no primeiro semestre de 1682, foi Antônio de Souza de Meneses, apelidado “o Braço de Prata”, figura que trouxe turbulência à Bahia.¹⁹⁴ No que diz respeito ao Donativo do dote e paz, o novo governador não contava com grande capacidade de dissimulação e logo pediu contas do tributo à Câmara.

Quando cheguei a este Estado foi junto a partida da frota e não tive lugar de saber o estado do Donativo real e que se havia remetido antecedentemente e para que nesta frota que embora há de ir se possa remeter tudo o que for possível. Me inteire o Senado do que está lançado, que atualmente se deve para

¹⁹¹ *Idem*, p. 47.

¹⁹² *Idem*, pp. 47 e 48.

¹⁹³ Carta escrita a Sua Alteza sobre conceder que se não cobre destes moradores em três anos das quantias de cinquenta mil réis para cima. Salvador, 1º de julho de 1681. Carta escrita a Sua Alteza sobre se conceder privilégio a esta cidade como em Évora, Salvador, 7 de julho de 1681. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 103, 104, e 106.

¹⁹⁴ Pedro Calmon. **História do Brasil**, volume 3, pp. 868-870. T. Krause. **A formação de uma nobreza ultramarina**, pp. 266-273

com o efeito mandar cobrar e remeter à ordem do Conselho da Fazenda e tudo o mais que se oferecer para bem desta diligência e arrecadação me avisem vossas mercês com clareza bastante.¹⁹⁵

Em 1683, o procurador da cidade em Lisboa, Manoel de Carvalho, recebeu uma carta dos oficiais da Câmara que o instruíam acerca dos principais negócios da cidade da Bahia na metrópole. Os camaristas relataram que os administradores da Junta do Comércio se recusavam a pagar os direitos municipais sobre as caixas de açúcar carregadas em seus navios, prejudicando a arrecadação fiscal para o sustento da infantaria. A falta de pagamento do imposto levava à preferência de carregar açúcar nos navios da Junta, “de sorte que vão os navios mercantis faltos de carga”. Com isso, “diminui muito a renda deste Senado aplicada como dizemos ao sustento da infantaria”.¹⁹⁶ O problema das isenções fiscais era parte do desgaste político que a Fazenda Real passou à Câmara com a transferência do sustento da infantaria.¹⁹⁷

Em meados da década de 1680, o negócio do açúcar na Bahia entrou em uma grave crise. O período de recessão para os engenhos durou até o início da década seguinte. Nos últimos vinte anos, o preço do açúcar vinha sofrendo uma pressão baixista,¹⁹⁸ mas a

¹⁹⁵ Carta para os oficiais da Câmara desta cidade. Salvador, 3 de fevereiro de 1683. **Documentos Históricos**, volume 86, p. 235. Desde Roque da Costa Barreto, a metrópole pretendia, de fato, que os governadores pressionassem para colocar os pagamentos do Donativo em dia: o governador-geral que sucedeu ao Braço de Prata, o marquês das Minas, foi instruído desde a metrópole a ser rígido contra os devedores do Donativo e executar suas dívidas. Dos muitos documentos neste sentido, um exemplo é a Carta de Sua Majestade sobre se fazer ajustar as contas do Donativo da paz de Holanda. Lisboa, 9 de janeiro de 1686. **Documentos Históricos**, volume 68, p. 101.

¹⁹⁶ Carta escrita ao procurador na corte de Lisboa. Salvador, 7 de julho de 1684. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 118 e 119. Esta carta deve ser de 1683, pois ainda se refere a dom Pedro como “Sua Alteza”, quando já era rei e deveria ser tratado por Sua Majestade. Há, para o mesmo ano de 1684, datada de 5 de agosto, outra longa carta, em que usam “Sua Majestade” referindo-se a dom Pedro, informando ao procurador dos negócios que tratavam os camaristas em sua correspondência com a Coroa.

¹⁹⁷ Companhia de Jesus, contratadores de impostos, senhores de engenho proprietários de alambiques, o desembargador Cristóvão de Burgos e a Junta de Comércio, de vez em quando, eram confrontadas pelas instâncias de Estado, as câmaras municipais entre elas, por não se submeterem a certos tributos. Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Alteza sobre os contratadores terem posto por condição de seus contratos não pagarem lançamento de tributo algum que se lhes botem e de como o provedor-mor da Fazenda deu sentença a seu favor. Salvador, 14 de agosto de 1671. Carta que escreveu a Sua Alteza sobre os administradores da Junta não quererem pagar os trezentos réis por caixa de açúcar e setenta réis por rolo de tabaco. Salvador, 13 de agosto de 1671. Carta para Sua Alteza sobre os senhores de engenho que fazem aguardente da terra não querem pagar ao contratador. Salvador, 14 de agosto de 1671. Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos donativos de Cristóvão de Burgos. Salvador, 24 de agosto de 1672. Carta escrita em Câmara para Sua Alteza sobre não pagarem frades e clérigos a contribuição. Salvador, 24 de março de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 96, 99, 106, 107, 115, 116 e 117. Carta escrita a Sua Alteza sobre os navios da Junta não pagarem os direitos dos trezentos réis por caixa. Salvador, 30 de julho de 1681. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 101 e 102.

¹⁹⁸ Vitorino Magalhães Godinho. “As frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770” In: V. M. Godinho. **Mito e mercadoria**. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 483.

arroba do açúcar branco se segurava, com oscilações, em torno de 1\$200 réis.¹⁹⁹ Os preços nominais, contudo, tinham deixado de representar o valor de troca para o açúcar de muitos senhores de engenho, os quais, endividados, vendiam sua mercadoria segundo “um gênero de negócio a que chamam açúcar de dano”.²⁰⁰

Neste negócio, que perturbava a Bahia desde “quinze, dezesseis anos a esta parte”, os senhores recebiam dinheiro pelo açúcar ainda não produzido, mas, ao invés de 12 ou 11 tostões (1\$200 ou 1\$100 réis), aceitavam dois cruzados (800 réis) pela arroba de açúcar branco. A escassez monetária é indicada como fator causal da difusão desta modalidade de crédito: “como houve falta de moeda foi a ambição dos homens introduzindo”. Chegou-se ao ponto em que, para um senhor de engenho conseguir dinheiro, tinha de se submeter ao “dano”, pois, segundo os camaristas de 1683, não havia mais quem tivesse dinheiro para emprestar a juros e “todos os que os têm usam deste negócio usurário, que a necessidade dos que tem falta de dinheiro o fez continuar”. Os oficiais da Câmara solicitaram ao rei que declarasse usurário tal negócio e determinasse penas para os contraventores.²⁰¹

No mesmo papel, o processo de endividamento foi relacionado ao tal “açúcar de dano”. Os senhores que recebiam adiantado pela produção e não conseguiam entregar a quantidade de açúcar a que se comprometeram rolavam a dívida com seus credores, “pelo não demandarem e executarem”, aceitando pagar o que deviam na safra seguinte pelos mesmos 800 réis por arroba. E o dano se alastrou: “constituíra devedores de tantas arrobas quantas importa esta nova convenção mais usurária e faltando ao pagamento vão continuando com este negócio”.

¹⁹⁹ Sobre o eixo de preço em 1\$200 réis para a arroba do açúcar branco, conferir: Registro da carta que o procurador geral desta cidade, José Moreira de Azevedo, escreveu de Lisboa a este Senado em 17 de setembro de 1667. Salvador, 19 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4. p. 331 (1667, preço 1\$120 a 1\$150 réis). Termo de assento que se tomou na presença do senhor governador, Alexandre de Sousa Freire, e os oficiais da Câmara e mais pessoas sobre o preço e taxa dos açúcares. Salvador, 4 de abril de 1669. **Atas da Câmara**, volume 4. p. 411 (1669, preço 1\$200). Termo que se fez do preço que há de ter o açúcar nesta praça este ano de 1673. Salvador, 14 de março de 1673. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 96 (1673, preço 1\$200). Termo do preço do açúcar que saiu este ano de 1677 de que foi louvado o desembargador Manoel da Costa Palma. Salvador, 28 de maio de 1677. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 209 (1677, preço 1\$160). Termo de assento que se fez do preço que há de ter o açúcar nesta praça este ano de 1683. Salvador, 24 de março de 1683. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 349 (1683, preço 1\$160 réis). Com exceção do primeiro, os documentos acima relatam ocasiões em que não houve acordo entre os representantes da “lavoura” e os da “mercância” acerca do preço do açúcar. Em todas elas, os mercadores tentaram pressionar os preços para baixo, o que pode ser percebido pelo rebaixamento do valor da arroba do açúcar branco de 1\$200 para 1\$160.

²⁰⁰ Carta escrita a Sua Alteza sobre o dinheiro açúcar de 800 réis. Salvador, julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 116 e 117.

²⁰¹ *Idem*.

Exagerando, sentenciaram: “está esta terra perdida, os senhores de engenho e lavradores todos impossibilitados, não podem meter fábricas e até escravos de novo em lugar dos que faltam em morrerem, e vão os frutos de cada ano sendo menos”. Na narrativa dos homens da governança, a amarração dos fatores da crise é a seguinte: faltando moeda, difundiu-se a usura do “açúcar de dano” que, por sua vez, teria levado a um endividamento generalizado da açucarocracia; empenhados em dívidas, senhores e lavradores não podiam investir na produção, cujo volume tendia a cair por não ser possível repor a mão de obra escravizada ou os equipamentos do engenho. Estimavam que a safra de 1683 seria menor do que a do ano anterior, que tinha sido de apenas dez mil caixas. Por fim, concluíam que a queda da produção comprometeria o dízimo. Nem todos estavam impossibilitados, como relata o documento, mas a generalização aponta uma ampliação do endividamento no setor açucareiro.

Na mesma época, explicou-se o problema do endividamento ao procurador da cidade em Lisboa. Não bastavam mais as imunidades em execuções de dívidas de senhores de engenho até então concedidas.²⁰² Estas imunidades protegiam os equipamentos de produção e a força de trabalho dos proprietários endividados, determinando que as execuções fossem feitas apenas no rendimento das fábricas. Entretanto, segundo os camaristas, este privilégio não era mais suficiente para manter a produção, pois as dívidas subiram a um ponto em que os credores começaram a pedir execuções sobre a gente escrava do serviço doméstico.

vai carta para Sua Alteza pelo seu Conselho Ultramarino em que pede nela este Senado se não façam penhoras nos escravos do serviço de casa dos moradores senhores de engenho, e lavradores de canas, e das mais lavouras, e se satisfaçam nos rendimentos de suas fazendas porque os credores vendo que nas fábricas dos ditos engenhos, e fazendas, e mais lavouras não podem fazer penhoras as fazem nos escravos de seu serviço de porta a dentro os quais em muitas ocasiões servem nas ditas fazendas e assim os trazem na praça e se rematam por ínfimos preços.²⁰³

Desde o final da década de 1670, o endividamento passou a ser um tema mais frequente nas *Cartas do Senado*. Se a correspondência da Câmara com seu procurador em Lisboa e com a Coroa for tomada como índice da compreensão que a açucarocracia tinha de si, pode-se afirmar que o endividamento generalizado se tornou uma grande preocupação para nobreza colonial açucareira. Ainda que algumas cartas tenham sido

²⁰² Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, pp. 280-282 e 326 e seguintes.

²⁰³ Carta escrita ao procurador na corte de Lisboa. Salvador, 7 de julho de 1684 [1683?]. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 119.

perdidas ou preteridas nas publicações, não há como negar o aumento da relevância que o tema ganhou nos anos 1680, em comparação com as décadas anteriores.

Instruídos desde a metrópole, com base no novo regimento de cobrança do tributo,²⁰⁴ Roque Barreto e Antônio de Souza de Meneses, o Braço de Prata, iniciaram seus governos procurando corrigir as falhas nas remessas do Donativo do dote e paz para o reino. Em uma carta escrita em 1678, os oficiais da Câmara reclamaram ao príncipe contra a pressão e a vigilância da Fazenda Real sobre as finanças municipais: além de acusarem o desrespeito à sua jurisdição fiscal, os camaristas dissertaram sobre a tão necessária “piedade da dissimulação” na cobrança de impostos, uma característica dos mandatos dos bons governadores-gerais. A pesada tributação estava provocando o “prejuízo deste Estado e todo o arruinam as execuções presentes, assim as particulares como as da Fazenda de Vossa Alteza” – o endividamento com o Estado se somava e agravava o endividamento da açucarocracia com o setor mercantil.²⁰⁵ Na mesma época, os camaristas da Bahia relataram ao príncipe que autoridades metropolitanas, “seguros em que não há quem emende seus procedimentos”, estavam executando devedores da Fazenda Real e “sem embargo de leis em contrário [...] penhorando os seus bens”.²⁰⁶

Em 1679, relacionou-se de modo explícito endividamento e carga fiscal. Alegando que não havia cabedais para contribuir com as obras do cais de Viana, os oficiais da Câmara relataram a “grande diminuição de cabedais com que se acham hoje os moradores desta praça e tão exaustos que não podem dar satisfação ao muito que devem ao comércio sem se fazerem execuções nos engenhos e fazendas de cana”. Os bens executados não alcançavam grande valor quando colocados em praça para serem liquidados, complicando a situação dos endividados e seus credores: “e o que é mais para lastimar que estão já todos os dias a praça não há quem lance nelas nem seus donos as podem remir”. Por fim, aparece a relação entre tributação (no caso, para o cais de Viana) e dívida, complementada pela imagem dramática da viúva expropriada, enunciado retórico que se tornou comum nas cartas do período mais agudo da crise:

sendo causa desta atenuação as muitas contribuições que paga este povo porque presente lhe é Vossa Alteza que sobre a grande despesa que faz com o

²⁰⁴ Registro do Regimento da cobrança do Donativo do dote e paz. Lisboa, 20 de dezembro de 1677. **Documentos Históricos**, volume 79, pp. 233-244. Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, p. 102.

²⁰⁵ Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos Donativos. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 45 e 46.

²⁰⁶ Carta escrita a Sua Alteza sobre o não se tomar conhecimento as execuções da Fazenda Real. Salvador, s/d. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 50.

sustento da infantaria desta praça, pagar todos os anos quarenta mil cruzados de paz de Holanda e dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha, que por exceder a possibilidade de todos se lhe tomam as peças de ouro e prata de seu uso e ainda os mantos das viúvas para serem vendidos, crescendo nestes anos muito mais o aperto de todos [...] com que é certo que se lhe acrescentar este novo tributo crescerão os apertos com ruína total de todo o Estado e diminuição infalível das rendas de Vossa Alteza.²⁰⁷

Em 1681, outra carta associa tributação e endividamento numa conjuntura de mais nítida deterioração do negócio do açúcar. Pedia-se ao príncipe “a faculdade de não serem constrangidos os que deverem de cinquenta mil réis para cima com o aperto da justiça”. A proposta era por prazo determinado: as dívidas grandes deveriam ser suspensas por três anos. Neste período, esperavam pela recuperação da produção e a melhora dos preços, o que resultaria em boas condições para continuarem a contribuir para o Donativo do dote e paz e retomarem o pagamento das dívidas.

com mais suavidade se possam as fazendas fabricar, e os donos adquirir e aliviar seus empenhos, o que não seja possível procedendo os credores com execuções tão contínuas como até o presente impossibilitando os cabedais com as diminuições dos preços a que os obriga o urgente da satisfação, e assim ficam incapazes de assistir as obrigações de vassalos de Vossa Alteza e corresponderem ao empenho da contribuição do dote e paz e seus créditos.²⁰⁸

Para um pedido desta importância, pela abrangência e pelo impacto que causaria no setor mercantil, não se poderia esperar uma resposta positiva da metrópole. As cartas dos anos seguintes e os registros de verificação não trazem informações sobre possíveis desdobramentos deste requerimento. Entretanto, pela ousadia da solicitação, o documento indica que o problema do endividamento da açucarocracia saltara de patamar, possivelmente, pela ampliação do crédito por “açúcar de dano”.

Antes mesmo da grande epidemia do “mal da bicha”, que desfalcou a população da cidade e do Recôncavo em milhares de pessoas, e da forte queda dos preços do açúcar, as execuções por dívidas de senhores de engenho por particulares passaram a ser tema quase obrigatório na correspondência da Câmara com a Coroa na década de 1680.²⁰⁹ Se,

²⁰⁷ Carta a Sua Alteza sobre uma provisão do dito senhor para a contribuição do cais de Viana. Salvador, 15 de julho de 1679. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 62.

²⁰⁸ Carta escrita a Sua Alteza sobre conceder que se não cobre destes moradores em três anos das quantias de cinquenta mil réis para cima. Salvador, 1º de julho de 1681. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 103 e 104.

²⁰⁹ Alguns exemplos: Carta escrita a Sua Alteza para se não fazerem penhoras nos escravos de casa dos senhores de engenho e lavradores. Salvador, 6 de julho de 1683. Carta escrita ao procurador da corte de Lisboa. Salvador, 7 de julho de 1684. Carta a Manoel Carvalho, procurador na corte de Lisboa. Salvador, 5 de agosto de 1684. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 114-116, 117-120, 129-132.

de meados da década de 1670 até o início da década seguinte, as dificuldades na rolagem de dívidas com o Estado estavam no primeiro plano das preocupações dos homens da governança, na década de 1680, as dívidas da açucarocracia com credores particulares é que receberam cada vez mais atenção na correspondência com a metrópole.

Acompanhando os protestos contra o crédito por “açúcar de dano”, os camaristas reforçaram o pedido para renovação de limites nas execuções de dívidas contra os senhores de engenho. A carta, endereçada ao rei, relembra a provisão de 23 de dezembro de 1663, “em ordem a conservação da lavoura do açúcar deste Estado, e mais frutos, que se não fizessem penhora e execução por dívidas nas fábricas dos engenhos e lavradores, e que fossem pagos os credores pelos rendimentos”.²¹⁰

O Donativo do dote e paz na crise açucareira

Políticas protecionistas contra execuções de dívidas de senhores de engenho já haviam sido utilizadas em momentos de crise, pelo menos duas vezes, nas primeiras décadas do século XVII.²¹¹ Contudo, foi nas quatro últimas décadas do seiscentos que tal recurso se estruturou como uma política de protecionismo consistente,²¹² promovendo na açucarocracia baiana uma memória na qual a provisão de 1663 aparecia como o marco inicial da legislação mercantilista contra a desfabricação dos seus engenhos. Um dos documentos mais importantes para a História do açúcar no Brasil, o alvará de 23 de dezembro de 1663 está transcrito abaixo. Optei por transcrevê-lo integralmente por sua importância.

²¹⁰ Carta escrita a Sua Alteza para se não fazerem penhoras nos escravos de casa dos senhores de engenho e lavradores. Salvador, 6 de julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 114 e 115.

²¹¹ Por exemplo: Requerimentos dos homens de negócio da cidade de Lisboa, pedindo para ser revogada a provisão de 1612, que determinava que os lavradores e proprietários de engenhos no Brasil não pudessem ser executados, os primeiros por mais de metade de suas novidades, e os segundos por dois terços. Lisboa, 28 de novembro de 1613. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 1, doc. 52. Registro de uma provisão que passou o governador Pedro da Silva sobre se não fazerem penhoras nas fazendas por dívidas pequenas. Salvador, 30 de setembro de 1636. **Documentos Históricos**, volume 16, pp. 388-391. Rodrigo Ricupero. “O tempo dourado do Brasil no final do século XVI” In: A. Garrido, L. F. Costa e L. M. Duarte (orgs.) **Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães: economia, instituições e império**. Coimbra: Almedina, 2012.

²¹² Exemplos de reedição das restrições a favor dos senhores de engenho: Alvará de isenção de penhora às propriedades dos engenhos e lavouras de açúcar no Rio de Janeiro. Lisboa, 27 de outubro de 1673. Alvará de isenção de penhoras nas propriedades dos engenhos e lavouras de açúcar da Paraíba. Lisboa, 8 de fevereiro de 1674. Alvará para que não se faça penhora nas fábricas dos engenhos de açúcar de Pernambuco e Itamaracá. Lisboa, 3 de março de 1676. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa -1675-1683 e Suplemento à segunda série: 1641-1683**. Lisboa: Imprensa F. X. de Souza, 1857, pp. 313, 314 e 326.

Eu el-rei faço saber aos que esta provisão virem, que, tendo respeito ao que se me representou por parte dos oficiais da Câmara da Bahia de Todos os Santos, em razão da diminuição a que tem vindo as rendas d'aquela capitania, por causa da pouca saída que tem os frutos dela, e pela carestia dos fornecimentos com que se fabricam, e pouco cabedal d'aqueles moradores, e empenhos em que se acham; e que a maior parte de tudo vem a ser, por serem executados, por seus credores nas fábricas dos engenhos e lavouras, e que por este respeito se impossibilitavam muitos de poderem moer – pedindo-me lhes mandasse passar provisão, para que se não façam penhoras nas ditas fábricas, e só sejam executados os devedores nos rendimentos de suas fazendas, para assim se poderem conservar, e terem cabedais com que acudir ao fornecimento dos ditos engenhos e lavouras. E visto o que alegam, e aqueles moradores se acharem faltos de fazenda, pela muita que despendem em meu serviço: - hei por bem e me praz de lhes conceder a mercê que pedem, sem limitação de tempo, para que não sejam executados, nem se façam penhoras por seus credores nas fábricas dos ditos engenhos e de fazendas de canas, e somente serão executados os devedores nos rendimentos de suas fazendas para assim se poderem conservar e terem cabedais com que acudir a meu serviço – com declaração que sempre os bens móveis e fábricas dos engenhos e das fazendas de canas fiquem obrigados aos credores pelo prejuízo que seguirá de que, não se fazendo o embargo neles, poderão os possuidores vend-los a outra pessoa, e ficarem prejudicados os que pretenderem o pagamento de suas dívidas. Pelo que mando ao meu vice-rei e capitão geral do Estado do Brasil, e a todos os mais ministros da justiça, e Relação dele, a que pertencer, cumpram e guardem esta provisão muito inteiramente, como nela se contém etc.²¹³

O rei reconhecia o peso fiscal suportado pelos moradores da Bahia e, para “acudir a meu serviço”, convinha aos proprietários de engenhos e fazendas de cana “se poderem conservar, e terem cabedais com que acudir ao fornecimento dos ditos engenhos e lavouras”. A relação entre o negócio do açúcar e a tributação está nítida no documento e foi esta a justificativa do ato legislativo do rei. A provisão, que beneficiou a Bahia, foi dada sem limite de tempo, enquanto para as outras capitanias as provisões tinham de ser renovadas de tempos em tempos. Era necessário manter a produção colonial, sem a qual o Estado ficaria fragilizado em sua sustentação financeira.

Entre os requerimentos da *Instrução* dada a José Moreira de Azevedo, para sua atuação no reino como procurador da cidade da Bahia, o quinto requerimento parece um tanto vago: “sobre as fábricas dos engenhos convém muito que Sua Majestade nos faça mercê ampliar a provisão que sobre este particular nos fez conceder para que sem embargo da ordenação se dê complemento a ela”.²¹⁴ A princípio, parece que o interesse

²¹³ Alvará determinando que não se façam penhoras nas fábricas dos engenhos de açúcar da Baía, mas somente nos rendimentos. Lisboa, 23 de dezembro de 1663. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa -1675-1683** e Suplemento à segunda série: 1641-1683, p. 267.

²¹⁴ Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 75.

dos oficiais da Câmara era ampliar a legislação protecionista.²¹⁵ A *Instrução* foi elaborada na segunda metade da década de 1660, num contexto bastante acidentado para os proprietários de engenhos e fazendas de cana, pois, além do aumento da carga fiscal devido ao imposto do dote e paz, houve uma forte epidemia de varíola em 1665, que teria causado a morte de cerca de 16 mil pessoas e desfalcado a produção em muitos braços.²¹⁶

O endividamento tendeu a crescer após o início das cobranças do Donativo do dote e paz. A provisão de 1663 e a legislação protecionista complementar acabaram por preservar o funcionamento dos engenhos de um crescente número de senhores endividados, restringindo as execuções judiciais que pudessem inviabilizar a fabricação de açúcar. O ganho fiscal do Estado foi, ao menos em parte, sustentado pela política mercantilista aplicada à produção agroexportadora colonial. Eis o alicerce sólido da convergência de interesses entre a Coroa e a açucarocracia. Contudo, se o capital mercantil não encontrasse oportunidades de se valorizar nos circuitos comerciais entre Brasil e Europa, haveria declínio do volume de negócios e, no limite, uma crise. E foi isto que ocorreu no final dos anos 1680.

Na medida em que diminuía o interesse pelo açúcar da Bahia, as dívidas cresciam. O volume do fluxo de riqueza entre Brasil e Portugal, isto é, a exploração colonial diminuiu: deteriorava-se um ramo importante para o giro do capital mercantil europeu, a arrecadação fiscal da Coroa de Portugal diminuía e a base material da açucarocracia baiana foi comprometida.²¹⁷ O capital mercantil se protegeu, reduzindo o fluxo das rotações. Nos anos de crise, a Coroa, no máximo, poderia abrir mão da tributação para aliviar a produção colonial, mas isto não era suficiente para salvar a lavoura. A nobreza dos engenhos, enraizada no espaço colonial, clamava pela ajuda da Coroa que, impotente em relação às grandes tendências mercantis, pouco ou nada respondia. Os mercadores, credores da açucarocracia, passaram a ser vistos com malfeitores, mas, possivelmente, poucos estavam em situação confortável. Em 1689, o início de uma temporada de guerras na Europa deu novo ânimo ao negócio do açúcar,²¹⁸ mas, até seus efeitos atingirem a Bahia, houve muita murmuração, desalento e perda material concreta.

²¹⁵ Houve muitos avanços na proteção da produção açucareira nas últimas décadas do século XVII. Conferir Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 171. E Marcelo Lunardi do Carmo. **Dom Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia**. Dissertação de mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2018, pp. 97-107.

²¹⁶ Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 163.

²¹⁷ Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíam sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas enviado ao senhor Marquês das Minas conselheiro de sua majestade então governador geral da cidade da Bahia. Bahia, 1687. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 20, p. 216.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 166.

Em agosto de 1684, os camaristas relataram ao rei que o povo da Bahia passava por uma calamidade. Solicitavam “aliviar da contribuição geral do Donativo, que paga para o dote da sereníssima rainha de Grã-Bretanha e paz de Holanda”. Sem mais justificativas e apelando à “clemência real”, a razão do pedido tão indiscreto era a mais direta possível: “tem chegado a miséria deste povo a tal estado que escassamente podem suprir seus cabedais para a dita contribuição”. Não prometeram nenhuma compensação, nem propuseram limites de tempo para a suspensão dos pagamentos. Caso o pedido fosse aceito, alentados pela “mercê”, prometiam empenho no cuidado das “fazendas, terras e engenhos” e, conseqüentemente, quando o mercado virasse a mão, haveria “aumento das rendas reais”.²¹⁹ A orientação para o procurador negociar a suspensão dos pagamentos do Donativo era, dentro da apresentação da difícil situação econômica, enfatizar as “grandes perdas que tem experimentado com a peste das bexigas há dois anos, e ainda existe esta peste”.²²⁰

Em 1685, o pedido foi feito novamente. Os camaristas explicaram que as bexigas, que começaram a matar em 1680, continuavam a fazer vítimas em 1685, “levando a maior parte da escravaria”. Relataram também que, neste tempo, houve dois anos de fome e três de seca. Descontando os exageros do relato colonial, é necessário salientar que os termos e enunciados utilizados para qualificar a situação econômica da Bahia não eram comuns nas décadas anteriores. A murmuração hiperbólica não deixa de apontar o sentido do processo.

que nunca se experimentou e esterilizaram tudo acabaram de todo de empobrecer os moradores desta cidade e seu Recôncavo, vendendo seus escravos que lhe escaparam da peste das bexigas, e a sua peça de prata com que se achavam para remediar a fome de suas famílias.²²¹

Por tudo isso, queriam ser “aliviados da contribuição do dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda”. Lamentavam a falta de resposta do rei, pois enquanto não viesse da metrópole o alívio, continuariam a rolar as “lágrimas das viúvas,

²¹⁹ Carta escrita a Sua Majestade pedindo-lhe levante a contribuição que paga este povo para o dote e paz de Holanda. Salvador, 4 de abril de 1684. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 121 e 122.

²²⁰ Carta escrita a Manoel Carvalho, procurador na corte de Lisboa. Salvador, 05 de agosto de 1684. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 131.

²²¹ Carta escrita a Sua Majestade sobre aliviar o Donativo. Salvador, 2 de julho de 1685. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 7.

órfãos e clamores dos pobres cujos bens se executam rigorosamente para satisfação deste imposto”.²²²

No mesmo ano, outra carta abordou o problema do endividamento, que incomodava cada vez mais. Os camaristas solicitaram ao rei a proibição de vendas fiadas na Bahia. O crédito por “açúcar de dano” difundira-se perigosamente e, naquele momento, aparecia como “a principal causa das impossibilidades e ruína desta república”. Explicaram que a “facilidade com que os moradores fiam suas fazendas de qualquer pessoa, aceitando lhas por preços excessivos”, precisava ser proibida para as pessoas “que não têm de seu com que pagar”. Portanto, pediam ao rei “mandar por lei irrevogável que nenhuma pessoa venda fazendas fiadas às sobreditas pessoas, exceto as que se venderem para o fornecimento dos sobreditos engenhos, e fazendas de canas e lenhas sem o que não se poderá fabricar”.²²³

Quem seriam os “homens pobres, filhos, família, e órfãos, e menores que não têm de seu com que pagar”? O crédito era oferecido a quem tivesse propriedades e a carta esclarece que a lei protegeria aqueles que, por falta de pagamento, fossem “executados com aperto em seus bens por menos do que valem com o que ficam metidos em maiores necessidades”. Então, não se trata de qualquer gente pobre. Tal pobreza deve ser relativizada. A sentença da solicitação esclarece que muitos dos que caíam no círculo vicioso das dívidas eram senhores de engenho e fazendeiros de cana, pois os atingidos pela lei proposta só teriam permissão para comprar a crédito os “fornecimentos para os engenhos e fazendas de canas e lenhas”.

Por um lado, o pagamento adiantado rebaixava os preços do açúcar em cerca de um terço. Por outro, as mercadorias importadas só eram vendidas a crédito por preços mais altos. Portanto, a pesada alavancagem da década de 1680 também deve ser contada como um dos mais importantes fatores da crise que se aproximava. Quase que vaticinando o pior, os camaristas tentavam proteger a continuidade da produção de açúcar, pedindo ao rei a limitação do crédito aos senhores de engenho mais endividados. Esta solicitação seria impensável nas décadas anteriores.

²²² *Idem*, p. 8. Na carta da Câmara enviada ao procurador em Lisboa, os camaristas adiantaram o agradecimento pelo “cuidado da brevidade das resoluções”, apontando a suspensão do Donativo como a primeira de uma vasta lista de demandas coloniais sobre as quais Manoel Carvalho deveria trabalhar junto à Coroa. Carta do procurador Manoel de Carvalho. Salvador, s/d. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 9-13.

²²³ Carta escrita ao dito senhor sobre não haverem fiados nesta praça. Salvador, 02 de julho de 1685. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 5 e 6.

Uma epidemia de febre amarela²²⁴ atingiu a população da cidade do Salvador e do Recôncavo em 1686. Segundo o governador-geral, o marquês das Minas, no primeiro semestre daquele ano, mais de vinte e cinco mil pessoas ficaram doentes e novecentas morreram – faleceu uma pessoa para cada quatro ou cinco na cidade, aproximadamente, um indivíduo por família, no mínimo.²²⁵ Em toda a segunda metade da década de 1680, milhares de pessoas morreram, incluindo desembargadores do Tribunal da Relação e até o governador-geral, Matias da Cunha, falecido em 1688.²²⁶ Em linhas gerais, 1686 pode ser considerado o início do período mais agudo de uma conjuntura depressiva que se arrastava desde o final da década de 1660. O final da crise na Bahia ocorreu entre 1692 e 1693, com a recuperação dos preços do açúcar.²²⁷

A atmosfera mórbida da cidade emergiu nas cartas do Senado escritas em 1686. Em uma delas, mais uma vez, os camaristas apresentaram a difícil situação econômica da Bahia, achacada pelas dívidas de seus moradores, pela pressão baixista sobre os preços do açúcar e, recentemente, pelo “mal da bicha”. Elogiaram a generosidade do governador-geral, o marquês das Minas, que teria chegado a pagar dívidas e fintas para “muitos pobres”, além de tomar providências contra a epidemia que começava a aterrorizar a cidade – “os enfermos não cabiam no hospital”. Ao pedir a suspensão do Donativo mais uma vez, anunciaram apoio do governador. Ao menos, indicaram ao rei que o marquês confirmaria as dificuldades sofridas pela Bahia, onde, “para a contribuição ordinária, se tiravam os brincos das orelhas às mulheres e às viúvas as saias” – este exagerado enunciado, raro antes da década de 1680, tornou-se comum nas cartas do tempo da crise.²²⁸ Então, propuseram ao rei uma suspensão temporária, sem extinção do imposto do dote e paz, comprometendo-se a pagar, após os 32 anos do prazo vigente, as parcelas anuais suspensas devido às dificuldades econômicas.

em nome dos ditos povos pedimos humildemente prostrados aos reais pés de Vossa Majestade seja servido mandar considerar as nossas razões e suspender

²²⁴ Ignácio Accioli e Braz Amaral. **Memórias históricas e políticas da Bahia**, volume 2, pp. 239-246.

²²⁵ Carta do governador Marquês das Minas para S. M. dando conta do número de doentes e de mortes que houve com o mal que deu naquela praça. Bahia, 7 de julho de 1686. AHU. BA. Série Luísa da Fonseca. cx. 27, doc. 3356.

²²⁶ Afonso Ruy. **História política e administrativa da cidade do Salvador**, p. 227. Pedro Calmon. **História do Brasil**, volume 3, pp. 871 e seguintes. Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 166. Pedro Puntoni. **O Estado do Brasil**, pp. 243 e seguintes.

²²⁷ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 113. T. Krause. “Crise ou prosperidade? A Bahia no século XVII”. In: Adriana Dantas Reis e Caio Figueiredo Fernandes Adan (orgs). **Estudos em história colonial: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018, p. 84.

²²⁸ Carta escrita a Sua Majestade sobre a cobrança do Donativo do dote da sereníssima rainha e paz. Salvador, 15 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 17-20.

a execução desta ordem e pagaremos o que se achar dever este Senado acabados os trinta e dois anos de sorte que fique ajustada a quantia na forma de nossa obrigação.²²⁹

Em outro papel escrito em 1686, no mesmo dia e mês da carta apresentada acima, os oficiais da Câmara repetiram o pedido de suspensão do Donativo do dote e paz, citando o governador-geral, com quem o rei poderia confirmar o “estado de miséria” da colônia, então agravado pela epidemia. Destaca-se mais uma vez, como argumento para o pedido de suspensão do tributo, a depressão econômica pela qual a Bahia açucareira passava:

com maior necessidade podemos hoje alegar a Vossa Majestade assim pela atenuação dos cabedais, como pelo pouco valor de nossas lavouras tão carregadas de direitos e tributos e sobre isto a ruína e castigo que de presente estamos experimentando com tantas mortes e desamparos como a Vossa Majestade lhe será presente e se em outro tempo senhor só para a contribuição ordinária se tiravam os brincos das orelhas às mulheres, e às viúvas as saias, que será hoje no estado em que estão estes povos, se se lhe carregar mais esta cobrança e ninguém mais nisto pode informar a Vossa Majestade com mais verdade que o dito marquês, que desde o princípio de seu governo começou a socorrer a muitas e muitos pobres.²³⁰

Cinco dias depois de escrever as cartas citadas acima, resolveram reforçar o pedido de suspensão do Donativo em mais um texto. Para mostrar o quanto já tinham contribuído, não obstante muitos apertos, apresentaram um sucinto relato histórico do tributo. Elogiaram a piedade da Coroa, quando em 1665, ainda no tempo de Afonso VI, foi concedido “a estes povos prorrogar lhe o tempo pagando em trinta e dois anos, o que haviam de pagar em dezesseis com esta mercê lograram algum alívio os moradores deste Estado por lhes ficar mais suave pagando a metade ainda que em mais tempo”. O ponto mais interessante da carta vem a seguir, pois os camaristas atacaram as ordens religiosas por não pagarem o tributo enquanto aumentavam suas propriedades. A contribuição anual da Bahia caíra de 80 para 40 mil cruzados em 1665, mas, dali em diante, o peso tributário sobre a população leiga aumentou na medida em que o patrimônio eclesiástico, que não pagava o Donativo, crescia.

mostrou a experiência que a diligência foi frustrada, e a mercê de Vossa Majestade infrutuosa porque hoje vem a pagar os povos o mesmo que pagavam ao princípio ocasionado das muitas fazendas e propriedades que compram e

²²⁹ *Idem*, p. 19.

²³⁰ Carta escrita a Sua Majestade sobre suspender a execução da cobrança do Donativo do dote e paz de Holanda. Salvador, 15 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 33-36.

herdam as religiões desta cidade e o clero as quais se livram de pagar por seus privilégios e com estas compras ou graças ficam os povos mais carregados.²³¹

Na sequência do documento, sem deixar de tocar na perda dos brincos e saias das mulheres e viúvas, relataram que muitos vendiam partes dos engenhos²³² para quitar as dívidas e não falhar na contribuição para o Donativo. Isto posto, pediam os camaristas ao rei que as novas propriedades adquiridas pelos eclesiásticos continuassem a pagar o tributo. Sugeriam também a limitação do patrimônio das ordens religiosas, já prevendo a dificuldade de derrubar a costumeira isenção fiscal.

Para o procurador da cidade do Salvador em Lisboa, a orientação em 1686 foi enfática: “desta informação lhe ficará a vossa mercê advertência para não consentir em nenhum gênero de pedido de tributo ou finta por não estarem capazes estes povos”. Entre as demandas sobre as quais o procurador deveria trabalhar, os oficiais da Câmara pediram permissão para usar parte do dinheiro do Donativo nas comemorações do casamento do rei, pois, pela situação econômica dos moradores da Bahia, faltando a permissão solicitada, “certamente há de faltar aquele amor que sempre em nós se experimentou”.²³³

A demanda pela suspensão do Donativo foi discutida pelo Conselho Ultramarino. A consulta de 20 de novembro de 1686 relembra que, em 1672, os oficiais da Câmara

representando o estado da terra e a falta de cabedais com que se achavam os moradores, para serem novamente fintados sobre a finta anual que estão pagando, e outras imposições aplicadas ao sustento da infantaria daquela praça, [...] e completos os ditos trinta e dois se devia ajustar a conta e satisfazer tudo aquilo que faltasse, de que aquele Senado se valeu pelas razões referidas.²³⁴

No início da década de 1670, as despesas com a Guerra dos Bárbaros no Recôncavo e sertões adjacentes foram somadas às dificuldades com o negócio do açúcar. Até onde consegui apurar, o Donativo fora pago parcialmente, de acordo com as possibilidades dos moradores da colônia e mediante o compromisso de compensarem a

²³¹ Carta escrita a Sua Majestade sobre suspender a execução da cobrança do Donativo. Salvador, 20 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 28-30. Um problema mais específico, o privilégio de Cristóvão de Burgos e a consequente opressão sobre os moradores da freguesia de Paripe, foi tratado na Carta a Sua Majestade sobre suspender a execução da cobrança do Donativo do dote e paz de Holanda. Salvador, 14 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 30 e 31. O caso de Cristóvão de Burgos é emblemático e foi discutido por Letícia Ferreira. **É pedido, não tributo**, pp. 188-196.

²³² Não está especificado no documento, mas imagino que se trate de terras, peças de cobre e escravizados.

²³³ Carta escrita ao procurador na corte deste Senado o capitão Manoel de Carvalho. Salvador, 23 de julho de 1686. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 36-38.

²³⁴ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da Câmara e o governador acerca da execução da ordem que lhes foi para as contas do Donativo da paz de Holanda e dote de Inglaterra, e reposição do empréstimo. Lisboa, 20 de novembro de 1686. **Documentos Históricos**, volume 89, pp. 63-66.

falta no futuro. Diferentemente, em 1686, pediu-se a suspensão integral, com reposição programada para depois de cumpridos os 32 anos. O precedente era favorável a uma cobrança mais “suave”, pois a crise exigia uma adaptação. O governador-geral, o marquês das Minas, enviara informações confirmando o estado da terra e fortalecendo a posição da Câmara.

que estas mesmas e com maior necessidade podiam hoje alegar a Vossa Majestade, assim pela atenuação dos cabedais como pelo pouco valor de suas lavouras tão carregadas de direitos e tributos e sobretudo a ruína e castigo que de presente experimentavam com tantas mortes e desamparo, como a Vossa Majestade lhe seria presente e se em outro tempo só para a contribuição ordinária se tiravam os brincos das orelhas às mulheres e as saias do corpo às viúvas, que seria hoje no estado em que estavam aqueles povos, se se lhes carregasse mais esta cobrança e que ninguém nisso podia informar a Vossa Majestade com mais verdade que o dito governador.

Segundo o governador-geral, os moradores da Bahia estavam “mais extenuados que nunca”. Convinha, portanto, segundo a opinião do marquês das Minas, “que Vossa Majestade mandasse fizesse aquelas execuções de tal maneira que, cobrando-se com suavidade a possibilidade dos povos, ficasse segura a Fazenda Real [...] cobrando sem violência”. Caso contrário, se fosse mantido inflexivelmente o plano de pagamento do Donativo, ficariam aqueles vassalos não só “queixosos, mas totalmente feridos”.

A imagem das viúvas perdendo as saias para pagar o Donativo exerceu algum impacto, sendo reproduzida no texto da consulta. Entretanto, o parecer do governador-geral é que seria decisivo nos processos de negociação entre a Câmara do Salvador e a Coroa de Portugal. Abaixo, o parecer do Conselho Ultramarino, rubricado pelo rei após o concordante “como parece”:

Que à vista da cópia da ordem se devia proceder na forma dela e que quando parecesse que dependia todo o cômputo do Donativo ajustado dar-se algum espaço de tempo, em que mais comodamente se pudessem reintegrar os procedidos dos empréstimos que do mesmo Donativo se tinham tirado, seria isto graça de Vossa Majestade. Ao Conselho parece que Vossa Majestade deve mandar ao Governador que fosse tomar esta conta dos oficiais da Câmara, com toda a brevidade.²³⁵

O texto não é claro, mas, talvez, a Bahia tenha recebido algum alívio. E o governador-geral foi orientado a cobrar, tão logo fosse possível, tudo o que se devia para o Donativo, inclusive os atrasados anteriores, ditos “empréstimos” e as dívidas dos

²³⁵ *Ibidem*.

particulares. Contudo, alguns meses depois da consulta, em agosto de 1687, relatando as dificuldades do tempo de crise,²³⁶ os oficiais da Câmara citaram o Donativo do dote e paz como se ainda não tivessem recebido alívio algum:

sobre isto lhe acresce a contribuição de mais de cem mil cruzados cada ano: 40 por finta para satisfação de um milhão e duzentos e oitenta mil cruzados, que só nesta cidade se impôs para o dote da senhora rainha de Inglaterra e paz de Holanda; e mais 60 por imposições nos usuais para sustento da infantaria [...] e se nossos frutos não tiverem saca, certo há de ser que não poderemos satisfazer a estes serviços.²³⁷

A crise desgastou também a Coroa e a Fazenda Real, diminuindo a margem de potenciais concessões à Câmara da cidade do Salvador. Em 1688, autoridades metropolitanas resistiram a receber açúcar mascavado arrecadado pela Câmara como contribuição para o Donativo do dote e paz.²³⁸ Em 1689, o rei mandou o governador-geral procurar saber com o provedor-mor, os oficiais da Câmara, o chanceler e os desembargadores da Relação se a Fazenda Real devia se manter obrigada a aceitar o açúcar do Donativo por 1\$200 réis a arroba do branco e por 600 réis a arroba do mascavado, conforme foi assentado em 1662. Desde o início da década de 1630, os preços não chegavam a nível tão baixo.²³⁹ Se toda a arrecadação anual de 40 mil cruzados fosse paga em açúcar, valeria na praça cerca de 28 mil, por conta da “iniquidade da cláusula do contrato”. O parecer do Conselho Ultramarino, acima de tudo, era observar a questão com “suavidade”, pois assim “se poderá continuar com menos oposição dos povos”.²⁴⁰

²³⁶ Vitorino Magalhães Godinho. “As frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770”, p. 483. A arroba do açúcar chegou a ser negociada por 3\$800 réis em Lisboa, em 1650, quando, segundo os camaristas de Salvador, o imposto era possível e justificável pela situação de guerra. Em 1688, o preço na metrópole desabou para a faixa de 1\$200 a 1\$400 réis. A queda dos preços determinou o grau de desalento: “é perdido o comércio para o Brasil”. Carta de 12 de agosto de 1687 citada em nota próxima abaixo.

²³⁷ Carta do Senado a Sua Majestade sobre se consultar remédio para a boa saída dos frutos da terra pela baixa que tem dado pela sua carestia e impostos. Salvador, 12 de agosto de 1687. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 49-51. No ano seguinte, a estimativa dos oficiais da Câmara era uma despesa de 50 mil cruzados com o sustento da infantaria e 40 mil cruzados com o Donativo. Carta do Senado a Sua Majestade sobre os capítulos que se lhe mandaram que tratam das taxas do açúcar, breu, treu ferro e cobre. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 71. Em 1691, os mesmos 100 mil cruzados das obrigações com o sustento da infantaria e com o Donativo apareceram na correspondência da Câmara com o procurador da cidade do Salvador em Lisboa: Carta escrita ao procurador Manoel de Carvalho. Salvador, 14 de julho de 1691. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 107.

²³⁸ Carta do Senado a Sua Majestade sobre não querer o provedor-mor da Fazenda Real aceitar para o Donativo os açúcares mascavados. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 60 e 61.

²³⁹ Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 401.

²⁴⁰ Carta de Vossa Majestade ao governador e capitão geral Matias da Cunha, sobre o Donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Lisboa, 26 de novembro de 1689. **Documentos Históricos**, volume 89, pp. 146 e 147. A opinião do provedor-mor foi contrária a qualquer alteração e os oficiais da Câmara escreveram ao rei seguindo o voto o provedor-mor, como era de se esperar. Carta escrita a Sua

A comparação das remessas do Donativo do dote e paz dos anos de 1691 e 1692 mostra a recuperação da produção e do negócio do açúcar. O valor da remessa de 1691 foi de 35.149,2 cruzados em açúcar e 2 mil cruzados em dinheiro, totalizando 37.149,2 cruzados; 7,13% abaixo da quantia anual devida.²⁴¹ Em 1692, os preços do açúcar já apresentavam recuperação e, com o auxílio do governador-geral Câmara Coutinho aos camaristas nos trabalhos de arrecadação, o Donativo enviado o foi considerado “excesso de tão grande remessa”. O tesoureiro do imposto do dote e paz entregou 44.116,7 cruzados ao tesoureiro geral: 41.576,25 cruzados em açúcar, mais 2.540,45. A remessa excedeu em mais de 10% o valor da parcela anual e ainda ficaram caixas de açúcar do tributo nos trapiches e engenhos, que “se não conduziram pela grande invernada e falta de fábrica”.²⁴²

No início do século XVIII foi feito um levantamento contábil e estimou-se que 89% do Donativo já havia sido pago, faltando pouco mais de 141 mil cruzados (três anos e meio de contribuição ordinária). Na década de 1720, o Donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda foi, finalmente, declarado extinto.²⁴³

A Câmara, o sustento da infantaria e o motim militar de 1688

O pagamento do imposto do dote e paz tendia a ser mais flexível em momentos críticos, com destaque para os anos de crise aguda no final da década de 1680. Já o sustento da infantaria era uma despesa bastante rígida. As demandas da Bahia junto à Coroa acerca do tema, normalmente, eram solicitações de redução do número de soldados, com o objetivo de diminuir o custo da tropa. Como já foi destacado acima, o efetivo foi reduzido significativamente nas décadas de 1650 e 1660, chegando a cerca de mil praças na década de 1670. Porém, a partir dos anos 1680, a tropa voltou a aumentar, passando a 1.200 praças²⁴⁴ e, nos anos finais do século XVII, o governador-geral dom

Majestade sobre o preço dos açúcares que se tomam pelo do fabrico em pagamento. Salvador, 16 de julho de 1689. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 83.

²⁴¹ Carta escrita a Sua Majestade que Deus guarde sobre a remessa que se fez do Donativo da paz de Holanda este ano. Salvador, 11 de julho de 1691. **Cartas do Senado**, volume, p. 105.

²⁴² Carta escrita a Sua Majestade sobre o que se lhe remeteu nesta frota. Salvador, 18 de julho de 1692. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 112.

²⁴³ Letícia dos Santos Ferreira. **É pedido, não tributo**, p. 137.

²⁴⁴ Termo de resolução e assento que se tomou o Senado sobre a contribuição dos dez mil cruzados que se consignam os efeitos do sal e azeite de peixe para a nova colônia. Salvador, 24 de julho de 1694. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 257-259.

João de Lencastro aumentou o efetivo para quase 1.500 soldados.²⁴⁵ A Câmara pediu muitas vezes a extinção de um dos dois terços da infantaria,²⁴⁶ mas não obteve sucesso.

Desde o início da crise, as dificuldades financeiras da instituição municipal estavam aumentando. Em 1685, um dos tesoureiros da Câmara fugiu deixando um rombo de 3.177,47 cruzados, dívida que coube ao seu fiador pagar em dinheiro de contado por prazo de cinco anos.²⁴⁷ Os registros contábeis do município estavam desorganizados.²⁴⁸ Em março de 1686, o tesoureiro da Câmara acusou pendências de “muitos papéis ou mandados que se tinham passado sobre ele” e a compra da farinha para os soldados, cujo pagamento dependia de mais pronta cobrança de impostos.²⁴⁹ No início de 1687, atendendo aos requerimentos do tesoureiro, os oficiais elaboraram uma lista de nomes para dar encaminhamento às execuções das dívidas.²⁵⁰ Dois meses antes da Revolta do Terço Velho, os oficiais registraram em ata que queriam a prisão dos devedores.²⁵¹

O pagamento dos soldos frequentemente falhava²⁵² e levava os governadores a intimar os camaristas a providenciar o sustento da infantaria. O pior, contudo, era deixar faltar alimentação aos soldados, que, nestas ocasiões, tendiam a reagir com violências e insultos – daí a importância do “conchavo da farinha”. Eram os governadores-gerais que

²⁴⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei dom Pedro II sobre a informação dos oficiais da Câmara da cidade da Bahia referente ao governo de dom João de Lencastro. Lisboa, 12 de janeiro de 1701. AHU. Bahia. Série Avulsos, cx. 03, doc. 302.

²⁴⁶ Carta do Senado a Sua Majestade sobre a reformação de um terço e se não paguem casas para as praças maiores. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 56 e 57.

²⁴⁷ Termo de obrigação que fez o licenciado Bartolomeu Soares apagar o resto que ficou devendo o tesoureiro Francisco Sodré em cinco anos. Salvador, 3 de outubro de 1685. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 37-39.

²⁴⁸ Termo de vereação em que eu João de Couros Carneiro escrivão da Câmara fiz presente aos oficiais dela o que havia de foros rendas e mais partidas declaradas. Salvador, 06 de fevereiro de 1686. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 47 e 48.

²⁴⁹ Termo de vereação e de requerimento que fez o tesoureiro deste Senado, o capitão Baltazar Carvalho da Cunha. Salvador, 29 de março de 1686. Termo de vereação e requerimento que fez o tesoureiro, o capitão Baltazar Carvalho da Cunha. Salvador, 11 de dezembro de 1686. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 51 e 52, e 66.

²⁵⁰ Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara que servirão o ano próximo passado do Estado em que deixam os negócios dela. Salvador, 2 de janeiro de 1687. Termo de vereação e requerimento que fazem os vereadores Domingos Dias Machado e Miguel Gomes e o procurador Domingos Pires de Carvalho sobre se cobrar as dívidas pertencentes à infantaria. Salvador, 7 de janeiro de 1687. Termo de vereação e requerimento que fizeram os vereadores sobre se cobrarem as dívidas. Salvador, 15 de maio de 1688. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 68-71; 73 e 74; 106.

²⁵¹ Termo de vereação e requerimento que fizeram os vereadores e procurador do Conselho aos juízes para efeito de se cobrar tudo aquilo que se dever a este Senado pertencentes a infantaria. Salvador, 23 de agosto de 1688. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 110 e 111.

²⁵² Luiz Monteiro da Costa. **Na Bahia colonial**: apontamentos para a História militar da cidade do Salvador. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958, pp. 111-118.

obrigavam as vilas de baixo a assinar o conchavo com o Senado da cidade do Salvador, a fim de garantir a ração dos militares.²⁵³

A Revolta do Terço Velho, ocorrida por falha na distribuição da ração e no pagamento dos soldos, foi um dos momentos mais tensos para os camaristas da cidade do Salvador na segunda metade do século XVII. Devido à crise, o contrato das imposições sobre o vinho não chegou a ser considerado suficiente: os 80 mil cruzados oferecidos por um único lançador era um valor 24% menor do que se pagara pelo negócio no triênio anterior.²⁵⁴ Além disso, as contribuições para o cais de Viana e para a Colônia de Sacramento passaram também a pesar sobre as finanças municipais. A avaliação dos camaristas em meados de 1688 era a seguinte:

De presente não chegam os efeitos aplicados ao sustento da dita infantaria pela diminuição com que se arremataram; o que também experimentou a Fazenda Real; ocasionado da pouca saída do açúcar, que é a total ruína de todo este Estado, e nestes termos não podem os povos consigo, quanto mais com novas contribuições.²⁵⁵

Dois meses e meio antes da revolta, em agosto de 1688, como de costume, os camaristas enviaram ao procurador da cidade em Lisboa uma carta em que eram listados os assuntos da correspondência com a Coroa naquele ano. Manoel de Carvalho foi informado que um importante contratador de rendas da Câmara havia quebrado, deixando os cofres municipais sem recursos “para assistir a despesa que se faz com a infantaria, e nós havemos de ver como bem de moléstia daqui até outubro do ano que vem, tempo em que entra outro contratador”.²⁵⁶ Esta deve ter sido a razão imediata principal das falhas no sustento da infantaria.

Paralelamente, o preço da farinha de mandioca disparava no comércio soteropolitano e, por descaminhos e dificuldades com o conchavo, garantir a ração dos soldados era uma tarefa cada vez mais difícil. As vilas de baixo, aparentemente, não estavam conseguindo entregar a quantidade combinada nos contratos, pois os produtores

²⁵³ Termo do Conchavo que se fez com os procuradores das vilas de Camamu e do Cairu. Salvador, 3 de outubro de 1687. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 94-96. Carta dos oficiais das vilas de Cairu, Boipeba e Camamu, para Sua Majestade, queixando-se contra a Câmara da Bahia e governadores-gerais, que apertam aqueles moradores querendo que deem farinha para o presídio da cidade. Bahia, 8 de outubro de 1685. AHU. Bahia, Série Luiza da Fonseca, cx. 27, doc. 3309.

²⁵⁴ Termo da resolução que se tomou sobre se arrematarem os vinhos com a nobreza. Salvador, 29 de julho de 1687. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 107-109.

²⁵⁵ Carta que se escreveu ao capitão Manuel de Carvalho, procurador na corte de Lisboa em companhia das cartas já lançadas. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 74 e 77.

²⁵⁶ *Idem*.

de farinha recebiam muito mais pela sua mercadoria vendendo aos comerciantes do que fornecendo à Câmara da cidade do Salvador, que, há décadas, pagava apenas 320 réis por sírio, mais o frete.²⁵⁷ Em 1687, os cestos chegavam com menos farinha do que o combinado nos conchavos, um problema que persistiu nos anos seguintes.²⁵⁸

Entre 21 e 24 de outubro de 1688, dezenas de soldados, desobedecendo a seus superiores, mobilizaram-se em um protesto contra a falta de pagas e de ração. O ajuntamento chegou a cerca de 300 homens, que ocuparam o Campo do Desterro. Tomavam mercadorias de quem passasse por perto e ameaçaram a cidade de saque, particularmente, a casa dos camaristas. O movimento foi desbaratado apenas quando os praças receberam algum dinheiro, sacado pelos oficiais da Câmara dos recursos destinados ao cais de Viana. Por fim, para entregarem as armas, exigiram um documento de perdão, prontamente assinado pelo moribundo governador Matias da Cunha e pelo substituto, o arcebispo Manoel da Ressurreição.²⁵⁹

Pouco mais de um mês depois do motim, o Senado escreveu uma carta ao rei. O documento, sem ser muito explícito, logo vai apresentando explicações. A Câmara não havia recebido pelo contrato dos vinhos, principal fonte de receita para o sustento da infantaria.

os poucos efeitos que se achavam para acudir as pagas da infantaria desta praça ocasionado de haverem faltado os contratadores que arremataram o subsídio que este povo pôs sobre os vinhos, que é a maior consignação aplicada à dita infantaria, e desta falta e da diminuição porque novamente se arrematou o dito

²⁵⁷ Termo do conchavo que se fez com as vilas do Camamu, Cairu e Boipeba. Salvador, 19 de dezembro de 1690. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 150-152. O preço da farinha no final da década de 1680 chegou a ser negociado no mercado por 500 réis, enquanto o governador e a Câmara do Salvador impunham às vilas de baixo a obrigação de fornecerem o mantimento a 320 réis por sírio, mais o frete, “ainda que suba a grande preço”. Em 1693, a tendência de alta no preço da farinha continuava forte: pagava-se até 900 réis por sírio. Termo de vereação e requerimento que fez o procurador e juiz do povo e mesteres ao diante assinados. Salvador, 1º de agosto de 1693. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 223-225.

²⁵⁸ Termo de vereação e requerimento que fez o capitão Domingos Pires de Carvalho sobre a falta de medida que tem os sírios que vem das vilas de baixo. Salvador, 7 de junho de 1687. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 84 e 85. Em 1698, com o açúcar em alta e o sírio valendo mais de 900 réis, os procuradores das vilas de baixo pressionaram os camaristas de Salvador a pagar mais pela mercadoria; o preço da farinha do conchavo dobrou, passando a 640 réis o sírio, entretanto, no final do século XVII, ainda faltaria ração para os soldados. Termo de vereação e resolução que se tomou sobre a farinha. Salvador, 23 de março de 1698. Termo de vereação e requerimento do procurador sobre as farinhas do conchavo. Salvador, 24 de abril de 1698. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 352-356.

²⁵⁹ Sebastião da Rocha Pita. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 201. Luiz Monteiro da Costa. **Na Bahia Colonial**, pp. 111-118. Afonso Ruy. **História política e administrativa da cidade do Salvador**, p. 228-230. Luciano Figueiredo. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial**, 71-78. Pedro Puntoni. **O Estado do Brasil**, pp. 252-256. Carta do Senado a Sua Majestade sobre os poucos efeitos que há para a infantaria e remédio para a cobrança deles. Salvador, 2 de dezembro de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 79-81. Carta para Sua Majestade sobre o motim dos soldados. Salvador, 16 de junho de 1691. **Documentos Históricos**, volume 33, pp. 334-337.

subsídio, nasceu o motivo de pedirmos a Vossa Majestade mandasse considerar se convinha a seu real serviço houvesse somente um terço com novecentos até mil praças, entrando neste número 50 ou 60 artilheiros, que para estes somente chegam os efeitos daqui em diante [...] em ordem à diminuição que houve e há de haver em todos os contratos.²⁶⁰

O valor que os contratadores ofereciam em seus lances pelos vários contratos, base da arrecadação fiscal, estava bem mais baixo do que em décadas anteriores.²⁶¹ “E não há de haver melhora”. O cenário de desalento teria sido causado por fatores sobre os quais os camaristas não tinham controle: “nossos pecados”, “miséria dos tempos” e “pouco valor das nossas drogas”, atenuando suas responsabilidades no evento do motim. Entretanto, os camaristas indicavam um problema de insegurança jurídica que, se amenizado, poderia estimular os contratadores a fazer lances mais altos: muitos “zombam do que devem [...] tudo motivos para serem incobráveis as dívidas e em prejuízo total das consignações a que estão aplicadas”. Para que o valor pago pelos contratos voltasse a subir, era necessário obrigar os devedores do fisco municipal a pagar os impostos, inclusive, os atrasados. Portanto, os camaristas sugeriram:

nos parece muito conveniente ao serviço de Vossa Majestade trazer por ordem muito apertada o governador que Vossa Majestade for servido mandar governar esta praça, que chegando a ela faça logo cobrar executivamente das pessoas que deveram aos efeitos da infantaria e rendas da Câmara e que estes tais sejam excetuados da mercê que Vossa Majestade tem feito de se não desfabricarem as fazendas e engenhos e este nos parece o meio mais conveniente de se poder pagar. E do contrário faltaremos por mais não podermos a ir continuando com as pagas da infantaria, e satisfazer o Donativo, e a Viana.²⁶²

Diante do colapso das contas municipais, reportando-se à Coroa após a derrota política no episódio da revolta militar, os homens da governança da Bahia propuseram a extinção do privilégio dos senhores de engenho, que devessem tributos à Câmara, de serem executados somente na produção de açúcar. Os camaristas colocaram na mesa de negociação a possibilidade de se abrir uma grave fissura numa conquista histórica para o

²⁶⁰ Carta do Senado a Sua Majestade sobre os efeitos que há para a infantaria e remédio para cobrança deles. Salvador, 2 de dezembro de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 79-81.

²⁶¹ No ponto mais crítico da crise, os problemas de arrecadação também afetaram a Fazenda Real: Carta do provedor-mor da Fazenda, Francisco Lamberto, para Sua Majestade, dando conta do preço por que se arrematou o contrato dos dízimos, e do Estado em que se acha a Fazenda Real. Salvador, 4 de dezembro de 1688. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 28, doc. 3492. Em 1688, a baixa arrecadação dos dízimos levou a um déficit nas folhas de pagamento da Fazenda Real de 4:620\$816 réis (11.552 cruzados).

²⁶² *Idem*, pp. 80 e 81.

setor açucareiro, o alvará de 23 de dezembro de 1663 – elemento de relevo da política colonial mercantilista portuguesa.

Na mesma época, em dezembro de 1688, o desembargador Manoel Carneiro de Sá, chanceler do Tribunal da Relação, estava incomodado com os moradores que não pagavam os dízimos da Chancelaria. Em carta apreciada pelo Conselho Ultramarino, contou que “os devedores não podendo pelas leis ser presos por estas dívidas, retardam as execuções delas, escondem bens e usam de outros subterfúgios, que a sua calúnia inventa”. As execuções de dívidas estavam limitadas aos bens do devedor, pois, segundo a lei, a inadimplência fiscal “não merecia tanto rigor como o do cárcere”, restando aos agentes da justiça “buscarem se os bens dos condenados, quanto ser pudessem, e quando se não achassem, a todo o tempo que houvessem se fizesse neles execução”. Isto posto, o chanceler sugeria a “prisão contra os devedores, havido por revogada nesta parte a ordenação que dispõe o contrário por lei”. O Conselho Ultramarino não se deixou persuadir e opinou por “não proceder a prisão com os condenados. Escrevendo-se ao governador de toda ajuda e favor para cobrança destas dívidas”.²⁶³

Ao que parece, no contexto de crise do negócio do açúcar na Bahia, o motim dos soldados descortinou a possibilidade de ruína das instituições do Estado. A opinião de muitas autoridades de relevo, atuantes no espaço colonial, era favorável a medidas rígidas que viabilizassem o saneamento da arrecadação fiscal: devia-se atenuar a dissimulação e agir duramente contra os colonos endividados. O olhar dos conselheiros do Ultramarino, menos estressado, pautava-se pela estratégia de manutenção da produção colonial, ainda que, no curto prazo, fosse necessário abrir mão de ganhos fiscais. Para a proteção do negócio do açúcar era necessário dissimular com os senhores de engenho em assuntos fiscais.

No último momento, foi a Coroa que atuou como defensora da açucarocracia. Sem alternativa e vulnerável em meio à crise, pressionada pelo centro e em dificuldades no espaço colonial, a Câmara da cidade do Salvador, no limite, ancorava-se no seu papel de instituição metropolitana, a defender a estrutura política, administrativa e militar do Estado português na América.

²⁶³ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escreve o desembargador Manoel Carneiro de Sá, chanceler da Bahia, acerca das grandes quantias que se devem à Fazenda Real procedidas dos dízimos da Chancelaria. Lisboa, 11 de dezembro de 1688. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 28, documento 3496.

As negociações relacionadas ao Donativo do dote e paz e ao sustento da infantaria se apresentaram como meios pelos quais a metrópole ajustou e adaptou sua complexa relação com a colônia. Na segunda metade do século XVII, por baixo do vai-e-vem da tributação, estendiam-se ao Brasil, sob o sistema colonial mercantilista, algumas das robustas raízes do absolutismo português do século XVIII. Em 1696 e 1697, na cidade mais importante do ultramar português, foi emblemática a ausência de qualquer resistência à imposição do juiz de fora²⁶⁴ e ao fim das eleições de vereadores por pelouro.²⁶⁵

²⁶⁴ Termo de posse que se deu ao doutor José da Costa Correa para servir de juiz de fora na forma das ordens de Sua Majestade. Salvador, 7 de junho de 1696. **Atas da Câmara**, volume 6, p. 316. Carta do Senado a sua Majestade sobre a eleição que foi de ouvidores e juiz de fora desta cidade. Salvador, 4 de julho de 1696. **Cartas do Senado**, volume 4, p. 61. Decreto do rei dom Pedro II constituindo os cargos de juiz de fora e ouvidores da Bahia. Lisboa, 7 de fevereiro de 1696. AHU. Bahia. Avulsos, cx. 3, doc. 253.

²⁶⁵ Termo de vereação na qual se abriu a pauta dos vereadores e procuradores que hão de servir o presente ano de 697. Salvador, 27 de abril de 1697. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 336-338. Afonso Ruy. **História política e administrativa da cidade do Salvador**, p. 235.

Capítulo 4 – O problema do dinheiro

Durante a segunda metade do século XVII, uma das principais preocupações dos homens da governança e da elite colonial da Bahia foi a falta de dinheiro. Entretanto, na maior parte do período, não houve necessariamente escassez crônica de dinheiro, pois os negócios giravam, os impostos eram pagos, proprietários compravam pessoas escravizadas para seus engenhos e fazendas, os ourives derretiam patacas¹ para fabricar peças decorativas e utensílios para a ostentação das casas de gente rica. As manifestações coloniais acerca da falta de dinheiro foram provocadas pelo declínio do volume do meio circulante, que foi intenso durante a crise açucareira do final da década de 1680.

O principal fator desse declínio, presente desde o fim da União Ibérica, foi a maior dificuldade em atrair moedas de prata da América espanhola. A desvalorização do açúcar e de outros gêneros coloniais, nas décadas de 1660, 70 e 80, foi outro fator de peso para a diminuição do volume do meio circulante.² No período da crise açucareira na Bahia, mais ou menos de 1686 a 1692, houve uma redução mais incisiva do meio circulante, pois os mercadores da frota procuravam receber em dinheiro pelas fazendas europeias, levando de volta para Portugal a menor quantidade de açúcar que pudessem.³ Os diversos

¹ Pataca foi a designação dada à moeda de prata cunhada nos domínios espanhóis. No final do século XVII e no início do século XVIII, a palavra pataca acabou por ser vinculada mais ao valor de 320 réis do que a uma moeda específica. Então, as moedas de 320 réis eram chamadas de patacas, as de 640 eram as moedas de duas patacas. No início do século XIX, *reales* foram carimbados no Brasil como moedas de três patacas, correndo com valor de 960 réis. Havia também outra designação: selos, meios selos e quartos, que correspondiam, no final do século XVII, às patacas de 640, 320, e 160 réis, respectivamente.

² Em meados da década de 1650, quando os preços do açúcar em Lisboa estavam em alta, estimulando o negócio colonial, os camaristas soteropolitanos já reclamavam da falta de moeda. Entendo que seja um indício do declínio do meio circulante por consequência do fim da União Ibérica. Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade. Salvador, 23 de fevereiro de 1654. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 49.

³ Em 1692, o padre Antônio Vieira escreveu uma carta em que mencionou o problema do declínio do meio circulante no Brasil, que já se configurava como uma crise monetária. Ao tratar dos obstáculos do comércio com o Rio da Prata, diagnosticou: “Muito sentiram esta perda os mercadores de Portugal; mas por causa deles a padece maior o Brasil”. No mesmo texto, em seguida, tratou da evasão de moedas do Brasil para Portugal: “Estes navios, de que hoje temos no porto da Bahia trinta e um, antigamente eram frotas de mercadores que vinham comerciar, hoje são armadas de inimigos e piratas que vêm saquear o Brasil; porque antigamente traziam dinheiro e levavam drogas, e de muitos anos a esta parte levam as drogas e mais o dinheiro, achando mais conta a levar dois cruzados em prata, que não pagam fretes nem direitos, e logo se podem empregar, que mil réis em açúcar ou tabaco [...] e por esta causa, como todos os prudentes sempre

registros acerca deste problema e sua disposição no tempo indicam que, entre a Restauração portuguesa e meados da década de 1690, a quantidade de moedas em circulação estava diminuindo em relação à necessidade de dinheiro da economia baiana.

O movimento das reivindicações monetárias da Bahia crescia na medida em que o negócio do açúcar declinava. E, no período da crise açucareira, os oficiais da Câmara da cidade do Salvador produziram discursos acerca da falta de moeda em uma quantidade muito maior do que nas décadas anteriores. Entre meados dos anos 1660 e o início dos 1690, as reivindicações coloniais por moeda foram se conformando, aos poucos, em uma longa negociação que teve como desfecho a fundação da Casa da Moeda provincial na Bahia, cujos trabalhos de cunhagem começaram em 1695.⁴

Em 1698, a tão desejada fábrica de dinheiro fechou, tendo despejado sobre a Bahia mais de 2 milhões e 300 mil cruzados em moedas provinciais.⁵ Todo este dinheiro foi feito, principalmente, com gastas patacas espanholas e peças lavradas de metal precioso que, transformadas em moeda provincial do Brasil, deram a seus proprietários condições de rolar dívidas em melhores termos e retomar os investimentos na produção para atender ao crescimento da demanda por açúcar no porto do Salvador no final do XVII.

Antes de continuar o capítulo, cabe esclarecer o que era a moeda provincial, explicar suas vantagens, e apresentar informações técnicas mínimas acerca do dinheiro daqueles tempos. Em primeiro lugar, é necessário ter em mente a noção de que os valores eram medidos em unidades de conta. O real português era a unidade de conta⁶ pela qual se mensurava o valor das mercadorias nos domínios de Portugal (réis no plural). Deste modo, o valor nominal de uma caixa de açúcar da Bahia valia uma quantidade determinada de réis. Para comprá-la com dinheiro vivo, ou dinheiro de contado, como se dizia, era necessário juntar uma quantidade de moedas cujos valores somados chegasse ao preço da referida caixa de açúcar. Mas, há um complicador: o valor das moedas

temeram, se tem acabado e extinto totalmente a moeda”. Carta ao conde de Castelo Melhor. Salvador, 8 de junho de 1692. A. Vieira. **Cartas**, volume 3, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 657 e 658.

⁴ Rafael da Silva Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**. Dissertação de mestrado. São Paulo. São Paulo. FFLCH-USP. 2014, pp. 166-174 e 183-188.

⁵ Cleber Baptista Gonçalves. **Casa da Moeda do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, p. 148.

⁶ Sobre moeda e unidade de conta, conferir: F. Braudel & F. Spooner. “Prices in Europe from 1450 to 1750”. In: E. E. Rich & C. H. Wilson (eds.). **The Cambridge Economic History of Europe**. Vol. IV. Londres: Cambridge University Press, 1967, pp 374-486. Este texto está traduzindo em Fernand Braudel. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. pp. 33-208.

também variava, a depender das oscilações de preço do metal precioso, material de que era feito o dinheiro da época.⁷

No decorrer do tempo, de acordo com a maior ou menor escassez do ouro e da prata, o valor das moedas em unidade de conta tendia a variar. Por exemplo, uma moeda de prata cujo valor de face, impresso em sua massa metálica, fosse 400 réis, acabaria por correr a 480, 500 ou mais em conjunturas de valorização da prata, isto é, em períodos de maior escassez de prata. O valor intrínseco (valor do metal precioso contido na peça monetária) se descolava do valor de face (valor impresso na peça). De tempos em tempos, os governos promoviam uma remarcação do dinheiro, imprimindo sobre a face das peças monetárias um novo valor nominal (em unidade de conta) que fosse mais próximo do valor intrínseco das moedas.

O valor intrínseco, ou seja, o valor do metal precioso contido na peça monetária, era a mais importante variável do valor do dinheiro. Na circulação, o valor das moedas tendia a se aproximar do preço do metal precioso contido nelas. Se uma oitava⁸ de prata valesse 100 réis e dada moeda apresentasse 7 oitavas de prata em sua massa metálica, o valor desta moeda, em circulação, tenderia a ser um pouco maior que 700 réis (valor da prata mais o valor da amoedação), ainda que, em sua face, estivesse impresso 480 réis.

Como foi apontado acima, quando o valor intrínseco (valor do metal da peça) se deslocava muito do valor extrínseco (valor de face), o Estado, normalmente, promovia uma remarcação, drenando para os cofres oficiais parte do meio circulante a título de direitos reais (senhoriagem) e despesas com os trabalhos de alteração das moedas (braçagem). Este ajuste oficial era um dos meios mais criticados de arrecadação fiscal na época mercantilista.⁹ A fim de esclarecer esta operação, que, a princípio, pode parecer complicada e confusa, elaborei o exemplo hipotético que apresento abaixo.

Um proprietário de mil moedas de prata, todas com 7 oitavas de massa e correndo por 700 unidades de conta cada uma, devia levar seu dinheiro à casa da moeda, obedecendo ao decreto que obrigava a remarcação e previa o confisco do dinheiro dos portadores de moedas não remarcadas. O dito proprietário, então, entregaria suas mil moedas para remarcação – 7 mil oitavas de prata, valendo 700 mil unidades de conta. No

⁷ Para a complexa relação entre metal precioso e moeda: Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia** (1450-1920). Barcelona: Ariel, 1974.

⁸ Oitava é uma medida de massa que equivale a 3,59 gramas. Luis Lisanti Filho. **Negócios coloniais**: (uma correspondência comercial do século XVIII), volume I. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, p. LXXXII.

⁹ Pedro Puntoni. “A moeda na Restauração: da prática à política monetária em Portugal (1640-1642)”. **Análise social**, LIV (1º), 2019 (nº 230), pp. 34-57. <http://doi.org/10.31447/AS00032573.2019230.02>.

ato da entrega das mil moedas, receberia 770 mil unidades de conta em moedas remarcadas de vários valores e tamanhos, conforme o decreto, que prometia 10 % de ganho aos vassalos obedientes. Contudo, o total das moedas remarcadas que o proprietário recebeu tinha de massa apenas 6.400 oitavas. As outras 600 oitavas de prata foram divididas entre a Casa da Moeda (direito de braçagem) e o rei (senhoriagem, o imposto da amoedação). Constrangido pela lei, o leal vassalo lembrou de seu amor ao rei e aceitou contente a perda de quase 8,6% de seu metal precioso. Cada oitava de prata amoedada passava a correr por 120 unidades de conta (100 da prata mais 20 da amoedação).

Em uma suposta colônia deste mesmo suposto Estado, os moradores solicitaram moeda provincial. O interesse pelas suas mercadorias havia caído muito. A balança de pagamentos com a metrópole estava deficitária e a diferença era paga em dinheiro, chegando a exportar muitos milhões de unidades de conta todos os anos em dinheiro de contado (moedas sonantes). A moeda provincial representaria um alívio imediato, nada desprezível, ainda que não solucionasse o problema mercantil.

A metrópole, então, concederia a mercê, esperando que a produção de sua colônia não entrasse em colapso até que a situação do comércio de seus gêneros melhorasse. Se, na metrópole, cada oitava das moedas de prata valia 120 unidades de conta, na colônia deveria valer 150, caso a prata estivesse amoedada na forma do dinheiro provincial. Deste modo, os comerciantes teriam vantagem em manter a moeda provincial na colônia, pois, fora dela, cada oitava de prata amoedada valeria 30 unidades de conta a menos. Complementarmente, pediu-se à metrópole que proibisse a retirada das moedas provinciais do espaço colonial.

Moeda provincial é aquela cuja circulação, por lei, está limitada a um determinado espaço, a uma província. Mas as proibições metalistas historicamente fracassaram e as moedas provinciais tendiam a deixar o espaço colonial se a relação entre valor intrínseco e extrínseco não fosse desfavorável à sua evasão. Portanto, a massa metálica da moeda provincial devia apresentar maior valor em unidade de conta, exclusivamente, dentro do espaço de circulação para o qual foi projetada.

São duas as principais vantagens de uma moeda provincial: (i) os moradores da colônia teriam um dinheiro muito mais resistente à evasão, porque seria proibida e porque valeria menos em unidade de conta em outros lugares; (ii) com um estoque monetário estável, os preços dos produtos coloniais tenderiam a resistir – a moeda provincial

funcionaria como uma barreira contra movimentos de evasão monetária mais impactantes.

A segunda vantagem merece um esclarecimento mais detalhado. É necessário ter em mente que, em um determinado espaço ou na suposta colônia do exemplo acima, quanto menor for o volume monetário em unidades de conta em circulação, menor será o valor das mercadorias vendidas e compradas dentro deste espaço. Valendo o contrário: quanto maior for o volume em unidades de conta do total de moedas em circulação, maior será o valor das mercadorias comercializadas. A razão mais direta é simples: se há pouco dinheiro em circulação, será necessário diminuir os preços para embolsar algumas moedas. O contrário também pode ser compreendido por meio da “lei da oferta e da procura”: se, em determinado momento, passa a circular mais dinheiro, enquanto a oferta de mercadorias não variou na mesma proporção, os preços destas mercadorias tendem a subir.

A moeda provincial da hipotética colônia promoveria a expectativa de um piso mais estável para os preços. Se a quantidade de dinheiro mínima em circulação é a quantidade de provinciais, os preços não poderiam, teoricamente, cair abaixo do nível mínimo ancorado naquele volume monetário em circulação. O dinheiro provincial abrandaria as discrepâncias especulativas. Na prática, uma queda drástica de interesse no mercado pelas mercadorias coloniais não impediria a quebra de determinados ramos da produção colonial, contudo, pela experiência prática e pelo entendimento dos pensadores mercantilistas e operadores mercantis, a maior irrigação monetária era vista como favorável e até como fator estimulante aos negócios e à produção.¹⁰

O problema da moeda antes da crise açucareira

Nas primeiras décadas do século XVII, os oficiais da Câmara da cidade do Salvador chegaram a pedir moeda provincial ao centro metropolitano,¹¹ mas foi na segunda metade do seiscentos que os homens da governança da Bahia empreenderam uma negociação mais continuada e consistente. Em 1656, enviaram carta ao rei

¹⁰ Eli Heckscher. **La epoca mercantilista**: historia de la organizacion y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, pp. 621-707. A validade econômica de aspectos monetários do pensamento mercantilista foi reabilitada no século XX, conferir: John M. Keynes. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, pp.229-251.

¹¹ Frédéric Mauro. **Portugal, o Brasil e o Atlântico** (1570-1670), volume 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 176.

apresentando uma solução de moeda provincial para a Bahia. Julgavam que duzentos mil cruzados em moeda provincial seriam suficientes para o “aumento dos engenhos”: “que nesta praça se bata a moeda que nela se achar pondo-se-lhe valor mais subido do comum do reino com divisa particular, para que nunca se tire desta cidade”, porque “de outra maneira se atenuará esta praça pois dela se vai tirando o pouco que havia”. No discurso, ainda que falte uma explicação mais detalhada, a oferta monetária na colônia e a produção colonial estão diretamente relacionadas. Ensaçou-se aqui um raciocínio mercantilista que se desenvolveu nas décadas seguintes, conforme o aprofundamento do problema monetário. Desde o início deste longo processo de negociação, o principal argumento para convencer o centro metropolitano era o ganho de arrecadação, que aumentaria se mais dinheiro circulasse no espaço colonial.¹²

Em carta datada de agosto de 1657, os oficiais da Câmara descreveram o caso de uma embarcação capturada no Espírito Santo. Vale a pena abrir um parêntese para este caso, pois o documento mostra um declínio do meio circulante e a penetração de ideias mercantilistas no Brasil. A embarcação negociara em Buenos Aires, carregava couro seco e navegava sem comprovação de ter pago direitos. Relatou-se que os oficiais, ao saberem da notícia, apoiaram o governador-geral na liberação do patacho, após a cobrança de impostos, lembrando que, na década de 1640, o governador Antônio Teles da Silva procurou incentivar o comércio com o Rio da Prata. Um pequeno trecho da carta chama atenção:

nos pareceu que fazíamos serviço a Vossa Majestade em se buscar algum meio com que este comércio sendo rico e continuasse pela muita utilidade que dele pode resultar aos vassallos de Vossa Majestade moradores do Brasil e nesse reino e maior aumento dos direitos reais com diminuição e perda do reino de Castela, que por razão da prata que por ele se desvia.¹³

O comércio com as colônias do inimigo, drenando prata para o Brasil, é compreendido como uma dimensão da guerra entre Portugal e Espanha. O lucro dos

¹² Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade, Salvador, 4 de fevereiro de 1656. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 53. Afonso Ruy. **História política e administrativa da cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949, p. 211.

¹³ Carta que os oficiais da Câmara escreveram a Sua Majestade sobre Domingos Vieira Aragão. Salvador, 26 de agosto de 1657. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 62. Afonso Ruy. **História política e administrativa da cidade do Salvador**, pp. 210 e 211. O Regimento de Roque da Costa Barreto orientou incentivar os tratos mercantis com o Rio da Prata que pudessem atrair prata para os domínios de Portugal: Capítulo 50º do “Regimento do Governo Geral do Estado do Brasil dado ao mestre de campo Roque da Costa Barreto”, Lisboa, 23 de janeiro de 1677. In: Marcos Carneiro de Mendonça. **Raízes da formação administrativa do Brasil**. Volume 2. Rio de Janeiro: IHGB e Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 833.

vassallos aparece relacionado ao ganho fiscal da Coroa, sendo o primeiro sempre vinculado ao segundo. Dois batidos itens do pensamento mercantilista. Na mesma carta, solicitou-se moeda provincial para o Brasil, reforçando a importância do tema da irrigação metálica e legitimando a atitude tolerante com o mercador que comerciava no Rio da Prata, cujo comércio promoveria a entrada de muitos *reales*.

O processo de negociação mais continuado, porém, começou apenas na década de 1660. Os procuradores da cidade do Salvador em Lisboa, João Góes de Araújo e José Moreira de Azevedo, receberam orientações sobre vários negócios, entre os quais merece destaque a demanda monetária. Esperava-se grande empenho dos procuradores em conseguir um fornecimento de moedas miúdas de prata e de cobre, mas, principalmente, o deferimento real para a produção de moeda provincial na Bahia.

Por carta escrita em agosto de 1672, os camaristas reforçaram o pedido por moedas miúdas, importantes para o pequeno comércio urbano, e por moeda de valor maior, mais adequada aos grandes negócios, que não pudesse ser retirada da colônia e fosse levantada (massa metálica valendo mais em réis) em relação a do reino.¹⁴ A memória dos principais da Bahia acerca do início da negociação pela moeda provincial remetia ao tempo em que João de Góes de Araújo era procurador da cidade em Lisboa.¹⁵ Ao que parece, o primeiro pedido de instalação de uma casa da moeda provincial no Brasil, que tenha conseguido provocar a emissão de uma consulta do Conselho Ultramarino, foi feito por aquele procurador.

A consulta, assinada em 8 de fevereiro de 1664, mostra os argumentos da demanda colonial apresentados por Góes de Araújo. E os pareceres dos conselheiros apontam os inconvenientes de uma fábrica de moedas provinciais no Brasil. Segundo o papel, o procurador informara que, no tempo do governador-geral Antônio Teles da Silva (1642-1647), as moedas correntes na capitania da Bahia tiveram seu valor extrínseco levantado

¹⁴ Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda. Salvador, 24 de agosto de 1672. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 116.

¹⁵ João de Góes de Araújo foi nomeado procurador da cidade do Salvador em 1662. Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade avisando de que enviaram por seu procurador, a este reino, o desembargador João de Góes de Araújo, e pedido a Sua Majestade lhes defira seus requerimentos Salvador, 20 de dezembro de 1662. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 17, doc. 1910. Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Majestade pedindo deferimento para os requerimentos a que vem ao reino o doutor João de Góes de Araújo, seu procurador. Bahia, 17 de fevereiro de 1663. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 17 doc. 1917.

em 50%,¹⁶ ficando uma metade desse ganho para os particulares e a outra para a Fazenda Real. Como consequência, “floresceram muito as praças daquele Estado”.¹⁷

Até 1652, enquanto os preços do açúcar estavam em alta, haveria bastante moeda nas praças do Brasil. Mas, nos últimos anos, o açúcar “deu em baixa” e as moedas que circulavam na Bahia passaram aos mercadores de Portugal e de países estrangeiros, “com que logo todo o trato mercantil daquelas praças sentiu grande diminuição e grande dano os moradores, porque como faltou a moeda não tiveram com que comprar a escravaria e mais fornecimentos dos engenhos”. Com menos dinheiro e estando o açúcar depreciado, “se desfabricaram alguns engenhos e fazendas com dívidas que foram crescendo, e os mais estão muito empenhados e todo o negócio se retardou”.¹⁸

Os cabedais dos moradores da Bahia estavam diminuindo no início da década de 1660, e “sentirão também dano as rendas de Vossa Majestade nas alfândegas deste reino”. O baixo valor dos contratos da arrecadação de impostos comprometeria o pagamento das folhas secular e eclesiástica, além das despesas militares e sustento da infantaria. Os endividados estavam sendo executados, mas seu açúcar era arrematado por “preço muito limitado”: a arroba do açúcar branco estava em 500 ou 600 réis, a do mascavado entre 240 e 280 réis, “em grande dano dos que lavram com tanta despesa, sentindo-se também a mesma perda e diminuição em todos os bens [...] por execuções por falta de moeda”. Seriam estas as razões apresentadas pelo procurador para que houvesse no Brasil casa da moeda, tomando a falta de dinheiro como a principal causa da diminuição dos preços e do consequente empobrecimento da colônia, onde, inclusive, já se desfabricavam engenhos.

O Brasil precisava de moeda provincial “porque só deste modo se conserva nele, e assim pode Vossa Majestade mandar fazer moeda com divisa particular, que tinha de crescimento mais do que de presente corre neste reino trinta por cento”. Só a Bahia, por seus negócios, demandaria 1.400.000 cruzados. Prevvia-se um ganho de 300 mil para a Fazenda Real. Mais 20 mil cruzados em moedas pequenas de cobre, também muito necessárias para o comércio urbano, que dariam um ganho à Coroa de 100% sobre o custo do metal e da amoedação. Além dos ganhos com cunhagem e remarcação das peças

¹⁶ Em 1643, oficialmente, as moedas de prata foram levantadas em 50%: as peças espanholas que corriam a 320 passaram a circular valendo 480 réis, e as de 160 passaram a 240. Severino Sombra. **História monetária do Brasil Colonial**, Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, p. 74.

¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o papel que deu o procurador da cidade da Bahia, João de Góes de Araújo, acerca de se fazer moeda no Brasil. Lisboa, 8 de fevereiro de 1664. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 17, doc. 2001.

¹⁸ *Idem*.

monetárias, João de Góes ainda propôs que só corresse no Brasil a moeda provincial, obrigando que todo dinheiro de outro tipo fosse levado para Portugal:

poderá mandar recolher a este reino toda a outra que se achar naquele Estado e for a ele pelo tempo em diante, trocando-a e pagando-a às partes, com que se conseguirá vir passar a este reino toda a moeda que se comunicar ao Estado do Brasil do Rio da Prata [...] e não terão os estrangeiros lugar de as tirar quando forme àquele Estado.¹⁹

Segundo a proposta do procurador, a moeda provincial do Brasil teria 30% de levantamento sobre a moeda que corria em Portugal. Isto é, em réis, a mesma quantidade de prata amodada valeria 30% a mais no Brasil do que em Portugal. A matéria-prima para a provincial seria todo o meio circulante que se encontrasse na colônia: “que se bata toda a moeda que corre no Estado do Brasil fazendo-se outra nova com divisa particular para o mesmo Estado na forma referida com crescimento de trinta por cento”. As provinciais maiores seriam de 600 e 300 réis, valores pelos quais corriam as patacas espanholas no Brasil desde o início da década de 1640.²⁰

Metade do ganho do levantamento de 30% ficaria para a Fazenda Real e a outra com os particulares, “para que se animem a levarem à casa da moeda toda a prata e ouro que tivessem”. Cada cem réis que fossem entregues na casa da moeda resultariam em 130 réis, sendo devolvidos ao particular 115, restando 15 para a Fazenda Real. 11,5% (15/130) de toda a prata cunhada ou remarcada em dinheiro provincial seriam arrecadados pela Coroa; os particulares teriam um ganho de 15% em réis, mas perderiam 11,5% em metal precioso. O ganho da Coroa seria transferido para Portugal em “açúcares e tabacos por ordem dos mesmos ministros e oficiais da Fazenda de Vossa Majestade”.²¹

O último argumento a favor da demanda colonial é bastante significativo, pois associa a proposta à “conservação do Brasil” num duplo sentido: primeiramente, a moeda provincial seria necessária à manutenção da produção e do negócio colonial; em segundo lugar, o dinheiro colonial seria um mecanismo de defesa contra os interesses estrangeiros na América portuguesa. A situação exigiria uma decisão célere por parte do centro metropolitano, pois

¹⁹ *Idem.*

²⁰ Severino Sombra. **História monetária do Brasil Colonial**, pp. 81 e 89.

²¹ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o papel que deu o procurador da cidade da Bahia, João de Góes de Araújo, acerca de se fazer moeda no Brasil. Lisboa, 8 de fevereiro de 1664. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 17, doc. 2001.

a dilação será muito danosa e prejudicial, por quanto os estrangeiros que foram àquele Estado nestes últimos anos, por não acharem já nele tanta moeda de prata e ouro que tirar, levaram muito em peças, pinhas e barretas, e os que agora forem acabarão de tirar tudo e o com que se poderá fazer a moeda necessária e até este meio lhe virá a faltar na dilação da execução.²²

A presença de estrangeiros tendia a crescer nas praças do Brasil após o tratado de Portugal com Inglaterra em 1654. Devido aos custos da guerra contra a Espanha, o dinheiro das licenças e dos prêmios cobrados dos navios ingleses que pretendiam participar do comércio com o Brasil era bem-vindo em Lisboa.²³ Entretanto, a presença estrangeira nos domínios coloniais representava uma perda, que, neste caso, é qualificada, pois além de aproveitar um comércio exclusivo dos portugueses, os estrangeiros estavam tirando da colônia metal precioso. Encaixar a moeda provincial como mecanismo de defesa da riqueza da Coroa na América, por ser uma política metalista mais consistente que uma simples proibição, era um argumento sólido, e que articulava princípios do mercantilismo. De fato, se toda a prata circulante e entesourada no Brasil fosse amoedada com o levantamento proposto, os estrangeiros talvez tivessem menos vantagem em levar metal precioso, dependendo do valor da prata em outras praças europeias.

O parecer do Conselho Ultramarino recomendou “a Vossa Majestade que por esta matéria ser de tanta importância deve Vossa Majestade ser servido manda-la ver por pessoas que bem a entendam, e que hajam nela com toda a consideração”. Contudo, destacou-se o grande inconveniente da proposta: “a falta que há neste reino da mesma moeda”, ou seja, impedir a evasão monetária do Brasil significa impedir que a moeda do Brasil entre em Portugal, que necessitava tanto ou mais que a própria colônia. Desconfiados da eficácia da proposta, os conselheiros mostraram-se resistentes, tendo em vista “o que a experiência tem mostrado do dano de subir e baixar moeda nos reinos que o fizeram”.²⁴

²² *Idem.*

²³ Sobre a presença estrangeira no Brasil decorrente dos tratados diplomáticos de meados do XVII, e os mecanismos que Portugal utilizou para afastá-los do Brasil, conferir: Evaldo Cabral de Mello. **O negócio do Brasil: os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 216. Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017. Pablo Mont Serrath. **O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808).** Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2013, pp. 94-98.

²⁴ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o papel que deu o procurador da cidade da Bahia, João de Góes de Araújo, acerca de se fazer moeda no Brasil. Lisboa, 8 de fevereiro de 1664. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 17, doc. 2001.

Feliciano Dourado, que seria dali a dois anos procurador da cidade da Bahia em Portugal,²⁵ tinha opinião nitidamente contrária à proposta. Segundo ele, havendo moeda provincial no Brasil, “não ficará dinheiro nenhum neste reino que os mercadores não passem àquele Estado” visando o ganho de 30% de levantamento, “de que resultará que ficará este reino exausto de dinheiro”. Entendia que as proibições de enviar dinheiro ao Brasil fracassariam. O dinheiro provincial do Brasil produziria um fluxo de moedas em direção à colônia, “com que fica sendo este meio mui prejudicial ao serviço de Vossa Majestade e em dano de sua Real Fazenda e ao bem comum de todo o reino”. Ponderando, opinou sobre a possibilidade de cunhar dinheiro no Brasil sem diferença em relação ao do reino, como sugeriram os conselheiros João Falcão e Francisco Henriques, já que a moeda provincial não seria viável por prejudicar Portugal. Neste caso,

trarão para este reino todo o dinheiro que no Brasil se bateu porque os mercadores que não achassem conta nos açúcares que lhe dessem em pagamento de suas fazendas trarão dinheiro [...] sendo o remédio de mais dano que proveito [...] e bem tem mostrado a experiência nas muitas sacas de dinheiro que dele se tem tirado e mandado ocultamente para este reino, em todas as frotas e ainda em navios particulares sem que importe a impedir-lhe a proibição nem mesmo o valor acrescentado nas patacas.²⁶

Segundo Feliciano Dourado, a moeda provincial também estimularia a introdução de moeda falsa por parte dos estrangeiros: “considerados os valores intrínseco e extrínseco dela e será motivo para que os estrangeiros levem àquele Estado muita moeda falsa que será depois um dano irreparável e sem remédio e fácil de executar pela frequência que os estrangeiros tem hoje”. Outro inconveniente é que, não havendo grande quantidade de prata no Brasil, não seria justificável a instalação de uma casa da moeda: “fica sendo inútil esta fábrica pois não é bastante para ela a prata que hoje há no Brasil, nem a moeda que ali corre”.²⁷

Destacou-se ainda o dano que caberia aos mercadores do reino. Com mais dinheiro em circulação no Brasil, o açúcar e outros gêneros coloniais aumentariam de preço: “levando-se as mercadorias ao Brasil, se lhas quiserem pagar em açúcar ou outros gêneros da terra, por maior preço do que for razão porque é certo que sendo a moeda tão

²⁵ Termo de resolução que se tomou da eleição de procurador geral desta cidade na pessoa do doutor Feliciano Dourado. Salvador, 15 de maio de 1666. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 252 e 253. Possivelmente, os oficiais da cidade do Salvador não soubessem da opinião do novo procurador acerca da moeda provincial para o Brasil.

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem.*

diminuída no valor hão de subir gêneros de preço”. Este é um ponto muito relevante porque coloca em lados opostos produtores coloniais e mercadores metropolitanos tendo como pivô o preço do açúcar. E, neste caso, tendo em vista uma conjuntura de depressão econômica dos dois lados do Atlântico, seria melhor não comprometer a frágil posição do mercador do reino, ainda que fosse à custa do senhor de engenho baiano.

A consulta ainda prevê uma situação delicada: o mercador do reino, que não se interessar pelo açúcar ou outros gêneros coloniais, deveria receber moedas provinciais pelas suas fazendas. Contudo, não poderia levar o dinheiro para Portugal, “aonde não corre”. Por fim, neste ponto, concluiu-se que a proposta colonial redundaria em dano ao bem comum, pois prejudicaria os mercadores do reino e as alfândegas da Coroa.

fica sendo este dano muito prejudicial para o bem comum, pois pode ser causa de que os negócios se não continuem redundando todas estas circunstâncias grande dano às alfândegas de Vossa Majestade e muitas perdas aos mercadores que deixarão de lá ficar por este respeito, e ficarão só os estrangeiros com toda a ganância, pois podem dar as fazendas mais baratas que os mercadores portugueses sem sentir tanto a carestia do açúcar²⁸

Num momento em que os tratados diplomáticos abriram fissuras no exclusivo comercial metropolitano, fortalecer o polo colonial nas relações mercantis com o polo metropolitano do sistema, por meio da moeda provincial do Brasil, acabaria por ampliar a presença estrangeira. No ponto de vista do Conselho Ultramarino, o bem comum era, principalmente, o bem da arrecadação da Coroa e a preservação dos lucros dos mercadores metropolitanos. Além de todas estas considerações, o rei deveria lançar mão da opinião de entendidos antes de decidir sobre a matéria. Numa primeira apreciação, todos os pareceres vinculados à consulta foram contrários à moeda provincial do Brasil.

No início da década de 1660, os preços do açúcar caíram. O que explica os 500 e 600 réis dados pelas arrobas de branco arrematadas para pagamento de dívidas de senhores executados judicialmente. Em março de 1662, o governador-geral Francisco Barreto escreveu aos oficiais da Câmara acerca do pagamento da infantaria e, em certo trecho da carta, os problemas relatados na consulta do Conselho Ultramarino aparecem: “estando o açúcar tão mal reputado [...] e sendo tão pouca a moeda”.²⁹

²⁸ *Idem.*

²⁹ Registro da carta que o senhor governador e capitão geral deste Estado, Francisco Barreto, que escreveu deste Senado sobre se lançarem vinhos pelos moradores da cidade e seu Recôncavo. Salvador, 21 de março de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 112-114.

Um mês depois, em abril de 1662, registrou-se na Câmara a resolução sobre a cobrança do Donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Em junho, os principais da Bahia resolveram enviar procurador a Lisboa. O objetivo era conseguir licença para a fundação de um “mosteiro de religiosas professas e que haja moeda, a qual se baterá nesta cidade de qualidade que não possa sair desta capitania, liberdade na mercância, proibição dos estrangeiros, alívio destes vassalos”. Um ajuntamento de 50 pessoas escolheu João de Góes de Araújo como procurador, “por haver sido síndico desta Câmara muitos anos e ter a notícia de todos os negócios pertencentes a este povo”.³⁰

A baixa do preço do açúcar, a escassez de moeda e o advento do Donativo do dote e paz têm nítida relação com o envio de João de Góes de Araújo a Lisboa. A elite baiana buscou compensações desde o início da cobrança do Donativo. Agravado pela presença estrangeira que, com suas fazendas mais baratas, desfalcava o meio circulante da Bahia, o momento ruim para o negócio colonial exigia uma providência do poder local. Não atendendo à demanda por uma moeda provincial, a legislação protecionista para os engenhos teria sido uma compensação? A princípio, as probabilidades favoráveis a esta hipótese são altas, pois os primeiros pareceres da Consulta apresentada acima são de meados de 1663 (Feliciano Dourado apenas completou a consulta em fevereiro de 1664), quando João de Góes já estava na metrópole, a procurar as “melhoras” para a Bahia; e o alvará de imunidade contra execuções que não fossem na produção dos engenhos é de dezembro de 1663.³¹

Além do histórico alvará, o procurador João de Góes conseguiu adiantar o negócio da moeda de cobre, que foi continuado pelo seu sucessor José Moreira de Azevedo. A licença real foi conseguida e começaram as tratativas com Bento da Silva Bravo para compra do metal e posterior cunhagem.³² Entretanto, em setembro de 1667, o procurador José de Azevedo informou à Câmara que as costas portuguesas estavam perigosas, infestadas de piratas que impediam a chegada dos navios que traziam cobre do norte da Europa. Não foi deferida a solicitação para fabricar moedas miúdas de prata e enviá-las

³⁰ Junta que se fez sobre ir procurador desta cidade à corte de Lisboa. Salvador, 20 de junho de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 129-131.

³¹ Alvará para que não se façam penhoras nas fábricas dos engenhos de açúcar da Baía, mas somente nos rendimentos. Lisboa, 23 de dezembro de 1663. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa -1675-1683** e Suplemento à segunda série: 1641-1683. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859 p. 267.

³² Termo do assento que se fez com o alferes Francisco de Aguiar, procurador de Bento da Silva Bravo, morador da cidade de Lisboa, pelo qual se obrigou a dar na dita cidade de Lisboa o dinheiro para compra de mil moios de sal cada ano e quatro mil cruzados em moeda de cobre. Salvador, 30 de março de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 298-300.

ao Brasil, mas o procurador estava empenhado em insistir com a demanda.³³ Não poderia ser diferente, pois fora instruído desde a colônia a continuar com o “requerimento” pela moeda provincial.³⁴

Em 1673, os oficiais enviaram carta a Bento da Silva Bravo para encaminhar a cunhagem de moeda de cobre e de miúda de prata. O negócio estava emperrado havia anos. Ao que parece, houve alguma falha do Senado da Bahia no cumprimento de um primeiro acordo, desgostando o tal Bento Bravo, que, àquela altura, não quis saber de retomar o negócio com os coloniais.³⁵ O interesse pela retomada do negócio foi motivado pelo diagnóstico de falta de moeda, que estava afetando a arrematação dos contratos: “nenhum [contratador] aceitará nem pode ter os contratos em praça tão falta de moeda corrente”.³⁶

Três anos depois, o contratador do imposto sobre as caixas de açúcar e rolos de tabaco não conseguiu cumprir o contrato. Ele e seu fiador foram executados e seus bens postos em praça. Segundo os camaristas, não houve lance algum sobre as propriedades por conta da escassez monetária na cidade: “a falta de dinheiro é tão notória que se acha o suplicante impossibilitado para de presente satisfazer o que liquidamente deve a sua parte maiormente sendo dívida de dinheiro que ele suplicante não recebeu”. O contratador foi executado porque não recebeu dinheiro e seus bens não puderam ser vendidos para pagar a dívida com a Câmara também por falta de liquidez na praça.³⁷

Em Portugal, sentia-se a escassez de moeda tanto ou mais que no Brasil. A evasão monetária para países estrangeiros era grave: em 1675, a balança comercial era tão deficitária que as importações superaram as exportações em 50%. Esse rombo

³³ Carta de 17 de setembro de 1667 que o procurador geral desta cidade, José Moreira de Azevedo, escreveu a este Senado de que o termo de protesto atrás faz menção. Registrada em Salvador, 29 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4, pp. 336.

³⁴ Traslado da instrução que levou o capitão José Moreira de Azevedo. Salvador, 07 de novembro de 1672. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 74-76.

³⁵ Carta a Bento da Silva Bravo sobre a moeda. Salvador, 4 de março de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 122 e 123. Carta escrita ao procurador na cidade de Lisboa, Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 21 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, pp. 124 e 125.

³⁶ Carta escrita a Sua Alteza sobre o lançamento de pipas de vinho por este Senado do contratador João Rodrigues Reis. Salvador, 24 de novembro de 1673. **Carta do Senado**, volume 2, p. 4. Em 1674, o novo procurador, Sebastião de Brito de Castro, foi instruído a retomar as tratativas com Bento Bravo para a produção de moeda de cobre: Carta que se escreveu ao capitão Sebastião de Brito de Castro, eleito procurador desta Câmara em vinte e seis de julho de 1674. Salvador, 27 de julho de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 20.

³⁷ Traslado de uma petição que fez o capitão Domingos Dias como fiador do contratador dos três tostões das caixas e setenta réis por rolo de tabaco o capitão Bento Rebelo Leitão do que ficou devendo do seu contrato a este Senado. Salvador, 30 de outubro de 1676. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 197-199.

necessariamente teve de ser saldado em moedas.³⁸ Entre as medidas imediatas que podiam amenizar a situação, a desvalorização da moeda de conta era a mais efetiva, pois, se a prata amoedada tivesse maior poder de compra no reino, haveria menos interesse dos mercadores em retirá-la de Portugal. No ano seguinte, um alvará elevou o valor das moedas espanholas em 25%: as moedas que corriam por 480 réis passaram a valer 600; as que corriam por 240 passaram a 300.³⁹

Em carta escrita pelos oficiais da Câmara ao príncipe, datada de 17 de agosto de 1678, relatou-se como o poder local na Bahia reagiu ao levantamento das patacas de 1676.⁴⁰ A “penúria de moeda” é apresentada como um dos maiores problemas de “que padece este povo”. Os moradores passavam por uma situação, em parte, parecida com a do início da década de 1660: “as drogas e gêneros, que daqui se navegam para esse reino respondem com tanta perda nos negociantes que querem levar os cabedais em moeda como levam antes do que em fazenda”. O interesse pelos gêneros coloniais declinou e os preços nominais, por vezes, eram mantidos à custa de decisões judiciais, pois os representantes do setor mercantil não aceitavam pagar os preços propostos pelos representantes do setor açucareiro. Em 1677, o preço arbitrado para a arroba do açúcar branco foi 1\$160 réis, por decisão do desembargador Manoel da Costa Palma, mas havia um número considerável e crescente de senhores e lavradores endividados que entregavam seu melhor açúcar até por 800 réis a arroba.⁴¹ Os mercadores procuravam levar pouco açúcar e receber em dinheiro pelas mercadorias europeias trazidas pela frota.

Como as patacas foram levantadas em Portugal, no Brasil o valor das peças também teve de subir, e ainda foi aumentado um pouco mais. Com esta medida, tentava-se atenuar a evasão para Portugal dando maior poder de compra para o dinheiro que circulava na colônia em relação às moedas similares que corriam na metrópole. As peças que valiam 600 em Portugal, passaram a correr no Brasil a 640 réis.

³⁸ Vitorino M. Godinho. “Portugal and her Empire (1680-1720)”, In: J. S. Bromley (ed.). **The New Cambridge Modern History**, volume 6. Cambridge, 1971, p. 511.

³⁹ A. C. Teixeira de Aragão. **Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal**. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877, p. 308.

⁴⁰ Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda. Salvador, 17 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 48 e 49.

⁴¹ Termo dos louvados que se fizeram para o preço do açúcar deste ano de 1677 em que nomearam o desembargador Manoel da Costa Palma por não concordarem. Salvador, 26 de maio de 1677. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 208. Acerca dos preços mais baixos que o nominal pagos aos senhores endividados, conferir: Carta escrita a Sua Alteza sobre o dinheiro açúcar de 800 réis. Salvador, julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 116 e 117.

valia um peso seiscentos reis pelo cunho se lhe acrescentou aqui por estimação o valor de quarenta réis por arbítrio deste povo e autoridade dos governadores, mas não foi bastante senhor o valer a dita moeda aqui seis centos e quarenta reis valendo cá pelo cunho a seiscentos réis para que a não levem toda sem embargo da perda dos quarenta réis em cada moeda porque assim poupam ainda o muito que perdem nos ditos gêneros pelos muitos direitos e pensões que paga e daqui estamos já experimentando tão grande dano que se o não atalharmos com providente remédio que de Vossa Alteza esperamos vir-se perder o negócio de mar e a se impossibilitar o trato e comércio da terra.⁴²

Segundo os camaristas, o levantamento de 40 réis não impactou significativamente a balança de pagamentos entre metrópole e colônia e as moedas dos moradores da Bahia continuavam sendo drenadas para Portugal. Enquanto os preços do açúcar, do tabaco e de outros gêneros continuassem baixos, a única medida que podiam propor era um levantamento ainda mais agressivo: “o remédio de se não levar a moeda para fora o levantar-lhe o valor aqui estimativamente em trezentos e sessenta réis a pataca que neste reino vale trezentos réis e setecentos e vinte réis a dobrada que lá vale seiscentos réis pelo cunho”. De modo geral, previa-se a diminuição da evasão se as moedas de prata circulassem no Brasil com valor extrínseco 20% maior do que tinham em Portugal, com, teoricamente, o mesmo valor intrínseco. Se o príncipe não deferisse a solicitação, segundo os homens da governança da cidade do Salvador, o comércio colonial poderia entrar em colapso.⁴³

Em uma carta de 1679, lembraram ao príncipe a solicitação apresentada no ano anterior e o relato do problema da evasão monetária que se agravava. Porém, naquele momento, já não bastaria um levantamento pelo qual os pesos espanhóis corressem no Brasil com valor extrínseco 20% maior do que no reino. Por isso, tinham enviado nova proposta, na qual pediam que os *reales*, que corriam em Portugal a 600 réis, circulassem no Brasil valendo 800 – “único meio de se atalhar esta saca [...] nesta frota vai para esse reino a maior parte de dinheiro que nesta cidade havia”.⁴⁴ Diferentemente da crise do início dos anos 1660, a situação do final da década de 1670 não contava com a atuação

⁴² Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda. Salvador, 17 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 49.

⁴³ *Idem*. Segundo Ruy Afonso, o governador-geral Roque da Costa Barreto era favorável à cunhagem de moeda provincial para o Brasil. **História política e administrativa da cidade do Salvador**, p. 231. Na página 232, o autor mostra certa desconfiança de que algumas autoridades ganhavam operando no mercado monetário.

⁴⁴ Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda se embarcar para o reino. Salvador, 15 de julho de 1679. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 52 e 53.

de estrangeiros, que foram afastados, por meios burocráticos e pelo interesse em suas próprias colônias açucareiras, do comércio com o Brasil.⁴⁵

Como a proposta dos 800 réis não foi respondida e a evasão monetária da colônia para a metrópole não estancava, os camaristas reapresentaram, depois de alguns anos, o pedido da instalação de uma casa da moeda no Brasil para cunhar dinheiro provincial: “só consiste em Vossa Alteza mandar deferir aquela proposta com brevidade ou mandar que nesta cidade haja casa da moeda e da provincial, da quantidade de peso e valor que Vossa Alteza for servido dar-lhe para que não possa correr em outra parte”. Argumentaram ainda que no Estado da Índia havia três casas da moeda, “sendo que o negócio dele é menos útil às alfândegas de Vossa Alteza e sua Real Fazenda do que o deste Estado”.⁴⁶

O trabalho dos ourives foi limitado a peças de quatro oitavas, pois seu trabalho prejudicava a república, que se encontrava em meio a uma conjuntura depressiva e a padecer com evasão monetária.⁴⁷ Sem alternativas, em nome do bem comum, os oficiais da Câmara pediram colaboração dos homens de negócio da cidade com a proibição de toda e qualquer retirada de metal precioso dos termos de Salvador, incluindo remessas para o reino. Além dos oficiais, onze homens compareceram em 9 de junho de 1679 – um apoio ínfimo, se comparado às mais de 120 pessoas que foram à casa da Câmara, em outubro de 1678, para assinar um requerimento contra a concessão do correio, vaticinando o fracasso da proibição metalista.⁴⁸

No ano de 1680, duas cartas tocam no problema monetário, insistindo nas solicitações apresentadas nos anos anteriores. No papel datado de 13 de abril, a evasão monetária aparece mais uma vez em termos bastante exagerados: “Vossa Majestade nos queira deferir [o acrescentamento de 160 réis nas moedas de 640] com toda brevidade possível por que de se conservar a moeda no valor presente se vai extinguindo todo o dinheiro desta praça”.⁴⁹ Na segunda carta, escrita em 24 de julho, os oficiais da Câmara

⁴⁵ Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”, pp. 25 e seguintes.

⁴⁶ Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda se embarcar para o reino. Salvador, 15 de julho de 1679. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 53.

⁴⁷ Sobre a moeda de dinheiro da finta e registro da prata. Salvador, 10 de maio de 1679. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 255 e 256.

⁴⁸ Termo de resolução que se tomou sobre se não ir moeda de prata e ouro para nenhum porto fora desta cidade, a saber para o reino, Pernambuco e Rio de Janeiro. Salvador, 9 de junho de 1679. Requerimento que o povo e os homens de negócio fizeram voluntariamente unido a esta Casa da Câmara contra a sentença que alcançou o capitão Bartolomeu Fragoso Cabral sobre a concessão do correio deste Estado. Salvador, 31 de outubro de 1678. **Atas da Câmara**, volume 5, pp. 256 e 257; 238-241, respectivamente.

⁴⁹ Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda e sobre o imposto dos oitenta réis por cada canada de azeite de peixe e correio do mar”. Salvador, 13 de abril de 1680. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 74.

explicaram que, com o levantamento das patacas, haveria ganho para a arrecadação: dos 160 réis que se acrescentariam nas peças maiores de prata, 100 caberiam à Fazenda Real, sobrando 60 para as despesas de cunho e para os particulares. Não se deferindo, o príncipe, além de perder o ganho no levantamento das patacas, ainda veria o sustento da infantaria da Bahia ficar comprometido, pois a falta de dinheiro “faz retardar as cobranças” dos impostos.⁵⁰

O Conselho Ultramarino emitiu uma consulta acerca do pedido da Câmara: os conselheiros recomendavam ouvir “os homens de negócio mais inteligentes”. Dez meses depois da consulta, possivelmente, com base em pareceres de pessoas entendidas, dom Pedro indeferiu o pedido baiano.⁵¹ Em carta ao governador-geral, Roque da Costa Barreto, o príncipe foi bastante claro em relação à proposta dos oficiais da Câmara: “mandando ver esta matéria com toda a circunspecção fui servido resolver que não há lugar de deferir ao que os ditos oficiais da Câmara pedem antes lhes ordene que sem especial decreto meu se não dê maior valor à moeda que o que tem”.⁵² A escassez monetária que padecia Portugal,⁵³ possivelmente, tenha pesado sobre a decisão do rei, que, em última instância, não devia ver mal algum em suprir o meio circulante do reino à custa das moedas que corriam no Brasil.

Às vésperas da crise açucareira da década de 1680, o endividamento se alastrava e muitos senhores de engenho e lavradores eram executados. O açúcar que produziam era colocado em praça para arrematação, cujo resultado seria entregue aos credores. Os engenhos estavam preservados, assim como a força de trabalho, desde o histórico alvará de dezembro de 1663, contudo, nas execuções, pouco era oferecido pelas caixas de açúcar e até pelos “escravos de serviço de casa” dos devedores. Deste modo, o desconto nas dívidas era pequeno, ainda que o desfalque no patrimônio dos devedores fosse grande. No ponto de vista dos principais da colônia, uma das principais causas desses “ínfimos preços” era a falta de moeda.⁵⁴

⁵⁰ Carta escrita a Sua Alteza sobre a moeda de prata se levantar nesse Estado. Salvador, 24 de julho de 1680. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 83.

⁵¹ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento dos oficiais da Câmara da Bahia acerca da conveniência de se levantar o preço da moeda no Estado do Brasil. Lisboa, 4 de fevereiro de 1681. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx 25, doc. 2988.

⁵² Carta de Sua Alteza sobre se não dar maior valor à moeda. Lisboa, 3 de janeiro de 1682. **Documentos Históricos**, volume 68, pp. 32 e 33.

⁵³ Rita Martins de Sousa. **Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista** (1688-1797). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp. 83 e seguintes.

⁵⁴ Carta escrita a Sua Alteza para se não fazerem penhoras nos escravos de casa dos senhores de engenhos e lavradores. Salvador, 6 de julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 114-116.

O filho do poderoso secretário de Estado Bernardo Ravasco, ainda bastante jovem, arrematou uma fazenda de Antão Barreto, que fora executado por dívida com a Câmara da cidade do Salvador. Entretanto, Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque alegou que não tinha dinheiro para cobrir o seu lance, propondo aos oficiais pagamentos anuais de 200 mil réis até que sua dívida fosse quitada. O acordo foi aceito. Há duas possibilidades que apontam no mesmo sentido. Primeira: Gonçalo Ravasco, de fato, não tinha dinheiro. Segunda: ele tinha dinheiro, mas o rapaz mentiu para conseguir pagar o bem que arrematou de modo mais facilitado. Qualquer que tenha sido a situação, o documento aponta para a notória “impossibilidade de dinheiro” que havia na cidade. Seria emblemático, para a conjuntura depressiva, que uma figura ligada a um dos mais poderosos clãs da Salvador colonial não tivesse acesso a dinheiro para pagar uma fazenda oriunda de execução judicial, do que se pode inferir que o preço estivesse bastante descontado. Por outro lado, o aceite do pagamento em prestações, justificado pela escassez monetária e proposto por uma pessoa rica, aparentemente, estava se tornando comum, indicando que a justificativa ganhara legitimidade e que a circulação, de fato, estava reduzida.⁵⁵

A reforma monetária de 1688

Entre a restauração e a paz com a Espanha, passaram-se quase trinta anos. Uma fase difícil para o Estado português, marcada pela guerra e por incertezas de toda ordem. Porém, segundo Carl Hanson, nas décadas de 1670 e 1680, ocorreria uma espécie de rescaldo acidentado da crise geral do século XVII, que atingiu muitas áreas da Europa, incluindo Portugal. Naquelas duas décadas, a sociedade europeia estaria exausta, sem forças para fazer o investimento e a produção despegarem do período mais recessivo do seiscentos. Houve declínio demográfico em algumas áreas, temperaturas baixas, escassez de metais, e os Estados apresentavam contas pressionadas por crescentes custos fixos e extraordinários. No caso de Portugal, a expansão fiscal, as desvalorizações monetárias e o declínio dos ganhos com o comércio colonial reforçaram o quadro de recessão econômica.⁵⁶

⁵⁵ Despacho dos oficiais. Salvador, 22 de dezembro de 1681. **Atas da Câmara**, volume 5, p. 316.

⁵⁶ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco: 1668-1703**. Lisboa: Dom Quixote, 1986, pp. 161-168.

A produção colonial oscilou bastante na segunda metade do século XVII. Contudo, para Vitorino Magalhães Godinho, entre a década de 1650 e 1680, o comércio de açúcar e o de tabaco apresentaram tendência predominantemente baixista: a arroba do açúcar chegou a valer 3\$800 na Lisboa de 1650, caindo até o preço de 1\$300 réis em 1688; um arrátel de tabaco desabou de 260 para 70 réis no mesmo período.⁵⁷

O consumo interno europeu decaiu, inclusive por questões demográficas,⁵⁸ estagnando a produção manufatureira, que, por sua vez, não proporcionaria uma oferta de mercadorias capaz de manter a chegada de prata americana. A diminuição da entrada de metais preciosos na Europa reduziu o meio circulante, realimentando a tendência à deflação. Em Portugal, a evasão monetária passou a preocupar, cada vez mais, os homens do governo, que não conseguiam reverter a balança comercial deficitária. A situação piorou com a redução da demanda pelo açúcar do Brasil. Acrescente-se uma dificuldade a mais: o meio circulante português teria sido contaminado pelo cerceio⁵⁹ e pelas moedas falsas.⁶⁰

Em 1668 foram publicadas leis que regulamentavam o uso de vestimentas, restringindo ornamentos e o uso de tecidos de luxo importados. O objetivo era diminuir as importações de itens mais caros, consideradas a porta de saída das moedas de Portugal. Dom Pedro parece ter compreendido, ao menos em parte, a gravidade da situação, pois ele mesmo, logo após ter assumido o governo como príncipe regente, buscou dar exemplo na corte, vestindo trajes mais simples.⁶¹ A partir de meados da década de 1670, dom Luís de Meneses, o terceiro conde da Ericeira, vedor da Fazenda, procurou avançar nas políticas mercantilistas de reequilíbrio da balança comercial, estimulando a produção manufatureira no reino e restringindo as importações de determinados produtos. Não obstante as estreitas limitações de financiamento, o conde incentivou, principalmente, a produção têxtil, a construção civil e a mineração.⁶²

⁵⁷ Vitorino M. Godinho, “As frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770” In: *Idem. Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 481-483.

⁵⁸ Eric Hobsbawm. “A crise geral da economia europeia no século XVII”. In: Theo A. Santiago. **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. São Paulo: Contexto, 1988, pp. 78-95.

⁵⁹ O cerceio era a raspagem ou o corte de moedas com o objetivo de tirar resíduos de metal precioso. A vantagem estava em repassar as moedas desgastadas pelos valores nominais das mesmas, mas com massa de ouro ou prata menor.

⁶⁰ Avelino de Freitas de Meneses. “As Finanças”. In Joel Serrão e A. H. Marques. (dir.) **Nova História de Portugal**. Portugal da Paz da Restauração ao ouro do Brasil. Volume VII. Lisboa: Editorial Presença, 2001, pp. 352 e 356-358.

⁶¹ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, p. 169.

⁶² *Ibidem*, pp. 182 e 200. José Calvet Magalhães. **História do pensamento económico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo**. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas, 1967, pp. 158 e 159.

Enquanto a produção doméstica se arrastava em meio a dificuldades sociais, econômicas e culturais, o vedor da Fazenda resolveu implementar uma política monetária para saneamento do meio circulante em Portugal. Um dos temas centrais do mercantilismo, a moeda era compreendida como ingrediente ativo do processo econômico: um maior volume do meio circulante tenderia a estimular a produção e o comércio, impactando positivamente na arrecadação fiscal. Isto é, mais moeda em circulação, mais rico e forte era o Estado. O efeito inflacionário não era desprezado, mas, para muitas das pessoas mais instruídas, a elevação de preços era entendida como um bom sinal.

A qualidade das moedas devia ser observada. Se moedas falsas ou cerceadas dominassem a circulação, haveria entesouramento ou exportação do dinheiro de qualidade. “A moeda má expulsa a boa” – a máxima mercantilista atribuída a um ministro inglês do século XVI, Thomas Gresham, era amplamente conhecida e empiricamente observável na Época Moderna.⁶³ Tirar as moedas falsas e cerceadas da circulação abriria espaço para atração de boas moedas (ao menos, as boas moedas entesouradas pelos próprios portugueses poderiam entrar na circulação), além de evitar a exportação de dinheiro.

Entre 1685 e 1688, por influência do terceiro conde da Ericeira, foi publicada uma sequência de leis que visavam combater o cerceio e sanear o meio circulante português. Dada a enorme quantidade de moedas alteradas em circulação, a situação foi considerada “intolerável”. Enfim, o problema receberia “a atenção que merece”. Os criminosos deveriam ser rigorosamente penalizados: caberia a pena de morte e o confisco de bens dos cerceadores. E toda moeda alterada deveria ser retirada de circulação: seus proprietários receberiam por seu valor intrínseco (valor do metal precioso contido nas peças) em moedas boas ao entregarem o dinheiro cerceado na Casa da Moeda.⁶⁴

⁶³ Fernand Braudel. **Civilização material, economia e capitalismo**. séculos XV-XVIII. Volume 1. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 422. “Na verdade, estas oscilações revelam a chamada Lei de Gresham de que, aliás, o conselheiro de Isabel da Inglaterra não é de modo algum o autor. É famoso o seu enunciado: a má moeda expulsa a boa. Nas conjunturas longas, moedas amarelas ou brancas desempenham alternadamente o papel de moeda menos “boa” que expulsa a outra, a melhor, para as mãos dos especuladores ou para o pé-de-meia dos entesouradores. Naturalmente, este jogo espontâneo pode ser precipitado pela ação dos Estados que passam o tempo reajustando as moedas, valorizando as moedas de ouro ou de prata conforme as oscilações do mercado, na esperança, raras vezes verificada, de restabelecer o equilíbrio”.

⁶⁴ Decreto de 3 de julho de 1685. Alvará de lei de 17 de outubro de 1685. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, pp. 41, 47 e 48. O assunto é apresentado em Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, pp. 172-174.

A Casa da Moeda de Lisboa já estava preparada para cunhagens de maior qualidade, pois recebera um equipamento moderno no final da década de 1670, o balancim, que permitia a fabricação de moedas mais regulares.⁶⁵ Em 1686, o conde da Ericeira reformulou o regimento da Casa da Moeda de Lisboa, preparando-a para atender à política monetária do governo.⁶⁶

Paralelamente a estas medidas, desenvolvia-se um debate entre os principais do reino sobre possível aprofundamento da política monetária.⁶⁷ A desvalorização da moeda espanhola,⁶⁸ em 1686, fez o debate pender a favor de uma desvalorização da unidade de conta do reino, o real. Desvalorizar a unidade de conta significa aumentar o preço do metal precioso, isto é, ao desvalorizar o real, uma quantidade determinada de prata ou de ouro passaria a valer mais réis. Deste modo, a Espanha estava valorizando, ao menos no curto prazo, a prata e o ouro que corriam em suas praças, com efeito potencial de atrair metal precioso de outros países, trazido por mercadores interessados em adquirir produtos espanhóis com menos prata. Portanto, se Portugal quisesse manter suas moedas de prata e ouro, deveria também aumentar o valor do metal precioso que corria em suas praças, desvalorizando o real.⁶⁹

Em 1688, Ericeira diagnosticou a permanência de grande quantidade de moedas cerceadas no meio circulante em Portugal, resultando na perda de boas peças para o exterior ou para o entesouramento feito por particulares. A legislação não fora suficiente, mesmo igualando o crime de cerceio ao de moeda falsa, punido com pena de morte e confisco de bens. Como Portugal dependia da entrada de patacas espanholas para suprir seu comércio e as necessidades do Estado, dom Luís de Meneses defendeu a desvalorização do real a fim de ajustar o valor dos metais preciosos amoadados no reino ao preço que tinham na Espanha.⁷⁰

⁶⁵ Ao que parece, a melhoria técnica da produção foi significativa, pois atraiu o interesse dos espanhóis em copiar o processo em Castela. Avelino de Freitas de Meneses. “As finanças”. p. 356.

⁶⁶ Conferir José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**, pp. 47 e 48. Um resumo de todos os capítulos deste regimento pode ser encontrado em Cleber Baptista Gonçalves. **Casa da Moeda do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, pp. 100 e seguintes.

⁶⁷ Rafael da Silva Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**. Dissertação de mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2014, pp. 131-138.

⁶⁸ Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia (1450-1920)**. Barcelona: Ariel, 1974, p. 293.

⁶⁹ Sobre o valor do dinheiro, que se lavrava na casa da moeda e saía para fora do reino. Lisboa, 8 de agosto de 1686. Biblioteca da Ajuda. Códice 50-V-37, fl. 410.

⁷⁰ Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal barroco**, p. 175. Para um apanhado geral da legislação monetária e do combate ao cerceio na segunda metade do século XVII, vale conferir Edgar Araújo Romero “Dos levantamentos do valor e das medidas para evitar o cerceio da moeda portuguesa no século XVII: sua execução no Brasil. 1642-1688”. **Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira**. Volume I. São Paulo: Salles Oliveira & Cia., 1937. pp. 410-435.

Desvalorizar a moeda não era uma decisão simples, pois era moralmente reprovada⁷¹ por setores de peso da sociedade, sobretudo, aqueles que viviam de rendas, pois estes passariam a receber menos metal precioso do que antes, ainda que seus proventos mantivessem o mesmo valor em réis. Os credores, de modo geral, também reclamariam. Porém, segundo Ericeira, havia um “desejo universal” pela desvalorização:

suposto que não se pode duvidar de que o levantamento da moeda foi sempre um dos maiores danos das monarquias e o mais sensível para os povos, é tão excessivo o que padecessem os vassallos de VM que chegam a solicitar o mal como remédio, sendo esta ânsia tão universal em todo o reino, que é só o alívio que de presente se pode aplicar a aflição que padece, perdendo, se o conseguirem, o horror de que os estrangeiros levantando-se, o não hão de tirar do reino e animando-se com a esperança de que por este meio se há de facilitar entrarem patacas e dobrões de Castela, sem os quais parece impossível subsistir o trato comum deste reino.⁷²

A operação de “levantamento da moeda”, como aparece no documento, é uma desvalorização da unidade de conta do reino, o real. A expressão “levantamento da moeda”, normalmente, refere-se às moedas sonantes, às peças monetárias concretas, e não ao conceito econômico de moeda. A expressão “baixa da moeda”, da mesma forma, diz respeito às peças em si. Levantar a moeda, então, era o resultado de um ato do poder político que determinava a valorização do metal precioso amodado. As moedas feitas de ouro e prata passariam a correr por um valor maior e, grosso modo, proporcional ao aumento do preço do metal precioso.

Por exemplo, uma moeda de 100 réis, apelidada de tostão, apresentaria em sua massa metálica uma oitava (3,59 gramas) de prata. Em dado momento, houve uma reforma monetária, que determinou um aumento de 20% no valor da prata. Este fato afetará o valor das moedas de prata e o tostão, citado acima, passaria a valer 120 réis, ajustando-se ao novo valor daquele metal precioso. Por isso, uma reforma que eleva o valor dos metais preciosos causa o levantamento da moeda, ou melhor, o levantamento do valor extrínseco das moedas que circulavam antes da reforma. Ao aumentar o valor do metal precioso (levantamento da moeda), a reforma monetária desvalorizava a unidade ou moeda de conta, pois cada real passou a corresponder a uma quantidade menor de metal precioso. No exemplo acima, quanto a antiga moeda de 100 réis passou a correr a

⁷¹ Pedro Puntoni. “A moeda na Restauração: da prática à política monetária em Portugal (1640-1642)”, p. 40.

⁷² Papel do conde Luiz de Menezes sobre se levantar a moeda de 2 de julho de 1688. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 748 (MF 7159) fl. 266.

120, contendo a mesma quantidade de prata (uma oitava), houve a seguinte desvalorização: um real antes da reforma valia 0,0100 oitava de prata (36 miligramas); após a reforma, cada real daquela mesma moeda passou a valer 0,0083 oitava de prata (30 miligramas).

As desvalorizações da moeda ou unidade de conta, ditos levantamentos da moeda, tendiam a provocar aumentos dos preços, pois os mercadores tentavam obter por suas mercadorias a mesma quantidade de metal precioso que recebiam antes da reforma. Mas este processo, normalmente, não era automático nem instantâneo, dadas as características da economia europeia pré-industrial.

Quando dom Luís de Meneses foi confrontado com o argumento de que o levantamento levaria a um possível aumento de preços, o vedor da Fazenda respondeu que tal efeito poderia ser controlado mediante “rigorosa lei”. Talvez estivesse se referindo a aumentos de preço abusivos, exagerando a desvalorização da moeda de conta. O fato é que, para o conde da Ericeira, um operador de políticas mercantilistas moldado ao pensamento econômico mais avançado de sua época, o efeito inflacionário não seria prejudicial. Segundo o papel que escreveu sobre a questão, ele considerava que os níveis de preço estavam bastante contraídos em Portugal, principalmente, o valor dos alimentos. E ainda destacou que, o levantamento das moedas possibilitaria a muitos cumprir com o pagamento de impostos. No final das contas, a proposta da reforma monetária foi aprovada, não obstante os inconvenientes: “não se pode duvidar de que o levantamento da moeda foi sempre um dos maiores danos das monarquias e o mais sensível para os povos, é tão excessivo o que padecessem os vassalos de Vossa Majestade que chegam a solicitar o mal como remédio”.⁷³

Cabe destacar que o aumento de preços tendia, num primeiro momento, a aumentar os lucros dos produtores, estimulando a agricultura e a indústria. O Estado, por sua vez, além de ganhar na senhoriagem arrecadada na remarcação do valor extrínseco das moedas, operação que normalmente acompanhava as reformas monetárias, ganharia também por gastar menos metal precioso com pagamento de servidores e despesas contratadas.

⁷³Papel do conde Luiz de Menezes sobre se levantar a moeda de 2 de julho de 1688. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 748 (MF 7159) fl. 266.

Em 4 de agosto de 1688, o rei assinou a nova lei da moeda.⁷⁴ Todas as moedas novas de prata e ouro deveriam correr com acréscimo de 20% no valor extrínseco. A desvalorização do real, portanto, foi de 16,67%. O marco⁷⁵ de ouro amoedado, tendo 22 quilates de lei, passou a valer 96 mil réis. O marco de prata, tendo 11 dinheiros de lei, foi confirmado em 6 mil réis.⁷⁶ Como medida de precaução contra a entrada no reino de moedas cerceadas, foi determinado que as peças espanholas com menos de 7 oitavas passassem a correr pelo “peso”,⁷⁷ valendo 100 réis cada oitava. Precavendo-se da possibilidade de confusões entre credores e devedores e contratos em geral, o texto legal esclarece

que todas as dívidas contraídas, e contratos celebrados [...] se hão de entender e praticar, como se depois dela se contraíssem e celebrassem, cedendo sempre a favor dos devedores a utilidade do levantamento da moeda, para que assim se evitem as moléstias, e perturbações, que podiam nascer das dúvidas, e demandas, que se movessem sobre a interpretação desta lei, se lhe faltasse esta declaração.⁷⁸

A lei, portanto, divide-se em duas partes: (i) o levantamento de 20% para as boas moedas portuguesas, de ouro e prata, em circulação e (ii) a regra pela qual as moedas estrangeiras de prata, que não apresentassem o mínimo de 7 oitavas de massa, passariam a circular valendo pelo peso, na proporção de 100 réis por oitava. A segunda parte da lei tinha como objetivo atrair as moedas de prata espanholas, pois a oitava de prata espanhola amoedada teve seu valor aumentado. Paralelamente, obrigar as moedas desgastadas a correr pelo peso era a medida mais eficiente para anular os ganhos do cerceio.

⁷⁴ Carta de lei sobre o aumento do valor das moedas de ouro e prata. Providências sobre forma de pagamento de obrigações anteriores a este aumento de valor e outras correlativas. Lisboa, 4 de agosto de 1688. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**, pp. 163-165.

⁷⁵ Luis Lisanti Filho. **Negócios coloniais**. Um marco equivale, aproximadamente, a 229,5 gramas. Um marco corresponde a 64 oitavas. Era a unidade de medida usada para determinar massa de ouro e prata. Uma barra de ouro, na lei de 22 quilates, apresenta em sua massa 11/12 de ouro; uma moeda de prata de 11 dinheiros apresenta em sua massa 11/12 de metal precioso. A metrologia para medidas de metais preciosos pode ser conferida nas páginas LXXXVI e LXXXVII

⁷⁶ Carta de lei que manda tirar da circulação as moedas de 200, 250, 400 e 500 réis, cerceadas e não cerceadas. Que as não cerceadas sejam encordoadas, e cunhadas, para correrem assim, e as cerceadas sejam levadas às casas da moeda, e ali pagas a 6\$000 réis o marco. E diversas providências correlativas. Lisboa, 14 de junho de 1688. Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**, pp. 161-163.

⁷⁷ A palavra peso está entre aspas porque, na verdade, a grandeza a ser medida era a massa. Marcos, onças, oitavas e grãos são medidas com as quais se mede a massa dos metais preciosos, além de outros materiais. Neste capítulo, sempre que aparecer o termo “peso” aplicado à quantidade de ouro ou de prata, ele deve ser entendido como massa.

⁷⁸ Carta de lei sobre o aumento do valor das moedas de ouro e prata. Providências sobre forma de pagamento de obrigações anteriores a este aumento de valor e outras correlativas. Lisboa, 4 de agosto de 1688. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**, p. 164.

A prata da moeda espanhola foi valorizada, principalmente, os bons *reales*, aqueles que não apresentavam cerceio ou apenas estavam ligeiramente desgastados. A reforma estabeleceu em 6 mil réis o valor de um marco de prata amoedada – uma oitava de prata das moedas portuguesas mais novas passou a valer 93,75 réis, já que um marco equivale a 64 oitavas. Como já foi destacado, a reforma determinou que a prata das moedas estrangeiras cerceadas valesse 100 réis a oitava. Tendo até 10% de cerceio, as moedas não corriam pelo peso, e os *reales*, que tivessem de 7 oitavas para cima, circularam valendo 800 réis.⁷⁹ Portanto, a prata das boas moedas oriundas dos domínios espanhóis chegava a correr em Portugal por até 114 réis a oitava. A reforma monetária de 1688, seguindo o padrão da política monetária mercantilista, não só levantou as moedas portuguesas, mas também, e ainda mais, as moedas estrangeiras, visando atrair os *reales* do país vizinho, cuja prata tinha maior poder de compra no reino do que a prata das melhores moedas de Portugal.

No Brasil,⁸⁰ as moedas correntes, em sua maioria, eram patacas cerceadas, e uma boa parte das moedas de 640 réis apresentava entre 4,5 e 5 oitavas de prata.⁸¹ Isto posto, fica esclarecido que foi a segunda parte da lei que atingiu a colônia, determinando que o dinheiro passasse a correr pela regra dos 100 réis por oitava. Este é o ponto. Se a reforma fosse aplicada na colônia, aquelas moedas de 640 réis passariam a circular com valor de 450 e 500 réis; da mesma maneira, proporcionalmente ao cerceio, as patacas de 320 e outras moedas menores.

Não é possível estimar o grau de desgaste geral do meio circulante na Bahia daqueles tempos, mas é possível imaginar a reação dos moradores quando souberam da reforma monetária: num momento de crise aguda do negócio do açúcar, cujo preço estava no menor nível das últimas décadas, o patrimônio líquido de mercadores e de senhores de engenho poderia sofrer um abatimento significativo. Na pior das hipóteses, alguém que tivesse apenas moedas de 640 réis, e todas elas com massa de 4,5 oitavas, teria seu patrimônio em dinheiro reduzido em 29%. O fato é que o levantamento da moeda na metrópole determinou uma baixa da moeda na colônia.

⁷⁹ Rita Martins de Sousa. **Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista, setecentista**, p. 81.

⁸⁰ Fernando C. G. C. Lima. “A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. Agosto de 2005.

⁸¹ Consulta do Conselho Ultramarino acerca da publicação da lei da moeda de 4 de agosto de 1688 no Brasil. Lisboa, 20 de dezembro de 1689. **Documentos Históricos**. volume 89, p. 151, explica-se que a “maior parte das patacas [...] não passava de quatro oitavas e meia” e que “quase todo o dinheiro [...] consistia em patacas que não eram de peso”.

Em julho de 1689, o governador-geral interino escreveu uma carta dando conta de seus procedimentos em relação à publicação da nova lei monetária na Bahia. Segundo o arcebispo Manoel da Ressurreição, a ordem fora por ele encaminhada ao chanceler da Relação para a devida publicação na Chancelaria. Contudo, como se não fosse responsabilidade do governador fazer cumprir a reforma monetária, alegou que “de tal maneira ficou calada esta publicação que a nenhuma pessoa ouviu falar que tivesse dela notícia”.⁸²

A primeira parte da lei, a que levantava as moedas portuguesas de fabricação recente, não geraria muita confusão, pois aquele tipo de dinheiro não corria na Bahia. As moedas portuguesas na colônia eram muito antigas e cerceadas: havia moedas de tostão que corriam por 200 réis, por exemplo. Em Portugal, estas moedas seriam enviadas para a Casa da Moeda, onde seu preço era avaliado pelo peso e trocado por moedas novas – algo impraticável no Brasil, pois seria muito prejudicial ao comércio da colônia e inseguro levar aquele escasso dinheiro para a metrópole.

Sobre a segunda parte da lei, o governador-geral interino esclarecia que a confusão seria muito grande, “por quanto quase todo o dinheiro desta cidade e suas capitanias consiste nesta casta de moeda”, isto é, dinheiro estrangeiro de prata cerceado, o qual estava pela reforma a correr pelo peso. Porém, a necessidade de balança para qualquer transação comercial, grande ou pequena, era um inconveniente. Além do mais, seguindo ordens da Coroa, estas moedas estavam sendo, aos poucos, encordoadas numa oficina monetária para inibir o agravamento do cerceio e “dando-lhe mui alto valor extrínseco” – um detalhe que, possivelmente, tenha contado com a suavidade das autoridades metropolitanas na Bahia e ainda não havia sido relatado ao rei.⁸³

O meio circulante na colônia era composto, principalmente, por patacas de quatro oitavas e meia ou pouco mais, que corriam a 640 réis, e pelas meias patacas, que valiam 320 réis. Parece que, neste momento, havia certa confusão na nomenclatura destes *reales*: o nome pataca, ainda no século XVII, ficou associado ao valor de 320 réis, enquanto uma moeda de 640 seria a de duas patacas.⁸⁴ Entretanto, no discurso do arcebispo frei Manoel da Ressurreição, as moedas espanholas maiores que corriam na Bahia foram chamadas de patacas, e aquelas que tinham metade do tamanho de meias patacas.

⁸² Carta do arcebispo governador dom frei Manoel da Ressurreição para Sua Majestade, sobre o levantamento da moeda. Salvador, 11 de julho de 1689. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 29, doc. 3548.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ S. Sombra. **História monetária do Brasil Colonial**, p. 275.

Após as considerações acima, o governador interino chegou ao cerne do problema: “correndo a peso, ainda que a tostão a oitava, [a publicação da lei] ficava resultando em uma grande perda dos senhores dela [das moedas]”.⁸⁵ Como foi destacado acima, alguém que tivesse apenas moedas de 640 réis e todas com 4,5 meia, um exemplo extremo, perderia 29% de seu patrimônio líquido. Por isso, a autoridade pediu resolução de dúvidas junto à Coroa antes de publicar a lei.

Neste ínterim, os moradores de Pernambuco teriam levantado as moedas e causado uma reação forte entre os moradores da Bahia, que resolveram proceder da mesma maneira. Levantar as moedas que corriam por 640 para 800 réis, assim como fazer as de 320 correr a 400, era um desejo acalentado havia anos pelos baianos. No início da década de oitenta foram impedidos por decisão do príncipe, mas agora que houve um levantamento em Portugal e corria a notícia de outro em Pernambuco, os principais da cidade do Salvador arrojaram-se a valorizar a sua prata.

O levantamento teria algum impacto nos negócios com a frota em meados de 1689. Havia queixas de que os mercadores queriam receber pelas suas mercadorias apenas em dinheiro “que tivesse de seis oitavas, e para cima, para se mandar para o reino e para as nações donde vieram as fazendas”. Em 1689, a crise do negócio do açúcar continuou, por “não haver quem comprasse uma arroba de açúcar e estava a frota tão detida que, sendo quase o termo em que Vossa Majestade a manda partir, muitos navios não tinham ainda lastro, e os mais não chegavam a meia carga”.⁸⁶

A notícia de um levantamento em Pernambuco e o pouco interesse pelo açúcar da Bahia determinaram um contexto em que era “necessário acudir com algum remédio”. Então, o governador interino tomou a decisão de mandar “publicar a lei de Vossa Majestade, para sobre esta publicação resolver o que mais conviesse, e a necessidade apontasse”. Imediatamente, os negócios foram suspensos “e no dia seguinte se ajuntou grande parte do povo na Câmara, e se fez o papel e carta que com esta remeteu a Vossa Majestade pedindo o levantamento na forma que apontaram”. O chanceler da Relação, Manoel Carneiro de Sá, recusou-se a participar da reunião para se resguardar de um previsível ato de desrespeito às prerrogativas reais sobre o valor do dinheiro.

⁸⁵ Carta do arcebispo governador dom frei Manoel da Ressurreição para Sua Majestade, sobre o levantamento da moeda. Salvador, 11 de julho de 1689. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 29, doc. 3548.

⁸⁶ *Idem*.

Decidiu-se levantar a moeda, reinterpretando a primeira parte da lei. As antigas e cerceadas moedas portuguesas que circulavam na Bahia receberam aumento de 20% em seu valor extrínseco, com exceção da moeda de 60 réis, que passou a 80, dos antigos tostões, que circulavam a 160 réis e passaram a 200 (aumentos de 25%), e da de 120, que passou a 160 réis (33,3% de aumento). Como eram poucas, o impacto deste levantamento seria bastante limitado.

O maior inconveniente estava nas patacas. A lei mandava correr a peso, que resultaria em grande prejuízo, reduzindo ainda mais o valor do meio circulante na Bahia. A decisão acerca deste dinheiro foi a seguinte: patacas com 6,5 oitavas de prata para cima passariam a valer 800 réis (até 25% de levantamento); as outras patacas que corriam a 640, e não apresentavam mais de 6,5 oitavas, passariam a valer 700 réis (9,38% de levantamento). As meais patacas que tivessem 3,5 oitavas de prata ou mais, passariam a valer 400 réis (até 25% de levantamento); e as que apresentassem de 3 até 3,5 oitavas passariam a correr com valor de 360 réis (até 12,5% de levantamento). “E os quartos singelos que valiam quatro vinténs por tostão, e que tudo isto assim se observasse para remédio de não sair dinheiro e mais convenientes”.⁸⁷

O resultado imediato, segundo o governador arcebispo, foi um processo de desentesouramento. Foi colocado em praça o dinheiro de muitos moradores, animados com o valor mais alto de suas moedas; também os mercadores resolveram sacar o dinheiro que já estava embarcado e ir às compras para encher os navios: “começou logo o dinheiro a correr e aparecer muito de peso, ou fosse que estivesse escondido nas casas de quem o tinha, ou que tornasse a sair dos barcos [...] e foram apertando as compras dos açúcares de sorte que estão quase todos embarcados e a frota a pique de sair”. Até a saída da frota, os negócios se fariam com o dinheiro correndo pela forma assentada pela “junta geral”.⁸⁸

Suspeito de que o remédio não tenha sido tão eficaz. Independentemente do sucesso do levantamento colonial, o discurso do arcebispo indica um aspecto significativo das relações entre Portugal e Brasil: a fundamental relevância do comércio. A alteração do valor da moeda cabia apenas aos reis e, portanto, o levantamento feito na Bahia, com a cobertura do governador-geral interino, foi um desrespeito à autoridade da Coroa. Porém, pelo tom até festivo com que Manoel da Ressurreição encerra a carta, parece que este desrespeito, ao favorecer o comércio colonial, teria sua gravidade atenuada.

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ *Idem.* Consulta do Conselho Ultramarino acerca da publicação da lei da moeda de 4 de agosto de 1688 no Brasil. Lisboa, 20 de dezembro de 1689. **Documentos Históricos**, volume 89, p. 150.

Naqueles mesmos dias, escreveu o chanceler Manoel Carneiro de Sá ao rei, relatando os inconvenientes da lei monetária de 1688. Por ordem real, funcionava em Salvador uma oficina monetária de encordoamento (impropriamente chamada de casa da moeda no relato do chanceler e em outros documentos), cuja função era imprimir um cordão nas bordas das moedas com a finalidade de inibir o cerceio, como já foi apontado acima. O chanceler foi até a oficina para coletar dados acerca do meio circulante na Bahia e ponderar sobre a publicação e a aplicação da reforma de 1688. A consulta do Conselho Ultramarino apresenta seu relato da seguinte maneira:

seguia-se da sua publicação um grandíssimo dano àqueles moradores, porquanto quase todo o dinheiro daquele Estado consistia em patacas que não eram de peso, porque entrando setecentos e vinte mil cruzados (segundo informações que tivera) a serrilhar, ou a encordoar à Casa da Moeda daquela cidade a maior parte das patacas que lá entraram não passavam de quatro oitavas e meia que correndo até o tempo desta lei por seiscentos e quarenta réis e havendo de valer pela lei nova a tostão a oitava, ficavam valendo quatrocentos e cinquenta réis as que ali corriam por seiscentos e quarenta réis, com que perderão os vassallos pela publicação desta lei cento e noventa réis em cada selo, que importava a perda perto de trezentos mil cruzados que para o estado em que se achava o Brasil era destruí-lo de todo, e nesta consideração não publicara a lei, até nova resolução de Vossa Majestade.⁸⁹

O chanceler assumiu a responsabilidade pela não publicação da lei. Com informações que colheu, entendeu que a oficina de encordoamento já tinha trabalhado com quase a totalidade das moedas que circulavam na Bahia e, portanto, estimava que o meio circulante da capitania valesse aproximadamente 720 mil cruzados. Como a maioria das moedas estava bastante cerceada, seu valor cairia muito se o dinheiro fosse obrigado a correr por peso, na razão de 100 réis por oitava: o rebaixamento do meio circulante chegaria a 300 mil cruzados.

O arcebispo relatou que a notícia da reforma monetária causou a suspensão dos negócios e um grande ajuntamento de pessoas na Câmara. Na pena do chanceler, o evento foi um pouco mais turbulento: “se alvoroçava o povo”, que resistiu à lei “tanto que foi necessário revogá-la dando maior valor à moeda”. O desrespeito à Coroa foi explícito, pois alterar o valor do dinheiro “é regalia que só os príncipes supremos podem fazer”. Segundo o chanceler, o problema do dinheiro poderia ser resolvido de outra maneira, por exemplo, “dando busca nos navios para que o não levassem”.⁹⁰

⁸⁹ Consulta do Conselho Ultramarino acerca da publicação da lei da moeda de 4 de agosto de 1688 no Brasil. Lisboa, 20 de dezembro de 1689. **Documentos Históricos**. volume 89, p. 150.

⁹⁰ *Idem*, p. 152.

Entre os pareceres metropolitanos sobre o levantamento monetário ocorrido na Bahia, destacam-se dois. O procurador da Coroa, praticamente parabenizou o governador e o chanceler pela decisão de não publicar a lei de 1688, dados os danos que ela causaria aos proprietários de dinheiro no espaço colonial. O outro foi contrário ao arranjo que moradores da Bahia fizeram com a moeda: duro e taxativo, o parecer do Conselho Ultramarino defendeu a aplicação da reforma monetária no Brasil da mesma maneira que foi feita em Portugal.⁹¹

Segundo o procurador da Coroa, “fizera bem o chanceler em não publicar, como também o arcebispo [...] bem em suspender a sua execução [da lei de 4 de agosto de 1688]”. E ainda explicou que, segundo sua opinião, a reforma não fora feita para o Brasil, pois “naquele Estado tinha a moeda diverso valor extrínseco não se lhe podia em nenhum modo proporcionar a disposição de tal lei”. Não deixou de lembrar que “esta matéria de levantar moeda não devia ou podia ser senão por dom especial de Vossa Majestade”. O parecer é concluído com o seguinte enunciado acerca do Brasil:

onde o uso comum das gentes e moradores sem lei e sem ordem tinha dado à moeda valor a seu arbítrio, e lhe parecia que Vossa Majestade, por sua nova lei, devia haver por confirmada a que o arcebispo ordenou visto ser por comum a aceitação e acordo daquele povo e não poder nos termos presentes ter outro remédio.⁹²

Os moradores do Brasil viveriam sem lei e sem ordem, sendo comum o alterar a moeda, ainda que isto fosse “dom especial de Vossa Majestade”. Possivelmente, o procurador da Coroa estivesse se referindo ao levantamento que deu às patacas 40 réis a mais em relação às que corriam no reino a 600, e 20 sobre as que valiam 300 em Portugal. Contudo, por não haver outro remédio para a situação da colônia, recomendava à Coroa o deferimento do levantamento colonial. Na melhor das hipóteses, o procurador tinha familiaridade com os parâmetros móveis dos governos coloniais, cujo sucesso dependia da capacidade de impor os interesses da Coroa, sempre lançando mão da famigerada “suavidade” – o princípio da adaptabilidade.

O parecer divergente ao do procurador foi elaborado com base em vários papéis, incluindo as cartas que as Câmaras da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro escreveram ao rei sobre o problema monetário. E mesmo assim, sentenciou: “consideradas as razões que moveram a Vossa Majestade para mandar publicar nas

⁹¹ *Idem*, pp. 152 e 153.

⁹² *Idem*, p. 153.

conquistas a lei sobre a moeda [...], Vossa Majestade deve ordenar se observe inviolavelmente, sem embargo do que representam os povos”.⁹³

Poucos meses depois, em março de 1690, o rei enviou uma carta a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador de Pernambuco, mandando publicar a lei da moeda de 1688. Não deveria considerar o levantamento que fora feito na Bahia, pois só à “Majestade tocava levantar a moeda e não a outro nenhum magistrado”. Segundo Câmara Coutinho, o rei tinha lhe escrito que “de mim fiava obraria nesta matéria com acerto e prudência que tendo a lei a sua devida observância, se evitassem quaisquer embaraços e perturbações”. A orientação por parte da Coroa era a imposição da lei metropolitana, sem a ocorrência de perturbações. Para não deixar dúvidas, o rei especificou um pouco mais o que queria de Câmara Coutinho em Pernambuco: “que suavemente se conseguisse ficar a moeda correndo por seu justo e certo valor [...] sendo o mesmo valor nas conquistas que nesse reino, de que resultaria continuar-se o comércio com maior certeza em benefício de todos os vassalos”.⁹⁴ De todos os vassalos?!

Havia passado cerca de um ano e meio desde que recebera a ordem para publicar a lei em Pernambuco.⁹⁵ Neste intervalo de tempo, Câmara Coutinho manteve a fama de administrador rígido⁹⁶ e acabou sendo nomeado governador-geral do Brasil, cargo do qual tomou posse em outubro de 1690. A carta indica que ele só conseguiu publicar a reforma em 1691, nada mencionando acerca do tempo em que governara mazombos e mascates.

Câmara Coutinho explicou ao rei como cumpriu sua missão em relação à reforma monetária no ano de 1691, na primeira oportunidade que tivera como governador-geral. Sua estratégia foi permitir que todos os negócios fossem feitos, incluindo a arrematação dos contratos da Fazenda Real, antes de publicar a lei, pois a consequente baixa da moeda inibiria os contratadores e poderia prejudicar o andamento do comércio: “desta maneira não perdia o açúcar a reputação, para se vender aos homens de negócio, e não se

⁹³ *Idem.*

⁹⁴ Carta para Sua Majestade sobre se haver execução à lei acerca da baixa da moeda. Salvador, 12 de junho de 1691. **Documentos Históricos**, volume 33, pp. 354-356. No texto da carta, o Câmara Coutinho se refere à reforma monetária como “a lei da baixa”, como ficou conhecida no Brasil, enquanto em Portugal a reforma levantava a moeda.

⁹⁵ Pedro Calmon. **História do Brasil**, volume 3, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 875.

⁹⁶ Evaldo Cabral de Mello. **A Fronda dos Mozambos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 56. Marília Nogueira dos Santos. **Escrevendo cartas, governando o império**: a correspondência de Antônio Luís da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 2007. pp. 95 e seguintes.

embaraçava o dinheiro para o comércio e pagamentos, e finalmente os contratos de Vossa Majestade tivessem contratadores para que os rematassem”.⁹⁷

Por fim, vangloriou-se: “consegui tudo o que desejava, carregando a frota sem embaraço, rematando os contratos sem dúvida”. Após empurrar para o ano seguinte o problema maior, que seria o período de negócios durante a estadia da frota, tendo sido a moeda rebaixada, mandou publicar a lei na chancelaria da Relação, exatamente “na forma que Vossa Majestade manda, sem alteração, nem dúvida [...] e fica observada a lei com o preço de tostão a oitava”.⁹⁸

Ao que parece, o governador andou consultando gente importante na Bahia para tomar a decisão, de modo que se sabia meses antes que a lei seria publicada quando os negócios com a frota já estivessem fechados e os contratos arrematados. Talvez, a ideia de publicar a lei na véspera da saída da frota nem tenha sido dele. Padre Vieira, por exemplo, escreveu a Diogo Machão Temudo, jurista importante no reino, poucos dias depois do governador-geral escrever a carta apresentada acima. Nela, o irmão do poderoso secretário de Estado, relatou que “para se fazer a mesma baixa [da moeda] nesta Bahia se espera pela partida da frota”. A concertação adiou o pior para o ano seguinte: “dizem os mais práticos da praça que perderá esta na baixa mais de quinhentos mil cruzados”.⁹⁹ Acerca deste assunto, o governador também apresentava suas estratégias a figuras importantes na metrópole e para autoridades em outras capitanias.¹⁰⁰

Não foi necessário esperar pela frota de 1692 para que a lei da moeda causasse estragos. Com menos dinheiro em circulação, o preço do açúcar tendia a cair ou estagnar em níveis que comprometiam os engenhos dos senhores mais endividados, os quais teriam muito mais dificuldades para conseguir os suprimentos necessários para manter a produção. O crédito para adiantar mercadorias junto aos mercadores ficaria mais caro em gêneros coloniais: seria necessário prometer mais açúcar para conseguir algumas moedas

⁹⁷ Carta para Sua Majestade sobre se haver execução à lei acerca da baixa da moeda. Salvador, 12 de junho de 1691. **Documentos Históricos**, volume 33, p. 355.

⁹⁸ *Idem*, pp. 355 e 356.

⁹⁹ Carta a Diogo Marchão Temudo. Salvador, 29 de junho de 1691. Antônio Vieira. **Cartas**, volume 3, pp. 629 e 630.

¹⁰⁰ Carta do governador-geral Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo de Foios Pereira. Salvador, 10 de julho de 1691. Biblioteca da Ajuda, cod. 51-V-42, fl. 6v. “E assim se experimentou no Rio de Janeiro, que nem se venderam os açúcares, a frota esteve embaraçada (de que não tenho ainda notícia se carregou), o contrato está sem contratador e finalmente Luís Cesar me escreve que de dar cumprimento logo a ordem de Sua Majestade que lhe mandou se tem visto em grande aperto, pelas faltas que considera naquela capitania. Mas a mim me pareceu conveniente fazê-lo agora, e assim [...] o avisei ao governador de Pernambuco”. Carta de primeiro de julho de 1691 do governador-geral Câmara Coutinho ao conde de Val de Reis. Biblioteca da Ajuda, cod. 51-V-42, fl. 6.

dos prestamistas ou para comprar algum tecido de um dono de loja. A própria Câmara foi afetada, pois o dinheiro que tinha em seus cofres, valendo pela razão de 100 réis por oitava, reduziu-se em cerca de 17,5%.¹⁰¹

A crise exacerbava aspectos ideológicos ligados à moeda: “embora o movimento do dinheiro seja [...] apenas a expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, apenas como resultado do movimento do dinheiro”.¹⁰² Com menos dinheiro a circular, a realização de lucro nas transações mercantis tenderia a cair, deteriorando o crédito.¹⁰³ Para muitos, a imagem de Câmara Coutinho ficaria associada ao empobrecimento da Bahia e à rigidez daqueles tempos, pois foi o governador quem reduziu, por seu empenho, o valor do dinheiro dos moradores, comprometendo a movimentação de mercadorias e os negócios a crédito.¹⁰⁴

O problema da moeda durante a crise açucareira

Em meados de 1689, poucos dias depois do governador interino escrever a carta ao rei que explicava o levantamento provocado pela notícia da reforma monetária, os oficiais da Câmara enviaram duas cartas ao monarca sobre o problema da moeda. Na primeira, explicaram que a lei, “mandando publicar o nosso arcebispo, serviu mais de confusão para este povo que de remédio por quanto a maior parte da moeda que corre neste Estado são as patacas e meias patacas que poucas tem valor intrínseco de 640 réis e 320 réis”. Com a notícia, recorreu o povo ao Senado e ao governador interino, que formaram uma junta e decidiram, para socorrer os negócios dos moradores, levantar a moeda. Pediram ao rei que aprovasse o levantamento, pelo qual as moedas de 640 réis e 4,5 oitavas pudessem correr por 800, as de 320 por 400. Deste modo, a moeda não iria

¹⁰¹ Termo de vereação em que se declara a perda que houve no dinheiro que meteu no cofre o procurador João da Costa Guimarães. Bahia, 21 de julho de 1691. **Atas da Câmara**, volume 6. pp. 165 e 166. Na ata de 9 de abril de 1694, páginas 251 e 252, o dinheiro no cofre da Câmara continuava a ser contado por oitavas de prata, de acordo com a reforma de 4 de agosto de 1688.

¹⁰² Karl Marx. **O capital**: crítica da economia política, volume 1, 3ª. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 100.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 114-116.

¹⁰⁴ “Tratam de diminuir / o dinheiro a meu pesar, / que para a coisa baixar / o melhor meio é subir: / quem via tão alto ir, / como eu vi ir a moeda / lhe pronosticou a queda, / como eu lha pronostiquei: / dizem, que mandou El-Rei, / quer creiais, quer não creiais / Não vos espanteis, que inda lá vem mais.” Gregório de Matos. **Obras Completas**, volume 2, Salvador: Ed. Janaina, 1968, p. 438. *Apud*. João Adolfo Hansen. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 188. Na página 247, Hansen discute as formas com que Câmara Coutinho era apresentado na sátira de Gregório de Matos: “sodomita, judeu e puto”, ofensas graves para a época e que, certamente, divertia aqueles que foram prejudicados pela baixa da moeda.

para outras partes, isto é, pediram a aprovação do rei para uma moeda que improvisaram como provincial.¹⁰⁵

Na segunda carta, solicitaram moeda miúda, para resolver a falta de trocos e possibilitar as pequenas esmolas. Havia tostões antigos, que, com o novo levantamento, já corriam a 240 réis, e meios tostões correndo a 120 réis. “E a outra moeda miúda é tão pouca que se pode reputar por nenhuma de que nasce a geral queixa da pobreza e povo, que nos obriga que, em seu nome, representemos a Vossa Majestade”. Pediam ao rei o envio, pela Junta de Comércio, de moedas miúdas de prata, prevendo que, vindo este “remédio”, a arrecadação da Fazenda Real aumentaria.¹⁰⁶

Em 1691, quando já se sabia que Câmara Coutinho publicaria a lei de 4 de agosto de 1688 na Bahia, valendo para todo o Brasil, os oficiais escreveram ao rei explicando os “imensos males” que sofreriam se fossem obrigados a colocar suas moedas de prata em circulação por 100 réis a oitava. Valendo a lei, as moedas não teriam nenhuma vantagem em ficar no Brasil, como tinham por valerem muito mais do que 100 réis por oitava. Seria “uma porta aberta para que se leve para Portugal todo o dinheiro como já se tem levado a maior parte, sem poder remediar-se até agora tão considerável perda [...] ficará exausto de toda a moeda este Estado”.¹⁰⁷

No mesmo papel, explicou-se que a arrecadação seria prejudicada, pois, sem dinheiro na praça, os soldados não poderiam ser pagos. Meses depois, a dita Revolta do Terço Velho se transformava em argumento a favor da moeda provincial na colônia. Os contratos da Fazenda Real tenderiam a ser pagos em tabaco e açúcar, algo que, de fato, a Coroa estava procurando evitar – bastava o pagamento do Donativo do dote e paz, que já incomodava por ser em grande parte recolhido em açúcar, num momento de forte desvalorização.¹⁰⁸ Sentenciaram que, pela falta de moeda, “poderá suceder uma notória ruína desta república, de todo este Estado”.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Carta escrita a Sua Majestade sobre a moeda. Salvador, 16 de julho de 1689. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 83 e 84. Neste documento, o termo “pataca” aparece relacionado ao valor de 640 réis e o termo “meia pataca” ao valor de 320. Porém, na maioria das vezes que palavra “pataca” aparece na documentação está relacionada ao valor de 320 réis.

¹⁰⁶ Carta do Senado a Sua Majestade sobre mandar moeda miúda para este Estado. Salvador, 16 de julho de 1689. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 85 e 86.

¹⁰⁷ Carta escrita a Sua Majestade sobre a baixa da moeda. Salvador, 11 de julho de 1691. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 100 e 101.

¹⁰⁸ Carta de Vossa Majestade ao governador e capitão geral Matias da Cunha, sobre o Donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Lisboa, 26 de novembro de 1689. **Documentos Históricos**, volume 89, pp. 146 e 147.

¹⁰⁹ Carta escrita a Sua Majestade sobre a baixa da moeda. Salvador, 11 de julho de 1691. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 101.

Propuseram não um levantamento, mas uma valorização de 10 ou 20% das oitavas das moedas que corriam na colônia. E se o rei não ficasse satisfeito com esta proposta, outra solução seria a moeda provincial. Concluíram a carta indicando que recebiam menos atenção e cuidado do que merecia a mais importante conquista do reino: “Esperamos clemência de Vossa Majestade e sua real grandeza ponha os olhos neste Estado do Brasil que hoje é o melhor senhorio de Portugal, que por ele se tem feito florescente e rico entre as nações da Europa”.¹¹⁰ O exagero apresenta novos elementos, e esta é a informação que se destaca na murmuração: o Brasil não estava a ser tratado pelo rei segundo sua importância, a despeito de ser a retaguarda econômica da grandeza de Portugal entre as potências europeias.

Noutra carta, em que os camaristas protestavam contra a cobrança de um novo imposto, a falta da moeda também foi lembrada na enunciação do cenário de miséria que caracterizaria a Bahia naquele início de década. Mais um tributo viria em muito má hora, pois, para pagar o Donativo do dote e paz e o sustento da infantaria, “se tiram às mulheres os mantos, e aos homens as capas, e hoje mais que nunca se experimenta o clamor de todos por não terem com que pagar, e daqui em diante será mais penoso pela falta da moeda”. Por fim, apresentaram uma reflexão vinculada ao pedido de atenção apresentado na carta anterior: “nossa lealdade nos obriga a representar a Vossa Majestade os danos que padece este povo miserável que pela desgraça de viverem afastados não são cridos, nem ouvidos”.¹¹¹ Como se quisessem desculpar a Coroa, os camaristas responsabilizam a distância entre Portugal e Brasil por não serem “cridos” nem “ouvidos” – a desgraça da colônia seria o tamanho do Atlântico, pois impedia a Coroa e suas autoridades conhecerem o “povo miserável” do “melhor senhorio de Portugal”.

Na carta ao procurador da cidade em Lisboa, Manoel de Carvalho, num texto que não carecia tanta ênfase, cuja função não era convencer, mas instruir, os camaristas insistiram nos mesmos termos dramáticos de outras cartas escritas em 1691. “A desgraça de vivermos tão afastados faz não sermos cridos nem ouvidos, e esta mesma causa entendemos ser o motivo de não vultar a diligência e o cuidado de vossa mercê”. Isto posto, pediram ao procurador que insistisse em fazer “presente aos senhores ministros a ruína que experimenta esta praça com a baixa da moeda”. Mas, como se estivessem

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ Carta escrita a Sua Majestade que Deus guarde em que se lhe representa como se não pode tirar os oito por cento do capital dos efeitos aplicados ao sustento da infantaria pelo prejuízo que pode causar ao povo. Salvador, 11 de julho de 1691. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 104.

inconformados em culpar só a distância do oceano, dispararam: “se a nossa desgraça for tão poderosa que não sejam admitidas nossas justificadas razões confirmaremos o pouco caso que se faz do remédio dos mais humildes e leais vassalos que teve algum príncipe”. A expressão “pouco caso” aparece mais de uma vez – em outro trecho os camaristas expressaram certo desânimo em escrever solicitações à Coroa: estariam “mais obrigados do povo que incitados da vontade por conhecermos o pouco caso que se faz com as nossas petições”.¹¹²

Ainda na carta ao procurador, os camaristas mandam Manoel de Carvalho “se não canse em procurar as respostas nem o efeito”, pois era necessário deferimento de alguma proposta para os danos decorrentes da baixa da moeda, a fim de evitar a evasão da que sobrava. Nos dois últimos parágrafos, a carta ganha ares de desabafo: “a nossa mágoa e fidelidade nos obriga a dizermos à vossa mercê o que sentimos para que assim o represente a Sua Majestade”. E o que sentiam é o seguinte:

só sabem carregá-los de imposições, e donativos que sobre puxam todos os anos de cem mil cruzados e sobre isto se carregam as drogas da lavoura do açúcar e tabaco com a carga dos direitos, e de novo como excesso dos fretes dos navios tudo em dano e ruína deste Estado que se pretende atenuar como o da Índia com o pretexto de fingido zelo do aumento da Coroa.¹¹³

“Só sabem carregá-los de imposições” e “pretende atenuar como o da Índia, com o pretexto de fingido zelo do aumento da Coroa” são enunciados exagerados, mas de uma expressividade que, até a crise açucareira, era, no mínimo, incomum. Tais expressões não ocorreram antes de 1686, ao menos, nas cartas publicadas e nas poucas manuscritas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que foram digitalizadas pelo Projeto Resgate. Acusaram sujeitos indeterminados de terem a intenção de arruinar o Brasil, disfarçando os impostos e o “pouco caso” com um “zelo” fingido em nome da Coroa.

O desânimo dos oficiais chega ao ponto de proporem que “se extinga este tribunal”! Se não podem ser ouvidos na defesa das demandas coloniais, se não são atendidos, se não são tratados com a importância que o Brasil representa para Portugal, a Câmara é inútil. E “será o maior favor que se pode fazer à nobreza que vem assistir nele,

¹¹² Carta escrita ao procurador Manoel de Carvalho. Salvador, 14 de julho de 1691. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 106 e 107.

¹¹³ *Idem*, p. 107.

porque poupa os descômodos das pessoas a perda da fazenda e a pena que tem de não poderem remediar a menor utilidade deste povo”.¹¹⁴

No ano seguinte, em primeiro de julho de 1692, os camaristas escreveram mais uma carta ao rei sobre o problema da moeda. O texto era mais detalhado e com argumentos mais adequados ao convencimento das figuras de proa do centro metropolitano. O papel começa informando que o governador-geral, por ordem e obediência ao rei, havia publicado a baixa da moeda, como a reforma monetária de 1688 ficou conhecida no Brasil. Em seguida, anunciou que o governador-geral apoiava a demanda colonial por uma solução contra a evasão de dinheiro para o reino, pois “tendo muitas razões para replicar, obedeceu contra o que experimentava e entendia”. O “já atenuado Brasil” é apresentado como a “melhor joia” da Coroa, porém, naquele momento, demandava ser acudido “com o remédio para que de todo se não perca”.¹¹⁵

Exposto o problema inicial, o discurso lança mão de um novo elemento. “Pedem seja Vossa Majestade servido por os olhos no amor e obediência com que sempre o serviram mandando considerar que tirando-nos o sangue na paz, o não teremos para derramar se por pecados houver guerra como muitas vezes fizemos”. Neste trecho o sangue é literal; já apareceu desta maneira em vários papéis desde a guerra contra as Províncias Unidas e sua Companhia das Índias Ocidentais. Mas, da imagem literal, o sangue passa à metáfora: “o sangue, Senhor, que sustenta e anima toda a monarquia é a abundância da moeda”. O dinheiro aparece como o sangue do corpo da monarquia. A imagem orgânica agregava racionalidade às ponderações de variáveis e fatores econômicos e políticos – a linguagem mercantilista penetrava no espaço colonial e era operada por agentes do poder local em suas negociações com a metrópole.

Segundo Lars Magnusson, foi na década de 1620 que as metáforas orgânicas começaram a ser utilizadas por autores ingleses interessados na explicação de processos econômicos.¹¹⁶ A finalidade era dar aos fatores, às variáveis e aos conceitos do pensamento econômico nascente mais coerência e racionalidade, descobrindo suas articulações como se fossem as partes de um organismo.¹¹⁷ A formação dos preços, por

¹¹⁴ *Idem*, p. 107.

¹¹⁵ Carta que escreveu este Senado sobre se acudir com remédio a falta que faz a moeda a esta cidade. Salvador, 1º de julho de 1692. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 114-117.

¹¹⁶ Lars Magnusson. **Mercantilism: the shaping of an economic language**. Londres e Nova York: Routledge, 1994, pp. 214 e 215. “Without doubt the utilisation of this concept was connected with a new mechanical view of the world and society”.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 215. “Without doubt, the rise and spread of this vision of economic society must be connected with a new mechanistic view on man, nature and society which developed simultaneously. This new vision was incorporated in the economic discussions from the 1620s and reached its climax around the turn of the

exemplo, seria o resultado do funcionamento de um mecanismo ou sistema, o mercado, que sedia ao jogo da demanda e da oferta.¹¹⁸ Para Magnusson, um componente de grande importância na revolução mercantilista foi “a visão de que a economia deve ser percebida como um sistema”. Teria sido este o sentido do esforço daqueles pensadores influenciados pela revolução intelectual do século XVII e, particularmente, por Francis Bacon.¹¹⁹

Retornando à carta do Senado ao rei, os oficiais da Câmara da cidade do Salvador acusaram muitos ministros da Coroa de pretender “tirar o sangue dos braços para com ele se acudir a cabeça; pede o assim a razão, e o julgamos conveniente”. Desdobraram a metáfora orgânica, aproximando-a ainda mais da situação em que se encontravam as relações entre Portugal e Brasil, segundo o entendimento dos autores. Dentro do raciocínio proposto, fazia total sentido tirar o sangue dos braços para suprir a falta dele na cabeça. Porém, poucas linhas depois alegaram que a “ruína” do Brasil “não fortifica a cabeça, antes nos parece fica mais enfraquecida”.¹²⁰

Seguindo um dos padrões do mercantilismo do século XVII, o discurso colonial interpôs outra metáfora relacionada aos sistemas da natureza. Antes de aceitar finalmente a conveniência de tirar o “sangue dos braços para com ele acudir a cabeça”,

deve-se primeiro considerar que se faltar o maior rio com a contribuição de suas águas ao mar que não se há de enxergar esta falta; o dinheiro Senhor que tem esta praça não chega a um milhão como se mostra do cunho que há pouco tempo se fez, levado este para o mar de Lisboa não se enxergará e fica de todo seco e inútil e perdido este Estado.¹²¹

O dinheiro que corria no Brasil seria um rio, enquanto o dinheiro que circula em Lisboa é o mar. Secar o maior rio não alterará o mar. Era pouco o dinheiro que havia na colônia, segundo os registros da oficina monetária que funcionava em Salvador (em 1689,

eighteenth century. Through the course of this discussion a common vocabulary was gradually developed. The mercantilistic discourse combined specific questions and viewpoints – many of them inherited from the past – regarding how national wealth and power should be achieved with a new vision of the economic process. The focus was on how trade and manufacture might increase wealth and procure power. Hence it was the mercantile state and its foreign trade and commerce which stood in the forefront in the English mercantilistic discussion”.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 214. “Thus, for example, in the 1620’s discussion Mun and Misselden strongly suggested that demand and supply determined when it became profitable to export Money instead of remitting Exchange bills”.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 214.

¹²⁰ Carta que escreveu este Senado sobre se acudir com remédio a falta que faz a moeda a esta cidade. Salvador, 1º de julho de 1692. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 114 e 115.

¹²¹ *Idem*, p. 115.

720 mil cruzados era o valor das moedas que haviam sido encordoadas¹²²). E sendo ele transferido a Lisboa, não faria diferença na metrópole, mas custaria a perda da colônia. Exposto este raciocínio por meio de metáforas, protestaram tal como no ano anterior: “devem ser ouvidos estes desgraçados vassalos, que não são cridos, nem remediados, por viverem afastados dos reais pés de Vossa Majestade”.

Faltava conhecimento aos ministros que elaboravam a política monetária de Portugal: “a falta de experiência deste Estado faz parecer útil a uns ministros correr a moeda nas conquistas a tostão a oitava, como se observa neste reino, o que é sem dúvida sua total ruína” pois, sem dinheiro, fica sem valor o açúcar e o tabaco. E, se o preço chegar ao ponto de não pagar a despesa da produção, “fica cessando o trato e negócio, e somente isso cresce o prejuízo das rendas das alfândegas de Vossa Majestade”.

Resumidamente, os oficiais apontavam que os elaboradores da política monetária do reino não conseguiam compreender que a diminuição do meio circulante na colônia afetava os preços dos gêneros coloniais (e talvez isto não fosse verdade), que, por sua vez, poderiam deixar de ser produzidos, afetando a arrecadação alfandegária do reino. Na colônia, “os contratadores descerão a menos preço os contratos, e podem brevemente não bastar para pagar as folhas eclesiástica e secular”. A tributação tenderia a ser paga em gêneros coloniais, mas, por falta da moeda, “não podem reduzir nossos frutos a dinheiro”, causando atraso nos pagamentos devidos pelo Estado. Fora as penúrias que passariam os mendicantes pela falta de esmolas, o serviço eclesiástico pela ausência de sacerdotes, e até a Santa Casa de Misericórdia e seu hospital por não conseguirem pagar os capelães e outras despesas.¹²³

Todos estes danos que de presente se padecem, e se esperam maiores para o futuro, e se não podem remediar senão atalhando a causa donde procedem que é a falta de moeda o que que senão poderá executar senão sendo servido Vossa Majestade mandar abrir casa da moeda nesta cidade.¹²⁴

¹²² Consulta do Conselho Ultramarino acerca da publicação da lei da moeda de 4 de agosto de 1688 no Brasil. Lisboa, 20 de dezembro de 1689. **Documentos Históricos**, volume 89, p. 151.

¹²³ Carta que escreveu este Senado sobre se acudir com remédio a falta que faz a moeda a esta cidade. Salvador, 1º de julho de 1692. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 115 e 116.

¹²⁴ *Idem*, p. 116. Nesta carta pediram moeda provincial de ouro, para suprir a falta de prata. Havia ouro na Bahia oriundo da Costa da Mina, fruto do tráfico de gente escravizada.

Entre 1691 e 1692, construiu-se uma grande concertação na Bahia. Os camaristas e o governador-geral melhoraram e afinaram o discurso. A exemplo do padre Vieira,¹²⁵ muita gente influente na cidade deve ter aderido aos esforços de negociação por uma Casa da Moeda em Salvador. Uma série de textos, enviada à metrópole, foi produzida para explicar que a causa dos males coloniais era a falta de dinheiro e havia só uma solução para o problema: a produção de um estoque mínimo de moeda provincial.

Entre estes textos, dois merecem destaque por investirem em argumentos mercantilistas, ou seja, apresentam variáveis político-econômicas articuladas em conjunto e raciocinadas em função dos limites Estado. A saber, a carta de 4 de julho de 1692, escrita por Câmara Coutinho endereçada à coroa, e o protesto da nobreza de 28 de julho de 1693, encaminhado aos oficiais da Câmara para envio ao rei.

O mercantilismo na Bahia e a negociação pela provincial

Antes de entrar na discussão dos documentos acima apontados, caberia lembrar que, entre os processos de negociação mais pesados, empreendidos pela Câmara junto à Coroa na segunda metade do século XVII, o da moeda provincial é o que apresenta mais nitidamente um elemento chave: a adesão do governador-geral à demanda colonial. Nenhum outro governador apoiou a demanda pela moeda provincial como fez Câmara Coutinho. Teve todo o cuidado para publicar a reforma em 1691, às vésperas da partida da frota, a fim de não prejudicar os negócios da praça e a arrecadação da Fazenda Real, e, nos meses seguintes, passou a apoiar incisivamente a proposta monetária da elite baiana.

Cerca de um ano após a imposição da lei de 1688, que obrigava as moedas cerceadas da colônia a circular pelo peso, na razão de 100 réis por oitava, o governador-geral assinava uma longa carta em defesa de uma moeda provincial para o Brasil. Estava convencido de que o agravamento dos problemas econômicos, que testemunhava na Bahia, tinha uma especial causa: a falta de dinheiro. A moeda provincial seria o remédio para garantir às praças da colônia e ao aparelho estatal metropolitano na América um volume mínimo de dinheiro imune a movimentos de evasão violentos, como o que havia ocorrido com as patacas nos últimos anos.

¹²⁵ Carta a Cristóvão de Almada. Salvador, 8 de julho de 1692. Antônio Vieira. **Cartas**, volume 3, pp. 663. “Este remédio [a moeda provincial], que agora se propõe, é um dos grandes acertos do senhor almotacel-mor [governador-geral Câmara Coutinho], que relatei a vossa senhoria”.

O segundo parágrafo do papel compara dinheiro a sangue e o Estado a um organismo, que do sangue se nutre e depende. Além de sangue, o dinheiro também é nervo vital do corpo político. Conforme o dicionário de Raphael Bluteau, os nevos “nascem do cérebro e da espinal medula”, estão “pegados às partes sensitivas e moventes” e servem para “levar os espíritos animais às partes, para com sua influência ordinária e continuada alimenta-las, e com outra influência (a que chamam determinação) mover as partes destinadas, e imprimir nelas sentimento mais vivo”.¹²⁶ O dinheiro também está ligado às partes moventes e sensitivas do corpo político, que por ele se ligam ao centro (“cérebro e espinal medula”); pelo dinheiro são transmitidas as influências que alimentam, movem e dão vida às partes. Como já foi apontado, este tipo de discurso era marca do pensamento mercantilista do século XVII.

Toda opressão, Senhor, e ruína que se teme nasce da falta de dinheiro, que é aquele nervo vital do corpo político, ou o sangue dele, que derivando-se e correndo pelas veias deste corpo o anima e lhe dá forças; e do contrário, como sucede no corpo natural, desmaia e enfraquece não só quanto às partes principais, e que animam as outras, se não quanto os membros, que são aqueles cujas operações tomam seu valor, e eficácia as superiores; sendo certo que são muito mais generosas e muito melhor reputadas, e ainda temidas as resoluções daquele Príncipe, República ou Estado aonde sobre o Erário, que as daquela onde totalmente falto o dinheiro.¹²⁷

Com a falta de dinheiro, por correrem as moedas a peso e pelo mesmo valor que circulam no reino, ocorrerá “a ruína fatal e iminente de tão vastíssimo corpo”, que “desmaia e enfraquece”. Na opinião do governador, possivelmente, eram justas as razões e ponderações dos ministros da Coroa, “que lá de longe”, entenderam que a lei de 1688 devia valer no Brasil como em Portugal. Contudo, sua experiência mostrara o contrário, pois correndo as moedas apenas pelo valor intrínseco, sendo este igual ao do reino e estando os gêneros coloniais desvalorizados, “se começou a levar de todo este Estado para este reino irreparavelmente”. O comércio se prejudicava, assim como a Fazenda Real, que tem “tão grandes dispêndios com as duas folhas eclesiástica e secular”.¹²⁸

Após a apresentação geral da situação, o governador-geral apontou as três causas da falta de dinheiro na Bahia. A primeira era a baixa da moeda: as maiores de prata, que corriam a 640 e 800 réis, foram reduzidas pela lei a 100 réis por oitava. A segunda era a

¹²⁶ Raphael Bluteau. **Vocabulário portuguez e latino**. [Lisboa, 1712]. Hildesheim, Zurique e Nova York: Gerog Olms Verlag, 2002, volume 5, p. 712.

¹²⁷ Carta do governador-geral Câmara Coutinho ao Rei. Salvador, 4 de julho de 1692. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 57, p. 147.

¹²⁸ *Idem*, p. 148.

preferência pela liquidez devido às dificuldades econômicas e o desinteresse pelo açúcar: para o comerciante, era melhor levar o dinheiro, que tinha o mesmo valor dos dois lados do Atlântico, do que gêneros coloniais. A terceira eram as remessas de dinheiro do Brasil para Portugal: custos judiciais, dotes para mulheres que casam no reino, transferência de patrimônio de servidores do Estado e de comerciantes.¹²⁹

Os danos, que eram as consequências da falta de moeda, seriam seis. O primeiro: “que faltando a moeda se abaterão forçosamente de todo os açúcares por falta de haver com que se comprem, e do mesmo modo sucederá aos outros gêneros de negócio do Brasil”.¹³⁰ Este curto enunciado tem como pressuposto a teoria quantitativa da moeda, um avanço significativo do pensamento econômico desenvolvido desde o século XVI, em que o fator monetário aparece como ingrediente dinâmico na formação dos preços: se há mais dinheiro em circulação, os preços das mercadorias tendem a subir; se há menos dinheiro, os preços tendem a cair.

Para esclarecer a importância da circulação do dinheiro no pensamento econômico da época, vale reler um trecho do mais destacado autor mercantilista português do século XVII, Duarte Ribeiro de Macedo, que, em 1675, escreveu o seguinte:

O dinheiro nos reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo de alimentar todas as partes dele; e para o alimentar anda em uma perpétua circulação, de sorte que não para senão com a inteira ruína do corpo. Isto mesmo faz o dinheiro: faz que saia das mãos dos pobres a necessidade – o apetite e vaidade dos ricos. Pelas artes passa aos mercadores; dos mercadores a todo o gênero de ofícios e mãos por onde correm os materiais que põe em obra a arte; destas mãos às dos lavradores, pelo preço dos frutos da terra para sustento de todos; dos lavradores aos senhores das fazendas; e das mãos de todos, pelos tributos, ao patrimônio real. Deste sai outra vez pelos ordenados, tenças, sustento de soldados, armas, fábrica de naus, de edifícios, de fortificações etc. Quando esta circulação do dinheiro se faz no reino serve de alimentar o reino; mas, quando sai do reino, faz nele a mesma falta que o sangue quando sai do corpo.¹³¹

O segundo dano era a queda da produção de açúcar e outras mercadorias: muitos estariam endividados e “brevemente” não poderiam mais manter seus engenhos. O terceiro dano era o aumento dos custos de produção do açúcar no Brasil, pois com o levantamento da moeda, os preços teriam subido na metrópole e ficado ainda mais caros na colônia; paralelamente, subiu também o custo da mão de obra e de itens como caixas,

¹²⁹ *Idem*, pp. 148 e 149.

¹³⁰ *Idem*, p. 150. Sobre a História da teoria quantitativa da moeda e seu impacto na formação do pensamento econômico, consultar: Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia**, pp. 225-229, e Eli Heckscher. **La época mercantilista**, pp. 667-671.

¹³¹ Duarte Ribeiro de Macedo. “Sobre a introdução das artes”. In: António Sérgio. **Antologia dos economistas portugueses**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, pp. 293 e 294.

lenha, bois, cavalos, telhas etc. O quarto dano era “que não moendo os engenhos, ou a maior parte deles, perderão as alfândegas de Vossa Majestade um dos maiores lucros que tem a sua Real Fazenda”. O quinto era a falta de interessados nos contratos, por falta de dinheiro dos lançadores ou da própria praça, que não poderá remunerar o contratador: a renda dos dízimos já tinha caído dos 120 mil cruzados, arrecadados em anos anteriores, para 80 mil. O sexto dano era a impossibilidade de honrar as folhas de pagamento devido à queda na arrecadação: declinando o valor dos contratos, haveria prejuízo ao serviço do rei e aos serviços eclesiásticos; à Câmara do Salvador, logo não seria mais possível sustentar a infantaria.¹³²

Segundo Câmara Coutinho, só a moeda provincial seria o remédio “mais eficaz” para “suavemente” evitar tais danos ao Brasil e, principalmente, à Fazenda Real. O governador-geral propôs a produção de dois milhões de cruzados, em prata e ouro, para as principais capitanias e suas anexas: um milhão para a Bahia, seiscentos mil para Pernambuco e quatrocentos mil para o Rio de Janeiro. A unidade de conta deveria ser desvalorizada o quanto fosse necessário para que as moedas não saíssem da colônia, sendo punidos os que as remetessem para fora do Brasil e os ourives que lavrassem a prata e o ouro delas. Sobre este levantamento, propôs que fosse de 20%, ficando 15 para os particulares e 5 para a Real Fazenda. Logo após a cunhagem dos dois milhões de cruzados, mais trinta mil em moeda miúda, a fábrica encerraria seus trabalhos.¹³³

Concluindo seu papel, o governador-geral alertou ao rei que sua proposta poderia sofrer resistência entre ministros e homens de negócio, “por lhes parecer que com ele se dará algum golpe em seus próprios interesses”. Seriam pessoas ligadas a mercadores que pretendiam comprar o desvalorizado açúcar na Bahia para ganhar no mercado europeu, onde os preços do gênero já apresentavam recuperação? Ou gente que ficaria insatisfeita por receber menos prata pelas mercadorias que mandava ao Brasil? Ambos, possivelmente. “Mas Vossa Majestade deve considerar com Deus e consigo mesmo se é mais conveniente dar-se algum corte pelos interesses particulares, ou de guardar e deixar

¹³² Carta do governador-geral Câmara Coutinho ao Rei. Salvador, 4 de julho de 1692. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 57, p. 151.

¹³³ *Idem*, pp. 151 e 152. Poucos meses depois de escrita esta carta, o juiz do povo e os misteres apresentaram um requerimento aos oficiais da Câmara em que pediam a limitação e o controle rígido da atividade dos ourives, que derretiam moedas para lavar peças de prata que seriam enviadas para Angola. Requerimento que fez o juiz do povo e misteres sobre a moeda e prata. Salvador, 31 de janeiro de 1693. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 202-207. Logo, os camaristas decidiram tentar controlar a produção dos ourives por meio de registros camarários: Termo de vereação e de acrescentamento de nova postura. Salvador, 23 de fevereiro de 1693. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 212 e 213.

ir precipitando-se a ruína de um tão grande Estado”.¹³⁴

No ano seguinte, a resposta do rei à longa carta do governador-geral deve ter frustrado muitas expectativas. Um pequeno alento somente: a promessa de enviar moedas miúdas na próxima frota.¹³⁵ Câmara Coutinho não desistiu e sinalizou à Coroa com ouro da Mina: segundo o governador, chegavam da África anualmente mais de 60 mil cruzados em metal amarelo e, se houvesse uma casa da moeda na Bahia para amoedar o ouro, tais moedas poderiam passar ao reino, porque ao Brasil bastaria a provincial.¹³⁶

Entre as cartas enviadas em 1693 pelos oficiais da Câmara da cidade do Salvador ao rei, o mais longo discurso foi um protesto assinado por alguns dos principais da elite baiana, entregue aos oficiais da Câmara da cidade do Salvador “para fazer presente a Sua Majestade”, de quem se esperava uma solução para o problema da moeda com a devida “brevidade que pede tão violenta causa pois em qualquer dilação, ou se dificulta, ou se impossibilita”.¹³⁷

A primeira parte do documento consiste em dez capítulos, enumerados ordinariamente. O primeiro apresenta as dificuldades que a açucarcracia vinha enfrentando nas últimas décadas. Após a longa e dispendiosa guerra contra os holandeses, o Brasil passou a pagar o Donativo do dote e paz: 1.280.000 cruzados “que quase têm pago”. Além disso, a Bahia teria ficado enfraquecida com o sustento da infantaria, que levava mais cinquenta mil cruzados anualmente. Também foi prejudicada “pelas intemperanças de seu natural clima”. Para completar o quadro desalentador, houve “diminuição do preço dos açúcares depois que toda a Europa se deu à cultura deste gênero”. “Enfim, pela natural propensão com que todas as exaltações do mundo buscam a sua declinação”.¹³⁸

¹³⁴ Carta do governador-geral Câmara Coutinho ao Rei. Salvador, 4 de julho de 1692. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 57, p. 153.

¹³⁵ Carta régia ao governador do Estado do Brasil acerca da carta enviada por este em 4 de julho de 1692. Lisboa, 23 de fevereiro de 1693. Accioli e Braz do Amaral. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**, volume 2. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925, p. 269.

¹³⁶ Fernando C. G. C. Lima. “A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”, pp. 399-401. O autor apresentou um diagnóstico das propostas do governador e destacou o seguinte trecho retirado dos **Documentos Históricos**, volume 38, 1937, pp. 151-153: “Porque como o ouro é coisa que entra neste Estado todos os anos da Costa da Mina cinquenta e sessenta mil cruzados, não parecia razão que fazendo-se dele moeda provincial fique toda neste sem ter conta de passar a esse Reino [...]; porque desta sorte servirá destas partes, enquanto não a levarem, e depois passará ao Reino e desta maneira não ficará desta banda todo o ouro empatado, sem fazer conta para poder passar a esse Reino que também necessita ter muita moeda”. Ainda sobre este ponto, ver Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo Foios Pereira. Salvador, 30 de julho de 1693. Biblioteca da Ajuda. cód. 51-V-42 Fl. 42v.

¹³⁷ Protesta da nobreza da cidade da Bahia ao Senado da Câmara, para a fazer presente a S. Majestade. Bahia, 28 de julho de 1693. **Cartas do Senado**, volume 4, pp. 9 e 10.

¹³⁸ *Idem*, p. 3.

No segundo capítulo, a nobreza colonial dos engenhos destacou os problemas monetários em Portugal, que teria obrigado a Coroa a “dissimular [...] e mandou que corresse a moeda que chegasse a quatro oitavas e meia por preço de seiscentos réis”. No terceiro, explicou-se que, pela continuidade do crime de cerceio, o rei mandou fundir em moedas novas todo o dinheiro cerceado que circulava no reino. Ao Brasil, diz o quarto capítulo, foi concedido levantar os selos de 6,5 oitavas ou mais a ao valor 640 réis, e os meios selos, com um mínimo de 3,5 oitavas, a 320 réis.¹³⁹

O quinto capítulo apresenta um ingrediente que ainda não havia entrado nas murmurações dos camaristas: “principalmente, a Junta de comércio [...] fez ganância de encher o Brasil de moeda cerceada de quatro oitavas e meia”. Segundo os autores do papel, os mercadores portugueses lucraram muito injetando dinheiro cerceado no Brasil, onde moedas de 4,5 oitavas corriam por 640 réis. Na colônia, ao invés de rechaçar a “pestífera moeda”, pensou-se “que tinha conseguido uma moeda provincial, que se lhe não havia de tirar, fiando-se nas ordens reais para a segurança desta sua esperada consciência”.¹⁴⁰

Esta é uma das passagens mais interessantes do documento, pois retrata como, na prática, existiu na Bahia e no Brasil um precário sistema de moeda provincial. O combate ao cerceio em Portugal atraiu para a colônia o dinheiro raspado dos mercadores portugueses, cuja circulação passava a ser proibida no reino. A prata amoedada que circulava nas praças do Brasil estava supervalorizada pelo cerceio, de modo a valer no espaço colonial muito mais do que nas praças do reino, fato que a fazia resistente à evasão monetária. Em contrapartida, as boas moedas de 6,5 ou de 7 oitavas para cima eram levadas pelos navios da frota ou entesouradas, pois, por proibição da metrópole, não poderiam correr com valor acima dos mesmos 640 réis que as mais cerceadas valiam. O comportamento do dinheiro obedecia à velha máxima: “a moeda má expulsa a boa”.

O sexto é o capítulo da reforma monetária de 1688. “Porém, por ocultos princípios que não devemos vassalos perguntar as Majestades! foi servido brevemente mandar [...] que corresse toda a moeda de selos pelo que tivessem a respeito de tostão a oitava”. Câmara Coutinho foi mais direto nesta questão, escrevendo claramente que ministros e homens de negócio se oporiam à proposta de uma moeda provincial para o Brasil, isto é, havia gente poderosa e rica na metrópole interessada em drenar o dinheiro da colônia. Possivelmente, foram os mesmos interesses que pressionaram pela aplicação da lei de

¹³⁹ *Idem*, pp. 3 e 4.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 4.

1688 ao Brasil, pois esta questão ainda não estava claramente definida em 1689, como se pode ler no parecer do procurador da Coroa acerca da alteração da moeda em Salvador.¹⁴¹

O fato é que, com a reforma de 1688 publicada e valendo, o sistema de moeda provincial que, na prática, havia na colônia foi extinto, pois a grande maioria das moedas passou a circular por peso, com o mesmo valor que correria no reino se lá estivesse. Escancarava, assim, a porta da evasão monetária. A explicação desse processo, tantas vezes repetida, seria mais uma vez apresentada no capítulo sétimo: “valendo a moeda no Brasil a cem réis por oitava, que era o mesmo que valia em Portugal, se havia de levar toda, por quanto tinha nisso mais lucro o negócio, que em levar o açúcar, gênero em que já então se ganhava pouco nas dilações das vendas e cobranças”. Então, o povo “recorreu com clamores à Câmara, mostrando com o devido respeito aos decretos reais, o dano que se seguia deles a todo o Estado”. Invalidado o sistema provincial que vigorava informalmente, os baianos, que se viram desfalcados de boa parte de suas melhores moedas, passavam também a sofrer a perda das piores. Portanto, para não “tomar novas forças a ruína”, entenderam que “se devia levantar a moeda”.

O assunto do capítulo oitavo versa sobre a consequência da imposição da lei de 1688 no espaço colonial. A “miséria em que o Brasil está posto” aumentou pela perda de “quantidade grande de cabedal” devido à baixa da moeda. O nono capítulo vaticinou: o Brasil “se vê arruinado e continuando-se este dano se verá de todo destruído”. O décimo capítulo, como se fosse uma lição aprendida com Duarte Ribeiro de Macedo, defendeu a importância da moeda e ressaltou os danos causados pela evasão monetária:

é a moeda instrumentos dos contratos, a alma do negócio, o meio de se adquirirem as riquezas, e conservarem os cabedais, mostra-se esta verdade, a experiência de todas as cidades do mundo que cresceram ou diminuíram na opulência não nos é necessário recorrer à memória aos sucessos dos estranhos quando estão vendo os nossos olhos na Bahia: floresceu na riqueza, na abundância, no comércio enquanto teve dinheiro e hoje que o não tem, está pobre, penuriosa, e sem negócio.¹⁴²

No espaço colonial, o discurso mercantilista estava em um de seus lugares privilegiados. A colonização foi, em grande medida, produto da aplicação de políticas mercantilistas. Para muitos moradores e autoridades era nítida a relação entre produção agroexportadora e arrecadação fiscal, desde o século XVI, quando foi dado aos engenhos

¹⁴¹ Consulta do Conselho Ultramarino acerca da publicação da lei da moeda de 4 de agosto de 1688 no Brasil. Lisboa, 20 de dezembro de 1689. **Documentos Históricos**. volume 89, p. 151.

¹⁴² *Idem*, p. 5.

recém fundados o privilégio de não pagarem dízimos por dez anos. No século XVII, a legislação protecionista da fabricação de açúcar visava a manutenção do Estado, e expressava uma consciência que nos permite designá-la como uma clara política econômica.

O protesto da nobreza dos engenhos mostra a assimilação de ideias mercantilistas, aprendidas na Europa ou nas praças comerciais da América, por conversas, cartas e pela observação do andamento dos negócios. Emerge no texto um mercantilismo sofisticado, em que a moeda não está identificada à riqueza, mas aparece como instrumento dinâmico de sua formação e preservação.

A crise açucareira e monetária obrigou o discurso dos homens coloniais a dar um salto notável: abandonaram aos poucos as petições apelativas, em que faziam uso da imagem moralmente dramática das mulheres perdendo os brincos e as viúvas as saias, para embrenharem-se mais profundamente pelas racionalizações com elementos político-econômicos. Parte integrante do protesto da nobreza, o seguimento de texto apresentado a seguir é um discurso mercantilista sobre a moeda aplicado à situação econômica da Bahia.

Segundo os signatários do papel, o negócio na Bahia declinou porque “as fazendas que vieram nesta frota, se venderam a vinte por cento menos da carregação, outras ficando empatadas, outras se venderam fiadas para tarde se pagarem. Pararam os negócios que se costumavam fazer”. A falta de dinheiro também afetava gravemente o setor mercantil, pois, se naqueles anos os mercadores preferiam receber em dinheiro, levando para Portugal a menor quantidade possível de açúcar, ultimamente teriam passado a receber menos moedas pelas suas fazendas devido ao estreitamento do meio circulante na Bahia – “porque não houve para giro, dinheiro nem a risco, nem seguro”. Não recebendo em dinheiro pelo açúcar, os senhores não poderiam pagar seus fornecimentos em moeda aos mercadores. As remessas em espécie, que os comissários enviavam à metrópole, estavam “limitadas”.

Do lado da produção, os engenhos já não conseguiam arcar com todos os fornecimentos que exigiam pagamento em dinheiro, “porque se não dão fiados”. Mão de obra escravizada, jornais por trabalho livre, animais, caixas, lenha, formas, tijolos, consertos de barcos (“caros”, segundo o documento) e outras despesas só se pagavam em dinheiro, “e como este falta na quantia necessária, hoje não se fornecem os engenhos

como devem, e fazem pouco açúcar, e brevemente nem esse pouco poderão fazer”. E como “todos dependem do açúcar”, os negócios e os contratos “vão faltando”.¹⁴³

Com a falta de dinheiro e dos pagamentos, e com o declínio da produção e dos negócios, o endividamento aumentaria até que “enfadam-se os credores, fervem as demandas, as trapças, as execuções, e brevemente este fantástico corpo composto de cabedais alheios se verá despido das aparências e reduzido a cinzas do que foi”. Nas execuções de dívidas, propriedades estariam sendo arrematadas por menos da metade do que valiam, e o lance ainda era pago em arrastadas prestações anuais. Pela escassez monetária, a Relação decidira que não poderia vigorar no Brasil a lei que mandava pagar à vista bens arrematados em execuções.

Antes de passar às propostas de solução do problema, os autores do papel concluem que, se os danos da falta da moeda não fossem atalhados, logo faltariam os pagamentos dos contratos da Câmara e da Fazenda Real na América – “finalmente perecerá o Brasil por todas estas consequências nascidas da falta da moeda”. Na Europa, a Coroa sofreria pesadas consequências pelo enfraquecimento dos negócios, “pois por boas contas de três frotas de Brasil, mais de uma pertence a Sua Majestade”.

Àquela altura, não seria mais suficiente levantar a moeda no Brasil, pois esta medida não reporia a quantidade necessária para o funcionamento do comércio. A transferência de moedas de Portugal para o Brasil não resolveria o problema, pois não haveria como impedir o retorno do dito dinheiro para o reino, além de ser uma operação arriscada e demorada. A única solução concreta seria instalar no Brasil uma casa da moeda provincial.¹⁴⁴

A proposta de amoedação de provinciais na colônia é próxima à de Câmara Coutinho, apresentada um ano antes na carta de 4 de julho de 1692. A prata da moeda provincial do Brasil deveria valer 20% a mais do que a prata amoedada que corria em Portugal. Além do dinheiro de prata, seria necessário fundir o ouro oriundo de São Paulo e da Costa da Mina para fabricar moedas provinciais, pois as de prata não bastariam aos tratos do Brasil.¹⁴⁵

Entenderam os autores do papel que, se os moradores recebessem 7 mil réis por marco de prata, “se irá fundir toda a moeda da terra”. Além das peças lavradas pelos prateiros e ourives, as moedas que corriam nas praças do Brasil e as que estavam

¹⁴³ *Idem*, p. 6.

¹⁴⁴ *Idem*, pp. 7 e 8.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 8.

entesouradas eram a matéria-prima para as moedas provinciais de prata, cuja quantidade julgavam insuficiente. Era necessário fundir todo metal argênteo possível e, para tanto, propuseram o valor de 7 mil réis por marco de prata amoedada entregue pelos particulares. Correndo a 100 réis por oitava, um marco em patacas valia 6.400 réis. O ganho em valor extrínseco dos particulares seria de pouco mais de 9,3%. A perda do valor intrínseco, ou seja, a perda em prata dos particulares na troca das patacas cerceadas pelas novas moedas provinciais seria de aproximadamente 10%.¹⁴⁶

Propuseram uma produção monetária de 1.200.000 cruzados só para a Bahia; Câmara Coutinho considerava que um milhão era o suficiente. Sobre este ponto, segundo o papel da nobreza, “a regra assentada é que a terra, para se tratar com opulência, há de ter em si dobrada moeda do que rende os seus frutos, e para poder conservar trato suficientemente há de igualar ao menos a moeda aos seus frutos”.¹⁴⁷ A citação de uma tal “regra assentada” mostra que houve na Bahia quem estudasse o assunto. Este problema foi objeto de reflexão de muitos autores mercantilistas: Jean-Baptiste Colbert concluiu que o meio circulante deve ser três vezes maior do que a arrecadação fiscal.¹⁴⁸ Richard Cantillon, em 1730, pensava que o meio circulante devia valer a nona parte da produção agrícola, que, segundo suas estimativas, corresponderia a um terço dos rendimentos dos proprietários.¹⁴⁹

Uma das preocupações que o levantamento de moeda sempre causava era o efeito inflacionário. Nas discussões da reforma monetária de 1688, seguindo opinião comum entre os autores mercantilistas do século XVII, o conde da Ericeira afirmou que um aumento de preços em Portugal seria até benéfico para a produção, particularmente, a de alimentos.¹⁵⁰ Na Bahia, a possível inflação a ser causada pela moeda provincial também apareceu no papel da nobreza, a qual não via mal no aumento de preços se os negócios fossem reativados.

Bem conhece o Brasil que do remédio proposto de se lhe conceder moeda provincial com vinte por cento mais do valor extrínseco lhe pode resultar o dano de crescerem os preços dos gêneros e fazendas, mas é tão urgente a

¹⁴⁶ Protesta da nobreza da cidade da Bahia ao Senado da Câmara, para a fazer presente a S. Majestade. Bahia, 28 de julho de 1693. **Cartas do Senado**, volume 4, p. 8.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 9.

¹⁴⁸ Jean-Baptiste Colbert. **Lettres**, tomo VII, *Apud* Eli Heckscher. **La epoca mercantilista**, pp. 492 e 652.

¹⁴⁹ Richard Cantillon. **Ensayo sobre la naturaleza del comercio en general**. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1950, pp. 88 e 98.

¹⁵⁰ Papel do conde Luiz de Menezes sobre se levantar a moeda de 2 de julho de 1688. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 748 (MF 7159) fl. 266.

necessidade da falta da moeda que pesando um dano com outro, acham que lhe é menos prejudicial a carestia dos gêneros do que a total ruína por falta de negócio.¹⁵¹

Pouco mais de sete meses depois de assinado o documento acima apresentado, dom Pedro II assinou a lei de 8 de março de 1694, mandando instalar uma casa da moeda no Brasil para produção de moedas provinciais. A carta de 4 de julho de 1692, escrita pelo governador-geral, e o protesto de 28 de julho de 1693, escrito por notáveis expoentes da elite baiana,¹⁵² certamente, foram importantes para o sucesso colonial nesta negociação. Ainda que não convencessem por si sós os homens do governo na metrópole, sua argumentação de estilo mercantilista deve ter pautado boa parte da defesa da moeda provincial que os procuradores da Bahia fizeram em Lisboa.¹⁵³

O texto da lei menciona, de modo geral, representações do governador-geral, dos govenadores das capitanias, de câmaras municipais, do cabido, e da nobreza das cidades do Brasil. A Coroa procurava resolver a “falta de moeda, a qual era excessiva, que não tinham os moradores daquele Estado com que comprarem os gêneros necessários para o seu sustento e uso”. Se o sustento e uso dos moradores do Brasil aparecia como a primeira razão da lei, a queda da arrecadação fiscal vem logo em seguida: “por cuja causa haviam baixado tanto as rendas Reais, e todas as contribuições, que nem os filhos da folha eclesiástica e secular, nem os presídios, podiam ser pagos”.¹⁵⁴ Exatamente como se relatou em muitas cartas que o Senado enviou ao rei nos anos da crise, de fato, o valor do contrato dos dízimos estava em sensível declínio nos primeiros anos da década de 1690.¹⁵⁵

Em um certo trecho, o texto da lei é quase uma reprodução de algumas linhas da carta do governador-geral.

[à] falta da moeda se poderia dar remédio conveniente, levantando-se a moeda, e mandando-se lavrar provincial na cidade da Bahia; porque, só sendo fabricada com maior valor e diferente cunho, proibindo-se a sua extração com

¹⁵¹ Protesta da nobreza da cidade da Bahia ao Senado da Câmara, para a fazer presente a S. Majestade. Bahia, 28 de julho de 1693. **Cartas do Senado**, volume 4, p. 9.

¹⁵² Entre os signatários, Sebastião da Rocha Pita, João Peixoto Viegas, Sebastião de Brito de Castro, Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque são nomes que em algum momento foram citados nas páginas deste estudo.

¹⁵³ Pedro Calmon. “O padre Vieira e a moeda provincial”. **Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira**. Volume 1. São Paulo: Salles Oliveira e Cia, 1937, p. 444.

¹⁵⁴ Carta de lei da criação da casa da moeda na Bahia e levantamento do marco de prata e ouro. Lisboa, 8 de março de 1694. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**, pp. 345 e 346.

¹⁵⁵ Angelo A Carrara. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p. 126.

graves penas, se poderia conservar a moeda no Estado do Brasil, sem que se trouxesse para este reino, como experiência tem mostrado.¹⁵⁶

O rei relatou que recolheu pareceres e informações acerca de “tantos prejuízos que naquele Estado se padeciam com a falta da moeda” e acabou se conformando em atender ao pedido das representações coloniais: “que na cidade da Bahia se abra casa da moeda, para se lavrar nela com novo cunho, para que, ficando provincial, haja de correr somente naquele Estado [...] que esta moeda não se tire para parte alguma fora daquele Estado”.

Em meados de 1694, dom João Lancastre chegou na Bahia como governador-geral do Brasil. Uma de suas tarefas era fundar a casa da moeda, acontecimento que foi celebrado pelo padre Antônio Vieira: “Chegou o senhor dom João Lancastre [...] pagando Deus aos lavradores a esterilidade do ano em tão melhorada moeda. A casa dela fica já em muito boa altura, com que o trato civil desta república, que até agora parecia de bárbaros, começará a ser político”.¹⁵⁷ Os camaristas agradeceram pela casa da moeda em carta datada de 30 de julho de 1694: “todo o Brasil deve reconhecer humildemente agradecido a Vossa Majestade”¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Carta de lei da criação da casa da moeda na Bahia e levantamento do marco de prata e ouro. Lisboa, 8 de março de 1694. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa: 1683-1700**, p. 346.

¹⁵⁷ Carta ao duque do Cadaval. Salvador, 24 de julho de 1694. Antônio Vieira. **Cartas**, volume 3, pp. 676 e 677.

¹⁵⁸ Registro de uma carta sobre o agradecimento que este Senado dá a Sua Majestade da concepção da Casa da Moeda. Bahia, 30 de julho de 1694. **Cartas do Senado**, volume 4, p. 42.

Capítulo 5 – O negócio do açúcar

Após a Restauração, envolvido em uma pesada guerra contra Espanha, Portugal negociou e assinou alguns importantes tratados diplomáticos com outras potências europeias. Estes diplomas são úteis para afinar o entendimento sobre a importância do Brasil para Portugal e a forma que a Coroa portuguesa compreendia sua conquista americana. O exclusivo comercial metropolitano foi alvo de acirrada disputa quando das discussões para assinatura dos acordos com Inglaterra e Holanda. Dividir com estrangeiros a exploração do comércio com Salvador, Recife e Rio de Janeiro não era algo que se aceitasse sem relutância.¹

Em plena guerra contra a Espanha, interessava ao Estado português resolver outros conflitos e arregimentar aliados poderosos a fim de enfrentar o adversário ibérico. Para tanto, cedeu aos holandeses e ingleses a permissão de comerciar com o Brasil, contanto que os navios passassem por Lisboa, na ida e na volta, para tirarem as devidas licenças e pagarem impostos. Estas cobranças dificultavam o acesso de estrangeiros à colônia,² diminuindo os lucros dos “intrusos”.³

Em meio às tratativas com a Holanda, em 1648, ventilou-se a proposta de ceder Pernambuco aos holandeses, o que provocou protestos em Portugal. Em reunião do Conselho da Fazenda, um dos participantes vociferou contra a proposta entreguista: “o nervo deste reino são suas conquistas, porque delas depende o comércio, com que

¹ Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017. E Pablo O. Mont Serrath. **O império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)**. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2013, pp. 86 e seguintes. Nesta breve discussão acerca do lugar do Brasil na política externa portuguesa, estes textos foram tomados como referência por apresentarem abordagens alinhadas com o conceito de sistema colonial do mercantilismo.

² Evaldo Cabral de Mello. **O negócio do Brasil: os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 216. “tirar com uma mão o que se dera com a outra”: eis a expressão utilizada pelo autor para representar as formas pelas quais Portugal procurou contornar as concessões feitas nos tratados internacionais.

³ Pablo Mont Serrath. **O Império Português no Atlântico**, pp. 94-98. Complicações e exigências eram impostas aos navios estrangeiros que se arriscavam a fazer comércio no Brasil.

engrossam os vassalos [...] não há dúvida de que sem o comércio e conquistas se não poderá hoje sustentar sem grandes misérias [...] o comércio do reino se atenuará por lhe faltar o nervo que são os açúcares”.⁴

O uso do termo “nervo” remete a uma concepção orgânica e ressalta a importância da conquista e a relevância da principal mercadoria colonial, o açúcar, enquadrando estes elementos num sistema maior, que depende das partes para funcionar. Abrir mão das partes seria danoso ao funcionamento do sistema como um todo, assim como seria danoso para Portugal a perda de Pernambuco e de seu açúcar (o nervo no discurso). Tais metáforas, aplicadas a problemas econômicos (no caso, o sustento do reino por meio do comércio das conquistas), são características da linguagem e do pensamento mercantilistas⁵ que estavam a penetrar em Portugal nas décadas posteriores à Restauração.⁶

No mesmo debate, outro participante da reunião alegou que, abrindo mão das suas conquistas, Portugal “ficaria de todo exausto e reduzido a uma inútil e miserável província, qual se fora Galícia, pois com a falta das drogas do Brasil é força que falte a opulência do comércio”. O autor deste discurso é António de Sousa de Macedo, que foi diplomata português na Inglaterra na década de 1640. Ainda em 1648, sobre a possibilidade de ceder aos ingleses o direito de fazerem comércio no Brasil, ele sentenciou: “conceder-lhes nisto qualquer coisa será a nossa destruição, porque metendo um pé hão de meter todo o corpo, sem que lho possamos estorvar”.⁷ Através do comércio, visto como uma das dimensões da guerra,⁸ uma potência mais forte poderia tomar para si a conquista de outra.

⁴ Resposta do Dr. Pedro Fernandes Monteiro (1648). Biblioteca Nacional de Portugal. Códice 1570, fls. 125 e 133, *Apud* Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados...”, p. 12. Sobre a produção de açúcar e as conjunturas de seu comércio, consultar Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. Bauru: Edusc, p. 2003.

⁵ Lars Magnusson. **Mercantilism: the shaping of an economic language**. Londres e Nova York: Routledge, 1994, pp. 214 e 215.

⁶ Carl Hanson. **Economia e sociedade em Portugal barroco (1668-1703)**. Lisboa: Dom Quixote, 1986, pp. 125-157 e 179-203.

⁷ Resposta e resolução dos tribunais sobre o negócio de Holanda, 1650. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 1459, fl. 102, e Parecer que El rei me mandou que desse sobre a instrução que o conde Camareiro mor havia de levar quando foi por embaixador à Inglaterra. s/d Biblioteca da Ajuda, Códice 51-VI-34, fl. 219, *Apud* Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados...”, pp. 13 e 15, respectivamente.

⁸ Eli Heckscher. **La epoca mercantilista: historia de la organizacion y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la sociedad liberal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, pp. 464 e 465.

Estas manifestações, sobre reservar o comércio⁹ do Brasil para os vassalos portugueses, aparecem com mais força no contexto em que os tratados eram discutidos. Não são apenas declarações explícitas acerca da vantagem do exclusivo metropolitano, mas trata-se também do interesse das maiores potências marítimas da Europa em aumentar sua participação nos ganhos auferidos no negócio do açúcar.

As circunstâncias que levaram Portugal a abrir brechas sobre suas prerrogativas de metrópole do Brasil, em benefício da Inglaterra e, também, a favor da Holanda, apontam para a importância do problema. Sob pressão, em 1656, dom João IV ratificou um tratado com a Inglaterra que, de fato, significou certo recuo no exclusivo. A esquadra da *Commonwealth* estava estacionada próximo a Lisboa e um ataque era iminente. Sem condições de bloquear a agressão inglesa, metido em duras tratativas com a Holanda e em plena guerra de Restauração contra Espanha, Portugal corria o risco de colapsar. Dom João IV, sem alternativas, assinou um tratado concedendo liberdade religiosa aos ingleses em Portugal e, pela primeira vez, desde o final do século XVI, o acesso de estrangeiros às praças do Brasil foi permitido. Para Portugal, o recuo no exclusivo valia a solução de um impasse que colocava em jogo sua existência como Estado independente, além de consolidar os laços com um aliado estratégico no enfrentamento da situação com a Espanha e com a Holanda.¹⁰

Dissertando sobre os problemas da abertura do comércio do Brasil para a mercadores da Inglaterra, António de Sousa de Macedo afirmou que a comunidade de homens de negócio ingleses, que assistiam no reino, acabava jogando a favor de Portugal. Com o recuo do exclusivo, eles, supostamente, seriam prejudicados, pois seu negócio era comprar o que chegava do Brasil e enviar estas mercadorias para outros países europeus, além de vender aos mercadores da frota as fazendas que traziam da Inglaterra. Seu lucro era extraído da intermediação, cujas vantagens poderiam deteriorar quando navios e mercadores ingleses comesçassem a frequentar as praças do Brasil, ainda que tivessem de baldear em Lisboa para tirar licenças e pagar impostos.

Na “Representação do Conselho da Fazenda de 1655”, os conselheiros atacaram a possibilidade de abrir o comércio com a colônia aos genoveses. O desmonte do oligopólio metropolitano prejudicaria os mercadores do reino: “assim por não haverem

⁹ Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**, 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989, pp. 88-90.

¹⁰ Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados...”. E Pablo. O. Mont Serrath. **O Império Português no Atlântico**, pp. 86 e seguintes

pago aqui direitos, como por as levarem de primeira mão, as [fazendas] venderão mais baratas que as mandadas pelos portugueses, com o que estes ficarão perdidos”. Na outra mão, o oligopsônio dos mercadores metropolitanos seria desmontado: “ajuntasse a isto que achando-se no Brasil os genoveses, com o ganho e com dinheiro que também levam comprarão o açúcar por alto preço, com que o farão subir, estando ele já excessivamente alto”.¹¹ Eis, mais uma vez, um raciocínio tipicamente mercantilista e que se relacionava ao sistema colonial, elemento determinante para as relações entre Portugal e Brasil.

O processo inflacionário do século XVI deixou o ensinamento de que o valor do dinheiro também podia variar, pois quanto maior for seu volume em circulação, menor seria seu poder de compra, ou seja, o aumento de volume do meio circulante diminui o valor do dinheiro, causando inflação. Esse problema passou a receber atenção de pensadores como Jean Bodin, que lançaram as bases da teoria quantitativa da moeda.¹² Nos trechos acima, além da consciente e deliberada defesa do exclusivo metropolitano, chama atenção a relação entre dinheiro e preço, sobretudo no segundo trecho – “com dinheiro que também levam comprarão o açúcar por alto preço, com que o farão subir”. A ideia de que o fator monetário é dinâmico e altera os preços era um tema recorrente do discurso mercantilista e foi aplicado pelos conselheiros da Fazenda ao comércio colonial: os genoveses aumentariam a oferta de dinheiro nas praças coloniais, provocando o aumento dos preços do açúcar e prejudicando os mercadores portugueses, que gastariam mais para obter os gêneros do Brasil.

Até onde consegui pesquisar, em momento algum na documentação da segunda metade do século XVII, os homens da governança da cidade do Salvador apresentaram qualquer traço de inclinação favorável ao comércio com estrangeiros e muito menos ao domínio de uma outra Coroa. Pelos discursos produzidos no âmbito da Câmara, não há razão para pensar que os moradores mais instruídos da colônia compreendessem a importância do Brasil para Portugal, e do seu comércio para a economia do reino, de um modo diferente do que compreendiam as principais figuras do governo metropolitano.

As negociações seiscentistas em temas tributários, financeiros e mercantis, entre a Coroa portuguesa e a Câmara da cidade do Salvador, principal porta-voz da açucarocracia, ficaram circunscritas aos quadros do sistema colonial do mercantilismo.

¹¹ Representação do Conselho da Fazenda. 1655. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Manuscritos da Livraria, 1146, fls. 59-61, *Apud*. Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados...”, p. 18.

¹² Pierre Vilar. **Oro y moneda en la Historia** (1450-1920). Barcelona: Ariel, 1974, pp. 225-229.

No que toca ao negócio do açúcar, o exclusivo não era questionado, e os ganhos de oligopólio e de oligopsônio dos mercadores que atuavam na frota, aparentemente, eram compreendidos como parte do negócio, demandando apenas ajustes em conjunturas mais difíceis. A tributação e o controle político, administrativo e militar das áreas agroexportadoras mais dinâmicas eram negociados, mas a parte da Coroa nos ganhos do sistema nunca foi rechaçada ou estranhada como algo puramente opressor. Os lucros das redes mercantis metropolitanas eram sustentados pelo comércio colonial, sobretudo, no trato entre o reino e as praças da América portuguesa, enquanto os direitos sobre o giro de mercadorias coloniais, em grande medida, remuneravam servidores do Estado e fidalgos.¹³

Declínio do negócio

No apêndice B de *Segredos Internos*,¹⁴ Stuart Schwartz apresentou uma série de preços da arroba do açúcar branco¹⁵ para a Bahia, que abrange, com algumas lacunas, mais de dois séculos. Tomo esses dados como referência para discutir a evolução dos preços na conjuntura de declínio e na crise do negócio do açúcar. É necessário, contudo, fazer algumas ressalvas sobre estes dados, as quais não comprometem o sentido mais geral da análise de conjuntura.

Para a primeira metade do século XVII e até início da década de 1660, Schwartz utilizou dados extraídos da documentação do Engenho Sergipe; para o restante do século, até o início do XVIII, o autor lançou mão de preços pagos pela Santa Casa de Misericórdia da cidade do Salvador levantados por Dauril Alden¹⁶. Tanto Alden quanto Schwartz

¹³ Rodrigo Ricupero. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”, p. 6. Nuno Gonçalo Monteiro. “As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho”. In: João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.) **O Brasil Colonial**. Volume 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 125: “Desde os primórdios da época moderna, na maior parte das conjunturas, era o Império que direta ou indiretamente sustentava a monarquia, fornecendo em regra, pelo menos, metade dos seus réditos”.

¹⁴ S. Schwartz. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 400-402.

¹⁵ Neste texto, quando aparecer a palavra “açúcar”, sem nenhum qualificativo, trata-se do açúcar branco ou de açúcares, em sentido geral; quando estiver junto a um valor monetário, trata-se do preço da arroba.

¹⁶ Dauril Alden. “Price movements in Brazil before, during, and after the gold boom, with special reference to the Salvador market, 1670-1769” In Lyman L. Johnson & Enrique Tendeter. **Essays on the price history of eighteenth-century Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, p. 340. Para complementar a série de preços da arroba do açúcar branco, pagos pela Santa Casa no último quartel do século XVII, Alden usou valores fornecidos por André João Antonil. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**, e por Rae Flory. **Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725**. University of Texas, 1978.

esclarecem que os “preços observados”, anteriores a 1688¹⁷, foram aumentados em 20%. Este cálculo foi feito considerando a reforma monetária implementada em Portugal na segunda metade da década de 1680, quando a moeda de conta no reino foi desvalorizada.

Há problemas metodológicos e empíricos neste ajuste, pois os autores pressupõem que o valor real de troca tem mais relação com a quantidade de metal precioso amoedado do que com o valor em unidade de conta pelo qual uma mercadoria é trocada. O mais complicado é considerar que a razão entre o real, unidade de conta portuguesa, e a prata nas moedas fosse a mesma na metrópole e na colônia. A reforma monetária de 1688 determinou que a oitava de prata amoedada passasse a correr pelo valor de cem réis – medida que desvalorizou a unidade de conta em Portugal, isto é, cem réis passaram a significar menos quantidade de prata. Entretanto, no Brasil, a oitava de prata das patacas corria havia anos por mais de cem réis. Aplicando a reforma aqui, a unidade de conta sofreria uma relativa valorização (o inverso do que ocorreu em Portugal), ou seja, cem réis passariam a significar maior quantidade de prata¹⁸.

Não faz sentido aumentar em 20% o valor da arroba do açúcar branco na Bahia devido à reforma monetária portuguesa de 1688, pois, na colônia, entre 1691 e 1694, a nova lei da moeda promoveu uma valorização do real e não o contrário. A publicação da reforma monetária pelo governador-geral, Câmara Coutinho, em 1691, reduziu o valor da oitava de prata amoedada de até 142 réis (moedas de 4,5 oitavas que corriam a 640 réis) para 100 réis, conforme a lei de 4 de agosto de 1688. Ou seja, o real foi valorizado no Brasil em quase 30% - a mesma quantidade de réis passou a valer quase 30% mais em prata. Destaque-se ainda que a citada reforma monetária não foi a única que afetou o valor das moedas, tendo sido a proporção entre unidade de conta e quantidade de metal precioso amoedado alterada várias vezes desde a Restauração¹⁹, porém só a de 1688 foi considerada na série.

Tal ajuste me parece pouco útil, pois a escassez de metal precioso e de moedas na Bahia, durante as décadas de 1670 e 1680, desencadeou valorização da prata amoedada

¹⁷ Fernando C. G. C. Lima. “A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. pp. 385-410. Agosto de 2005.

¹⁸ Rafael da Silva Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**. São Paulo, 2014, Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2014, p. 151 e seguintes.

¹⁹ R. Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**, p. 69-83. A política portuguesa de moeda fraca, observada no período da guerra de Restauração com Espanha, era mais ou menos absorvida nas praças brasileiras, onde o dinheiro passava a correr com valor levantado. Pedro Puntoni. “A moeda na Restauração: da prática à política monetária em Portugal (1640-1642)”. **Análise social**, LIV (1º), 2019 (nº 230), pp. 34-57. <http://doi.org/10.31447/AS00032573.2019230.02>.

no espaço colonial, sem que uma arroba de açúcar fosse trocada, necessariamente, por mais ou menos fazendas importadas do reino devido à variação do preço da prata. A alteração da moeda produz um efeito geral nos preços, atingindo todas as mercadorias; portanto, analisar a variação de preço de um determinado produto em quantidade de metal precioso pode ser muito mais uma informação sobre o valor do metal do que sobre o preço do dito produto. Talvez, fosse mais interessante fazer uma tabela de preço do açúcar pelo valor da força de trabalho escrava.

Ano-@ Açúcar branco	Ano-Escravizado ²⁰	Mil @ em escravizados
1660 1\$090 rs ²¹	1659 49\$000 rs	22,25
1669 1\$177 rs ²²	1670 60\$000 rs	19,61
1677 e 83 1\$160 rs ²³	1680 50\$000 rs	23,20
1689 864 rs ²⁴	1688 60\$000 rs	14,40
1699 2\$200 rs ²⁵	1700 75\$000 rs	29,33

O preço do açúcar, em relação à mão-de-obra, oscilou entre o final da década de 1660 e meados dos anos 1680. No final da década de 1680, houve uma forte crise. E, durante a década de 1690, o preço do produto dos engenhos mais que dobrou, mesmo com um aumento de 25% no preço do trabalhador escravizado, indicando ganhos os sólidos do setor açucareiro no final do século XVII. Entre 1660 e 1700, o preço da prata amoadada variou algumas vezes, nem sempre na mesma proporção dos dois lados do Atlântico e até em sentido inverso no caso da reforma monetária de 1688, contudo, tais variações, estudadas isoladamente e tomadas como um índice geral, não permitem perceber a valorização do açúcar em relação ao preço da força de trabalho.

A complicada elaboração de um índice de preços demandaria levantar dados do preço do açúcar em lenha, em cobre, em custos de transporte em itens de consumo da família senhorial, em despesas religiosas etc.²⁶ O endividamento também impactava

²⁰ Dauril Alden. "Price movements in Brazil...", p. 343.

²¹ Schwartz. **Segredos Internos**, p. 401. Dado do engenho Sergipe.

²² *Ibidem*.

²³ **Atas da Câmara**, volume 5, p. 209.

²⁴ D. Alden. "Price movements in Brazil...", p. 340. Preço pago pela Santa Casa de Misericórdia. Não desfiz o ajuste do preço feito pelo autor (-10% por ser açúcar comprado pela Santa Casa e +20% devido à desvalorização do real em Portugal em 1688).

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Mircea Buescu. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973. Os quadros e tabelas elaborados pelo autor compõem um estudo de muito valor sobre os preços e a inflação no período colonial. Destaco as pp. 57, 59, 65, 67, 85, 86, 87, 88, 111 e 112.

bastante os preços, pois o senhor de engenho que quisesse adiantar dinheiro com algum mercador, comprometia seu açúcar por um preço bem mais baixo do que o da praça. O metal precioso amodado seria apenas mais um destes ingredientes e, possivelmente, nem fosse o mais importante.

Stuart Schwartz indicou que, entre 1650 e 1680, o negócio do açúcar baiano enfrentou dificuldades significativas relacionadas ao cenário político europeu, às transformações nos mercados açucareiros e às políticas fiscal e comercial portuguesas. Entretanto, o desempenho dos engenhos possibilitou aos senhores e lavradores ganhos suficientes para manter a produção. Na década de 1680, entretanto, teria ocorrido uma “baixa drástica” nos lucros do setor açucareiro, pois os preços do principal produto dos engenhos caíram enquanto os custos de produção estavam em elevação. Sem desprezar a importância dos problemas domésticos (elevada carga fiscal, epidemias e eventos climáticos), o autor defendeu que a concorrência antilhana estava rebaixando os ganhos dos senhores, pois aumentou a oferta do produto no mercado europeu, cujas principais praças acabaram por se fechar ao açúcar do Brasil, provocando aumento dos estoques em Portugal. Por outro lado, a expansão da produção no Caribe determinou o aumento da demanda por braços africanos escravizados, sustentando um sólido e contínuo aumento do custo de parte significativa da força de trabalho utilizada pelos engenhos.²⁷

Neste ponto reside uma das principais diferenças entre as abordagens de Stuart Schwartz e de Vera Ferlini. Enquanto que para o primeiro a concorrência antilhana é a razão principal para a baixa dos preços do açúcar, para a última este fator não explicaria a regressão dos preços, sentida mais significativamente a partir de 1670. Segundo Vera Ferlini, os preços caíram devido à própria “natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar”. A ampliação da produção era uma tendência que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil, aumentando a oferta e derrubando o valor do açúcar no mercado europeu. Os preços coloniais não poderiam cair a níveis abaixo dos quais a produção seria aniquilada, restando aos mercadores exportadores que atuavam em Lisboa e outras cidades portuguesas a diminuição de suas margens de lucro. A tendência de queda dos preços do açúcar teria ocorrido de modo mais acentuado entre 1670 e 1690. A partir dos valores apresentados por Schwartz e Dauril Alden, a autora apontou uma queda de 45% no preço da arroba do açúcar branco em cerca de quinze anos, entre meados da década de 1670 e o início da década de 1690. Com as margens de lucro declinantes no

²⁷ S. Schwartz. **Segredos Internos**, p. 162 a 165. “O problema do Brasil não provinha de sua incapacidade de produzir um bom açúcar, mas das novas fontes de oferta”. p. 165.

negócio, com os preços caindo mais em Lisboa do que na colônia, os mercadores tendiam a compensar as perdas na reexportação com aumentos nos preços dos produtos trazidos da Europa para o Brasil.²⁸ Como se verá adiante, há documentos camarários que indicam este mecanismo.

Em suma, segundo as análises feitas pelos autores acima apontados, teria ocorrido na Bahia uma conjuntura mais nítida de queda dos preços do açúcar entre meados da década de 1670 e início dos anos 1690. Acredito que esta tendência seja validada mais por outros fatores do que pelos preços. Entre meados da década de 1660 e meados dos anos 1680, o preço da arroba do açúcar branco de gente endividada oscilou sobre o nível dos 800 réis, enquanto os proprietários que tinham as contas mais folgadas vendiam seu produto 50% mais caro. Como o endividamento foi crescente no período,²⁹ o cálculo médio ponderado dos preços, levando em conta o número dos proprietários endividados e o valor mais baixo do seu açúcar, mostraria uma curva estatística se afastando do nível dos 1\$200 réis e se aproximando do nível dos 800, mas não há dados sobre a quantidade de senhores endividados que estavam dispostos a alienar parte significativa de sua produção de açúcar branco por 800 réis a arroba.

Uma carta da Câmara para Sua Alteza, o futuro rei dom Pedro II, de 7 de julho de 1683, conta a história do que seria um novo tipo de operação creditícia. Esta inovação, chamada de “açúcar de dano”, segundo o documento, teria começado a se difundir cerca de quinze anos antes de 1683, em algum momento da segunda metade da década de 1660.

Nos anos passados costumavam os moradores que forneciam aos senhores de engenho e lavradores de canas assistirem-lhes também com algum dinheiro para o que lhes era necessário, e se pagavam com os açúcares que recolhiam e outros o tomavam à razão de juro de [...] seis e quarto por cento, na forma do estilo, porque havia quem o dava de quinze dezesseis anos a esta parte, como houve falta de moeda foi a ambição dos homens introduzindo um gênero de negócio a que chamam [...] açúcar de dano que vem a ser receberem dinheiro antes do fruto do açúcar estar feito a razão de dois cruzados a arroba valendo naqueles anos mil e duzentos réis.³⁰

Os juros permitidos e oficialmente praticados eram de 6,25% ao ano, segundo o “estilo”. Os senhores e os lavradores, que precisavam ou queriam algum dinheiro

²⁸ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 106-112.

²⁹ Carta do Senado a Sua Majestade sobre se consultar remédio para a boa saída dos frutos da terra pela baixa em que tem dado por sua carestia e impostos. Salvador, 12 de agosto de 1687. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 51. O exagero do enunciado indica o agravamento do processo de endividamento: “raros são os que não devam mais do que possuem”.

³⁰ Carta escrita a Sua Alteza sobre o dinheiro do açúcar de 800 réis. Salvador, 7 de julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 116.

adiantado, tomavam empréstimos junto a seus fornecedores a esta taxa, comprometendo-se a pagar o principal e os juros da dívida em açúcar. Porém, com a crescente escassez monetária, alguns homens passaram a emprestar dinheiro a uma taxa bem maior.

Ao que parece, a partir da segunda metade da década de 1660, para obter o raro dinheiro de contado, senhores e lavradores comprometiam o produto de sua produção, com as canas ainda a crescer nas plantações, por 66,6% do que valeria na época da frota, quando os navios estivessem no porto a carregar as caixas de açúcar. Valendo a arroba do açúcar branco no tempo da frota cerca de 1\$200 réis, aqueles que tomavam dinheiro emprestado na modalidade “açúcar de dano” entregavam suas arrobas a 800 réis. Em suma, para cada 800 réis emprestados neste tipo de crédito, seriam pagos 1\$200 réis em açúcar, o que significa juros de 50% em menos de um ano!!

Ainda que taxas como estas fossem praticadas antes, é bastante possível que tenham começado a se tornar mais frequentes no final dos anos 1660. Possivelmente, por efeito da carta acima citada e outros documentos com a mesma denúncia, o crédito por “açúcar de dano” foi proibido no final de 1683³¹. Entretanto, quando Antonil escreveu a versão original da primeira parte de *Cultura e opulência no Brasil*, dedicada ao açúcar e escrita ainda na década de 1690³², este tipo de crédito parecia normal, mesmo sendo visto como claramente prejudicial para quem se submetesse a dívidas com juros tão altos.

Comprar antecipadamente o açúcar por dois cruzados, *verbi gratia*, que a seu tempo comumente vale doze tostões e mais, tem sua dificuldade, porque o comprador está seguro de ganhar e o vendedor é moralmente certo que há de perder, particularmente quando o que dá o dinheiro antecipado não o havia de empregar em outra coisa antes do tempo de o embarcar para o Reino.³³

A julgar pelo declínio dos preços do açúcar e pelas incessantes menções sobre falta de moeda na documentação, um crescente número de senhores de engenho e lavradores de canas se expuseram a dívidas com juros extraordinariamente altos na década de 1680. Afinal, os fatores que tinham motivado o aumento de operações creditícias por “açúcar de dano”, no final da década de 1660, agravaram-se no decorrer

³¹ Cartas sobre as taxas do açúcar, breu, treu [tipo de vela náutica] e cobre. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 63-64. Acerca deste problema, conferir Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escreveram os oficiais da Câmara acerca dos negócios usurários que ali fazem os contratadores, com os senhores de engenhos. Lisboa, 16 de outubro de 1683. AHU. Bahia. Série Luíza da Fonseca, cx. 26, doc. 3181. Nesta consulta, recomendou-se declarar ilícito este tipo de crédito, apelidado na Bahia como “açúcar de dano”.

³² André João Antonil. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. p. 47.

³³ *Ibidem*, p. 109. Um tostão representa cem réis; um cruzado representa quatrocentos réis. Os preços do açúcar que aparecem no texto são 800 réis (dois cruzados) e 1\$200 (doze tostões).

da década de 1680. Mesmo com algum exagero, a carta de 1683 aponta um processo de endividamento generalizado promovido pela difusão de empréstimos a juro “usurário”:

não houve mais mercador que fornecesse com dinheiro nem quem o desse a razão de juro porque todos os que os têm usam deste negócio usurário que a necessidade dos que têm falta de dinheiro o fez continuar até o presente [...] e constituíra devedores de tantas arrobas quantas importa esta nova convenção mais usurária e faltando ao pagamento vão continuando [...] os senhores de engenho e lavradores todos impossibilitados não podem manter fábricas até escravos de novo em lugar dos que faltam em morrerem.³⁴

Após a apresentação do crescimento das dívidas pela modalidade de empréstimo por açúcar de dano, os oficiais da Câmara lançaram mão de um argumento bastante poderoso aos ouvidos da metrópole. Tal negócio causaria diminuição da produção, pois senhores e lavradores, tão endividados, não conseguiriam mais fazer a manutenção dos engenhos nem repor a força de trabalho. Uma produção menor, consequentemente, já estava levando a uma arrecadação menor dos dízimos: “e vão os frutos de cada ano sendo menos, a safra passada e esta presente houve somente dez mil caixas cada uma [...] por isso os dízimos de Vossa Alteza se remataram um dia desses por oitenta mil cruzados, e foi grande lanço a respeito dos poucos frutos”.³⁵

Segundo tabela elaborada por Angelo Carrara, os contratos de dízimos estavam rendendo valores acima de 80 mil cruzados desde 1665, chegando a 110 mil em 1677-78. Em 1680-81, a Fazenda Real deveria receber do contratador dos dízimos 100 mil cruzados. Em 1681-82, os dízimos renderam 90 mil cruzados.³⁶ A arrecadação dos dízimos passou a cair, e este processo teria estreita relação com operações de prestamistas “usurários” que se aproveitavam da falta de moeda na colônia.

As reclamações e demandas contra ganhos vistos como abusivos em tais negócios geraram processos judiciais, mas, segundo os camaristas, alguns dos próprios ministros da Relação participavam das operações de crédito por “açúcar de dano”. Então, os processos não chegavam a impedir a continuidade deste tipo empréstimos. Restava aos homens da governança, porta-vozes da açucarocracia, recorrer à metrópole, solicitando uma solução que pudesse salvar a produção de açúcar e o fisco na colônia.

³⁴ Carta escrita a Sua Alteza sobre o dinheiro do açúcar de 800 réis. Salvador, 7 de julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2. p. 116.

³⁵ *Idem*, p. 117.

³⁶ Angelo A Carrara. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p. 126.

querendo algumas pessoas pleitear os anos atrás este gênero de negócio por usurário, não tiveram recurso porque alguns ministros que o julgavam o faziam [...] pedimos a Vossa Alteza seja servido querer mandar-lhe dar remédio, porque se não tiver há de perder-se de todo a lavoura do açúcar, mandando provisão em que o declare por usurário com penas de ordenação e mais que Vossa Alteza mandar.³⁷

Do exposto acima, tomei o final da década de 1660 como marco cronológico para iniciar a apresentação do elenco de manifestações camarárias acerca do preço do açúcar. Segundo Vera Ferlini, 1670 seria o marco inicial de um período mais recessivo para o negócio.³⁸

O preço na Câmara

Em termo de 24 de abril de 1662, nos trâmites da imposição do Donativo do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda, foi registrado em ata um compromisso do Estado em receber os açúcares arrecadados para o dito Donativo a preços mínimos predeterminados. A arroba do açúcar branco seria aceita pelo valor de 1\$200 réis, a arroba do mascavado por 600 réis e os panelas a 300 réis:

eu, Bernardo Vieira Ravasco, fidalgo da casa de Sua Majestade, seu secretário de Estado e guerra neste Brasil [...] por não haver moeda na terra com que fazer dita contribuição obrigam a fazê-la em os frutos da terra a saber o açúcar branco a doze tostões e mascavado a seis e os panelas a três dos quais preços não poderão nunca em tempo algum de ser naquele em que se fizer a entrega a esta praça e poderão subir o valor ao que mais açúcares tiverem naquela safra.³⁹

Chama a atenção a cláusula segundo a qual “não poderão nunca em tempo algum de ser naquele em que fizer a entrega a esta praça”. Esta sentença parece ter servido como alívio para os senhores e lavradores já que era uma garantia de que seu açúcar seria aceito como pagamento do imposto pelo valor mínimo compromissado. Entendo que a sentença acima apontada indica certa pressão baixista, pois a prioridade, revelada pela ordem e ênfase da sentença, mostra uma preocupação em assegurar que “nunca” o açúcar do pagamento do imposto seria contabilizado pelos valores negociados entre senhores de

³⁷ Carta escrita a Sua Alteza sobre o dinheiro do açúcar de 800 réis. Salvador, 7 de julho de 1683 **Cartas do Senado**, volume 2, p. 116.

³⁸ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 105.

³⁹ Registro da resolução que se tomou perante o senhor Francisco Barreto, governador deste Estado, sobre a contribuição do dote da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Salvador, 24 de abril de 1662. **Atas da Câmara**, volume 4, p. 139. É a segunda vez, nas atas publicadas de toda a segunda metade do século XVII, que aparece menção sobre a falta de moeda.

engenho e mercadores, a não ser que fosse em benefício dos contribuintes. Ora, a ênfase na fixação de um preço mínimo indica que havia sólida possibilidade de o açúcar estar sendo negociado abaixo de 1\$200 réis. O incremento da carga fiscal estava chegando em hora inoportuna e certamente contribuiu para a conjuntura recessiva.

Em carta de 17 de setembro de 1667, escrita por José Moreira de Azevedo, procurador da Câmara do Salvador no reino, o preço mínimo de doze tostões para o pagamento do imposto do dote da rainha e paz de Holanda estava gerando alguma confusão em Lisboa. Havia suspeitas de descaminho do dinheiro arrecadado e parte disso se devia ao fato de a Câmara receber a arroba do açúcar branco pelo valor de 1\$200 réis, mesmo não conseguindo repassar o produto arrecadado dos moradores por mais de 1\$120 ou 1\$150. Em audiência com o conde de Castelo Melhor, o procurador alegava que “na instituição deste preço fizera o Senado muito particular serviço a Sua Majestade, porque, com este suposto interesse, se animou o povo a aceitar a contribuição seguindo-se dele grandes conveniências à fazenda de Sua Majestade”.⁴⁰

Menos de um ano e meio depois, um termo de resolução assinado em 29 de janeiro de 1669 registrou um impasse entre senhores e mercadores sobre os preços dos açúcares. Considerando as atas publicadas, esta foi a primeira vez que a questão chegou à pena do escrivão da Câmara em toda a segunda metade do século XVII, o que pode confirmar o final da década de 1660 como o início de um tempo de dificuldades mais acentuadas no negócio do açúcar.

A desavença foi levada ao tribunal da Câmara, pois os representantes do setor açucareiro e do setor mercantil não chegaram a um valor minimamente consensual: “em razão de estarem os navios de licença a carga e empatando o negócio sobre o preço porque se haviam de carregar os açúcares convinha ao público e geral determinar-se e assentar-se preço porque se havia de vender a arroba de açúcar branco e mascavado”.⁴¹ O impasse sobre o preço impedia a continuação das transações, o necessário carregamento dos navios e a partida da frota no prazo máximo previsto.

⁴⁰ Registro da carta que o procurador geral desta cidade, José Moreira de Azevedo, escreveu de Lisboa a este Senado em 17 de setembro de 1667. Salvador, 19 de dezembro de 1667. **Atas da Câmara**, volume 4. p. 331.

⁴¹ Termo de resolução que se tomou sobre o preço dos açúcares que este ano se hão de vender e carregar para o reino sendo para o dito fim chamados os senhores de engenho, lavradores de canas, homens de negócio, carregadores e mercadores. Salvador, 29 de janeiro de 1669. **Atas da Câmara**, volume 4. p. 404.

Por parte dos representantes dos senhores de engenho e lavradores de cana, o preço do açúcar tinha relação direta com os preços das mercadorias importadas da Europa. Se estas apresentavam preços altos, os do açúcar não poderiam cair:

que tendo respeito ao preço que na safra passada se vendeu o açúcar e o caro porque se vendem as fazendas e o custo e dispêndio que os senhores de engenho e lavradores de canas fazem em beneficiar e fazer o açúcar que era mais ajustado o preço de mil e duzentos réis a arroba de branco e seiscentos réis o mascavado.⁴²

Entre os mercadores, havia os que não pretendiam discutir o preço: “foi dito que não notava neste negócio proposto porque lhes parecia não convinha abrisse o preço ao açúcar no tempo presente e que protestavam não lhe prejudicar o seu negócio o preço que se abrisse”.⁴³ Não convinha abrisse o preço, opinião dos homens de negócio, parece-me expressão de contrariedade à negociação, indicando que a arroba de açúcar estava sendo vendida por valor mais baixo do que os 1\$200 réis costumeiros naqueles tempos. Em 1667, como foi mostrado acima, a arroba do açúcar branco era negociada por 1\$120 e 1\$150. Negociar com o setor açucareiro significava aceitar a possibilidade de um preço mais alto.

Outra ala dos representantes dos homens de negócio queria preços menores do que aqueles pagos em 1667: “parecia conveniente e ajustado o preço de mil e cem réis a arroba de açúcar branco e do mascavado a quinhentos e vinte”.⁴⁴ Valores abaixo das pretensões dos proprietários da produção.

Eis o desfecho: “assentaram os ditos oficiais da Câmara e acharam por mais conveniente assim aos senhores de engenho como lavradores, carregadores e mercadores vender-se açúcar nesta safra a mil e duzentos réis o branco, e seiscentos réis o mascavado, e a favor do bem público”.⁴⁵ Os camaristas, que arbitraram o preço sobre o qual havia impasse entre senhores e mercadores, eram parte explicitamente interessada em um preço maior do que os propostos pelos mercadores. Primeiramente, porque recebiam açúcar em pagamento do Donativo do dote da rainha e paz de Holanda a 1\$200 réis a arroba do branco e, aceitando preço menor, estavam concordando com a deterioração das já combalidas contas públicas municipais. Em segundo lugar, porque eram porta-vozes do

⁴² *Idem*, p. 404.

⁴³ *Idem*, p. 404 e 405.

⁴⁴ *Idem*, p. 405.

⁴⁵ *Idem*, p. 405.

setor açucareiro neste tipo de disputa, posicionando-se normalmente a favor de preços mais altos para o açúcar.

Pouco mais de dois meses depois, em quatro de abril de 1669, os oficiais da Câmara pediram ao governador-geral, Alexandre de Souza Freire, que confirmasse a decisão tomada em janeiro. “Foi proposto e requerido ao dito senhor governador que convinha taxar-se e pôr-se o preço ao açúcar branco e mascavado para que pelo que justo fosse se vendesse a arroba porque era assim conveniente ao bem público e geral de todos os moradores desta capitania”.⁴⁶

Inegavelmente, entre os homens da governança, havia clara consciência da necessidade de um equilíbrio entre os preços das mercadorias importadas da Europa e os dos açúcares. O procurador do concelho apresentou este problema ao governador, assim como a conveniência de preços mais altos do açúcar para a arrecadação de impostos:

em ordem a que com a carga dos navios da frota se não alterasse o preço a tanto e seco que ficasse sendo caro aos compradores nem tão moderado que ficasse sendo limitado e baixo tendo-se respeito a que os moradores comprem as fazendas que vem do reino por grandes preços e que a este respeito dão os açúcares em pagamento na lavra dos quais tem grande despesa e sendo tantas as contribuições que fazem assim para o dote da sereníssima rainha da Grã-Bretanha como paz de Holanda como para o sustento da infantaria e outras contribuições o que de ordinário assistem não parece justo que os açúcares que é do giro principal e fazenda desta capitania se venda por menos do que vale.⁴⁷

Por outro lado, apelava-se à moderação para não prejudicar mercadores de fazendas e não desequilibrar as pendências entre credores e devedores: “os moradores que vendem suas fazendas hajam de tomar o pagamento deles em açúcar se-lhe não dê este excessivo preço e que se guarde tendo como igualdade assim a respeito dos credores que cobram como dos devedores que pagam”. Entretanto, segundo o procurador e demais oficiais da Câmara, “para este fim e intento conseguir-se devia atender ao preço que nos anos e safras passadas se vendeu e pagou o açúcar”.⁴⁸ Conforme foi registrado acima, os preços fixados tendiam a ser a referência para a cobrança dos empréstimos de dinheiro a serem pagos em açúcar. Provavelmente, o crédito por “açúcar de dano”, ao menos em parte, devia ser proporcional ao preço oficial estabelecido.

⁴⁶ Termo de assento que se tomou na presença do senhor governador, Alexandre de Souza Freire, e os oficiais da Câmara e mais pessoas sobre o preço e taxa dos açúcares. Salvador, 4 de abril de 1669. **Atas da Câmara**, volume 4. p. 410.

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Idem.*

A fim de impedir o atraso da partida da frota, já que “não havendo preço certo se não carrega pelos vendedores do açúcar quererem que o preço seja grande e os compradores pequenos”, o governador-geral confirmou a decisão tomada pelos oficiais da Câmara em janeiro: “a arroba de açúcar branco a três cruzados [1\$200 réis] e a de mascavado a seiscentos réis”.⁴⁹ Em 1669, ainda que a arroba do açúcar branco tenha sido fixada em doze tostões, a tabela de S. Schwartz aponta que o Engenho Sergipe negociou suas arrobas de açúcar branco por 1\$177 réis. Os proprietários mais apressados provavelmente não conseguiram receber os 1\$200 réis determinados pelo governador, isto é, aqueles que quiseram receber por sua produção logo no início da estadia da frota não devem ter conseguido vender seu açúcar branco por 1\$200 réis a arroba.

Quatro anos depois, em 14 de março de 1673, estava “empatado o negócio na praça sem fazer suas cobranças por não se saber ainda o preço do dito açúcar”. Então, os oficiais da Câmara chamaram quatro representantes do setor mercantil e quatro do setor açucareiro “para em conferência de uns e outros interessados se tomar conclusão no mais justo e arrazoado preço”.⁵⁰

Do setor mercantil compareceu apenas um representante, alegando os outros “não quererem vir a este ato”.⁵¹ Possivelmente, por parecer inútil, haja vista a série de derrotas que acumulavam em ocasiões que exigiam a arbitragem de autoridades, sempre alinhadas com o interesse dos senhores de engenho e a arrecadação fiscal, em particular, a do Donativo. Em 1673, contudo, outro fator pesava sobre a arbitragem oficial dos preços: a baixa produção, que reforçava a inclinação das autoridades a aceitar o preço proposto pelo setor açucareiro

propondo-se da parte da lavoura do açúcar a razão de ser este ano tão estéril dele e se julgara por certo não haver na safra a metade do que se costuma recolher, e os excessivos gastos com que se lava que não chega a eles o rendimento deste ano e se perde muito dos custos.⁵²

Após considerações de lado a lado, “resolveram todos os oficiais da Câmara, bem todas as pessoas nomeadas, que o preço deste ano não fosse mais nem menos que o que teve o ano passado de mil seiscentos e setenta e dois, o qual foi por doze tostões”.⁵³ O

⁴⁹ *Idem*, p. 411.

⁵⁰ Termo que se fez do preço que há de ter o açúcar nesta praça este ano de 1673. Salvador, 14 de março de 1673. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 96.

⁵¹ *Idem*.

⁵² *Idem*.

⁵³ *Idem*.

desinteresse dos mercadores pelo ajuste oficial de preços pode também ter relação com o processo de endividamento, que parece ter se agravado nos primeiros anos da década de 1670, pois uma boa quantidade de açúcar já tinha sido paga adiantado e a preços bastante favoráveis ao setor mercantil. Os esforços financeiros dos moradores para atender ao sustento da infantaria, pagar os paulistas na Guerra do Aporá⁵⁴ e o Donativo do dote e paz, apenas parcialmente cumprido em 1671,⁵⁵ pressionavam as contas dos senhores de engenho. Em 1673, escrevendo ao procurador em Lisboa, os oficiais da Câmara desabafaram: “laboram toda a vida sem descanso em benefício e utilidade desse reino, e nenhuma sua como se prova nos notórios empenhos em que estão todos pela pouca estimação de seus frutos”.⁵⁶

Em 1674, lamentou-se a “desestimação em que está o açúcar que ninguém compra”. Exagerando, murmuravam os camaristas ao governador-geral Afonso de Furtado: “todo o negócio dele se danou”; o açúcar estaria sendo “tão custoso de lavar que nenhum há dos que o lavram que não esteja empenhado e arrastados todos de execuções da justiça”.⁵⁷ Havia notícia de que a frota que estava no porto inverniaria, ficando até o ano seguinte e limitando muito o escoamento dos gêneros coloniais.⁵⁸ Dívidas, possível gargalo no escoamento e, para complicar, os camaristas relataram ao príncipe a falta de braços para a lavoura em dezembro daquele ano.⁵⁹ Mesmo descrita com exagero, a situação indica que muitos não conseguiram negociar seu açúcar branco a preço próximo dos 1\$200 réis por arroba.

Novo impasse sobre os preços dos açúcares foi registrado em 26 de maio de 1677. Os “louvados” ou representantes do setor açucareiro e do setor mercantil foram “chamados conforme a provisão de Sua Alteza para ajustarem o preço do açúcar deste ano”. Havia agora uma regulamentação dos trâmites, emitida pela metrópole, para a resolução dos impasses do preço, mas, como se verá adiante, sem muito efeito prático. O

⁵⁴ Pedro Puntoni. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp e Fapesp, 2002, p. 112.

⁵⁵ Carta para Sua Alteza sobre o que se lhe carregou nesta Frota que é general Victório Zagallo Preto, por conta do Donativo do dote e paz de Holanda. Salvador, 18 de agosto de 1671. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 103.

⁵⁶ Informação da Câmara desta cidade que se mandou ao procurador na cidade de Lisboa, o doutor Gregório de Matos e Guerra. Salvador, 15 de novembro de 1673. **Cartas do Senado**, volume 1, p. 130.

⁵⁷ Carta escrita ao senhor governador Afonso Furtado deste Senado o que se dispendeu com a entrada do gentio. Salvador, abril de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 8 e 9.

⁵⁸ Carta que se escreveu ao capitão Sebastião de Brito de Castro eleito procurador desta Câmara. Salvador, 27 de julho de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 18 e 19.

⁵⁹ Carta escrita a Sua Alteza sobre os negros de Angola não se embarcarem desta praça para o reino de Portugal. Salvador, 1º de dezembro de 1674. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 21.

setor açucareiro propôs “que o preço do açúcar havia de ser por mil cento e setenta e os mercadores em mil e cento por cada arroba e por se não acomodarem uniformemente elegeram para terceiro ao desembargador o doutor Manoel da Costa Palma”.⁶⁰

Numa segunda rodada de negociação, os representantes do setor açucareiro baixaram seu preço em dez réis, para 1\$160, e os mercadores, tentando evitar a arbitragem de terceiro, subiram o seu em 20, oferecendo 1\$120 réis por arroba de açúcar branco. Um dos fatores que levaram os mercadores a tal movimento deve ter sido a suspeita de que a arbitragem de um terceiro tenderia, novamente, a concordar com o preço proposto pelos representantes da produção.

Mais uma vez, não houve acordo e a decisão final seguiu a proposta de senhores de engenho e lavradores de cana. Em 28 de maio de 1677, o escrivão da Câmara foi à casa do desembargador Manoel da Costa Palma para saber do preço que teria o açúcar daquela safra: o doutor “disse que havendo respeito excessivos preços que os mercadores põem nas fazendas que dão o açúcar branco a mil cento e sessenta com o mascavado como é costume a metade que é quinhentos e oitenta”.⁶¹ Veja-se que a tendência baixista pesava já sobre o resultado da arbitragem. Em uma carta ao príncipe, escrita em 1678, os camaristas relatavam essa pressão que, aos poucos, ia fazendo o preço oficial ficar abaixo do nível dos 1\$200 réis: “diminuição que aqui sentem os lavradores em seus preços”.⁶² No final da década de 1670, a pressão baixista sobre os preços do açúcar convivía com a expansão das unidades produtivas. A falta de lenhas⁶³ e a reclamação acerca da proximidade dos engenhos indica que o entendimento dos camaristas não estava equivocado. Aparentemente, o setor açucareiro estava respondendo à pressão sobre os

⁶⁰ Termo dos louvados que se fizeram para o preço do açúcar deste ano de 1677 em que nomearam o desembargador Manoel da Costa Palma por não concordarem. Salvador, 26 de maio de 1677. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 208.

⁶¹ Termo do preço do açúcar que saiu este ano de 1677 de que foi louvado o desembargador Manoel da Costa Palma. Salvador, 28 de maio de 1677. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 209.

⁶² Carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos Donativos. Salvador, 22 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 45.

⁶³ Carta do governador Roque da Costa Barreto para Sua Alteza sobre a falta de lenhas e inconveniente de haver muitos engenhos perto uns dos outros. Bahia, 25 de julho de 1681. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca. cx. 25. doc. 3015. Carta escrita a Sua Alteza sobre o fazerem-se tantos engenhos. Salvador, 25 de julho de 1680. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 88. O documento tinha o objetivo de “representar o prejuízo que se seguem de se irem fundando e fazendo pela terra dentro muitos engenhos de açúcares junto uns dos outros sem fundamento de terra bastante ao que demandam faltar lenhas para o seu gasto que é muito grande, e as que se cortam não tornam a vir outras menos de vinte anos esta ainda fraca para o cozimento do açúcar”.

preços e ao endividamento crescente com mais produção.⁶⁴ Um problema estrutural da agromanufatura do açúcar⁶⁵ que contribuiu para a crise do final dos anos 1680.

está mais estendido o Recôncavo com muitos engenhos e fazendas de canas pela terra a dentro e com tudo não cresceu nestes anos o contrato dos dízimos que para bem deviam também crescer [...] não ter já totalmente diminuído este contrato é porque com o maior número da gente se tem suprido as quebras da diminuição.⁶⁶

A epidemia de varíola em 1681 matou muitos trabalhadores escravizados e piorou as contas de muitos senhores de engenho. Os mais endividados eram executados e muitas das arrematações das arrobas de açúcar penhoradas pela justiça ocorreram fora do tempo das frotas. Quando os navios não estavam no porto a carregar caixas de açúcar e rolos de tabaco e outros gêneros, havia bem menos compradores para o açúcar penhorado e o preço das arrobas arrematadas tendia a ser mais baixo. Segundo os camaristas, “as cobranças se fazem rematando-se fora de tempo os gêneros da terra com menos cinquenta por cento de seu valor”.⁶⁷ Com o valor baixo das arrematações, o devedor perdia muito mais açúcar para pagar sua dívida, e o prazo de pagamento se prolongava. Os oficiais da Câmara, reagindo à situação, pediram renovação da mercê protecionista concedida em 1665,⁶⁸ segundo a qual os açúcares não podiam ser arrematados, por conta de execução de dívidas, fora do tempo da frota.

No mesmo ano de 1681, o príncipe assinou a provisão que renovava a mercê concedida em 1665. O texto está integralmente reproduzido abaixo pela sua importância histórica.

⁶⁴ Carta escrita a Sua Majestade sobre se fazerem os engenhos nas terras convenientes ainda que sejam em menos de meia légua de distância. Salvador, 5 de agosto de 1684. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 128 e 129.

⁶⁵ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 98.

⁶⁶ Carta escrita a Sua Alteza sobre uma provisão do dito senhor para a contribuição do cais de Viana. Salvador, 15 de julho de 1679. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 62.

⁶⁷ Carta escrita a Sua Alteza sobre se não rematarem s drogas deste Estado antes do tempo das frotas. Salvador, 30 de junho de 1681. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 99. O original manuscrito aponta “cinquenta por cento” e não cinco como na transcrição publicada pela Prefeitura da cidade do Salvador. Conferir em Carta dos oficiais da Câmara da Bahia para Sua Alteza sobre se não arrematarem os frutos da terra antes de tempo, e pedindo que se lhes conceda a provisão que se passou em 1665. Salvador, 30 de junho de 1681. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 25, doc. 3006.

⁶⁸ A lei de 1665, foi pedida pela Câmara da cidade do Salvador em dezembro de 1662. O Conselho Ultramarino estudou o pedido em setembro de 1663. Consulta do Conselho Ultramarino sobre os oficiais da Câmara da Bahia, que pedem provisão para não serem executados os moradores nas fábricas dos engenhos, mas sim nos rendimentos. Lisboa, 26 de setembro de 1663. AHU. Bahia. Série Luiza da Fonseca, cx. 17, doc. 1961.

Eu, o príncipe, como regente e governador dos reinos de Portugal e Algarves, faço saber aos que esta minha provisão virem, que, tendo respeito ao que se me representou por parte dos oficiais da Câmara da Bahia, sobre o miserável estado em que se acham os moradores d'aquela cidade, e seu Recôncavo, com o limitado rendimento de seus frutos, e pouco valor deles, estrago que as bexigas fizeram este ano, e sobretudo as cobranças que se faziam, arrematando-se fora de tempo os gêneros da terra, por menos cinquenta por cento de seu valor; cujo dano já em o ano de 1665 se havia remedia com a provisão que lhes mandei passar, para que, por dívidas os gêneros das terras, antes do tempo das frotas, observando-se o que costumavam fazer os governadores, que foram d'aquela praça, Diogo Luiz de Oliveira, e o conde de Atouguia, por convir a meu serviço, e bem d'aqueles vassallos – e tendo a tudo consideração, e ao que respondeu o procurador de minha Fazenda, a que se deu vista, hei por bem e me praz fazer-lhe mercê de prorrogar por mais seis anos a provisão que sobre esta matéria se lhes passou em 23 de janeiro de 1665 – com declaração porém que o ouvidor geral do cível da Relação da Bahia porá cuidado de cortar as dilações, e fazer prontamente as execuções, sem dar lugar às demoras e espaços, que costumam haver nas causas que se movem sobre esta matéria, para que não experimentem os credores demora nas execuções de suas dívidas. Pelo que mando ao mestre de campo general do Estado do Brasil, a cujo cargo está o governo dele, e aos mais ministros de Justiça e Fazenda, a que pertencer, cumpram e guardem esta provisão, e a façam inteiramente cumprir e guardar, como nela se contém, etc.⁶⁹

Em 1683, novamente, não houve um acordo entre os representantes da produção e os do comércio, levando a questão ao tribunal da Câmara: “está empatado [...] sem fazerem os homens suas cobranças e pagamentos por não se saber ainda o preço do dito açúcar com que se fará o pagamento em que há de valer o dinheiro”. Os camaristas chamaram os louvados dos dois lados para “assentar o preço do açúcar”, obedecendo “provisão de Sua Alteza que assim e desta sorte manda se resolva”.⁷⁰

Decidiu-se que “corressem os pagamentos por preço os brancos de mil cento e sessenta e os mascavados a quinhentos e oitenta”. Exatamente como em 1677. Mas quem quisesse receber o açúcar em moedas, deveria aceitar um valor menor: a “dinheiro de contado valesse a mil e sessenta réis os brancos e os mascavados quinhentos e trinta réis, e do preço do pagamento nenhuma pessoa o receberá por mais alto ou baixo”.⁷¹

Para o ano de 1683, Dauril Alden apontou um preço que alega ter coletado da obra de Antonil: 1\$392 réis. Na obra do jesuíta, o preço encontrado é 1\$200 réis, mas sem referência alguma em relação à data. Alden deve ter utilizado o preço de 1\$160 réis, aos quais acrescentou 20%, chegando a 1\$392. Estranhamente, não há referência alguma às

⁶⁹ Alvará de concessão aos moradores da Bahia, para que não sejam os frutos da terra arrematados por execuções, fora do tempo das frotas. Lisboa, 3 de novembro de 1681. José Justino de Andrade e Silva. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa -1675-1683** e Suplemento à segunda série: 1641-1683, pp. 364 e 365.

⁷⁰ Termo de assento que se fez do preço que há de ter o açúcar nesta praça este ano de 1683. Salvador, 24 de março de 1683. **Atas da Câmara**, volume 5. p. 349.

⁷¹ *Idem*. p. 350.

atas da Câmara entre as fontes que serviram de base para o autor.⁷² É possível que este dado tenha sido extraído da tabela de preços que André Mansuy Diniz Silva apresentou na introdução de *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, dado extraído de documentos camarários, possivelmente, o termo de 24 de março de 1683.⁷³ Neste ponto fica evidente que o aumento de 20% devido à reforma monetária de 1688, aplicado aos preços até 1689, é um procedimento um tanto equivocado.

A conjuntura de dificuldades não impôs uma queda considerável ao melhor preço do açúcar baiano, que chegou ao início da década de 1680 cerca de 12% abaixo do eixo de 1\$200 réis, nível lastreado no preço estabelecido para a arroba do açúcar branco nas cobranças do Donativo do dote e paz. Os senhores e os lavradores mais endividados, recebiam 800 réis, ou pouco menos, pelas arrobas com as quais pagavam seus credores. Aparentemente pequena, a pressão baixista é perceptível na documentação camarária antes do início da crise açucareira na medida em que mais senhores se endividavam,⁷⁴ levando o preço médio ponderado a ficar abaixo dos mil réis por arroba de açúcar branco.

Em julho de 1683, os oficiais da Câmara enviaram uma carta ao príncipe solicitando “ordenar que paguem os credores nos frutos e rendimentos, e de nenhum modo na escravaria para que assim se possa conservar este Estado”. Os credores estavam pedindo a penhora nos “escravos de serviço de casa”. Aqueles que eram colocados em praça acabavam sendo arrematados por preços baixos “pela mesma causa da falta de moeda”. Queriam do príncipe uma clara proteção para propriedade dos escravos domésticos porque ajudavam nos trabalhos do engenho nos momentos de produção mais intensa. E, devido aos preços baixos, as execuções compensavam pouco aos credores e causavam grande prejuízo aos devedores.⁷⁵

No mesmo papel, apresentam um breve histórico da legislação protecionista dos engenhos. Relembaram a histórica lei de 23 de dezembro de 1663, que preservava “a lavoura do açúcar deste Estado”, pois não permitia “execução por dívidas nas fábricas dos engenhos”, mas apenas na produção. Repassaram a provisão concedida por seis anos em 23 de janeiro de 1665, que proibia a arrematação de açúcar das execuções fora do

⁷² Dauril Alden. “Price movements in Brazil...”. p. 430 e 431. O preço está na página 430 e a fonte para o ano de 1683 está abaixo da tabela, na página 431.

⁷³ André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 45.

⁷⁴ Carta escrita ao dito senhor sobre não haverem fiados nesta praça. Salvador, 2 de julho de 1685. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 5 e 6. Nesta carta, alarmados com o endividamento crescente, os camaristas pediram ao rei que proibisse vendas a crédito aso moradores da Bahia, exceto para os fornecimentos dos engenhos e fazendas de canas e lenhas.

⁷⁵ Carta escrita a Sua Alteza para se não fazerem penhoras nos escravos de casa dos senhores de engenhos e lavradores. Salvador, 6 de julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, pp. 114-116.

tempo da frota, quando os preços eram “ínfimos”. E a última conquista, a provisão de 3 de novembro de 1681, que reeditava a de 1665. Não obstante a pronta disposição da metrópole em conservar a produção agroexportadora de açúcar, a situação econômica era qualificada como miserável.

Grande perda que houve com as bexigas nas escravarias que é fábrica de todos os frutos deste Estado pela inclemência dos tempos na safra passada houve pouco açúcar e nesta menos porque não chegaram a dez mil caixas e a fome de novembro até o presente tem sido grande, se teme que durará até janeiro do ano vindouro e houve muita mortandade de gado com que apenas podiam os moradores achar dinheiro para comprar farinha a quatro patacas o alqueire e tudo quanto tiveram de frutos foi pouco para o sustento de suas casas e famílias e escravarias com que está esta capitania muito atenuada e os credores sempre tratando de cobrar por execuções”.⁷⁶

Até que ponto toda essa murmuração representava a realidade da açucarocracia baiana é impossível de saber. Porém, cotejando estes discursos e a evolução ponderada dos preços, pode-se inferir a tendência. Os testemunhos sobre a miséria da capitania são mais frequentes e incisivos na medida em que os preços se mostram pressionados, deixando a impressão de que o ponto de equilíbrio do negócio do açúcar estava, no mínimo, ameaçado em meados da década de 1680, às vésperas da crise açucareira.

O preço na crise açucareira

Até o início dos anos 1680, ainda que a conjuntura fosse baixista, os lucros dos senhores não apresentavam deterioração crônica. Os oficiais da Câmara informavam quando havia uma “desestimação” mais significativa do açúcar. Entretanto, o preço ainda não havia se tornado assunto a ser tratado com mais detalhe nas cartas dos camaristas endereçadas ao príncipe. Exceção feita às poucas citações do preço do açúcar arrecadado nas cobranças do Donativo do dote e paz. Outros temas relacionados ao assunto eram mais frequentes na correspondência: os problemas da produção, da fundação de novos engenhos, o endividamento e as execuções, a falta de lenhas e o peso dos impostos aparecem, cada vez mais, a partir da segunda metade da década de 1670.

O preço do melhor açúcar negociado em Salvador ainda se mantinha, com apoio político, não muito distante do nível dos doze tostões (1\$200 réis). Contudo, era sabido que em Lisboa o preço estava cedendo: em 1668, a arroba do açúcar branco custava 2\$400

⁷⁶ *Idem*, p. 115.

réis, e a tendência de queda afundaria o gênero colonial para 1\$300 em 1688.⁷⁷ Uma carta dos oficiais da Câmara enviada ao príncipe, datada de 22 de agosto de 1678, relata, com certo detalhamento, os problemas econômicos pelos quais a colônia estava passando e destaca o aumento dos preços dos produtos europeus no Brasil.⁷⁸ Os mercadores da frota procuravam compensar o estrangulamento dos ganhos no comércio de açúcar aumentando o preço das mercadorias europeias vendidas no Brasil. E, desta maneira, o mercado seguia com um equilíbrio cada vez mais precário.

Na segunda metade da década de 1680, os preços do açúcar tornaram-se assunto constante das cartas dos oficiais da Câmara ao rei. Por outro lado, desapareceram das atas os impasses e disputas entre senhores e mercadores pelo preço do produto dos engenhos. As *Atas da Câmara* voltariam a registrar impasses sobre o preço do açúcar em 1697.⁷⁹ Levando-se em conta apenas os registros publicados, houve um intervalo de 14 anos (1683-1697) no qual desacordos entre a “lavoura” e a “mercância” não passaram pela Câmara da cidade do Salvador.

Nestes quatorze anos o açúcar desabou, vindo a recuperar-se apenas após 1692. Os mercadores deixaram de ter interesse pela mercadoria. Em Portugal, o produto tinha pouca saída, pois as outras potências estavam reservando o mercado de suas praças para a produção de suas colônias.⁸⁰ Neste cenário, não havia razão para os homens de negócio do reino se comprometerem a comprar o produto, cujo preço, em caso de desacordo com os vendedores baianos, fosse arbitrado no âmbito do poder local. Não era segredo que o Senado da Câmara, por arrecadar impostos em açúcar, tinha forte interesse em conservar o valor do açúcar e beneficiar a elite de quem era porta-voz.

⁷⁷ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 106 e 107, a autora destaca que mercadores aumentavam, por vezes, os preços das fazendas europeias a fim de compensar menores ganhos com o açúcar. Vitorino Magalhães Godinho. **Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 432.

⁷⁸ Registro de carta escrita a Sua Alteza sobre a cobrança dos donativos. Salvador, 28 de agosto de 1678. **Cartas do Senado**, volume 2. p. 44 e seguintes.

⁷⁹ Termo de eleição de pessoas que se nomearam para fazer preço ao açúcar na forma da portaria do senhor governador e se elegeram a mais votos o doutor Manoel Botelho de Oliveira e o coronel Pedro Garcia Pimentel. Salvador, 17 de maio de 1697. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 338-341.

⁸⁰ S. Schwartz. **Segredos Internos**, p. 162. Carl Hanson. **Economia e sociedade no Portugal Barroco**, pp. 240 e 241. Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas enviado ao senhor Marquês das Minas conselheiro de sua majestade então governador geral da cidade da Bahia. Salvador, 1687. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 20, p. 217: “E todos agora, os do negócio ordenam a seus comissários que lhes mandem os seus cabedais em dinheiro ou letra que em açúcar ou tabaco, por nenhum modo, porque nenhuma saída nem preço têm lá nem esperança de o ter nunca pela quantidade que os do Norte levam da Índia e Barbadas”.

A crise esfacelou qualquer ilusão de controle da Câmara sobre o valor de troca do açúcar. A frota levava pouco da mercadoria e a baixo preço – se pudessem, os mercadores levariam apenas dinheiro pelas fazendas que vendiam na cidade do Salvador. Os camaristas, diante da impotência dos senhores de engenho frente à retração dos preços de seu produto, passaram a clamar à Coroa por soluções. Por sua vez, o rei nada podia fazer contra uma grande tendência do mercado. E quando tentou alguma medida causou ainda mais preocupações entre os senhores de engenho.

Dom Pedro II mandou colocar marcas nas caixas de açúcar com o objetivo inibir as misturas e punir o dono do engenho que adulterasse a mercadoria. F para fino, R para redondo e B para os baixos. Os infratores perderiam o açúcar adulterado, que seria dividido entre o denunciante e a Fazenda Real, deveriam pagar o “tresdobro” do valor da carga e sofrer desterro por dez anos. Na metrópole, esperava-se que os compradores europeus se animassem mais em comprar o açúcar do Brasil se não houvesse o risco de pagarem por finos e levarem baixos ou misturados.⁸¹

A lei da marcação foi lida na Câmara em 11 agosto de 1687. Foi “ouvida e entendida dita provisão pelos senhores de engenho que também presentes estavam”. Concluíram que era “manifesto dano dos engenhos”. E requereram aos oficiais da Câmara que escrevessem ao rei sobre os “inconvenientes que havia para se dar cumprimento a ela”.⁸² Dois dias depois da sessão, os oficiais acataram a demanda dos senhores de engenho e escreveram uma carta para o rei sobre o assunto. No documento, a lei foi qualificada como “rigorosa e afrontosa”, e contra ela alegou-se ob-repção e sub-repção, ou seja, segundo os senhores de engenho que motivaram o documento, houve, por meio de ardil e de astúcia, alteração fraudulenta de fatos. Ao que parece, temiam que muitos senhores fossem punidos devido às fraudes nos açúcares não necessariamente cometidas por eles.⁸³

João Peixoto Viegas escreveu um parecer a pedido do marquês das Minas sobre a declínio do negócio na Bahia, justamente, em 1687. O papel ajuda a esclarecer todo o contexto que motivou os senhores a exigirem junto à Câmara imediata reação do poder local contra a lei da marcação e suas rigorosas e “afrontosas” penas. O autor do papel era

⁸¹ Carta de Sua Majestade que acompanha a lei sobre os açúcares. Lisboa, 23 de março de 1687. **Documentos Históricos**, volume 68, pp. 167 e 168.

⁸² Termo de vereação e resolução que se tomou ouvidos os senhores de engenho sobre a provisão que foi servido Sua Majestade mandar fazer em 23 de março de 1687 sobre as marcas que se hão de pôr nas caixas de açúcar. Salvador, 11 de agosto de 1687. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 91 e 92.

⁸³ Carta do Senado a Sua Majestade sobre a provisão em forma de lei contra os senhores de engenhos. Salvador, 13 de agosto de 1687. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 47 e 48.

um dos homens da governança e membro da elite baiana; havia sido juiz ordinário no ano anterior e vereador em 1662. Portanto, ainda que não seja um documento produzido por oficial da Câmara em exercício, representa muito do que os camaristas pensavam sobre a situação do negócio do açúcar naquele tempo.

A pedido do marquês, que fora governador-geral do Brasil até junho de 1687, Viegas deveria opinar acerca das causas do declínio do negócio. Pensava-se, no reino, que tais causas seriam as fraudes no peso e na qualidade dos açúcares (motivo da lei da marcação) e os preços altos pelos quais se vendia a mercadoria em Salvador. O parecer também passa por outros temas, como a fixação oficial de preços para operações de crédito (proposta de resolução do dito “açúcar de dano”) e melhoramentos técnicos para aumentar a produção de açúcar fino, a fim de impedir que o produto do Caribe tomasse o mercado italiano.⁸⁴

Para o parecerista, as causas do declínio do negócio não procederiam da má fabricação do açúcar, “se não de ser muito o que dele, das Barbadas, e da Índia [ocidental, ou seja, da América] vai à Europa, porque não se pode obrar melhor, nem vossa excelência achará remédio para que sejam mais finos”. Nem os holandeses teriam conseguido desvendar os problemas técnicos da produção do açúcar: na temperagem, havia mestres que faziam açúcar bom de cana ruim e açúcar ruim de cana boa, assim como aqueles que faziam uma safra inteira de açúcar bom, fazendo toda a seguinte de açúcar ruim.⁸⁵

esta obra não tem medida nem compasso, nem é cozinhado que se prove com a boca para se temperar pelo gosto, é todo de ventura e acertar; e não sabem os mestres o que fizeram, senão dois meses depois, quando acaba de purgar-se nas formas e se quebra e seca no balcão.⁸⁶

Segundo o parecer, o problema da qualidade do açúcar que se vendia em Portugal nada teria a ver com a fabricação dele no Brasil ou seu encaixotamento. De modo geral, os açúcares saíam dos engenhos com muito boa qualidade, mas chegavam no reino velhos. Muitas caixas estariam ficando até dois anos na Alfândega da Bahia devido ao sistema de frotas e, nesta espera, “têm quebrada muita parte de sua bondade”. O problema

⁸⁴ Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas enviado ao senhor Marquês das Minas conselheiro de sua majestade então governador geral da cidade da Bahia. Salvador, 1687. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 20, pp. 213-220.

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 213 e 214.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 214.

poderia ser corrigido se houvesse três frotas por ano, acompanhadas por apenas duas ou três fragatas de guerra para escolta entre a Terceira e Portugal, pois daquela ilha para o Brasil não havia piratas. Desta maneira, haveria “açúcares bons e finos como teve em tempos passados”. A lei da marcação das caixas não resolveria o problema e ainda prejudicaria o senhor de engenho que “sem ser ouvido o julgam réu”.⁸⁷

A verificação da qualidade do açúcar já era feita pelos mercadores que costumavam furar as caixas para ver se toda ela era da mesma qualidade do açúcar que havia por cima, de modo que raramente alguma caixa era comprada com engano do mercador que a adquiria. A alteração do peso era uma fraude raramente cometida, e já estava inibida por meio de verificação de certidões e marcas dos engenhos nas caixas. Os senhores de engenho cujas caixas apresentassem menos peso eram notificados, indenizavam os prejudicados e demitiam os caixeiros.⁸⁸

Viegas então passou a discutir o juízo corrente no reino de que os preços no Brasil eram excessivos, e a possibilidade de pôr preço certo no açúcar, o que foi denominado nos documentos camarários de taxação – a prefixação do preço pela autoridade metropolitana. O parecerista lembrou que na década de 1650 houve taxação. E contou o caso: Em 1654, “os do negócio pediram” ao rei que limitasse o preço dos açúcares no Brasil. O rei concordou e passou provisões para as praças da colônia, determinando o preço dos finos e dos redondos. “Replicaram os povos não era justo resolver Sua Majestade um negócio tão grande sem ouvir primeiro os povos a que prejudicava gravissimamente aquela resolução de se almotaçarem os frutos do Brasil em benefício dos de Portugal”. Alegaram os moradores do Brasil que o comércio do açúcar em todo o mundo era feito à avença dos tempos, “que os açúcares haviam tido já diferentes e alternados preços”. Por outro lado, “nunca se requereu no Brasil [taxação] contra o excesso que eles permitiam” nos produtos europeus vendidos pelos mercadores portugueses nas praças da colônia: “como foi uma vez que se vendeu breu as barcas dos engenhos a 40 cruzados o quintal, ainda são vivos alguns que o compraram, e assim outros gêneros”. O rei aceitou as razões da demanda colonial como justas, “e não se falou mais neste negócio”. “A mesma razão deve ser hoje e sempre”.⁸⁹

Relatou Viegas que, quando não havia acordo sobre os preços, impedindo os negócios e atrasando a partida da frota, o governo promovia um acordo entre

⁸⁷ *Ibidem*, p. 214.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 215.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 215 e 216.

representantes de vendedores e compradores de açúcar na Câmara. Certa vez, decidiram que as arrobas de açúcar branco dadas em pagamento de compras fiadas valessem 1\$160 réis, e fosse à avença das partes as transações de açúcar por dinheiro. O parecerista afirmou que era assim havia “mais de 14 anos, sem prejuízo das cargas das frotas, nem alteração alguma”. Nos registros camarários, como foi visto, há informação de que houve desavenças sobre os preços do açúcar dentro do intervalo de 14 anos apontado por Viegas, mas, de fato, o preço oficial do melhor açúcar não deixou de ser 1\$160 réis. Em 1683, o preço do açúcar para pagamentos em dinheiro também foi ajustado em 1\$060 réis.⁹⁰

Os enganados seriam sempre os moradores da colônia, “porque os mercadores lhes vendem as suas fazendas que hão de cobrar pelo preço de 1\$160 réis o açúcar com 40, 50 por cento mais do que as vendem a dinheiro de contado, ao que a necessidade sujeita os compradores: e por isso são todos empenhados”. Em relação ao endividamento, Viegas indica que o marquês era conhecedor dos fatos: “quanto à vossa excelência consta, e se vê nas contínuas execuções com que são decompostos e destruídos”. O endividamento estaria relacionado às “grandes imposições anuais”, que são os 40 mil cruzados para o Donativo do dote da rainha e paz de Holanda, e os 60 mil cruzados para o sustento da infantaria. O parecerista deixou ao marquês uma pergunta: “que província rica do reino contribui cada ano com esta quantia de 100 mil cruzados?” Mas a impressão de Viegas é que não são cridos em Portugal aqueles que noticiam o peso da tributação que a Bahia suporta.⁹¹ Para ele, não seria correta a “opinião assentada” de que o Brasil era rico. Tal opinião se baseava nas “tantas mil caixas de açúcar, e rolos de tabaco, que dele saem cada ano e faz parecer feição, e não realidade o que se diz da impossibilidade de seus moradores já expostos e próximos à total ruína, pelo estado a que tem chegado o comércio de seus frutos”.⁹²

Na segunda metade do papel, o parecerista defendeu a tese de que foram os impostos sobre o açúcar, o tabaco e outros gêneros coloniais que desencadearam a ruína do comércio. Desde os tempos de guerra, quando dom João IV acrescentou muitos direitos ao preço da mercadoria, elevando a arroba até 3\$500 réis em Lisboa, os estrangeiros teriam passado a querer produzir açúcar em suas próprias colônias. O mesmo

⁹⁰ *Ibidem*, p. 216.

⁹¹ *Ibidem*, p. 216.

⁹² *Ibidem*, p. 217.

processo ocorrera com a pimenta, mas aquele “aviso” não serviu aos políticos e conselheiros.⁹³

“pouca experiência política era necessária para se antever este dano, que eu sei homem que nenhuma tem desta ciência que se aprende na corte, e negócios de estado, o qual diz aqui naquele tempo que aquelas grandes ganâncias do açúcar haviam de ser causa da perda de todas, assim se vê e padece há anos, e brevemente será total [...] consiste o remédio em tirar a causa que originou o mal [...] tirem-se do tabaco os rigores do estanco a cargo insuportável do vintém por libra, ficando nos direitos que tinha antes. Alivie-se o açúcar dos que lhe carregam no tempo em que ele tinha preço grande”.⁹⁴

A proposta de Viegas para melhorar o negócio do açúcar era reduzir a imposição de 140 réis por arroba, que foi introduzida quando da fundação da Companhia Geral de Comércio do Brasil, pelo custeio das 36 naus de guerra para proteção da frota. A escolta dos navios de carga passou a ser muito menor e não justificaria a permanência do imposto. “este é o remédio que poderá melhorar o comércio das drogas do Brasil e não alvitre sofisticos”. A proposta é que a Coroa devia reduzir seus direitos, tirando do seu ganho para diminuir o preço do açúcar, facilitando seu escoamento para o mercado europeu: “tem caído e arruinado o comércio e algum remédio se lhe deve opor, e [...] eu não sei outro mais certo”.⁹⁵

Outra sugestão apresentada pelo parecerista era excluir o açúcar batido e o mascavado do comércio colonial. Esta medida sabotaria o açúcar das potências do Norte, em cujo refino se usa o mascavado e o batido comprado em Portugal, redundando na diminuição da concorrência com o açúcar do branco feito nos engenhos da Bahia. E mais, os mascavados poderiam ser refinados no Brasil. Concluindo, Viegas sentenciou:

já não está este negócio em termos que possa ter recurso, remédio, nem recuperação a perda do comércio do Brasil, porque os seus frutos lavram-se com abundância pelos estrangeiros; e em serem no mesmo Brasil tantos no açúcar e tabaco se arruinam a si mesmos. Vejam lá os sábios da política que pode ser o remédio; eu lhe não vejo, senão o dar-nos Deus algum novo fruto de estima e preço.⁹⁶

O final do parecer é pessimista. O autor sugeria soluções, mas não via remédio que reverteresse a situação. O quadro mórbido em se encontrava Salvador, por conta da epidemia de febre amarela, e do, cada vez mais nítido, declínio dos negócios, talvez, tenha

⁹³ *Ibidem*, p. 217.

⁹⁴ *Ibidem*, pp. 218 e 219.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 219.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 220.

desalentado Viegas, que parecia não saber se se apoiava mais na fé ou mais na razão. Após escrever que a solução seria Deus dar um “novo fruto de estima e preço”, firmou os pés no chão com a seguinte ressalva: “esperar milagres, para o que a prudência dos homens basta, não se costuma nem é racionável”.⁹⁷

É marcante o desânimo transmitido ao rei em uma das cartas escritas pelos oficiais da Câmara em 12 de agosto de 1688. Em tempos em que a arroba do açúcar estava caindo para 1\$300 réis em Lisboa,⁹⁸ na cidade do Salvador o melhor preço da mercadoria tendia a perder todos os suportes: Dauril Alden informou que a Santa Casa de Misericórdia pagou 850 réis pela arroba do açúcar branco naquele ano.⁹⁹ Os camaristas pretendiam mostrar “o comum sentimento de todos pela desestimação em que estão os nossos frutos do Brasil, açúcar e tabaco”. Reconhecendo que o comércio com os estrangeiros em Portugal, do que dependia o negócio do açúcar, estava reduzido a um volume muito baixo. Sentenciaram: “parece podemos considerar acabado e perdido o comércio do Brasil. Nem o Concelho de Vossa Majestade o deve entender menos [...] dizem que já este comércio está perdido por [estar] sem conta alguma de ganância nem de sair para fora desse reino”.¹⁰⁰

Os oficiais da Câmara lembraram quando o açúcar teria sido comprado em Lisboa por 3\$000 a 3\$500 réis, nos anos de 1645 a 1655; tempos de bons lucros que se diluíram pelo crescente peso dos impostos, lançados devido à guerra de Restauração. Lamentaram que, acabado aquele conflito, o peso da tributação não fora retirado. O fator fiscal é apontado como o principal responsável pela então “miséria” do negócio do açúcar, ao lado do fechamento de praças europeias ao produto dos engenhos do Brasil. Os estrangeiros teriam ido produzir açúcar em suas conquistas americanas devido ao alto preço que pagavam em Lisboa. Se o negócio continuasse em declínio, logo, a África também sentiria as dores da crise, “porque cessando o labor dos frutos do Brasil, há de perder-se também o negócio dos escravos de Angola: isto é claro”.¹⁰¹

⁹⁷ *Ibidem*, p. 220. Opiniões como a de Viegas foram levadas em conta nas decisões da Coroa, pois, em 1688, houve diminuição de imposto alfandegário e proibição da produção de açúcar batido. Conferir Marcelo Lunardi do Carmo, **Dom Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia**. Dissertação de mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2018, p. 103.

⁹⁸ Vitorino M. Godinho. “As frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770” In *Idem*. **Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990. p. 483.

⁹⁹ Dauril Alden. “Price movements in Brazil...”, p. 340. Na tabela, aparece “(1\$020)”, mas é um preço com acréscimo de 20%, portanto, quem vendeu açúcar branco à Santa Casa de Misericórdia em 1688 recebeu 850 réis por arroba.

¹⁰⁰ Carta do Senado a Sua Majestade sobre se consultar remédio para a boa saída dos frutos da terra pela baixa que tem dado. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3. p. 49 e 50.

¹⁰¹ *Idem*.

A opinião dos oficiais que serviram na Câmara em 1688 era muito semelhante à opinião emitida por João Peixoto Viegas em 1687. Os preços em níveis tão baixos destruiriam o negócio do açúcar na Bahia e, portanto, fariam ruir as estruturas do Brasil tal como fora formado desde o século XVI. Em seu parecer, Viegas afirmou que não via outro remédio para o Brasil senão a dádiva divina de “algum novo fruto de estima e preço”. A elite colonial estava vendo o seu mundo ruir diante dos próprios olhos e para que as estruturas se conservassem, era necessário outro produto, algo que, pela estimação e preço, cumprisse dali para frente o papel que fora do falido açúcar. Não era possível para aquelas pessoas imaginar um Brasil ou uma Bahia fora do “sentido da colonização” e dos circuitos mais dinâmicos de valorização do capital mercantil.

Pediram ao rei “algum remédio para que não se perca de todo este Estado [...] nem os interesses desse reino e de Vossa Majestade”.¹⁰² Viegas, meses antes, fora mais enfático: “mas por consequência há de sentir o reino todo. Pois é manifesto que o seu principal alimento e poder é o Brasil”.¹⁰³ Os homens mais instruídos da colônia guardavam uma consciência de que Portugal, Brasil e Angola formavam um sistema de partes comunicantes e, de um modo especial, interdependentes; um sistema administrado pela Coroa e animado pelo capital mercantil. O jogo do negócio colonial não era um mistério e a açucarocracia não questionava o fato de o Brasil ser o “principal alimento e poder” da metrópole, pois o lucro e a vida aristocrática dos senhores de engenho eram sustentados, justamente, na lida da nobre tarefa de alimentar e fortalecer Portugal. O problema era justamente o não poderem fazê-lo. O remédio solicitado ao rei, que para Viegas seria o milagre de um “novo fruto” de “estima e preço”, era o remédio para a conservação da própria exploração colonial.

Outras cartas endereçadas à Coroa, escritas no mesmo dia 12 de agosto de 1688, têm o preço do açúcar como tema principal. Em duas delas, os oficiais da Câmara indicaram que a mercadoria, quando colocada para arrematação por conta de execuções de dívidas, chegava a preços muito baixos. As arrobas de açúcar dos endividados estavam sendo arrematadas por “seis tostões [600 réis] e menos o açúcar branco e por oito vinténs [160 réis] o mascavado, e assim será sempre com mais excesso pela desestimação e preços

¹⁰² *Idem*, p. 50.

¹⁰³ Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas enviado ao senhor Marquês das Minas conselheiro de sua majestade então governador geral da cidade da Bahia. Salvador, 1687. **Anais da Biblioteca Nacional**, volume 20, p. 217.

em que estão os açúcares”.¹⁰⁴ Contaram ao rei que “se venderam os açúcares brancos a que chamam redondo por menos de dois cruzados [800 réis] e os mascavados machos a 260 e 240 muito limitado a respeito da grande despesa que se faz com sua cultura”.¹⁰⁵

É a primeira vez que os oficiais informam ao rei que o açúcar branco de senhores endividados, por conta das execuções, caíra abaixo de 800 réis, tocando níveis de preço da década de 1620.¹⁰⁶ Em todos os registros camarários do século XVII publicados nas séries *Atas da Câmara* e *Cartas do Senado*, não há relato sobre preços tão baixos para o açúcar mascavado: 160 réis por arroba! Por sorte, no pagamento do imposto do dote e paz a Câmara era obrigada a aceitar a arroba de mascavado por 600 réis, e por 1\$200 a do branco. O provedor-mor da Fazenda Real resistia em aceitar os mascavados no pagamento do Donativo do dote e paz, o que motivou uma das cartas do Senado de 1688. A crise tornou sem sentido algum a dissimulação de aceitar o pagamento de imposto em açúcar mascavado, que, reduzido a dinheiro, não chegava a 27% do valor nominal teoricamente pago ao fisco.¹⁰⁷

A terceira carta dedica-se exclusivamente ao problema da taxaço do açúcar. Assunto que fora abordado por Viegas em seu parecer. O assunto tinha o mesmo grau de importância, ou até mais, que a lei da marcação de qualidade e suas rigorosas penas. A carta em si é pequena. Longo é o anexo: os “Capítulos sobre as taxas acima”. Se não for o maior, foi um dos maiores discursos produzidos na colônia e enviados ao rei durante a crise açucareira. No início de 1688, a Coroa mandou taxar os açúcares, os metais necessários à produção dos engenhos e o treu para os barcos. Porém, por conta de papéis como os Capítulos, a taxaço foi revogada já no início de 1689.¹⁰⁸

A princípio, deve-se considerar que a defesa da liberdade de negociação de preço, que aparece no documento, não é um manifesto precoce ao estilo *laissez-faire*, e ocorre porque a taxaço não beneficiava a açucarocracia. Se o rei determinasse que os senhores de engenho deveriam receber, no mínimo, 1\$200 réis pelas arrobas de açúcar branco, certamente, textos como os Capítulos teriam sido escritos pelos mercadores.

¹⁰⁴ Carta a Sua Majestade em que se lhe pede se não rematem os frutos da terra antes do tempo das frotas. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 55.

¹⁰⁵ Carta do Senado a Sua Majestade sobre não querer o provedor-mor da Fazenda Real aceitar para o Donativo os açúcares mascavados. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 60.

¹⁰⁶ Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 401.

¹⁰⁷ Carta do Senado a Sua Majestade sobre não querer o provedor-mor da Fazenda Real aceitar para o Donativo os açúcares mascavados. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, pp. 60 e 61.

¹⁰⁸ Carta de Sua Majestade sobre não ter efeito a lei tocante à parte que respeita ao preço dos açúcares e dos quatro gêneros de que se fornecem os engenhos. Lisboa, 14 de fevereiro de 1689. **Documentos Históricos**, volume 68, pp. 175-177.

que a taxa, senhor, nos parece não ser remédio da saída que devem ter os açúcares nesse reino, e assim mostrará a experiência dos que vão nesta frota por muito menos preço que o da taxa; esperamos de Vossa Majestade e da atenção de seus concelhos se resolva este negócio como convém à conservação deste Estado e de seus moradores.¹⁰⁹

O final do trecho acima mostra a importância do negócio para a açucarocracia e como o comércio do açúcar estava vinculado, como fator estrutural, ao modo de vida dos senhores de engenho. Defender o negócio do açúcar era defender a Bahia, tal como a nobreza colonial a entendia. A negociação pela continuidade da produção açucareira na Bahia e no Brasil, empreendida junto à Coroa, grande beneficiária do negócio, mas que estava pressionada pela conjuntura europeia, era uma negociação pela própria existência do Estado do Brasil nos moldes coloniais em que ele se formara.

Os capítulos começam pedindo ao rei que ponderasse sobre as grandes dificuldades de inconveniências que decorriam da taxação dos açúcares. A principal delas era o balanço contábil negativo dos engenhos, por conta dos preços baixos do seu mais importante produto. Os senhores não conseguiam pagar as contas com o açúcar vendido por preços negociados nos anos anteriores, quanto mais em 1688, quando os melhores preços estavam pouco acima dos 800 réis.

Com estes déficits anuais seguidos, o endividamento decolou: “e todos vivem empenhados e arrastados com dívidas, como o podem informar a Vossa Majestade os governadores e ministros que de dez anos a esta parte assistiram nesta praça”.¹¹⁰ O dado temporal mostra a existência da impressão de que o endividamento se alastrara desde o final da década de 1670. Os camaristas lembraram do problema do “açúcar de dano”,¹¹¹ modalidade de crédito pela qual as pessoas “tomavam dinheiro antecipado para se fornecerem de alguns gêneros que se não vendem fiados para darem o açúcar (que sempre era o mais baixo que faziam) a oito e até nove tostões [800 e 900 réis]”. Aqueles que utilizaram seguidamente deste negócio “ficaram em breves anos destruídos”. Em 1683,

¹⁰⁹ Carta do Senado a Sua Majestade sobre os capítulos que se lhe mandaram das taxas do açúcar, breu, treu, ferro e cobre. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 62. O documento vai da 62 até a página 72.

¹¹⁰ *Idem*, p. 63.

¹¹¹ Carta escrita a Sua Alteza sobre o dinheiro do açúcar de 800 réis. Salvador, 7 de julho de 1683. **Cartas do Senado**, volume 2, p. 116.

estes contratos foram legalmente anulados. A lei da taxao seria pior do que o chamado aar de dano, pois, por ela, “os aares baixos se pem a 750 ris”.¹¹²

Em seguida, so apresentadas as despesas de um engenho. O objetivo mostrar que as despesas eram altas e o engenho muito custoso e que, portanto, o preo do aar no podia cair mais, nem ser taxado por to baixo valor. Argumentavam que no fazia sentido taxar apenas alguns poucos insumos¹¹³ se “impraticvel” impor taxao ao preo da maioria dos fornecimentos da fbrica, os quais “se tm comprado por preos exorbitantes a respeito dos passados”. Pelas estimativas dos camaristas, o preo mnimo da arroba do aar branco deveria ser 1\$000 ou 1\$100 ris. Abaixo desses nveis, em “brevssimos anos”, os engenhos e fazendas “ficaro inteis”.¹¹⁴

Neste ponto, os camaristas encaixaram o argumento mais forte e comum nos processos de negociao entre a Cmara e a Coroa, sentenciando: “com diminuio excessiva dos dzimos e alfndegas de Vossa Majestade, e prejuzo das folhas eclesistica e secular e outras aplicaes”. A demanda colonial que beneficiaria a metrpole, certamente, seria melhor acolhida. O declnio e crise do negcio do aar da Bahia tmbm prejudicaria os mercadores, que no teriam para quem vender, pois, se os moradores no podem contar com o aar “que era o dinheiro e riqueza do Brasil no lhe fica outra com que possam comprar as fazendas que vem de fora”.¹¹⁵ O carter mercantil definia o Brasil: sem o negcio, o Brasil no se sustentava, o senhor de engenho no gastava, o mercador no lucrava e a Coroa no recolhia tantos impostos quanto precisava.

O Brasil, senhor, desde o seu nascimento se sustentou sempre em duas colunas uma era a do tabaco, e a outra o aar. A do tabaco arruinou-se h anos [...] e agora se arruinar a do aar ficar perdido o Brasil todo, porque para todos se acabaram as colunas em que se sustentava.¹¹⁶

¹¹² Carta do Senado a Sua Majestade sobre os captulos que se lhe mandaram das taxas do aar, breu, treu, ferro e cobre. Salvador, 12 de agosto de 1688. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 64.

¹¹³ *Idem*, p. 66: “fazerem [os mercadores portugueses] tmbm taxar os quatro gneros de cobre, breu, ferro e treu por lhe parecer erradamente que neles se compreendiam todos os fornecimentos da fbrica do aar”. Os mercadores de Lisboa tmbm conseguiram que se taxasse os quatro gneros por preos maiores do que se estava praticando: “fizeram taxar os quatro gneros por preos mais altos do que at agora se compravam no Brasil, querendo, nesta forma, com anos e perda certa, segurar a sua ganncia infalvel, pois vendendo-se nestes anos prximos passados o cobre a 320, o breu a 1\$600, o ferro a 3\$200 e o treu a 35 ris, os fazem taxar agora o cobre a 350, o breu a 2\$800, o ferro a 4\$800 e o treu a 51 ris”.

¹¹⁴ *Idem*, pp. 64 e 65.

¹¹⁵ *Idem*, p. 65.

¹¹⁶ *Idem*, p. 65. Diante da runa do tabaco e da situao do quase perdido negcio do aar, pediu-se ao rei que pondere sobre outra mercadoria ou gnero de que pdesse o Brasil se sustentar. pp. 65 e 66.

Os mercadores do reino teriam convencido a Coroa de que os preços do açúcar no Brasil eram excessivos. E que havia muitas fraudes na sua fabricação e encaixotamento. Estas, sim, seriam as duas causas do acúmulo do produto nos armazéns de Lisboa. Contudo, segundo os camaristas, o açúcar se fabricava com resultados cada vez melhores devido à experiência acumulada. E repetiram uma ideia que parece ter sido largamente difundida naqueles tempos: “nem os holandeses com toda a sua indústria puderam descobrir [melhor forma de produzir açúcar] nos 24 anos que o lavraram em Pernambuco, nem ainda para ser menos custoso”. A qualidade da mercadoria dependia “da ventura”. Concluindo este argumento, afirmaram “que de nenhum modo se pode dizer se o vício do açúcar é voluntário”.¹¹⁷

Os camaristas repetiram quase da mesma forma tudo o que João Peixoto Viegas escrevera em seu parecer sobre a inutilidade da lei da marcação das caixas. Os mercadores furavam as caixas e pagavam pelo açúcar que encontravam e não pelo que o vendedor dizia. E, em caso de fraudes, o senhor de engenho perdia o açúcar, indenizava o comprador e providenciava o afastamento do caixeiro.¹¹⁸

Para se defender da “presunção” de que o açúcar tinha preço excessivo na Bahia, passaram a apresentar a forma por meio da qual se chegava aos preços na colônia. Por portarias, os governadores mandavam vendedores e compradores ajustarem um preço, processo em que a Câmara não interferia, fazendo apenas os registros em seus livros. O último ajuste havia estabelecido o preço de 1\$160 réis para a arroba do açúcar branco utilizado no pagamento de fazendas, e 1\$060 para o vendedor que recebesse em dinheiro. Segundo os camaristas, tudo livremente e à avença das partes.¹¹⁹ Entretanto, como já foi visto neste texto, nas décadas antes da crise, quando não havia acordo, o preço que prevalecia sempre era o dos vendedores.¹²⁰

Os camaristas não consideravam que 1\$000 ou 1\$100 réis fossem preços altos, tendo em vista toda a despesa do engenho. Por outro lado, a “pouca saca” da mercadoria nos portos do reino seria explicada pela concorrência, estimulada pelos altos preços a que chegou o açúcar entre 1648 e 1654: 3\$800 réis em Lisboa e 1\$500 na Bahia. Enunciaram um entendimento que parece ter sido corrente: os ingleses e outros do Norte, não querendo pagar tanto, foram plantar cana nas suas conquistas. O resultado foi a grande abundância

¹¹⁷ *Idem*, pp. 66 e 67.

¹¹⁸ *Idem*, p. 68.

¹¹⁹ *Idem*, p. 67.

¹²⁰ *Idem*, p. 68.

da mercadoria e, conseqüentemente, os preços baixos: vendia-se uma arroba do açúcar refinado na Itália por 1\$200 réis. O mesmo argumento de Viegas e quase com as mesmas palavras, inclusive o exemplo indiano que se não poderia ter repetido com o açúcar.¹²¹

Uma novidade do documento é um tímido protesto contra a política mercantilista de balança comercial promovida pelo vedor da Fazenda de Portugal, o terceiro conde da Ericeira. Houve restrições contra as importações e um dos efeitos colaterais foi a diminuição da saída de açúcar do reino. Antes, parte de sua “ganância empregavam açúcares de que levavam carregadas as suas naus e como lhe faltou o negócio de darem saída a todas as duas drogas por razão das novas fábricas que hoje há em Portugal, faltou de todo a saca dos açúcares do Brasil”.¹²² Com menos navios estrangeiros a frequentar os portos do reino, menos açúcar era escoado.

Os camaristas pediram a abolição da taxa sobre os preços do açúcar. E retomaram a relação entre o vigor do negócio do açúcar e a arrecadação fiscal: “é certo que o contrato dos dízimos, não havendo açúcar, não há de chegar a pagar nem ainda a folha eclesiástica e que faltando os cabedais a estes vassallos, necessariamente, hão de faltar aos tributos e contribuições que pagam”. Enumeraram os principais custos fiscais que pagavam os moradores da Bahia, entre os quais se destacavam o Donativo do dote e paz e o sustento da infantaria. Se o açúcar não fosse vendido por pelo menos 1\$000 ou 1\$100 réis, a lavoura ficaria ameaçada assim como a arrecadação.¹²³

Para o ano seguinte, 1689, a tabela de preços de Stuart Schwartz aponta o menor preço da série desde a década de 1630: o hospital da Santa Casa de Misericórdia teria pago 864 réis por arroba de açúcar branco (720 réis, desconsiderando os 20% acrescentados por Alden).¹²⁴ Com os preços em queda, tal como os camaristas explicaram nos “Capítulos” de 1688, o endividamento tenderia a crescer mais. Possivelmente por isso, foi pedido ao rei que proibisse arrematação de açúcar, por conta de dívidas, antes de vinte dias da partida da frota. Esta mercê já havia sido concedida por provisão de seis anos em 1665 e 1681.¹²⁵

Em 1690, mais uma vez, os camaristas estavam defendendo os senhores endividados. Relataram que o açúcar, valendo 900 réis, era arrematado nas execuções por

¹²¹ *Idem*, pp. 69 e 70.

¹²² *Idem*, pp. 70 e 71.

¹²³ *Idem*, pp. 71 e 72.

¹²⁴ Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 401.

¹²⁵ Carta do Senado a Sua Majestade sobre mandar passar provisão para se não arrematarem os açúcares salvo vinte dias antes da partida das frotas. Salvador, 16 de julho de 1689. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 89.

600.¹²⁶ O rei concedeu a mercê pela qual o açúcar penhorado por dívida tivesse preço estabelecido por avaliadores, além de proibir a arrematação antes de quinze dias da saída da frota.¹²⁷

A recuperação conjuntural

Entre o final da década de 1660 e meados da década de 1680, o preço da arroba do açúcar branco caiu entre 12 e 15%. Em 1683, a média do preço era de 1\$110 réis, pois pagava-se 1\$160 aos que entregassem suas arrobas em pagamento de mercadorias e 1\$060 réis àqueles que quisessem receber em dinheiro de contado. Entre os baixíssimos preços do final da década de 1680, 900 réis é o valor mais conservador e parece ser um dado minimamente sólido para se determinar a intensidade da crise dos anos 1680. Houve uma queda de 210 réis, isto é, o preço do açúcar caiu 19% entre 1683 e 1690.

Parece razoável considerar mil réis por arroba de açúcar branco, como sugerido pelos próprios camaristas, o valor mínimo para a reprodução da economia açucareira, considerando o aumento dos preços dos insumos e da força de trabalho que ocorreu nas últimas décadas do século XVII. Estas são as bases da crise na Bahia. Desde 1683, os ganhos do setor açucareiro tendiam a níveis abaixo do mínimo sustentável, daí as manifestações de desalento nas cartas e a deterioração profunda da posição dos senhores e lavradores na negociação de preços com os mercadores.

Destaque-se também que, enquanto os impasses entre o setor mercantil e o setor senhorial podiam ser resolvidos pela arbitragem de instâncias de poder sediadas na capitania, o preço do açúcar não se tornou assunto nas cartas endereçadas à Coroa. Quando a conjuntura recessiva na Europa e no reino chegou à principal praça mercantil do Brasil, os registros de ajuste desapareceram das atas e o Senado passou a negociar a defesa da produção em suas cartas ao rei, o que se fazia discutindo, principalmente, preço.

Adentrando pela década de 1690, os preços passam a ser menos frequentes nas cartas. Se forem excluídas as cartas que passam pela questão do pagamento do Donativo do dote e paz, para o qual a arroba do açúcar branco estava fixada em 1\$200 réis, menções a preços específicos se tornam raras. As murmurações sobre a “ruína” e a “miséria”

¹²⁶ Registro de uma carta escrita a Sua Majestade sobre não se guardar a provisão da arrematação da ruína se não fazer antes do tempo da frota. Salvador, 18 de julho de 1690. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 97.

¹²⁷ Carta escrita a Sua Majestade sobre se conceder que a provisão que se prorrogou sobre os açúcares se não arrematem se não se deem por avaliação. Salvador, 18 de julho de 1692. **Cartas do Senado**, volume 3, p. 113.

passam a ser menos detalhadas (tenderiam a desaparecer se não fosse a fome fiscal da metrópole). O próprio açúcar deixa de ser um assunto frequente na correspondência entre a Câmara e a Coroa. Em 1693 ou 1694, pediu-se a recondução de Câmara Coutinho ao cargo de governador-geral, o qual teria vencido “com sua inteligência as inconveniências do tempo, [...] se logram grandes felicidades e sossego”.¹²⁸

Em 1695, os camaristas pediram, em nome da nobreza e povo, a recondução ao cargo o governador-geral dom João de Lancastre, ainda com poucos meses no palácio. A carta escrita ao rei com o pedido deixa a impressão de que era uma opinião corrente a associação do mandato do novo governador com os bons tempos que vivia a Bahia: houve a queda no preço da farinha, havia saúde nos ares da cidade do Salvador, iniciara-se a cunhagem de moedas provinciais, trazendo o “sangue que só dá vida aos Estados e povos” e que “o segura de não ter outra ruína”. O novo governador tratava os moradores “mais como filhos que como súditos”. O que se pode inferir sobre o negócio do açúcar está no seguinte trecho: “quando as rendas reais declinavam a ser menos da metade do que costumavam, subiram a dobrar do estado em que [o governador] as achou, chegando os gêneros do Brasil ao preço que o faz mais opulento”.¹²⁹ Logo, a alta do preço do açúcar, comemorada no pedido de recondução do governador, começaria a gerar desacordos entre vendedores e compradores.

Em 17 de maio de 1697, formou-se uma comissão de representantes de senhores de engenho e lavradores, e homens de negócio para ajustar o preço do açúcar. Os louvados teriam três dias para entrarem em acordo sobre o preço; passados os três dias, se não houvesse acordo, o governador decidiria, tudo conforme ordem do rei.¹³⁰ Vencido o prazo, reuniram-se os envolvidos e “declararam os ditos louvados nomeados por parte dos senhores de engenho e lavradores que do preço de dezessete tostões veriam em preço razoável”. Os representantes do negócio queriam preço mais baixo e não houve acordo, pois os representantes do setor açucareiro não recuaram dos 1\$700 réis que propuseram.¹³¹ O preço deve ter sido arbitrado por dom João de Lancastre. A Santa Casa

¹²⁸ Carta que este Senado escreveu a Sua Majestade sobre a conta que pede do dote e paz de Holanda. Salvador, s/d. **Cartas do Senado**, volume 4, p. 44.

¹²⁹ Carta que fez o povo a este Senado que vai com a carta aqui copiada sobre a recondução do governador o senhor dom João de Lancastre”. Salvador, 26 de maio de 1695. **Cartas do Senado**, volume 4, p. 52.

¹³⁰ Termo de vereação das pessoas que se nomearam para fazer preço ao açúcar na forma da portaria do senhor governador e se elegeram a mais votos o doutor Manoel Botelho de Oliveira e o coronel Pedro Garcia Pimentel. Salvador, 17 de maio de 1697. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 338 e 339.

¹³¹ Termo sobre o preço do açúcar. Salvador, 21 de maio de 1697. **Atas da Câmara**, volume 6, p. 340.

de Misericórdia comprou açúcar por 1\$500 réis em 1697, indicando que, talvez, o governador tivesse procurado um meio termo.¹³²

Aparentemente, tudo corria muito bem para os senhores de engenho e lavradores, pois o açúcar chegara a seu maior valor histórico.¹³³ Entretanto, uma carta do Senado escrita ao rei relata um fato que desagradou os vendedores de açúcar. A mando da Coroa, o governador taxou os preços. Pelo dado da Santa Casa, a hipótese é que dom João de Lancastre determinou um preço máximo de 1\$500 réis.

Na carta, os camaristas retomam a história dos episódios em que houve taxaço nas últimas décadas, alegando que sempre se retornou à liberdade de preços no negócio do açúcar. A última vez que o rei havia fixado preço foi em 1688, no pior momento da crise açucareira. Mas, “com fundamento de que a liberdade do comércio e da lavoura não devia admitir taxa alguma ao que Vossa Majestade sendo melhor informado atendeu e mandou revogar a provisão [...] assim se venderam até agora”.¹³⁴ Daquela vez, de fato, o momento não era favorável à aplicação deste tipo de medida e o preço fixado, possivelmente, estivesse abaixo do mínimo necessário para a reprodução da lavoura e fábrica do açúcar. Mas, desta vez, com o produto dos engenhos valendo quase o dobro do preço que tinham no final da década de 1680, a Coroa não hesitou em tentar dar teto ao açúcar na Bahia.

por ordem que Vossa Majestade mandou ao governador dom João de Lancastre se fez avaliação dos açúcares somente e ficaram os gêneros de negócio mercantil livres para se venderem pelo preço que aos moradores lhe parecer e desta maneira se dá uma notória desigualdade entre o negócio e a lavoura sendo que por serem correlativas deve ter a mesma disposição, principalmente que as fazendas”.¹³⁵

A reabertura do mercado de muitas praças europeias ao açúcar do Brasil¹³⁶ e a irrigação monetária promovida pela produção de moedas provinciais¹³⁷ são dois dos fatores que explicam a alta do açúcar na segunda metade da década de 1690. O aumento dos custos de produção, com destaque para o da força de trabalho impulsionavam a tendência altista na Bahia. Contudo, em Lisboa, um novo gargalo se formava no

¹³² Dauril Alden. “Price movements in Brazil...”, p. 340.

¹³³ Tomando como base a tabela de Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, pp. 400 e 401.

¹³⁴ Carta para Sua Majestade escrita por este Senado para que se não taxem os açúcares e que se vendam à avença das partes. Salvador, 23 de julho de 1697. **Cartas do Senado**, volume 6, pp. 77 e 78.

¹³⁵ *Idem*, p. 77.

¹³⁶ Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 166.

¹³⁷ Rafael da Silva Coelho. **Moeda no Brasil no final do século XVII**, pp. 213 e seguintes.

escoamento do açúcar para a Europa e o Senado da Câmara da Bahia foi informado da situação pelo próprio rei.¹³⁸ Em Amsterdam, o preço do produto subiu pouco mais 80% entre 1691 e 1703, enquanto, na Bahia, a alta entre 1689 e 1699 ultrapassou os 150%.

Na colônia, os escravizados, com que “se cultiva o açúcar têm saído a tão alto preço que se vendem por dobrado preço do que até agora se compravam”. Os oficiais da Câmara, insistiam na estéril solicitação que “de hoje em diante não haja avaliação dos açúcares e que se vendam livremente por avença das partes com a mesma liberdade que tem o negócio mercantil para vender as suas drogas sem taxa alguma”.¹³⁹

No ano seguinte, 1698, novamente, houve impasse sobre os preços e, mais uma vez, os louvados do negócio e do engenho não entraram em acordo. Os da lavoura queriam 1\$500 na arroba do melhor açúcar, enquanto os mercadores ofereceram apenas 1\$000 réis. Na Santa Casa de Misericórdia a arroba de açúcar branco foi comprada por 1\$264, indicando, mais uma vez, que o governador possivelmente tenha estabelecido um preço médio entre as duas partes.¹⁴⁰

Assim como no ano anterior, em 1698, o governador-geral, a mando da Coroa, na prática, taxou os preços. Os camaristas, por sua vez, escreverão ao rei reclamando. Não havia como reeditar o discurso da miséria nem murmurar sobre a perda dos brincos e saias das mulheres e das viúvas, como fizeram à exaustão na década de 1680, pois Salvador prosperava.¹⁴¹ O discurso dos homens da governança contra a taxaço, no máximo, poderia jogar com as pouco convincentes perspectivas futuras de declínio. “Expõe-se este Estado a uma ruína” se o preço do açúcar continuar batendo no teto determinado pelas autoridades metropolitanas, enquanto as outras mercadorias são negociadas livremente. A margem de lucro dos senhores e lavradores tendia a ser estrangulada e a lavoura de açúcar abandonada “porque suposto que não seja à avença das partes a que dá maior ou menor preço aos ditos açúcares [...] pode daí resultar que falte quem luvre os ditos açúcares por ser a lavoura deles a mais custosa que há em todo o Brasil”.¹⁴²

O discurso colonial apelava para uma noção de justiça, pela qual o negócio do açúcar deveria gozar da mesma liberdade com que se negociava as outras mercadorias:

¹³⁸ Vera Ferlini. **Terra, trabalho e poder**, p. 115.

¹³⁹ Carta para Sua Majestade escrita por este Senado para que se não taxem os açúcares e que se vendam à avença das partes. Salvador, 23 de julho de 1697. **Cartas do Senado**, volume 6, p. 78.

¹⁴⁰ Termo de resolução que tomaram os eleitos e nomeados para fazer preço aos açúcares. Salvador, 24 de maio de 1698. **Atas da Câmara**, volume 6, p. 358. Dauril Alden. “Price movements in Brazil...”, p. 340.

¹⁴¹ A. J. R. Russel-Wood. **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília, Ed. Unb. 1981. pp. 49-51 e 215.

¹⁴² Carta escrita por este Senado a Sua Majestade sobre o preço dos açúcares. Salvador, 11 de julho de 1698. **Cartas do Senado**, volume 4, pp. 89 e 90.

“os mais gêneros dele se vendem sem taxa alguma, parece também justo que não haja este gravame nos ditos açúcares”. Contra a taxação, alegaram que havia inflação: “por terem levantado todas as drogas que há na terra, se vendem tanto as que vem de fora como as que nela se produzem com mais de cinquenta por cento”. Por fim, reforçaram as perspectivas futuras de abandono da lavoura e reapresentaram o mais forte argumento das negociações empreendidas pela Câmara colonial junto à Coroa metropolitana: o prejuízo da colônia redundará em perda para a metrópole.

a cujo respeito fica sem comparação maior o dispêndio com que os tais açúcares se fabricam com que se no preço deles houver a taxa que nos mais gêneros não há poderão as pessoas que até aqui os lavraram empregar-se em outras lavouras que com menos trabalho gozem mais liberdade, e maiores lucros do que se seguirá com grande ruína de todo o Estado muita diminuição nas rendas dos direitos reais de Vossa Majestade, assim nos dízimos desta cidade como na alfândega dessa corte.¹⁴³

Em 1699, possivelmente, a demanda por açúcar continuava bastante forte na cidade e os preços renovaram o topo histórico. Mais uma vez, vendedores e compradores não se entenderam e a questão foi parar na Câmara. Os representantes da lavoura propuseram o preço de 1\$640 para a arroba do melhor açúcar. Os mercadores presentes não concordaram. Entretanto, não houve como segurar os negócios e o preço do setor açucareiro venceu, pois “de um mês a esta parte, mais ou menos, compraram voluntariamente as pessoas do negócio e carregadores desta praça as maiores partidas”. Foi dito que os comerciantes “se davam por contentes e satisfeitos pelos ditos comuns preços e por esta causa se não louvaram em pessoas que fizessem preço por estar ajustado por convenção voluntária”.¹⁴⁴ Em 1699, o preço registrado nos livros do engenho Sergipe do Conde foi o maior de toda a série que Schwartz organizou, pois, entre 1550 e 1768, em nenhum outro ano a arroba do açúcar branco macho teria sido negociada por preço maior do que 2\$200 réis.¹⁴⁵

A exploração colonial era um processo complexo. O Estado metropolitano, os agentes do capital mercantil e a açucarocracia se associaram para construir o comércio colonial e dividir os ganhos dele oriundos. Porém, em épocas de crise, o agente mais vulnerável dos mecanismos de exploração, a nobreza colonial açucareira, tendia a se

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ Termo de resolução que se tomou sobre o preço do açúcar na forma da portaria do senhor governador. Salvador, 6 de abril de 1699. **Atas da Câmara**, volume 6, pp. 371 e 372.

¹⁴⁵ Stuart Schwartz. **Segredos Internos**, p. 166.

manifestar mais incisivamente a fim de negociar sua condição, identificada nos discursos como a própria preservação do Brasil. Nos momentos de recessão e mais ainda nos anos de crise, a engrenagem mercantil, acusando declínio dos lucros, passava a cobrar dívidas e a pagar menos pelo açúcar. No extremo, pelas execuções de dívidas e custos de produção, o patrimônio dos senhores de engenho se tornava parte do “alimento” a ser consumido pelo funcionamento dos mecanismos daquela exploração. Então, a Câmara da cidade do Salvador negociava pela sobrevivência do negócio, pela sobrevivência daquele Brasil.

Considerações Finais

Considerando a segunda metade do século XVII, os processos de negociação entre a Câmara da cidade do Salvador e a Coroa portuguesa, relacionados à tributação, à moeda e ao negócio do açúcar, eram assimétricos. A Câmara apresentava suas demandas à Coroa como polo subordinado na comunicação política. Os discursos produzidos no espaço colonial, ao defender as demandas dos moradores da Bahia, em especial da elite açucareira, tinham como seu melhor e último argumento o benefício ou o ganho da Fazenda Real, isto é, o fortalecimento da Coroa na América e na Europa. Para o centro metropolitano, por sua vez, o atendimento das demandas coloniais eram concessões, as quais deveriam redundar, direta ou indiretamente, em benefícios à própria Coroa.

As negociações eram propostas e empreendidas a partir do polo subordinado e, normalmente, eram movimentos reativos em relação às políticas metropolitanas ou às oscilações conjunturais mercantis, em grande medida, irradiadas do continente europeu. As negociações poderiam demorar muitos anos e, com o fim de alcançar uma decisão favorável da Coroa, a Câmara do Salvador mantinha procuradores em Lisboa para apresentar, de modo mais eficaz, suas demandas e argumentos.

A Coroa tendia a julgar as demandas na medida em que os discursos emitidos da Bahia mostrassem a relevância do problema. Uma vez provocada, a Coroa deferia ou indeferia, no intervalo de tempo que julgasse adequado, na medida em que compreendesse a importância da demanda para a manutenção do comércio colonial ou para o sustento do Estado. Frequentemente, optava por não responder às solicitações coloniais, lançando mão de um silêncio estratégico, a esperar pelo amadurecimento de propostas da parte dos camaristas ou pela mudança da situação concreta.

A linguagem dos discursos escritos, registrados nas cartas do Senado, tinha grande importância, pelo detalhamento das informações e pelo uso de argumentação adequada

na correspondência com a Coroa. A exposição da situação econômica da Bahia lançou mão, progressivamente, de noções teóricas sobre a moeda e o comércio próprias do mercantilismo do século XVII. A irrigação monetária era necessária para o bom funcionamento da economia colonial, possibilitando o giro nos negócios de senhores e mercadores e a arrecadação de impostos, sem a qual o Estado não conseguiria manter seus servidores. Os oficiais da Câmara procuravam expor as dificuldades econômicas da açucarocracia em contraposição à expansão fiscal que a metrópole impôs à Bahia na segunda metade do século XVII, pois eram conscientes da importância do negócio do açúcar para as rendas reais. Sustentavam, assim, a argumentação a favor legislação protecionista para os engenhos.

A melhor apresentação dos problemas, sobretudo na questão monetária, contribuiu para que a negociação pela moeda provincial no Brasil chegasse a bom termo com a fundação da Casa da Moeda provincial. O detalhamento dos impactos dos tributos na produção açucareira da Bahia, desde meados do século XVII, fortaleceu a negociação por alívios fiscais, com destaque para os momentos de dificuldade quando a cobrança do Donativo do dote da rainha e da paz de Holanda tendia a ser flexibilizada para que a Câmara conseguisse cumprir com o sustento da infantaria.

O mercantilismo, enquanto linguagem econômica, era utilizado no processo de melhoramento dos discursos coloniais envolvidos nos processos de negociação. A articulação mercantilista de elementos político-econômicos, apresentados como se fossem partes de um conjunto orgânico, progressivamente, apoiou a vinculação entre o bom funcionamento do negócio do açúcar e a conservação do Estado.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Luiza da Fonseca:

Caixa 01. Documento: 52.

Caixa 15. Documentos: 1745, 1750, 1767, 1768, 1775, 1779 e 1780.

Caixa 17. Documentos: 1910, 1917, 1961, 1990, 1997 e 2001.

Caixa 18. Documentos: 2023 e 2103.

Caixa 19. Documentos: 2146, 2186, 2196, 2193, 2195, 2196, 2198, 2199, 2200 e 2228.

Caixa 20. Documentos: 2251 e 2367.

Caixa 22. Documentos: 2585, 2642 e 2643.

Caixa 23. Documentos: 2733 e 2768.

Caixa 25. Documentos: 2988, 2989, 3006, 3015, 3016 e 3036.

Caixa 26. Documento: 3181.

Caixa 27. Documentos: 3309, 3356, 3357, 3376 e 3377.

Caixa 28. Documentos: 3492 e 3496.

Caixa 29. Documentos: 3548, 3574 e 3646.

Caixa 30. Documento: 3735.

Caixa 32. Documento: 4065.

Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. Série Avulsos:

Caixa 02. Documento: 121.

Caixa 03. Documentos: 253, 302 e 331.

Caixa 06. Documento: 471.

Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco:

Caixa 13. Documento: 1303.

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da Câmara da Capitania do Rio de Janeiro acerca de ser conveniente haver nela moeda de cobre de dez e cinco réis. Lisboa, 3 de outubro de 1679. IHGB. Fundo Conselho Ultramarino, volume 22, fls. 69 a 70.

Biblioteca da Ajuda - Lisboa

Sobre o valor do dinheiro, que se lavrava na casa da moeda e saia para fora do reino. Lisboa, 8 de agosto de 1686. Biblioteca da Ajuda. Códice 50-V-37, fl. 410.

Carta de do governador-geral Câmara Coutinho para Mendo de Fóios Pereira, secretário de Estado, sobre não haver dinheiro neste estado com a baixa da moeda. Salvador, 20 de julho de 1692. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-42, fl. 14.

Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo Foios Pereira. Salvador, 30 de julho de 1693. Biblioteca da Ajuda. cod. 51-V-42 Fl. 42v.

Biblioteca Nacional - Lisboa

Papel do Conde Luiz de Menezes sobre se levantar a moeda de 2 de julho de 1688. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 748 (MF 7159) fl. 266.

Carta de primeiro de julho de 1691 do governador-geral Câmara Coutinho ao conde de Val de Reis. Biblioteca da Ajuda, cod. 51-V-42, fl. 6.

Carta de 10 de julho de 1691 do governador-geral Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo de Foios Pereira. Biblioteca da Ajuda, cod. 51-V-42, fl. 6v.

Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007.

Atas da Câmara: 1649-1659, volume 3. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949.

Atas da Câmara: 1659-1669, volume 4. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949.

Atas da Câmara: 1669-1684, volume 5. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1950.

Atas da Câmara: 1684-1700, volume 6. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1951.

CANTILLON, Richard. *Ensayo sobre la naturaleza del comercio en general*. (primeira edição de 1755, texto do início da década de 1730) México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1950.

Carta do governador-geral Câmara Coutinho ao Rei. Salvador, 4 de julho de 1692. *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 57, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1935, pp. 147-153.

Carta régia ao governador Luiz Cesar de Menezes acerca da observância da lei sobre a moeda. Lisboa, 18 de outubro de 1690. Transcrita em Balthazar da S. Lisbôa. *Annaes do Rio de Janeiro*, tomo 5, Rio de Janeiro: Editora Leitura S. A., s.d., pp. 81-84.

Cartas do Senado 1638-1673, volume 1. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, 1951.

Cartas do Senado 1673-1684, volume 2. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, 1952.

Cartas do Senado 1684-1692, volume 3. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, 1953.

Cartas do Senado 1693-1698, volume 4. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, 1959.

Cartas do Senado 1699-1710, volume 5. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, 1962.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (*Documentos Históricos*). Nesta pesquisa, foram usados documentos dos seguintes volumes: 04, 07, 09, 16, 24, 26, 33, 34, 38, 66, 67, 68, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89 e 90.

FORBONNAIS, François Véron. “Colonie”. In: Denis Diderot & Jean le Rond D’Alembert (eds). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc.* [1751-1772]. University of Chicago: ARTFL Encyclopédie Project (Spring 2013 Edition), Robert Morrissey (ed), volume 3, p. 648-651. Acessível em <http://encyclopedia.uchicago.edu/>.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Escritos económicos de Londres* (1741-1742). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. 2 volumes. Rio de Janeiro: IHGB e Conselho Federal de Cultura, 1972.

MUN, Thomas. *La riqueza de Inglaterra por el comercio exterior*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954

PITA, Sebastião Rocha, *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

“Regimento que levou Tomé de Sousa, governador do Brasil” (1548). *Mare Liberum*, 17. Lisboa: CNCDP, 1999, pp. 13-26 (separata).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Revista do IHGB). números: 71 parte 1.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil* (1627). São Paulo: Nacional, s.d.

SÉRGIO, António. *Antologia dos economistas portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza*, volumes, 8 (1657-1674) e 9 (1675-1683). Lisboa: Imprensa F. X. de Souza, 1856, 1857, respectivamente; e volume 10 (1683-1700). Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. Acessível em <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt>.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*, volume 3. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

Obras de referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. [1712]. Hildesheim, Zurique e Nova York: Gerog Olms Verlag, 2002.

FLECHOR, Maria Helena. *Abreviaturas*. 2a. ed. São Paulo: EDUNESP, 1991.

GRAÇA, Salgado. *Fiscais e Meirinhos: a administração do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SLEMIAN, Andrea *et alli*. *Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, 1994.

SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Inciativas Editoriais, 4 volumes, 1963-70.

Livros, Teses, dissertações e artigos

ACCIOLI, Ignacio & AMARAL, Brás do. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Volumes 2 e 5. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925 e 1937.

ALDEN, Dauril. "Price movements in Brazil before, during, and after the gold boom, with special reference to the Salvador market, 1670-1769". In: Lyman L. Johnson & Enrique Tendeter. *Essays or the price history of eighteenth-century Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de. *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. 3 tomos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875-1880.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

ARRUDA, José Jobson de A. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. In: José Tengarrinha (org). *História de Portugal*. 2ª ed. revista e ampliada. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2001.

_____. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*. 4ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988.

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade do Salvador*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BACON, Francis. *Novum organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. “Portugal e a Europa na Época Moderna” In: José Tengarrinha (org). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouveia (org). *Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Charles Boxer. Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1973.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. séculos XV-XVIII*. 3 volumes. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995-2009.

- _____. *Dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. & F. Spooner. "Prices in Europe from 1450 to 1750". In: E. E. Rich & C. H. Wilson (eds.). *The Cambridge Economic History of Europe*. Vol. IV. Londres: Cambridge University Press, 1967.
- _____. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973,
- BUSHNELL, Amy Turner e GREENE, Jack. "Peripheries, centers, and the construction of early modern American empires" In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) *Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. Nova York e Londres: Routledge, 2002.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*, volume 3. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1959.
- _____. "O padre Vieira e a moeda provincial". *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*, volume 1. São Paulo: Salles Oliveira & Cia., 1937.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.
- CARDIM, Pedro Cardim & KRAUSE, Thiago. "A comunicação entre a Câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII", In: Evergton Sales Souza, Guida Marques e Hugo R. Silva (orgs.) *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: UFBA, CHAM, 2016, pp. 47-97.
- CARDOSO, José Luís. *Pensar a economia em Portugal: digressões históricas*. Lisboa: Difel, 1997.
- CARMO, Marcelo Lunardi do. *Dom Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia*. Dissertação de mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2018.
- CARRARA, Angelo A. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- CIPOLLA, Carlo. *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- COELHO, Rafael da Silva. *Moeda no Brasil no final do século XVII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2014.

- COLEMAN, Donald. C. (ed). *Revisions in mercantilism*. Londres: Methuen, 1969.
- COONAERT, L. J. “European economic institutions and the New World; the chartered companies”. In: E. Rich & e C. H. Wilson. (dir). *The Cambridge economic History of Europe*. Volume IV. Cambridge, 1967.
- COSTA, Francisco Augusto P. da. *Anais pernambucanos*. volume 4. Recife: Arquivo Público, 1953.
- COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Volume 2º, Lisboa: CNCDP, 2002.
- COSTA, Luiz Monteiro da. *Na Bahia colonial: apontamentos para a História militar da cidade do Salvador*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DIAS, Madalena Marques. *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes (1608-1646)*. Dissertação de mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2001.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- ELLIOT, John H. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*. Volume I. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madri: Sentillana Ediciones Generales, 2010.
- ELLIS, Myriam. “Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista nos séculos XVI e XVII”. *Revista de História*. São Paulo, número 1, 1950
- FALCON, José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- FERREIRA, Letícia dos Santos. *É pedido, não tributo: o Donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a Paz de Holanda. (Portugal e Brasil c.1660-c.1725)*. Tese de doutorado. Niterói. UFF, 2014.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 1996.

FINLEY, Moses I. *A economia antiga*. Porto: Afrontamento, 1980.

FIORIN, José Luiz (org). *Introdução à Linguística I*. São Paulo: Contexto, 2007.

FLORY, Rae e SMITH, David Grant Smith. “Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries”. *Hispanic American Historical Review*, 58 (4), 1978. Duke University Press.

FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: University of Texas, 1978.

FONSECA, Luiza da. “Índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa”. In: *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*. Volume II, Tipografia Beneditina, 1950.

FOULCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016

FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. “Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia Colonial”. *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História “Colonização e Migração”*. São Paulo: FFCL-USP, 1969.

_____. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 2ª edição, ampliada. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FREITAS, Gustavo de. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720): subsídios para a História Econômica de Portugal e do Brasil*. Separata da Revista de História da USP. São Paulo, 1951.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GODINHO, Vitorino M. “As frotas do açúcar e as frotas do ouro: 1670-1770” In V. M. Godinho. *Mito e mercadoria*. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

_____ “Economia monetária e o comércio de longa distância” In. V. M. Godinho. *Mito e mercadoria*. Utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

_____ *Os descobrimentos e a economia mundial*, volume 2. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

_____ “Portugal and her Empire”, In: L. F. Carsten (ed.). *The New Cambridge Modern History*. Volume 5. Cambridge, 1961.

_____ “Portugal and her Empire (1680-1720)”, In: J. S. Bromley (ed.). *The New Cambridge Modern History*. Volume 6. Cambridge, 1971.

GONÇALVES, Cleber Baptista. *Casa da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989,

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities*. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville e Londres: University Press of Virginia, 1994.

_____ “Transatlantic colonization and the redefinition of the empire in the early modern era: the British-American experience” In. Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) *Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. Nova York e Londres: Routledge, 2002.

HAMILTON, Earl J. “El florecimiento del capitalismo y otros ensayos de historia económica”. *Revista de Occidente*, Madrid, 1948.

HANSEN, João A. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora Unicamp, 2004.

HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal barroco: 1668-1703*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1948.

HECKSCHER, Eli. *La epoca mercantilista: historia de la organizacion y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la sociedad liberal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan – instituições e poder político em Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HOBSEBAWM, Eric. “A crise geral da economia europeia no século XVII”. In: Theo A. Santiago. *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. São Paulo: Contexto, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1, volumes 1 e 2. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John M. *Teoria geral do juro, do emprego e da moeda*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOSELECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, Contraponto. 1999.

KRAUSE, Thiago N. *Formação de uma nobreza ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ. 2015.

_____. “Crise ou prosperidade? A Bahia no século XVII”. In: Adriana Dantas Reis, Caio Figueiredo Fernandes Adan (orgs). *Estudos em história colonial: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 2000.

_____. *O sistema colonial*. São Paulo: Ática, 1991.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1324-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.

LEVY, Maria Barbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.

LIMA, Fernando C. G. C. “A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. Agosto de 2005.

_____. “Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII”. *Estudos Econômicos*. Volume 35. Número

1, pp. 169-201. Março de 2005.

_____. “Um ensaio sobre as razões da adoção do açúcar como moeda no Brasil no período colonial”. *Anais XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, 2009, Porto.

LISANTI Filho, Luis. *Negócios coloniais* (uma correspondência comercial do século XVIII), volume 1. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973.

LÜDERS, Pedro C. *Portugal e o comércio do Rio da Prata (1640-1680)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 2017.

LUDOLF, Dulce. “A Casa da Moeda do Rio de Janeiro”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Volume XIX, Rio de Janeiro, 1968.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Provocações: por dever de ofício (1987-2014)*. Coimbra: Palimage, 2017.

MAGALHÃES, José Calvet. *História do pensamento económico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas, 1967.

MAGNUSSON, Lars. *The political economy of mercantilism*. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

_____. *Mercantilism: the shaping of an economic language*. Londres e Nova York: Routledge, 1994.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, 5 volumes, 3ª. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e económica do império, 1580-1750”. In: Leslie Bethell (org). *História da América Latina Colonial*. Volume I. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. 2 volumes. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mozambos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O negócio do Brasil, os Países Baixos e o Nordeste – 1641-1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio G. de. “Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho (1689-1690)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife. volume 51, 1979.

_____. *Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos. 1671-1701*. 2ª ed. Recife: Prefeitura Municipal do Recife; Secretaria de Educação; Fundação de Cultura do Recife, 1981.

MENESES, Avelino de Freitas de. “As Finanças”. In Joel Serrão e A. H. Marques. (dir.) *Nova História de Portugal*. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Vol. VII. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MENZ, Maximiliano. “Crédito e economia colonial: século XVIII”. In: Angelo A. Carrara. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

_____. “Reflexões sobre duas crises econômicas no império português (1688-1770)”. *Varia História*. jan/abr 2013, vol. 29, n. 49.

MONT SERRATH, Pablo O. *O império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)*. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP. 2013.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005.

_____. (coord.) e Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In: Carlos G. Motta (org.). *Brasil em perspectiva*. 13ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

PERES, Fernando da Rocha. *Gregório de Mattos Guerra: uma re-visão biográfica*. Salvador: Macunaíma, 1983.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim-Caboto-Freguesia. 1552-1944*. 2ª ed. Cia. Editora Nacional, 1982.

PRADO Júnior. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

_____. *História econômica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, Edusp e Fapesp, 2002.

_____. “A moeda na Restauração: da prática à política monetária em Portugal (1640-1642). *Análise social*, LIV (1º), 2019 (nº 230), pp. 34-57.

_____. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

RAU, Virgínia. “Política econômica e mercantilismo na correspondência de Duarte de Macedo (1668-1676)”. *Do tempo e da História*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1968, volume 2.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. “O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. *Revista de História*. São Paulo, v.35, e100.

_____. “O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, 2017.

_____. “O tempo dourado do Brasil no final do século XVI”. In: A. Garrido, L. F. Costa, L. M. Duarte (orgs.) *Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães: economia, instituições e império*. Coimbra, 2012.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismo y elementos del sistema económico colonial americano: siglos XVI-XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____. *Conyunturas Opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ROMERO, Edgar Araújo Romero “Dos levantamentos do valor e das medidas para evitar o cerceio da moeda portuguesa no século XVII: sua execução no Brasil. 1642-1688”. *Annaes do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*, volume 1. São Paulo: Salles Oliveira & Cia., 1937.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808”. In: Christine Daniels e Michael V. Kennedy (eds.) *Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. Nova York e Londres: Routledge, 2002.

_____. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RUY, Afonso. *História da Câmara Municipal da cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal do Salvador, 1953.

_____. *História política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SALLES, Wesley Dartagnan. “A quebra do paradigma – Sentido da Colonização: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos”. *Revista Almanack*, v. 1, p. 245-293, 2017.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*. Dissertação de mestrado. Niterói. UFF. 2007.

SERRÃO, Joel Veríssimo. *História de Portugal*, volume 5. A Restauração e a monarquia absolutista (1640-1750). Lisboa: Verbo, 1980.

_____ e MARQUES, A. H. de O. (dir.) *Nova História de Portugal*. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Vol. VII. Lisboa: Ed. Presença, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Volume 1, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____ “Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal”. *Tempo*. nº 24. Niterói, 2008.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Francisco Carlos T. da. *A morfologia da escassez: crises de subsistências e política econômica no Brasil colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese de doutorado. Niterói. UFF. 1990.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e causas*. 2 volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Tese de doutorado. Austin. University of Texas. 1975.

SOMBRA, Severino. *História monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938.

_____. *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUSA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SOUSA, Rita Martins de Sousa. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista* (1688-1797). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

SZMRESCSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, Edusp e Imprensa Oficial, 2002.

TAWNEY, Richard H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

VASQUEZ DE PRADA, Valentim. *História econômica mundial*. 2 volumes. Porto: Livraria Civilização Editora. 1972.

VILAR, Pierre. *Oro y moneda en la Historia* (1450-1920). Barcelona: Ariel, 1974.

_____. *Crecimiento y desarrollo: economía e historia reflexiones sobre el caso español*. Barcelona: Ariel, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Volume 2, 2ª ed. México: Siglo Vintiuno Editores, 1984.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Progresso, 1948.

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 8137 - 3492687 - 2 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Rafael da Silva Coelho no Programa: História Econômica, do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 25 dias do mês de novembro de 2019, no(a) Sala de Defesas realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Rafael da Silva Coelho, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do séc. XVII"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Rodrigo Monteferrante Ricupero	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Vera Lucia Amaral Ferlini	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Avanete Pereira Sousa	Titular	UESB - Externo	Aprovado
Thiago Nascimento Krause	Titular	UNIRIO - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca, em suas arguições e avaliações, ressaltou a qualidade documental, engajamento no debate historiográfico e cuidado na escrita, aprovando por unanimidade a tese e recomendando a publicação.

Eu, Daiane Neres da Silva *Daiane Neres da Silva*, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 25 dias do mês de novembro de 2019.

Vera Lucia Amaral Ferlini
Vera Lucia Amaral Ferlini

Avanete Pereira Sousa
Avanete Pereira Sousa

Thiago Nascimento Krause

Thiago Nascimento Krause

Rodrigo Monteferrante Ricupero
Rodrigo Monteferrante Ricupero
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 25 / 11 / 2019 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa História Econômica.

Edelcio Gonçalves de Souza
Presidente da Comissão de Pós-Graduação
Prof. Dr. Edelcio Gonçalves de Souza
Presidente da CPG
FFLCH-USP